

11

abril • 2013

# História da Historiografia

---

revista eletrônica quadrimestral



# História da Historiografia

issn 1983-9928

## Conselho Executivo (2011-2013)

---

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

## Conselho Editorial

---

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)  
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)  
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## Conselho Consultivo

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)  
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)  
Fábio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Secretaria

---

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Revisão de Língua Portuguesa

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Rita Abreu

## Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

## Revisão de Língua Inglesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

## Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

## Apoio

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

## Contato

Avenida Ipiranga, 8799/307 - Jardim Botânico • Porto Alegre - RS • 91530-001 • Brasil

www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

## Missão

*História da Historiografia* publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

## Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2013, número 11, dezembro, 2013, 362 p.

Quadrimestral  
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL  
*EDITORIAL*

8

DOSSIÊ  
*DOSSIER*

Os cursos de história: lugares, práticas e produções  
*History courses: places, practices and productions*

Apresentação  
*Introduction*

**Fábio Franzini e Rebeca Gontijo**

10

História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense  
*History and memory: origins and development of the postgraduate program of History at the Fluminense Federal University*

**Francisco Falcon**

15

Memórias de um profissional de história  
*Memoirs of a professional of history*

**José Ribeiro Júnior**

33

O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB)  
*The dark side of the force: the military dictatorship and the history course of the National School of Philosophy of the University of Brazil (FNF/UB)*

**Marieta de Moraes Ferreira**

45

The dark side of the force: the military dictatorship and the history course of the National School of Philosophy of the University of Brazil (FNF/UB)

**Marieta de Moraes Ferreira**

65

Armadilha à francesa: homens sem profissão  
*A French-like trap: men without profession*

**Lidiane Soares Rodrigues**

85

Francisco Iglésias e o curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (década de 1940)

*Francisco Iglésias and the undergraduate course of geography and history at the School of Philosophy of Minas Gerais (1940's)*

**Alessandra Soares Santos**

104

A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971  
*Higher education in history at UPA/URGS/UFRGS from 1943 to 1971*

**Mara Cristina de Matos Rodrigues**

122

Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues  
*Boldness and redemption: José Honório Rodrigues' Institute of Historical Research*

**Andre de Lemos Freixo**

140

O ensino superior da História em Portugal (1859-1911)  
*History in higher education in Portugal (1859-1911)*  
**João Couvaneiro**

162

## ARTIGOS ARTICLES

Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?  
*Reason or Reasoning? Clio or Siva?*  
**Sanjay Seth**

173

A tese de Williams e o Antigo Sistema Colonial: notas sobre um debate clássico  
*Williams's thesis and the Old Colonial System: notes on a classical debate*  
**Carlos Leonardo Kelmer Mathias**

190

La administración de la justicia eclesiástica en el Río de la Plata s. XVII-XVIII: un horizonte historiográfico  
*The management of ecclesiastical justice in Río de la Plata in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries: historiographical horizons*  
**Miriam Moriconi**

210

Continuidade e ruptura em *O Antigo Regime e a revolução*: o problema da centralização administrativa  
*Continuity and rupture in the Ancien Régime and the French Revolution: the problem of administrative centralization*  
**Josemar Machado de Oliveira**

230

The Nordic Countries as a Historical and Historiographical Region: Towards a Critical Writing of Translocal History  
**Marja Jalava**

244

## RESENHAS REVIEW ESSAYS

Vidas: modo de usar...  
*Lives: how to use...*

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 232 p.  
**Mary del Priore**

266

Para além do giro linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White  
*Beyond the Linguistic Turn: an Existentialist Approach to Hayden White's Work*  
PAUL, Herman. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011, 204 p.  
**Pedro Spinola Pereira Caldas**

272

A velha Nova História  
*The old New History*  
NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). *Nova história em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo Cosac Naify, 2011, 552 p.  
**Jurandir Malerba**

279

Entre a história da história e a história da educação: o Colégio Pedro II e a resistência aos estudos sociais na década de 1970  
*Between history of historiography and history of education: Colégio Pedro II and the resistance to the social studies during the 1970s*  
SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, 336 p.  
**Patrícia Santos Hansen**

287

Brasileiros Ilustres: letras, armas, virtudes  
*Illustrious Brazilians: letters, weapons, virtues*  
OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 212 p.  
**Marcia Regina Capelari Naxara** 394

História vivida, história pensada  
*History lived, thought-out history*  
FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. Volume I: teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011, 206 p.  
**Marcia Mansor D'Alessio** 300

O passado irrevogável na justiça de transição  
*The irrevocable past in transitional justice*  
BEVERNAGE, Berber. *History, memory and state-sponsored violence: time and justice*. New York/London: Routledge, 2011, 250 p.  
**José Antonio Vasconcelos** 305

## TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO *HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT*

Um verbete jamais publicado na Enciclopédia: “História”, de Marmontel  
*A Never Published Entry in the Encyclopédie: Marmontel's “History”*  
**Daniela Kern** 313

História  
**Jean-François Marmontel** 318

## ENTREVISTA *INTERVIEW*

Jörn Rüsen: Theory of History as Aufklärung  
**Sérgio da Mata e Valdei Lopes de Araujo** 339

## PARECERISTAS DESTE NÚMERO *REVIEWERS OF THIS ISSUE* 355

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO *EDITORIAL GUIDELINES* 358

## DIRETRIZES PARA AUTORES *GUIDELINES FOR AUTHORS* 362

# Editorial

editorial



O décimo primeiro número da História da Historiografia é introduzido por um dossiê temático, cuja chamada suscitou um surpreendente interesse nos nossos colaboradores. Organizado por Fábio Franzini (Unifesp) e Rebeca Gontijo (UFRRJ), o dossiê Os cursos de história: lugares, práticas e produções conta com oito excelentes textos, que mapeiam importantes aspectos da trajetória da educação superior em história no Brasil e também em Portugal.

Já a seção de artigos livres apresenta cinco contribuições. Abre-se com a tradução de uma inspiradora reflexão de Sanjay Seth (Universidade de Londres) sobre historiografia, racionalidade(s) e a abordagem do passado de sociedades não ocidentais. Em seguida, Carlos Leonardo Kelmer Matias (UFRRJ) persegue ecos da obra Capitalismo e escravidão (1944), de Eric Williams, concentrando-se na influência por ela exercida sobre o argumento de Fernando Novais em Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1979). Miriam Moriconi (Universidade Nacional de Rosario) traça um balanço da historiografia acerca do tema da justiça eclesiástica na região do Rio da Prata, entre os séculos XVII e XVIII. Josemar Machado de Oliveira (UFES) revisita a clássica interpretação da Revolução Francesa por Alexis de Tocqueville. Por fim, Marja Jalava (Universidade de Helsinque) introduz-nos a um cenário historiográfico que somente a poucos será familiar, o dos países nórdicos. Mostra como historiadores dinamarqueses, finlandeses, islandeses, noruegueses e suecos contribuíram e têm contribuído para a consolidação de um regionalismo transnacional muito significativo no contexto político europeu contemporâneo.

8

Para além de seis resenhas sobre publicações recentes nos campos da teoria da história, da história da historiografia, e afins, o volume também traz um interessante documento historiográfico setecentista: o verbete “história”, escrito pelo historiador e dramaturgo francês Jean-François Marmontel, aqui traduzido e apresentado por Daniela Kern (UFRGS). Encerra o volume uma entrevista, conduzida por Sérgio da Mata e Valdei Lopes de Araujo (UFOP), com o teórico da história alemão Jörn Rüsen.

Aproveitamos a oportunidade para compartilhar uma excelente notícia: na última avaliação do sistema Qualis/Capes, *História da Historiografia* foi incluída no extrato A1, o mais elevado da escala de avaliação. De parabéns estão todos aqueles que se deixaram atrair pelo projeto editorial lançado em 2008 e que desde então têm contribuído para torná-lo uma realidade cada vez mais marcante no cenário historiográfico. Em especial, gostaríamos de registrar o nosso agradecimento à nossa assistente editorial Flávia Varella, de cujo incansável engajamento com as pequenas e grandes questões da revista depende muito do sucesso deste empreendimento intelectual.

Os editores,  
Arthur Alfaix Assis (UnB)  
Julio Bentivoglio (UFES)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

# Dossiê

dossier

Os cursos de história: lugares, práticas e produções  
*History courses: places, practices and productions*

# Apresentação

## Introduction

---

### **Fábio Franzini**

fabio.ff.franzini@gmail.com  
Professor adjunto  
Universidade Federal de São Paulo  
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas  
07252-312 - Guarulhos - SP  
Brasil

### **Rebeca Gontijo**

rebeca\_gontijo@hotmail.com  
Professora adjunta  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Departamento de História e Relações Internacionais  
BR 465, Km 7 - Seropédica  
23890-000 - Seropédica - RJ  
Brasil

---

10

No final de 2012, a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei 368/09 que regulamenta a profissão de historiador no Brasil produziu um curioso movimento. Por um lado, o reconhecimento e a regulamentação do trabalho que nós, historiadores, realizamos foram celebrados pela nossa categoria, que, vale lembrar, os reivindicava havia décadas; por outro, foram também alvo de críticas diversas, cujo tom geral era o da “preocupação” com as implicações do “monopólio” e do “controle” que supostamente passaremos a exercer sobre o passado a partir de agora.

Embora tais críticas, veiculadas mídia afora, não tenham ficado sem resposta, como sabemos (e decerto por isso diminuíram em volume e intensidade, o que não significa que os críticos estejam convencidos...), nós as retomamos aqui por nelas perceber algo de muito significativo para iluminar o presente dossiê. Centradas na *atuação* do historiador, deixaram em segundo plano, senão simplesmente ignoraram, aquilo que a antecede e lhe dá sentido: a *formação* do historiador, como se esta fosse inata, pautada apenas pelo “gosto pelo passado” ou, ainda, redutível ao “acúmulo de conhecimentos históricos”, como sugeriu na *Folha de São Paulo* o colunista Fernando Rodrigues, infelizmente sem explicitar o que isso significa.

A notação é significativa porque, se em outros tempos – nem tão distantes e de ecos ainda muito sensíveis – formação e atuação podiam configurar coisas distintas, com implicações e desdobramentos também distintos, o correr do século XX fez com que ambas as facetas se encontrassem para formar um par indissociável. E o fez, mais precisamente, graças à afirmação, ao enraizamento e à expansão de um *lugar social* muito particular, o qual não é outro senão o dos

cursos de história. Ainda que não seja o único *locus* da produção e divulgação de discursos e interpretações acerca “do que um dia aconteceu”, é nele, por excelência, que o *ofício* se ensina, se pratica, se elabora e se redefine; é a partir dele que se estabelece e se legitima, não sem lutas, o quê e como é possível pensar, investigar, escrever sobre o passado; é em torno dele, enfim, que se delineiam as regras que presidem a fabricação, não o “acúmulo”, do conhecimento histórico. Pode-se dizer, assim, que os cursos de história assumiram papel central no processo de definição da *identidade do historiador*, além, é claro, no próprio processo de produção e desenvolvimento de uma historiografia que podemos chamar *moderna*.

Foi nessa centralidade que pensamos quando propusemos este dossiê, com vistas a problematizar a trajetória da institucionalização da historiografia, particularmente no caso brasileiro, e trazer à luz um tema ainda pouco estudado e conhecido por nós mesmos, historiadores (“casa de ferreiro, espeto de pau”, diz o adágio). O fato de ser publicado agora, num momento em que a nossa identidade é posta em questão não é mera coincidência, pois reforça, acreditamos, a importância do tema e a relevância de sua discussão. Entre a memória e a história, entre o pontual e o panorâmico, os artigos que se seguem realizam com muita precisão aquilo que pretendíamos: compor um painel significativo de lugares institucionais, projetos e experiências de ensino e pesquisa, trajetórias individuais e produções relevantes para pensar a história dos cursos de história; ao mesmo tempo, indicam o quanto há por ser explorado nesse campo e quantas possibilidades e articulações historiográficas permitem, deixando um convite implícito a novas incursões.

O dossiê é aberto por dois textos marcados pelo exercício da recordação e a preocupação em contextualizar a própria experiência. Seus autores são historiadores e testemunhas da história dos cursos de história sobre a qual escrevem. O primeiro, Francisco Falcon, oferece um misto de história e memória da construção do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), que ele próprio ajudou a construir. Trajetória ímpar de um profissional da área formado na década de 1950 e que atuou em vários cursos e programas de pós-graduação do estado do Rio de Janeiro.

O segundo texto, escrito por José Ribeiro Júnior, é notadamente autobiográfico, pois reconstitui sua trajetória: da formação na Universidade de São Paulo nos anos 1960 à vida profissional na Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus de Assis*. Por meio de ambas, revelam-se características peculiares do momento em que a historiografia acadêmica se consolida entre nós, apoiada justamente na expansão e qualificação dos cursos.

Em seguida, temos dois artigos voltados à análise de instituições centrais à história dos cursos de história no Brasil, que, cada um à sua maneira, iluminam temas também cruciais de modo muito original. Marieta de Moraes Ferreira analisa as relações do curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (depois, Universidade Federal do Rio de Janeiro) – e, mais especificamente, de seus professores – com a ditadura militar, demonstrando que a história dos cursos universitários é um tema atravessado

por questões da história política e social e, por isso mesmo, deve ser abordado em toda a sua complexidade.

Lidiane Soares Rodrigues, por sua vez, penetra nos meandros do curso de história da USP em seus anos iniciais, caracterizando o trabalho das missões francesas e dedicando especial atenção às atuações de Fernand Braudel e Eduardo d'Oliveira França, bem como, ao intercâmbio entre a recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, então também incorporada à nova universidade.

Saindo do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o artigo de Alessandra Soares Santos analisa o curso de história da Universidade Federal de Minas Gerais por um viés inusitado: os anos de formação do historiador Francisco Iglésias na instituição, na primeira metade dos anos 1940. Além de explorar os textos normativos que regularam a organização curricular e didática do curso, a autora também lança luz sobre um domínio difícil de explorar: o das práticas utilizadas na sala de aula. É o curso no seu cotidiano e as concepções que o orientam.

Já o artigo de Mara Cristina de Matos Rodrigues (re)constrói a trajetória do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde sua implantação, em 1943, até a década de 1970. O foco recai sobre as transformações do currículo, a composição do corpo docente e suas formas de recrutamento, destacando-se as iniciativas destinadas à formação de professores e ao desenvolvimento da pesquisa histórica na instituição.

12

Após oferecer ao leitor a história de alguns dos mais importantes cursos do país, o dossiê dá lugar a um projeto fracassado: o da criação do Instituto de Pesquisa Histórica, idealizado por José Honório Rodrigues entre meados dos anos 1940 e início da década de 1950. André de Lemos Freixo procura situar o projeto de Honório Rodrigues em meio ao processo de constituição de uma historiografia profissional no Brasil, dando ênfase aos embates coetâneos e ao empenho do idealizador no sentido de inserir seu próprio projeto na história da historiografia brasileira como um marco decisivo para sua modernização.

Por fim, o dossiê abre espaço para a abordagem de um tema que escapa ao processo brasileiro, mas que, justamente por isso, mostra-se pertinente e relevante dentro da sua proposta: a reflexão do historiador lusitano João Couvaneiro sobre a constituição do Ensino Superior de História em Portugal, por meio do caso do Curso Superior de Letras, criado em 1858 e transformado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1911. O autor acompanha o processo de disciplinarização então ocorrido ali, observando que o mesmo obedece a questões de ordem acadêmica, mas também de ordem política, ideológica e cultural. Assim, por contraste, permite-nos pensar acerca da situação, das características e das práticas das instituições historiográficas no Brasil, tanto naquele período específico, em que predominavam os Institutos Históricos, quanto no momento do estabelecimento dos primeiros cursos universitários de história.

Essa pequena história dos cursos de história talvez fosse impossível se os historiadores e a historiografia produzida nos países aqui focalizados não tivessem alcançado um sólido grau de profissionalismo e especialidade, os

quais acabaram por motivar sua própria historicização. Mas, se o interesse pela história dos cursos tende a crescer com o desenvolvimento dos mesmos, a crítica da memória que a acompanha torna-se também necessária, sobretudo se as continuidades e descontinuidades dessa história forem tidas como relevantes.

Como bem observou Jacques Revel, no texto "História e ciências sociais: os paradigmas dos Annales" (1978/1979), "é difícil o momento em que se atinge o êxito", pois é preciso identificar e refletir sobre as possibilidades de renovação a partir do que se encontra instituído e, ao mesmo tempo, compreender as formas de relacionamento com os antepassados. Em outras palavras, enquanto os próprios cursos de história encontravam-se pouco desenvolvidos, justificava-se o esforço para descrever seus percursos de desenvolvimento, muitas vezes heróicos. A nosso ver, a consolidação dos cursos de história exige novas preocupações, a começar pelo exame crítico da memória acerca dos lugares sociais de produção da historiografia, bem como, do sistema de relações sociais que esses mesmos lugares possibilitam e legitimam.

E, como os autores presentes neste dossiê bem sabem, as dificuldades que cercam o estudo da história dos cursos não são poucas, se considerarmos que o objeto em foco é fugidio, situado que está na fronteira da história da educação, da história intelectual e, também, da história política, quiçá podendo ser relacionado até à história da ciência. Não há, ainda, como desconsiderar o vínculo com a história da historiografia, que considera as condições de produção da história escrita, bem como as práticas (palavra, não por acaso, várias vezes repetida aqui), projetos e valores dos historiadores, suas instituições de ensino e pesquisa e as relações entre o mundo acadêmico e as demandas políticas e sociais de um período, entre tantas possibilidades que permitem compreender aquilo que, evocando Michel de Certeau, fabricamos quando "fazemos história".

Além disso, as fontes que possibilitam o acesso à história dos cursos costumam ser dispersas, fragmentadas e escassas, sobretudo se o objetivo for focalizar seu cotidiano. A recorrência à legislação e ao testemunho dos próprios historiadores é frequente, o que não deixa de ser emblemático, visto que, no domínio dos cursos que formam professores e pesquisadores – ou ainda, leitores e escritores profissionais –, poucos registros são produzidos sobre a experiência formativa, as práticas, os costumes e as múltiplas relações sociais tecidas em seus espaços. É um mundo marcado pela oralidade, pelos silêncios e recalcamientos, quebrados de quando em quando pelas atas de reuniões, boletins e regimentos internos, memorandos, planos de ensino, avaliações, projetos e propostas curriculares.

Como foi dito no início, acreditamos que o conjunto de artigos aqui reunido apresenta uma contribuição para o crescente debate acerca da profissionalização do historiador no Brasil e, indo além, oferece subsídios importantes para a compreensão dos lugares sociais de formação e atuação dos profissionais da história na contemporaneidade. Lugares que autorizam, mas também proibem, como bem observou o já citado Michel de Certeau em seu "A operação historiográfica" (1974/1975), texto seminal cujas proposições serviram de mote para a chamada deste dossiê. Não custa lembrar que tal texto foi escrito

no momento em que a historiografia, no auge de sua profissionalização, era reduzida a um artefato literário. Certeau ajudava a lembrar o vínculo entre um produto (a história escrita) e as práticas que o autorizam, relacionando-os a um lugar social de produção. Se hoje o evocamos aqui, não é tanto por temer a contestação das pretensões científicas da nossa disciplina ou para enfrentar um momento de dúvida epistemológica que a mesma atravessa há algumas décadas, mas para argumentar que é preciso ir além.

Compreendemos que investigar a história dos cursos de história corresponde a analisar o lugar social a partir do qual a história é escrita, reescrita ou não escrita, visto que esse mesmo lugar possibilita e interdita o que é possível pensar, investigar, escrever e divulgar, contribuindo para a formação do historiador, a produção do conhecimento e a definição das regras que o presidem. Nesse sentido, ir além do estudo do lugar significa, por exemplo, investigar as formas pelas quais nos relacionamos com aquilo que está instituído e com o legado daqueles que contribuíram para essa institucionalização.

# História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense

History and memory: origins and development of the postgraduate program of History at the Fluminense Federal University

---

## Francisco Falcon

prof@franciscofalcon.com.br

Professor titular

Universidade Salgado de Oliveira

Rua Marechal Deodoro, 263, bl. B, 3º andar - Centro

24030-060 - Niterói - RJ

Brasil

---

## Resumo

A convite da revista *História da Historiografia*, Francisco José Calazans Falcon\* elaborou esta narrativa sobre o desenvolvimento do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF). Conjugando história e memória, este exercício de contextualização foi desenvolvido por um profissional que colaborou na criação de diversos programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, uma parte significativa do processo de construção da pós-graduação em história no Brasil.

## Palavras-chave

História da educação; Pós-graduação; Memória.

## Abstract

At the invitation of the journal *História da Historiografia*, Francisco José Calazans Falcon\*\* prepared this narrative about the development of the Postgraduate History course at the Fluminense Federal University (UFF). Combining history and memory, this exercise of contextualization was developed by a professional who collaborated in the creation of several postgraduate courses in Rio de Janeiro and played a significant role in the process of constructing the postgraduate field of history in Brazil.

## Keywords

History of education; Postgraduate; Cultural memory.

---

Recebido em: 12/2/2013

Aprovado em: 10/3/2013

---

\* Professor titular e emérito da Universidade Federal Fluminense (1955-1990), onde também atuou como pró-reitor de pesquisa e pós-graduação; professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956-1995) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1958-2004).

\*\* Emeritus professor at the Fluminense Federal University (1955-1990), where he also served as dean of research and graduate studies; associate professor at the Federal University of Rio de Janeiro (1956-1995) and at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (1958-2004).



Tal como fizemos na elaboração dos textos sobre a história da pós-graduação em história no IFCS/UFRJ (FALCON 2012) e no Departamento de História da PUC-Rio, associamos também aqui história e memória para a construção da estrutura narrativa. A *memória* refere-se às lembranças de fatos e vivências acadêmicas variadas, já a *história* tem a ver com ideias e práticas vinculadas à vida universitária em geral e ao curso de história, em particular o da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dividimos o presente texto em duas partes principais: a primeira, mais geral, aborda explicitações conceituais e aspectos contextuais típicos dos anos que antecederam a *institucionalização* dos cursos de pós-graduação, nos começos dos anos 70 do século passado. Trata-se assim de tentar voltar aos anos 50 e 60 do século XX e tentar perceber aí as forças sociais em presença, os interesses em jogo, as grandes questões então em debate, mas sempre, é claro, do ponto de vista da universidade brasileira em geral e dos cursos de história especificamente: natureza dos cursos de graduação, principais tendências historiográficas, caminhos, enfim, do ensino e da escrita da História.

A segunda parte, bem mais longa, apresenta-se como a tentativa de produzir uma narrativa ora mais factual, ora mais interpretativa, das questões principais que marcaram a construção teórico-prática da pós-graduação, quer em nível nacional, quer, principalmente, no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, tendo como referência principal a nossa experiência como participante desse processo.

## 16

### **Questões preliminares: conceitos, contextos e história**

#### *As palavras e os conceitos*

Palavras e expressões como *história*, *historiografia*, *historiador*, *obras de história*, entre outras, serão constantemente utilizadas ao longo deste trabalho. Trata-se de conceitos que se encontram no bojo de questões teórico-metodológicas cuja discussão não pretendemos retomar aqui. Para as necessidades atuais de nosso trabalho, basta que se tenham em vista os conceitos tal como pretendemos utilizá-los aqui:

*História* significa tanto a "história matéria", ou "realidade histórica", isto é, o conjunto de fatos *passados*, ou *res gestae*, quanto a "história disciplina", ou *narrativa histórica*, a chamada *historia rerum gestarum*, ou seja, o resultado do trabalho do historiador, o texto por ele produzido (VILAR 1980).

*Historiografia* é uma palavra a qual correspondem, ainda hoje, múltiplos significados ao longo do tempo, especialmente: "conjunto ou sequência de obras de história" sobre determinado tema ou época histórica, ou "processo de produção do discurso histórico, inclusive o texto daí resultante, isto é, a *obra de história*". Persiste ainda, em alguns casos, uma certa confusão entre o que são as *obras de história* e o que se denomina de *fontes documentais*, como é o caso da historiografia do período colonial. No presente texto iremos utilizar esses dois sentidos de *historiografia*, explicitando-os em cada caso (ARÓSTEGUI 2006; IGLESIAS 1972; 2000).

*Historiador* é para nós o profissional de história, destacando-se aqui a sua formação (graduação e pós-graduação) em *história*, embora consideremos como elemento decisivo o reconhecimento de seus trabalhos como *de história* pela comunidade historiadora. Existe aqui portanto uma certa ambiguidade quanto à própria definição de *historiador*, fato este que já discutimos há muito tempo atrás num trabalho sobre “A identidade do historiador” (FALCON 1996).

*Obras de história* – assim intitulamos livros, capítulos, artigos, comunicações reconhecidos como obras ou trabalhos *de história* pela comunidade de historiadores. Interessam-nos principalmente, aqui, as condições de produção de trabalhos acadêmicos associados aos cursos de pós-graduação em história: dissertações de mestrado e teses de doutorado.

### *Tempo(s) e periodização*

Para os nossos objetivos atuais, não precisamos retomar antigas discussões sobre a periodização da historiografia brasileira (FALCON 2011; IGLÉSIAS 2000), nem, é claro, as questões sobre as relações entre *tempo* e *história*. Basta-nos levar em consideração os anos anteriores e aqueles posteriores às mudanças introduzidas na universidade brasileira em 1968/1969.

De fato, em função da temática deste trabalho, é inevitável situar em primeiro plano as diferenças de toda ordem entre as décadas de 50 e 60 do século XX e aquelas que vieram após, a partir de 1970. Embora a contragosto, somos obrigados a aceitar como um dado fundamental a chamada *institucionalização dos cursos de pós-graduação* no final dos anos 1960 (FALCON 2011, p. 20-23; 2008, p. 45-40).<sup>1</sup> A partir daí, será a própria dinâmica de cada Programa que nos servirá de guia, ou seja, no nosso caso atual, a dinâmica do Departamento de História da UFF.

17

### *Contexto e história: os anos de 1950 e 1960*

Do final da década de 1950 ao início da década de 1960, as transformações históricas da sociedade brasileira fizeram-se sentir na vida universitária, inclusive, é claro, no campo do ensino da história e da produção historiográfica. Operando como divisor de águas, *março de 1964* estabelece uma separação nítida entre duas épocas distintas: *antes e após* o golpe militar. Em termos mais amplos, este período corresponde, antes de 1964, aos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, e, após, aos governos militares.

Antes, vivenciamos o *desenvolvimentismo*, a *crise da renúncia* de Jânio Quadros e os *movimentos a favor de reformas estruturais*, a *começar pelas reformas de base*, e *também da reforma universitária*. Depois, vieram os anos de repressão, cerceamento das liberdades, reformas por decreto e, por último, *os anos de chumbo* e suas sequelas. No âmbito acadêmico, universitário sobretudo, tivemos, conforme já analisamos em outros trabalhos (FALCON 2012a): o *dualismo teórico-interpretativo* consubstanciado na conhecida obra

<sup>1</sup> A propósito dessa institucionalização da pós-graduação convertida numa espécie de mito fundador, tivemos oportunidade realizar algumas discussões, retomadas neste trabalho. Cf. FALCON 1999/2000.

de Jacques Lambert, *Os dois Brasis*, o dualismo *historiográfico* e o *acadêmico-estudantil*, focados nas críticas a uma escrita e um ensino de história, sobretudo a do Brasil, eminentemente *tradicionais*, ou *positivistas (factualistas)*, como era comum então denominá-los. Interessam ao nosso estudo, principalmente, o movimento estudantil em geral e especialmente nos cursos de graduação em história, e o movimento dos docentes de história, a partir da fundação da ANPUH, em 1961 (FALCON 2000; 2011).

Após o golpe militar de março de 1964 arrefeceu-se o movimento dos docentes de história e foi praticamente liquidado o movimento dos estudantes de história. Por outro lado, após algum tempo, reiniciou-se a luta dos estudantes universitários pela *reforma da universidade*, assim como a contestação ao regime militar. Perseguições a muitos docentes e estudantes, *caçada aos livros e revistas subversivos*, marcaram a radicalização das posições docentes e intelectuais assim como sua polarização.

Ganharam força autores e ideias *genericamente marxistas*, ao mesmo tempo em que perdia credibilidade o dualismo teórico-interpretativo em favor de novas interpretações da realidade brasileira baseadas na chamada *teoria da dependência* e nas noções de *desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Novidade desses anos, no campo historiográfico, foi certamente a rápida expansão da chamada *história quantitativa*, carro-chefe das andanças de F. Mauro entre nós (LAPA 1976, p. 13-96), apesar das muitas restrições e críticas de historiadores marxistas a essa nova tendência. Também durante esses anos, 1964/1968, foram publicados, em começos de 1964, os primeiros volumes da chamada *História nova do Brasil*, dirigida por Nelson Werneck Sodré, e o volume *Brasil em perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota, em 1968, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

18

#### a) *Os caminhos da produção historiográfica*

Trata-se de uma produção historiográfica ainda bastante limitada em termos de autores e obras, conforme assinala Iglésias (IGLÉSIAS 2000, p. 213 *et seq.*), destacando-se apenas Nelson Werneck Sodré, José Honório Rodrigues, Sergio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Helio Vianna, Pedro Calmon, além de mais alguns outros historiadores radicados em São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Belo Horizonte. Os referenciais teórico-metodológicos desses autores variam bastante, embora em sua maioria possam ser definidos como do tipo *tradicional*, qualquer que seja o sentido que possamos atribuir a tal designação. "Lugar" por excelência de produção historiográfica já o era então a Universidade de São Paulo. Outros "lugares institucionais" eram então a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Rio Branco, a Casa de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos no Rio de Janeiro, além de diversas instituições equivalentes situadas nos principais estados da federação. No Rio de Janeiro havia também o ISEB, uma instituição política e ideologicamente das mais polêmicas e que seria extinta após o golpe militar de 1964; a Fundação Getúlio Vargas, com seus diversos institutos, e onde se funda, ainda nos anos 1960, o CPDOC; o IUPERJ, fundado em 1964, dedicado aos

estudos de Ciência Política e Sociologia Política mas com intensas relações com as questões históricas. Cabe não esquecer, finalmente, a importância que teve a criação do CEBRAP, em São Paulo, depois de 1964, assim como o significado especial para os historiadores que teve a fundação da ANPUH, em Marília, em fins de 1961.

## **Uma pré-história da pós-graduação: a reforma universitária e a institucionalização da pós-graduação – dois debates interligados**

### *a) A questão da reforma universitária*

Deixemos de lado, ao menos por ora, os marcos já bastante conhecidos que assinalam a luta em favor da construção de uma autêntica universidade no Brasil.<sup>2</sup> Recorde-se apenas que, ao longo dos anos 1950, sobretudo à época do desenvolvimentismo de JK, registram-se várias iniciativas voltadas para a fundação de institutos autônomos de pesquisa, como forma de desenvolver uma atividade até então pouco comum no âmbito das universidades então existentes. Os grandes debates dessa época estiveram voltados para a discussão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual viria a estabelecer a oferta de cursos de pós-graduação nos estabelecimentos de ensino superior, e para o planejamento de uma nova universidade – a Universidade de Brasília. Nesta, aliás, a pós-graduação é uma das principais atribuições dos Institutos Centrais e das Faculdades Profissionais (PAOLI 1985, p. 12-15).

Em 1967, dois decretos-leis instituíram o sistema departamental nas universidades federais: Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, complementado pelo Decreto-Lei 252 de 28 de fevereiro de 1967. Tratava-se, a bem dizer, do início da reforma das universidades federais. A seguir, o governo criou o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, em 2 de julho de 1968, o qual rapidamente encaminhou suas conclusões e sugestões, de tal forma que já em 28 de novembro de 1968 a Lei 5540 estabelecia em seus vários aspectos a *reforma universitária*. Em 11 de fevereiro de 1969, o Decreto-Lei 464 estabeleceu as normas complementares.

De fato, a legislação agora aprovada parecia tentar responder ou levar em conta as grandes questões do debate que tinha se desenrolado até então, como no caso, por exemplo, da extinção da cátedra vitalícia. Na verdade, porém, a forma era autoritária e o conteúdo distinto das principais propostas então em discussão. A autonomia universitária, por exemplo, cantada em prosa e verso, é parte de uma grande ilusão: as universidades teriam liberdade para empreender sua reforma, desde que se mantivessem dentro das prescrições e limites legais. A Cátedra se foi, mas em compensação criou-se uma estranha dicotomia entre o Departamento e o Curso: o Departamento reúne os docentes de uma mesma

<sup>2</sup> "A ideia de pós-graduação como tarefa normal e permanente da universidade, constituindo sistema de cursos regulares que visam o aprofundamento da formação recebida na graduação e conduzem a graus acadêmicos, foi objetivada pela primeira vez no Brasil, no projeto da Universidade de Brasília. Esse tipo de pós-graduação corresponde à própria concepção da nova universidade, projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno" (SUCUPIRA *apud* BASTOS 1980, p. 9-10).

disciplina ou área do conhecimento; o Curso é o conjunto de docentes envolvidos na composição de determinado currículo/conjunto de disciplinas.

Não cabe nesta oportunidade retomarmos a questão da análise crítica dessa *reforma universitária*, algo que tentamos fazer em outros trabalhos. É suficiente lembrar que, em 1968/1969, fechou-se o *círculo de giz*. Não haveria mais lugar para movimentos docentes ou discentes, para discussões do tipo “a universidade que temos e a universidade que queremos”, e tudo que se podia fazer era adaptar estatutos e regimentos à nova legislação. Esta, aliás, tentou incorporar várias das questões que há muito eram discutidas, mas o fez de maneira deturpada, a começar pelo fato de que o principal reclamo de então era que cada universidade, em função de sua autonomia, fizesse a sua reforma (BASTOS 1980, p. 11).<sup>3</sup>

#### b) A questão da institucionalização da pós-graduação

Cursos de mestrado e doutorado foram criados nos inícios dos anos 1960, em várias instituições isoladas de ensino superior, de maneira que, em 1965, já existiam vinte mestrados e dez doutorados no país (PAOLI 1985, p. 37).<sup>4</sup> Havia um leque de possibilidades em termos de experiências inovadoras, as quais foram bruscamente cerceadas ou decepadas a partir de 1964. Tal como se fez com a universidade, a pós-graduação também deveria obedecer a um modelo uniforme em todo o território nacional.

Em 1965, o Parecer 977/65, do conselheiro Newton Sucupira, em atendimento a solicitação do Ministro da Educação ao Presidente do CFE, definiu de forma taxativa a natureza e os objetivos da pós-graduação *em geral*. Temos aí o chamado *marco legal inicial* da institucionalização da pós-graduação, conforme se lê no relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (Decreto-Lei 62.937 de 2 de julho de 1968). Passamos assim da discussão democrática de diretrizes e princípios às decisões autoritárias de cunho *iluminista*, da pluralidade de perspectivas, isto é, dos *muitos futuros possíveis*, à uniformização burocrática e centralizada.

A referência da institucionalização veio a ser a Lei da reforma universitária, de 1968, referida linhas acima. Na verdade, na legislação anterior do ensino superior, e na própria LDBEN, de 1961, a pós-graduação, quando mencionada, o é sempre em termos bastante genéricos. Queriam alguns, então, que cada Universidade definisse as características de seus cursos de pós-graduação (BASTOS 1980, p. 12-15). Todavia, a Lei da Reforma Universitária, de 1968, atribuiu ao CFE a competência para baixar normas para a organização da pós-graduação, o controle desta última por intermédio do *credenciamento*. Em 1969, o CFE aprovou o Parecer 77/69, do conselheiro Newton Sucupira, definindo as normas para esse credenciamento dos cursos de pós-graduação.

<sup>3</sup> “A pós-graduação analisada sob os aspectos legais mereceu da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024, de 20/12/1961) nova formulação conforme consta de seu artigo 69” (BASTOS 1980, p. 11).

<sup>4</sup> “Esta liberdade de decisão não se referia apenas ao ensino pós-graduado, pois até então a universidade, enquanto um setor da universidade brasileira, conseguiu manter uma autonomia relativamente ampla” (PAOLI 1985, p. 37, nota 21). Nesta nota o autor menciona vários outros trabalhos de sua autoria sobre a questão da institucionalização.

Estabelecia-se assim, o modelo único em seus 18 artigos distribuídos ao longo de seis páginas (SCHWARTZMAN 1979, p. 298; FÁVERO 1991).<sup>5</sup>

A adoção, ou antes, a imposição de um modelo único de pós-graduação para todas as universidades brasileiras e institutos de pesquisa constituiu na prática o ápice de um processo de ocultamento em relação às reais possibilidades então existentes de implantação de experiências diversificadas e concorrentes entre si. Tal ocultamento veio a contaminar a própria memória dessa questão, levando ao aparecimento de uma história fortemente marcada pelo viés *iluminista* dominante à época da institucionalização. Desse apagamento das possibilidades da diferença surgiu o mito que sobrevive até hoje de uma pós-graduação uniforme como alguma coisa consensual e historicamente necessária. O controle político-ideológico sobre professores e alunos foi talvez somente a parte mais ostensiva e violenta dessa imposição de um controle burocrático autoritário sobre todas as atividades acadêmicas, inclusive a produção intelectual. É no mínimo curioso que até hoje, mais de meio século após, o modelo decretado pelo regime militar continue a pautar o dia a dia de nossos programas de pós-graduação cada vez mais submetidos ao controle de uma CAPES hipertrofiada.

### **Alternâncias e interpenetrações de memória e história**

Passemos agora à tentativa de narrar propriamente os acontecimentos. Misturam-se a partir daqui memória e história. Nossas próprias lembranças conflitam ou corroboram, mas, sobretudo, complementam os dados documentais e bibliográficos. São muitas vivências e fatos, nem sempre fáceis de separar. Enfim, trata-se de uma narrativa muito pessoal, talvez mais testemunho que história propriamente dita, dada a nossa participação no próprio processo que queremos descrever.

21

#### *De volta às origens, ou quando tudo começou*

Dos meados dos anos 1950 aos dos anos 1960, isto é, de 1955 a 1964, misturam-se os nossos primeiros anos em Niterói, como professor, e a história da graduação em história, na Faculdade Fluminense de Filosofia e, depois, na nova universidade federal UFERJ, mais tarde UFF (VIEIRA s/d, p. 43; 50-55).

Começamos a trabalhar no curso de história quando ainda cursávamos o 4º ano do curso de geografia e história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1955. No primeiro semestre deste ano fizemos algumas palestras, a convite da professora Eugênia Damasceno Vieira Prado, então à frente da cadeira de história moderna e contemporânea da Faculdade Fluminense de Filosofia, para a turma do 3º ano da Faculdade Fluminense. Já

<sup>5</sup> Convém ainda salientar, como afirma Schwartzman (1979), que: "os novos programas de pós-graduação foram também prejudicados pelo clima político depois de 1968. Entre 1969 e 1970 várias dezenas dentre os mais talentosos cientistas brasileiros foram afastados compulsoriamente de suas posições de ensino e pesquisa, sendo levados, em muitos casos, a deixar o país... A ocorrência destas punições políticas no momento em que os novos programas de pós-graduação se criavam colocou-os sob justificável suspeita para grande parte da comunidade científica e universitária do país e fez com que muitos deles se vissem despojados de suas lideranças intelectuais quando elas seriam, supostamente, mais necessárias" (SCHWARTZMAN 1979, p. 298). Cf. FÁVERO 1991 e, da mesma autora, na série de estudos publicados pelo PROEDES / UFRJ, constam pelo menos cinco trabalhos interessantes sobre a universidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica.

no segundo semestre, aceitamos o lugar de assistente da professora Eugênia e começamos a lecionar regularmente (duas vezes por semana) na cadeira de história moderna e contemporânea.

Até o ano de 1960, quando se generalizou a discussão sobre a *federalização*, nosso trabalho na Faculdade Fluminense de Filosofia foi tranquilo, em colaboração com a professora Eugênia Prado e, a seguir, com o professor Hugo Weis, com quem já trabalhávamos na FNFi. Seguíamos em linhas gerais o planejamento já existente na cadeira de história moderna e contemporânea da FNFi, embora simplificado quanto às modalidades e conteúdos dos trabalhos discentes, uma vez que sabíamos das dificuldades de nossos alunos em termos de acesso à bibliografia mais especializada. A faculdade funcionava no prédio do Instituto de Educação e, depois, transferiu-se para as instalações da Escola Técnica Aurelino Leal, em frente ao Palácio do Ingá. Turmas pequenas, alunos atentos e muito estudiosos, presença da fiscalização federal através de um *inspetor do MEC*, tempos tranquilos enfim.

Apesar da atmosfera tranquila de então, “típica de Niterói”, como se dizia, há muito os estudantes vinham se mobilizando, através da União Fluminense de Estudantes, no sentido de conseguir a fundação de uma universidade federal. O movimento acelerou-se a partir de 1958, com apoio do governo estadual, apoio que se intensificou, em 1959, com Roberto Silveira. A partir de 1960 a questão da federalização se converte em tema polêmico, antes e depois da assinatura da Lei 3848, de 18 de dezembro de 1960, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, criando a UFERJ.

22

O ano de 1961 marca o agravamento das disputas que iriam se prolongar até 1965, e foi também o ano da morte do governador Roberto Silveira e da renúncia do Presidente Jânio Quadros. A Lei 3848, de 18 de dezembro, previa aprovação do Estatuto da UFERJ pelo Poder Executivo, mas, ao mesmo tempo, dividia entre *incorporadas* e *agregadas* as instituições de ensino superior que deveriam integrar a nova universidade criando assim, na prática, dois grupos ou duas forças antagônicas. Vieram, então, os anos de lutas em prol da federalização das *agregadas* e dos conflitos em torno do cargo de reitor pelas facções em luta. No trabalho que escreveu sobre a história da UFF (VIEIRA s/d, p. 58-71) o professor José Ribas Vieira narra os pormenores desses conflitos de então, inclusive seus componentes políticos e suas relações com o processo mais amplo da política brasileira, de Jânio ao golpe militar de 1964 (VIEIRA s/d, p. 74-77). Segundo Ribas, foram dois os principais momentos de crise: 1961 e 1963/1964, com a trégua da administração do reitor Paulo Gomes da Silva (1961- 1963) e uma intervenção: em 12 de fevereiro de 1965 é nomeado o professor Raul Jobim Bittencourt para, na condição de reitor “*pro-tempore*”, restabelecer a paz universitária. A universidade se organiza, constitui seu corpo de professores e funcionários, incorpora, finalmente, como hospital universitário, o Hospital Antônio Pedro. Finalmente, em 17 de julho de 1966, foi nomeado reitor o professor Manoel Barreto Netto (1966-1970). A UFF, como agora se denominava a antiga UFERJ, em função da Lei 4831 de 5 de novembro de 1965, entrava finalmente no caminho da normalidade institucional!

Como docente da Faculdade Fluminense de Filosofia, fazíamos parte das chamadas *agregadas*. Todavia não participávamos praticamente dos debates e lutas então em andamento. Chegavam-nos notícias e comunicados, ora por intermédio do prof. Luiz Cesar Bittencourt Silva, nosso chefe de departamento, ora através do prof. Luiz de Castro Faria, titular de antropologia e pertencente ao Museu Nacional, ou do professor Durval Baptista Pereira, diretor da Faculdade de Filosofia. Acompanhávamos de longe, por assim dizer, os acontecimentos e todos respiramos aliviados quando, afinal, saiu o enquadramento dos professores e funcionários, em 1963. À testa da área de história moderna e contemporânea, começamos a reorganizar o respectivo quadro docente já que o prof. Hugo Weis assumira o lugar de titular de história da América. Não me lembro mais em que ano, saímos da Escola Técnica Aurelino Leal e fomos para o prédio recém-inaugurado da Faculdade de Filosofia, na rua Dr. Celestino, de onde, em pouco tempo, iríamos para o prédio da reitoria, na praia de Icaraí, onde o departamento de história funcionava no 3º andar e as salas de aula ficavam nos fundos do teatro.

A partir dos acontecimentos de 31 de março de 1964, o ambiente tornou-se mais tenso e agitado no departamento de história. Procurávamos assegurar a normalidade da execução do programa de aulas e trabalhos da área de história moderna e contemporânea, mas vivíamos também os sobressaltos do movimento estudantil, em Niterói e no Rio de Janeiro, os rumores sobre proibição de livros, os boatos sobre a presença de *espíões* em nosso meio. Apesar de tudo, nosso trabalho era bem mais tranquilo e produtivo do que no Rio de Janeiro!

Curiosamente, porém, foi nessa mesma época que se tornou mais forte o prestígio da chamada *história quantitativa* (FALCON 1985, p. 11-12), o qual nos levou a uma reforma curricular destinada a adequar o nosso curso aos *novos tempos*, com a inclusão de várias disciplinas mais *científicas*: complementos de matemática, introdução à estatística e história econômica.<sup>6</sup> Anos depois, no entanto, passada a maré quantitativista, fizemos nova reforma do currículo, deixando ficar apenas a história econômica geral e do Brasil.

Em 1967, foram discutidos e aprovados, pelo Conselho Universitário, o novo Estatuto e o novo Regimento da UFF, com base no que determinavam o Decreto-Lei número 53 de 18 de novembro de 1966, e o Decreto-Lei número 252 de 23 de fevereiro de 1967. Os docentes da UFF tiveram alguma participação nessa discussão cujo resultado foi a criação dos quatro Centros e a manutenção de várias das antigas unidades. A reforma provocou novos debates e descontentamentos. Em 1968, no clima de agitação de meados daquele ano, realizou-se o I Seminário de Professores e Alunos do ICHF, no qual foram discutidas inúmeras questões relativas aos departamentos de História, Ciências Sociais e Filosofia, tais como: corpo docente; biblioteca, regime de trabalho, extensão etc. Foi um momento

<sup>6</sup> Conforme analisamos em outro artigo, a *moda* ou *febre* da chamada *história quantitativa*, não foi um fenômeno limitado ao nosso departamento, na UFF. Teve impacto também na PUC-Rio e no IFCS/UFRJ, na área do Rio de Janeiro. Sua consagração talvez tenha sido o Colóquio realizado em Paris, em 1971, sob a direção de F. Mauro (FALCON 2000; 2011). Aliás, no nosso departamento, tal evento custou-nos a demissão da professora Maria Bárbara Levy, que compareceu ao Colóquio e ficou mais de 30 dias ausente de suas funções, justificando assim, pelo menos foi o argumento utilizado, seu afastamento.



importante, significativo mesmo, mas acabou sendo apenas o prelúdio às medidas punitivas resultantes do AI 5 de dezembro de 1968.

De 1964 a 1968, fomos contemporâneos de uma época agitada, não raro confusa, durante a qual conviveram acontecimentos os mais diversos: a presidência do marechal Castelo Branco e as pressões dos oficiais da chamada *linha dura*; o Ato Institucional número 2, em outubro de 1965; a posse do general Arthur da Costa e Silva na presidência da República, em 1967; a retomada do ciclo de agitações estudantis com as grandes passeatas, de 1967/1968; os festivais da canção e suas músicas de protesto; a nova investida da *linha dura* e o AI 5, em dezembro de 1968.

O Plano de Reestruturação da UFF, encaminhado à Câmara de Ensino Superior do CFE, sofreu inúmeras críticas e modificações, daí resultando o texto final sobre a reestruturação, aprovado pelo Decreto 62.414 de 15 de março de 1968. O Estatuto e o Regimento Geral da UFF foram aprovados pelo CFE através do Parecer 696 de 05/09/69. Em 1974, um novo Regimento Geral foi aprovado pelo CFE, através do Parecer 4111/74. Mencionamos a existência destes textos porque a sua consulta mais atenta permite ao leitor verificar o quanto era ainda escassa a preocupação com a pós-graduação, em geral mencionada em termos bastante genéricos, mas raramente concretamente explicitada.

Bem, nos começos de abril de 1969, já em plena vigência do AI 5, embarcamos para Lisboa, para uma bolsa de estudos concedida pelo governo de Portugal através do Instituto para a Alta Cultura. Íamos realizar as pesquisas necessárias ao nosso projeto de tese sobre a Era Pombalina. De lá, na loja da Varig, buscávamos notícias sobre o Brasil em jornais e revistas brasileiros. Foi assim que ficamos sabendo das aposentadorias de muitos dos nossos colegas das universidades federais.

Retornamos em novembro/dezembro de 1969. O departamento de história integrava agora o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, subordinado ao Centro de Estudos Gerais. Já não habitávamos mais o prédio da reitoria, pois tínhamos sido transferidos para a rua Lara Villela, nas antigas dependências do Colégio Bittencourt Silva. Ali ficaríamos até 1979, quando o ICHF se transferiu para um prédio novo, recém-inaugurado, no campus do Valonguinho. Nesse ano, aliás, o departamento de história patrocinou o Simpósio Nacional da ANPUH, um evento dos mais concorridos e de importância capital para os rumos da entidade, tendo-se em vista as discussões e resoluções que foram tomadas durante sua Assembleia Geral.

#### *Os anos 1970, ou os "inesquecíveis anos de chumbo"*

Em setembro de 1970, a prof<sup>a</sup>. Aidyl de Carvalho Preis, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, constituiu uma comissão destinada a estudar "a viabilidade da implantação da pós-graduação", no Instituto em geral e no departamento de história em particular. Presidimos a citada Comissão e as discussões sobre as perspectivas e características de uma futura pós-graduação em história em nível de mestrado. O parecer final da Comissão assinalou "a conveniência de ser dada prioridade à implantação do curso de

mestrado em história”. Foi então constituída, no âmbito do departamento de história, uma comissão de pós-graduação com a tarefa de “planejar e orientar a execução de todas as providências necessárias à implantação do respectivo curso de mestrado”. O projeto preliminar foi apresentado em julho de 1971 ao departamento, quando foi aprovado o direito de matrícula no futuro curso para os docentes do Departamento sem exigência de provas de seleção, uma decisão bastante lógica apesar de algumas vozes discordantes.

Assim, o projeto do curso de pós-graduação em história foi aprovado em setembro de 1971 pela COMPEG, e, a seguir, pela Resolução 80/76 do Conselho Universitário, mas apenas em 25/08/76. Estava previsto que seria oferecido, inicialmente, um curso de aperfeiçoamento, devendo o curso de mestrado iniciar-se em 1973 e o doutorado em 1975. Definiram-se então, como áreas de concentração, a história econômico-social e a história político-social, assim como a exigência de cursos de historiografia e metodologia. O primeiro Edital foi publicado em outubro e a primeira seleção realizou-se em novembro de 1971. Logo depois, iniciou-se o primeiro *Curso para Graduados* – história econômica do Brasil, lecionado pela prof<sup>a</sup>. dra. Nícia Vilela Luz, da USP. A seguir, foi oferecido o curso da prof<sup>a</sup>. dra. Adeline Daumard, sobre demografia histórica e, já no segundo semestre de 1972, um curso do prof. dr. Pedro Freire Ribeiro (CORRÊA 2001, p. 40-42).

A partir do segundo semestre de 1972, foram contratados os professores doutores Richard Graham e Stanley E. Hilton, os quais permaneceram no programa até julho de 1974. Era o início da fase do curso de pós-graduação em história marcada pela forte participação dos chamados *brazilianistas*, norte-americanos em sua maioria. Os motivos dessa opção por professores norte-americanos e não por professores da USP, por exemplo, têm a ver, segundo a professora Aidyl Preis, com uma oferta da CAPES no sentido de financiar sua contratação. A presença dos *brazilianistas* suscitou uma querela nos meios acadêmicos, com manifestações pró e contra suas pesquisas e orientações. O prof. José Honório Rodrigues, por exemplo, embora amigo pessoal de muitos desses professores norte-americanos, criticou em diversas ocasiões as diferenças de tratamento por parte das instituições brasileiras (arquivos e bibliotecas) aos pesquisadores conforme fossem eles estrangeiros ou brasileiros – acesso amplo aos primeiros e restrições não raro severas aos segundos (CORRÊA 2001, p. 48-52).

A presença desses docentes teve como consequência uma rediscussão das áreas de concentração existentes, a qual se concluiu pela adoção da história do Brasil e da história da América como áreas de concentração do programa. Um enunciado tão singelo como este oculta na verdade uma das questões mais polêmicas presentes nas memórias e histórias do programa. Em sua dissertação intitulada “De que lugares fala essa história”, Maria Amélia Ayd Corrêa recorre a diversas entrevistas assim como outras fontes para analisar quais os motivos que levaram à substituição de história econômico-social e história político-social, como áreas de concentração, por história do Brasil e história da América (FALCON 2012a, p. 12-13). Tal como afirmamos em nosso texto, que consta da publicação “Memória dos Cursos de Pós-Graduação – Mestrado em História”

(CORRÊA 2001, p. 33-37), a autora, Ayd Corrêa, também afirma que só a partir do segundo semestre de 1972 foram implementadas as áreas de América e Brasil. Variam as explicações apresentadas para tal mudança embora, em sua maioria (FALCON 2012a, p. 14) concordem com a nossa afirmação inicial: a mudança se deu, de uma forma ou de outra, em decorrência da chegada dos *brazilianistas* ao programa, isto é, do ajustamento deste último às características profissionais e preferências temáticas dos recém-chegados.

Participaram posteriormente do programa outros *brazilianistas* como Bailey W. Diffie (até abril de 1974), Michael Morris (até dezembro de 1974) e Richard M. Morse, entre diversos outros, cujos nomes se acham relacionados na publicação *Memória dos Cursos de Pós-Graduação*, editada pela EDUFF/PROPP, em 1985 (FALCON; CARVALHO; FERREIRA 2012c).

Muito se discutiu à época, o papel proeminente assumido pelos docentes norte-americanos no âmbito do programa de pós-graduação em história da UFF. Opiniões divergentes, convém frisar, pró e contra. Querendo ou não, no entanto, essa foi a maneira de implementar o programa com rapidez. Não tínhamos docentes com a titulação necessária, nem era fácil encontrá-los. A professora Ismênia de Lima Martins foi das primeiras a doutorar-se (na USP) e logo passou a integrar o corpo docente do programa. Logo vieram o prof. dr. Pedro Demo e os docentes já veteranos, como José Honório Rodrigues, Luiz de Castro Faria, Arthur Cezar Ferreira Reis, Nilo Bernardes e Lysia C. Bernardes, Pedro Freire Ribeiro, assim como o professor dr. Victor Vincent Valla.

26

Em 1974 foram defendidas e aprovadas as oito primeiras dissertações de mestrado: três orientadas pelo prof. dr. Stanley Hilton e seis pelo prof. dr. Richard Graham, o qual também orientou e organizou uma primeira publicação do programa: *Ensaio sobre a política e a economia da província fluminense no século XIX*. Em 1975 foi aprovada uma dissertação, seguida de outras seis em 1976, quase todas resultantes de projetos elaborados à época dos professores Graham e Hilton. Foi também em 1975 que o programa recebeu da CAPES suas cinco primeiras bolsas

Em 1975, havia diversas linhas de pesquisa: história da América Latina, história dos Estados Unidos, história do Brasil e história do México. Tal foi a consequência da definição das linhas de pesquisa e das áreas de concentração de acordo com as preferências, interesses ou inclinações intelectuais de alguns docentes. Justamente por tal motivo nos afastamos do programa em 1973 e a ele só retornamos em 1976, pois, como tínhamos proposto, deveríamos pensar em termos menos paroquiais, ou mais modernos, como história econômica, história política e história social. No intervalo em que estivemos ausentes, aproveitamos para terminar a nossa tese sobre a *Época Pombalina*, defendida em concurso público de livre-docência em 1976, na própria UFF.

O período de 1975/1976 até 1978/1979 trouxe alguns avanços e uma progressiva estabilização com o aumento do quadro de docentes nacionais, apesar da presença ainda marcante de *brazilianistas*. Retirou-se o professor Pedro Demo, entrando em seu lugar a professora Salma T. Muchail. Foi mantida a circulação dos *brazilianistas*, que vinham com prazos variáveis de permanência:

Francis W. Morton, Ronny L. Seckinger, Roy A. Glasgow e também, um pouco mais tarde: Steven C. Topik e Robert Slenes.

Em abril de 1977 foi aprovado o “Regulamento Específico do Curso de Mestrado em História”, iniciando-se o processo de credenciamento, afinal concedido através do Parecer 104/78 do Conselho Federal de Educação. Ficavam mantidas as áreas de concentração em história do Brasil e história da América e o corpo docente estava então constituído pelos professores doutores: Aidyl de Carvalho Preis (coordenadora), Arthur Cezar Ferreira Reis, Francis William Orde Morton, Francisco José Calazans Falcon, Ismênia de Lima Martins, José Honório Rodrigues, Luiz de Castro Faria, Nilo Bernardes, Pedro Freire Ribeiro, Ronny Lery Seckinger, Roy Arthur Glasgow, Rui de Carvalho B. Lourenço Filho, Salma Tannus Muchail, Victor Vincent Valla, Luiz Cezar Aguiar Bittencourt Silva e Maximiano de Carvalho e Silva. No ano de 1977 foram aprovadas quatro dissertações e, no ano seguinte, mais dezenove.

Muitas e muitas vezes nos perguntamos, ou fomos indagados, sobre como vivemos, ou sobrevivemos ao longo desses anos 1970. Diante do clima de terror que se criou no IFCS/UFRJ, sobretudo no departamento de história, e ao qual já fizemos referência em trabalho sobre a história da pós-graduação em história no Largo de São Francisco (FALCON; CARVALHO; FERREIRA 2012c), criou-se o mito de que “em Niterói teríamos desfrutado de uma tranquilidade quase total [...]”. Bem, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Os ambientes eram diferentes, assim como as condições de trabalho e a liberdade de lecionar e pensar. Mas tivemos também nossos fantasmas. Por sorte, porém, tivemos pessoas cujo caráter se tornou uma barreira às tentativas de incursões dos agentes da intolerância. Várias pessoas, na verdade, mas, em primeiro lugar, aquele que foi uma espécie de nosso patrono: o professor Luiz Cezar Bittencourt Silva, titular de história antiga e medieval. Houve espionagem de algumas aulas, boatos atemorizadores, perseguição contra alguns professores, inclusive o funcionamento de um esdrúxulo critério de “ficha política limpa” para o professor poder vir a ser contratado. Tivemos também alunos perseguidos e alguns até desaparecidos. Eram tempos difíceis, mas, apesar de tudo isso, seguimos em frente!

### **O período das transformações que marcaram a reformulação do curso de mestrado e a estruturação do curso de doutorado**

Denominamos assim, *período das transformações*, àqueles anos, no final da década de 1970 e começos da década de 1980, nos quais a rotina de nossos trabalhos e sobretudo a tranquilidade das relações docentes e discentes foram seriamente abaladas pela entrada de alguns *estranhos no ninho* do colegiado do programa. Para isto concorreu bastante a anistia *ampla, geral e irrestrita*, aprovada em 1979, mas não só. A primeira perturbação deu-se antes da anistia: a contratação do prof. dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso para o corpo docente do mestrado. O professor Ciro representou um sopro de novas questões, demanda de novos critérios, e, sobretudo, exigência de rigor teórico-metodológico (FALCON 2012b). Encantou aos alunos, mas feriu velhas susceptibilidades. Há muito sentíamos que o mestrado carecia de maior

embasamento teórico e considerávamos preocupantes certas afirmações de alguns dos *brazilianistas* que nos diziam não dar a menor importância a questões teóricas. O primeiro setor a se sentir melindrado foi o de história da América, diante das críticas de Ciro Flamarion. Em 1979 entraram para o corpo docente as professoras doutoras Maria Yedda Leite Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Maria Bárbara Levy e Margarida de Sousa Neves, assim como Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Melo. O prof. dr. Nilo Bernardes, já pertencente ao programa, destacou-se nesta nova fase pelas propostas inovadoras e até certo ponto audaciosas, como, por exemplo, a criação da figura do co-orientador de dissertação, uma proposta que irritou profundamente os representantes da *velha guarda*. Outra proposta polêmica, parcialmente posta em prática, foi a de que os docentes, ou alguns dentre eles, assistissem às sessões de qualificação dos mestrandos. Os descontentes acabaram por demitir-se do programa.

A partir de 1978/1979 a política que visava obter uma estabilidade maior para o corpo docente, traduziu-se no aumento do percentual de professores permanentes, enquanto declinava bastante o percentual dos professores visitantes. A médio e longo prazos tal tendência só poderia intensificar-se em função da obtenção de titulação de professores pertencentes aos quadros do departamento de história. Por sinal, foi durante os anos iniciais da década de 1980 que se conseguiu equacionar, afinal, a antiga questão da *separação ou distanciamento* entre o programa e o departamento, situação funcional de alguns docentes da pós-graduação, relações com o ensino de graduação. Aos poucos, não sem algumas resistências, firmou-se o princípio da obrigatoriedade de lecionar na pós-graduação e também na graduação.

28

Havia também alguns professores visitantes, alguns deles vindos em função de convênios, como o assinado com a Universidade de Toulouse-Le Mirail, chamado convênio CAPES-COFECUB, o qual nos trouxe o excelente mestre Bartolomé Bennassar; o convênio com a Fundação Fullbright, que propiciou a vinda, entre outros do prof. Warren Dean; e o com convênio firmado com a Universidade de Costa Rica.

Como subcoordenador da pós-graduação e, a partir de 1982, como seu Coordenador, presidimos a muitas das reuniões do colegiado, participando de suas discussões. Presenciamos a discussões acaloradas, choques de posições inconciliáveis, conflitos pessoais, mas creio que conseguimos levar o barco adiante, apesar de tudo. Apesar de todas as divergências havia no colegiado, salvo algumas poucas exceções, o forte desejo de contribuir para elevar o nível do programa, obter melhores resultados dos alunos, criar condições reais para o futuro doutorado.

Além de questões respeitantes ao necessário rigor das orientações de trabalhos finais, entraram em pauta exigências da CAPES e do CNPq quanto à definição mais precisa de nossas linhas de pesquisa. As discussões arrastaram-se por mais de dois anos e no seu curso o debate foi se tornando cada vez mais abrangente, compreendendo práticas docentes, sistemas de avaliação, áreas de concentração, relações com o ensino de graduação. De fato, era a própria reestruturação do curso que estava em pauta.

Uma das primeiras decisões foi a de abolir as barreiras até então existentes entre história do Brasil e história da América tendo em vista três aspectos: a escolha do tema de dissertação, a seleção para ingresso no programa, a matrícula nos cursos obrigatórios das áreas de concentração. Por outro lado, em 1980, primeiro semestre, foram fixadas as seguintes linhas de pesquisa: Escravidão e Abolição; Camadas Populares; História Regional; História das Ideias. Em 1982-1983, após novas reuniões e debates, houve uma reformulação simultânea de áreas de concentração e linhas de pesquisa, unificando-as, passando-se então ao modelo que perdurou por mais de uma década: História Social e Econômica da Agricultura; História Social da Industrialização e da Urbanização; História Social das Ideias. Deixou-se também mais ou menos implícito que o conceito de *regional*, referindo-se ao *espaço fluminense* constituiria preocupação prioritária de todos os pesquisadores.

Em outubro de 1982 começou o processo de recredenciamento do programa, que foi concluído com o Parecer 230/83 do CFE, plenamente favorável, de 6 de maio de 1983. Vale notar aqui, talvez como mera curiosidade, que esse Parecer do CFE menciona como linhas de pesquisa do mestrado: Escravidão e Abolição na América Latina e no Caribe (séculos XVIII e XIX); Industrialização, Operariado e Camadas Populares no Rio de Janeiro (séculos XIX e XX); História Social das Ideias no Brasil (séculos XIX e XX). Deve-se tal fato à circunstância de que por ocasião da visita da comissão da CAPES, em outubro de 1982, o colegiado do programa ainda não havia concluído os debates para a reformulação das áreas de concentração e das linhas de pesquisa.

Em 1982 foi encaminhado à FINEP um projeto a ser desenvolvido pelo programa de pós-graduação cujo título era: "Cidade e campo no complexo regional do Rio de Janeiro", composto de três subprojetos/subprogramas: *O modelo de estagnação e a problemática da decadência – o Rio de Janeiro (Província – Estado): 1850 – 1950*, coordenado pelos professores doutores Maria Yedda Leite Linhares e Robert W. Slenes; *Processos industrializantes, condições de vida e movimentos operários (fins do século XIX – década de 1930)*, coordenado pelas professoras doutoras Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Ismênia de Lima Martins; e *Análise de discursos e suas ideologias na transição do trabalho escravo para o trabalho livre*, coordenado pelo professor doutor Francisco José Calazans Falcon. Assinado em outubro de 1983, por vinte e quatro meses, o projeto iniciou-se em 1984 e foi concluído em 1986, produzindo diversos trabalhos sobre o período de 1870 a 1945, mas com a exclusão, por motivos financeiros, do subprojeto relativo à análise de discursos. Uma segunda etapa, ou novo projeto FINEP, iniciou-se em 1987 (segundo semestre), mas foi prejudicada pela crise de recursos daquela Agência.

Uma vez concluída a reestruturação do curso de mestrado, o colegiado do curso passou a discutir e planejar a estrutura do futuro curso de doutorado, cujas grandes linhas foram aprovadas no final de 1983. Tratava-se de um projeto estreitamente articulado àquele já aprovado para o mestrado.

As mudanças aprovadas em 1982 buscavam aproximar ao máximo as áreas de concentração das linhas de pesquisa, uma velha reivindicação nossa e

do corpo docente em geral. O programa tendia a identificar-se, cada vez mais, como sendo de história social, com as seguintes áreas de concentração: história econômica e social da agricultura, história da urbanização e da industrialização, e história social das ideias. As linhas de pesquisa correspondentes eram assim denominadas: história social da agricultura ou, simplesmente, história agrária, história social da industrialização e da urbanização e história social das ideias. Numa época em que tanto se debatiam os conceitos de área de concentração e de linha de pesquisa, o colegiado do programa de pós-graduação em história da UFF optou por ultrapassar tal discussão e fazer valer, aí sim, em termos metodológicos, o corte regional, o compromisso com a região fluminense, além de fazer da referência à *historia social* o seu referencial teórico mais geral. Aos poucos o programa marchava rumo a um objetivo cada vez mais claro: fazer da história social a sua verdadeira área de concentração, em associação com uma concepção de algo assim como história-total.

Em dezembro de 1983 deixamos a coordenação do programa de pós-graduação a fim de realizarmos em Lisboa o estágio de pós-doutoramento aprovado pela CAPES, por um ano. A professora dra. Ismênia de Lima Martins assumiu nosso posto e tratou de providenciar, em 1984, o pedido de autorização para o início do curso de doutorado, junto às instâncias superiores da UFF e à CAPES. A autorização veio em 21 de novembro de 1984 e a primeira seleção teve lugar em janeiro de 1985, quando nós já havíamos retornado e reassumido a coordenação do programa (CORRÊA 2001). A renovação do credenciamento do curso de mestrado e do credenciamento do curso de doutorado foi aprovada em 1988. A esta altura, já haviam sido aprovadas diversas modificações curriculares, a começar pela implantação dos setores temáticos, em 1987, tendo em vista principalmente as especificidades da formação nas áreas de história antiga e história medieval. O outro setor temático então criado foi o de história moderna e contemporânea.

Em sua "Introdução ao catálogo de teses e dissertações – 1974-1995", do programa de pós-graduação em história – UFF, a professora dra. Vânia Leite Fróes apresenta um breve resumo da evolução histórica desse programa, especialmente as características que marcaram as trajetórias das três linhas de pesquisa definidas em 1982. A autora chama atenção para o fato de que a criação das áreas temáticas, em 1988, não eliminou essas linhas de pesquisa, pois, pelo contrário foram elas estendidas à área de história antiga e medieval (FRÓES 1996). Tampouco a reforma curricular de 1991 veio a alterá-las. Uma comissão, nomeada pelo colegiado do programa, começou a estudar, em 1992, a pertinência das linhas de pesquisa então existentes.

Em 1994, houve a terceira renovação do credenciamento do curso de mestrado, e a segunda do curso de doutorado, sendo mantidas, de uma maneira geral, as áreas de concentração e as linhas de pesquisa. Mudanças maiores ocorreram a partir de 1997, quando foram definidas como linhas de pesquisa: História Cultural, Economia e Sociedade, Poder e Política, e História Regional. Ao mesmo tempo, manteve-se a História Social como área de concentração.

### Algumas informações finais

Devemos esclarecer ao leitor que as informações contidas na parte final do presente trabalho, um tanto fragmentárias, é justo reconhecê-lo, foram pinçadas aqui e ali em diversas fontes, pois, para nós a história termina em 1990, quando, ao deixar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, nos aposentamos na UFF. A rigor, aliás, vivenciamos mesmo o programa somente até os meados de 1986.

A sistematização das informações sobre dissertações, teses, e pesquisas, consta principalmente das seguintes publicações: 1) *Memória dos cursos de pós-graduação – mestrado de história*, publicado pela PROPP/EDUFF, 1985 – onde estão relacionadas 91 dissertações de mestrado, de 1974 a 1984; 2) *Programa de pós-graduação em história, UFF. Catálogo de teses e dissertações – 1974-1995*, no qual estão relacionados 267 trabalhos, inclusive 22 teses de doutorado; 3) O vol. 3 da obra intitulada *Produção histórica no Brasil*, coordenada por Maria Helena R. Capelato, no qual estão incluídas as dissertações e teses defendidas entre 1985 e 1994 na UFF. A produção científica docente foi incluída em dois catálogos, um de 1986- 1988, e outro, de 1990.

### Referências bibliográficas

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- BASTOS, Jésus de Alvarenga. **Pós-graduação no Brasil**: institucionalização e situação atual. Niterói: UFF / CESA / Faculdade de Educação, 1980.
- CORRÊA, Maria Amélia Ayd. **De que lugares fala essa história?** As matrizes teórico-metodológicas na produção discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFF (1989 – 1996). Rio de Janeiro: PPGHIS / UFRJ, Dissertação de Mestrado em História Social, 2001.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FALCON, Francisco J. Calazans. Histórico do curso. In: **Memória dos cursos de pós-graduação**: mestrado em história. Niterói: PROPP / UFF / EDUFF, 1985.
- \_\_\_\_\_. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. IX, número 17, 1996, p. 7-30.
- \_\_\_\_\_. Depoimento – a pós-graduação em história. **Maracanan**, IFCH/UERJ, ano 1, número 1, 1999/2000, p. 118-133.
- \_\_\_\_\_. L'historiographie brésilienne contemporaine (1958- 1969). In: CROUZET, François; ROLLAND, Denis (dir.). **Pour l'histoire du Brésil**. Mélanges offerts à K. de Queirós Mattoso. Paris: L'Harmattan, 2000, p. 93-108.
- \_\_\_\_\_. Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959/60 – 1968/69. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de Freixo e FREITAS, Jacqueline Ventapane (orgs.). **Tempo negro, temperatura**



**sufocante.** Estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2008, p. 45-40.

\_\_\_\_\_. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/60: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, Raquel (org.). **Do passado para o futuro:** edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 13-68.

\_\_\_\_\_. Memória e história. A fundação da ANPUH –Conferência, em julho de 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** (Anais Eletrônicos), 2012a, p.1-18.

\_\_\_\_\_. Ciro Flamarion Santana Cardoso: uma memória em vários tempos. In: ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira (orgs.). **Professor Ciro Flamarion Cardoso:** um combatente pela história. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2012b, p. 29-42.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, José Murilo de; FERREIRA, Marieta de Moraes. Reflexões sobre o programa de pós-graduação em história social – trinta anos, **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, julho / Dezembro, 2012c. Disponível em: [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org).

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada:** Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

32

IGLÉSIAS, Francisco. Comentários à introdução monográfica sobre a área de história, de Alice Canabrava. **Anais do I Encontro de Estudos Brasileiros.** São Paulo: IEB, v. II, 1972, p. 21- 34.

\_\_\_\_\_. **Os historiadores do Brasil:** capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão:** historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 13-96.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). **Universidade e lugares de memória.** Rio de Janeiro: UFRJ/FCC/SIBI, 2008.

PAIM, Antônio. **A UDF e a ideia de universidade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PAOLI, Niuvenius Junqueira. **Para repensar a universidade e a pós-graduação.** Campinas: UNICAMP, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Editora Nacional/FINEP, 1979.

VIEIRA, José Ribas. **A Universidade Federal Fluminense:** de um projeto adiado à sua consolidação institucional. Niterói: UFF / CEUFF / PROAC, s.d.

VILAR, Pierre. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico.** Barcelona: Crítica, 1980.

# Memórias de um profissional de história

Memoirs of a professional of history

---

## José Ribeiro Júnior

jribjr@uol.com.br

Professor Titular

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Av. Dom Antonio, 2100 - Parque Universitário

19806-900 - Assis - SP

Brasil

---

## Resumo

Dentro do quadro de proposições deste número da revista *História da Historiografia*, relata-se, de forma concisa, a trajetória de um professor universitário de história. Trata-se de alguém que narra sua licenciatura na USP, sua participação em inícios de cursos de graduação e pós-graduação numa cidade do interior do Estado de São Paulo, inclusive fazendo parte dos primórdios da Universidade Estadual Paulista (UNESP). O autor aborda, também, aspectos de sua vida acadêmica e institucional, relatando, ainda, o processo de sua inserção em linha historiográfica definida. Observe-se, introdutoriamente, que o leitor nem sempre encontrará uma ordem cronológica linear, por força da multifacetada natureza das atividades de um professor universitário de história. Advirto, também, não terem sido feitas as citações bibliográficas completas por entender que escrevo para especialistas do *métier de l'historien*.

## Palavras-chave

Formação acadêmica; Historiografia; Historiador.

33

## Abstract

Within the proposed framework for this issue of the journal *História da Historiografia*, the present article is a concise report on the trajectory of a university professor of history. The author writes on the obtainment of his degree at the USP, his participation in the beginning of undergraduate and graduate courses in the interior of the state of São Paulo, including the experience of taking part in the beginnings of the public university Universidade Estadual Paulista (UNESP). The author also discusses aspects of his academic and institutional life, and reports on the process of his insertion in an established historiographical line of work. It can be introductorily noted that the reader will not always find a linear chronological order, due to the multifaceted nature of the activities of a university professor of history. An additional note is that I have not made complete bibliographical citations, as I understand that the readers are specialists in the historians' craft.

## Keywords

Academic educational; Historiography; Historian.

---

Enviado em: 14/12/2012

Aprovado em: 4/3/2013

Ora, viver é mudar (FEBVRE 1989, p. 42).

Observe-se, introdutoriamente, que o leitor nem sempre encontrará uma ordem cronológica linear, por força da multifacetada natureza das atividades de um professor universitário de história. Advirto, também, não terem sido feitas as citações bibliográficas completas por entender que escrevo para especialistas do *métier de l'historien*.

Da graduação em história da Universidade de São Paulo (USP) até a minha situação atual de Ouvidor-Geral da Universidade Estadual Paulista (UNESP) há, declare-se, muito esforço de aprendizagem, posição em que me coloco, permanentemente, em face da vida, especialmente da acadêmica.

### **A graduação**

Ingressei no curso de história da USP no ano de 1960. Nessa época eu já pensava que a história continha em si todas as ciências humanas. Achava consciente minha escolha e almejava ser um *professor secundário* do ensino público.

O período de minha graduação ocorreu numa época de grande ebulição política e social, infelizmente culminando com o Golpe Militar de 1964. Na cerimônia de formatura de minha turma, no Teatro Municipal, em maio, o patrono escolhido, professor Mario Schenberg, foi vetado e substituído pelo professor Florestan Fernandes, fazendo um discurso que se transformou em texto básico de luta dessa geração. A sua fala foi publicada na revista *Civilização brasileira*, órgão de resistência, vetada em 1968, por força do AI-5.

Os quatro anos de minha graduação transformaram um jovem de 20 anos de idade, de família sem tradição intelectual do bairro operário do Brás, cidade de São Paulo, em aprendiz e participante de um mundo completamente novo. O curso era composto por corpo docente com diretrizes herdadas da chamada "Escola Francesa".

Entrei no curso noturno, minha primeira opção, e conheci alunos que trabalhavam e estudavam. Minha intenção era fazer o mesmo. Apenas 17 alunos passaram num vestibular bem diferente do atual. Os catedráticos orientavam e participavam dos exames escritos e orais. O objetivo era o de selecionar elite. Se hoje se faz ainda essa crítica, imagine-se nos anos 1960! No ano do meu ingresso na Faculdade de Filosofia (assim era chamada), o curso de história, que há pouco tempo se separara da geografia, foi instalado na cidade universitária. Nem havia asfalto ao redor do prédio provisório. Ainda cursei antropologia nas dependências da Rua Maria Antônia.

Tive professores célebres, como Sérgio Buarque de Holanda, que não chegou a exercer influência na minha formação, a não ser o gosto pela erudição (foi marcante sim, mais tarde, quando conheceria as magníficas *Visão do Paraíso* e *Raízes do Brasil*, publicações bem anteriores, entre outras obras importantes). O Dr. Sérgio, como era chamado pelos assistentes, tinha formação diferente da maioria dos catedráticos e professores. No departamento de história predominava a "École des Annales" e a herança marcante deixada por Fernand Braudel. Essa é a formação básica que me passaram com assinaladas influências

de March Bloch, Lucien Febvre, Ernest Labrousse e Pierre Chaunu, para citar apenas alguns. Esses e outros autores, que à frente serão nominados, ficaram introjetados neste estudante que se apaixonava progressivamente pela história. É a graduação, com certeza, que deixa as marcas mais importantes na maioria dos estudiosos, principalmente no caso da formação do historiador.

Sem desmerecer os mestres que tive, devo assinalar na minha graduação e perdurando durante minha vida profissional, as presenças de Emilia Viotti da Costa, Fernando Antonio Novais – meu principal modelo – e Eduardo d’Oliveira França.

As disciplinas de “Introdução aos estudos históricos”, no primeiro ano, e “Teoria da história”, no quarto ano, foram ministradas por essa professora-pesquisadora, com quem aprendi muito e em quem reconheci a excelente formadora, dentro e fora da sala de aula. Para além de clarear conceitos que me pareciam bem difíceis, ela colocava sua biblioteca particular à disposição do aluno. Fui muitas vezes à sua casa em busca de livros. Iniciou-me também na pesquisa de arquivo.

O professor França, figura humana ímpar, além de vasta erudição e produção historiográfica adiante do seu tempo, no que diz respeito aos seus enfoques da participação coletiva na história e à história da mulher (que sempre cobrava em suas arguições de teses), dava aulas empolgantes, didáticas e repletas de motivação. Sua principal influência em mim foi o reforço do gosto pela tarefa de ensinar, pela demonstração de orgulho em ser professor.

Fernando Novais, além de orientador seguro, suas aulas eram de uma riqueza total. Possuía uma formação completa nas ciências humanas. Não conheci ninguém com conhecimento tão erudito, incluindo o marxismo mais refinado, e uma capacidade inigualável de transmitir conceitos e acontecimentos historiográficos. Fui e sou privilegiado por tentar seguir suas pegadas inatingíveis e conseguir privar de sua amizade. Na pesquisa, como veremos mais adiante, segui suas formulações orientadoras ao realizar meus trabalhos acadêmicos.

Essa, em rapidíssima síntese, a formação que obtive, passada pelos meus mestres. Acrescente-se, ainda, que a maioria de docentes do departamento não aceitava o enfoque marxista, o que foi sempre um ponto de discórdia na graduação da USP. Muitos alunos tinham extrema curiosidade e interesse, formando grupos de estudo dos quais eu participava.

O ambiente encontrado entre os meus colegas foi bastante enriquecedor. O contato mais importante, para mim, sem esquecer muitos outros, foi a aproximação com Carlos Guilherme Mota. Nosso encontro foi motivado pelo Centro de Estudos Históricos “Affonso D’Escragnole Taunay”, órgão estudantil do curso de história, que estava há algum tempo sem funcionar e sem direção. Reerguemos o “Taunay”, conseguimos a confiança dos alunos e professores, inclusive do diretor do departamento, Eurípedes Simões de Paula, um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). Programamos atividades culturais, feiras de livros, excursões, aproximações entre os alunos e professores. Importantes nessa tarefa foram a adesão e a presença constante de alguém que nos ensinou a ter dignidade e caráter acima de qualquer coisa. Seu nome: Hélio de Alcântara Pinto, capitão do Exército Nacional, depois cassado pelo governo

militar. Posteriormente, seria assessor de Florestan Fernandes, na Câmara Federal. O Capitão Hélio, prematuramente falecido, ajudou muito na politização de nossas atividades.

Carlos Guilherme, que possuía bom ambiente intelectual familiar, além da amizade de que desfrutamos, ensinou-me a estudar e, porque não dizer, a ambicionar uma carreira universitária. Formamos boas amizades na universidade, incluindo professores visitantes, como Joaquim Barradas de Carvalho, figura de porte erudito e de amizade a toda prova. Chegamos a participar de um Congresso, no Estado da Bahia, de um órgão estudantil intitulado Federação Brasileira de Centros de Estudos Históricos. Nossa orientação política, embora sem filiação partidária, era, por coerência, do Centro Acadêmico da Maria Antonia, ligado à Política Operária (POLOP), cujo mentor era Mario Schenberg.

No terceiro ano passei para o período diurno e comecei a dar aulas à noite, no então curso secundário. Com muito trabalho e muita participação estudantil, sinto-me orgulhoso do curso de história que fiz. Fui da turma seguinte à de Carlos Guilherme. Ele e Istvan Jancsó (de inteligência e seriedade notáveis) foram convidados para trabalhar em história moderna e contemporânea, onde já lecionava Novais. O professor França, enquanto catedrático, fazia o convite. Ser convidado por ele era a suprema glória. França escolhia os melhores.

Quando me formei, no ano seguinte, fui sondado por alguns professores do departamento. Entretanto, a Faculdade de Filosofia de Assis (FAFIA), antigo Instituto Isolado do Estado, me convocava, com tempo integral, na disciplina de história do Brasil. Preferi e fui aconselhado pelo professor França a enfrentar o desafio de fazer parte de uma equipe para ajudar na montagem de um novo curso de história, que estava no seu terceiro ano de vida.

36

### **Ensino superior: curso de história na FAFIA (1965-2002)**

Fui para o curso de história de Assis, então Instituto Isolado do Estado de São Paulo. Fundado em 1958, possuía um curso de letras já conhecido pela direção do professor Antonio Soares Amora (catedrático de língua e literatura portuguesa da USP), teve a militância docente de Antonio Candido, até hoje o modelo mais admirado pela intelectualidade brasileira.

O curso de história estava na metade do seu terceiro ano de vida. O departamento me selecionou para assumir a disciplina de história do Brasil, devido à saída de José Ferreira Carrato (já com publicação de livro na Coleção Brasileira) e vasta experiência de ensino. A minha experiência no magistério era de apenas dois anos no então secundário do Liceu Acadêmico São Paulo. Assustado, mas atrevido e encorajado, assumi, em 2 de agosto de 1965, como instrutor, o primeiro degrau da carreira e o menor salário. O outro era de regente, com o maior salário. Mudava-me para uma cidade distante 440 km de São Paulo, com esposa e dois filhos, um menino ainda de colo e uma menina de menos de dois anos de idade.

Minha bagagem continha, igualmente, livros e indicações bibliográficas fundamentais, graças à generosidade e amizade de Fernando Novais, com quem mantenho contato até hoje.

Na mesma data iniciou em Assis o professor Nilo Odalia, com formação básica em filosofia e quem eu já conhecia do Museu Paulista. Ele já escrevia no *Estadão*, tinha sólida formação intelectual historiográfica, filosófica e literária e vasta experiência no ensino de segundo grau. Também originário de São Paulo (USP), foi selecionado para responder por Introdução aos estudos históricos e depois por Teoria da história. Foi como regente e logo fez seu doutorado. Com Nilo aprendi, entre muitas coisas, o hábito da leitura de grandes literatos, ao lado de historiadores. Essa convivência foi importante para mim e me transmitia autoconfiança. Influenciou na criação do Clube de Cinema da FAFIA, que me forneceu referências inusitadas de aprendizagem.

O departamento de história era pequeno. Todos cabíamos numa só sala de estudos e ao lado da Biblioteca, que era departamental. Heloísa Liberalli Bellotto ministrava história antiga e medieval. Manoel Lelo Bellotto, história da América e Virgílio Noya Pinto, história moderna e contemporânea. Com cada um aprendi alguma coisa: desde o rigor da citação bibliográfica até formas éticas de exercício da profissão de historiador. Interessante notar que esse nascente curso tinha um currículo que não nomeava as disciplinas, como nos cursos tradicionais, de história da civilização brasileira, da América e as demais, o que eu achava correto.

Dos colegas da "primeira turma" influenciou-me sobremaneira Virgílio Noya Pinto. Ele passara considerável período estudando com os grandes mestres franceses da época, principalmente os quantitativistas. Outro exemplo é o de Maria Luiza Marcilio, que veio posteriormente. "De Paris para Assis" foi uma expressão usada por um tempo para caracterizar jocosamente, mas com fundo de verdade, a formação do curso de Assis, seja por esses e outros casos de professores que passaram por formação na capital da França, seja pela influência do curso da USP, de onde provinha a totalidade desses primeiros professores que fundaram o curso de história de Assis.

Desse núcleo básico iniciamos um departamento com espírito de equipe e consciência do que se estava criando. Outros professores (impossível arrolar todos) foram selecionados para trabalhar em Assis: Anna Maria Martinez Correa, Antonio Carlos Bernardo, Jaime Pinsky, Arnaldo Daraya Contier são alguns nomes importantes. Anna Maria tornar-se-ia a figura mais proeminente do departamento. Rendo a ela a homenagem e o reconhecimento de ser a pessoa que mais se dedicou e produziu no curso de história de Assis, tanto na graduação como na pós-graduação. Com atuação constante e criativa, fundou o Centro de Documentação do Campus (hoje CEDAP) e o Centro de Educação e Memória da UNESP (CEDEM) em São Paulo, em ambos usando muita constância e garra para superar dificuldades. CEDAP e CEDEM estão hoje consolidados na UNESP, bem como a pós-graduação, que é respeitada em todo o Brasil.

Tenho orgulho em anotar que participei do lançamento da publicação anual intitulada *Anais de história*, dirigindo-a por alguns anos, desde o primeiro número. Trocara, então, a verba a mim destinada para publicar meu próprio mestrado, assegurando o número inicial de um periódico. Os *Anais* absorveria, mais tarde, a revista *Estudos históricos*, de Marília, e resultou na atual revista *História*,

indexada há tempos pelo bom nível que manteve desde a sua origem. Particpei, também, da fundação da *Revista brasileira de história* da ANPUH, entidade da qual fui diretor da regional São Paulo por dois mandatos e presidente da Associação Nacional por um biênio, sucedendo a professora Alice Piffer Canabrava. Colega sempre presente nessas atividades foi a atuante Raquel Glezer, a quem admiro até hoje. A participação nos simpósios e reuniões desse órgão representativo, sempre com comunicações, deu-me uma esplêndida oportunidade de contatos com pesquisadores e universidades de todo o Brasil. Diga-se, ainda, que havia boa mobilidade para manter uma ligação permanente com o departamento de história da USP. Essa convivência propiciou o meu primeiro artigo, "O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas", em obra coletiva, ao lado de Carlos Guilherme Mota (que organizou a publicação) e nomes como o de Emilia, Boris Fausto e Novais, entre outros. Foi publicado no *Brasil em perspectiva*, em 1968. Chegou a ter 20 edições, ao longo dos anos, até 2001, pela Difusão Europeia do Livro, influenciando algumas gerações de estudantes dos cursos de história.

Retomando a vida formativa do departamento de história de Assis, é notável salientar o grande espírito de equipe que prevalecia entre seus membros. Um corpo discente muito empenhado, pequeno ao início, que depois cresceu bastante, aceitava as orientações dos professores. Estes buscavam a troca frequente de ideias entre suas pesquisas e programavam, inclusive, leituras comuns para serem passadas aos alunos. A estudiosa marxista Marta Hanecker, *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, e Louis Althusser, *Aparelhos ideológicos do Estado*, entre outros, eram autores discutidos em sala de aula por todos durante alguns anos. Se, de acordo com alguns críticos, a chilena era caracterizada como *estruturalista* e o francês de *positivista* isso não importava. Necessitávamos de elementos teórico-críticos para discutir e combater as falsas colocações capitalistas da ditadura militar no Brasil, cada vez mais impositiva. Leríamos, depois (não todos), Gramsci e Lukács, para nos informar do todo marxista. Independente da polêmica, vale repisar, fazíamos emergir elementos de reflexão para estudar a história, sobretudo a que então nos envolvia.

Dessa forma e nesse caldo de grandes historiadores e ativos militantes políticos, formava-se um grupo de historiadores que absorvia os marxistas Pierre Villar, Albert Soboul e Georges Lefebvre, os expoentes, como Benjamin e Adorno da "Escola de Frankfurt" e o grupo de excelentes e modelares historiadores ingleses, como Eric Hobsbawn, Edward Thompson e Christopher Hill. Essa foi a origem do eclético grupo de Assis. Com o tempo surgiram novas tendências com base na *nouvelle histoire*, divulgada inicialmente por Jacques Le Goff e Pierre Norah, com *Faire de l'histoire* (1973) que, a meu ver, foi muito mal compreendida por muitos. A chamada "terceira geração" dos *Annales*, dentro da história das mentalidades, enfatizava a história do medo, da morte, da sexualidade, temas que eu considerava na época, dada a minha formação, como muito subjetivos. Na verdade, me desiludiam alguns trabalhos que apareceram, até com sucesso editorial, tratando de problemas muito parciais, com mínima relação com as estruturas econômicas, socioculturais e políticas das sociedades. Foi a minha ótica durante bom tempo sobre as novas tendências.

Alguns professores de Assis aderiram às novas proposições e influenciaram alunos. Tornaram-se, ao contrário do que ocorria na minha graduação, antimarxistas. Nesse e noutros períodos seguintes, houve algumas alternâncias no corpo docente de história, incluindo alunos formados pelo próprio curso. Notórias colaborações foram trazidas por professores, por substituições dos que foram para a atual FCL de Araraquara ou retornaram para a USP, e outras no rescaldo da junção do curso de história de Marília, com a fundação da UNESP, em 1976. Marília tinha excelentes professores e uma revista de ótimo nível, conforme acima mencionado. Batalhamos e conseguimos o estabelecimento do curso noturno de história em Assis, depois de muita luta.

O *campus* de Assis foi crescendo, com a criação de novos cursos provocando a saudável interdisciplinaridade. Psicologia e filosofia aumentavam a interlocução e o agito dos inquietos estudantes em número crescente. Filosofia trouxe ao *campus* uma grande efervescência intelectual, pela qualidade de seus professores. Tornou-se frequente a participação de professores da USP, que aguardavam concurso ou tempo integral e que ficavam por poucos meses, ou até anos, no nosso Departamento. Outros vieram para ficar e continuam os baluartes do departamento. Trazíamos ótimos conferencistas nacionais e estrangeiros, cineastas, teatrólogos e historiadores. Entre eles, o cubano Manuel Moreno Fraginals, de *El ingenio*, que se situa entre as grandes obras da historiografia contemporânea.

O curso de história da, hoje, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, *campus* de Assis, situa-se entre os primeiros do país, tanto por sua graduação como pela bem conceituada pós-graduação.

### **Participação institucional, produção acadêmica e historiográfica**

Nesta terceira parte farei uma síntese entrelaçada entre os conteúdos nomeados no subtítulo. É uma simultaneidade de ações exigidas do professor universitário, como se sabe. Essas histórias são conjugadas. Impossível fechar-se na pesquisa diante das solicitações burocráticas, organizativas e corporativas.

A atividade administrativa em Assis sempre absorveu um tempo precioso, mas necessário. Além da preparação de aulas que me fizeram ministrar cursos de Brasil Colônia, Império e República, com muito esforço e dedicação, era instado a ocupar funções administrativas, como chefia do departamento. Tinha que, sem experiência em gestão, aprender, na prática, a administrar o departamento e, como tal, participar dos conselhos da faculdade e da congregação. Seria chefe por vários biênios, enfrentando oposições naturais. Essa atividade assustava tanto quanto responder pela disciplina de história do Brasil. Fui responsável, também, por um tempo, pela disciplina cultura brasileira, no curso de letras. Logo receberia o reforço de Arnaldo Contier e, depois, de Glacyra Lazzari Leite, em história do Brasil. Na chefia, Anna Maria, Belloto e Glacyra mostravam habilidade de liderança. E houve épocas difíceis. O "assembleísmo" já era atividade corriqueira, naquele tempo.

Das lutas mais difíceis travadas em grupo, colocou-se, num tempo ameaçador, a obrigatoriedade do curso de estudos sociais em lugar da licenciatura



em história. A inclusão da disciplina de educação moral e cívica se adicionou à tentativa de esvaziar o “perigo” da politizante história. A batalha foi nacional, juntando-nos às instituições associativas como ANPUH e universidades públicas de todo o Brasil. Outra luta ferrenha referiu-se à criação da UNESP, enquanto universidade. Propunham-se junções de cursos e o de história, de Assis, ficou muito a perigo. Conseguimos mantê-lo e o de Marília foi extinto. Pouco depois perdemos o curso de filosofia, transferido para Marília. A fundação da Universidade, em 1976, foi sofrida para as Humanidades. Diga-se, aliás, que as Ciências Humanas não são tão bem aquinhoadas pelos órgãos de financiamento quanto as Exatas, Biomédicas e Tecnológicas. Senti isso ainda mais quando eleito para um mandato de quatro anos, entre 1989 a 1992, na direção da Faculdade de Letras, História e Psicologia de Assis (nome então dado à FAFIA, hoje Faculdade de Ciências e Letras de Assis). O primeiro ano de gestão ocorreu coincidentemente à discussão e elaboração de novos estatutos da UNESP e fui sempre fiel ao levar as propostas da congregação de Assis ao conselho universitário da UNESP. Havia propostas de novos cursos e consegui que se aprovasse o curso de biologia. Pensava em completar as ciências humanas com a ciência da vida. Biologia desdobrou-se em outros cursos e a faculdade passou a receber mais aportes financeiros, que beneficiaram os cursos de história, letras e psicologia.

40

Em 1993, fui chamado pelo reitor eleito para ser pró-reitor de pós-graduação e pesquisa da UNESP, depois de trabalhosa gestão local e regional na graduação e pós-graduação. Iniciou-se, para mim, uma nova vida, ampliando os contatos com realidades distintas, nas odontologias, engenharias, veterinárias e medicina. Tive a sorte de contar com excelentes assessores das diversas áreas do conhecimento, excelente corpo técnico-administrativo e, sobretudo, uma herança bem estruturada da pesquisa e pós-graduação na Universidade, deixada pelo professor Antonio Manoel dos Santos Silva, eleito para vice-reitor de Arthur Roquete de Macedo. Foi uma atividade diuturna, passando a viver novamente em São Paulo, com muitas viagens a Brasília, onde se localizavam os órgãos reguladores e financiadores, acrescidas às viagens frequentes às 15 cidades de uma universidade *multicampus*. Algumas cidades como Botucatu, Araraquara e Bauru possuíam três ou quatro faculdades ou institutos. Minha visão da UNESP, evidentemente, ampliou-se. Valeu-me a percepção humanística de minha formação junto aos estudiosos de história. Houve, em minha gestão, um crescimento natural da quantidade e da qualidade que nunca deixei de perseguir em todas as atividades.

Mantive-me sempre ligado à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, principalmente à pós-graduação, onde pude contribuir para a formação de mestres e doutores, mas a minha vida em São Paulo, com o trabalho exercido na reitoria, propunha novos trabalhos. Após a pró-reitoria, fui nomeado diretor-presidente da Fundação para o Vestibular da UNESP - VUNESP (1988 a 2001), responsável pela realização de vestibulares e concursos diversos, internos e externos à UNESP. Concomitantemente, fui membro da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) e principal relator da área de humanas, por quatro

anos. Presidi, também, o Conselho Curador da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP) e integrei o Conselho Editorial da Fundação Editora da UNESP, hoje plenamente consagrada. Fui indicado para compor a direção da Associação de Universidades Ibero-americanas (AUIP), com sede em Salamanca - Espanha. Já havia ocupado a direção Mercosul da Associação de Historiadores Latino-americanos e do Caribe (ADHILAC), com sede em Cuba, por vários anos. Essa militância internacional, como a experiência da ANPUH, ampliava meus horizontes historiográficos e de relações humanas.

Todas essas funções integravam o mosaico das atividades universitárias pelas quais passei, dificultando maior profundidade e dedicação às minhas pesquisas acadêmicas, como gostaria, mas foram cumpridas todas as etapas da carreira universitária. Realizei demoradas pesquisas no campo da história que, conforme apreciações de especialistas, válidas como de contribuição à historiografia. Suspeito pelo pecado da subjetividade, arrolarei, com breve reflexão pelo espaço restrito de um artigo apenas, o que pude realizar na *carreira acadêmica* e na *historiografia*. Realço (e já repetindo para enfatizar), que as atividades todas foram se intercalando durante a minha vida, como ocorre com os empenhados profissionais universitários de história e de quaisquer outras searas.

Passarei ao largo dos vários artigos dispersos, honrosos, no entanto, publicados nas principais revistas do país e anais de simpósios e encontros de história. Revistas estrangeiras eram pouco acessíveis, e assim permanecem para as Ciências Humanas. Orgulharam-me, ao início da minha carreira, dois verbetes no *Dicionário de história de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. E, igualmente, como experiência resultante de uma disciplina ministrada na pós-graduação, publiquei o livro de divulgação *Independência do Brasil* pela Global Editora, que chegou à oitava edição.

Logo depois de graduado, cursei a especialização na USP, pré-requisito para o mestrado, envolvendo técnicas de pesquisa e metodologia, dirigido pelo professor Manuel Nunes Dias, que foi, também, meu orientador de pós-graduação e agiu sempre, comigo, de forma muito generosa e afável. Tive a oportunidade de contatar professores visitantes e destaque como principal Frederic Mauro, da Sorbonne, figura modesta, mas notável pela produção científica e pelos ensinamentos.

Meu mestrado foi antecedido por longa pesquisa e leituras, além de discussões com vários colegas e professores. Afinal, escolhi o período colonial da formação brasileira. Admirava o trabalho de Novais sobre o "antigo sistema colonial" e Nunes desenvolvera um trabalho sobre a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Atraiu-me a política econômica da colonização, demarqueei o período do Marquês de Pombal e intencionava seguir as formulações de Caio Prado Júnior e o seu "sentido da colonização", depois, bastante ampliado pelo insuperável *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, de Fernando Novais, que, antes, escrevera trabalhos conceituais fundantes sobre a colônia portuguesa da América.

Obtive uma bolsa de estudos da Fundação Calouste Gulbenkian para realizar pesquisa em Portugal, especialmente, em Lisboa. Meu tema, inédito, A Companhia de Pernambuco e Paraíba (1750-1777). Em Assis fui substituído

nas aulas nos seis meses de trabalho árduo em arquivos, especialmente no Arquivo do Ministério das Finanças e no agradável Arquivo Histórico Ultramarino. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, alguns livros raros e coleções de legislação (nestas já iniciara no Museu Paulista e na Faculdade de Direito da USP um levantamento de toda a legislação referente à América Portuguesa no Reinado de D. José I), muito mais atento à legislação respeitante à política econômica. Acrescentou-me muito a convivência com Joel Serrão, literato e historiador, e duas entrevistas com Vitorino de Magalhães Godinho sobre meu projeto de pesquisa. Assisti, também, levado por Serrão, a encontros literários, onde conheci José Tengarrinha, igualmente literato e ótimo historiador.

O material trazido de Lisboa, ao final de um semestre, era bastante para mais de uma tese. Antes da volta de Portugal viajei a Londres onde fui recebido por Charles Boxer, autor de vários livros a respeito do comércio no Atlântico. Fez observações importantes ao meu projeto referente à Companhia.

Voltei para o Brasil muito motivado e redigi minha dissertação de mestrado, que apresentei na USP, em 1969. Versava sobre "A legislação econômica pombalina para o Brasil". A coerência da política econômica, ao lado de muitas outras ações colonizadoras, mostram nesse, como em outros períodos, o esforço racional e a eficácia administrativa de um reino, acomodado na primeira metade do século XVIII – em relação aos países que já começavam a transição do capital comercial para o industrial – objetivando a conservação de um vasto Império Colonial. Ficavam evidentes as intenções de melhor aproveitamento da colônia da América e as demais, com uma política visando ao enobrecimento do comerciante e ao aburguesamento da nobreza. As leis sobre a arrecadação do ouro (em diminuição, depois de 1750, e sob constante contrabando na América portuguesa), representaram estruturada tentativa para a conservação do patrimônio de muitas décadas. O incentivo à industrialização em Portugal aparece claramente e a criação de instituições comerciais representava uma tentativa de fazer face ao expansionismo inglês, holandês e francês. Estes agiam por toda parte do Atlântico e Pacífico. E, nesse amplo contexto, o poderoso ministro Marquês de Pombal criava as Companhias de Comércio do Grão Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba.

Para o doutorado escrevi uma tese relativa à Companhia de Comércio. A formação do capital da empresa demonstra todo o esforço de arregimentação de recursos financeiros. Os privilégios dados às Companhias defendiam a produção e a exploração de vasta área colonial, incluindo o tráfico de escravos, objeto de grande concorrência internacional, além de couros e açúcar. O privilegiamento buscava a participação de reinóis instalados na colônia, elos importantes para a partilha da colonização. Essa associação, importante para a conservação de áreas exploratórias, continha, em seu bojo, as contradições do "sistema". Novais comprova essa inversão posterior, onde se encaixam meus demonstrativos referentes à Companhia. As vicissitudes e contradições de um instrumento colonizador em trânsito são cabalmente expostas em minha tese sobre a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. A tese sobre o funcionamento da empresa comercial contém vasta documentação - base da narrativa de seu funcionamento. Aliás,

em termos de historiografia, eu me caracterizo por ser mais um pesquisador de arquivo do que um teórico (sem descuidar do essencial, porém).

Defendi a tese de doutorado em 1972, sob o título de sua publicação: *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro*, pela Editora Hucitec (SP), em 1976. Uma segunda edição foi publicada pela mesma Editora, em 2004. Uma versão resumida, a pedido, direcionada para ilustrar o produto da exploração colonial que se esvaía, por todos os meios, do Império Português, foi publicada pela Editora Horizontes, em Lisboa (1980), sob o título *Problemas da acumulação capitalista em Portugal*.

Minha livre-docência, defendida nove anos depois do doutorado (o concurso de professor titular que me daria estabilidade no serviço público viria naturalmente) demandou novas pesquisas, dessa vez com bolsa oferecida pelo Instituto de Alta Cultura de Portugal. Já se respiravam outros ares, após a Revolução dos Cravos, desde 1974. Serrão foi meu orientador local e pude rever figuras muito queridas, como Magalhães Godinho e Barradas de Carvalho, todos exultantes com a queda da longa ditadura Salazarista e seu sucessor Marcelo Caetano. Voltava aos arquivos portugueses (frequentaria também os arquivos de Pernambuco e do Rio de Janeiro) e viajei mais de uma vez para continuar o estudo sobre Pernambuco na conjuntura da transição para a Independência. Desta feita, o núcleo básico estava nas "Balanças de Comércio", documentação preciosa guardada principalmente no Arquivo do Instituto Nacional de Estatística. Obtive a série completa e elaborei *Pernambuco no Comércio Luso-Brasileiro da Transição (1780-1826)*. Alarguei o período estudado, de forma irretorquível e modelar, pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda, no seu *Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*.

Na minha tese de livre-docência já se esboçavam as formas peculiares que se revelariam nas independências regionais pelo estudo dos diferentes portos de exportação. Para Pernambuco, Denis Bernardes (falecido neste ano de 2012 e a quem homenageio como historiador e como figura humana) demonstraria, para a região, em publicação de 2006, as implicações políticas dos quantitativos que trabalhamos na década de 1980. 1817 e 1824 seriam claras demonstrações dos interesses políticos e econômicos envolvidos. Esse meu trabalho não chegou a ser publicado, mas me foram pedidas, de várias partes do Brasil, muitas cópias. Ainda pretendo refazê-lo sob a ótica hodierna absorvida do Projeto Temático "Brasil: formação do Estado e da Nação (1750-1850)" e um dos seus desdobramentos, a revista *Almanack*, além de livros publicados por seus integrantes, dirigido e inspirado pelo historiador István Jancsó, outra irreparável perda para a historiografia com o seu falecimento recente.

Com ele, e graças à sua generosidade, nas dependências do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, convivi num período pós-aposentadoria, com talentosos historiadores atuais de todo o país e dos novos colegas historiadores do departamento de história da USP, que integravam o riquíssimo projeto e a revista, retomando o gosto pela história. Acrescento que, embora minha referência esteja no núcleo paulista, bairrismo não faz sentido, valorizo devidamente as ótimas produções de historiadores de outros estados. Ainda a respeito dessa

reconciliação, impossível omitir a influência da decisiva e conhecida *História da vida privada no Brasil* (1997), dirigida e com novos e admiráveis escritos de Fernando Novais, entre outros, e a *Nova história em perspectiva* (2011), do mesmo autor, em parceria com Rogério Forastieri da Silva. O estado da boa fase da historiografia atual se confirma, a meu ver, com outro Projeto Temático financiado pela FAPESP, "Dimensões do Império Português", coordenado pela excelente historiadora Laura de Mello e Souza, e divulgado na revista *Pesquisa FAPESP* de novembro de 2012.

Tenho acompanhado os novos lançamentos de qualidade e minha posição tem sido a de "consumidor", como costume dizer aos meus colegas que me reincitam à pesquisa.

Para finalizar e concluindo estas memórias, com miríades de recordações comoventes para mim, posso usar tintas multicoloridas. Minha fase atual da vida, que chamo de *pós-aposentadoria*, tem sido de um trabalho mais livre e seletivo. De 2002 a esta data, tenho procurado ser útil. Em 2004, quando fui convidado pelo então reitor da UNESP, Marcos Macari, para organizar a Ouvidoria-Geral da Universidade, aceitei esse novo desafio. Permaneço na função até agora, nesta virada para 2013. Abandonei, provisoriamente, as pesquisas documentais de historiador, mas não as leituras e atualizações. Ainda escrevi, nesses anos, mais de 40 artigos no *Jornal Unesp sobre cultura cidadã e participação universitária*. Mantenho minha natureza de eterno aprendiz nesta caminhada, todavia inconclusa, relatada neste dignificante espaço.

## 44

### Referência bibliográfica

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

# O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB)

The dark side of the force: the military dictatorship and the history course of the National School of Philosophy of the University of Brazil (FNFi/UB)

---

**Marieta de Moraes Ferreira**

Marieta.Moraes@fgv.br

Professora associada

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 190/14º andar - Botafogo

22253-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Resumo

A proposta deste artigo é focalizar os últimos anos da existência do curso de história da FNFi/UB (1958-1968), com vistas a recuperar os embates políticos e historiográficos aí travados, e entender o percurso desse campo disciplinar e seu processo de profissionalização, num momento de grandes transformações. Estão igualmente contempladas as discussões relativas a problemáticas que caracterizam as memórias de eventos traumáticos e a história do tempo presente. Para isto foram consultadas diferentes tipos de fontes como depoimentos orais, jornais, documentos da FNFi, arquivos policiais.

45

## Palavras-chave

Ensino de história; Ditadura militar; Faculdade Nacional de Filosofia/Universidade do Brasil.

## Abstract

The aim of this article is to focus on the final years of the course of history at the FNFi/UB (1958-1968), in order to recover the political and historiographical conflicts that took place there, and to understand the trajectory of this disciplinary field and its professionalization-process at a moment of great transformations. The article's coverage extends to the discussions related to the issues that characterize the memories of traumatic events and the History of the Present Time. Different types of sources were used, such as oral statements, newspapers, FNFi documents, and police archives.

## Keywords

History teaching; Military dictatorship; Faculdade Nacional de Filosofia/Universidade do Brasil.

---

Enviado em: 20/1/2013

Aprovado em: 4/3/2013

Nos últimos tempos, têm sido crescentes os debates acerca do papel social dos historiadores e sobre em que medida a história universitária deve estar sintonizada com as demandas sociais, e como a comunidade acadêmica deve evitar seu isolamento e sua omissão e ter o compromisso de transpor seus conhecimentos para o grande público e para a educação básica. Essas questões têm suscitado muitas outras perguntas, na medida em que as instituições e os atores sociais buscam, muitas vezes, por meio da história, a legitimação de seus pontos de vista. As demandas sociais podem colocar em risco a autonomia da história como disciplina científica? A pressão do dever de memória pode criar problemas graves para as práticas profissionais do historiador?

Esses desafios se manifestam especialmente no estudo da história do tempo presente, que, durante muito tempo, foi objeto de resistências e interdições, mas entrou na ordem do dia no Brasil, em virtude da instalação da Comissão da Verdade, destinada a apurar crimes contra os direitos humanos, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores do ponto de vista ético e político. Qual a postura que a comunidade científica deve adotar? Ela deve se envolver diretamente nesse debate? Em caso afirmativo, que regras devem nortear sua postura? Esse envolvimento institucional não acaba por atribuir ao historiador o papel de juiz da história?

Nesse contexto, os historiadores que trabalham com a história do tempo presente são instados a enfrentar esse desafio e a aproveitar a oportunidade para ampliar e legitimar seu campo de estudos, mas também precaver-se das pressões indevidas das demandas sociais e da obrigatoriedade do dever de memória.

46

Se a história efetua realmente um trabalho crítico em relação à memória, a mesma permite ao historiador superar uma visão puramente retrospectiva do passado e entender como o presente impacta essa leitura do passado. Esse conjunto de problemas levantados indica uma forte tensão sobre o papel social do historiador, ou dito de outra forma, como fazer uma história pública e garantir o respeito às práticas científicas da história?

Outro exemplo concreto das tensões enfrentadas pelo profissional de história manifesta-se no momento presente, por meio do debate sobre a regulamentação do ofício do historiador. Com a aprovação do projeto no Senado, que agora caminha para a Câmara dos Deputados, inúmeras têm sido as críticas a ele feitas por parte da mídia e de profissionais de outras áreas, mas que trabalham no campo da história.

O projeto de lei nº 368/09 prevê que a profissão de historiador deve ser exercida por diplomados em cursos de graduação, mestrado ou doutorado em história. Por exercício da profissão, entende-se a atuação como professores de história da educação básica e do ensino superior e o "planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica" (artigo 4, inciso III), além do "assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação" (artigo 4, inciso V). Assim, fica definido que a profissão de historiador, englobando pesquisa e ensino, não pode ser exercida por aqueles que não obtiveram diploma em cursos de graduação, mestrado ou doutorado em história.

As discussões sobre os objetivos da regulamentação têm sido intensas. Entre os contrários à regulamentação, há dois grupos: os que são contra toda e qualquer regulação profissional, e os que se opõem especificamente à criação da profissão de historiador, uma vez que esse conhecimento específico poderia ser adquirido de outras maneiras que não a formação universitária (GRIMBERG 2012). Em contra partida, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh) tem defendido a necessidade da regulamentação e as especificidades para a produção do conhecimento histórico. Todas essas questões, em pauta na atualidade, nos estimulam a refletir não só sobre o lugar da história hoje, mas também a compreender o percurso que este campo de conhecimento percorreu nos nosso país, a partir do processo de profissionalização universitária, iniciado nos anos 1930, quando as denominações professor e historiador representavam coisas muito distintas.<sup>1</sup>

Os primeiros cursos de história estavam sendo criados para formar professores que deveriam atuar na educação básica, ou secundariamente na educação superior. A atividade de pesquisa, dependendo do curso, poderia ser mais ou menos desenvolvida, mas estava longe de ser o foco principal. Assim, o indivíduo responsável pela escrita da história, o historiador, não estava associado e envolvido diretamente com a docência, ou, se atuava como professor, não era sua meta levar os alunos a desenvolverem pesquisas. Este papel estava reservado a profissionais liberais eruditos que praticavam a pesquisa como uma atividade paralela nas suas vidas. Na atualidade, essa situação foi substancialmente alterada, com a criação dos programas de pós-graduação, a partir dos anos 1970, que, anualmente, formam centenas de mestres e doutores que, na maioria dos casos, reúnem recursos para exercer atividades de pesquisa e de ensino. Assim, cada vez mais, a denominação "historiador", que, no passado, referia-se apenas aos que escreviam história, passa a abarcar aqueles que recebem uma titulação específica, seja para a docência, seja para a pesquisa.

A proposta deste artigo, de focalizar os últimos anos da existência do curso de história da FNF/UB (1958-1968) e os embates aí travados, desperta grande interesse e oferece possibilidades teóricas e metodológicas para encararmos os desafios de entender o percurso desse campo disciplinar e seu processo de profissionalização, num momento de grandes transformações, bem como as problemáticas que caracterizam a história do tempo presente. Lidar com os eventos e os atores que participaram dessa história é uma oportunidade para exercitarmos nossa capacidade crítica de avaliar interpretações marcadas por memórias traumáticas, fontes policiais, periódicos fortemente comprometidos

<sup>1</sup> Ainda que alguns trabalhos como os de Manoel Salgado destaquem a relevância da produção do IHGB e caracterize esses autores como profissionais de história é preciso chamar a atenção para a distinção entre aqueles e uma nova categoria de profissionais que começam a surgir a com a da criação dos cursos universitários na década de 1930, que recebem uma formação específica, voltada para a preparação para atividade docente. Ainda que se reconheça o valor da produção e a identidade de historiadores profissionais vinculados ao IHGB ao longo do século XIX e na Primeira República, a sua grande maioria não estava dedicado ao ensino e não estava focada em formar professores. Além disso, embora fossem intelectuais produtores de obras de grande relevância, podem ser considerados como autodidatas, já que não tiveram uma formação disciplinar específica para atuarem como professores de história. Para um aprofundamento sobre a criação de campos disciplinares ver: BOUTIER; REVEL 2006.



com posicionamentos ideológicos polarizados e radicais. Portanto, este artigo insere-se nessa orientação de analisar as lutas políticas e a repressão que atingiu professores e alunos da FNFi, buscando produzir uma análise que possa garantir as regras de cientificidade dessa história sensível.<sup>2</sup>

Para tal, tomamos como referência um conjunto diversificado de fontes que nos permitissem recuperar eventos desse passado recente marcado pela emoção e pela subjetividade. Um ponto de partida importante para a pesquisa foi a entrevista realizada com Maria Yeda Linhares, em 1994, que serviu de roteiro inicial para, em anos posteriores, orientar a realização de outras entrevistas feitas com antigos alunos e professores. Embora produzidas em contextos e com objetivos distintos, as entrevistas têm um eixo comum que focaliza a trajetória dos depoentes, as suas origens familiares, sua formação profissional, sua opção pela área de história, a docência na FNFi, e sua experiência como alunos daquela faculdade. A escolha dos entrevistados teve um objetivo claro: obter depoimentos de ex-alunos e professores de diferentes gerações que pudessem recuperar eventos e momentos diversos do curso de história da FNFi.<sup>3</sup>

Ao lado da coleta da memória oral, o acervo da própria FNFi também forneceu material que nos ajudou a conhecer a estrutura dos cursos e as grades curriculares. Ainda que de maneira muito fragmentada e dispersa, essa documentação permitiu localizar, de maneira mais precisa, eventos, nomes e datas. Os boletins do Centro de Estudos de História foram especialmente de grande valia para mapear os conflitos políticos e historiográficos em pauta no curso de história, para os anos de 1958-1963. Por fim, de grande importância foram também os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nos quais foram localizados dossiês dos professores e alunos e, em especial, um dossiê dedicado à FNFi. Esse acervo, ao mesmo tempo rico e perigoso, que exige extremo cuidado do pesquisador, reúne informações que permitem esclarecer, confrontar, questionar os dados relatados pelos depoimentos orais. Para completar esse circuito de pesquisa, matérias de alguns grandes jornais do Rio, como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal* permitiram compreender melhor a natureza dos embates políticos então travados e a importância que a FNFi ocupava na mídia.

48

### **Lutas políticas e constituição de um campo disciplinar: os anos 1950**

A Faculdade Nacional de Filosofia, e, em particular, o curso de história passariam por grandes transformações na virada dos anos 1950. Criado em 1939, vinculado à Universidade do Brasil, o projeto da Faculdade de Filosofia visava à consolidação de uma universidade-padrão que servisse de modelo para as outras que viessem a se constituir, e tinha por objetivo prioritário preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal. A FNFi estava organizada em

<sup>2</sup> Para uma aprofundamento da discussão sobre história do tempo presente, ver: FERREIRA 2011.

<sup>3</sup> Entre os entrevistados estão Vicente Tapajós, Borges Hermida e Eremildo Viana, Maria Yeda Linhares, Eulália Lobo, Cibele Ipanema Moreira; Francisco Falcon, Miridan Knox e Clóvis Dotore, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Ilmar Matos, Neyde Thelm, Arno Welling, e, por fim, Nara Saletto, que não foi aluna nem professora da FNFi, mas ingressou como professora assistente no curso de história, já depois de 1968, e seu depoimento nos forneceu um olhar externo de quem chegou nos anos difíceis da repressão.

quatro seções fundamentais: de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia. Haveria, ainda, uma seção especial de Didática. História e geografia, entre outros cursos, ligavam-se à Seção de Ciências. As formações em história e geografia foram reunidas num único curso voltado essencialmente para o ensino. O curso de história e geografia só seria desmembrado a partir de 1955.<sup>4</sup>

Fundada durante o Estado Novo e marcada pelas ideias autoritárias, a FNFi foi fortemente influenciada por setores católicos ligados ao Centro Dom Vital, a Alceu de Amoroso Lima e a antigos integralistas que foram nomeados para ocupar postos importantes na universidade recém-criada. A direção da faculdade foi entregue a San Tiago Dantas, e a cátedra de história do Brasil, que, no contexto do Estado Novo, deveria desempenhar um papel-chave na formação dos futuros professores secundários, ficou a cargo de Hélio Viana. Assim, a institucionalização do curso de história na FNFi foi fortemente influenciada pela concepção de uma história política, dominante na época, destinada a reforçar os laços da identidade brasileira por meio da ênfase na unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da Nação (FERREIRA 2012a).

Com a queda do regime de Vargas em 1945, a FNFi passaria por algumas alterações. Foi a partir desse momento, com o processo de redemocratização, que a Universidade do Brasil teve seus contornos mais bem definidos, tanto do ponto de vista da sua concepção de ensino e pesquisa quanto de suas estruturas administrativa e financeira. Desse modo, em 1946, as escolas passariam a ser organizadas em departamentos. A FNFi passou a ter também departamentos, assim distribuídos: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, História e Geografia, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia. A despeito dessas mudanças administrativas e da abertura de concursos para legalizar os postos de catedráticos, o curso de história e geografia não sofreu mudanças substantivas, nem na sua grade curricular nem na composição de seus professores. Em verdade, o que vemos é que professores como Eremildo Viana (história antiga e medieval), Delgado de Carvalho (história moderna e contemporânea), Silvio Júlio (história da América) e Hélio Viana (história do Brasil) foram confirmados à frente das principais cátedras.

Nos anos 1950, o curso de história começou a ocupar um lugar de maior destaque no âmbito da Faculdade Nacional de Filosofia. Depois de mais de dez anos sob a direção do Antonio Carneiro Leão, professor de Administração Escolar e Educação Comparada, Eremildo Viana assumiu, em 1958, a direção da Faculdade, apoiado pela maior parte de seus colegas. Eremildo permaneceu no cargo até 1963, tendo sido reeleito em 1960.

A partir de 1955, ocorreu a separação do curso de história e geografia em dois departamentos distintos. Essa alteração abriu espaços para uma maior oxigenação do curso de história, com uma mudança curricular e a introdução de novas disciplinas. A cadeira de introdução metodológica à história foi incorporada à grade do primeiro semestre, e disciplinas eletivas foram também disponibilizadas para os alunos. Paralelamente, uma geração mais nova de

<sup>4</sup> A primeira parte deste artigo é um resumo de outros textos publicados por Ferreira (2006; 2008a; 2012a).

professores começou a ocupar posições. Ainda nesse mesmo ano, o catedrático Delgado de Carvalho se aposentou, e Maria Yedda Linhares fez concurso para ocupar a cátedra de história moderna e contemporânea. Em 1958, Eulália Lobo assumiu o posto de regente da cadeira de história da América, cujo titular ainda era Sílvio Julio de Albuquerque. Novos assistentes também passaram a ser incorporados em várias disciplinas, como Eugênia Prado, Francisco Falcon e Arthur e Hugo Weiss, na cadeira de história moderna e contemporânea, Manuel Maurício Albuquerque e Luís Werneck da Silva, ambos na cadeira de história do Brasil (FERREIRA 2012a).

### **Um embate historiográfico: Nelson Werneck versus Helio Viana**

A conjuntura que se inaugurou no final dos anos 1950 foi marcada por um processo de radicalização dos movimentos sociais, criando uma polarização entre esquerda e direita. Delineava-se um contexto político de grande mobilização contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. Essas questões dominantes na conjuntura internacional promoviam uma grande polarização e confronto entre os países ocidentais capitalistas e os países comunistas, e exacerbavam internamente as posições ideológicas em conflito.

Especialmente na virada para a década de 1960, esse processo de mudanças se aprofundou com a radicalização e a polarização políticas que se instalaram no país. As divergências passavam desde a concepção de história e o modelo de curso que se desejava até o posicionamento ideológico frente aos eventos políticos marcantes do governo Goulart, tais como o programa para a Reforma Agrária, a Revolta dos Sargentos, a política externa independente, o Comício da Central, para citar apenas alguns pontos (FERREIRA 2008a).

Todos os debates que esses temas envolviam repercutiam intensamente na FNFi e, em especial, no curso de história. Se, nos anos anteriores, as diferentes concepções de história e as visões divergentes sobre o formato dos cursos e as relações entre ensino e pesquisa já se delineavam, a nova conjuntura de intensos debates sobre o lugar da universidade e os usos do ensino de história como instrumento de transformação social provocou, cada vez mais, uma cisão entre alunos e professores, e entre os próprios professores (FERREIRA 2011).

A cadeira de história do Brasil, ocupada por Hélio Vianna, tinha uma postura conservadora, e sua orientação voltava-se para a história política e, principalmente, a história diplomática. O Brasil colonial recebia atenção especial, e as temáticas republicanas ficavam completamente secundarizadas; a abordagem historiográfica era marcada por uma supervalorização dos eventos e dos grandes personagens, sem que a dimensão econômica fosse trabalhada — segundo depoimentos de ex-alunos de várias gerações —, e eram profundamente enfadonhas, exclusivamente expositivas, com relatos factuais minuciosos, sem nenhuma indicação bibliográfica e com provas fundamentadas nos conteúdos apresentados em sala de aula, o que requeria apenas uma boa capacidade de memorização. Não havia nenhum estímulo à pesquisa, nem com fontes, nem com bibliografia (FALCON 2009).

Enquanto Hélio Viana veiculava uma história do Brasil voltada para o passado distante, com ênfase na história política, em especial na valorização do processo de construção da unidade nacional e no destaque do papel dos grandes personagens do panteão nacional, a cadeira de história moderna e contemporânea passou a privilegiar o estudo de períodos mais recentes, com temas sobre história da África, descolonização, e passou a funcionar como um espaço de debate e crítica, e a formar professores com habilidades para fazerem, pesquisas o que não era comum nas outras cadeiras do curso (FALCON 2001).

Os alunos se identificavam cada vez mais com as forças de esquerda, e desejavam um curso que incorporasse a produção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), e novas temáticas como história contemporânea da África, o processo de descolonização, as lutas sociais no Brasil.

Nesse contexto, foi criado, em agosto de 1958, o Centro de Estudos de História, e, posteriormente, o *Boletim de história* (1958-1963). Fundado por iniciativa dos alunos do curso de história, o centro contou com o incentivo e apoio da direção da faculdade e de grande parte dos professores. No entanto, entre 1958 e 1963, ocorreram mudanças de estratégia na publicação: de uma orientação didática do professor do curso secundário, passou-se à crítica do próprio curso universitário, à percepção de suas limitações na formação do profissional de história e à crítica social (PEREIRA 1998).

Ao mesmo tempo em que se delineava uma reestruturação das organizações de esquerda, novas orientações e novos grupos surgiam no país com tendências políticas mais radicais. A penetração do Partido Comunista no meio estudantil ainda que dominante, começava a suscitar críticas e estimular a aproximação com outras orientações de esquerda. A crescente mobilização dos trabalhadores, tanto nas cidades quanto no campo, reivindicando não só melhorias salariais, como também mudanças na estrutura desigual da sociedade, provocavam estímulos para que os estudantes universitários se engajassem de forma mais efetiva nas lutas sociais.

O posicionamento defendido pelos estudantes engajados nas lutas sociais do presente e comprometidos com a necessidade de compreensão do mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva brasileira conduzia a uma postura segundo a qual história deveria se envolver com os problemas da atualidade, e o conhecimento histórico deveria apresentar explicações e possíveis soluções (BOLETIM DE HISTÓRIA 1962; 1963).

Para que o ensino de história pudesse ser revisto, a formação do profissional deveria também ser modificada. Os livros didáticos teriam que dar maior atenção ao estudo da história recente do Brasil. O depoimento de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, diretor do Centro de Estudos de História em 1962, expressa com clareza os anseios daqueles jovens universitários: "Para a minha geração, para nós de esquerda, tinham três autores de história: o Caio Prado Jr., o Nelson Werneck Sodré e o Celso Furtado. O resto não tinha importância. Capistrano existia. Mas eram referências para a gente ir buscar coisas, não eram os livros que nos formavam na história do Brasil (CAVALCANTI 2012, p. 10)".

Com essa perspectiva, os alunos do curso de história ligados ao Centro de Estudos de História rejeitavam os ensinamentos ministrados na maioria das disciplinas oferecidas no curso (com a exceção da cadeira de história moderna e contemporânea), e passavam a ser envolver com o Iseb e a planejar, sob a orientação de Nelson Werneck, a produção de uma coleção de livros didáticos que veio a se chamar “História Nova”.

Novamente, é a fala de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti que recupera aspectos dessa memória:

O Iseb tinha um curso que era uma confrontação com a Escola Superior de Guerra. O Sodré dava as aulas da segunda-feira: toda segunda-feira, de manhã cedo, eu ia assistir às aulas. [...] Bom, assisti a esse curso do Sodré, [...] fazia perguntas no fim da aula. Ele se interessou por mim. No final do curso, me chamou até na mesa dele e perguntou se eu queria ser assistente dele no Iseb (CAVALCANTI 2012, p. 10).

Estabelecido esse primeiro contato com Nelson Werneck, o passo seguinte foi a organização de um curso de história para os alunos da FNFi. Dando continuidade ao seu relato, Pedro Celso (2012) declara: “Eu consegui também que o Sodré desse um curso de história do Brasil para colegas meus, ainda da faculdade. Nesse curso, eram 13, 15 pessoas, como Rubens César e outros. Era no Iseb, mas era curso privado. Era um favor que ele estava nos fazendo”.

Como desdobramento desse curso, acabou se concretizando o projeto da História Nova, que tinha como enfoque criticar os livros didáticos que existiam, e apresentar uma história do Brasil a partir das contribuições das obras do próprio Werneck Sodré, de Caio Prado e de Celso Furtado. Sob a orientação de Nelson Werneck, teve início a produção dessa coleção de livros didáticos, que tinha o propósito de levar para a educação básica outra visão da história, na qual a dimensão econômica e as lutas sociais desempenhavam um papel-chave.<sup>5</sup> Assim, ainda que professores como Maria Yeda, com um posicionamento de esquerda, discordassem da concepção de história de Nelson Werneck Sodré, a penetração de suas ideias e das teses marxistas ganhava espaço no FNFi em aberto confronto com as visões há décadas transmitidas por Hélio Viana.

A intensificação do engajamento cada vez maior de alunos e também de professores nos embates políticos travados nos últimos meses do governo Goulart, acerca da reforma da universidade de maneira geral, do curso de história e dos usos do ensino de história como instrumento de transformação social provocou, cada vez mais, uma cisão entre alunos e professores, e entre os próprios professores.

### **A FNFi na alça de mira: a CPI da UNE**

Os acontecimentos do ano de 1963 foram especialmente importantes nesse processo, ao provocar uma maior radicalização e um aprofundamento das dissensões políticas na FNFi. Nas palavras de Arthur Poerner a FNFi, de 1960 a

---

<sup>5</sup> Ver: LOURENÇO 2008.

1964, foi uma espécie de “escalão avançado do movimento estudantil”, sendo vista como a mais politizada das universidades brasileiras (POERNER 2004, p. 188). Desde 1961, com o fim do parlamentarismo e a retomada dos poderes presidenciais de Goulart, as forças de esquerda, sentindo-se vitoriosas, vinham avançando em suas reivindicações, as lutas pelas reformas de base ganhavam nova dimensão, e os movimentos sociais intensificavam suas reivindicações. Nesse contexto, no segundo semestre de 1963, deveriam ser realizadas novas eleições para direção da FNFi.

O então diretor, professor Eremildo Viana, já fora eleito duas vezes, e grande parte dos alunos desejava uma renovação da direção. No entanto, de acordo com os depoimentos orais de antigos professores e alunos, e com as notícias veiculadas pela imprensa, o mestre desejava permanecer no cargo, e trabalhava para atingir tal objetivo. Em resposta, o diretório estudantil mobilizou os estudantes e decretou uma greve que paralisou toda a faculdade. De acordo com a edição de *O Jornal* de 25 de setembro de 1963,

Os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia aguardam a solução prometida pelo Paulo de Tarso, ministro da Educação, em relação à escolha de novo diretor para a Faculdade. [...] Os alunos alegam que a substituição do falecido professor Nilton Campos, na lista tríplice da qual constam ainda os professores Djacir Menezes e Eremildo Viana, pelo professor Kingston é ilegal, já que não houve convocação específica para uma nova eleição (O JORNAL 25/09/1963, p. 11).

Ainda segundo o relato do periódico carioca,

53

[...] o vice-presidente do Diretório Acadêmico [DA] contou ao *Jornal* que os alunos resolveram dar um voto de confiança ao ministro da Educação, devido a uma mensagem enviada pelo mesmo ao DA, encerrando assim com a greve. O aluno também declarou que há um pequeno grupo de estudantes que constituem a oposição (GRD), os quais apoiam a reeleição do Eremildo Viana. Sérgio garante que a calma será mantida na Faculdade Nacional de Filosofia, enquanto os alunos aguardam uma resposta do governo (O JORNAL 25/09/1963, p. 11).

Esses relatos expressam os conflitos travados naquele momento e a capacidade dos estudantes de pressionar o Ministério da Educação a atingir seus objetivos, acirrando os ânimos entre professores e alunos.

Paralelamente, na cena nacional, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) fora instituída na Câmara dos Deputados para apurar a infiltração comunista na União Nacional dos Estudantes (UNE) e o uso indevido pela entidade de recursos públicos a fim de promover agitação política. O acompanhamento da CPI nos permite perceber a reprodução dos embates políticos que então marcavam toda a sociedade brasileira. De um lado, as forças de direita conduzindo a CPI e convocando depoentes para comprovar a infiltração comunista na UNE. De outro, os parlamentares de esquerda que visavam neutralizar as investidas de Raimundo Padilha, presidente da CPI, para incriminar os estudantes.

A FNFi, foco de agitação estudantil, era objeto de investigação, e seu diretor, Eremildo Viana, foi convocado para depor na CPI. O depoimento de Eremildo, publicado de forma resumida em *O Jornal*, já indicava o posicionamento que o diretor da FNFi começava a assumir. Se, durante vários anos, Eremildo negociou com os estudantes de esquerda e apoiou a constituição do Centro de Estudos de História e o *Boletim de história*, fornecendo recursos para sua publicação, à medida que o movimento estudantil se radicalizava, seu caminho, como o de muitos outros, tomou a direção oposta. Ainda que o *Diário do Congresso* não tenha reproduzido a íntegra do depoimento de Eremildo, as matérias de *O Jornal* e *O Globo* indicam os principais pontos abordados.

Sob o título "UNE tem verba de sobra para agitar a classe estudantil", *O Jornal* de 25 de setembro de 1963 assim noticiou o depoimento:

O professor Eremildo Viana argumenta que pelo fato de a UNE possuir verbas vultosas, realiza programas que conturbam a vida estudantil do país ao invés de prestar serviços à Faculdade no campo cultural. [...] Eremildo concorda com o fato de haver a necessidade de reformas nas estruturas políticas e sociais, porém não através da desordem, anarquia e quebra da hierarquia, [...].

Vários episódios de indisciplina e de subversão da ordem são narrados pelo professor Eremildo, e denúncias são feitas da ligação dos estudantes com o Partido Comunista. Como comprovação, o professor ofereceu à Comissão cartazes de caráter subversivo a favor dos sargentos e contra o STF e entregou o Manifesto que orienta a organização dos cursos pré-universitários e suas ligações com o Partido Comunista. [...]

[Segundo o depoente] outro organismo que trama contra a ordem social é o Iseb, aonde alunos expulsos da Faculdade por imoralidade e que não chegaram a concluir seus cursos são professores.<sup>6</sup>

Eremildo relatou episódios antigos e atuais [...] e confirmou trazendo de volta a tona um inquérito administrativo realizado anos antes, sobre bacanais verificadas no prédio da faculdade, onde constam nomes dos alunos [...]. [Disse ainda] que o Conselho Universitário está com o extrato e o relatório do inquérito. Mas não deu qualquer solução (O JORNAL 25/09/1963, p. 5).

Ainda segundo *O Jornal*, diante dessas últimas declarações, o deputado Padilha solicitou que a "Comissão requeresse à Congregação da Faculdade os nomes dos professores participantes, já que tais nomes foram retirados do processo". Acrescentava ainda o periódico: "Foi requerida a convocação do Reitor Pedro Calmon, já que no processo constam fatos indecorosos" (O JORNAL 25/09/1963, p. 5).

<sup>6</sup> Para um maior detalhamento do relato de Eremildo Viana, seguem trechos publicados de seu depoimento: segundo o depoente, "as reivindicações que os agitadores apresentam e que coincidem com uma decisão de um Congresso realizado em Cuba são: divisão da administração da faculdade com o Diretório Acadêmico, inclusão de 24 representantes estudantis na Congregação, que tem um total de 36 membros, eliminação da exigência de atestado médico ou de comprovante de novo para a inscrição em segunda época, diminuição do grau para aprovação, dispensa de frequência obrigatória; consideram, assim, fundamental a descentralização administrativa de modo a aliviar as responsabilidades do Diretor. [...] [Segundo o depoente] o DA é composto em sua maioria por elementos extremistas, e há um sistema de coação e ameaça para que os alunos opositores das agitações não compareçam às eleições. [O depoente declarou que] mandou um ofício ao reitor da Universidade pedindo que as verbas do DA deste ano fossem bloqueadas, até que, segundo a lei, o dirigente passado, Enilton Sá Rêgo, prestasse contas e apresentasse o balancete, o que se nega fazer" (O JORNAL 25/09/1963).

As declarações de Eremildo na chamada CPI da UNE já indicavam sua guinada em direção às forças que se opunham ao governo Goulart. Também fica evidenciado o clima vigente na FNFi, em que se misturavam denúncias contra alunos e professores por conta de seus posicionamentos políticos e acusações de caráter moral que visavam incriminar e desmoralizar os acusados e comprometê-los com atos tidos como indecorosos.

Nos meses seguintes, o processo de radicalização política se agravou, colocando cada vez mais em campos opostos professores e alunos da FNFi. Nos primeiros meses de 1964, a despeito da resistência do Congresso em avançar na aprovação das reformas de base, Goulart decidiu implementar a Reforma Agrária, adotando como estratégia mobilizar a população para pressionar o Parlamento. Em 13 de março de 1964, o Comício da Central foi um divisor de águas nesse processo. Evidentemente alunos e muitos professores da FNFi participaram ativamente desses momentos finais do governo Goulart, acreditando que a revolução socialista estava por vir. O desfecho dessa história é conhecido. Em 31 de março, o golpe militar decretou o fim do governo Goulart, desencadeando forte repressão contra as forças de esquerda.

Na FNFi e no curso de história, os episódios que se seguiram foram traumáticos e condicionaram de forma intensa a memória das décadas posteriores. Logo nos primeiros momentos, Eremildo Viana, ajudado por tropas militares, ocupou a Radio MEC, então dirigida por Maria Yedda Linhares, a pretexto de que lá existia um foco de agitação e estavam armazenadas armas para desencadear atos subversivos. Nas semanas que se seguiram, Maria Yedda foi afastada, e Eremildo Viana passou a ocupar seu lugar. Esse episódio marcou profundamente o curso de história, seus alunos e professores, que passaram a encarar Eremildo como o responsável por todo o processo de repressão que se seguiu.

Nos meses seguintes, vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos para apurar a infiltração comunista na FNFi, e professores foram acusados e presos, enquanto alunos eram expulsos. De acordo com os dossiês produzidos pelos órgãos de segurança, na FNFI funcionava uma célula comunista que reunia vários professores. As informações reunidas nesses dossiês recuperam eventos e personagens que atuaram na FNFi a partir de 1958, e uma figura destacada nas denúncias feitas por Eremildo, mas também mencionada em outros relatos, é a de Maria Yeda Linhares.

Segundo essa documentação, que pretendia fazer um histórico das ações da esquerda na FNFI, reunindo documentos relativos a diferentes momentos,<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Maria Yedda Linhares era tida "como comunista fanática" e "perigosa" como propagandista de ideias extremistas, mantinha íntimas ligações com João Christovão Cardoso (catedrático de Físico-Química), Darcy Ribeiro, Osvaldo Hurbster de Gusmão e Álvaro Vieira Pinto. Sua atuação "por ordem da célula comunista, era aliciar os alunos do curso de Filosofia – quatro deles (Wanderlei Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Alberto Coelho de Souza e Fausto Guimarães Cupertino)" e "disseminar ideias de subversão contra o então chefe do Departamento de Filosofia, o Sr. Prof. Nilton Campos". "E assim começou o grande motim na FNFI, que culminou em imoralidade por aquela professora que foi acusada, em inquérito, de acobertar atividades indecorosas dos alunos (manter relações íntimas com Alberto Coelho de Souza) [Boletim Reservado, Pasta 23, 3 folhas; 4 fev. 1964; Departamento de Ordem Política e Social - Professores comunistas da FNFI]. Maria Yedda era ainda acusada de "ter convidado para seus instrutores dois comunistas conhecidos: Hugo Weiss (demitido do Colégio Andrews e do Colégio de Aplicação) e Arthur Bernardes Weiss. Os três induzem os alunos à indisciplina para com os professores democratas. Nomeada pelo Ministro Paulo de Tarso diretora da Rádio MEC, por indicação de Darcy Ribeiro, tinha como objetivo de utilizar-se da rádio difusão para disseminar as



Maria Yedda Linhares era tida “como comunista fanática”, “perigosa” como “propagandista de ideias extremistas” e acusada de “ter convidado para seus instrutores dois comunistas conhecidos: Hugo Weiss (demitido do Colégio Andrews e do Colégio de Aplicação) e Arthur Bernardes Weiss. Os três induzem os alunos à indisciplina para com os professores democratas.”<sup>8</sup>

Constituindo-se a FNFI e alguns de seus professores, na visão dos órgãos de segurança, em um antro de comunistas e de perigosos extremistas, seria um alvo preferencial da repressão. A caça às bruxas estava em vigor, e mais uma vez episódios pontuais do passado, que envolveram alunos e resultaram em inquéritos administrativos para apurar atos tidos como indecorosos, foram acionados para incriminar e desmoralizar professores, acusados de coniventes e participantes de atividades imorais no âmbito da faculdade.<sup>9</sup>

### **A Comissão de Investigação da Universidade do Brasil**

Exatamente para atingir esse espaço de oposição e de debates foi instaurada, em maio de 1964, uma Comissão de Investigação da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, para apurar a infiltração comunista na FNFI. Instituída por ordem do senhor ministro da Educação, foi conduzida pelo senhor general Arcy da Rocha Nóbrega e composta pelos professores Mauricio Joppert da Silva e Mauro Ribeiro Viegas; a comissão foi acrescida, ainda, dos senhores Adalmyr B. Pinheiro de Barros e do tenente reformado Miguel Uzeda Filho.

56

De acordo com a documentação arquivada no Dops, constituída também pelo noticiário publicado na imprensa, apesar das suspeitas de existência de uma célula comunista funcionando na FNFI, a comissão não encontrou elementos importantes para a comprovação das acusações feitas aos chamados comunistas da FNFI, tais como Viera Pinto, Maria Yedda Linhares. Mesmo sem ter tido acesso à documentação da comissão, pode-se, pela entrevista de Eremildo Viana concedida à imprensa após a divulgação do seu resultado e de seu dossiê no arquivo do Dops, compreender que as investigações percorreram caminhos inesperados e desapontadores para a repressão. As palavras do próprio Eremildo nos permitem captar o desfecho das apurações: “Enquanto as Comissões de Investigações nas outras Universidades examinaram os fatos em todos os setores, Faculdades e Escolas, a da Universidade do Brasil apenas procurou focalizar a Faculdade Nacional de Filosofia para poder acusar-me”.<sup>10</sup>

Eremildo Viana, em seu depoimento arquivado na documentação do Dops, declara “que a comissão foi feita para desmoralizá-lo, para acusá-lo de delator de alunos e professores da faculdade. e de improbidade administrativa”.<sup>11</sup> Ainda

ideias que prega na Faculdade” (O JORNAL, 25/09/1963, p. 5). Ver também documentação do Dops, arquivo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), ficha de Maria Yedda Linhares.

<sup>8</sup> Ver documentação do Dops, arquivo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), ficha de Maria Yedda Linhares.

<sup>9</sup> Ver documentação do Dops, arquivo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), ficha de Maria Yedda Linhares.

<sup>10</sup> Pasta Eremildo Vianna. Informações. Pasta 84 DOPS SI=SFA N°805 (folhas 144-146). Referência: Gabinete do Sr. Diretor.

<sup>11</sup> Ver documentação do Dops, arquivo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), ficha de Maria Yedda Linhares.

de acordo com as suas próprias palavras, Eremildo, incorporando um tom de acusação e de denúncia, “afirma que a Comissão, além de nada apurar contra o reitor e demais membros da Administração Universitária, teria passado a fazer a defesa dos professores e alunos comunistas da Universidade (uma vez que deixara de indiciar conhecidos professores subversivos como Álvaro B. Vieira Pinto, Darcy Ribeiro, Max da Costa Santos”. Declara, ainda, que prestou dois depoimentos perante a Comissão e teria entregue documentos que provariam que, a partir de 1962, começou a desenvolver-se uma base comunista na faculdade); ele, então, na condição de Diretor, se opôs tenazmente.<sup>12</sup>

Com essas afirmações, fica evidente que suas queixas, de ter sido acusado injustamente de delator, se tornaram improcedentes na medida em que, mais uma vez, o próprio reafirmava e acusava publicamente a existência de professores comunistas na FNFi.

Os embates entre Eremildo Viana e o general Nóbrega, relativos aos resultados apurados pela comissão da UB, transmitidos diariamente pela grande imprensa carioca, indicam o lugar de importância que a FNFi ocupava na cena política do país naquele momento, e como ainda havia espaços de luta e de alguma garantia de defesa das oposições frente ao arbítrio do regime militar recém-instalado.

Nesse contexto, o funcionamento da FNFi, então dirigida por Faria Goes Sobrinho, ficou em grande parte paralisado, e as atividades docentes ficaram fortemente comprometidas. Somente partir de 1965 o ritmo da FNFi começaria a se regularizar, mas em novas bases, agora sob um regime ditatorial.

### **Tempos sombrios para a história no IFCS**

Após o Golpe Militar de 1964, o ministério da Educação assumiu a bandeira da Reforma Universitária, e começou a promover mudanças nas universidades federais que foram sendo difundidas para as demais (ABREU 2001).

Em 1965, uma lei federal definiu que a Universidade do Brasil passaria a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que, a seguir, suas escolas passariam a integrar ou a constituir institutos. O curso de história passaria, assim, a partir de março de 1967, a fazer parte do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), e teria sua sede na rua Marquês de Olinda, onde já funcionava o Instituto de Ciências Sociais. Nos meses seguintes, o processo de radicalização política atingiu seu auge, com a realização, por órgãos de repressão, de um atentado a bomba ao prédio da Marquês de Olinda, e com a expansão do movimento estudantil, que deflagrou uma onda de greves que paralisaram em grande parte as atividades universitárias.

A despeito de todas essas mudanças, de acordo com os depoimentos de Maria Yedda Linhares e de Francisco Falcon, entre 1965 e 1968 foi possível uma recuperação da dinâmica do curso de história, especialmente nas cadeiras de história moderna e contemporânea e de história da América, já com Eulália Lobo à frente. O próprio crescimento do movimento estudantil a partir de 1966, e

---

<sup>12</sup> Ver FERREIRA (2010).

os questionamentos crescentes do regime militar funcionavam como estímulo ao debate, com a criação de grupos de estudos, seminários e palestras, e o envolvimento com leituras que levavam a uma interpretação da história na perspectiva do materialismo histórico. Ainda nesse período, Maria Yedda tentou criar uma pós-graduação em história social. Chegou a ser elaborado um projeto para o funcionamento do novo curso, mas a iniciativa não vingou. A grade curricular da graduação também não sofreu alterações de monta.

Se, no imediato pós-1964, houve condições de resistência nos escombros da FNFi, então já desmembrada em diferentes institutos, após 1968, os anos de chumbo começariam para valer. Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, houve a cassação de vários professores, e a aplicação do Decreto nº 477 para vários alunos.

### **O novo senhor do IFCS**

Agora transferido para o largo de São Francisco, o curso de história enfrentaria, por vários anos, um clima de denúncia e de perseguição, comprometendo de forma dramática suas atividades. De acordo com os relatórios dos órgãos de segurança, fica evidenciada a importância ganha por Eremildo Viana e o reconhecimento do regime aos seus serviços prestados no combate das atividades ditas comunistas.<sup>13</sup>

58

Procedidas sindicâncias sobre o professor Eremildo Luiz Vianna, foi apurado que os antecedentes aqui registrados estão corretos quanto às atividades anticomunistas. O epigrafado desenvolveu intensa atividade contra a infiltração comunista que se fazia sentir na FNFi e na UFRJ, no período de 1963 e parte do ano de 1964. No ano de 1963, o marginado prestou depoimento no inquérito aberto no Parlamento para apurar as atividades comunistas na ex-UNE, tendo atuado como testemunha de acusação contra professores e estudantes comunistas. Em vista de sua atuação contra a divulgação e as atividades comunistas na FNFI, foi exonerado do cargo este que exercia desde 1957. Com o advento da Revolução, foi empossado no cargo de Diretor da Rádio Ministério da Educação, cargo que ocupava até 07/69 (FERREIRA 2010).

Esse retrato da trajetória de Eremildo, produzido pelos órgãos de segurança, nos indica os recursos de poder e o cacife que adquiriu para retornar a universidade como o Novo Senhor do curso de história e do IFCS da UFRJ. Tratava-se de atrair novos professores, visto que muitos tinham sido cassados ou atingiam a aposentadoria, como Hélio Viana e Silvio Julio. O regime de cátedra também tinha terminado, mas a forma de ingresso não mudava muito. O recrutamento continuava na base das relações pessoais e de indivíduos que não tinham o chamado “passado político”.

O depoimento de Nara Saleto, que ingressou no curso de história em 1973, dá uma ideia do clima reinante no recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:

<sup>13</sup> Ver Arquivo do Dops. Dossiê Emerildo Viana. Informação nº 184/69 da SOB datada de 28 jul. 1969.

Como estou dizendo, os primeiros tempos do IFCS foram terríveis. Havia funcionários espíões, que entravam nas salas de aula a pretexto de ninharias, e seguiam os passos dos professores por toda a parte, até nos elevadores! Eu não podia conversar com os alunos, muito menos convidá-los para ir à minha casa. Eles iam, claro, mas ninguém devia saber: era malvisto, pecaminoso [risos]. A vigilância se estendia dos corredores à cantina, e, se, aos poucos, o clima foi se atenuando, isso se deveu principalmente aos estudantes (FERREIRA 2010).

Nos anos 1970, o projeto de criação de uma pós-graduação em história foi retomado com nova orientação e sob a liderança de Eremildo Viana, mas as dificuldades para a sua consolidação foram muito grandes. O novo curso só viria a poder titular seus alunos a partir da eleição de Eulália Lobo para a coordenação do programa de pós-graduação em 1982. Mas, até lá, muitos passos seriam dados.

Foram o processo de abertura política iniciado com o governo Geisel (1974-1979) e o avanço das lutas pela anistia que trouxeram novos tempos para o IFCS e para o curso de história, com a plena reintegração dos docentes cassados em 1979. Entre os professores do curso de história nessa situação estavam Eulália Lobo, Hugo Weiss, já falecido na ocasião, Manoel Maurício de Albuquerque, e Maria Yedda Linhares.

### **Considerações finais**

Cabe destacar, por fim, que os debates e os desdobramentos dos eventos ocorridos na década aqui enfocada (1958-1968) revelam-se fundamentais para se compreender os movimentos sucessivos que tiveram lugar no território pouco pacífico de desenvolvimento dos cursos universitários de história. Certamente, uma investigação ampliada de diferentes aspectos aqui tratados, tais como a trajetória dos professores e dos alunos, suas relações com os debates internacionais que foram mencionados, e os conflitos entre concepções de história distintas podem contribuir para o delineamento de uma perspectiva mais histórica dos nossos cursos de história, especialmente em um momento em que a regulamentação do ofício de historiador está em discussão. Merece destaque igualmente a importância e as possibilidades do estudo acerca das memórias de eventos traumáticos e a repressão desencadeada na FNFi/IFCS. Uma análise dos depoimentos dos alunos e professores coletados para essa pesquisa nos permite destacar alguns pontos importantes.

Como sabemos, os depoimentos orais são memórias que representam diferentes versões do passado e expressam lembranças contraditórias, esquecimentos, distorções, conflitos, e não podem ser tomados como relatos "verdadeiros" e "objetivos" sobre os fatos narrados; mas, ainda assim e por isso mesmo, nos permitem o acesso a um rico material e a informações pouco encontradas em outras fontes. Os relatos obtidos se revestiram de grande relevância como chave e ponto de partida para mapear questões a serem pesquisadas num emaranhado de documentos, dispersos e fragmentados. Além de preencher muitas lacunas que a documentação escrita não conseguia suprir,

os relatos orais foram caminhos seguros e ricos para esclarecer as disputas e conflitos de memórias, e para nos fornecer pistas para compreender as versões construídas sobre a trajetória dos cursos. O foco central dos depoimentos concentrou-se nas lutas políticas, em especial do final dos anos 1950 até 1964, mais do que no conteúdo dos cursos em si mesmos, considerando que a maioria dos depoentes ingressou na universidade a partir de 1957/1958 e, por conseguinte, muito de suas vivências privilegiaram os anos de radicalização política no Brasil, a partir do governo JK até a queda de Jango, com o Golpe Militar de 1964. O que se pode perceber é que o engajamento dos alunos e professores nos projetos de transformação do Brasil, ainda que de diferentes maneiras e com orientações políticas distintas, condicionaram fortemente as memórias sobre o curso de história, colocando no esquecimento fatos positivos para destacar a repressão e os traumas que o Golpe Militar provocou.

### Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de *et al.* (org.). Reforma universitária. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. V. 4.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BITTENCOURT, Raul. Breve histórico da Universidade do Brasil e da FNFi. **Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia**, Rio de Janeiro, 1955.

BOLETIM DE HISTÓRIA. Crítica das revistas. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1-2, n. 4-5, p. 189-193, jul.-set./out.-dez. 1959a.

\_\_\_\_\_. Um pouco de luz sobre a educação no Brasil e suas causas. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2/3, p. 133-145, jan.-mar./abr.-jun. 1959b.

\_\_\_\_\_. I Congresso de Professores do Ensino Médio. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 195-197, jan. /jun., 1961a.

\_\_\_\_\_. Didática da história. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.161-171, jan./jun., 1961b.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária e escola pública. Editorial. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v.3, n. 6, p. 7-9, jan.-jun. 1961c.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Didática da história. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 151-155, ago. 1963.

- BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois. **RBCS**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, s.d. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm). Acesso em: 5 jun. 2011.
- BOUTIER, Jean; CLAUDE PASSERON, Jean; REVEL, Jacques (dirs). **Qu'est-ce qu'une discipline?**. Paris: Esquête, 2006.
- CALMON, Pedro. História do Brasil: programa de cultura, consciência e patriotismo. In: **Anais Simpósio de professores de história do ensino superior**, 1. Marília: Associação Nacional de História, 2010.
- CAPELATO, M.H ; FERLINI, Vera Lúcia; GLEZER, Raquel. A escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994.
- CHARLE, Christophe. **La Republique des universitaires:1870-1940**. Paris: Seuil, 1979.
- CLARK, Terry. **Prophets and patrons**: the French university and the emergence of the social sciences. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- CORRÊA, Serzedello. Nota de capa. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, ago. 1963.
- CÔRTEZ, Norma. A democracia educa. In: PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (org.). **Pensamento social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 151-173.
- DUMOULIN, Olivier. **Profession historien**. Paris, 1983. Tese (Doutorado em História) — EHESS, Paris, 1983.
- ESTE BOLETIM**. Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários de História, Marília, v. 1, n. 1, p. 1, jan./out. 1962.
- FALCON, Francisco José Calazans. O I Simpósio dos professores de história do ensino superior. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 187-196, ago. 1963a.
- \_\_\_\_\_. O II Simpósio dos Professores Universitários de História. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 197-203, ago. 1963b.
- \_\_\_\_\_. A cadeira de história moderna e contemporânea. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org.). **Escritos sobre a história da educação**: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.
- \_\_\_\_\_. Memória e história: a fundação da Anpuh. São Paulo, 2011. In **Anais Simpósio da Anpuh**. São Paulo: USP, 2011. Mimeo.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf). Acesso em: 11 dez. 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Maria Yedda Linhares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 5, n. 10, p. 216-250, 1992. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/105.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/105.pdf). Acesso em: 20 nov. 2006.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Entrevista com Gilberto Velho. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, n. 28, 2001a. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/316.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/316.pdf). Acesso em: 16 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. A cadeira de história moderna e contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da história. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org.). **Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001b, p. 553-568.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história do Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 139-161.

\_\_\_\_\_. Perfis e trajetórias dos professores universitários de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Antônio J. Barbosa (org.). **Universidade: lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura/Sistema de Biblioteca e Informações, 2008a.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Francisco Falcon. 2008b. CPDOC. FGV. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Nara Saleto. 2010. CPDOC/FGV. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; PEREIRA, Mateus; DA MATA, Sérgio (org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012a, p. 101-124.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. 2012b. CPDOC/FGV. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Ilmar R Mattos. 2012c. CPDOC/FGV. Mimeo.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajando. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010.

- GRINBERG, Keila. O olhar do historiador. **Revista Ciência Hoje**, Coluna Em Tempo, n.p., 14 dez. 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/por-um-olhar-do-historiador>. Acesso em: dez. 2012.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, set. 2002.
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- HOLLANDA, G. de. **Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro, 1931-1956**. Rio de Janeiro: Inep/Ministério da Educação, 1957.
- KEYLOR, Willian. **Academy and community**: the foundation of the French historical profession. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. O lugar das disciplinas pedagógicas no curso de história. In: **Anais Simpósio de professores de história do ensino superior, 1**. Marília: Associação Nacional de História, 2010.
- LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 56. São Paulo, 2008, p. 385-406.
- MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Histórias do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MONTEIRO, Ana Maria *et al.* (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. **Genêses**, n. 1, Set., 1990.
- PEREIRA, Daniel Mesquita. **Boletim de história**: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia – 1958/1963. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- ROIZ, Diogo da Silva. **Caminhos e descaminhos do ensino de história**. São Paulo: Appris, 2012.
- SCHWARTZMAN, Simon. Universidade brasileira: organização e problemas. **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 7, p. 229-234, jul. 1985. Suplemento especial.



- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- UNE tem verba de sobra para agitar a classe estudantil. **O Jornal**, 25/09/1963.
- VAINFAS, Ronaldo; GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 5, n. 9, p. 84-96, 1992. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/96.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/96.pdf). Acesso em: 16 mar. 2007.
- VIANA, Eremildo Luiz. Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo da História. In: **Anais Simpósio de professores de história do ensino superior, 1**. Marília: Associação Nacional de História, 2010.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- WEISS, Hugo. Semana de Estudos Americanos. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2/3, p. 147-159, jan./jun. 1959.

*Acervos documentais consultados*

64

- Arquivo Gustavo Capanema (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas — Cpdoc/FGV).
- Fundo Hélio Viana (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB).
- Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia (Programa e Estudos e Documentação Educação e Sociedade — Proedes/UFRJ).
- Arquivo do IFCS/UFRJ — Documentação dos professores Eremildo Viana, Hélio Viana e Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos
- Arquivo do Dops — Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Dossiês de Eremildo Viana, Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Faculdade Nacional de Filosofia.

# The dark side of the force: the military dictatorship and the history course of the National School of Philosophy of the University of Brazil (FNFi/UB)

---

**Marieta de Moraes Ferreira**

Marieta.Moraes@fgv.br

Professor

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 190/14º andar - Botafogo

22.253-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brazil

---

## Abstract

The aim of this article is to focus on the final years of the course of history at the FNFi/UB (1958-1968), in order to recover the political and historiographical conflicts that took place there, and to understand the trajectory of this disciplinary field and its professionalization-process at a moment of great transformations. The article's coverage extends to the discussions related to the issues that characterize the memories of traumatic events and the History of the Present Time. Different types of sources were used, such as oral statements, newspapers, FNFi documents, and police archives.

## Keywords

History teaching; Military dictatorship; National Faculty of Philosophy/University of Brazil.

65

---

Received in: 1/20/2013

Approved in: 3/4/2013

There has been an increasing number of debates on the social role of historians, on the extent to which university history must be in tune with the social demands, and on how the academic community must avoid its isolation and its omission vis-à-vis the commitment to transpose its knowledge to the public at large, and to basic education. These issues have raised several other questions, inasmuch as the institutions and social actors oftentimes seek to legitimize their points of view through history. Could the social demands put at risk the autonomy of history as a scientific discipline? Could the pressure exerted by the memory-duty pose serious problems for the professional practices of the historian?

These challenges manifest especially in the study of the history of the present time, which for a long time was the object of resistance and interdictions, but now is present in the order of the day in Brazil, due to the creation of the National Truth Commission, aimed at ascertaining crimes against the human rights, not only as an object of academic research, but also as a challenging theme for historians, from the ethical and political standpoints. Which standing should the scientific community adopt? Should it be directly involved in this debate? If yes, which rules should guide such standing? Would this institutional involvement not end up attributing to the historian the role of history's judge?

In this context, the historians that work with the history of the present time are called upon to face the challenge and use the opportunity to expand and legitimize their field of studies, but they ought also to guard themselves against improper pressure by the social demands and by the mandatory character of the memory duty.

66

If history performs a real critical work in relation to memory, it also allows the historian to overcome a purely retrospective view of the past and understand how the present has an impact over such reading of the past. This set of problems indicates a strong tension over the social role of historians; in other words, how can one make a public history while securing the respect to the scientific practices of history?

Another concrete example of the tensions faced by the professionals of history is manifested in the present moment, through the debate on the regulations of the historian's craft. With the approval of the project at the Senate, which now is in transit to the House of Representatives, there have been numerous criticisms by the media and by professionals of other areas who work in the field of history.

Act Project 368/09 establishes that the profession of the historian must be exercised by individuals with a diploma in undergraduate, masters or doctorate courses in history. By the exercise of the profession, it understands the activities as history teachers of the basic-teaching cycle and in higher teaching, and also the "planning, organization, implementation and direction of services of historical research" (article 4, incision III), along with "advisory work aimed at the evaluation and selection of documents for the ends of preservation" (article 4, incision V). Thus, it is defined that the profession of historian, encompassing research and teaching, cannot be exercised by those who have not received a diploma of undergraduate, masters or doctorate courses in history.

The discussions on the objectives of the regulation have been intense. Among those who are against the regulation, there are two groups: the group that is against each and all types of professional regulations, and the group specifically opposed to the creation of the profession of historian, as this specific type of knowledge could also be attained in other ways than college education (GRIMBERG 2012). By contrast, the National Association of University Professors of History (ANPUH) has defended the need for the regulation and the specificities for the production of historical knowledge. All these questions, which are currently in the agenda, stimulate us not only to reflect on the place of history today, but also to grasp the trajectory that this field of knowledge has covered in our country, starting with the process of university professionalization, which began in the 1930s, when the titles of professor and historian meant two quite distinct things.<sup>1</sup>

The first history courses were created in order to train teachers for basic education, or secondarily for higher education. The activity of research, depending on the course, could be more or less developed, but was far from being the main focus. Thus, the individual who was responsible for the writing of history, i.e. the historian, was not directly connected or involved with teaching activities; and if one was acting as a teacher, it was not his or her goal to have his or her students developing researches. This role was reserved to erudite liberal professionals who undertook research as a parallel activity in their lives. In truth, this situation was substantially changed with the creation of the postgraduate programs starting in the 1970s, which annually train hundreds of masters and doctors who, in most of the cases, bring together the resources to exercise both research and teaching activities. Thus, the title "historian", which in the past referred only to those who wrote history, now is increasingly used to include those who receive a specific title either for teaching or research activities.

This article's proposal of focusing on the final years of existence of the history course of the FNF/UB (1958-1968) and the disputes that took place there, awakens a strong interest and offers theoretical and methodological possibilities for facing the challenges of grasping the trajectory of this discipline's field and its professionalization-process in a moment of great transformations, as well as the issues that characterize the history of the present time. Dealing with the events and actors who took part in this history is an opportunity to exercise our critical capacity to evaluate interpretations marked by traumatic memories, police sources, and periodicals that were starkly committed with polarized and radical ideological positions. Therefore, this article is guided by

---

<sup>1</sup> Although some works, such as the ones by Manoel Salgado, highlight the relevance of the production of the IHGB and characterize these authors as history professionals, it is necessary to call attention to a distinction between them and a new category of professionals who started to emerge with the creation of the university courses in the 1930s, and who received specific training aimed at their preparation for the teaching activities. While recognizing the value of the production and the identity of the professional historians linked to the IHGB in the course of the 19<sup>th</sup> century and in the First Republic, the vast majority of them was not dedicated to teaching, and was not focused on training professors. Furthermore, even though they were intellectuals who produced works of great relevance, they can be considered as self-taught professionals, as they did not have a specific disciplinary training to act as history professors. For a deeper look into the creation of the disciplinary fields, see: BOUTIER; REVEL 2006.

the orientation of analyzing the political clashes and the repression that hit the scholars and students of the FNFi, seeking to produce an analysis that may secure the scientific nature of this sensible history.<sup>2</sup>

To attain this aim, we refer to a diversified set of sources in order to retrieve events of this recent past marked by emotion and subjectivity. An important starting point for the research was an interview with Maria Yeda Linhares in 1994, which provided the first script that guided other interviews in the subsequent years with former students and professors. Despite being produced in different contexts with different objectives, the interviews have a common axis that focuses the trajectory of the interviewees, their family origins, vocational training, their choice of selecting the area of history, the teaching-activities at the FNFi, and their experience as students of that school. The selection of the interviewees had a clear-cut objective: to obtain testimonies of former students and professors of different generations that could recover several events and moments of the history course of the FNFI.<sup>3</sup>

Along with the oral-memory sources, the collection of the FNFi itself also provided materials that helped us know the structure of the courses and the curriculum programs. Although in a too fragmented and dispersed way, these documents allowed us to locate events, names and dates more precisely. The bulletins of the Center of History Studies (“Centro de Estudos de História”) were especially valuable for the purpose of mapping the political and historiographical conflicts on the agenda of the history course in the years 1958-1963. And lastly, also the archives of the Department of Political and Social Order (DOPS) had a great importance, as it was possible to find in them the dossiers of the professors and students, and in particular one specific dossier dedicated to the FNFi. This collection, which is at once rich and dangerous, demands an extreme caution by the researcher, as it gathers information that allow us to clarify, confront and question the data of the oral reports. To make this research circuit complete, articles of large newspapers of Rio de Janeiro, such as *O Globo*, *Jornal do Brasil* and *O Jornal*, allowed a better comprehension of the political struggles that took place back then, and of the importance of the FNFi in the media.

68

### **Political struggles and the constitution of a discipline’s field: the 1950s**

The National School of Philosophy (Faculdade Nacional de Filosofia) and, in particular, the history course, underwent great transformations in the turn of the 1950s. The project of the School of Philosophy was created in 1939 linked to the University of Brazil (Universidade do Brasil), aiming at the consolidation of a model-university that could act as a standard for the other universities that would come to exist, and had the primary objective of preparing candidates to the regular activities of higher secondary teaching (“magistério do ensino

<sup>2</sup> To deepen the discussion on the history of the present time, see: FERREIRA 2011.

<sup>3</sup> Among the interviewees are Vicente Tapajós, Borges Hermida and Eremildo Viana, Maria Yeda Linhares, Eulália Lobo, Cibele Ipanema Moreira; Francisco Falcon, Miridan Knox and Clóvis Dotore, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Ilmar Matos, Neyde Thelm, Arno Welling, and, finally, Nara Saleto, who was neither student nor teacher at the FNFi, but joined the history course as assistant professor after 1968, and whose testimony provided us with an external look by a person who arrived at the difficult repression-years.

secundário”) and to the pedagogical secondary course (“normal”). The FNFi was organized into four fundamental sections: Philosophy, Sciences, Linguistics, and Pedagogy. There was presumably a special additional section of Didactics. History and geography, among other courses, were linked to the Section of Sciences. The training activities in history and geography were unified into one single course aimed essentially at teaching. The course of history and geography would only be dismembered starting in 1955.<sup>4</sup>

The FNFi was founded during the Estado Novo (“New State”) regime, marked by authoritarian ideas, and was starkly influenced by Catholic sectors in connection with the Dom Vital Center, with Alceu de Amoroso Lima and other individuals with an Integralist orientation, who had been appointed to occupy some important seats at the newly-created university. The direction of the school was handed to San Tiago Dantas, whereas the chair of History of Brazil, which, in the Estado-Novo context, was expected to perform a key role in the training of the future secondary teachers, was handed to Hélio Viana. Thus, the institutionalization of the history course of the FNFi was starkly influenced by the conception of a political history – a dominating one at the time – aimed at reinforcing the links of the Brazilian identity by emphasizing the national unity and the role of the great heroes as constructors of the nation (FERREIRA 2012a).

With the fall of the Vargas regime in 1945, the FNFi underwent some modifications. It was starting in this moment, with the process of re-democratization, that the University of Brazil reached a better definition of its contours, both from the standpoint of its conception of teaching and research, and of its administrative and financial structures. On account of this, in 1946 the schools were reorganized into departments. The FNFi started to have other departments, in accordance with the following distribution: Philosophy, Mathematics, Physics, Chemistry, Natural History, History and Geography, Social Sciences, Linguistics and Pedagogy. In spite of these administrative changes, and of the creation of public exams to legalize the positions of the chair professors, the course of history and geography did not undergo any significant change in its curriculum program or in the composition of its faculty. In truth, what we see is that professors such as Eremildo Viana (Ancient and Medieval History), Delgado de Carvalho (Modern and Contemporary History), Silvio Júlio (History of the Americas) and Hélio Viana (History of Brazil) were confirmed as holders of the main chairs.

In the 1950s, the history course started to occupy a more highlighted place inside the National School of Philosophy. After over ten years under the direction of Antônio Carneiro Leão, professor of School Administration and Compared Education, Eremildo Viana took up the direction of the School in 1958, supported by most of his colleagues. Eremildo remained in the position until 1963, after being reelected in 1960.

Starting in 1955, there was the separation of the course of history and geography in two different departments. This modification opened spaces for

<sup>4</sup> The first part of this article is a summary of other texts published by Ferreira (2006; 2008a; 2012a).

an additional oxygenation of the history course, with a change in the curriculum and the introduction of new subjects. The chair of Methodological Introduction to History was incorporated to the program of the first semester, and optional subjects were also made available for the students. Along with these changes, a newer generation of professors started to occupy positions. Still in this same year, the chair professor Delgado de Carvalho retired, and Maria Yedda Linhares took part in the public exams for the chair of Modern and Contemporary History. In 1958, Eulália Lobo took over a position in the chair in History of the Americas, whose holder was still Sílvio Julio de Albuquerque. New assistant professors also started to be incorporated to several subjects, among them Eugênia Prado, Francisco Falcon, Arthur Weiss, and Hugo Weiss, to the chair of Modern and Contemporary History; and Manuel Maurício Albuquerque, and Luís Werneck da Silva, both to the chair of History of Brazil (FERREIRA 2012a).

### **A historiographical clash: Nelson Werneck versus Hélio Viana**

The scenario introduced in the late 1950s was marked by a process of radicalization of the social movements, creating a polarization between left and right. It was a political context of stark mobilization against communism, and against the Cuban Revolution. These dominant issues in the international scenario promoted an intense polarization and confrontation between the Western capitalist countries and the communist countries, and led to an internal exacerbation of the conflicting ideological positions.

70

Especially in the turn into the 1960s, this process of changes was deepened through the political radicalization and polarization that took place in the country. The divergences ranged all the way from the conception of history and the desired course model, to the ideological position in regard to the striking political events of the Goulart administration, such as the Agrarian Reform program, the Revolt of the Sergeants, the Independent Foreign Policy, and the Central Station's Rally, only to mention a few points (FERREIRA 2008a).

All debates involved by these themes had an intense repercussion in the FNFi, and, in particular, in the history course. If in the previous years, different conceptions of history and divergent views on the format of the courses and on the relations between teaching and research were already outlined, the new scenario of intense debates on the place of the university and the uses of history-teaching as an instrument of social transformation increasingly led to a split between students and teachers, and among the teachers themselves (FERREIRA 2011).

The chair of History of Brazil, occupied by Hélio Viana, had a conservative posture. Its orientation was aimed at political history and, especially, to diplomatic history. Colonial Brazil received a special attention and the republic-themes were totally left to a secondary place; the historiographical approach was marked by an over-appreciation of the events and main figures, while the economic dimension was not dealt with – according to the testimonies of ex-students of many generations – and were profoundly tedious, exclusively expository with minute factual accounts, and without any bibliographical indication. The exams

were based on the contents presented at the classroom, thus demanding merely a good memorizing capacity. There was no stimulus to research whatsoever, either with sources or with bibliography (FALCON 2009).

While Hélio Viana transmitted a history of Brazil turned into the distant past, with an emphasis on the political history, especially in appreciation of the process of construction of the national unity and highlighting the role of the main figures of the national pantheon, the chair of Modern and Contemporary History started to add focus to more recent periods, with themes on the history of Africa and de-colonization, and started serving as a space of debate and criticism, while training teachers on research, which was not common in the other chairs of the course (FALCON 2001).

The students were becoming increasingly identified with the left-wing forces, and longed for a course that could incorporate the production of the Higher Institute of Brazilian Studies (ISEB), along with new theme areas such as contemporary history of Africa, the decolonization process and the social struggles in Brazil.

In this context, in August 1958, the Center of History Studies was created, and further on, the journal *Boletim de História* ("History Bulletin", 1958-1963). Founded by an initiative of the students of the history course, the center counted with the stimulus and the support of the school's direction and of many professors. However, from 1958 to 1963, there were changes in the strategy of the publication: from a didactical orientation to secondary-school teachers, it moved into a criticism of the university course itself, along with a perception of its limits in the training of history professionals, and social critique (PEREIRA 1998).

While a restructuring of the left-wing organizations was starting to take shape, new orientations and new groups with more radical political tendencies emerged in the country. The penetration of the Communist Party in the students' milieu, although dominant, began to raise criticisms and to stimulate the approximation with other left-wing orientations. The increasing mobilization of the workers, both in the cities and in the countryside, demanding not only salary improvements, but also changes in the unequal structure of the society, was a source of stimulus so that the university students could become more effectively engaged in the social struggles.

The position defended by the students who were engaged in the social struggles of the present and committed to the necessity of comprehending the contemporary world from a Brazilian perspective led to a posture according to which history should become involved in the current problems, and historical knowledge should present explanations and possible solutions for them (BOLETIM DE HISTÓRIA 1962; 1963).

If history teaching should be reviewed, then also the training of history professionals ought to undergo modifications. The didactical books would have to pay more attention to the study of Brazil's recent history. The testimony of Celso Uchoa Cavalcanti, director of the Center of History Studies in 1962, clearly expresses the wishes of those young university students: "For my generation,



for us left-wingers, there were three history authors: Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré and Celso Furtado. The rest was not important. Capistrano merely existed. But they were the references through which we would search things, and not the books that trained us in the history of Brazil” (CAVALCANTI 2012, p. 10).

With this perspective, the students of the history course linked to the Center of History Studies rejected the teachings that were given in most of the subjects offered in the course (with the exception of the chair of modern and contemporary history), and they were becoming involved with the ISEB and started to make plans, under the guidance of Nelson Werneck, to produce a collection of didactical books that received the name *História Nova* (“New History”).

Once again, the testimony of Pedro Celso Uchoa Cavalcanti retrieves aspects of this memory:

The ISEB had a course that was a confrontation with the Higher War School (Escola Superior de Guerra). Sodré taught on Mondays: every Monday, early in the morning, I went there to attend the lessons. [...] Well, I attended this course by Sodré, [...] asking questions at the end of the class. He felt an interest for me. At the end of the course, he called me to his desk and asked if I wished to become his assistant at the ISEB (CAVALCANTI 2012, p. 10).

72

After this first contact with Nelson Werneck, the next step was the organization of a history course for the students of the FNFi. Continuing his narrative, Pedro Celso (2012) declares: “I also managed to have Sodré teaching a course on Brazilian history for fellows of mine, still in college. In this course, there were 13, 15 people, such as Rubens César and others. It was at the ISEB, but it was a private course. It was a favor that he was doing us”.

As a further result of this course, the New History project was accomplished, with its focus of criticizing the existing didactical books, and presenting a history of Brazil based on the contributions of works by Werneck Sodré himself, by Caio Prado, and by Celso Furtado. Under the guidance of Nelson Werneck, the production of the collection of didactical books started with the purpose of taking another vision of history to the basic education, a vision in which the economic dimension and the class struggles played a key role.<sup>5</sup> Thus, even though professors with a leftist position, such as Maria Yeda, disagreed from Nelson Werneck Sodré’s conception of history, the penetration of his ideas and of the Marxist theses gained space in the FNFi, in an open confrontation with the views that had been transmitted in the course of decades by Hélio Viana.

The intensification of the engagement of the students and also of the professors in the political clashes that took place in the final years of the Goulart government, on the reform of the university in a general way, of the history course, and of the uses of history teaching as an instrument of social transformation, resulted in an increasingly stark split between students and professors, and among the professors themselves.

---

<sup>5</sup> See: LOURENÇO 2008.

### The FNFi at the target: the CPI of the UNE

The events of 1963 were especially important in this process, as they led to an increase in the radicalization and a deepening in the political dissent at the FNFi. In the words of Arthur Poerner, from 1960 to 1964, the FNFi was a sort of an “advanced echelon of the students’ movement”, and was seen as the most politicized Brazilian university (POERNER 2004, p. 188). Since 1961, with the end of Parliamentarianism and with Goulart’s resuming of the presidential powers, the left-wing forces felt victorious and were advancing their claims, as the struggles for the basic reforms won a new dimension and the social movements were intensifying their claims. In this context, in the second semester of 1963, there were new elections scheduled to take place for the direction of the FNFi.

The director at the time, professor Eremildo Viana, had been elected twice, and many students wished for a renewal of the direction. However, according to the oral testimonies of erstwhile professors and students, and to the news issued by the press, the master desired to remain in the position and was working to reach such objective. In response, the students’ directorate mobilized the students and decreed a strike that paralyzed the entire school. According to *O Jornal* on September 25, 1963,

The students of the National School of Philosophy await the solution promised by Paulo de Tarso, Minister of Education, on the selection of a new director for the School. [...] The students affirm that the substitution of the late professor Nilton Campos, through the triple list of candidates still figuring the professors Djacir Menezes and Eremildo Viana, by professor Kingston is illegal, as there has been no specific call for a new election (O JORNAL 25/09/1963, p. 11).

73

Still according to the account of the periodical,

[...] the vice-president of the Academic Directorate (DA) told the *Jornal* that the students decided to cast a vote of confidence in the Minister of Education, due to a message sent by him to the DA, thus ending the strike. He also declared that there is a small group of students that make up the opposition (GRD), and support the reelection of Eremildo Viana. Sérgio guarantees that the calm will be kept at the National School of Philosophy, as the students await a response by the government (O JORNAL 25/09/1963, p. 11).

These accounts express the conflicts that took place in that moment and the capacity of the students to press the Ministry of Education towards their objectives, intensifying the tension between professors and students.

In parallel to it, in the national scene, a Parliamentary Inquiry Committee (Comissão Parlamentar de Inquérito, or CPI) was formed at the House of Representatives to investigate a communist infiltration in the National Students Union (União Nacional dos Estudantes, UNE) and the improper use of public resources by the organization to promote political agitations. By following the CPI, it is possible for us to see a reproduction of the political clashes that marked the entire Brazilian society at the time. On the one hand, the right-wing forces

were calling for a CPI and convoking deponents to substantiate the proof of a communist infiltration in the UNE. On the other, the left-wing parliamentarians worked to neutralize the moves of Raimundo Padilha, president of the CPI, to incriminate the students.

The FNFi - focus of the students - agitation, was under the lens of investigations and its director Eremildo Viana was convoked to testify at the CPI. Eremildo's testimony, which was published in an abridged form in *O Jornal*, already indicated the position that the FNFi director had started to adopt. If during several years, Eremildo negotiated with the left-wing students and supported the creation of the Center of History Studies and of the *Boletim de História*, by providing resources for the publication, his path, as well as the paths of many others, started to take the opposite direction as the students' movement became more radical. Even though the Congress Diary, *Diário do Congresso*, had not fully reproduced Eremildo's testimony, the articles by *O Jornal* and *O Globo* indicate the main approached points.

Under the title "UNE has extra funds to agitate the students' class" ("UNE tem verba de sobra para agitar a classe estudantil"), the testimony was thus depicted by *O Jornal* on September 25, 1963:

74

Professor Eremildo Viana stated that on account of the fact that the UNE has substantial funds, it carries out programs that trouble the student life of the country, instead of providing services to the School in the cultural field. [...] Eremildo agrees with the fact that there is the necessity of reforms in the political and social structures, but not by means of disorder, anarchy and break of hierarchy, [...].

Several episodes of indiscipline and subversion of the order are narrated by professor Eremildo, and denunciations are made about the linkage of the students to the Communist Party. As proofs, the professor presented the Committee with placards of a subversive character in favor of the sergeants and against the STF, and handed the Manifesto that guides the organization of the pre-college courses and their connections with the Communist Party. [...]

[According to the deponent,] another organization that plots against the social order is the IESB, where students who have been expelled from the School on account of immorality, and who did not get to conclude their courses, are now professors.<sup>6</sup>

Eremildo recounted old and current episodes [...] and confirmed by bringing back to the fore an administrative enquiry that took place years before, on bacchanalia that had been verified in the School's building, including the names of the students [...]. [He also said] that the University Council has the extract and the report of the inquiry. But he did not present any solution (O JORNAL 25/09/1963, p. 5).

<sup>6</sup> For further details of Eremildo Viana's account, here are other published excerpts of his testimony: according to the deponent, "the claims that the agitators presented, which are coincident with the decision of a Congress that took place in Cuba are: division of the School's administration through the Students' Directorate, inclusion of 24 student representatives at the Congregation, which has a total of 36 members, elimination of the demand of a medical certificate, or of a new voucher for second-chance enrollment, the lowering of the minimum score for approval, and exemption from mandatory attendance; therefore they consider the administrative decentralization a fundamental element for alleviating the responsibilities of the Director. [...] [According to the deponent] the DA is mostly composed by extremist individuals, and there is a system of coercion and threats so that the students who oppose the agitations will not be present at the elections. [The deponent declared that] he sent an official note to the rector of the University with the request that the DA funds for the present year should be withheld until, according to the law, its past director Enilton Sá Rêgo can be accountable and present the balance sheet, which he denies to do" (O JORNAL 25/09/1963).

Also according to *O Jornal*, regarding these final assertions, representative Padilha made a request “for the Committee to require from the Congregation of the School the names of the participant professors, given that their names were taken out of the process”. The periodical also added that “The convocation of rector Pedro Calmon was requested, given that the process includes indecorous facts” (O JORNAL 25/09/1963, p. 5).

The statements of Eremildo at the so-called CPI of the UNE already indicated his change of course in the direction of the forces opposed to the Goulart government. They also evince the prevailing mood at the FNFi, with denouncements against students and professors on account of their political positions, and moral accusations in the attempt to incriminate and demoralize the accused, by committing them with acts that were taken as indecorous.

In the months that followed, the process of political radicalization became worse, and increasingly placed the professors and students of the FNFi in opposite fields. In the first months of 1964, in spite of the resistance of the Congress to move forward in the approval of the basic reforms, Goulart decided to implement the Agrarian Reform, through a strategy of mobilizing the population to press the Parliament. On March 13, 1964, the Central Station Rally was a watershed in this process. Evidently, students and many professors of the FNFi took active part in these final moments of the Goulart government, in the belief that the socialist revolution was about to come. The outcome of this history is known. On March 31, the military coup decreed the end of the Goulart government, leading to a fierce repression against the left-wing forces.

At the FNFi and in the history course, the episodes that followed were traumatic and intensely conditioned the memory of the subsequent decades. At the very first moments, Eremildo Viana, aided by military troops, occupied Radio MEC, which was directed by Maria Yedda Linhares, under the pretext that that there was a focus of agitation at the radio, and that firearms had been stored at its facilities for subversive acts. In the following weeks, Maria Yedda was removed and Eremildo Viana started to occupy her seat. This episode left deep marks in the history course, and on its students and professors, who began to see Eremildo as the responsible for the entire process of repression that followed.

In the next months, several Military Police Enquiries (Inquéritos Policiais Militares, IPMs) were initiated to investigate the communist infiltration at the FNFi, and professors were accused and arrested, while students were expelled. According to the dossiers produced by the security bodies, the FNFi was hosting a communist cell that gathered several professors. The amassed information of these dossiers retrieve events and persons who were active at the FNFi starting in 1958, and one of the highlighted figures in Eremildo’s denouncements, but also mentioned in other accounts, is Maria Yeda Linhares.

According to these documentation, which had the goal of making a historical account of leftist actions at the FNFi by gathering documents related to several

moments,<sup>7</sup> Maria Yedda Linhares was described as a “fanatic communist”, “dangerous”, and “a propagandist of extremist ideas”; she was accused of “having invited two known communists to be her instructors – Hugo Weiss (who was fired from Colégio Andrews and Colégio de Aplicação), and Arthur Bernardes Weiss – and the three, of inducing the students to indiscipline in relation to their pro-democracy professors.”<sup>8</sup>

In the eyes of the security bodies, since the FNFi with some of its professors had become a den of communists and dangerous extremists, it would then be a preferential target of repression. The witch-hunt was on, and once again, individual episodes of the past, which involved students and resulted in administrative inquiries to investigate acts considered indecorous, were activated to incriminate and demoralize professors, who were accused of omission and of taking part in immoral activities in the School facilities.<sup>9</sup>

### **The Investigations Committee of the University of Brazil**

Specifically in order to hit this space of opposition and debates, an Investigations Committee was created at the University of Brazil in May 1964, in Rio de Janeiro, to ascertain the communist infiltration at the FNFi. It was created by order of the minister of education and presided by general Arcy da Rocha Nóbrega, composed by professors Mauricio Joppert da Silva and Mauro Ribeiro Viega; the committee also added Adalmyr B. Pinheiro de Barros and the retired lieutenant Miguel Uzeda Filho.

76

According to the documentation filed at the DOPS, which also added the news that were published by the press, in spite of the alleged existence of a communist cell operating at the FNFi, the committee did not find important elements to prove the accusations made against the so-called FNFi communists, such as Viera Pinto, and Maria Yedda Linhares. Even without having access to the documentation of the committee, it is possible to grasp, by reading Eremildo Viana’s interview to the press after the disclosure of its results and its dossier at the DOPS file, that the investigations ran across unexpected and disappointing paths for the repression. The words of Eremildo himself allow us to capture the outcome of the investigations: while the Investigation Committees in the other universities examined the facts in all their sectors, colleges and schools, the

<sup>7</sup> Maria Yedda Linhares was considered “a fanatic communist” and dangerous”, as a propagandist of extremist ideas, keeping intimate connections with João Christovão Cardoso (chair professor of Physics-Chemistry), Darcy Ribeiro, Osvaldo Hurbster de Gusmão, and Álvaro Vieira Pinto. Her activity, “by the order of the communist cell, was to attract the students of the Philosophy course” – four of them would have been Wanderlei Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Alberto Coelho de Souza, and Fausto Guimarães Cupertino –, and “to disseminate subversive ideas against the chief of the Philosophy Department at the time, Prof. Nilton Campos”. “And thus started the big FNFi mutiny, which culminated in immorality by that professor who was accused, by inquiry, of covering up indecorous activities by the students (keeping intimate relations with Alberto Coelho de Souza) [Boletim Reservado, Pasta 23, 3 folhas; 4 fev. 1964; Departamento de Ordem Política e Social - Professores comunistas da FNFI]. Maria Yedda was also accused of “having invited two known communist to be her instructors: Hugo Weiss (who was fired from Colégio Andrews and Colégio de Aplicação), and Arthur Bernardes Weiss. The three are inducing the students to indiscipline in relation to the pro-democracy teachers. Selected by Minister Paulo de Tarso as Rádio MEC director, by appointment of Darcy Ribeiro, her objective was to use radio broadcasting in order to disseminate the ideas that she preachers at the School” (O JORNAL, 25/09/1963, p. 5). See also the DOPS documents, at the Public Archives of the State of Rio de Janeiro (APERJ), Maria Yedda Linhares.

<sup>8</sup> See the DOPS documents, at the Public Archives of the State of Rio de Janeiro (APERJ), Maria Yedda Linhares.

<sup>9</sup> See the DOPS documents, at the Public Archives of the State of Rio de Janeiro (APERJ), Maria Yedda Linhares.

committee of the University of Brazil only sought to focus the National School of Philosophy in order to accuse me".<sup>10</sup>

In his testimony filed at the DOPS documentation, Eremildo Viana declares that "the committee was created to demoralize him, to accuse him of being a whistleblower of school students and professors, and of lacking administrative honesty".<sup>11</sup> Also according to his own words, and adding a tone of accusation and denouncement, Eremildo affirms that "besides finding nothing against the rector and other members of the University Administration, the Committee started to defend the communist professors and students of the University (as it refrained from indicting known subversive professors such as Álvaro B. Vieira Pinto, Darcy Ribeiro, and Max da Costa Santos". He also declared that he had testified twice before the Committee and handed documents proving that, starting in 1962, a communist base started to develop at the school); and thus that he, in the position of director, had made a tenacious opposition.<sup>12</sup>

With these statements, it is evident that his complaints of being unjustly accused of acting as a whistleblower have become unfounded, inasmuch as he himself publicly reaffirmed and made accusations of the existence of communist professors at the FNFi.

The clashes between Eremildo Viana and general Nóbrega regarding the ascertained results by the UB committee were daily transmitted by the mass press of Rio, indicating the role of importance that the FNFi occupied in the political scene of the country at that moment, and how there were still spaces of fight, and of some guarantee of defense for the oppositions vis-à-vis the arbitrariness of the newly-founded military regime.

In this context, the activities of the FNFi, then directed by Faria Goes Sobrinho, were in large measure paralyzed, and the teaching activities became seriously jeopardized. Only starting in 1965, the rhythm of the FNFi became regular once again, under the new bases of a dictatorial regime.

77

### **Dark days for the history of the IFCS**

After the Military Coup of 1964, the Ministry of Education took up the banner of the University Reform and started to promote changes in the federal universities, which were then disseminated towards the other ones (ABREU 2001).

In 1965, a federal act determined that the University of Brazil would change its name to Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), and soon afterwards, that its schools would either merge or turn into institutes. Thus, starting in 1967, the history course was integrated to the newly-created Institute of Philosophy and Social Sciences (IFCS) at rua Marquês de Olinda, where the existing Institute of Social Sciences was already located. In the months that followed, the process of political radicalization reached its peak, as repression bodies undertook a bomb-

<sup>10</sup> Folder Eremildo Vianna. Informações. Pasta 84 DOPS SI=SFA Nº805 (folhas 144-146). Referência: Gabinete do Sr. Diretor.

<sup>11</sup> See the DOPS documents, at the Public Archives of the State of Rio de Janeiro (APERJ), file Maria Yedda Linhares.

<sup>12</sup> See FERREIRA (2010).

attempt at the building of rua Marquês de Olinda, and with the expansion of the student's movement, which launched a wave of strikes that largely paralyzed the university activities.

In spite of all these changes, and according to the testimonies of Maria Yedda Linhares and Francisco Falcon, from 1965 to 1968, it was possible to recover the dynamics of the history course, especially in the chairs of modern and contemporary history, and history of the Americas, with Eulália Lobo ahead of the subject. The expansion of the student's movement itself, starting in 1966, and the increasing questioning of the military regime served as a stimulus to the debate, with the creation of study groups, seminars and lectures, and the involvement with readings that led to an interpretation of history from the historical-materialism perspective. Also in this period, Maria Yedda sought to create a postgraduate course in social history. A project was drafted for the activities of the new course, but the initiative did not thrive. The undergraduate curricular program did not undergo major changes either.

If, in the post-1964 period, there were still conditions for resistance in the rubble of the FNFi, which was already dismembered in different institutes, after 1968 the "lead years" would set in for real. With the enactment of Institutional Act 5 (AI-5) in December 1968, many professors were expelled by cassation and Decree 477 was applied to several students.

### **The new lord of the IFCS**

78

Now transferred to Largo de São Francisco, the history course would face, for several years, an atmosphere of denouncement and persecution that dramatically jeopardized its activities. The exam of the reports of the security bodies bears evidences of the importance attained by Eremildo Viana, and of the recognition paid by the ruling regime to his services in the combat to the so-called communist activities.<sup>13</sup>

After investigating about professor Eremildo Luiz Vianna, it was found that the background recorded here is correct in regard to the communist activities. The above-mentioned professor has developed an intense activity against the communist infiltration that took place at the FNFi and at the UFRJ, in the period of 1963 and part of 1964. In 1963, he testified at the inquiry that was open at the Parliament to ascertain the communist activities at the former UNE, and he has also acted as an accusation witness against communist professors and students. Due to his actions against the communist dissemination and activities at the FNFi, he was exonerated from the position in which he had performed since 1957. With the advent of the Revolution, he was appointed to the position of Director of the Radio Ministério da Educação, which he held until 07/69 (FERREIRA 2010).

This portrait of Eremildo's trajectory, which was produced by the security bodies, indicates us the power resources and the prestige that he acquired to return to the university as the new lord of the history course and of the IFCS at the UFRJ. It was about attracting new professors, given that many of the previous

---

<sup>13</sup> See the DOPS file. Dossiê Emerildo Viana. Informação nº 184/69 da SOB dated July 28, 1969.

professors had been either expelled by cassation or reached retirement, such as Hélio Viana and Silvio Julio. Also the chair-system had ended, but the entrance procedures did not change much. Recruiting still took place based on personal relations and for individuals who did not have the so-called “political past”.

The testimony of Nara Saletto, who entered the history course in 1973, provides an idea of the overall mood at the newly-created Institute of Philosophy and Social Sciences:

As I am saying, the early days of the IFCS were terrible. There were spies in the staff, who would enter the classrooms at the pretext of minor hair-splittings, and followed the steps of the professors everywhere, even in the elevators! I was not able to have conversations with the students, or even invite them to go to my house. Of course, they went, but no one should know: it was not well-seen; it was a sinful thing [laughs]. Vigilance extended itself from the corridors to the cafeteria, and thanks mainly to the students themselves, little by little the atmosphere became lighter (FERREIRA 2010).

In the 1970s, the project of creating a postgraduate course in history was reactivated based on a new orientation and under the leadership of Eremildo Viana, but the difficulties in order to consolidate it were quite considerable. The new course was only in conditions to graduate its students after the election of Eulália Lobo as coordinator of the postgraduate program in 1982. But until then, many steps had to be taken.

The political opening that started with the government of Geisel (1974-1979) and the progress in the amnesty strives brought new times for the IFCS and for the history course, with the full reintegration of the professors who had been expelled by cassation in 1979. Among the professors of the history course in this situation were Eulália Lobo herself, Hugo Weiss, who was already deceased at the occasion, Manoel Maurício de Albuquerque, and Maria Yedda Linhares.

79

### **Final remarks**

A final highlight is that the debates and the developments after the events that occurred in the decade examined by this study (1958-1968) are fundamental for grasping the succeeding movements that took place in the less than peaceful territory in which the university history courses flourished. Certainly, an expanded investigation of the different aspects treated above, such as the trajectory of professors and students, their relations with the international debates that were mentioned, and the conflicts between different conceptions of history can contribute in order to outline a more historical perspective of our history courses, especially in a moment in which the regulation of the historians’ craft is in discussion. The importance and the study possibilities on the memories of traumatic events and the repression unleashed at the FNFi/IFCS deserve an equal highlight. An analysis of the testimonies of the students and professors, which were collected for the present research, allows us to point out to some important elements.



As we know, oral testimonies are memories that represent different versions of the past and express contradictory recollections, forgotten events, distortions and conflicts, and cannot be taken as “true” or “objective” accounts of the narrated facts; yet, and precisely due to this reason, they allow us to assess a richer material and the information that is seldom found in other sources. The obtained accounts are greatly relevant as keys and as starting points for mapping the questions to be researched in a tangle of dispersed and fragmented documents. Besides filling gaps that the written documents cannot reach, the oral accounts have been safe and rich paths for clarifying the disputes and conflicts of memory, and also for providing us with clues for comprehending the constructed versions on the trajectory of the courses. The central focus of the testimonies was concentrated on the political struggles, particularly in the period from 1950 to 1964, more than in the contents of the courses themselves, considering that most of the interviewees entered the university starting in 1957 and 1958, and that their experience, therefore, was starkly marked by the years of political radicalization in Brazil, starting in the JK government, until Jango’s fall with the military coup of 1964. What can be noticed is that the engagement of the students and professors in the transformation projects of Brazil, although in different ways and with different political orientations, has intensely conditioned the memories on the history course, casting positive facts into oblivion and highlighting the repression and the traumas prompted by the military coup.

## 80

### Bibliographical references

- ABREU, Alzira Alves de *et al.* (org.). Reforma universitária. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. V. 4.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BITTENCOURT, Raul. Breve histórico da Universidade do Brasil e da FNFi. **Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia**, Rio de Janeiro, 1955.
- BOLETIM DE HISTÓRIA. Crítica das revistas. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1-2, n. 4-5, p. 189-193, jul.-set./out.-dez. 1959a.
- \_\_\_\_\_. Um pouco de luz sobre a educação no Brasil e suas causas. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2/3, p. 133-145, jan.-mar./abr.-jun. 1959b.
- \_\_\_\_\_. I Congresso de Professores do Ensino Médio. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 195-197, jan. /jun., 1961a.
- \_\_\_\_\_. Didática da história. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de

Janeiro, v. 3, n. 6, p.161-171, jan./jun., 1961b.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária e escola pública. Editorial. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v.3, n. 6, p. 7-9, jan.-jun. 1961c.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Didática da história. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 151-155, ago. 1963.

BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois. **RBCS**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, s.d. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm). Acesso em: 5 jun. 2011.

BOUTIER, Jean; CLAUDE PASSERON, Jean; REVEL, Jacques (dirs). **Qu'est-ce qu'une discipline?**. Paris: Esquête, 2006.

CALMON, Pedro. História do Brasil: programa de cultura, consciência e patriotismo. In: **Anais Simpósio de professores de história do ensino superior**, 1. Marília: Associação Nacional de História, 2010.

CAPELATO, M.H ; FERLINI, Vera Lúcia; GLEZER, Raquel. A escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994.

CHARLE, Christophe. **La Republique des universitaires**:1870-1940. Paris: Seuil, 1979.

CLARK, Terry. **Prophets and patrons**: the French university and the emergence of the social sciences. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

CORRÊA, Serzedello. Nota de capa. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, ago. 1963.

CÔRTEZ, Norma. A democracia educa. In: PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (org.). **Pensamento social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 151-173.

DUMOULIN, Olivier. **Profession historien**. Paris, 1983. Tese (Doutorado em História) — EHESS, Paris, 1983.

**ESTE BOLETIM**. Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários de História, Marília, v. 1, n. 1, p. 1, jan./out. 1962.

FALCON, Francisco José Calazans. O I Simpósio dos professores de história do ensino superior. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 187-196, ago. 1963a.

\_\_\_\_\_. O II Simpósio dos Professores Universitários de História. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 197-203, ago. 1963b.

- \_\_\_\_\_. A cadeira de história moderna e contemporânea. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org.). **Escritos sobre a história da educação**: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.
- \_\_\_\_\_. Memória e história: a fundação da Anpuh. São Paulo, 2011. In **Anais Simpósio da Anpuh**. São Paulo: USP, 2011. Mimeo.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- \_\_\_\_\_. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf). Acesso em: 11 dez. 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Maria Yedda Linhares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 5, n. 10, p. 216-250, 1992. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/105.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/105.pdf). Acesso em: 20 nov. 2006.
- \_\_\_\_\_; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Entrevista com Gilberto Velho. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, n. 28, 2001a. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/316.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/316.pdf). Acesso em: 16 mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. A cadeira de história moderna e contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da história. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org.). **Escritos sobre história e educação**: homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001b, p. 553-568.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história do Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 139-161.
- \_\_\_\_\_. Perfis e trajetórias dos professores universitários de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Antônio J. Barbosa (org.). **Universidade**: lugares de memória. Rio de Janeiro: UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura/Sistema de Biblioteca e Informações, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Francisco Falcon. 2008b. CPDOC. FGV. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Nara Saleto. 2010. CPDOC/FGV. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; PEREIRA, Mateus; DA MATA, Sérgio (org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012a, p. 101-124.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. 2012b. CPDOC/FGV. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Ilmar R. Mattos. 2012c. CPDOC/FGV. Mimeo.

- GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- \_\_\_\_\_. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajando. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p 15-36, 2010.
- GRINBERG, Keila. O olhar do historiador. **Revista Ciência Hoje**, Coluna Em Tempo, n.p., 14 dez. 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/por-um-olhar-do-historiador>. Acesso em: dez. 2012.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, set. 2002.
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- HOLLANDA, G. de. **Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro, 1931-1956**. Rio de Janeiro: Inep/Ministério da Educação, 1957.
- KEYLOR, Willian. **Academy and community**: the foundation of the French historical profession. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. O lugar das disciplinas pedagógicas no curso de história. In: **Anais Simpósio de professores de história do ensino superior, 1**. Marília: Associação Nacional de História, 2010.
- LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 56. São Paulo, 2008, p. 385-406.
- MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Histórias do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MONTEIRO, Ana Maria *et al.* (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. **Genèses**, n. 1, Set., 1990.
- PEREIRA, Daniel Mesquita. **Boletim de história**: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia – 1958/1963. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o Brasil Colônia até o governo Lula. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

- ROIZ, Diogo da Silva. **Caminhos e descaminhos do ensino de história**. São Paulo: Appris, 2012.
- SCHWARTZMAN, Simon. Universidade brasileira: organização e problemas. **Ciência e Cultura**, v. 37, n. 7, p. 229-234, jul. 1985. Suplemento especial.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- UNE tem verba de sobra para agitar a classe estudantil. **O Jornal**, 25/09/1963.
- VAINFAS, Ronaldo; GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 5, n. 9, p. 84-96, 1992. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/96.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/96.pdf). Acesso em: 16 mar. 2007.
- VIANA, Eremildo Luiz. Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo da História. In: **Anais Simpósio de professores de história do ensino superior, 1**. Marília: Associação Nacional de História, 2010.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- WEISS, Hugo. Semana de Estudos Americanos. **Boletim de História**, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2/3, p. 147-159, jan./jun. 1959.

## 84

### *Collections of Documents*

- Arquivo Gustavo Capanema (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas — Cpdoc/FGV).
- Fundo Hélio Viana (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB).
- Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia (Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade — Proedes/UFRJ).
- Arquivo do IFCS/UFRJ — Documentação dos professores Eremildo Viana, Hélio Viana e Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos
- Arquivo do Dops — Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Dossiês de Eremildo Viana, Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Faculdade Nacional de Filosofia.

# Armadilha à francesa: homens sem profissão

A French-like trap: men without profession

---

**Lidiane Soares Rodrigues**

lidianesr@uol.com.br

Doutora

Universidade de São Paulo

Av. Liberdade, 532 - Liberdade

01502-001 - São Paulo - SP

Brasil

---

## Resumo

O presente artigo caracteriza o trabalho das missões francesas de fundação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) – especialmente, o papel desempenhado por Fernand Braudel. Entre as atribuições da missão de que era parte constava a seleção de alunos para dar prosseguimento às atividades institucionais em fase posterior à estruturação empreendida pelos franceses. É possível, por meio do exame minucioso dos escolhidos surpreender a atenção do missionário aos potenciais conflitos locais, concentrados no novo constructo institucional. Outrossim, torna possível auscultar desdobramentos de seus princípios de seleção, assinalando o intercâmbio entre a recém fundada FFLC-USP e a tradicional Faculdade de Direito do largo São Francisco (FD). Para tanto, são apresentados perfil social, motivações ligadas ao trabalho historiográfico e às práticas de ensino e pesquisa dos escolhidos, em particular, Eduardo D’Oliveira França.

85

## Palavras-chave

Fernand Braudel; Conhecimento histórico; História das instituições.

## Abstract

This article examines the work of the French missions for the inauguration of the School of Philosophy, Linguistics and Human Sciences of the University of São Paulo (FFCL-USP) – in particular, the role played by Fernand Braudel. Among the tasks of his mission, one finds the selection of students to continue the activities at a later stage to the institutional structuring undertaken by the French. It is possible, through a careful exam of the selected students, to be struck by the missionary’s surprising attention to potential local conflicts, concentrated as they were on the new institutional construct. Moreover, it is possible to investigate developments of the principles of selection, which signalize to the exchange between the newly-founded FFLC-USP and the traditional Largo do São Francisco School of Law (FD). To this end, we present the social profile and the motivations related to the work and historiographical practices of teaching and research of the selected students, in particular, Eduardo D’Oliveira França.

## Keywords

Fernand Braudel; Historical knowledge; History of institutions.

---

Enviado em: 16/11/2012

Aprovado em: 21/2/2013

A inteligibilidade da historiografia universitária pressupõe a caracterização de seus mentores, docentes, clientelas e, sobretudo, das motivações levadas pelos mesmos, para as aulas, teses, pesquisas e toda sorte de atividades acadêmicas. Nesse sentido, o presente trabalho recupera o projeto de fundação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (doravante, FFCL-USP), em 1934; a importação de professores estrangeiros e as tarefas delegadas a eles; bem como as estratégias de que se valeu, em particular, Fernand Braudel, para a execução delas, frente à cátedra de história da civilização. A adoção desse procedimento permite assinalar alguns nexos entre o novo constructo institucional e a antiga Faculdade de Direito do Largo São Francisco (doravante, FD), bem como entre as motivações da elite mentora e dos primeiros inscritos nos cursos da FFCL-USP, em especial os da 5ª seção de história e geografia. A relevância desses nexos, para os quais nem sempre a bibliografia especializada atenta, é posta à prova com o exame de textos programáticos. A leitura dos mesmos, à luz do quadro esboçado, possibilita explicitar a conversão de impasses não historiográficos em procedimentos historiográficos. Como se trata de apresentar resultados de uma pesquisa mais ampla, um caso exemplar é selecionado para tanto: Eduardo D'Oliveira França e a defesa da "história-problema".

### Tarefas de um missionário

86

[...] o acaso – sempre benéfico – favoreceu a secção de história, dando-lhe, como estudantes, alguns juristas (BRADUEL 1935).

As elites mentoras da criação da FFCL-USP equiparam-na com docentes oriundos de outros países. A nova faculdade compunha-se de três seções: Filosofia, Ciências e Letras. Dentro da segunda, havia cinco subseções, sendo a quinta, História e Geografia, composta de cinco cadeiras. Dentre elas, duas eram ocupadas por franceses: "geografia física e humana" e "história da civilização". Émile Coornaert inaugura esta cadeira no seu primeiro ano letivo. Entre 1935 e 1937, Fernand Braudel esteve na direção dela. Jean Gagé o substituiu em 1938. Estas mudanças remontam às três missões francesas de fundação da instituição (PEIXOTO 1991; CAPELATO; PRADO 1989).

A primeira delas caracteriza-se por ser uma "delegação transitória", cujos membros não tinham a intenção de permanecer mais que os meses necessários para inauguração dos cursos. A segunda missão tem como "figura típica", o "jovem professor efetivo, professor de um liceu de província", que têm "estudantes a formar e a continuar acompanhando" (PETITJEAN 1996, p. 268). No cumprimento desta tarefa, Fernand Braudel escreveu "O ensino de história e suas diretrizes" para o primeiro *Anuário da FFCL-USP*.

O diagnóstico a respeito do corpo discente propicia o entendimento de seus critérios de seleção dos futuros quadros. Para ele, "falta aos estudantes paulistas [...] uma cultura geral de base, sem a qual é difícil progredir com rapidez." No entanto, "o acaso – sempre benéfico – favoreceu a secção de

história, dando-lhe como estudantes, alguns juristas". E "não é de espantar que conhecedores das fortes disciplinas do direito, esses estudantes se tenham regular e automaticamente posto à frente dos seus companheiros" (BRAUDEL 1935, p. 125). *A quais alunos se referia Fernand Braudel?* A Caio Prado Jr., Roberto Sergio de Paiva Meira, José Egydio Bandeira de Mello, Ubaldo da Costa Leite, Eurípedes Simões de Paula, Antônio de Paula Assis, Eduardo D'Oliveira França, Astrogildo Rodrigues de Mello, Affonso Antônio Rocco – alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.<sup>1</sup> O historiador, face esta "ligação fortuita, eficiente para o recrutamento de estudantes de valor", defendia: é "necessário que a ponhamos ao abrigo de uma ruptura tão fortuita como o seu estabelecimento" (BRAUDEL 1935, p. 125). Noutros termos: o acaso nos favoreceu, mas para evitar uma virada da sorte, melhor ter estratégia. Foi o que ele fez.

À passagem de Braudel a Gagé, em 1938, sucedeu a federalização, em 1939, implicando a divisão da cátedra de história da civilização em: antiga e medieval/ moderna e contemporânea. Eurípedes Simões de Paula assume as tarefas didáticas e científicas da primeira, e escolhe como assistente Eduardo D'Oliveira França; a cargo de Gagé, ficam as da segunda, e ele escolhe como assistente, Olga Pantaleão. A federalização não implicou contratações compatíveis com as divisões a que deu origem, e apenas com o decreto estadual de 1942, o desdobramento foi tornado oficial, as contratações correspondentes encaminhadas, e os doutoramentos, obrigatórios para assistentes, regulamentados e acelerados. Neste ano, doutora-se Eurípedes Simões de Paula, com a tese "O comércio varegue e o Grão Principado de Keiv", sob direção de Gagé. Mas ele não havia se desligado do exército. Nem a FD, da oposição a Vargas (DULLES 1984). E ambos se uniam no sentimento de nacionalismo e antifascismo, a animar os corações paulistas entre 1942-1945. Convocado, em 1943, para o serviço ativo do Exército, como oficial da reserva, o jurista-historiador, agora pracinha, apresenta-se, segue com 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que desembarcou em Nápoles. Eduardo D'Oliveira França passa a reger a cátedra de antiga/medieval, e nomeia Pedro Moacyr Campos, licenciado na 5ª seção em 1940 e ainda aluno da FD, como assistente. França divide suas energias entre a substituição de Eurípedes, o que inclui aulas de história greco-romana, na seção de Letras, e a elaboração de sua tese de doutoramento. No segundo semestre de 1947, Fernand Braudel volta ao Brasil, e, como catedrático desta mesma cadeira, retira a assistente de Gagé e nomeia França. A estada de Braudel no Brasil, desta feita, é mais breve que a primeira, porém não menos decisiva. Indica Émile Léonard, para assumir o posto no ano seguinte, e este mantém França como assistente. Com a partida de Léonard, em 1949, França se torna regente. Em 1951, defende sua livre-docência, "Portugal na época da restauração", com a qual conquista a cátedra

<sup>1</sup> Os nomes dos alunos matriculados (e ouvintes) nos cursos da FFCL-USP podem ser encontrados nos *Anuários da FFCL-USP*. Buscando, um por um, os alunos da 5ª seção que tiveram aulas com Braudel, nos arquivos digitalizados da Associação de ex-alunos da FD ([www.arcadas.org.br](http://www.arcadas.org.br)) chega-se ao elenco acima, bem como ao ano em que concluíram o bacharelado.



no ano seguinte. A cátedra de história Americana também seria conquistada, no ano da breve visita de Braudel, por um dos jovens que havia chamado sua atenção: Astrogildo Rodrigues de Mello.<sup>2</sup>

Quando Braudel der sua lição inaugural em 1950, no Collège de France, “As posições/responsabilidades da história em 1950”, são, no Brasil: Eurípedes Simões de Paula, catedrático de história antiga e medieval; Astrogildo Rodrigues de Mello, catedrático de história americana; Eduardo D’Oliveira França, preparando-se para ser catedrático de história moderna e contemporânea. A morfologia resulta, parcialmente, da artimanha que transformou o “acaso” em cálculo: Braudel extraiu rendimento da conversão da formação prévia desses alunos “adiantados”, auxiliou seus escolhidos, orientou seus sucessores franceses, e manteve-se atentíssimo ao significado das escolhas para os brasileiros. Longe de ser aleatória, a operação seletiva em jogo denota senso para as demandas da elite e aproveitamento máximo dos recursos humanos num mínimo de tempo disponível. Daí selecionar quadros cujo capital cultural era mais elevado do que a média; além de afinados com as causas paulistanas, esposadas pelos mentores do constructo institucional.<sup>3</sup> Com efeito, o deslocamento dos mesmos, para a FFCL-USP, em que eram alunos *atípicos*, não se desvencilha da “Revolução constitucionalista de 1932”, vivida do ângulo da FD, em que eram alunos *típicos*, como se mostra a seguir. Dentre os quatro mosqueteiros em tela – Eurípedes, Astrogildo, Pedro Moacyr e França – o foco se dirige lentamente ao último, notadamente o D’Artagnan desta configuração.<sup>4</sup>

## 88

**Questão de honra: fazer história**

[...] tu estás agora aí, não mais a ensinar história, mas a viver história (COSTA 1944).

Os anos formação dos juristas que instigaram Braudel foram marcados pela derrota militar de 1932 (HILTON 1982; BORGES 1997; MOTA; SANTOS 2010), pela incorporação da FD à USP (MARTINS; BARBUY 1998), pela reforma das Arcadas, em 1935 (GROLA 2012). São dimensões que concorreram com o “acaso” para incliná-los a escolher a 5ª seção da nascente FFCL.<sup>5</sup>

Até serem atingidos pelas transformações sociais e políticas que caracterizam os anos 1920-1945 (MICELI 2001), os cursos jurídicos eram espaço de socialização dos destinados “à advocacia, ao Ministério Público, à política, à diplomacia” – uma “pepineira da elite política”, que se arvorava produzindo também filosofia,

<sup>2</sup> Os dados biográficos de Eurípedes Simões de Paula foram retirados de PAULA (1983); os de Eduardo D’Oliveira França, do processo 46.1.207.8.7.

<sup>3</sup> Para contornar a dificuldade de não ter alunos regularmente matriculados, nos primeiros anos da FFCL-USP, Fernando de Azevedo criou a possibilidade de “comissionamento”: professores primários, com dispensa de tarefas didáticas e sem perda dos rendimentos, poderiam bacharelar-se nos cursos ofertados (LIMONGI 2001, p. 187-218). À luz do perfil do recrutamento traçado pelo sociólogo, os juristas são localizados no leque de oportunidades profissionais ligadas ao valor do diploma, da FD e da FFCL, a seguir.

<sup>4</sup> Devo a sugestão a Fernando Antônio Novais. Ele e Rogerio Forastieri dividiram comigo memórias que guardam de França e lhes sou grata por isso. O termo “configuração” é empregado no mesmo sentido de ELIAS 2001.

<sup>5</sup> Naturalmente, a *boutade* com o “acaso” dialoga com “O acaso como resíduo de motivação na historiografia”. O encaminhamento aqui dado gostaria de ser uma alternativa à “antítese preguiçosa entre necessidade e acaso” (KOSELLECK 2006, p. 147).

literatura, poesia, ficção, artes, pensamento social (VENANCIO FILHO 1977, p. 273). No “celeiro” dos “aprendizes do poder” (VENANCIO FILHO 1977), os jovens tomavam parte nas causas “liberais” que mobilizaram o cenário nacional: Abolição da escravidão, Proclamação da República, cisão do Partido Republicano Paulista (PRP) e fundação do Partido Democrático (PD) (PRADO 1986). E, a partir de 1930, oposição a Vargas, momentos áureos dela: pela constituição em 1932, pela redemocratização, em 1945 (DULLES 1984). Decerto, as reformas no ensino jurídico, sobretudo, a partir de 1879, e o novo recrutamento social, a partir dos anos 1920, modificaram as condições que levaram Sergio Adorno defender que a formação dos bacharéis “não residiu no processo de ensino-aprendizagem” e nos conteúdos escolares em *stricto sensu* (ADORNO 1988, p. 26). Porém, do ponto de vista da incorporação de disposições típicas o ambiente extracurricular continuou decisivo. A história, a ser feita, vivida e simbolizada, era como o sangue correndo nas veias de alunos e professores.

Na tarde de 09 de julho de 1932, cerca de 1500 pessoas encontraram-se em frente à FD, clamando pela insurreição. As Arcadas se transformaram em “uma movimentada, às vezes confusa, sede de recrutamento” da batalha pela Constituição (DULLES 1984, p. 71). Não é difícil imaginar os futuros alunos de Braudel eletrizados com a grandeza da missão. A “Campanha pela Autonomia e Constitucionalização”, mais conhecida por sua fase militar, “Revolução Constitucionalista”, queria recuperar o que fora perdido em 1930: a centralidade de São Paulo na federação, proclamando a necessidade de Constituição para o Brasil. A “Frente Única pela Constituição”, formada em fevereiro de 1932, reunia antigos inimigos, do PRP e do PD contra o governo federal, que havia nomeado um interventor alheio à política do Estado, João Alberto Lins de Barros (SANTOS; MOTA 2010, p. 15-26). Eram motes da campanha, entre outros, a exaltação da paulistanidade, a recuperação da figura do bandeirante – figura mobilizada para forjar o patriotismo paulista, espécie de “símbolo da lealdade do estado à nação”. Apelos que são também os temas diletos dos historiadores de então, Taunay, Alcântara Machado e Alfredo Ellis Jr. – que, na qualidade de “membros das elites imbuídos do ‘orgulho paulista’, ao estudar a própria ascendência, procuraram reforçar sua legitimidade estabelecendo laços entre essas elites e os heróis do passado bandeirante, legitimando-as” (BORGES 1997, p. 72; FERREIRA 2002).

Derrotados, os paulistas não sossegariam. Entre as medidas compensatórias, tem destaque a fundação da FFCL e da USP (CARDOSO 1982; LIMONGI 2001). E se sua criação é parte das investidas paulistas contra o novo arranjo político do governo Vargas, esta bandeira em comum concorreu para a integração da FD no experimento universitário. Quando ocorre a fundação da USP, a FD se encontra “combalida e cheia de incertezas embora com pleno impulso de recuperação, traduzido pela própria reforma de seu prédio” (MARTINS; BARBUY 1998, p. 180). Para que ela pudesse integrar a USP, foi necessário que passasse da União ao Estado – incluindo aí, prédio, instalações, e todo seu patrimônio. Esse trâmite, a centralidade no projeto universitário, atribuída à FFCL, a derrota de 1932 talvez conferissem à escola um sentimento de estar sendo ultrapassada. E logo se verificou que a “integração foi de âmbito puramente formal”, fazendo-

-se forte a "resistência das faculdades tradicionais, na qual se destacava a faculdade de Direito" (VENANCIO FILHO 1977, p. 307). O problema da costura institucional teve implicações para as "ditas 'faculdades tradicionais'", posto que sua incorporação padecia da ausência de compromissos prévios, solidamente alicerçados (LIMONGI 2001, p. 185).

Em 1935, eram demolidas as Arcadas: para serem reerguidas. A reforma das instalações, ao seu modo, confessava o valor atribuído à história de São Paulo como história do Brasil. Alcântara Machado, jurista, historiador e mentor da reforma, por meio dela, oferece bom testemunho das concepções historiográficas difundidas na vivência da FD. No conjunto, a ornamentação arquitetônica e os vitrais podem ser entendidos como "alegoria de uma história do Brasil animada e fundamentada pelo Direito e por valores universais": Força, Temperança, Filosofia, Justiça (MARTINS; BARBUY 1998, p. 190). A demolição do antigo edifício intentava reforçar a "secular missão de formar grandes homens responsáveis por conduzir a nação", aliando a modernidade de se adaptar a novas necessidades e a tradição, expressa numa farta ornamentação que recupera o passado institucional (GROLA 2012, p. 90).

O apreço por "história" não se desvincula da pretensão de envolvimento nos "destinos históricos" do país, a partir de São Paulo, para os professores e estudantes da FD. Outrossim, não foram poucos os historiadores que passaram pela instituição – Perdigão Malheiro, Washington Luís, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado, Caio Prado Jr., Brasil Bandecchi, Francisco Martins, Raul de Andrade, Ernani da Silva Bruno, Célio Debes (MARTINS; BARBUY 1998, p. 195) – e, no itinerário dos historiadores cuja prática se realizou em período anterior ao molde universitário, *há uma indiferenciação entre história como acontecimento e história como área de conhecimento*. Do mesmo modo, no Largo São Francisco, o corpo discente e docente tinha suas energias mobilizadas para a "história", *indiferenciadamente*: estudos históricos e possibilidades de intervenção nos rumos históricos eram face de uma mesma moeda. E, na base de uma ou outra direção, a componente típica do grupo dominante, cuja homogeneidade era socialmente reforçada pela vivência escolar. O *ethos* dos paulistas de quatrocentos anos forja a autoimagem dos mesmos, "como se fossem os agentes imprescindíveis do processo histórico. É como se o tempo deles fosse coincidente com o tempo político institucional. Confirmam, pois, a ideia tão difundida sobre o grupo dominante como sendo aquele que faz a história" (TRIGO 2001, p. 25).

Na concepção extracurricular de história do Largo formaram-se Eurípedes, França, Astrogildo, Pedro Moacyr. Os corações desses jovens se encontraram na luta, na derrota e na busca de alternativas a ela. Eles, como a elite paulista, ligaram seus destinos aos investimentos compensatórios da derrota militar. Aquela, idealizando a USP; eles, tornando-se alunos da unidade dela que concentrava as pulsões daquela derrota: a FFCL. Eis a marca indelével na vida da "geração de 1932 [que] descobriu [um] compromisso nascido da decepção injusta – vencer em outro plano para reaver o bem perdido. A liberdade havia de voltar, choramingávamos de raiva" e amargavam em seus verdes os anos:

Eurípedes tinha 20, enquanto seu calouro, França, 17 anos. “E foi assim que vimos nascer, nos escombros do sonho político, a Universidade de São Paulo, a oferecer horizontes para a busca da redenção dos espíritos machucados pelo desgosto da derrota”. As esperanças de 1932 eram “amor contrariado: vira teimosia” (FRANÇA 1994, p. 260).

### Herói vencido: ensino de história

[...] a fecundidade da poesia épica portuguesa [...] reclama uma explicação surgindo assim como flor de decadência. A ternura pelo passado é um sintoma (FRANÇA 1997).

O itinerário dos juristas-historiadores expressa possibilidades abertas pela segmentação das elites paulistanas na diferenciação de suas instituições de ensino, bem como o sentido de 1932 em 1934. Eles se uniram ao projeto de implantação do quartel general desta nova trincheira, a universidade, motivados por ideais similares aos que os estimularam a aderir à “Revolução de 1932”. Se “em última análise, a campanha pela criação da universidade está ligada à luta pelo controle do setor educacional tomado em seu conjunto” (LIMONGI 2001, p. 179), eles tomaram parte nela com perfis sociais desviantes da *clientela* plebeia, característica da FFCL-USP, mas estimulados pelos mesmos ideais, e dotados de capital cultural e social próximo ao dos *fundadores* dela: estratégia braudeliana, veleidades paulistanas.

Nascido em Queluz, interior de São Paulo, em 1915, Eduardo D’Oliveira França foi aluno do Ginásio Nogueira da Gama, entre 1927 e 1931. Ingressou na FD em 1932 e nela se formou em 1936: “eu era calouro de Direito” (e de Eurípedes, vale mencionar), “quando chegou a revolução dos paulistas contra a ditadura. Aquele clima apaixonado intoxicou-me irreversivelmente deste amor à liberdade que, como um vício, nunca mais me deixou”. No mesmo ano do conflito, “para fazer render o tempo que desperdiçava, matriculei-me na Escola Normal da Praça” – onde seu pai havia estudado. “1932” possibilitou-lhe dar vazão a disposições sociais carregadas da educação familiar e tanto a luta quanto a derrota foram constitutivas de seu estilo. Em suas palavras:

a trincheira é uma grande escola: aprende-se não só a enfrentar o perigo sem esquivas, mas sobretudo a valorizar o companheirismo, a apurar o valor dos outros e a amar o chão da trincheira que nos protege. Setor Sul, Batalhão *Fernão Sales*, motivo de exaltação para cada um de nós, ‘pátrias-amadas’ recrutados a granel (FRANÇA 1994, p. 260).

À “causa paulista” (CAPELATO 1982) ele se entregou, “em 24, como em 30 e 32, embora travestidas de argumentos, eram [as minhas] posições essencialmente afetivas, quando mal começava a pensar politicamente” (FRANÇA 1976, p. XIV). Ainda em 1933 matriculou-se Instituto de Educação (IE-USP), obra dos “novos educadores” também envolvidos no projeto de criação da FFCL-USP, tendo Fernando de Azevedo à frente. Em 1935 tornou-se, novamente, ao se matricular no curso de história e geografia, na FFCL-USP,

calouro de Eurípedes – cuja influência por tal escolha, reconhece juntamente com a de Astrogildo Rodrigues de Mello (FRANÇA 1994a, p. 151). Em 1936, por concurso, é nomeado professor adjunto do Grupo Escolar Alfredo Bresser, da capital, permanecendo em comissão na FFCL-USP. No ano seguinte, prestou concurso para cadeira de assistente de Educação, e, aprovado, ingressou na Escola Normal Pe. Anchieta. Além dessas atividades, também se dedicou ao magistério, em escolas particulares tradicionais como o Colégio Rio Branco, o Colégio Bandeirantes, o Ginásio Saldanha da Gama.

França adotou a docência como profissão, talvez por influência familiar: sua mãe era professora e o levava para o trabalho na escola, seu pai, além de cuidar do sítio onde moravam, também lecionava. Comparando-se os itinerários prévios à conquista de cátedra, de Eurípedes e França, conclui-se que o primeiro foi beneficiado pela escolha de Braudel, pois estava adiantado no curso de história e geografia, em um ano. França, se já tinha abraçado a carreira docente estava em desvantagem, para assumir o posto, mas formava com o veterano a dupla selecionada pelo historiador francês. De todo modo, o percurso acima descrito sugere que suas atenções profissionais se dirigem primordialmente ao ensino, sendo possível supor que antes de ser professor de história, seu desejo fosse ser, simplesmente, professor. Não se encontra registro algum de passagem dele por outros espaços profissionais, e, paralelamente às duas graduações, ele se dirige a instituições de formação pedagógica, terminando por “optar pela história e geografia depois de muito hesitar abandonando o Instituto de Educação onde ajudara a fundar o Grêmio 2 de Agosto” (FRANÇA 1994, p. 261).

92

Nos anos iniciais da FFCL-USP, “a carreira científica se apresentava [...] como canal de mobilidade social ascendente” (LIMONGI 2001, p. 204). Esta modalidade de recrutamento caracterizou o estilo de trabalho da cadeira de Sociologia I, por exemplo. A organização do trabalho em equipe, a eliminação das marcas aristocráticas e da aquisição doméstica do capital cultural, em prol da cientificização propiciada pelo aprendizado escolar, o interesse por temas de relevância política, aliado a tomada de distância de apelos partidários são traços definidores da sociologia praticada por Florestan Fernandes e seu grupo, especialmente entre 1952 e 1969 (ARRUDA 2001). Por outro lado, a instituição também ofereceu “recurso para os que, ameaçados [de descenso] pelas transformações sociais em curso, podiam ser abrigados pela universidade” (LIMONGI 2001, p. 204).<sup>6</sup> Embora a prioridade da FFCL fosse a formação de professores, tal propósito, dependente de um plano articulado de reforma do ensino nos três níveis, não vingou, senão nos anos 1950, com a expansão do ensino médio. Na prática, a seleção de “vocações científicas” acabou se impondo, em função tanto do estrangulamento do mercado para professores do médio quanto da partida dos franceses. Por isso, foi rápida e numerosa a ascensão de recém- formados aos postos de docência da própria instituição (LIMONGI 2001, p. 218). É neste conjunto que França se localiza.

<sup>6</sup> Há uma excepcionalidade na área de Sociologia. Enquanto os setores de Filosofia, História e Geografia, Letras (e a incipiente Crítica Literária) concentrava alunos egressos da FD e de camadas em descenso social, aqueles que se dirigiam à Sociologia tinham origem mais modesta e o diploma conquistado exclusivamente na nova faculdade. O paralelo e o contraste podem ser encontrados em: RODRIGUES 2012.

Entre os papéis desempenhados por ele, um dos mais destacados consistia no encaminhamento da aula como ritual e na impostação performática de sua autoridade. Certa vez, confessou: “ninguém resistia ao fascínio da iniciação” promovida pelos professores franceses (FRANÇA 1994, p. 261). Queria ele repetir o feito com seus alunos? Decerto. E realizá-lo pressupunha estabelecer com nitidez a diferença de papéis por meio do exercício da autoridade professoral – notável, *no controle do tempo dos alunos por meio do seu*. Assim, cultivou idiosincrasias por meio de práticas não modernas, entre as quais merece menção o notável acordo de trabalho estabelecido no primeiro dia de aula. Ele “(costumava) atrasar no mínimo 30 minutos”. Explicava que “a pontualidade britânica é a característica dos medíocres. Professor que nada tem a dar oferece a seus alunos sua pontualidade”. O atraso é mantido como prerrogativa professoral, os alunos deveriam chegar pontualmente, de modo que ele fosse “o último a entrar nesta sala. Depois que eu entrar ninguém entra, não adianta pedir licença, estão proibidos de entrar atrasados”. Ademais, “perguntas somente depois que eu terminar minha exposição” (NOVAIS 2004, p. 54). No discurso da cerimônia que lhe conferia o título de professor emérito, acertava os ponteiros: “[confesso que] não é[ra]mos modelo[s] de simpatia, convencido[s] de que estáva[mos] predestinado[s] a mudar os rumos do ensino e da cultura” (FRANÇA 1994, p. 263). Era aquela *indiferenciação entre estudar história e fazê-la*, convertida então em *fazê-la, ensinando*. Entretanto, professor França ensinava história?

“*Ensinar a saber ã é ensinar o q sabe*” – é assertiva encontrada entre as anotações preparatórias de suas aulas, e sintetiza suas diretivas pedagógicas. Nesses manuscritos, pode-se ler, em letra miúda e caprichada, levemente inclinada à direita, dando sinais de cultivo da elegância da caligrafia, o título de uma aula: *A Aula de história: introspecção da aula - aula sobre aula*. As anotações consistem num conjunto de orientações para futuros professores *organizarem* suas aulas, *estabelecerem* com seus alunos uma relação propícia ao ensino tanto do conteúdo disciplinar quanto das técnicas de produção desse conteúdo, o que requer a imposição de autoridade, pressuposta na assimetria dos papéis. Na “aula como um todo”, deve o professor atentar para o aluno, a matéria, e o tempo – calculando sua distribuição para, “fazer render”: “tempo útil, tempo de amaciar e repetições” (FRANÇA s/d). Nas lições sobre “ser professor”, afirmar que ser historiador e ser professor sejam dois atributos da formação, para França, é correto, mas insatisfatório: são articuladas de tal modo que exigiriam uma só palavra. É tangível nesta aula um *ensino de ofício*, e, como na corporação, ensinar o ofício não é ensinar o que sabe, senão ensinar *o saber de fazer*: fazer aula/alunos/docentes – fazer história/historiografia.

Para tanto, ele propunha dois tipos de seminário: os seminários de documentos e os seminários-aula. Trata-se de herança dos missionários franceses: a) a concepção subjacente à prática em tela - de que a formação do bom professor de história e do historiador são indissociáveis (BRAUDEL 1935); b) a proposta da prática de seminários, vista como antídoto ao problema da falta de “cultura geral” diagnosticado por Braudel (GAGÉ 1938). Segundo França, os

seminários de documentos tinham por meta ensinar os alunos a produzir história por meio da combinação das informações extraídas das fontes, ultrapassando a simplória ordenação cronológica, para alcançar um “tratamento verdadeiramente historiográfico dos elementos levantados na leitura das fontes”, o que só é possível “mediante treino adequado que permita a superação do empirismo por um esforço de sistematização através do ensino concreto e prático das próprias técnicas de trabalho”. Para se chegar à redação, em pelo menos duas fases podem ser divididos os procedimentos descritos pelo professor. Uma é “preparatória” e visa à “inteligência” do material. Ela consiste na distribuição de três ou quatro fontes contemporâneas a respeito do mesmo assunto; exame da validade das informações; cotejo, entre os textos e com outras fontes, para identificação de convergências ou conflitos de dados. Criando uma situação de escolha para o aprendiz, “entre dados de vária procedência”, combate-se “a aceitação ingênua dos testemunhos”. Outra fase consiste na *definição do problema* que os fará retornar aos textos “para colherem os elementos que lhes permitam comprovar a correção das respostas que tenham encontrado”. Trata-se de desenvolver a capacidade de mobilizar os dados para a elaboração de “explicações válidas”, tomando distância da reprodução das informações; bem como, de tornar perceptível que tais *explicações variam conforme a ênfase dada aos aspectos: o político, o cultural, o econômico, o social*. Somente depois de definido o problema, elabora-se um plano de redação com itens e “previsão dos passos a serem utilizados e das conclusões finais”. Por fim, a terceira etapa consiste na redação, estando proibidas transcrições, “para evitar-se a tendência a fugir à expressão própria”. *No interior dessas regras*, tem o aluno *liberdade* quanto ao tema e quanto à ênfase, e a redação final deve ser composta assim: apresentação da problemática, argumentação, com base empírica, e conclusão, com explicação. Em suma: “não se pretende o aprendizado dos fatos de que tratam os textos, mas da técnica da utilização deles”; porque, afinal, “*ensinar a saber não é ensinar o que sabe*”. Testemunhando a dificuldade na execução de seu plano, teima: se para nada servir, “terá sido útil ensinar os alunos a escrever história, o que geral e infelizmente não sabem [...] E não sabem, porque nunca se lhes ensinou, dentro do sistema de passiva repetição de aulas mal anotadas contra o qual é preciso reagir” (FRANÇA 1965, p. 273-276). O seminário de documentos acentua a dimensão de pesquisa em detrimento da docência e o seminário aula faz o inverso – articulados, documentam a concepção de que o bom professor de história é também historiador. Nos seminários-aula, os alunos deveriam dar uma aula a respeito de um tema, relativo aos conteúdos do ensino secundário. Compartilhava das preocupações de Gagé – os “alunos aprenderão a ensinar a história somente quando eles mesmos, sob fiscalização do professor, procederem a exercícios de aprendizagem” (GAGÉ 1938, p. 32).

Tanto no seminário-texto quanto no seminário-aula destaca-se o empenho em defender uma concepção segundo a qual o ofício é pesquisa e docência. Conduta notável pelo fato de orientar a boa aula de modo similar a seu modelo de excelência em historiografia: “História problema”, sinônimo de Lucien Febvre. Ressalte-se aí: história não se faz só com documentos e não se resume

a acontecimentos. Foi o que se observou nas “três fases da redação”, e é também o que se encontra nos manuscritos de aula: “a reflexão como ponto de partida – inquietação – as leituras devem sugerir a problemática associada ao campo de interesse – ter o que procurar – para provar” (FRANÇA s/d). A deliberação a respeito da articulação entre os papéis de professor/historiador orientou suas próprias práticas. Desse modo, não se surpreendem *disposições* não historiográficas em *tomadas* de posição historiográficas apenas em suas aulas.

### Questão de método: vencer derrota

Como mulher, a glória mais difícil havia de ser a mais apetecida (FRANÇA 1997).

Quando leu *Teoria geral da história do Brasil*, de José Honório Rodrigues e sentiu arrepios ao se deparar com a assertiva segundo a qual “a história serve de ganha-pão, aos bibliotecários, arquivistas, professores de história”, Eduardo D’Oliveira França estava à flor da pele com questões de método e dificuldades para o prosseguimento de sua carreira. Comece-se pela primeira fonte de inquietações, mais elevada e menos clandestina que a segunda: para que esta possa iluminar aquela.

França concluía a tese de cátedra, “Portugal na época da Restauração”, ao resenhar a obra de José Honório Rodrigues. Ela pode ser lida, por isso, como um programa, que documenta, por um lado, o acanhado cenário da historiografia paulistana e as dificuldades dos primeiros catedráticos brasileiros na 5ª seção, e, por outro, os esforços de França para fazer valer suas concepções historiográficas. É exclusivamente desse ângulo, em função dos limites impostos pela economia deste artigo, que nos propomos a apresentar o que escreveu, sob o pretexto de comentar a obra de Jose Honório Rodrigues. Por esta razão, vale recortar uma proposição que estabelecerá uma divisa duradoura entre os herdeiros e rivais desse programa, a saber: o “problema” ou a “documentação” como norteador da pesquisa historiográfica.

França ironiza: o “historiador precisa provar, e para provar usa os documentos. Feita a prova surge a certeza. Muito simples. Como num processo judicial”. À luz do itinerário social exposto, poderia ele se satisfazer em ser “mero trabalhador do Direito”? Não. E ele converte a sina do *descenso* social em *status*, por meio da nobilitação viril do *métier* de historiador. Contra a “tirania da prova material subjugando a inteligência” e contra o “historiador eunuco no harém dos fatos”, produzido e pressuposto por ela, França evoca a autoridade de Febvre: não há história, há historiadores, são eles que *constroem* fatos, o que não significa dizer que os *inventem*. Como estuda fatos, a “ginástica do historiador é caçá-los em documentos lídimos”. E toda a metodologia “gira”, assim “em torno do documento – viveiro de fatos [...] plano Langlois-Seignobos com clarões de filosofia”. Em tom enérgico, assevera: “é terrorismo metodológico a escravização aos documentos”; eles “são apenas material para inteligência, quando o historiador não é somente comentarista de documentos. A justaposição



de peças anatômicas não compõe o homem: é preciso um sopro de vida". Não se prova "fatos que realmente aconteceram", "por estarem documentados": "provam-se hipóteses: explicações à espera de comprovação. E o que provoca a hipótese é a intuição dos fatos; não os documentos lidos" (FRANÇA 1951, p. 113- 137).

Seguindo a lição de "atirar carga ao mar para não soçobrar no oceano dos fatos" (FRANÇA 1951, p. 123), encaminhe-se uma hipótese, então. Como ficou patente, o cenário profissional em tela corresponde à dinâmica das "zonas de incerteza", tanto com relação às "condições de acesso quanto às condições de exercício" da atividade. Nestes casos, os rumos dependem precipuamente das credenciais que os agentes em disputa lograrem impor e elas tendem a se constituir por meio da "definição da profissão mais favorável ao que eles próprios são", ou conseguiram ser (BOURDIEU 2001, p. 193). O "sopro de vida" ardente com que França encarna os "combates pela história" liga-se à história e historiografia indiferenciadas, que aprendeu na socialização da FD; aos três anos de convívio com Braudel, à passagem pelo IE-USP, ao acompanhamento da revista dos *Annales*, ao retorno de Braudel, à visita de Lucien Febvre em 1948, às conversas com os mosqueteiros, às demandas de seus alunos, indiscutivelmente. No entanto, a "intuição" atina as *dificuldades* que teve de enfrentar para conceber suas duas teses, a de doutorado e a de cátedra – face ao (re)conhecimento tanto da *modernidade* dos *Annales* quanto da *tradição* do *métier*. As dificuldades condicionaram tais tomadas de posição *pari passu* a conversão nobilitadora do trabalho por meio da qual logrou compensar simbolicamente a sina social e manter a *noblesse* que o tempo roubava a galope, da vida e dos historiadores. É esta peculiar combinação que lhe imprime caráter inconfundível, e que singulariza a primeira geração de catedráticos no setor de história, em relação a setores cujo recrutamento social foi oposto ao dela, como no setor de Sociologia I (ARRUDA 2001). Documente-se esta hipótese.

96

Tenho acompanhado as pesquisas realizadas antes de minha partida para a Itália, e verificando ao voltar os trabalhos realizados na minha ausência, julgo-os satisfatórios, e embora tenha verificado que as pesquisas realizadas foram embaraçadas por deficiências de fontes e de bibliografia, crônicas em nosso meio e agravadas pela interrupção das relações comerciais com a Europa, julgo tratar-se de trabalho digno de ser discutido (PAULA 1945).

Assim Eurípedes justificava a defesa de doutorado de França ao voltar da guerra e apressar seus amigos às titulações, em 1945.<sup>7</sup> Para França, o resultado esteve longe dos seus próprios parâmetros de aprovação: "[o doutorado veio] em meio ao atropelo das aulas e em regime de tempo parcial. Então, nada de bolsas. Desacatei *O poder real em Portugal* e a banca foi conivente comigo" (FRANÇA 1994, p. 262). A enfática defesa daquela modalidade de trabalho *segundo a qual tem prioridade o problema em relação à documentação* é

<sup>7</sup> A análise do itinerário de Eurípedes que dá suporte à assertiva se encontra em RODRIGUES 2012. A correspondência entre o historiador e João Cruz Costa encontra-se transcrita em OLIVEIRA 2012.

*tributária das limitadas possibilidades com que desenvolveu sua tese, e que o obrigaram a atinar para dimensões que possivelmente não defendesse com tanta garra, não fossem as condições adversas que contornou para lograr realizá-la.* É essa sofreguidão que se encontra numa singela anotação de aula: “o doc. ã governa a pesquisa” (FRANÇA s/d). Decerto, como ele próprio sentencia, a “história dos sentimentos é mais importante do que geralmente reconhecem os historiadores mais severos” (FRANÇA 1997, p. 218). Se a *abundância* de alguns recursos for prejudicial à maturidade com relação a eles, a *escassez* o tornou mais sensível ao uso *racionalizado* da documentação. A tese com a qual conquista a cátedra foi elaborada “sem consulta e pesquisa em biblioteca e assuntos europeus, nomeadamente portugueses” (NOVAIS 1997, p. 9). Insatisfeito, e, como se ao diminuir a si próprio pudesse engrandecer o trabalho que empreendeu, apresenta-a:

quem, entre nós sem poder sair do Brasil, limitado pela carência de recursos documentais e bibliográficos, se dedicar à indagação da história geral da civilização, quase tudo o que pode aspirar, como contribuição à historiografia, é concorrer para o aperfeiçoamento dos métodos de elaboração histórica. A historiografia não progride apenas pela descoberta de novos fatos ou de novas relações entre eles. Há uma terceira frente: alargamento das possibilidades de compreensão, pela aplicação de novas técnicas de aproveitamento dos dados existentes. Consolo de pobre quer trabalhar (FRANÇA 1997, p. 11).

O uso e abuso da enumeração de agradecidos eram incomuns nas teses das primeiras décadas da faculdade. Daí o relevo quando ocorrem agradecimentos nominais. Nada casual aqui. Com efeito, a certa altura do capítulo “As ideias políticas da restauração”, França surpreende com um “precioso manuscrito da Biblioteca de Paris”, cuja transcrição desproporcional com relação ao conjunto de citações documentais obriga ele próprio a se justificar: “alongamos a citação para divulgar mais o precioso códice”, logo ele, que condenava a paráfrase por intimidar a “expressão pessoal”. E informa: “[o documento] foi-nos comunicado graças à gentileza dos profs. Fernand Braudel e Vitorino de Magalhães Godinho” (FRANÇA 1997, p. 275). *Dois realces, um recalque*. Os nomes dos professores nos agradecimentos a lhe ofertar material inacessível, uma escassez – na base do engenho que elabora para a exploração articulada entre problema de pesquisa, documentação e bibliografia. França apresenta como programático algo que, se o for, foi também, e antes, problemático, como se definisse sua posição de maneira favorável ao que ele próprio pôde ser. Para ele, método, senão é tudo, é essencial pois considera a “*toilette* dos documentos”, uma “etapa de erudição apenas”. O que avalia ser “história mesmo” é algo que “vem antes ou vem depois. Não se constrói edifícios sem tijolos, mas um monte de tijolos não é um edifício”. Somente “quando entra o espírito”, “emerge a história” (FRANÇA 1997, p. 133). Quem se dispuser a buscar nas justificativas do que fez e do que deixou de *fazer* os contornos de um caminho traçado em meio às dificuldades e não às facilidades, ligando-os aos mestres, distanciando-o por vezes de seus amigos, mas não de suas amizades, encontrará, como em *Portugal na época da*

*Restauração*, “a história, mais sentida que pensada, arrastando emocionalmente a[s] inteligência[s]” (FRANÇA 1997, p. 264), na base daquele tirocínio-programa com que abre sua tese: “Tese: uma ideia e um método a serviço da ideia. Para nós foi: a ideia de um método” (FRANÇA 1997, p. 11).

Fernando Novais, saudando-o por ocasião do título de professor emérito, compara a ousadia desta abertura à de Fernand Braudel no Mediterrâneo: “Amo apaixonadamente o Mediterrâneo. Talvez porque, como tantos outros e depois de tantos outros, cheguei até lá vindo das terras frias do norte” (NOVAIS 1994, p. 12). Se acreditarmos em França – “amor contrariado vira teimosia” – a matéria de uma tese encerra desejo insaciável, naturalmente, pelo que não se tem: documentos, mar, cátedra, 1932. Resta ao historiador colher os indícios dele, por meio de sua “intuição”.

### Considerações finais

Tomar distância da política e do mercado e estabelecer um conjunto coerente de critérios compartilhados pelos pares-produtores da área: movimento característico dos que se empenham na constituição da autonomia dela. O rechaço ao utilitarismo político e econômico, notável naquele “arrepio” de França, parece se prestar a apagar justamente as transformações políticas e econômicas que se objetivam em seu destino social. A decadência dos estratos tradicionais que relega o drama de se alocar nos setores dominados das elites dirigentes, como educação e cultura, anima esse crescente rechaço aos poderes do dinheiro e da política e se presta à afirmação da autoridade intrínseca ao *métier*. As linhas de força que se cruzam nas trajetórias dos que em geral a esposam parecem ser similares às que marcaram os caminhos que França percorreu e expressam a transição em curso. Uma década antes, bacharel em Direito, ele talvez fosse professor, como tantos outros profissionais liberais que não lograram se acomodar em seu mercado de trabalho. Uma década depois, talvez licenciado pela FFCL-USP ou outra instituição. O desdém pela justificativa filistina, o antiutilitarismo, sem o qual as áreas da produção simbólica não se autonomizam, nutrem-se dessa vivência, atenuando as marcas de descenso social, ao manifestarem-se em inusitadas ocasiões traduzindo *conversões de disposições sociais em tomadas de posição intelectuais*.<sup>8</sup>

Convém reconhecer que se algo de interessante este trabalho apresentar, ele deve muito aos pressupostos teóricos e às técnicas de investigação que mobilizou para tanto. É imperativa uma palavra a respeito deles.

Nos últimos anos, têm se multiplicado o interesse pela história da historiografia. Diversas dimensões têm chamado a atenção dos estudiosos: os currículos e as reformas institucionais (RUIZ 2007); os perfis dos professores ligados a definição deles (FERREIRA 2008); as concepções de história subjacentes aos programas de ensino (FREITAS 2006); e, naturalmente, estudos

<sup>8</sup> A título de exemplo, atente-se aos termos: “fiz o concurso de catedrático revivendo *Portugal na época da Restauração* e, com a cátedra ganhei o cobiçado tempo integral, o que me obrigou à monogamia e à despedida daqueles lugares onde lecionando, eu fora feliz talvez sem saber. Ganhava saudades com indenização por tempo de serviço” (FRANÇA 1994, p. 262).

de recorte mais autoral na modulação dos problemas de pesquisa (IUMATTI 2007; NICODEMO 2008; ANHEZINI 2009). Procurando alinhar os esforços aos dos colegas de área, a pesquisa apresentada acima tentou levar a sério o papel desempenhado pelos professores nos “estabelecimentos científicos”, como agentes centrais do estabelecimento da hierarquia que os caracteriza (ELIAS 1982, p. 5). Para realizá-lo, testou o rendimento daqueles três passos recomendados por Pierre Bourdieu, adaptando-os ao caso em tela: a análise da posição dos intelectuais/professores junto às classes dirigentes; a análise “da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade” de arbitrar a respeito de sua atividade; e, por fim, a consideração do *habitus*, como sistema de disposições socialmente construídas (BOURDIEU 2003, p. 191). Este caminho pressupõe, em detrimento de se operar com uma noção de “inovação historiográfica” estática e destituída de historicidade, a adoção de uma perspectiva relacional, conflitiva e indissociável da produção social das invenções intelectuais. Por esta razão, este tipo de análise não opera estabelecendo uma taxonomia engessada do que caracterize o projeto dos *Annales* para então julgar a “influência” por exercida pela escola nos historiadores em questão. Como já se sabe que também o projeto dos *Annales* resulta de operações seletivas da produção social (NOIRIEL 2005, p. 319-339), voltar as energias para medir o índice de fidelidade ou não aos *annalistes* pareceu um caminho pouco venturoso.

Ademais, vale mencionar que o corpo dos estudantes de Direito/catedráticos de História com que nos deparamos guarda certo parentesco com o mandarinato alemão em descenso, no final do século XIX, cujas formulações teóricas são indissociáveis dessa situação na estratificação social (RINGER 2000). Em contrapartida, o escopo poderia ser ampliado para o procedimento comparativo, tanto no plano das tradições nacionais, quanto no confronto com outras disciplinas, nos termos em que o fez Wolf Lepenies (1996). O caminho escolhido permitiu auscultar nexos entre dimensões por vezes tratadas de maneira segmentada (recrutamento, currículos, teses, concepções historiográficas); no entanto, trouxe problemas de ordem factual, que se devem explicitar, e de ordem conceitual que convém formular.

No que se refira a dimensões factuais e sociais, ficaram ocultadas as trajetórias femininas. Ao que tudo indica, o interdito a elas não era oriundo de Fernand Braudel. Possivelmente ele estivesse atrelado aos compromissos assumidos com a elite contratante. Vocalizando os valores dela, um expressivo depoimento de João Cruz Costa - que auxiliou o missionário em sua aclimação no Brasil: “Isso de cátedras com catedráticos femininos não me parece coisa séria” (COSTA 1945). Ademais, a pesquisa sugere que outros atributos, além da oposição mulher/homem, estivessem em jogo nas disputas, por exemplo, a origem “comissionada” ou já capitalizada culturalmente. A investigar.

No que se refira ao impasse conceitual, é notável, a incorporação da *linguagem*, embora nem sempre dos procedimentos, da sociologia da cultura, dos sistemas escolares e da dominação em alguns estudos de história da historiografia. No entanto, estudos inspirados na “teoria dos campos” de Pierre

Bourdieu têm mostrado a dificuldade do emprego do conceito para o cenário brasileiro, em função da porosidade dos espaços políticos e intelectuais aos critérios um do outro, traduzidos no intenso intercâmbio entre seus agentes (MICELI 2012, p. 17); a despeito da verificação dos impulsos esporádicos (não estruturais, tampouco estruturantes) por diferenciação das áreas de atividade simbólica (KEINERT 2011, p. 196). Nesse sentido, na historiografia, a figura de Eduardo D'Oliveira França assemelha-se à dos "artífices" da "revolução simbólica por meio da qual os artistas se emancipam da procura burguesa recusando-se a reconhecer outro senhor que não seja a sua arte". Artífices estes que produzem obras cujo efeito consiste em "fazer desaparecer o mercado" e, se possível, o Estado, como árbitros culturais, estabelecendo, enfim o "campo relativamente autônomo" (BOURDIEU 1996, p. 103). Mas isso não significa que consigam. Não basta que um agente espose tal "ponto de vista autônomo" para a verificação da "constituição do campo". França possivelmente seja resultado e agente de uma singular combinação entre modernidade e tradição, e o estudo de seu itinerário propicia, indiretamente, o tratamento "dos impasses subjacentes à constituição da sociedade moderna no Brasil", que estudos recentes têm realizado "por meio da avaliação das elaborações intelectuais, dos dilemas vividos por seus praticantes no esforço de construção de uma experiência culturalmente relevante num meio atravessado por concepções acanhadas e caracterizado por oportunidades limitadas" (ARRUDA 2004, p. 116). Não fosse sacrilégio, encerraria parafraseando-o. Pesquisa: uma hipótese e procedimentos a serviço dela. No presente trabalho, contudo, foi: procedimentos a serviço uma hipótese. À espera de comprovação.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ANHEZINI, K. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso Taunay. **Revista de História**, n. 160. São Paulo, junho, 2009.
- ARRUDA, M. A. N. **Metrópole e cultura**. Bauru: Edusc, 2001.
- \_\_\_\_\_. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo social**, v. 16, n. 1, jun. 2004.
- BORGES, V. P. **Memória paulista**. São Paulo: Edusp, 1997.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. Lisboa: Presença, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BRAUDEL, F. O ensino de história e suas diretrizes. In. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935)**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.
- CAPELATO, M. H. R. **O movimento de 1932**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- \_\_\_\_\_.; PRADO, M. L. C. A l'origine de la collaboration universitaire franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo. **Préfaces**, Paris, 14:100-105, juillet/sep. 1989.
- \_\_\_\_\_.; GLEZER, R.; FERLINI, V. Escola uspiana de história. **Estudos avançados**, v. 8, n. 22, 1994.
- CARDOSO, I. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.
- COSTA, J. C. Correspondência para Eurípedes Simões de Paula. Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda". Projeto Memória. Arquivo João Cruz Costa. São Paulo, 14/08/1944; 28/01/1945. Caixa 23.
- DULLES, J. W. F. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas, 1938-1945**. São Paulo: Edusp, 1984.
- ELIAS, N. Scientific establishments. In.: ELIAS, N. MARTINS, E. WHITLEY, R. D. (orgs.). **Scientific Establishments and Hierarquies**. Dordrecht: D. Rieder, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade de corte**. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante**. São Paulo: Unesp, 2002.
- FERREIRA, M. M. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. J. B. (org.). **A universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- FRANÇA, E. O. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997 [1950].
- \_\_\_\_\_. A teoria geral da história. Considerações a propósito de um livro recente. **Revista de História**, n. 7. São Paulo, jul.-set., 1951.
- \_\_\_\_\_. Uma experiência de seminário de utilização de textos. In. PAULA, Eurípedes Simões (org.). **Anais do III Simpósio Professores Universitários de História**. Franca, 1965.
- \_\_\_\_\_. **Planejamento de aulas manuscrito de Eduardo D'Oliveira França**. Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda". Projeto Memória. Arquivo Eduardo D'Oliveira França, s/d.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- \_\_\_\_\_. Discurso proferido pelo prof. Eduardo D'Oliveira França na cerimônia de outorga do seu título de emérito [1994]. In. **Informe**: Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, n. 14, outubro, 2004. (Edição Especial, 1934/2004).
- \_\_\_\_\_. Entrevista. Eduardo de Oliveira França: um professor de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22. São Paulo, set./dez., 1994a.

- \_\_\_\_\_. Processo 46.1.207.8.7 (Serviço de Expediente da FFLCH-USP).
- FREITAS, I. **Histórias do ensino de história no Brasil**. São Cristóvão: UFS, 2006.
- GAGÉ, J. Considerações sobre o curso de História da Civilização. Programa da Cadeira de História da Civilização. **Anuário da FFCL-USP**, 1937-1938.
- GROLA, D. A. **A Memória nas Arcadas**. São Paulo: Humanitas, 2012.
- HILTON, S. **A Guerra civil brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- IUMATTI, Paulo. **Caio Prado Jr.:** uma trajetória intelectual. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- KEINERT, F. C. **Cientistas sociais entre ciência e política**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2011.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEPENIES, W. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1**. São Paulo: Sumaré, 2001.
- LIMA, L. C. **Fernand Braudel e o Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.
- MARTINS, A. L.; BARBUY, H. **Arcadas**. São Paulo: Alternativa, 1998.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Vanguardas em retrocesso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NOVAIS, F. A. Apresentação. In. FRANÇA, E. O. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. Por que história?. Entrevista. *D.O. Leitura*. São Paulo: Imesp, 2004.
- \_\_\_\_\_. Discurso de saudação. In. FRANÇA, Eduardo d'Oliveira; NOVAIS, Fernando Antonio; PRADO, Maria Ligia Coelho. **A docência como missão e o compromisso com a universidade pública**. São Paulo: Humanitas, 1997.
- NICODEMO, T. L. **Urdidura do vivido**. São Paulo: Edusp, 2008.
- NOIRIEL, G. Naissance du métier d'historien. In. **Genèses**, n. 1,1990.
- \_\_\_\_\_. **Sur la 'crise' de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- OLIVEIRA, F. V. **Fantasmas da tradição**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2012.
- PAULA, M. C. R. S. *et all.* **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**. São Paulo: FFLCH, 1983.
- PEIXOTO, Fernanda. **Estrangeiros no Brasil**. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp, 1991.

- PETITJEAN, P. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo. In: HAMBURGER, A. I. *et all.* **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996.
- PRADO, M. L. C. **A democracia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1986.
- TRIGO, M. H. B. **Os paulistas de quatrocentos anos**. São Paulo: Anablume, 2001.
- RINGER, F. K. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000.
- RODRIGUES, L. S. **Mestres, discípulos e 'um Seminário'**. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2012.
- RUIZ, D. A instituição do ensino universitário de geografia e história na FFCL-USP entre 1934-1956. **Agora**, v. 13, n. 1, jan./jun., 2007.
- SANTOS, M. C.; MOTA, A. **São Paulo 1932**. São Paulo: Alameda, 2010.
- VENANCIO FILHO, A. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1977.



# Francisco Iglésias e o curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (década de 1940)\*

Francisco Iglésias and the undergraduate course of geography and history at the School of Philosophy of Minas Gerais (1940's)

---

**Alessandra Soares Santos**

alessandrast@ufmg.br

Doutoranda

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Tenente Garro, 627/301 - Santa Efigênia

30240-360 - Belo Horizonte - MG

Brasil

---

## Resumo

O artigo busca reaver uma parte da dinâmica histórica que levou à disciplinarização do conhecimento histórico como uma ciência social no interior das instituições de ensino superior através do estudo dos anos de formação do historiador Francisco Iglésias no curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FAFI) entre 1942 e 1945. Para além da análise dos textos normativos que regularam a organização curricular e didática do curso, verificamos algumas das práticas utilizadas nas salas de aula frequentadas por Francisco Iglésias percebendo a faculdade em seu funcionamento interno. Concluimos que a concepção de história que orientou a elaboração das sistematizações do ensino nesta instituição valorizou a dimensão cultural dos acontecimentos em detrimento do projeto de história nacional afeito à exaltação de grandes nomes e datas, supostamente imposto pelas diretrizes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi).

104

## Palavras-chave

Conhecimento histórico; Ensino de história; Francisco Iglésias.

## Abstract

The article seeks to explore the institutionalization of historical knowledge through the analysis of the undergraduate course of Geography and History of the School of Philosophy of Minas Gerais (FAFI) by examining the formative years of the historian Francisco Iglésias between 1942 and 1945. For this purpose, we use not only the normative regulations of the course's curricular and didactical organization, but we also examine some of the practices of the chairs attended by Francisco Iglésias, in order to grasp the internal workings of the School. We conclude that the conception of history that guided the production of teaching systematics at the institution prized the cultural dimension of the events in detriment of the project of national history focused on the exaltation of heroes and dates, supposedly imposed by the guidelines of the National School of Philosophy (FNFfi).

## Keywords

Historical knowledge; History teaching; Francisco Iglésias.

---

Recebido em: 7/11/2012

Aprovado em: 8/2/2013

---

\* Pesquisa financiada pela CAPES.

## A historiografia universitária em questão

Os fundamentos que levam a história a se disciplinar e a manter o princípio de cientificidade que autoriza o seu discurso não são “naturais”, mas resultado de uma dinâmica histórica que pode ser investigada com o objetivo de perceber a nem sempre óbvia historicidade destas práticas intelectuais. Como um princípio de controle da produção de um discurso, uma disciplina se define, conforme Foucault, “por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT 2003, p. 30-31), constituindo um sistema anônimo a disposição de qualquer um que queira ou possa se servir dele. O pertencimento a uma instituição social é o suporte que possibilita o controle da linguagem pela disciplina através da seleção dos objetos observáveis, da imposição de uma função ao sujeito cognoscente e do acesso a determinadas técnicas de conhecimento (CERTEAU 2008). O “regime de verdade” assim constituído, diferente segundo o tempo e o lugar que o determina, impõe uma ordem ao discurso que se apoia em um sistema de exclusão: ele limita os contornos de um grupo e de um saber.

Mas na rotina do ofício dos historiadores vinculados às instituições universitárias contemporâneas raramente se questiona os mecanismos responsáveis pela estabilização dos princípios que controlam a produção do discurso historiográfico que participamos. A submissão aos critérios disciplinares impostos pela instituição no qual atuamos não implica o reconhecimento de sua construção histórica, pois o movimento que determina as ideias que compartilhamos é o mesmo que organiza a sociedade em que vivemos (CERTEAU 2008). Embora estejamos acostumados a localizar historicamente as experiências do passado, aprendemos a recalcar os sistemas sociais, econômicos e simbólicos nos quais inevitavelmente estamos situados em obediência às pretensões de cientificidade guardadas pela disciplinarização da prática historiográfica acadêmica. Esta sublimação, tacitamente exigida, transforma todo interesse científico em um “interesse desinteressado”, gratuito. Bourdieu o classificou como uma forma particular de *illusio* (jogo): admitimos que o jogo mereça ser jogado, incorporamos suas regras e participamos do sentido deste jogo como se ele justificasse por si mesmo todo nosso investimento (BOURDIEU 2004). Este *illusio* explica em parte porque só recentemente os historiadores começaram a transformar os processos e os resultados da institucionalização dos cursos de história nas universidades brasileiras, datados na década de 1930, em objetos de pesquisa histórica.

Para que pudéssemos dar inteligibilidade às condições pretéritas de produção do discurso histórico no interior do mesmo campo em que atuamos foi necessário recomeçar o jogo efetuando um corte “inaugurador” das práticas historiográficas do presente. A baliza que sacraliza a nossa própria prática e parece querer resguardá-la do princípio da historicidade foi demarcada pela emergência dos cursos de pós-graduação em história nos anos 1960. A “verdadeira” historiografia universitária brasileira, supostamente mais “profissional” e mais comprometida com os princípios da legitimidade científica teria nascido com as

iniciativas institucionais voltadas para o aperfeiçoamento dos docentes do ensino superior e que resultaram na implantação da pós-graduação. Diehl chamou esse momento de “(re)institucionalização do saber histórico”, ressaltando o caráter fundador de um regime de verdade historiográfica distinto (DIEHL 1999). A criação de uma nova instituição histórica dentro de outra já existente, de um subgrupo responsável pelo controle da seleção e da qualificação dos sujeitos autorizados a falar em nome da historiografia universitária, foi naturalmente acompanhada pela construção de uma identidade pautada pela valorização da diferença epistemológica entre estes dois grupos internos.

As histórias da historiografia produzidas a partir deste marco tiveram uma função importante na afirmação da posição ocupada pela pós-graduação. Obras e autores foram selecionados e conectados entre si em função da similitude de suas estratégias com aquela praticada pelos novos historiadores. Elas acabaram traduzindo a ideia da “sobrevivência do mais preparado”, conforme destacou Blanke ao analisar as histórias da disciplina com função afirmativa, transformando posições político-científicas em explicações sistemáticas e paradigmáticas (BLANKE 2006). Como exemplo, podemos citar o uso que se fez do famoso prefácio de Antonio Candido à quinta edição de *Raízes do Brasil*, escrito em 1967. Este prefácio foi apropriado de forma a justificar a canonização de três livros do pensamento social brasileiro – *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior – não só como inauguradores da “moderna historiografia brasileira” na década de 1930, mas também como representantes exclusivos da profissionalização do historiador no espaço universitário pelo menos até a década de 1960. Não obstante o valor das obras mencionadas, o desdobramento da construção desta tríade sagrada foi a interpretação de obras anteriores como um conjunto homogêneo de produções “oficiais”, “ideológicas” ou “positivistas” pertencentes à tradição do IHGB, enquanto obras posteriores foram ofuscadas pela ideia de que a “moderna” historiografia brasileira estaria limitada àqueles livros consagrados (FRANZINI; GONTIJO 2009). Naturalmente, como observou Blanke, “qualquer posição teórica que quer sobreviver requer tradições positivas” (BLANKE 2006, p. 33-34), mas a história da historiografia, conforme advertiu o mesmo autor, precisa ter uma atitude cética em relação a elas, uma “rebeldia” capaz de produzir uma história disciplinar socialmente informada.

Ainda que a diversificação dos estudos historiográficos empreendidos a partir da década de 1990 tenha mostrado que os fundamentos discursivos da historiografia não são necessariamente pautados pelo afastamento ou pela filiação a modelos epistemológicos dados, recobrando uma herança ou impondo uma tradição, mas são construídos em sintonia com as disposições intelectuais do presente, persistem esforços para ocultar as disputas inerentes aos jogos sociais que orientam estas construções. O exame escrupuloso das produções históricas anteriores e a retificação das versões do passado de acordo com a pretensão científica da normatização disciplinar vigente ainda restringem a história da historiografia a um “laboratório de epistemologia histórica” (WEHLING 2006), uma atividade complementar ao conhecimento histórico que teria como

objetivo arrolar as teorias e os problemas aplicados a uma crítica da razão científica e promover o refinamento das pesquisas.

Este procedimento moderno de hierarquização dos esforços para alcançar a cientificidade e a objetividade no tratamento do passado desgastou a consciência da relatividade histórica da própria historiografia e promoveu a consolidação do mito de sua formação progressiva (ARAUJO 2011). Parte significativa dos trabalhos feitos nesse campo acabou ignorando as dinâmicas históricas que levaram a historiografia a se disciplinar, a se transformar numa ciência social e a fundamentar seus princípios de autoridade. As histórias da historiografia assim orientadas tenderam a classificar as produções históricas entre “inovadoras” ou “tradicionais”; “profissionais” ou “amadoras”; “científicas” ou “ideológicas” conforme o afastamento ou a aproximação em relação ao modelo historiográfico em vigor. Mas conforme Fernando Novais bem observou, “às vezes, o que se quer dizer com tradicional é que, simplesmente, tradicionais são os outros” (NOVAIS 1990, p. 108). Além de incorrer no risco de ignorar que o “profissional” do conhecimento histórico era uma condição requerida desde o século XIX e que as disputas entre o “amadorismo” e o “profissionalismo” marcaram as tensões do ofício desde então (GUIMARÃES 2002), o novo corte inaugurador da historiografia universitária oculta que, no interior da própria universidade, sua reivindicação antecedeu a pós-graduação.

É, portanto, contra o apagamento dos vestígios que inscrevem os procedimentos de disciplinarização do conhecimento no mundo histórico que voltamos a atenção para os processos de sua institucionalização. Acompanhando a inserção acadêmica de Francisco Iglésias como discente no curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais entre 1942 e 1945, pretendemos conhecer uma parte da dinâmica disciplinar da história, visto que a discência de Francisco Iglésias coincidiu com o momento de institucionalização do curso no estado. A partir da análise de um conjunto documental no qual as disposições legais tiveram que disputar espaço com os documentos produzidos pelos próprios professores e alunos, como os diários de classes e as provas, abrimos uma perspectiva que nos permitiu relativizar as normas que definiram os conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar no âmbito do ensino superior de história através da sua problematização (JULIA 2001).

107

### **A organização e o clima intelectual da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais**

A constituição da Faculdade de Filosofia (FAFI) conta com poucos trabalhos que oferecem conhecimento sobre sua história e sua dinâmica acadêmica. A ênfase no modelo paulista de autonomia acadêmica e intelectual parece ter atribuído um caráter de incompletude e insuficiência às outras experiências acadêmico-universitárias, desvalorizando-as e desestimulando até mesmo sua tomada como objeto histórico. A ideia de que a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), em 1939, fez parte de um projeto para padronizar as demais faculdades de filosofia fundadas nas décadas de 1930 e 1940, também parece ter subestimado as características específicas que revelam as dificuldades e as indecisões inerentes a cada um dos processos de institucionalização universitária.

No caso da FAFI, o desencorajamento das pesquisas sobre seu desenvolvimento histórico deve ser atribuído também à ausência quase completa de organização dos seus arquivos. O Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG guarda documentos produzidos pela instituição desde 1939. São relatórios, balancetes, currículos, diários, atas de reuniões, atas de exames, provas e registros variados da administração e do corpo docente e discente da instituição. É um acervo de enorme valor histórico que se encontra, até agora, privado de ações que garantam sua preservação, sua organização e sua adequada disponibilização para o pesquisador. Diante dessas condições, as informações que levantamos aqui não pretendem nem poderiam esgotar o tema da criação da FAFI e de sua dinâmica acadêmica, mas esperamos que sejam suficientes para mostrar que a nova situação social que ela engendrou não deixou imune nem o modo de trabalhar, nem o tipo de discurso de seus diplomados, entre os quais se encontrava Francisco Iglésias.

O histórico oficial da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais publicado no Anuário de 1939 a 1953 confere aos professores vinculados ao Instituto Ítalo-Mineiro Guglielmo Marconi a iniciativa e a organização da instituição. Os professores do Colégio Marconi teriam cuidado de todo o processo de fundação da FAFI, desde o convite dos "mais conspícuos representantes do magistério, das ciências e das letras de Belo Horizonte" para uma reunião preliminar preparatória até o estudo da legislação vigente sobre o funcionamento das escolas de ensino superior e sobre a estrutura da instituição-modelo – a FNFi, organizada naquele mesmo ano. A assembleia fundadora da FAFI, reunida no salão nobre do Colégio Marconi na simbólica data de 21 de abril de 1939, teria realizado a sessão magna de fundação da instituição e, a partir daí, a escolha de seu primeiro diretor – o professor das Escolas de Engenharia de Ouro Preto e de Belo Horizonte, Lúcio José dos Santos – e de seu Conselho Técnico Administrativo, responsável pela elaboração dos estatutos e do regimento interno da nova instituição, pela organização do corpo docente e discente e pela regularização dos cursos junto ao Conselho Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde (ANUÁRIO 1939-1953). O processo burocrático inerente à autorização de funcionamento da FAFI, entretanto, atrasou em mais de um ano o início de suas atividades. Concedida em 1941, ela era provisória e não implicava o reconhecimento oficial da instituição, o que só foi feito em 1946 mediante a satisfação de uma série de condições financeiras, administrativas e didáticas.

A história oficial da FAFI recorreu, como não poderia deixar de ser, aos indivíduos que estabeleceram as relações constitutivas deste espaço institucional para glorificar suas ações. Conforme ficou registrado, os professores-fundadores foram referidos como "os desprendidos e bravos mestres que a criaram" e que teriam se submetido a "longas e extenuantes atividades" com "idealismo e generosidade" e garantido "milagrosamente" o funcionamento da Faculdade que, "não fora a extraordinária abnegação e o sacrifício ingente de seus professores, que por quase um decênio a serviram, sem outro interesse que não o da alta cultura, não existiria ela hoje" (ANUÁRIO 1939-1953, p. 17).

Por um lado é preciso ponderar que embora a FAFI tenha nascido e se mantido através de iniciativas particulares, sua expectativa sempre foi se incorporar à UMG, o que significava transformar seus professores-fundadores em catedráticos na nova organização. Por outro, o cuidado para não endossar a mitificação daqueles professores não deve afastar a necessidade de conhecê-los enquanto indivíduos dotados de um capital específico com o objetivo de compreender as formas de poder que operaram sobre o conjunto das relações constitutivas daquele espaço, visto que a soma destes atributos é que define o peso social de uma instituição (BOURDIEU 2011). Cabe reconhecer, ainda, que esse capital foi ao mesmo tempo usado e enriquecido pela ação em favor da criação e da manutenção da FAFI, pois o envolvimento desses professores com uma instituição de ensino superior os posicionava numa escala acima na hierarquia do espaço cultural que buscava valorizar a ciência e as letras produzidas a partir da universidade.

A tensão entre as formas de poder inerentes à organização das faculdades de filosofia – o poder político e o poder científico (BOURDIEU 2011) – esteve presente desde os primeiros anos de funcionamento da FAFI. Por um lado seus professores-fundadores estavam respaldados pelo capital intelectual que acumularam nas atividades que exerceram no campo cultural de Belo Horizonte durante vários anos. A notoriedade deles é que resguardava a legitimidade intelectual e científica da instituição. A formação e a trajetória profissional desses docentes – ainda que carentes de uma preparação formal para o magistério – cumpriram plenamente as condições impostas pelo regulamento de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior que exigia que fosse demonstrada a capacidade moral e técnica dos professores. Um relatório elaborado em 1945 para a obtenção do reconhecimento da nova instituição atestava que aqueles intelectuais eram “conhecidos no Brasil inteiro pelo renome alcançado nas ciências e letras do país” e que a comprovação de seus títulos em “fichas individuais em que se expõe e assinala o curso secundário e superior de cada didata, [enumerando] os seus títulos, trabalhos, diplomas, funções e cursos de especialização” não deixava dúvidas quanto à capacidade de cada um para exercer a função de magistério no ensino superior.<sup>1</sup>

Por outro lado havia a desconfiança de que alguns deles, enquanto partícipes das estruturas mais fundamentais da ordem social, estivessem em desacordo com a função de “transmitir a cultura legítima”, outro dos encargos da instituição, devido às estreitas relações com uma cultura exterior, a italiana. Apesar da proximidade do governo brasileiro com os países do Eixo, a Segunda Guerra Mundial impunha atenção a qualquer influência externa naquele momento. A participação da Casa d'Itália, através do Instituto Marconi, na criação e na manutenção da FAFI, era percebida por alguns críticos e articulistas da imprensa como a realização dos propósitos educacionais das instituições italianas em Belo Horizonte.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Relatório de Reconhecimento da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, 1945. Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da FAFICH/UFMG.

<sup>2</sup> Um artigo publicado no jornal “Estado de Minas” em 1941, no qual o autor analisa de forma irônica a permanência do “sentimento de italianidade” e de respeito ao fascismo na educação realizada na cidade,

Se a relação da nova faculdade com a entidade de imigrantes da Casa d'Itália garantia o cumprimento das principais exigências do decreto federal para o funcionamento das instituições de ensino superior, visto que a própria manutenção financeira da FAFI estava vinculada a ela, também acabou sendo o maior empecilho para seu reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde. O desenrolar da guerra acabou afetando as relações da Casa d'Itália com a FAFI, gerando uma relação incômoda que resultou na substituição do antigo diretor e na aceleração do processo de sua transferência para o prédio da Escola Normal com o apoio do Governo do Estado, ainda que a efetiva incorporação da Faculdade de Filosofia pela Universidade de Minas Gerais (UMG) só tenha se efetivado em 1948, um ano antes de sua federalização (HADDAD 1988).

110

Concomitante ao cumprimento das exigências burocráticas para o reconhecimento oficial, os membros FAFI investiram na consolidação da sua unidade intelectual. A construção da identidade institucional enquanto uma comunidade científica e cultural buscou se legitimar tanto no âmbito da universidade, quanto na sua relação com o contexto cultural mais amplo da cidade. No espaço acadêmico, a FAFI se justificava a partir da própria ideia de universidade que então circulava. A concepção de universidade que estava sendo debatida na época, inspirada no modelo humboldtiano, endossava a perspectiva de se criar uma instituição que participasse da lógica universitária, mesmo que ainda não integrada a ela. A ideia da "universidade moderna" colocava as faculdades de Filosofia numa posição central dentro da estrutura universitária, pois atribuía às faculdades de Filosofia a justificação da importância da ciência para a cultura e a sociedade em geral através da reflexão filosófica que promoveriam. Através delas, seria possível garantir a unidade na diversidade das disciplinas científicas – a ideia da *uni-versidade* –, pois elas é que fundamentariam a reflexão sobre a relação do sujeito do conhecimento com ele próprio (HABERMAS 1987). A partir daí a ideia da "liberdade acadêmica" e do "saber desinteressado" começou a se impor ao argumento da profissionalização nos discursos de legitimação da institucionalização universitária.

A concepção de que as faculdades de filosofia deteriam uma posição central no interior das universidades começou não só a ser compartilhada pela intelectualidade brasileira, como a justificar a hierarquização das instituições existentes. Segundo Roiz, que analisa os discursos de Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho sobre a fundação da Universidade de São Paulo (USP), entre as décadas de 1930 e 1950 houve um esforço para consolidar uma memória coletiva sobre os acontecimentos que viabilizaram a fundação desta universidade com o objetivo de diferenciar a sua Faculdade de Filosofia,

---

atestou como essa influência foi considerada significativa e suspeita: "A educação primária é feita no "Grupo Escolar" que tem o nome de Benito Mussolini. Basta este nome para você ver que o ensino aqui é insuspeito e não pode causar receio de desvirtuamento do espírito de nossos filhos. Esta escola funciona na Casa d'Itália. Faltava-nos o ginásio, mas nossos conacionais fascistas não mediram sacrifícios e temos um excelente estabelecimento que se chama Ginásio Guglielmo Marconi [...] os nossos conacionais, sempre vigilantes, promoveram a criação aqui de uma Faculdade de Filosofia, sob os auspícios do Instituto Guglielmo Marconi e funciona lá, numa instalação soberba (Carta à Giuseppe. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 de junho de 1941 *apud* HADDAD 1988, p. 88)

Ciências e Letras de instituições similares criadas no período (ROIZ 2009). A partir da enorme ressonância desse discurso, a concepção de uma "verdadeira universidade" seria apenas aquela que teria conseguido superar o mero agrupamento de unidades de ensino superior através de uma faculdade de Filosofia criada simultaneamente ao seu nascimento. Naquele momento, a USP era a única que atendia a este requisito. A força desse discurso pode ser notada pela utilização, ainda frequente na historiografia brasileira sobre educação, de expressões tais como "espírito antiuniversitário" ou "escola profissionalizante" para se referir às instituições universitárias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, como se houvesse uma ideia genuína do que deveria ser a universidade brasileira e como se esta ideia estivesse sendo guardada pela USP.

Mas avaliar historicamente uma instituição a partir de sua distância em relação a uma organização universitária supostamente modelar é reduzir a variedade dos processos históricos e ignorar cada uma das especificidades dos lugares acadêmico-institucionais. Como notou Habermas, o tipo de concepção que vê na ideia da universidade moderna um projeto de materialização de uma forma de vida ideal parte de uma instância universal que é anterior à diversidade das formas de vida sociais. Ela pressupõe que seus membros tenham uma forma de pensar comum, pois compartilham princípios culturais resultantes de todas as configurações do espírito objetivo. Esta concepção de universidade foi herdada por várias gerações de intelectuais como o conceito de "verdadeira universidade", ainda que aquela perspectiva idealista tenha atribuído à universidade uma força de totalização que desde logo se revelou uma exigência que ela não poderia corresponder.

111

Mas, como observou o mesmo autor, "mal andaria a universidade se a consciência de si como corpo assentasse em qualquer coisa como um modelo normativo: as ideias, assim como vêm, assim se vão" (HABERMAS 1987, p. 128). É preciso reconhecer que aquela ideia de universidade é parte integrante de um paradigma da modernidade, cuja crise não pode deixar de acarretar a crise da própria ideia da universidade moderna. Abordar historicamente a construção desse modelo através de seus múltiplos aspectos é, pois, uma tarefa necessária para tornar mais complexas as reflexões sobre este tema específico, mas também sobre o próprio conhecimento histórico produzido na universidade.

O fato é que a centralidade da ideia das instituições de ensino superior enquanto lugares de produção de cultura e ciência influenciou a forma como o corpo docente e discente da FAFI se autolocalizava. Seus membros estavam sintonizados com a ideia da universidade moderna desde seus primeiros anos. Uma carta de 1945 enviada pelo diretor interino da instituição, o professor Antônio Camilo de Faria Alvim, ao Reitor da UMG, o professor Pires e Albuquerque, apelava para a incorporação da FAFI pela UMG argumentando que a lei previa o funcionamento de uma faculdade de Filosofia nas universidades (HADDAD 1987). O próprio regimento interno da instituição estabeleceu como suas finalidades a preparação de trabalhadores intelectuais para exercer atividade de ordem desinteressada ou técnico-científica, a formação de professores, a promoção de pesquisas e a colaboração com instituições educacionais oficiais



ou reconhecidas.<sup>3</sup> A normatização estava em conformidade com a orientação federal que previa que o objetivo das faculdades de Filosofia era “a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de ensino”.<sup>4</sup>

Na FAFI, esses objetivos foram traduzidos por uma orientação didática que visava tanto à formação de docentes para o ensino secundário, quanto ao oferecimento de “vantagens de ordem cultural” àqueles que não pretendiam exercer funções de magistério. Em seu *briefing*, a instituição destacava que

não sendo uma Faculdade puramente profissional como as demais e tendo em vista principalmente realizar pesquisas desinteressadas nos vários domínios da alta cultura, da cultura desinteressada e integral, sem objetivos práticos imediatistas, precisamente por isso a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais prepara melhor do que nenhuma outra o chamado trabalhador intelectual, técnico ou não (KRITERION 1950).

E ainda enfatizava que “o que a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais visa é formar, antes de tudo, o pesquisador, o cientista, o estudioso, o letrado, isto é, o homem que faz avançar a ciência e não somente o homem que repete eternamente a ciência feita pelos outros”. Numa entrevista concedida em 1988, um dos fundadores e ex-diretor da instituição, o professor Guilhermino César, afirmou que a FAFI só nasceu separada da UMG devido à falta de capacidade financeira do Estado, afastando qualquer suspeita que pudesse recair sobre sua legitimidade acadêmica (HADDAD 1988).

112

No espaço cultural mais amplo da cidade, a FAFI alimentou uma relação de legitimação circular: sua autoridade foi sendo conquistada na medida em que ela própria conseguia instituir socialmente a necessidade de seu produto cultural e científico (BOURDIEU 2011). A promoção de eventos (cursos, seminário e palestras) abertos a todos os interessados, a presença de professores estrangeiros e a divulgação de sua produção através da publicação de teses, separatas e monografias fomentava a vida cultural da cidade ao mesmo tempo em que garantia a autoridade para seus membros exercerem suas competências específicas. A dinâmica cultural inaugurada por essa instituição levou Cid Rabelo Horta a afirmar que a Faculdade de Filosofia foi “o maior empreendimento cultural registrado no Estado desde a fundação da Universidade em 1927” (HORTA 1953, p. 118). A criação da revista *Kriterion* em 1947, especialmente, teve um papel fundamental tanto para o reconhecimento social dos profissionais formados naquela faculdade, quanto para a formação de uma comunidade científica no seu interior, o que também contribuía para a sustentação da autoridade de seus membros.

---

<sup>3</sup> Ver REGIMENTO (1947)

<sup>4</sup> Decreto-Lei 1.190 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em: 22 de ago. de 2011.

### **Francisco Iglésias e o curso de geografia e história da FAFI**

Francisco Iglésias se submeteu ao exame de vestibular (também referido como concurso de habilitação) do ano letivo de 1942 para o curso de geografia e história da FAFI. Os exames vestibulares, como processo de concurso, estavam se consolidando naquele momento como a forma privilegiada de acesso à educação superior (ALMEIDA 2006). O edital, publicado no *Minas Gerais* de 14 de janeiro daquele ano, enfatizava que o exame estava em conformidade com as instruções expedidas pelo Departamento Nacional de Educação (DNE). Desde 1937, havia um rígido controle do processo de acesso aos cursos da educação superior, que passou a ser regulado anualmente. Era o DNE, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, que controlava a admissão dos candidatos aos cursos superiores e determinava o conteúdo e as datas das provas durante o Estado Novo (CUNHA 1989). As instituições de ensino superior que pleiteavam autorização oficial, como era o caso da FAFI, deveriam realizar seus concursos seguindo à risca aqueles preceitos (ALMEIDA 2006).

Embora o acesso à educação superior já estivesse sendo condicionado pela capacidade dos candidatos – o que supunha uma concorrência classificatória – naquele momento, havia vagas para todos os concorrentes que alcançassem a média estabelecida para aprovação. Foram realizadas provas escritas e orais de português, cosmografia, geografia, história da civilização, sociologia e desenho, conforme as determinações federais. Todos os alunos foram aprovados e Francisco Iglésias obteve a média de 74 pontos, classificando-se em quinto lugar. Vale destacar que “essa tendência de indicar a média de aprovação se tornou uma constante nas regulamentações dos processos de acesso à educação superior, os concursos vestibulares ou concursos de habilitação”, mas só foi regulamentada pelo Ministério da Educação e Saúde em 1945 (ALMEIDA 2006, p. 177).

Conforme alertou Ferreira, “[...] a temática da institucionalização da história como disciplina universitária preocupada com as concepções historiográficas, que orientaram sua criação e expansão, não tem recebido a devida atenção” (FERREIRA 2006, p. 140). Ainda que a desorganização da documentação relativa ao início da institucionalização do curso na FAFI imponha um pesado limite ao estudo deste processo, propomos traçar um esboço das concepções de história que nortearam a instalação do curso através de um estudo da grade curricular, do quadro docente e dos processos de avaliação do curso de geografia e história frequentado por Francisco Iglésias. Embora estejamos cientes de que a formação de qualquer graduando não pode ser reduzida aos aspectos protocolares de seu curso, consideramos que estas informações são significativas para a compreensão da dinâmica acadêmica na qual ele estava inserido e para a história dos cursos superiores de história no Brasil.

Conforme as determinações federais que regulamentavam o funcionamento da FNFi e que servia de modelo para a organização das demais faculdades, o curso de geografia e história da FAFI tinha duração de três anos e poderia ser acrescentado do curso de Didática, com duração de um ano. Francisco Iglésias concluiu os três anos do curso de geografia e história, obtendo o diploma de Bacharel em 1944. Na sequência, realizou sua formação pedagógica no curso de

didática e obteve o diploma de licenciatura em 1945 (ANUÁRIO 1939-1953, p. 480-487). A grade de disciplinas cursadas por Francisco Iglésias neste período pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1: Grade Curricular Cursada por Francisco Iglésias (1942-1945)

**ANO LETIVO DE 1942**

1ª Série:

1. Geografia Física
2. Geografia Humana
3. Antropologia
4. História da Antiguidade e Idade Média

**ANO LETIVO DE 1943**

2ª Série:

1. Geografia Física
2. Geografia Humana
3. História Moderna
4. História do Brasil
5. Etnografia

**ANO LETIVO DE 1944**

3ª Série:

1. Geografia do Brasil
2. História Contemporânea
3. História do Brasil
4. História da América
5. Etnografia do Brasil

**ANO LETIVO DE 1945**

Série única de Didática:

1. Administração Escolar
2. Fundamentos Sociológicos da Educação
3. Fundamentos Biológicos da Educação
4. Didática Geral e Especial
5. Psicologia Educacional

Fonte: Currículos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (1941-1956); Atas de Exames da Universidade de Minas Gerais (1941-1946). Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da FAFICH/UFMG.

A seriação das disciplinas cursadas por Francisco Iglésias na FAFI seguia a risca a organização curricular do curso de geografia e história da FNFi. Para Ferreira e Silva, a nova nomenclatura das disciplinas imposta por esta organização – “História do Brasil” e “História da América” no lugar de “História da civilização no Brasil” e “História da civilização na América”, denominações usadas na extinta Universidade do Distrito Federal – “revela uma orientação do governo Vargas de valorizar a história política nacional com a exaltação dos grandes personagens da memória nacional” (FERREIRA; SILVA 2011, p. 283-306). Ferreira ainda argumenta que:

essa alteração, aparentemente sem maior importância, expressa, na verdade, mudanças significativas. Como já foi dito, a denominação História da Civilização expressava uma crítica a um tipo de história política comprometida com a exaltação dos grandes heróis nacionais, dos grandes eventos e datas nacionais. Em contrapartida o retorno do uso da História do Brasil representava o desfecho de uma luta anterior iniciada com a reforma Educacional de 1931, que havia instituído no ensino secundário a proposta de um novo tipo de ensino de história voltado para a valorização da dimensão cultural dos acontecimentos (FERREIRA 2006, p. 153).

Se esta tese pode ser confirmada no plano mais amplo das políticas educacionais para o ensino superior adotadas pelo governo Vargas, na análise da dinâmica das disciplinas ministradas nas salas de aula pode ser questionada. Vejamos, por exemplo, os conteúdos programados para serem aplicados nas disciplinas história do Brasil e história da América, cursadas por Francisco Iglésias em 1943 e 1944, e o conteúdo lançado pelos professores nos diários destas disciplinas. Ainda que este tipo de fonte não permita verificar até que ponto os programas foram de fato implementados, tampouco se as matérias lecionadas declaradas nos diários refletem a prática da sala de aula, a documentação indica quais os modelos para o ensino de história estavam sendo considerados no momento em que este campo disciplinar emergiu no ensino superior mineiro.

Desde a sua fundação, o professor catedrático de história do Brasil na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais era Antônio Camilo de Oliveira Alvim.<sup>5</sup> Quando Francisco Iglésias cursou a matéria, na segunda e na terceira série, a cadeira estava ocupada por João Camilo de Oliveira Torres,<sup>6</sup> professor contratado de ética. A partir da análise do programa da disciplina e do conteúdo lançado nos diários de classe podemos observar que as matérias eram bastante diversificadas e, de nenhuma maneira, se resumiam aos grandes nomes e eventos da história nacional.<sup>7</sup>

Na 2ª série, o programa de história do Brasil do curso de geografia e história em Minas Gerais previa o estudo da historiografia brasileira desde os cronistas dos tempos coloniais, passando pelas obras de Varnhagem e Capistrano de Abreu, até o que se chamou de “os modernos historiadores”. A unidade também incluía pontos sobre “a pesquisa e a cultura histórica no Brasil”, o que demonstrava uma preocupação com as questões que permeavam o ofício de historiador. Paralelamente aos temas recorrentes da história política – organização social e política de Portugal, expansão marítima e os descobrimentos

<sup>5</sup> Formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais, Antônio Camilo de Faria Alvim exerceu os cargos de deputado estadual, prefeito de Itabira e de promotor de Justiça de Belo Horizonte. Foi diretor da Faculdade de Filosofia da UMG por três vezes e entre suas atividades pedagógicas constava em seu currículo, além do cargo de professor de história do Brasil da Faculdade de Filosofia da UMG desde a fundação, os cargos de professor de história do Brasil da Escola Normal Oficial de Itabira, de professor de educação cívica da Escola Normal de Itabira e de examinador em concurso de história e de geografia do Colégio Estadual de Belo Horizonte (ANUÁRIO 1939-1953, p. 318).

<sup>6</sup> João Camilo de Oliveira Torres fez o curso superior de Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal e, além da Faculdade de Filosofia da UMG, lecionou também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, de Belo Horizonte. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras, publicou *O sentido e a finalidade do ensino universitário* (1940), *O positivismo no Brasil* (1943), *O homem e a montanha* (1944), entre outros (ANUÁRIO 1939-1953, p. 386).

<sup>7</sup> Os programas das cadeiras do curso de geografia e história da FAFI, bem como os diários de classe das disciplinas se encontram no Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da FAFICH/UFMG.

– o programa previa um tópico sobre a “intencionalidade do descobrimento” do Brasil e sobre os aspectos etnográficos e linguísticos da Carta de Caminha. Entre os fatores relacionados à colonização portuguesa no Brasil, constava uma unidade sobre o elemento indígena que incluía um estudo sobre “o indígena na formação da família brasileira”, e outra sobre o elemento negro que contemplava o conhecimento das áreas culturais do negro na África e “o papel do negro na civilização brasileira”.

A notável influência das obras de Gilberto Freyre pode ser percebida na unidade sobre “a sociedade patriarcal” que incluía tópicos sobre “a casa, o mobiliário e as alfaias coloniais”, “a indumentária e a alimentação nos tempos coloniais” e a “decadência do patriarcado rural”. A influência dos estudos de outro “historiador moderno”, Sérgio Buarque de Holanda, pode ser notada na unidade sobre a “formação dos centros urbanos”, com tópicos sobre os “fatores de formação das primeiras povoações”, os “centros iniciais da vida colonial” e o “esplendor e decadência das cidades coloniais”. Uma unidade sobre a “evolução cultural” brasileira também estava prevista no programa, com tópicos sobre “a língua e a literatura”, “as artes e as ciências”, “as expedições científicas” e “o ensino e a educação” no Brasil colonial.

Na 3ª série do curso, o programa da cadeira de história do Brasil previa o estudo da história brasileira a partir da transmigração da família real portuguesa e a abertura dos portos até o processo de industrialização na República. Além da ênfase na política interna e externa do Império e da República, as unidades de estudo contemplavam a evolução cultural e social dos períodos com tópicos sobre “a educação e o ensino”, “as letras ciências e artes” e “a vida social e religiosa”.

116

A cadeira de história da América também era feita na 3ª série do curso de geografia e história e o professor da disciplina desde 1944, responsável por seu programa, era José Albano de Moraes.<sup>8</sup> A turma de Francisco Iglésias, no entanto, ainda que tenha feito a cadeira neste ano, teve como professor o escritor Sebastião de Oliveira Salles, cujo nome sequer consta na relação do corpo docente da faculdade. A matéria lecionada por ele consta no diário e indicia que o programa do professor José Albano de Moraes que é apresentado no Anuário de 1939 a 1953 já era uma referência para a turma de Francisco Iglésias.

O programa da cadeira previa uma introdução com noções gerais, como a “posição da história da América no curso de geografia e história”, a “orientação filosófica da cadeira” e o “conhecimento da América na antiguidade”. No estudo sobre a pré-história americana estava prevista a apresentação das várias hipóteses sobre a origem do homem americano e uma reflexão sobre “a cultura de grãos não panificáveis como fundamento econômico das primitivas civilizações americanas e suas consequências”. Paralelamente aos fatos políticos do descobrimento da América, no programa constava o estudo sobre “a ciência

<sup>8</sup> Inspetor Federal do Ensino Superior junto à Faculdade de Filosofia da UMG, José Albano de Moraes assumiu a cadeira de História da América em 1944 e foi nomeado catedrático em 1949. Formado em Direito pela UMG, ele foi professor de história geral, história do Brasil e história da América no Colégio Marconi entre 1937 e 1950 e era examinador oficial no concurso para professor de geografia e de história na Escola Técnica de Belo Horizonte (ANUÁRIO 1939-1953. p. 366-367).

e a técnica no descobrimento da América” e sobre os grandes impérios pré-colombianos com tópicos sobre os usos e costumes dos Astecas e Incas e sobre “a vida religiosa, econômica, social e moral dos primitivos povos americanos”, incluindo a exposição de temas sobre os sacrifícios humanos, as artes e as fontes da história dos povos pré-colombianos. Além de contemplar as lutas econômicas do século XVII, o programa também propunha uma “comparação entre os sistemas coloniais inglês e espanhol” – incluindo estudos sobre a organização social, o movimento migratório, o problema do índio – e uma reflexão sobre “as teorias políticas e a prática colonial”. Além dos movimentos de independência do século XVIII e da história da América livre no século XIX, o programa incluía o estudo da história dos Estados Unidos e de suas relações hostis com os países latino-americanos, bem como a exposição da América no cenário político mundial.

Portanto, o modelo para a constituição das cadeiras de história do Brasil e de história da América do curso de geografia e história da FAFI estava inspirado por um conteúdo considerado “inovador” de história social e por aquilo que havia de mais moderno na historiografia do período. A abertura de cursos de geografia e história a partir das diretrizes impostas pela organização da FNFi não significou, necessariamente, sua inscrição em um projeto de história nacional afeita à exaltação de grandes nomes e datas. Se a institucionalização do curso de história na FNFi foi, como afirmou Ferreira,

fortemente influenciada por uma concepção de história afinada com as regras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde predominava a concepção de uma história política destinada a reforçar os laços da identidade nacional brasileira através do fortalecimento da unidade nacional e do papel dos grandes heróis como construtores da nação (FERREIRA 2006, p. 156).

117

O caso de Minas Gerais parece não ter acompanhado totalmente esta regra. Se a organização administrativa e curricular da Faculdade de Filosofia seguia as formalidades do curso da FNFi, a concepção de história que a norteava apresentava traços mais complexos.

Vejamos, por exemplo, uma prova da cadeira de história do Brasil realizada por Francisco Iglésias em 1943. Diante da questão “quem foi Américo Vespúcio?”, cuja elaboração foi orientada pela exaltação de um grande personagem histórico, o estudante escreveu o seguinte:

Existe, no plano da história literária como da História em geral, o drama do desencontro entre a publicidade, o grande nome de uma figura e o seu papel real. Autores há que apenas influenciaram, abrem caminhos, propõem os temas, mas não realizam uma obra; sua influência é profunda, mas subterrânea; não aparecem nunca; são como a agulha do apólogo famoso de Machado de Assis.

Vejamos o caso de Vespucci; as suas gerações e os pósteros glorificaram-lhe o nome; conhecido e festejado por todos, deu o seu nome ao continente descoberto por Colombo em 1492 [...].<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Prova de história do Brasil realizada por Francisco Iglésias em 7 de julho de 1943. Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da FAFICH/UFMG.

E, depois de traçar a trajetória do navegante florentino inserindo-a no contexto mais amplo das relações entre a América e a Europa, Francisco Iglésias concluiu que a ênfase naquele grande nome presente nas páginas dos livros de história não correspondia à nova interpretação que estava sendo dada aos seus feitos: “Diante do que fez, merecia tamanha importância? Parece-nos que não. Américo Vespucci representa mais um caso de injusta distribuição de glória”.<sup>10</sup> Avaliada por três examinadores, todos professores da instituição, a resposta à questão recebeu, unanimemente, a nota máxima, o que indica a concordância com o ponto de vista crítico em relação à própria concepção de história que orientou a formulação da questão.

### **Francisco Iglésias e as representações do curso de história**

Em uma entrevista de 1991, quando questionado a respeito da influência que a FAFI teve sobre sua atividade como historiador, Francisco Iglésias lamentou não poder falar de nenhum professor seu com a reverência com que os ex-alunos das faculdades de Medicina e de Direito falavam de seus professores (SBPC 1991). Com efeito, enquanto os cursos superiores considerados tradicionais existiam em Minas Gerais desde a passagem do século XIX para o XX, o curso de história no qual Francisco Iglésias se graduou foi criado apenas na década de 1940. Durante toda a sua formação, a FAFI funcionou sem o reconhecimento federal, que só aconteceu em 1946, e sofreu com a falta de estrutura e com a “improvisação” de seu corpo docente. Esta desestabilização se fez refletir nas turmas do curso de geografia e história que se formaram entre 1946 a 1948: em cada ano, saíram apenas dois diplomados (ANUÁRIO 1939-1953).

118

Mas esta não foi uma exclusividade mineira. Nos depoimentos de grandes historiadores de outros estados é recorrente a observação da carência de profissionais especializados nos cursos de história das universidades, mesmo naquelas institucionalmente reconhecidas. A avaliação negativa dos professores foi feita pelos contemporâneos de Francisco Iglésias formados na USP, na UDF ou na Universidade do Brasil. A professora Emília Viotti da Costa, por exemplo, que ingressou na USP em 1948, ponderou que não teve professores marcantes no curso de história e que teria sido mais influenciada pelos livros que leu e por professores de outros departamentos do que pelos do departamento de história. Ela também revelou que, na prática, pelo menos até a década de 1950, a pesquisa não fazia parte da formação dos futuros professores naquela instituição (MORAES; REGO 2002, p. 70).

Os programas das cadeiras do curso de geografia e história da FAFI na grade curricular de 1939 a 1953 mostram que aqui também quase não havia espaço para discussões teórico-metodológicas (ANUÁRIO 1939-1953). Mesmo alguns anos mais tarde, em 1957, quando o curso de história foi separado do curso de geografia, o currículo foi considerado “arcaico”, “tradicional” e “pobre” por quem o cumpriu (RESENDE 1991, p. 20). A faculdade de filosofia continuava a ser

<sup>10</sup> Prova de história do Brasil realizada por Francisco Iglésias em 7 de julho de 1943. Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da FAFICH/UFMG.

voltada para a preparação de professores e, embora pudesse ser desqualificada por quem demandava investimento em pesquisas, ela parece ter cumprido satisfatoriamente a demanda social por docentes para o ensino secundário, pois o salto de qualidade da escola secundária foi por todos notada. Para Resende, o que garantia essa excelência era a unificação dos corpos docentes do ensino superior e secundário. Segundo ela, “o interesse pela docência na escola pública, superior ou secundária, tinha na cátedra, instituição comum aos dois níveis, um ponto de alta correlação, que a tornava atraente ao exercício profissional” (RESENDE 1991, p. 23).

Outro crítico dos primeiros anos dos cursos universitários de história foi Edgar Carone, formado na USP em 1948. Ele lembrou que teve bons professores franceses, mas “também tive alguns pernas de pau”. Após a sua formatura, seu dilema era “vou lecionar ou vou para a fazenda?”, pois sua formação não permitia outra coisa. Decidiu-se pela fazenda, onde permaneceu por 12 anos ininterruptos (MORAES; REGO 2002, p. 51). Também Maria Yedda Leite Linhares teve impressão parecida sobre a UDF e a Universidade do Brasil, onde ingressou em 1939. Ela destacou negativamente seus professores de história, sugerindo que “talvez nem devam ser lembrados” (MORAES; REGO 2002, p. 26).

As avaliações negativas dos cursos e dos professores dos departamentos de história foram comuns àquela geração pioneira que fez carreira na universidade. Mas elas precisam ser consideradas a luz do contexto em que foram feitas, pois os critérios de verificação para determinar a qualidade dos cursos estavam informados por uma realidade alheia àquela que estava sendo posta à prova. Na década de 1940, quando esses historiadores se formaram, o que era considerado “inovador” ou “tradicional” no conhecimento histórico se distanciava bastante daquilo que orientava suas avaliações nas décadas de 1990 e 2000.

Em uma nota publicada em 1944, por exemplo, ao comentar o livro de seu professor no curso de geografia e história da FAFI – João Camilo de Oliveira Torres – Francisco Iglésias destacou “a importância do trabalho e do seu autor”, cujo livro sobre o papel da geografia de Minas Gerais na constituição de grupos sociais “ninguém deixará de consultar no futuro para o estudo do nosso Estado”. Ele afirmou ainda que, através de seus livros, “João Camilo mostra a sua extraordinária cultura, o conhecimento que tem de toda a filosofia moderna e da história do Brasil” (IGLÉSIAS 1944).

Em artigo de 1956, Francisco Iglésias destacou positivamente outro professor da FAFI – Arthur Versiani Velloso – catedrático de história da filosofia. Reconheceu a importância da iniciativa deste professor junto ao grupo fundador da instituição em um momento em que “não se cuidava do assunto”. Por ocasião do seu aniversário de 50 anos, Francisco Iglésias foi convidado para escrever sobre o antigo professor e se colocou entre os alunos da FAFI que lhe deviam atenção e favores. Dele, Francisco Iglésias destacou a experiência docente, enfatizando que ainda lembrava as lições do professor: “ainda hoje lembramos esses companheiros antigos e eu, essas lições como eram dadas, o que era dado, bem como fatos circunstanciais dignos de memória para nós” (IGLÉSIAS 1956, p. 4).



Portanto, a avaliação negativa que Francisco Iglésias fez de seu curso e de seus professores deve ser compreendida como parte do contexto discursivo que integrou as demandas da reforma universitária de 1968 e sua definição a respeito das atribuições docentes e da própria função social da universidade. O tom denunciatório da condição supostamente precária dos cursos de história em suas fases iniciais está associado à construção de um discurso posterior sobre o que seria uma organização adequada à realidade universitária. Os depoimentos de Francisco Iglésias e de seus contemporâneos estavam informados pelas exigências da época em que foram declarados, daí julgarem que o despreparo de seus professores impediu que o curso de história cumprisse a contento o seu propósito de formar profissionais da área. Mas, apesar da primeira geração de historiadores formados pelas universidades terem tido uma formação orientada pelos chamados “não especialistas” – portanto, “não profissionais”, “amadores” – que ainda ocupariam as principais cadeiras do curso de história na universidade durante longos anos, eles adquiriram a legitimidade social necessária para se tornarem “verdadeiros” historiadores.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvia Maria Leite de. **Acesso à educação superior no Brasil: uma cartografia da legislação de 1824 a 2003** [Tese em Educação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- 120 ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1939-1953.
- ARAUJO, Valdeci Lopes. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1930). In: NEVES, Lucia M. B. Pereira das *et al* (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Homo academicus**. Florianópolis: UFSC, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

- FERREIRA, Marieta de Moraes; SILVA, Norma Lúcia da. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de história. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, jul./dez. 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.
- FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel *et al* (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002.
- HABERMAS, Jürgen. A ideia da Universidade: processos de aprendizagem. **Revista de Educação**, Lisboa, vol. 2, 1987.
- HADDAD, Maria de Lourdes Amaral. **Faculdade de Filosofia de Minas Gerais**: raízes da ideia de universidade na UMG [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1988.
- HORTA, Cid Rabello. A Faculdade de Filosofia, núcleo da Universidade de Minas Gerais. **Revista da Universidade de Minas Gerais**, n. 10, maio de 1953.
- IGLÉSIAS, Francisco. João Camilo de Oliveira Torres. **A manhã**. Belo Horizonte, 16 de junho de 1944.
- \_\_\_\_\_. Um professor de entusiasmo. **O Diário**. Belo Horizonte, 22 de janeiro de 1956.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, jan./jun. 2001.
- KRITERION**, Belo Horizonte, nº 13-14, jul-dez, 1950.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- NOVAIS, Fernando. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, jan./abr. de 1990.
- REGIMENTO da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, cópia 1947, Setor de Registro e Arquivo Acadêmico Permanente da Graduação da FAFICH/UFMG.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Memorial**. Belo Horizonte: UFMG, 1991
- ROIZ, Diogo da Silva. Dos "discursos fundadores" à criação de uma "memória coletiva": formas de como se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 19, jan./abr. 2009.
- SBPC. **Cientistas do Brasil**: depoimentos. São Paulo: Global, 1991.
- WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

# A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971\*

Higher education in history at UPA/URGS/UFRGS from 1943 to 1971

---

**Mara Cristina de Matos Rodrigues**

maramr@uol.com.br

Professora Adjunta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Condomínio Paragem dos Verdes Campos, Caixa Postal 475

94190-992 - Gravataí - RS

Brasil

---

## Resumo

Este artigo analisa a trajetória do curso de história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde a sua implantação, como curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia (1943), até 1970, quando esta foi desarticulada dando lugar ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas criado após a reforma universitária de 1968. Busca-se acompanhar as principais transformações no seu currículo, na composição do corpo docente e suas formas de recrutamento, bem como as iniciativas voltadas para a formação de professores do ensino secundário e para a pesquisa em história. Espera-se, dessa forma, contribuir para as reflexões em torno da articulação entre a história e os seus lugares de produção no Brasil.

## 122 Palavras-chave

Ensino de história; História das instituições; Lugar social.

## Abstract

This paper analyzes the trajectory of the history course of the Federal University of Rio Grande do Sul since its implementation as a geography and history course at the School of Philosophy (1943) until 1970, when the latter was closed, thus giving way to the Institute of Philosophy and Human Sciences, created after the university reform of 1968. This is an attempt to follow the main changes that occurred in its curriculum, in the faculty composition and in its recruiting processes, along with the initiatives directed at the education for teaching in upper-secondary schools and at historical research. This study is expected to contribute to the reflections on the articulation between history and its places of production in Brazil.

## Keywords

History education; History of institutions; Social place.

---

Recebido em: 16/11/2012

Aprovado em: 27/2/2013

---

\* As siglas UPA, URGS e UFRGS referem-se aos diferentes nomes que designaram a atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde os anos 1930: primeiramente Universidade de Porto Alegre; a partir de 1947, quando encampou unidades universitárias do interior do estado, passou a se denominar Universidade do Rio Grande do Sul; em 1950 a URGS foi federalizada e passou-se a incluir o vocábulo "federal" em seu nome.

Frequentemente as narrativas sobre a história da pesquisa em história no Brasil, após iniciarem reportando-se à fundação e trajetória do IHGB no século XIX, delimitam rapidamente uma mudança de rumos em meados do século XX: de uma história produzida no(s) Instituto(s) Histórico(s) ou por ensaístas autodidatas passa-se a uma disciplina orientada conforme parâmetros acadêmicos e situada no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Não se pode colocar em dúvida a íntima associação existente entre a criação dos cursos de pós-graduação do aparato universitário na esfera federal, a atuação das agências de fomento como Capes e CNPq e o forte impulso que recebeu a pesquisa a partir dos anos 1970 no Brasil, especialmente na área das Ciências Humanas. Entretanto, a pressa com que passamos em nossas avaliações diretamente da proeminência dos institutos históricos à dos programas de Pós-graduação reduz toda a experiência universitária dos anos 1940 ao início dos anos 1970 a um “período de transição” do qual muitas vezes só conseguimos lembrar (e não devemos mesmo esquecer) o trauma dos expurgos na fase inicial da ditadura militar.

Mas para além desta marca, esse período pode ser muito fértil para nossas reflexões acerca do lugar social de produção da história. Ao contrário do que o nosso rápido diagnóstico costuma pressupor, ao saírem os historiadores do âmbito dos institutos históricos para adentrarem os programas de pós-graduação das universidades brasileiras, não deixam uma história sujeita às pressões sociais para ingressar naquele lugar neutro a partir do qual supostamente poderiam escrever, pensar e ensinar a história, como nos advertia Michel de Certeau (2002). É importante lembrarmos que além de a universidade não se localizar em algum ponto fora da sociedade, ela também não está livre dos limites interpostos por uma *condição histórica* em que a memória interpela e demanda da história o seu trabalho crítico, como nos lembrava Paul Ricoeur (2000) em sua última obra.

É sob a perspectiva de que os cursos de história têm uma história e de que as instituições que os abrigam também a têm, que buscamos aqui propor a nossa análise acerca da formação superior em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É por isso que devemos inicialmente destacar o forte vínculo que a implementação da formação superior em história teve com as Faculdades de Filosofia ou Faculdades de Ciências e Letras previstas como parte do projeto universitário que se estabeleceu no Brasil a partir dos anos 1930. Marieta de Moraes Ferreira (2012, p. 612) já apontou o quanto a criação das universidades brasileiras tem sido objeto de vários estudos e o quanto os cursos de história ainda não o são. Há uma quantidade razoável de publicações a respeito das grandes universidades do Rio Grande do Sul, dentre elas a Universidade Federal, em que pese o seu caráter essencialmente documental, memorial e comemorativo.<sup>1</sup> Contudo, se vem crescendo o número e qualidade dos trabalhos sobre as faculdades de Filosofia (ou Filosofia, Ciências e Letras)

<sup>1</sup> Exemplos deste tipo de publicação são Diniz da Silva e Soares (1992), João e Clemente (1995) e Guedes e Sanguinetti (1994).

que foram implantadas no Brasil<sup>2</sup> na década de 1940 e extintas pela reforma universitária de 1968, o mesmo não ocorre no que tange especificamente à Faculdade de Filosofia da UPA/URGS/UFRGS.

Esta lacuna, entretanto, só pode aqui ser apontada para que iniciemos nossa análise remontando em linhas gerais o funcionamento dessas instituições para abordarmos com maior atenção a trajetória do curso de história da atual UFRGS. Interessa-nos sobretudo analisar as transformações ocorridas na constituição, recrutamento e formação do corpo docente, nos currículos do curso, bem como nos objetivos aos quais ele se propunha, incluindo-se a formação profissional e a sua relação com o desenvolvimento da pesquisa histórica. Para este fim, consideramos que a narrativa seria melhor organizada se propuséssemos uma periodização dividida em duas grandes fases. A primeira de implantação, que vai desde 1943 até 1956, passando pela federalização da universidade em 1952 e o desmembramento do curso de geografia e história em 1955. A segunda de consolidação, desde 1956, quando a antiga Faculdade de Filosofia deixa o caráter provisório de sua organização e passa a ser dotada de uma estrutura estável, até a reforma universitária de 1968, quando ela é extinta e o curso de história passa a integrar o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) com modificações substanciais no corpo docente e no currículo. Nas considerações finais esperamos tornar claro que a condição histórica e o lugar social conferiram características importantes que ainda marcam o curso de história da UFRGS, mostrando-se este período de sua trajetória como fundamental na definição de alguns rumos que tomaria no âmbito da pesquisa e da formação de professores.

124

### **De 1943 a 1955: à sombra da geração católica e do IHGRS**

Tal como a Universidade do Brasil (UB), a Universidade de Porto Alegre (UPA) foi criada em 1934, pela reunião das faculdades tradicionais de Direito, Engenharia e Medicina, fundadas no início do período republicano (FÁVERO 2010; DINIZ DA SILVA; SOARES 1992). Seguindo o plano da Reforma Campos (1931) esta reunião das grandes escolas deveria ser coroada pela implantação de uma Faculdade de Filosofia que funcionaria como a sede daquilo que era chamado de “espírito universitário”. A coesão necessária ao empreendimento seria dada pelo estímulo à cultura desinteressada e pela formação para a pesquisa, procurando-se contrabalançar na nova instituição universitária a dimensão profissionalizante que marcava as escolas tradicionais. Para além de sua caracterização como uma instituição que viria ser chamada pelos docentes que nela trabalharam de “miniuniversidade” (COMISSÃO 50 ANOS 1993, p. 20), a legislação explicitava também entre os seus fins a formação de professores secundários (Decreto-lei n. 1190, de 4 de abril de 1939).

<sup>2</sup> Dentre os trabalhos que vem se avolumando sobre o tema, citamos alguns: de Maria de Lourdes Fávero sobre a cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia (1990) e Marieta de Moraes Ferreira sobre a mesma Faculdade (2007; 2012). Sobre a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, destacamos o recente livro de Diogo da Silva Roiz (2012). Merece ainda ser mencionado o trabalho de Fernando Trindade (1982) que levantou dados e analisou as trajetórias confessionais de docentes da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS em seus anos iniciais, sem avançar cronologicamente nem aprofundar muitas de suas intuições possivelmente devido à sua morte prematura.

Tradicionalmente ligada aos empreendimentos educacionais, a Igreja Católica se rearticulava nas décadas iniciais do século XX, preocupada em retomar os espaços perdidos desde que a proclamação da República impulsionara o desenvolvimento de uma cultura política de matiz positivista e anticlerical no Rio Grande do Sul. Acompanhando a tendência de organização de um laicato engajado que se desenvolvera a partir do Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, emergiu no Rio Grande do Sul a chamada “geração católica” formada nas dependências dos colégios jesuítas da capital e adjacências primeiramente através das congregações marianas e posteriormente com a organização da Associação de Professores Católicos (APC) (TRINDADE 1982; REGNER 1993, p. 28). A APC foi uma instituição importante na criação das duas Faculdades de Filosofia de Porto Alegre na década de 1940 – a católica e a estadual – e tinha entre seus objetivos difundir o catolicismo em meios não confessionais (TRINDADE 1982, p. 49). Um documento assinado por alguns dos seus integrantes, datado do mesmo ano e enviado ao interventor Flores da Cunha, mostra que a articulação dos católicos em torno da criação e do controle das Faculdades de Filosofia em Porto Alegre é tão antiga quanto a criação da UPA, ocorrida no mesmo ano de 1934.<sup>3</sup> No seu memorial reivindicavam que o recrutamento dos docentes para a nova faculdade devia manter uma certa coerência com a formação escolar que se ministrava no estado. O grupo se referia ao fato de que muitas escolas secundárias eram mantidas por ordens religiosas católicas e de que os professores que viriam a ser formados para nelas trabalharem não deveriam encontrar uma ruptura com essa orientação na sua formação como docentes. Sendo assim, nada mais conveniente, natural e oportuno que escolher como formadores dos futuros professores do ensino secundário elementos que compartilhassem desses mesmos valores. Em outras palavras, o laicato católico se candidatava ao domínio dos postos de docência da Faculdade de Filosofia da UPA (REGNER 1993, p. 44).

E assim foi, ou quase... A maioria dos professores do curso de filosofia e grande parte dos de outros cursos, como o de história, tinha relações bastante diretas com o laicato católico atuante. Outros, como uma espécie de compensação obrigatória para justificar a aceitação dos argumentos dos católicos, eram de igrejas metodistas, já que estas também mantinham escolas em Porto Alegre. Além dessas pressões, o recrutamento de professores para a Faculdade de Filosofia enfrentava mais um problema, o da inexistência de docentes titulados nas áreas de conhecimento específicas em que deviam atuar, já que todos os cursos eram novidade no Brasil da década de 1930. Sendo assim, a exigência de título superior na área de conhecimento a que se candidatavam os docentes deveria ser flexibilizada, mas não foi totalmente esquecida. Os professores do curso de história e geografia implantado em 1943 eram, em sua maioria, formados em Ciências Jurídicas e Sociais, área considerada de maior afinidade às disciplinas do curso com apenas uma exceção – de formação superior em Engenharia – que confirma a regra, já que este docente foi destinado à cadeira de geografia física (RODRIGUES 2002, p. 144-161).

<sup>3</sup> Os signatários da carta foram: Raul Moreira, Frederico Dahne, Elyseu Paglioli, Ary de Abreu Lima, Normélio Rosa, Ruy Cirne Lima, Mário Bernd, Álvaro Magalhães, Adalberto Pereira Câmara, Ivo Corrêa Meyer e Armando Câmara (REGNER 1993, p. 44).

Além de predominantemente católicos e formados em Direito, os docentes do novo curso também tinham experiência didática prévia em ensino superior, com exceção do docente da disciplina de geografia humana. Esta experiência se verificava principalmente na Faculdade de Direito da UPA, no curso de Economia anexo à mesma e no curso de geografia e história recentemente criado (1940) na Faculdade Católica de Ciências e Letras, administrada pelos irmãos Maristas em Porto Alegre (futura PUCRS), além de alguns poucos casos de professores que trabalhavam no ensino básico da rede pública. Em se tratando do curso de geografia e história cabe o questionamento sobre a participação desses docentes na mais prestigiada instituição ligada à escrita da história no estado: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Verifica-se, entretanto, que apenas um de seus docentes, Dante de Laytano, pertencia ao quadro dos consócios do Instituto e que o movimento entre curso de história da URGS e IHGRS era inverso ao que se pensou inicialmente: a docência no curso de história servia antes como credencial para o posterior ingresso no IHGRS, do que o contrário (RODRIGUES 2002, p. 158 *et seq.*). Esta peculiaridade, ao contrário de evidenciar alguma espécie de incompatibilidade entre a institucionalização da formação superior em história e a pesquisa e escrita da história por parte do IHGRS é melhor compreendida à luz da análise do debate interno à Faculdade de Filosofia a respeito das suas finalidades e do exame de algumas atividades que ela promoveu nesse período de implantação.

126

Primeiramente, cabe observar que a criação da Universidade de Porto Alegre e da sua Faculdade de Filosofia corriam às expensas do governo estadual. Mesmo que eventualmente recebesse verbas e incentivos do governo federal a instituição era sustentada pelos escassos recursos financeiros de um estado que enfrentava longa crise de sua economia agrária e pastoril e ingressava no período que seria conhecido, nos anos 1960, como de “nordestinização” do Rio Grande do Sul, em referência ao processo de pauperização e êxodo do homem do campo (MÜLLER 1993, p. 359). A UPA, que se tornou a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1947, utilizava-se dos prédios das antigas escolas de Medicina, Direito e Engenharia, improvisando-se instalações das unidades escolares do estado, como as do Instituto de Educação e do Colégio Júlio de Castilhos, para receber laboratórios, biblioteca, salas de aula dedicadas à administração, ao ensino dos cursos da Faculdade de Filosofia e campo de estágio dos futuros docentes (CR 1948, 22 março). Sem sede própria, com docentes que se desdobravam entre mais de uma unidade universitária, impossibilitados de serem reconhecidos como catedráticos efetivos em função da legislação estadual que impedia a acumulação dos cargos, a Faculdade de Filosofia inaugurava um projeto ambíguo de universidade, tal como afirmou Fávero (2010, p. 51 *et seq.*) sobre a UB, entre a modernização e a manutenção dos modelos e prerrogativas das faculdades tradicionais.

Essa ambiguidade torna-se mais clara ao se observar que a primeira direção da Faculdade, na figura de Álvaro de Magalhães, mesmo que comprometida com o projeto católico de dominar os quadros docentes, buscava compreender e atender, apesar de suas condições precárias, às prescrições mínimas da legislação que a criara. Ela obedecia ao modelo da Faculdade Nacional de Filosofia da

UB, criada e regulamentada pelo decreto 1190 de 1939. Além de estabelecer a organização administrativa e didática, apontava fins mais específicos para as Faculdades de Filosofia, idênticos aos colocados pelo primeiro Regimento Interno da Faculdade de Filosofia da UPA:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino (REGIMENTO 1942, p. 1).

A formação de professores como finalidade da Faculdade de Filosofia (“b”) era algo muito bem compreendido pelo seu diretor e também pelo então reitor da universidade, Armando Câmara (1945-1949), signatários do manifesto enviado na época da criação da UPA referido anteriormente. Entretanto, os outros dois fins que ela previa, estímulo à cultura desinteressada e à pesquisa (“a” e “c”), não estiveram ausentes de suas preocupações. Através da correspondência da Faculdade verifica-se que Álvaro Magalhães buscava informações junto a outras universidades correspondendo-se inclusive com Lourenço Filho, funcionário do Conselho Nacional do Ensino Superior e expoente do grupo escolanovista – defensor do ensino leigo no Brasil – para buscar experiências e modelos no sentido de atender a esses “nobres fins” propostos pela legislação (CE/1946, 04 out). Contudo, a falta de verbas, o estatuto jurídico precário da Faculdade – que não podia constituir Congregação, Conselho Técnico Administrativo (CTA), nem se fazer representar em instâncias decisórias da universidade, como o Conselho Universitário, em função do estatuto provisório da contratação de seus docentes –, aliados à falta de clareza e iniciativas das políticas públicas em torno do projeto universitário em implantação, atuaram no sentido de reforçar unilateralmente a formação de professores para o ensino secundário como finalidade da Faculdade de Filosofia e de seu curso de história e geografia.

Dessa forma, foi justamente o caráter profissionalizante e não a capacidade de conferir coesão às unidades universitárias que marcou o período inicial da Faculdade de Filosofia da URGS, ao contrário do que supostamente pretendia o projeto universitário da década de 1930. Entretanto, o caso do Rio Grande do Sul neste quesito não parece muito diferente de outros no Brasil. A Faculdade Nacional de Filosofia também não se pautou por uma atuação na pesquisa em História e outras áreas das ciências humanas durante este período. O depoimento de uma de suas docentes nesse período, Maria Yedda Linhares, é exemplar do que também acontecia no Rio Grande do Sul: a pesquisa era um empreendimento privado do docente, nem sempre estimulado pelo ambiente universitário de então (FERREIRA 2007, p. 156-57). Mesmo na recém-criada Universidade de São Paulo (USP), os depoimentos dos primeiros docentes da Faculdade de Ciências e Letras lamentavam a baixa procura de seus cursos (MICELI 1989, p. 79). Ao contrário do que desejavam os gestores da USP, os autodidatas não se sentiam atraídos pela busca de uma cultura que supunham deter e da qual não necessitavam para ganhar o pão.



No que diz respeito à finalidade do desenvolvimento da pesquisa algumas iniciativas eram desenvolvidas sobretudo em áreas que não as das ciências humanas, a despeito da precariedade material da faculdade. O Laboratório de Genética, ligado ao curso de história natural, chegou a contar com assistentes de dedicação exclusiva que trabalharam em conjunto com a USP e a Columbia University dispendo de bolsas de estudos e suplementação de verba por parte da universidade (CE/1950, 23 mar., 13 set., 11 nov., 17 nov., 25 nov.). No campo das ciências humanas, a filosofia é que teve maior destaque neste período chegando, em 1953, a constituir o Instituto de Filosofia que promoveu conferências de convidados e publicações, mais do que pesquisas originais, nesta área (MOREIRA; HESSEL 1967, p. 23).

No que tange ao campo da História é importante investigar as relações estabelecidas entre o curso da URGS e o IHGRS, instituição prestigiada por reconhecimento e verbas do governo estadual<sup>4</sup>. Conforme afirmado acima as pesquisas em história eram empreendimentos raros e privados. Somente Dante de Laytano, catedrático interino de história do Brasil, era membro do IHGRS e conhecido como pesquisador. Suas iniciativas nesta atividade não passavam pelo ambiente da Faculdade de Filosofia e seu nome sequer era mencionado com destaque na correspondência recebida e expedida da instituição universitária. Quando se tratava de promover cursos de extensão, como o de folclore regional, solicitado por um grupo de professoras do Instituto de Educação, área em que Laytano atuava, seu nome sequer fora lembrado pelo diretor da Faculdade (RODRIGUES 2002, p. 166 *et seq.*). A situação seguiu sem alterações até pelo menos 1955, quando foi iniciada a série de cinco cursos de extensão bastante festejada pela bibliografia memorialística como uma das principais promoções da Faculdade de Filosofia neste período, os *Fundamentos da Cultura Rio-grandense* (MOREIRA; HESSEL 1967, p. 27-28). Embora a série de cursos não se restringisse à área da história, várias conferências de historiadores integraram o seu programa. Quase todos os conferencistas nesta área eram "externos" ao curso de história, pertenciam aos quadros do IHGRS e Dante de Laytano novamente não esteve entre eles.<sup>5</sup> Esta situação sugere que quem detinha o *monopólio da legitimidade* da pesquisa histórica naquele período, para usar os termos propostos por Pierre Bourdieu (1994), era o IHGRS.

Sendo assim, mesmo quando se tratava de um empreendimento promovido no meio universitário, o reconhecimento da autoridade científica recaía sobre o IHGRS. As relações entre as duas instituições, o nascente e ainda não afirmado curso de história da Faculdade de Filosofia da URGS e o mais antigo e prestigiado Instituto Histórico, estavam longe de ser conflituosas ou competitivas. Cada um desempenhava claramente a sua função nesse campo da história em vias de especialização e ausência de profissionalização: ao primeiro cabia a formação de

<sup>4</sup> O IHGRS contava desde a década de 1930 com subvenções para suas publicações; também obteve auxílio governamental com a doação de um terreno para a construção de sua sede.

<sup>5</sup> É importante ressaltar que Laytano não desfrutava de grande prestígio no interior do IHGRS. Outros historiadores como Othelo Rosa e, mais tarde, Moyses Vellinho e Guilhermino César (professor do curso de Letras da Faculdade de Filosofia da URGS) dominavam as principais posições e ditavam os rumos do Instituto.

professores e ao segundo cabia a consagração dos pesquisadores autodidatas e a escrita autorizada da história regional. Este quadro não se alteraria de forma significativa até a década de 1970.

### **O curso de história entre a consolidação e a extinção da Faculdade de Filosofia da UFRGS (1956 a 1973)**

A fase de implantação da Faculdade de Filosofia foi caracterizada pela precariedade administrativa, material e de prestígio dessa instituição no interior da universidade, a que estava sujeito também o curso de história. Essa situação sofreu alterações somente com o processo de federalização da universidade que teve início no final dos anos 1940, foi instituído pelo decreto-lei 1254 de 1950 e atingiu seus principais desdobramentos no ano de 1952. Nesta nova etapa, a Faculdade de Filosofia seria dotada de uma sede (1953) e teria catedráticos efetivos (a partir de 1956), possibilitando-se então a organização da Congregação e do CTA, que propiciariam a participação mais equitativa da Faculdade nas instâncias de poder da universidade (DINIZ DA SILVA; SOARES 1992, p. 100-123). A efetivação dos catedráticos não se deu por concurso público, ao contrário do que previa a legislação federal. Após várias negociações que tramitaram entre a reitoria, o governo estadual e o Ministério da Educação desde o ano de 1951, reconheceu-se o direito daqueles professores nomeados antes do ano de 1946 (em que foi normatizada a forma de ingresso dos catedráticos por seleção de provas e títulos) a ocuparem em caráter efetivo as suas cátedras. A partir desta definição iniciou-se a expansão do corpo docente conforme as novas regras que vigiam na universidade em virtude da mudança de sua jurisdição para a legislação federal. Foram contratados auxiliares de ensino e assistentes e realizados concursos para professores adjuntos, todos sob o controle estrito dos docentes recentemente efetivados, conforme a forte hierarquização do sistema de cátedras que só teria fim com a reforma de 1968 (FÁVERO 2010, p. 95-106).

A composição do corpo de docentes catedráticos em 1956 seguia, dessa forma, muito semelhante à de 1943. Entretanto, os novos contratados nas posições inferiores da hierarquia universitária já dispunham todos de título universitário em geografia e história, com ampla maioria de egressos da própria URGS/UFRGS. Outra importante mudança a ser registrada é a crescente presença feminina no corpo docente que se iniciou com Stela Ribeiro Maya, na cadeira de história contemporânea, e Helga Landgraff Piccolo, na de história do Brasil, sendo que a primeira, inclusive, chegaria à chefia do departamento de história no início dos anos 1970, ainda em um corpo docente com maioria do sexo masculino.

Mas a renovação decisiva em termos de gênero e formação aconteceria como consequência da reforma universitária e da abertura de vagas que ela ocasionou. Em 04 de maio de 1971 o Conselho Departamental da UFRGS tomava conhecimento de que o reitor autorizara a contratação de diversos auxiliares de ensino para os departamentos da Faculdade de Filosofia, que entrava em processo de extinção por conta da nova legislação. Iniciava-se aí a contratação de diversos professores que renovariam o corpo docente da UFRGS, que em 1973 contaria a presença de professores historiadores que juntamente com Helga Piccolo

seriam fundamentais na implantação do programa de pós-graduação da UFRGS e na atuação em programas de outras universidades gaúchas, como Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), após sua aposentadoria. Podem ser citados alguns dos nomes que se tornaram mais conhecidos, como os de Sandra Jatahy Pesavento, Susana Bleil de Sousa, Silvia Regina Ferraz Petersen, Arno Kern, Loiva Felix, Heloísa Reichel, Ieda Gutfreind<sup>6</sup>, exemplos que mostram o quanto se reverteu o caráter masculino da cátedra nesse período (ROIZ 2012, p. 37-38). Outros nomes aumentariam esta lista nos anos seguintes, observando-se o mesmo padrão que constitui o que podemos provisoriamente denominar de "geração universitária": maioria feminina, graduada e pós-graduada em história, sociologia ou política, e futuramente atuante em programas de pós-graduação em história ou nas áreas afins, tanto na própria UFRGS, quanto na UNISINOS e PUCRS.

Entretanto, bem antes que a UFRGS organizasse o seu programa de pós-graduação em História (1983), outras iniciativas devem ser ressaltadas como parte do impulso à pesquisa histórica nesta universidade. Na mesma ata do ano de 1971 em que se verificava o início da renovação do corpo docente, registrou-se o encaminhamento, por parte do ex-catedrático Dante de Laytano, do projeto do Centro de Estudos Históricos do Rio Grande do Sul que, após aprovado, seria denominado Gabinete de Pesquisas Históricas do Rio Grande do Sul (GPHRGS). Inaugurado em 1973, o Gabinete congregou os jovens professores sob a coordenação de Laytano no primeiro empreendimento voltado especificamente para a pesquisa histórica no interior da UFRGS. Dele fizeram parte como "membros natos" os professores das disciplinas de história do Brasil e do Rio Grande do Sul: Sandra Pesavento, Maria Luíza Martini, Silvia Petersen, Helga Piccolo e o próprio Dante de Laytano, na posição de coordenador (BOLETIM 1973, p. 2).

Além do Gabinete, merece registro a criação do Centro de Estudos Latino-Americanos, em 1961, e o Centro de Estudos Sociais, em 1962, voltado para pesquisas sociológicas. Este último promoveu em 1963 o I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros (MOREIRA; HESSEL 1967, p. 31) que Helga Piccolo apontaria como responsável pela sua iniciação na pesquisa dentro da universidade (PICCOLO 1994). Além disso, como resultado direto da reforma universitária, foi implantado em 1972 o Mestrado em sociologia e ciência política que seria lugar de formação pós-graduada de alguns historiadores e professores do curso de história da UFRGS. Outros o fizeram na PUCRS, que organizara o primeiro mestrado em história do Rio Grande do Sul, também no ano de 1972. Este ainda foi o ano em que defendeu tese na USP a professora Helga Piccolo, a primeira doutora atuando no corpo docente do curso de história da UFRGS (BOLETIM 1973, p. 6). Estas informações sugerem que a pesquisa histórica produzida na Universidade Federal vinculava-se desde seus primeiros movimentos às técnicas, métodos e temáticas próximas das ciências sociais em função da sua proximidade com os programas de pós-graduação tanto de sociologia e política da UFRGS, quanto de história da USP.

<sup>6</sup> Ver listagem de docentes do departamento de história: *Revista do IFCH*, n. 1, ano 1, 1973.

## Os currículos dos cursos de geografia e história de 1936 a 1973

O primeiro currículo de geografia e história não chegou a ser implementado. Ele foi projetado em 1936, dois anos após a criação da UPA, quando ainda se pensava a universidade conforme a Reforma Campos (1931). Elaborado por Othelo Rosa, membro do IHGRS e secretário de estado responsável pelos assuntos educacionais no Rio Grande do Sul, o currículo foi aprovado pelo Conselho Universitário da UPA (REGNER 1993, p. 42):

### 1ª série

Geografia Geral  
Geografia Econômica  
História da Civilização (antiga e medieval)  
Psicologia Geral e Experimental

### 2ª série

Antropogeografia, especialmente do Brasil  
História Moderna e Contemporânea  
História e Proto-história da América, especialmente do Brasil  
História da Filosofia

### 3ª série

Geografia Econômica do Brasil  
História do Rio Grande do Sul  
Filosofia da História  
Sociologia  
Metodologia da História e da Geografia

Esse currículo teve de ser esquecido, pois a Faculdade de Educação, Ciências e Letras acabou não sendo implantada antes das modificações impostas pela legislação nacional de 1939. O outro currículo do curso de geografia e história instituído em 1943, como tudo o que dizia respeito à Faculdade de Filosofia, era prescrito pelo já referido decreto-lei que criara a Faculdade Nacional de Filosofia da UB e a instituíra como modelo para as suas congêneres no país em 1939. O curso durava três anos e contava com uma formação que separava os conteúdos de geografia e história dos da formação didática. Segundo o regimento interno da Faculdade e o decreto federal no qual se baseara, o curso de geografia e história deveria ter, no mínimo, o seguinte currículo e seriação:<sup>7</sup>

131

### Primeira Série

Geografia Física  
Geografia Humana  
Antropologia  
História da Antiguidade e da Idade Média

### Segunda Série

Geografia Física  
Geografia Humana  
História Moderna  
História do Brasil  
Etnografia

<sup>7</sup> Esse currículo e o texto do decreto estão em: REGIMENTO 1942; GUIA 1943; MOREIRA; HESSEL 1967, p. 103-104.

**Terceira Série**

Geografia do Brasil  
História Contemporânea  
História do Brasil  
História da América  
Etnografia do Brasil

Sobre esta nova versão, portanto, duas observações podem ser feitas: não foram previstas as disciplinas dedicadas à “filosofia da história” nem à “metodologia de história e geografia”, importantes para o desenvolvimento de pesquisa na área, tanto quanto a “história do Rio Grande do Sul”. A lei federal, apesar de representar uma tendência à padronização do ensino em nível nacional, não proibia o acréscimo de disciplinas, mas estipulava um currículo mínimo a ser seguido. Sendo assim, reiteramos a interpretação de que para além das opções ideológicas da geração católica, no sentido de reforçar a formação de professores, devemos lembrar que as condições materiais precárias para a instalação dos novos cursos da Faculdade de Filosofia acabavam por restringir a instituição ao cumprimento do mínimo previsto pela legislação (RODRIGUES 2002). Quanto ao aspecto mais explicitamente profissionalizante do currículo, o núcleo das disciplinas didáticas e pedagógicas, o programa era cumprido em um ano, ainda conforme o mesmo decreto que organizava a Faculdade Nacional de Filosofia:

132

Didática Geral  
Didática Especial  
Psicologia Educacional  
Administração Escolar  
Fundamentos Biológicos da Educação  
Fundamentos Sociológicos da Educação

É necessário ressaltar que em um primeiro momento a Faculdade de Filosofia no Rio Grande do Sul parece não ter surgido prioritariamente para preencher uma necessidade ou demanda de um mercado de profissões, como sugere Miceli (1979) para o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O que se verifica na análise conjunta das leis que regulamentam o Ensino Superior no Brasil e de sua aplicação no Rio Grande do Sul, especialmente no caso da UPA, é a ação intervencionista do governo federal. Este criou e regulamentou as Faculdades de Filosofia e concomitante a elas uma legislação que obrigava os professores secundários a nelas ingressar. Intensificando essa pressão legal, o governo estadual criou também condições forçosas de ingresso na Faculdade de Filosofia para aqueles professores secundários que já se encontravam em atividade na rede escolar pública e privada do Rio Grande do Sul. Assim, o primeiro Guia da Faculdade de Filosofia da UPA (caderno de informações destinado aos vestibulandos) apresenta um “estímulo” extra aos professores do ensino secundário para ingresso em seus cursos:

Consta ainda do decreto estadual, que regulamentou o funcionamento da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, que: *Os professores contratados dos estabelecimentos oficiais, ou fiscalizados*

*do Estado, de ensino secundário, são obrigados à matrícula nos cursos respectivamente da Faculdade ou Instituto congênere, sob pena de terem rescindidos seus contratos (GUIA 1943, p. 10, grifo no original).<sup>8</sup>*

Tendo em vista o ingresso compulsório dos professores secundários nos cursos da Faculdade de Filosofia, é difícil afirmar que elas tenham desempenhado o papel de atender a uma demanda de um mercado de empregos em expansão. Parece que, pelo contrário, elas vieram a contribuir no sentido de normatizar esse mercado.

A organização do currículo não seria alterada até 1955 quando o curso de geografia e história foi desmembrado em dois cursos separados, conforme previa o Decreto-lei 2594 de 08/09/55. Desde então podemos verificar que a estrutura do curso de história assumiu a seguinte configuração (GUIA 1957, p. 16):

**1ª série**

Introdução aos Estudos Históricos  
Arqueologia e Pré-história  
Antropologia  
História Antiga e Medieval  
Geografia Humana

**2ª série**

História Moderna  
História do Brasil  
História da América  
Etnografia

**3ª série**

História Contemporânea  
História do Brasil  
História da América  
Etnografia do Brasil e Noções de Língua Tupi

133

O estado lacunar da documentação da Faculdade de Filosofia e do curso de história não permite que seja elaborada uma série completa das transformações curriculares no período delimitado neste artigo, principalmente entre os anos de 1955 e 1968. Entretanto, pelos dados que dispomos até o momento, esta estrutura curricular proposta em 1955 permaneceria com poucas alterações até a reforma universitária de 1968. Temos notícia de alguns aumentos de carga horária nesse interstício, que indicam a maior importância que foi sendo dada às disciplinas de História Antiga, História da América, Moderna e Medieval, em 1969, com destaque para as duas primeiras, que duplicaram. Além disso, em um currículo mimeografado do ano de 1968 verificamos a inclusão de uma "Filosofia da História", ministrada por um professor do departamento de história (já prevista no currículo não praticado de 1936). Entretanto, nada parecido com uma metodologia da história a indicar a preocupação com a pesquisa. Contudo, dali a dois anos a "Filosofia da História" seria substituída pela "Teoria da História", com seis créditos, inserida então no currículo para

<sup>8</sup> Essa prescrição legal enfrentou o protesto dos administradores e docentes da FLECL junto ao Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, que tornou-o sem efeito pois limitava a "liberdade de escolha" dos professores contratados pelos estabelecimentos oficiais ou oficializados - como era o caso dos colégios Anchieta, Nossa Senhora do Rosário, Sevigné e Bom Conselho (JOÃO; CLEMENTE 1995, p. 51).

não mais sair, sugerindo-se uma preocupação mais clara com a pesquisa. Registra-se ainda que as etnografias perderam a complementação "Noções de Língua Tupi".

Há um processo administrativo datado de 1971 que, ao que tudo indica, apresenta a nova configuração do curso implementada após a reforma universitária que na UFRGS consolidou-se em 1970 com a criação do IFCH. Nele se verificam algumas diferenças na carga horária e denominação de algumas disciplinas:

Introdução à história I - 6 créditos  
Introdução à história II - 6 créditos  
Pré-história I - 4 créditos  
Pré-história II - 4 créditos  
História da Antiguidade I - 8 créditos  
História da Antiguidade II - 8 créditos  
Antropologia I - 4 créditos  
Antropologia II - 4 créditos  
História da Idade Média - 8 créditos  
História da Idade Média - 8 créditos  
História do Rio Grande do Sul I - 6 créditos  
História do Rio Grande do Sul II - 6 créditos  
Etnografia I - 4 créditos  
Etnografia II - 4 créditos  
História da América I - 5 créditos  
História da América II - 5 créditos  
História da América III - 6 créditos  
História da América IV - 6 créditos  
História Moderna I - 7 créditos  
História Moderna II - 7 créditos  
História do Brasil I - 6 créditos  
História do Brasil II - 6 créditos  
História do Brasil III - 7 créditos  
História do Brasil IV - 7 créditos  
História Contemporânea I - 8 créditos  
História Contemporânea II - 8 créditos  
Teoria da História I - 4 créditos  
Teoria da História II - 4 créditos

134

O que mais se destaca nessa listagem é o grande aumento da carga horária das disciplinas de "História da América" e "História do Brasil", áreas ainda fortes na atual constituição do curso de graduação em história da UFRGS, que não parece aqui se diferenciar de outros cursos brasileiros. Além disso, merecem ser destacadas a inclusão das histórias do Rio Grande do Sul I e II e o aumento da carga horária das disciplinas de "Teoria da História". As primeiras foram fruto de uma longa campanha empreendida pelo professor Dante de Laytano, desde seus tempos de catedrático de História do Brasil (BOLETIM 1973, contracapa). Através de depoimentos (PICCOLO 2001) sabe-se que informalmente o catedrático já se incumbia de ensinar a história do Rio Grande do Sul, dividindo a carga horária da cadeira de "História do Brasil" com sua assistente Helga Piccolo que se incumbia dos conteúdos usuais desta disciplina. A inclusão das "Teorias" I e II e o aumento da carga horária das "Introduções à História" I e II, mesmo que por conta de alguma prescrição legal, não pode deixar de ser destacada, pois se relaciona com pesquisas de jovens professores como Silvia Petersen (1983), cuja tese de doutorado dedicou-se especificamente aos problemas do ensino das disciplinas teóricas nas universidades brasileiras.

Uma mudança fundamental, contudo, verifica-se nas listagens de currículo e carga horária que remanesceram desde 1968 até 1973: não se obtém através deles nenhuma informação mais precisa a respeito da formação pedagógica. A forte preocupação da reforma universitária com o estímulo à pesquisa acabou por eclipsar no curso de história a sua tradicional vinculação com a formação de professores. A segmentação entre a formação oferecida pelas disciplinas do departamento de história e a formação didática e pedagógica só fez aumentar desde então, especialmente pelo fato de que estas continuaram a ser ministradas pela Faculdade de Educação (FACED), e pelo aumento da distância física entre o IFCH (Campus do Vale) e o Campus Central, onde permaneceu a FACED.

### Considerações finais

As discussões em torno da reforma de 1968, que modificou vários aspectos da vida universitária principalmente nas faculdades de filosofia, são anteriores à lei de diretrizes de bases da educação de 1961 (FÁVERO 2006) e se intensificaram após a sua promulgação. Na UFRGS, em 1963, foi lido perante a Congregação o "Esboço de um plano orientador para a Faculdade de Filosofia da URS". Nele o diretor dessa unidade universitária procurava refletir sobre a necessidade de sua reformulação. Voltava à tona a questão da cultura desinteressada quando, na discussão dos fins da Faculdade de Filosofia, ele reestabelece a antiga contraposição entre os estudos básicos, que ficariam a cargo desta faculdade, e os profissionais, característicos de outras escolas da universidade: "Isto não significa que a Faculdade de Filosofia só se deva preocupar com a cultura desinteressada, senão que ela não visa uma única e limitada profissão" (ESBOÇO 1963, p. 2). Buscava-se assim, novamente, encontrar a fonte do almejado "espírito universitário". A nova Faculdade de Filosofia deveria proporcionar uma "educação liberal", a partir da combinação de uma formação básica, de caráter generalizante, com a profissional e a pós-graduada (especializada) (ESBOÇO 1963, p. 9). Na perspectiva do autor da reforma proposta, o ideal seria a departamentalização de toda a universidade e a extinção das grandes escolas profissionais, possibilidade que ele avaliava com ceticismo: "o objetivo que nos podemos propor, com realismo, é a departamentalização das Faculdades, procurando, ao mesmo tempo, integrar os departamentos afins em Institutos Centrais" (ESBOÇO 1963, p. 10).

Passados mais de quarenta anos da reforma de 1968 é lícito perguntar se o seu efeito não passou novamente longe daqueles esperados desde os anos 1930. Se pensarmos com Pierre Bourdieu (1994) que no campo científico só existe desinteresse interessado, teríamos produzido mais do que a estruturação de um campo de produção do conhecimento histórico obedecendo a hierarquias próprias, conforme temáticas e disputas políticas específicas, que se busca autonomizar frente às injunções políticas e demandas da memória social? Mas isso é pouco? É possível? Desejável? Até que ponto? Talvez a maneira mais apropriada de finalizar uma reflexão sobre os lugares a partir dos quais produzimos maciçamente o conhecimento histórico na atualidade (as universidades) não possa deixar de ser o questionamento em aberto para que nos lembremos da condição social e histórica que simultaneamente nos limita e possibilita pensar o passado.



### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COMISSÃO 50 ANOS (org.). **50 anos Filosofia e Ciências Humanas: 1943-1993**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- DINIZ DA SILVA, Pery Pinto; SOARES, Mozart Pereira. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 – 1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- FAVERO, Maria de Lourdes A. A Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- FAVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 139-161.
- 136 FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2012, p. 611-636.
- FUNDAMENTOS da cultura rio-grandense. 1ª a 5ª série. 5 vols. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URS, 1954-1962.
- GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (org.). **UFRGS, Identidade e Memórias, 1934 - 1994**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Vol. 1. Porto Alegre: EDIPCURS, 1995.
- LIEDCKE FILHO, E.; NEVES, Clarissa E. B. Experiências regionais de institucionalização do ensino e da pesquisa em sociologia: a experiência da UFRGS. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, 8, 1997, Brasília, mimeo.
- MOREIRA, Earle Diniz Macharty; HESSEL, Lothar Francisco. **Faculdade de Filosofia: 25 anos de atividade**. Porto Alegre: UFRGS, 1967.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política gauchada dos anos 30 aos 60. In: GONZAGA, S.; DACANAL, José Hildebrando. **RS: economia e política**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 358-402.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 72-110.
- NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da província**: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Problemas de la enseñanza de las disciplinas teórico-instrumentales en los cursos de formación profesional en historia en universidades brasileñas**. Tese dout. Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Facultad de Filosofia y Letras, Mexico, 1983.
- PICCOLO, Helga I. L. Lembranças (d)e vivências. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (org.). **UFRGS, identidade e memórias, 1934 - 1994**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 31-35.
- PICCOLO, Helga I. L. Historiografia gaúcha. **Anos 90**, Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n.º 3, maio de 1995, p. 43 -60.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.º 122, 1982, p. 177-187.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). São Paulo: Appris, 2012.
- RODRIGUES, Mara C. M. **A institucionalização da formação superior em história no Rio Grande do Sul**: o curso de geografia e história da UPA/URGS (1943-1950). Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: FINEP, 1979.
- TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. **Revista do IFCH - UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 1982. Ano X, p. 39-53.

### *Legislação*

- BRASIL. Decreto-lei n. 19851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.
- BRASIL. Decreto-lei n. 19852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 1190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Legislação Federal do Ensino Superior**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 9092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. **Coleção das Leis**. (1946, vol. I). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. Lei n. 2594, de 8 de setembro de 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de geografia e história nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <http://wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=LEI&secao=NJUILE.../nphbrs.ex> Acesso em 27 de março de 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 547, de 6 de junho de 1942. Dá nova denominação à Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade de Porto Alegre e estabelece outras providências. **Jornal do Estado**, 6 jun. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 548, de 6 de junho de 1942. Regulamenta o funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre. **Jornal do Estado**, 6 jun. 1942.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 451, de 22 de novembro de 1943. Dispõe sobre o provimento e remuneração dos cargos dos professores da Faculdade de Filosofia. **Diário Oficial do Estado do R. G. S.**, 23 nov. 1943.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 1500, de 7 de julho de 1947. Dá organização à Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, cria o quadro do pessoal docente e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do R.G.S.**, 7 jul. 1947.

#### *Depoimentos e entrevistas*

CARRION, Francisco Machado. Depoimento. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 677-690.

LAYTANO, Dante. Depoimento. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 597-599.

MAGALHÃES, Álvaro. Depoimento. In: **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 589-592.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraff. Entrevista concedida à autora em agosto de 2001.

*Documentação dos acervos do Museu Universitário da UFRGS, do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS e do Conselho Universitário*

ANUÁRIO UFRGS. Porto Alegre, 1955.

- BOLETIM do Gabinete de Pesquisa Histórica do Rio Grande do Sul, n. 1,.
- ESBOÇO de um plano orientador para a Faculdade de Filosofia da URGS. Lido na Congregação da Faculdade de Filosofia em 1963, mimeografado.
- GUIA da Faculdade de Filosofia. Porto Alegre: Universidade de Porto Alegre, 1943.
- GUIA da Faculdade de Filosofia. Porto Alegre: URGS, 1957.
- LIVRO de posse do Conselho Técnico-Administrativo - 1956/70.
- LIVRO de Pareceres da Comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário, 1940.
- LIVROS de ofícios e correspondências expedidas (CE) pela Faculdade de Filosofia da UPA/URGS de 1946 até 1950.
- LIVROS de correspondências recebidas (CR) pela Faculdade de Filosofia da UPA/URGS de 1946 até 1950.
- LIVRO de Atas das Sessões da Congregação da Faculdade de Filosofia 1956 a 1959.
- LIVRO do Processo de verificação para efeito de autorização federal, 1942. Cursos de Matemática, Física, Química, História Natural.
- LIVRO do Processo de verificação para efeito de autorização federal, 1943. Cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Pedagogia, Didática.
- LIVROS dos Relatórios da Faculdade de Filosofia em 3 volumes, referentes aos anos de 1942, 1943 e 1944.
- LIVROS dos Relatórios da Faculdade de Filosofia de 1945, 1946 e 1949.
- LIVRO de correspondência recebida (CRR) pela Reitoria da UPA, de 1935 a 1938.
- REGIMENTO interno da Faculdade de Filosofia da UPA 1942.
- REVISTA do IFCH, n. 1, ano 1, Porto Alegre: UFRGS, 1973.

# Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues

Boldness and redemption: José Honório Rodrigues' Institute of Historical Research

---

**Andre de Lemos Freixo**

andredelemos@gmail.com

Pós-Doutorando

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

22453-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Resumo

Este artigo analisa um "futuro pretérito": o Instituto de Pesquisa Histórica (IPH), idealizado por José Honório Rodrigues entre meados da década de 1940 e inícios de 1950. Trata-se de um horizonte não concretizado. Em meio às tensões que marcaram o processo de constituição de uma historiografia profissionalizada no país, o IPH visava inaugurar uma nova fase da história no Brasil. Esse lugar social e institucional centralizaria quase todas as etapas da produção de conhecimento histórico, concorrendo, inclusive, com as Faculdades de Filosofia no que toca à pesquisa e formação de historiadores. Avalio aqui sua proposta bem como o que estaria em jogo para seu idealizador no momento em que formulou seu projeto.

140

## Palavras-chave

José Honório Rodrigues; Tempo histórico; Historiografia brasileira.

## Abstract

This paper analyzes a "future past": the Institute of Historical Research (IPH), designed by José Honório Rodrigues between the mid-1940s and early 1950s. The Institute is an unaccomplished horizon. Amid the tensions that marked the making of a professionalized historiography, the IPH aimed at becoming the landmark of a decisive turnaround to inaugurate a new phase in the Brazilian History. This social and institutional place would centralize almost every step in the making of historical knowledge in Brazil, to the point of competing with the schools of philosophy in terms of research and in the training of historians. I evaluate here its proposal and what was at stake for its idealizer when he formulated the project.

## Keywords

José Honório Rodrigues; Historical time; Brazilian historiography.

---

Recebido em: 19/10/2012

Aprovado em: 27/2/2013

[...] O grande historiador constrói o mundo espiritual que começa nele de maneira indissolúvel. A vida, de cuja compreensão ele se apropriou, torna-se imediatamente uma força presente e formadora de futuro.  
Eduard Spranger<sup>1</sup>

As décadas de 1940 e 1950 configuram um período pouco estudado da trajetória de José Honório Rodrigues (1913-1987). Trata-se de um intelectual que atravessou e participou vivamente de boa parte dos debates historiográficos no Brasil entre 1936 e 1986, aproximadamente, quando um derrame cerebral reduziu muito suas atividades, levando-o a vários problemas de saúde que culminaram no seu falecimento, em abril de 1987 (RODRIGUES; MELLO 1994, p. 25). Assim, não é nada fácil “contextualizar” sua obra.<sup>2</sup> Pois foram muitos os contextos que atravessou e, sem dúvida, com os quais dialogou ao longo de sua produção intelectual. É importante notar que os horizontes e projetos de Rodrigues mudaram com os anos e isso se reflete nos seus textos,<sup>3</sup> mesmo aqueles que mantiveram os mesmo títulos.<sup>4</sup>

Ao longo de sua trajetória intelectual o próprio José Honório operou cuidadosa reconfiguração do sentido de seus projetos, especialmente aqueles que não concretizaram o que ele planejara. Pode-se perceber isso, em especial nas edições de *Teoria da história do Brasil* (1957; 1969; 1978), *A Pesquisa histórica no Brasil* (1969; 1978; 1981) e *História da história do Brasil* (1978; 1988). Ana Luiza Marques observa que estes textos buscavam criticar a longa (e até então vitoriosa, pensava o autor) tradição “conservadora” do pensamento histórico brasileiro, enquanto conhecimento social e científico, oferecendo um conjunto de referenciais teórico-metodológicos que contribuiriam para a revisão destas interpretações acerca da história do Brasil. Ao lado de suas novas publicações e estudos, os prefácios, apêndices e posfácios às novas impressões de textos como aqueles, José Honório mantinha-se engajado nos debates acerca da escrita histórica no Brasil e atualizava suas críticas e projetos, cujo alvo seria esta “tradição conservadora” no pensamento histórico do país (MARQUES 2000, p. 77).

Como Glezer avaliou, para José Honório Rodrigues era fundamental que os historiadores conseguissem superar o maior problema da historiografia brasileira e realizassem a integração entre a historiografia e a história (GLEZER 1976, I, p. 76). Como apresento a seguir, trata-se de uma constante nos textos de Rodrigues desde meados da década de 1940. Essa constante residia no fato de que ele sempre procurou manter seus diálogos com os intelectuais contemporâneos assim como com a juventude historiadora, especialmente nas Faculdades de Filosofia. Renovar a formação dos historiadores, também nesse sentido, poderia ajudar na superação dos entraves e obstáculos. Esses diálogos frutificaram. Posteriormente, a partir das turbulentas décadas de 1960 e 1970,

<sup>1</sup> Citado por José Honório Rodrigues (RODRIGUES 1953, p. 138).

<sup>2</sup> O esforço mais sistemático nesse sentido é a tese de doutorado de Raquel Glezer (GLEZER 1976, I, p. 62-67).

<sup>3</sup> Opto aqui pela terminologia “textos”, pois analiso escritos de natureza diversa, produzidos por Rodrigues entre 1944 e 1952. Trata-se de artigos para jornais, resenhas, correspondência e, claro, suas publicações, tanto no Brasil quanto no exterior, em formato de livros. Sobre isso, ver: DARNTON 2005, p. 21-27.

<sup>4</sup> Sobre isso, ver: FREIXO 2011, p. 144-146.

jovens historiadores se apropriaram de suas ideias combatentes para pensar sobre história e historiografia em tempos sombrios – em recepções marcadas por suas próprias idiosincrasias e historicidade. Manoel Salgado Guimarães apresentou que essa geração de historiadores da história do Brasil – entre os quais destacou e analisou os textos de Carlos Guilherme Mota, José Roberto Amaral Lapa e Nilo Odália –, desempenhou importante papel na definição de um lugar para Rodrigues na história da historiografia brasileira.<sup>5</sup> Além disso, podem-se estabelecer relações entre essa recepção e a paulatina configuração de (e embates por) “memórias” para a história e a historiografia brasileira. Assim como a cristalização do nome de Rodrigues como “pioneiro” e referência central nesse sentido, o que atravessa as leituras de outras gerações de historiadores no país (GUIMARÃES 2005, p. 32-35).

As análises de Guimarães, Gontijo e Marques fornecem valiosos elementos para que se problematizem as paulatinas transformações dos textos de Rodrigues, inicialmente destinados à ação na sociedade, com intenções, projetos e horizontes específicos, em uma coerente “obra historiográfica” (GONTIJO 2011, p. 288) que teve nele próprio, ao longo dos anos, um de seus principais responsáveis. Rebeca Gontijo assevera que os próprios esforços de Rodrigues na configuração de uma tradição, mescla entre memória e história da disciplina, podem ser lidos também como estratégias de constituição identitária. Em sua avaliação, a obra historiográfica de José Honório visava estabelecer seu próprio lugar na memória, ou “panteão” (GUIMARÃES 2005, p. 38), da disciplina no país (GONTIJO 2011, p. 287).

142

Em diálogo com estes estudos, meus esforços aqui estão em devolver aos textos de Rodrigues seus projetos quanto ao futuro – em seus horizontes primordiais. Analiso a seguir as propostas de José Honório Rodrigues para a fundação do Instituto de Pesquisa Histórica no Brasil entre 1945 e 1952. Para isso, divido o presente artigo em duas partes e um encerramento. Na primeira parte, apresento os horizontes iniciais de suas críticas aos estudos históricos no Brasil e como ele as articulava a um programa científico de matrizes alemãs, sintetizado em *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica* (1949). Isto é, o que o levou a se dedicar à história da história do Brasil pertencia ao conjunto de reflexões acerca da história no Brasil, um esforço para redimensionar não apenas sua importância como saber acadêmico, mas também sua necessidade para a orientação da vida e das ações dos homens (historiadores, inclusive) no seu presente. E, na segunda parte, relaciono a proposta do IPH, publicada em *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais* (1952), a aquele programa científico, destacando seu papel central na compreensão de Rodrigues para os rumos (históricos) da história no país.

Como já antecipei, numa obra de tamanho vulto, indago acerca de alguns sentidos que esmaeceram ao longo do tempo. Por isso procurei as edições originais de Rodrigues. Identifiquei, de fato, que se tratava de textos

<sup>5</sup> A tese de Glezer pode também ser pensada como indício significativo desta redefinição dos sentidos da obra do autor diante de uma nova recepção pelos estudantes universitários de história (GLEZER 1976, I, p. 90-91).

relativamente esquecidos em detrimento das reedições, profundamente alteradas e aumentadas pelo autor ao longo de sua vida. Inclusive, é possível perceber nesses textos originais as perspectivas de um autor já bastante engajado,<sup>6</sup> o que nem sempre foi lido como traço dos mais louváveis do autor (IGLÉSIAS 1988, p. 56). Isto é, José Honório não escondia suas posturas críticas nem as expectativas quanto às transformações que ele sugeria como necessárias para renovar a historiografia brasileira. Assim, um dos objetivos deste artigo é articular “com-textos” de Rodrigues, como meio de compreender seus horizontes e projetos nos debates historiográficos nos quais ele procurava se inscrever entre 1945 e 1952,<sup>7</sup> reforçando a questão da mudança, bem como perceber *como* ele combatia em prol de suas convicções e pretensões.<sup>8</sup>

Defendo que seu Instituto representava mais do que um sonho ou mera ousadia. Tratava-se do ponto mais alto de suas expectativas à época acerca do desenvolvimento da história da história do Brasil. Deste modo, é crucial compreender como Rodrigues compreendia essa história e, mais ainda, perceber como esse entendimento configurava uma das matrizes centrais do seu projeto para o IPH, consistindo em críticas engajadas aos debates acerca da necessidade de transformação e renovação dos estudos históricos brasileiros.

Outro ponto fundamental de minha análise reside no fato de que Rodrigues inscrevia sua expectativa crítica, seu engajamento de ação e renovação, na esteira de uma tradição. Torna-se, pois, central compreender o que tradição significava para ele. Bem como avaliar o papel central deste conceito nas suas argumentações em defesa da necessidade do seu projeto para o Brasil. Seus esforços para alinhar presente, passado e futuro dos estudos históricos brasileiros inscrevem-se em uma trama que tinha por finalidade oferecer um meio seguro de orientação no tempo.<sup>9</sup> Ou seja, Rodrigues buscava a constituição de um sentido, para seus leitores, sobre a experiência do tempo. Sua tradição era o modo como ele articulava essa experiência em termos da pesquisa e escrita histórica no Brasil.

143

<sup>6</sup> Para Rüsen, na esteira de Karl-Ernst Jeismann, “engajamento” significa vida prática (*praxis*), “realização da própria existência na luta social pelo reconhecimento, na adoção e na defesa das próprias convicções, na efetivação das pretensões subjetivas de validade, no exercício do poder ou na inserção nele, na participação nos processos culturais que determinam o próprio eu, a relação aos demais, [...], em tudo, enfim, a que se refere o termo ‘práxis’” (RÜSEN 2007, p. 102).

<sup>7</sup> Glezer investigou a coerência interna dos conceitos articulados na obra de Rodrigues. Entre 1936 e 1957, aproximadamente, ela afirma que os trabalhos teóricos, metodológicos e historiográficos de José Honório seriam mais informativos do que analíticos. As características principais das obras informativas, ou de “nível descritivo”, como analisou, “são o alheamento da figura do autor, a não participação na apresentação do estudo, o afastamento como indivíduo do processo explicativo, praticamente deixando as informações históricas falarem por si mesmas” (GLEZER 1976, I, p. 67).

<sup>8</sup> A obra de Rodrigues ainda carece de um trabalho que compreenda criticamente as transformações, entre continuidades e rupturas, do pensamento do autor. Tal investimento terá de problematizar a construção da identidade entre escrita (autor), impressos (diferentes edições de livros) e leituras acerca dos textos de Rodrigues. Procurei, aqui, ater-me aos textos e intenções do autor nas décadas de 1940 e 1950. Analisar as diferentes edições implicaria, também, em uma história dos livros de José Honório, dos impressos sob sua assinatura. Creio ser igualmente fundamental historicizar as muitas apropriações realizadas por agentes em tempos e lugares distintos, atendendo a objetivos e finalidades diferentes.

<sup>9</sup> Artigo aqui as reflexões de R. Koselleck, P. Ricoeur e Jörn Rüsen. Trata-se de pensar a configuração do tempo histórico moderno, a partir das narrativas historiográficas, como meio de fornecer uma orientação prática da vida humana. Ver: KOSELLECK 2006, p. 305-327; RÜSEN 2001, p. 76-93; 149-174; 2007, p. 95-120; RICŒUR 2007, p. 309-320; 2010b, p. 353 *et seq.*



## A emergência do novo

Em 1939, José Honório Rodrigues ingressou no Instituto Nacional do Livro (INL), onde trabalhou como assistente de Sérgio Buarque de Holanda, na Seção de Publicações.<sup>10</sup> Rodrigues também escrevia para diversos periódicos articulando críticas ao “estado atual” dos trabalhos históricos publicados no país à época. Apesar da pouca idade, suas críticas estabeleciam e reiteravam vínculos com a postura de um conjunto de intelectuais que se fortalecia no período. Além de Buarque de Holanda e Augusto Meyer, o grupo contava, entre idas e vindas, com Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Sousa, Willian Berrien, Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Junior, Alice Canabrava, entre outros. Eles representavam as vozes da especialização e um “novo espírito historiográfico”, exatamente por assumirem “o passado como algo dotado de complexidade, no qual buscavam penetrar, procurando relacioná-lo com o presente” (GONTIJO; FRANZINI 2009, p. 148).

Em um encontro com W. Berrien no Rio de Janeiro, em 1943, José Honório recebeu um convite para estudar nos Estados Unidos da América (EUA). As viagens para os EUA eram constantes entre os intelectuais do círculo intelectual que idealizou o *Handbook of brazilian studies* (MORAES; BERRIEN 1949, p. 10).<sup>11</sup> José Honório viajou em 1943, na condição de técnico do INL, para o refinamento de saberes ligados à seleção e preparo de documentos raros para edições críticas e bibliografias especializadas. O Instituto visava preparar seus técnicos para o trabalho de lançamento de documentos inéditos e a elaboração de instrumentos de referência e consulta para pesquisadores da história do Brasil. Rodrigues aproveitou a oportunidade para cursar também a disciplina de Introdução aos estudos históricos, ministrada por Charles C. Cole e outros professores na Universidade de Columbia (RODRIGUES 1945a, p. 16).

Em 1944, Rodrigues retornou ao país entregando a Meyer seu relatório de pesquisas. No relatório, a imensidão dos acervos visitados e sua organização sistemática tiveram sabor “agridoce” para Rodrigues. Por um lado, o fato de estarem prontas para atender às necessidades mais eruditas ou pragmáticas de consulta ao seu conhecimento acumulado sobre diversas culturas do mundo inteiro, inclusive a brasileira, era inspirador. Mas, por outro lado, o jovem historiador convenceu-se de que os problemas dos arquivos e bibliotecas brasileiros seriam ainda muito piores do que ele imaginara. Alegava que no que se referia aos estudos históricos, o Brasil estava “atrasado” em relação aos EUA em pelo menos cinquenta ou sessenta anos (RODRIGUES 1945a, p. 16). Assim, não era

<sup>10</sup> Sua entrada se deve a dois fatores: 1º) a desistência de José Antônio Gonçalves de Mello Neto – originalmente contratado para o cargo; e 2º) reconhecimento de seu esforço como pesquisador dos “holandeses no Brasil”, em especial no período de Maurício de Nassau. Esses fatores estavam ligados ao fato de Gilberto Freyre ter intervido junto a Augusto Meyer, o Diretor do INL (MELLO NETO 1951, p. 6).

<sup>11</sup> Originalmente em preparo desde 1939, o *Handbook* foi cercado de problemas e atrasos, em parte devido à Segunda Guerra Mundial, mas também por conta dos autores convidados, em especial os da seção história (RODRIGUES 2004, p. 143-150). Seus organizadores optaram, pois, por publicá-lo em partes, inicialmente em inglês e em capítulos, pelo *Handbook of Latin American studies* (Harvard University Press). Apenas em 1949 foi publicado em português e no Brasil, sob o título *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, pela Gráfica Editora Sousa (MORAES; BERRIEN 1949, p. 16-18).

possível ter confiança em documentos editados sem crítica de texto nem em livros raros publicados fora das regras da edição crítica. História sem documentos autênticos e sem edição crítica de fontes primárias não pode merecer confiança nem respeito, nem se pode dar um desenvolvimento aos estudos históricos no Brasil sem a introdução dos modernos processos adotados nos países mais adiantados. O mesmo se pode dizer da necessidade inadiável e urgente da cadeira de introdução à história, até hoje inexistente no currículo das universidades brasileiras (RODRIGUES 1945a, p. 20).

A partir de então, José Honório asseverou críticas como essas em seus artigos, mormente, publicados em *O Jornal*. Dois deles chamam a atenção, pois avaliavam o estado dos estudos históricos no Brasil, não apenas as publicações, mas seus autores também. Intitulam-se "A historiografia brasileira em 1945" e "A historiografia brasileira em 1946". A parte essencial desses textos se resume ao "exame da metodologia seguida pelos seus autores" (RODRIGUES 1946, p. 1). Em ambos, Rodrigues separava os autores que representariam o novo espírito crítico brasileiro daqueles que seriam os reflexos do atraso que estagnaria a pesquisa histórica no país. Sua conclusão não era nada otimista. Apesar dos "bons exemplos" que ele identificou em trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Tarquínio de Sousa e Padre Serafim Leite (não obstante algumas ressalvas), suas críticas estabeleciam que os estudos históricos no Brasil não poderiam ficar dependentes única e exclusivamente das interpretações 'livres', que ele avaliou ser a maioria dos casos nas publicações históricas no ano de 1945.<sup>12</sup>

Assim, Rodrigues marcava uma separação entre a "verdadeira" e a "falsa" historiografias a partir de critérios técnicos e epistemológicos. A "verdadeira historiografia reúne em uma só pessoa as duas figuras que coexistem [separadamente] apenas em historiografias ainda em fase de crescimento". Isto é, o valor da historiografia moderna, inclusive a qualidade e seu grau de amadurecimento, residia entre autores que personificassem o pesquisador sério do passado e o intérprete responsável no presente, uma vez que "todo autêntico historiador deve se submeter às duas fases do processo" (RODRIGUES 1946, p. 1).

O artigo de 1947 examinava publicações do ano imediatamente anterior sendo muito mais extenso, pois publicado ao longo de três edições dominicais do suplemento literário de *O Jornal*. Afiançava ali que o quadro retratado acerca do ano anterior apenas teria piorado (RODRIGUES 1947, p. 1). Rodrigues desejava separar, por assim dizer, o joio do trigo, oferecendo, inclusive, os necessários

145

<sup>12</sup> Rodrigues caracterizava como "livres" todas as histórias escritas por pessoas que não realizaram cuidadosa reflexão (teórica) acerca do papel social e da importância cultural da história naquele contexto sociopolítico. Denunciava também os textos que não se balizavam sobre exaustiva pesquisa de documentos inéditos. Cabe lembrar que, à época, a escrita da história não era limitada por fronteiras acadêmicas ou disciplinares. Mesmo aqueles que José Honório reconhecia como contribuições valiosas não possuíam qualquer formação em história, o que sequer existia no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, quando eles iniciaram sua vida intelectual. Sobre isso, ver: GOMES 1996, p. 75. Inclusive, grande parte das críticas de Rodrigues, a partir de então, se apoiarão sobre essa questão da necessidade de uma formação superior para os historiadores no Brasil. Razão pela qual ele defendeu que a especialização deveria partir da Universidade brasileira, mas apenas como meio de consolidar e assegurar o estatuto científico da história.

“reparos” sobre os estudos históricos. Entre as medidas que julgava urgentes e que poderiam “libertar e fecundar” a história no Brasil

nada seria superior à inauguração de um curso de Metodologia da História e de Historiografia, que preparasse o futuro historiador no manejo dos fatos achados em documentos novos. O conhecimento dos métodos da natureza da evidência histórica e das ciências auxiliares poderia contribuir decisivamente para o amadurecimento da historiografia brasileira. A publicação integral de documentos inéditos, o conhecimento da evolução da pesquisa, dos seus métodos, da historiografia e o melhor contato com os trabalhos dos grandes clássicos, nossos ou estrangeiros, possibilitariam o preparo de novos historiadores e evitariam o autodidatismo, de tão perniciosos efeitos (RODRIGUES 1946b, p. 7).

Outra sugestão era a fundação de um serviço de coordenação de pesquisas históricas, “nos moldes do *Institute of Historical Research* inglês, dirigido por um dos mais notáveis historiadores mundiais, A. Pollard” (RODRIGUES 1946b, p. 7), com o fito de que se poupasse trabalho dobrado em levantamentos e análises de documentos iguais, mas encontrados por diferentes pesquisadores. Satisfeitas essas exigências, afirmava finalmente, “prepararíamos a reviravolta da historiografia brasileira” (RODRIGUES 1946b, p. 7). No entanto, sua argumentação de um atraso historiográfico se agravava ainda mais com a leitura que apresentava da “Universidade brasileira” que, para ele, não forneceria a rigorosa formação científica de que o país necessitava. Nesse sentido, Rodrigues iniciou o preparo de *Teoria da história do Brasil* (1949).<sup>13</sup>

146

O plano no qual o texto foi organizado o dividiu em dezoito capítulos, que podem ser separados em dois blocos: 1º do primeiro ao oitavo capítulo, Rodrigues estabelece diversas reflexões de caráter teórico geral sobre a história: o desenvolvimento da ideia de história e seu estatuto científico (tal como então acontecia nos EUA e na Alemanha), o problema das causas em história, a periodização, os diversos tipos de histórias, além de um capítulo sobre a “certeza histórica”; e 2º do nono ao décimo sétimo, expõe todo o seu entendimento acerca da metodologia da história, fontes e documentos, disciplinas auxiliares e as críticas exigidas ao trabalho do historiador. O último capítulo, o décimo oitavo, “A compreensão e síntese históricas”, é o encerramento da obra. Voltarei a ele mais à frente.

A compreensão de Rodrigues acerca do que era necessário desenvolver para superar o atraso historiográfico no país pautava-se sobre três traços fundamentais que definiriam o historiador “de fato”, isto é, o especialista, o intérprete responsável da história: a reflexão teórica; novas metodologias sobre novas fontes; e a compreensão histórica. A tomada de consciência acerca da história da história do Brasil, seus estágios precedentes e seu atual momento

<sup>13</sup> Rodrigues indicou os seguintes trabalhos como referências para sua *Teoria: Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, de Ernst Bernheim (1908); *Zur Theorie und Methodik der Geschichte*, de Eduard Meyer (1910); *Introducción al estudio de la historia*, de Wilhelm Bauer (tradução espanhola de 1944); *Introduction aux études historiques* de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos; *Metodologia e crítica históricas*, de Zacarias Garcia Villada (1921); *Introduction to research in american History*, de Homer C. Hockett (1931); e *The writing of History*, de Frederick M. Flinn (1926); entre outros (RODRIGUES 1949, p. 12-13).

e problemas, tornava-se, pois, central. É possível, portanto, identificar ali mais do que mero catálogo de autores e obras. Rodrigues visou fornecer em *Teoria* (1949) um impulso decisivo para mobilizar a renovação da história no Brasil. Assim, para além da síntese entre reflexão teórica, lições metodológicas e compreensão, cabe verificar também o fio condutor de sua narrativa, a partir do qual construiu o sentido orientador para seus leitores.

Precisamente sobre esse ponto, no segundo capítulo de *Teoria*, "A palavra história: desenvolvimento da ideia de história", Rodrigues se apropriou das quatro categorias que Ernst Bernheim utilizava para representar as etapas gerais do desenvolvimento da "ideia" de história no tempo: a história narrativa (as crônicas); a história pragmática (*magistra vitæ*); história genética (ou "científica"); e a história reflexiva (RODRIGUES 1949, p. 24-25). Isso é importante porque José Honório fez uso dessas categorias em sua própria compreensão da evolução da história no caso brasileiro.<sup>14</sup> Cada fase representava a superação dialética das etapas anteriores.

Em *Teoria* (1949), Rodrigues ilustrou basicamente as fases científicas dessa evolução, transpondo-as ao cenário pátrio para sugerir que sua etapa mais avançada, a reflexiva, já estava praticamente encaminhada no país. Faltava apenas um investimento mais sistemático de coordenação coletiva desses esforços, até então reduzida às contribuições de poucos indivíduos como Varnhagen, no caso da historiografia oitocentista, e Capistrano de Abreu, na Primeira República. Seu manual procurou sistematizar um instrumento didático para os aprendizes da tarefa de ensino, pesquisa e escrita histórica. Porém, simultaneamente, também configurava uma narrativa que organizava o tempo no qual a emergência desta "nova" etapa se tornaria não apenas possível, mas urgente e necessária.

A partir do capítulo seis, "A periodização na história do Brasil", pode-se perceber como Rodrigues costurou sua trama. O capítulo apresentava que a periodização, a distinção das épocas históricas, era, por definição, e seguindo Ernst Troeltsch, a tarefa mais complexa e evoluída, pois de ordem "filosófica", no ofício historiador. No caso brasileiro, assevera, essa preocupação surgiu entre os quadros do IHGB: nosso "principal estimulador dos estudos históricos" (RODRIGUES 1949, p. 66). Porém, alertava Rodrigues, nenhum dos seus primeiros sócios teria conseguido resolver a questão. Os esforços de Abreu e Lima, Von Martius, Varnhagen, entre outros, apesar de suas inegáveis contribuições, não lograram sucesso em fixar uma periodização satisfatória para a história do Brasil. Para José Honório, nesse quesito, apenas Capistrano de Abreu foi bem sucedido.

147

<sup>14</sup> Sua interpretação sobre as duas primeiras "fases" da evolução historiográfica (história narrativa e pragmática) brasileira somente vieram a público em 1957 e 1963, respectivamente, a partir dos dois volumes de *Historiografia del Brasil*, publicados originalmente apenas no México. No primeiro, expôs as matrizes de sua "historiografia brasileira" a partir dos cronistas seiscentistas. No segundo, além de alguns cronistas, destacou os textos de eclesiásticos como Padre Antônio Vieira, para quem "a história tem uma finalidade pragmática: toda história é mestra da vida" (RODRIGUES 1963, p. 204). Em 1978, Rodrigues reuniu e atualizou os dois volumes (ainda inéditos no Brasil), publicando-os juntos em um único livro. Acrescentou também novas referências que, cronologicamente, se estendem até o século XVIII. Trata-se do primeiro volume de sua *História da história do Brasil*, dedicado ao que definia como "historiografia colonial". Sobre esse texto, ver: MARQUES 2000, p. 40 et seq.

Por sua “agudeza e capacidade crítica”, avaliava. Mas também porque Capistrano foi quem melhor sentiu “a necessidade espiritual de buscar” – sem descuidar dos métodos críticos da pesquisa histórica –, “as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas, singulares”, e segundo “motivos econômico-sociológicos” atuais (RODRIGUES 1949, p. 72). Varnhagen, por sua vez,

[...] soube escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, revelar uma multidão de fatos. Compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam, generalizar as ações e formular-lhes a teoria, não conseguiu nem conseguiu-lo-ia. Foi essa incapacidade teórica de Varnhagen que o impossibilitou de realizar, na obra mais completa da historiografia brasileira, uma bem planejada e bem arquitetada divisão de períodos. Varnhagen obedeceu quase que exclusivamente a cronologia, a que todos obedecem, mas sem periodizar (RODRIGUES 1949, p. 72).

148

Rodrigues tratava da questão da periodização da história do Brasil como problema de natureza teórica, marcando-a como algo que estaria além das capacidades dos metódicos pesquisadores oitocentistas. Sintetizava, no mesmo investimento, as contribuições que davam movimento à sua história da história, isto é, que organizavam um sentido no tempo, como exemplificado no caso “Capistrano-Varnhagen”. Com isso, construiu sua própria compreensão para o amadurecimento historiográfico nacional cujo sentido apontava na direção da teoria. A figuração de seus “mestres” acompanha as transformações da consciência nesse sentido. Rumo ao novo espírito teórico que seu Capistrano de Abreu ilustrava como o que de mais alto se produziu na historiografia brasileira até (e desde) então: “iniciador e pioneiro, mestre e guia”, o fundador de uma nova etapa, que a ciência da história jamais atingira nos oitocentos. Graças a sua intuição “filosófica” (RODRIGUES 1949, p. 78), sua consciência mais evoluída da história, Capistrano tornava-se, pois, o historiador reflexivo por excelência. Crítico de seus predecessores, porque consciente de seu lugar e contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da compreensão da história do Brasil.

Cabe lembrar que *Teoria*, publicado em 1949, buscava posicionar-se nos debates acerca da importância (ou não) da história para o mundo contemporâneo. Os problemas enfrentados pelo mundo após dois conflitos mundiais colocavam a história em posição difícil frente às ciências como a Sociologia, a Economia e a Antropologia, por exemplo. As histórias nacionais fizeram do passado fonte de “munição ideológica” quase inesgotável para as duas Guerras Mundiais que o mundo ainda tentava se recuperar. Rodrigues, contudo, defendeu ser imperiosa a necessidade de enveredar pelas diferentes reflexões da teoria da história como meio de elaborar novas questões que justificavam a importância da história, ao lado de outras, também como ciência ancorada no presente.<sup>15</sup> E não bastavam mais (ou não

<sup>15</sup> Em maio de 1945, Rodrigues travou um breve debate com seu amigo Evaristo de Moraes Filho, em suas colunas quinzenais no suplemento literário e cultural d’*O Jornal*. Evaristo publicou o artigo “O Brasil e o perigo do historicismo”, em 20 de maio, no qual defendeu a Sociologia como a ciência que extirparia de uma vez todas as mazelas que a historiografia “historicista” rendia ao país. Para ele, os historiadores recorriam ao passado como fuga aos dilemas do presente. Rodrigues, por sua vez, exatamente uma semana depois de

apenas) os recursos da metodologia e da crítica histórica, tal como exemplificado nos representantes da fase oitocentista de sua "evolução". Novamente citando Bernheim, José Honório assevera: "espírito sem método, não prejudica menos a ciência do que método sem espírito" (RODRIGUES 1949, p. 114).

Assim, Rodrigues iniciava *Teoria* lançando um problema de natureza teórica: se a história não era mais a mestra da vida, nem biografia político-administrativa da nação, tampouco munição para regimes totalitários, qual era sua importância para o presente naquele contexto específico? Para José Honório era preciso ficar claro que, apesar dos abusos cometidos em nome da história, a historiografia científica tinha enorme relevância, qual seja: formar a consciência histórica. Essa era a dimensão compreensiva que Rodrigues atribuiu como um dos traços fundamentais da nova historiografia brasileira. Em *Teoria* isso pode ser lido imediatamente antes das seções que definem a importância e os tipos dos métodos e críticas históricas, pois tão importante quanto ambos para ele. Trata-se do oitavo capítulo, "A certeza histórica". A partir de uma analogia entre a história e o direito, Rodrigues defendeu não apenas o estatuto científico da primeira, mas sua necessidade atual como "ciência hermenêutica".<sup>16</sup> Rodrigues aqui marcou um ponto importante, pois avaliava como estereis as concepções puramente empiristas e/ou apenas voltadas à descoberta de documentos, fontes e fatos, e que desconsideravam as novas reflexões nascidas no campo histórico ou mesmo nas ciências "vizinhas" à história. Com base nesse raciocínio, a grande inovação defendida por ele residia neste que era "o ato último e decisivo", como ele escreveu, que "é sempre o da interpretação" (RODRIGUES 1949, p. 110-111). Em suma, a história,

149

como ciência hermenêutica, não limita a sua certeza à transcrição de uma informação dada por quem era tido como autoridade. Nem sequer ela se esgota na reprodução de um documento, de uma fonte. Ela exige, tal como qualquer outra ciência, a prova que justifica a certeza da afirmação. A própria palavra *prova* não é passiva; é a demonstração de uma coisa duvidosa ou controvertida por meio de argumentos legítimos. Assim, o fundamento da certeza histórica é também a prova; mas a pura exibição de um documento não significa nada, como o testemunho não é prova, mas instrumento de prova. A prova convence, o testemunho pode trazer a dúvida, que é o início de toda a sabedoria. O historiador parte das fontes, dos testemunhos, que são apenas meios de prova, cujo ofício, na Casa de Clío, é essencialmente estimulador (RODRIGUES 1949, p. 111-112).

O mesmo se apresenta no último capítulo de *Teoria*. Depois de todas as seções metodológicas, Rodrigues retoma a questão hermenêutica a partir dos autores que representavam, para ele, a nova fase da história no Brasil. Juntos

Evaristo, publicou seu artigo "História e atualidade", no qual procurava rebater as afirmações de seu colega. Afirmou que historiografia e compreensão do presente não eram duas coisas completamente diferentes. Defendeu também que o compromisso da história era com o despertar e o incentivar da consciência histórica nas sociedades contemporâneas, assim como a defesa da percepção da mudança e das transformações no tempo. Ver: MORAIS FILHO 1945, p. 1; RODRIGUES 1945b, p. 1.

<sup>16</sup> As matrizes teóricas e filosóficas de Rodrigues, citadas em *Teoria* (1949), são: DILTHEY 1944a; 1944b; HEGEL 1946; RICKERT 1937; TROELTSCH 1928; WINDELBAND 1903; HUIZINGA 1943. Além dos autores da tradição alemã, Rodrigues citava também: CROCE 1942; s.d.; GASSET 1942; 1940; COLLINGWOOD 1946; TREVELYAN 1919.

na última página de *Teoria*, Rodrigues arrematava o seu capítulo dedicado à compreensão (e a síntese) histórica com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Tarquínio de Sousa, Paulo Prado, Capistrano de Abreu e Caio Prado Junior (RODRIGUES 1949, p. 255). Por sua vez, eles também sintetizavam os principais elementos de formação que caracterizavam a “verdadeira” (nova) historiografia brasileira: 1) suas reflexões eram teoricamente consequentes – pois críticos do presente e apoiados sobre as contribuições das ciências “vizinhas” à história; 2) suas pesquisas eram exaustivas e metodologicamente regradas, balizadas sobre documentos inéditos; e 3) suas interpretações, ou sínteses historiográficas, além de muito bem escritas, forneciam meios de redefinir e redimensionar, a partir de outras bases, os rumos do processo histórico brasileiro. Como Raquel Glezer (1976), pode-se dizer que, para Rodrigues, não bastava “saber” a história do Brasil, era preciso também “fazê-la” a partir de um presente consciente de sua contemporaneidade e responsabilidades para com os rumos da mesma.

150

No último capítulo de *Teoria* pode-se ler também o “sentido libertador” que definia seu programa científico como “caminho” a seguir. Articulando as contribuições oitocentistas às mais recentes, desde Capistrano até Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, o programa de Rodrigues surge como esforço sistemático e disciplinar de normatizar a formação de historiadores a partir destas bases. Uma das maiores pretensões de José Honório em *Teoria* era, pois, torná-la “reflexo” maior (e, simultaneamente, o instrumento catalisador) da ação que lançaria a fase reflexiva da história no Brasil como regra para formação de historiadores no país. A própria ideia de “introdução”, que figura no subtítulo da obra, permite remeter a uma inclusão em uma tradição de pesquisadores eruditos e conscientes. Um texto para *historiadores*, ontem, hoje e amanhã. Ao final do texto, pode-se pensar que Rodrigues desejava que seus leitores pudessem, talvez, reconhecerem-se coletivamente como herdeiros e continuadores dessa mesma história.<sup>17</sup> Reunindo-se a José Honório, poderiam abraçar seu programa que, como ele afirmou, era “tão claro e lúcido, simples e nobre, [que] tem sido realizado pela mais moderna historiografia brasileira” (RODRIGUES 1949, p. 255) e, assim, revolucionar os rumos da história da história do Brasil frente aos novos problemas e questões econômicas, sociais e políticas das décadas de 1930 e 1940.

### **A casa (brasileira) de Clio**

Apesar de já indicado em textos anteriores como uma necessidade inadiável para o país,<sup>18</sup> o IPH foi apresentado como proposta completa apenas na primeira

<sup>17</sup> Cabe frisar que na nota de número 11 do décimo capítulo de *Teoria* (1949), Rodrigues anunciava que um estudo de maior fôlego, e de sua autoria, sobre a “Evolução da Pesquisa no Brasil” já estava em preparo (RODRIGUES 1949, p. 286).

<sup>18</sup> Entre 25 de fevereiro e 23 de maio de 1950, Rodrigues fez nova viagem. Desta vez, a convite do Conselho Britânico, foi à Inglaterra na condição de Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da BN (no cargo desde 1946), para avaliar os documentos de interesse para a história do Brasil presentes naquele país. Graças ao incentivo do Instituto do Açúcar e do Alcool, assim como do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigues pode ampliar sua viagem e visitar outras instituições de cultura, além das inglesas. Visitou arquivos e institutos italianos, portugueses, holandeses, franceses e espanhóis. Seu relatório de viagem, publicado em 1950, trouxe além do vasto inventário documental, também as primeiras linhas que figurarão na sua proposta de criação do Instituto de Pesquisa Histórica. Curiosamente, a esta altura, Rodrigues sugeriu que o IPH fosse

edição de *A pesquisa histórica no Brasil*, de 1952. Rodrigues aprofundou e direcionou suas críticas anteriores, ainda a partir do cenário dos problemas no que tocava à pesquisa especializada, a consciência histórica e às instituições de cultura no país.

A situação da pesquisa histórica brasileira continua à mercê da iniciativa e do esforço pessoal de cada estudioso, que deve por si só, sem ajuda, examinar milhares de documentos, alguns de nenhum interesse para a sua tarefa. [...] Não há historiografia amadurecida sem pesquisa [...]. Portanto, para que uma historiografia cresça e se torne adulta é indispensável e urgente facilitar a pesquisa, favorecendo o estudioso com os instrumentos, que são essencialmente os catálogos, índices e bibliografias (RODRIGUES 1952, p. 156-157).

A organização de *A pesquisa* foi cuidadosamente planejada, pois exposta no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, promovida pela Biblioteca do Congresso de Washington, entre 18 a 22 de outubro de 1950. Na seção chamada "Preliminares", o autor define "pesquisa histórica", "documento" e o caráter público que reivindicava para seu projeto.<sup>19</sup> Além desta, outras duas seções dividem esse texto. Na primeira, Rodrigues expôs um quadro geral dos investimentos de pesquisa histórica de caráter público no Brasil, a partir da fundação do IHGB. Na segunda, apresenta o detalhado projeto para o seu Instituto de Pesquisa Histórica.

Na primeira parte, intitulada "A pesquisa histórica no Brasil, sua evolução", Rodrigues, a partir de 29 pontos, enreda os investimentos de pesquisa de caráter público que, desde a fundação do IHGB, resultaram em contribuições para o avanço das pesquisas históricas, do acervo documental ou mesmo das práticas metodológicas no trato de documentos raros no Brasil.

151

A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em outros países a criação dos Institutos Históricos vem atender ao apelo de vários pesquisadores pelo trabalho de conjunto. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, peças novas que fundamentem os temas a desenvolver. Mas o gasto de tempo, dinheiro e trabalho que podiam ser economizados por uma melhor organização pública, convidam os pesquisadores a um encontro permanente que os ajude na tarefa preliminar e fundamental do trabalho histórico. Ainda assim, nem sempre os Institutos Históricos atendem a este apelo (RODRIGUES 1952, p. 25).

O momento do surgimento do IHGB, e de seus congêneres estaduais, figurou como o berço de instituições como aquela que Rodrigues almejava implantar no país. Isso porque seus estatutos fixavam, desde 1839, os seguintes objetivos: "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil" (RODRIGUES 1952, p. 25). Mas o fundamental não estava só aí. Tratava-se também de iniciativas com "fins universitários", cuja meta se inspirava nos "melhores e mais corretos princípios

inaugurado dentro da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (RODRIGUES 1950, p. 42).

<sup>19</sup> Sobre isso, ver: MARQUES 2000, p. 9-20.



que acabavam de ser lançados pela escola alemã”, quais sejam: “investigar, organizar e publicar os documentos históricos brasileiros” (RODRIGUES 1952, p. 25). O Brasil nascia, pois, para o “espírito” da crítica e da metodologia da história: o berço da ciência da história e uma experiência institucional e pública que gozava de grande atualidade para Rodrigues.

Enquanto evolução, a etapa oitocentista superava a anterior – marcada pelos trabalhos dos cronistas ou daqueles que procuravam a história como “mestra da vida” –, distinguindo-se das mesmas exatamente pelo rigor crítico com que trabalharam a partir de pesquisas sobre a documentação original produzida pelos seus predecessores. Mas era igualmente a base para a história renovar-se. Essa atualidade era fundamental. Como Gontijo bem observou, para Rodrigues “o papel do historiador é tanto livrar os homens do presente do peso do passado – por meio da consciência histórica e de uma historiografia crítica –, como conservar o ‘legado’ necessário para a construção do futuro” (GONTIJO 2010, p. 285). Trata-se da função “catártica da história” (RODRIGUES 1949, p. 22), como Rodrigues a intitulou, claramente inspirado na máxima de Goethe, de que “escrever história é um meio de desembaraçar-se do passado” (GOETHE 2003, p. 30).<sup>20</sup> José Honório pensava da mesma forma a escrita da História e a escrita da história da história. Assim,

conhecer o que já se fez e propor o que se deve fazer é o objetivo deste trabalho. Atender a este objetivo significa, no Brasil, restaurar a tradição imperial de cultivo da história, tão abandonada pela República, descuidosa do passado e de suas vozes e tão confiante nas tarefas do momento, a tal ponto que o próprio futuro nem sempre foi bem assegurado. O passado só pode ser superado quando suas razões forem ouvidas; de outro modo, ele as reclama (RODRIGUES 1952, p. 11).

152

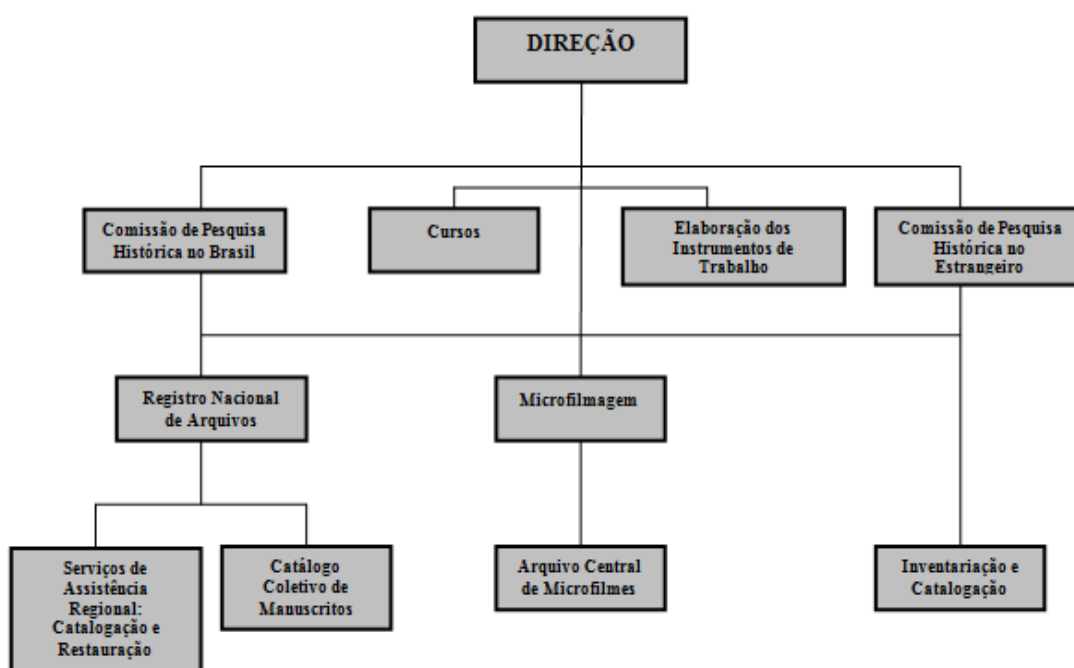
A tradição de cultura histórica clamada por José Honório em *A pesquisa* era composta, mormente, por pesquisadores históricos.<sup>21</sup> Contudo, sua evolução não seguia uma linha sucessiva de progressos. Pelo contrário, reforçava que a tradição de pesquisadores históricos esmaeceu e enfraqueceu-se, especialmente durante a República. Sua avaliação da necessidade de se fundar no país uma nova instituição, em honra a esta tradição, justificava-se em parte sobre esse argumento. Seu IPH também concorreria – se construído – com a universidade brasileira ou, pelo menos, complementaria seus préstimos de modo a honrar a tradição de cultura histórica que primava pela rigorosa pesquisa documental, mas não apenas. A nova “casa de Clio” deveria centralizar, coordenar e manter poder e autonomia de registro e controle sobre todas as dimensões que constituíam a produção de conhecimento histórico no Brasil. Desde a estrutura

<sup>20</sup> A referência de Rodrigues para o texto de Goethe, *Maximen und Reflexionen*, refere-se à edição alemã das *Obras Completas (Sämtliche Werke)* do autor, publicada pela editora J. G. Cotta’scher Verlag, em 1860 (RODRIGUES 1949, p. 259).

<sup>21</sup> Seguia, pois, deste modo: Antonio Meneses Vasconcelos de Drummond, Francisco Adolfo de Varnhagen, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva, Ramiz Galvão, Medeiros e Albuquerque, José Higinio Duarte Pereira, F. A. Pereira da Costa, Oliveira Lima, Norival de Freitas, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Rodolfo Schuller, Pedro Souto Maior, o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, o Barão de Studart, Afonso d’E. Taunay, Alberto Rangel, Alberto Lamego, Tobias Monteiro, Jerônimo Avelar Figueira de Melo, Luís Camilo de Oliveira Neto e Pedro Calmon.

básica dos arquivos e seus acervos documentais, estendendo-se até a formação teórica e metodológica de novos historiadores, assim como seus arquivistas e bibliotecários.

A organização fundamental do IPH era relativamente simples. Em termos administrativos, como se pode ver no organograma abaixo, além da Direção, ele se divide em três partes centrais: a Comissão de Pesquisa Histórica no Brasil, a Comissão de Pesquisa Histórica no Exterior e a Comissão de Formação de Pesquisadores. Estes três pilares sustentariam toda a estrutura desta casa para os novos historiadores brasileiros.



Organização do Instituto de Pesquisa Histórica (RODRIGUES 1952, p. 270).

As duas primeiras organizam e executam a mesma tarefa, apenas com focos distintos. No primeiro caso, em termos internos e, no segundo, fora do país. Rodrigues dava importância equivalente às duas. Mas à primeira cabia todo o cuidado com a preservação dos documentos e a organização dos arquivos brasileiros, o que ele sublinhava ser urgência mais grave, dado o estado da dispersão e a falta de investimentos e instituições que pudessem tratar dos documentos brasileiros (no país ou fora dele) já “em risco de desaparecimento” (RODRIGUES 1952, p. 193). A Comissão nacional ficava responsável, portanto, pela organização de um levantamento nacional de toda a documentação histórica existente no interior do país, em vilas, municípios, e distritos. Do mesmo modo, era encarregada de averiguar o estado geral dos arquivos públicos e particulares, e de investigar em que situações se encontrariam seus acervos. A segunda Comissão, de caráter internacional, coordenaria tudo o que envolvesse a pesquisa histórica fora do país, desdobrando-se num setor de inventários e catalogação dos documentos históricos a serem adquiridos para o acervo de alguma instituição brasileira.

Após esse trabalho de levantamento da documentação existente no Brasil e no exterior, Rodrigues sugeriu que o processo de cópia, através de “fotomicrofilmagem”, fosse implementado. A criação de uma Divisão de Microfilmagem, associada a um Arquivo Central de Microfilmes, também era oferecida como alternativa mais profícua para a preservação dos documentos antigos e raros – todos ameaçados de destruição. O Arquivo de Microfilmes também elaboraria seus instrumentos de trabalho, isto é, a organização de um grande Catálogo Geral de Microfilmes, no qual haveria a indicação dos documentos fotocopiados no Brasil e no exterior, já adquiridos para o país ou não.

A terceira Comissão do IPH ficava encarregada de todo o segmento de ensino superior. Rodrigues propunha fornecer ali a formação que os jovens estudiosos da história do Brasil não encontravam nos “cursos especializados”.<sup>22</sup> Tratava-se também de uma proposta institucional relacionada diretamente com o programa científico de Rodrigues para a História no e do Brasil. Isso se apresentava de modo particularmente claro na questão da formação de historiadores especializados, que estava entre as principais tarefas do IPH. Esse preparo se daria através de seminários e cursos de extensão, ministrados no próprio Instituto. Assim como ele presenciou na Europa e nos EUA, em instituições que lhe serviram de inspiração para o IPH (RODRIGUES 1950, p. 30-41; 1952, p. 183-192), esses cursos visavam à formação histórica dos jovens licenciados em história. Formá-los não apenas como pesquisadores modernos, mas como herdeiros e sucessores dos grandes intérpretes da história do Brasil.<sup>23</sup>

154

O programa de curso para essa formação seguiu o exposto em *Teoria da história do Brasil* (1949).<sup>24</sup> Rodrigues teve o cuidado de enfatizar que a formação de novos pesquisadores não era apenas uma exigência do IPH. Esse tipo de formação também era o que faltava à capacitação de novos especialistas para todas as instituições de natureza patrimonial e cultural no país. Por isso, o que estava em questão ali era articulado como uma defesa da tradição de cultura histórica. O IPH de José Honório visava centralizar num mesmo lugar todos os diferentes aspectos da produção de conhecimento histórico no país. Quais sejam: 1. reunir os meios para a pesquisa histórica; 2. a formação teórica

<sup>22</sup> O projeto do IPH também previa organizar um Registro Nacional de Arquivos, responsável pelo mais exaustivo e completo levantamento de conteúdos dos acervos documentais em arquivos do Brasil, fossem eles particulares ou públicos. Rodrigues assevera que esse Registro precisava ter poderes legais de intervenção sobre todos os documentos brasileiros: para localizá-los, registrá-los e catalogá-los (RODRIGUES 1952, p. 203). O inquérito e o registro eram, portanto, meios de “codificar a informação e incorporá-la definitivamente ao patrimônio da nação” (RODRIGUES 1952, p. 202-203). Esse procedimento deveria ser feito em todas as partes do país, fossem arquivos federais, regionais, municipais ou particulares. Campanhas locais e nacionais deveriam acionar os meios de comunicação, como a imprensa local, por exemplo, a convocação de seus concidadãos à cata dos documentos de valor histórico ou mesmo dos papéis aparentemente insignificantes, sendo instruídos sobre a importância da sua conservação (RODRIGUES 1952, p. 205-206).

<sup>23</sup> O temário destes seminários apresentava: Metodologia da história; A pesquisa na história do Brasil; Historiografia brasileira; Disciplinas auxiliares da história; Iconografia; Cartografia; Paleografia e diplomática; Crítica histórica; Crítica de textos; História e historiografia estadual, regional e local; História e historiografia diplomática do Brasil; História e historiografia econômica do Brasil; História e historiografia Militar do Brasil; História e historiografia Social do Brasil; História e historiografia da Arte no Brasil; História e historiografia da Educação no Brasil; História e historiografia ciência no Brasil; História e historiografia da Imprensa no Brasil; História e historiografia intelectual no Brasil; Biografia (técnica, métodos e pesquisa); entre outras (RODRIGUES 1952, p. 235-236).

<sup>24</sup> Ver especificamente os capítulos 11 e 12, “Disciplinas auxiliares da história” e “Disciplinas auxiliares da história (II)” (RODRIGUES 1949, p. 142-181).

e metodológica de pesquisadores e historiadores; 3. a assistência regional aos arquivos públicos e privados e às seções de manuscritos, obras raras e/ou publicações das bibliotecas brasileiras.<sup>25</sup>

Assim, como Marques observou, o Instituto representava o “início de uma renovação historiográfica” (MARQUES 2000, p. 22). Aqui é importante atentar que, apesar de se voltar para o passado, Rodrigues inscreveu suas críticas no presente, porém com vistas ao início de algo que ainda não havia se concretizado. Isto é, avaliava que o estado atual de descaso com as pesquisas históricas, arquivos e bibliotecas públicas, era sintoma de uma crise muito maior, e que poderia ter consequências bastante nocivas para sociedade brasileira – na qual era ainda recente o fim do Estado Novo. A crise dizia respeito ao declínio da consciência histórica na sociedade brasileira. Às posturas, por vezes movidas por interesses políticos, de tornar a história crítica algo dispensável, e o passado apenas um manancial para cultos nostálgicos. Rodrigues defendeu a arquitetura de uma casa na qual se salvariam não só documentos, mas se preservaria a própria cultura histórica e, com ela, os horizontes da historiografia (crítica) brasileira.<sup>26</sup>

O projeto de Rodrigues se posicionava como crítica frontal ao descaso que ele identificava em instituições como arquivos e bibliotecas públicas, assim como as Faculdades de Filosofia (RODRIGUES 1952, p. 191-192). José Honório dizia ser necessário investir em cursos intensivos e seminários voltados aos recém-formados nas faculdades, decididos a “dedicar-se à pesquisa das fontes históricas relativas ao Brasil” (RODRIGUES 1952, p. 228). Além disso, acrescentava, “a Universidade não vem formando pesquisadores e historiadores, mas simplesmente professores de História para o ensino secundário” (RODRIGUES 1952, p. 229). Se as Faculdades de Filosofia continuavam seu papel de “Escola Normal Superior”, prosseguia ele, precisava-se encontrar uma “solução fora dos seus quadros”. Esta solução seria o seu Instituto de Pesquisa Histórica. Haveria ali a possibilidade de, ao lado das reflexões teóricas, incentivar e desenvolver pesquisas modernas, sobre fontes inéditas e fomentar a escrita consciente e responsável do passado brasileiro.

155

## Encerramento

O IPH de Rodrigues, apesar de não ter se concretizado, permite descortinar uma perspectiva em que história e tradição não figuram como “inimigas”.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> “Um Instituto de Pesquisa Histórica, tendo como programa a pesquisa erudita, a salvação do precioso legado documentário da pátria ou relativo à pátria e a elaboração dos instrumentos científicos do trabalho histórico, há de contribuir para a construção da nossa própria história, pois o conhecimento de nossas próprias origens é uma condição essencial da arte política e do progresso social, [...]. Há de contribuir, também, para a formação da consciência da nossa tradição, [...]” (RODRIGUES 1952, p. 181-182).

<sup>26</sup> Ou seja, “[...] a criação do Instituto de Pesquisa Histórica se apoiaria na melhor tradição brasileira, pois, no Império, d. Pedro II patrocinou várias pesquisas para a colheita dos documentos espalhados pelas províncias e para a colheita e cópia dos papéis existentes nos arquivos estrangeiros. Os exames feitos nos arquivos provinciais por Varnhagen, Gonçalves Dias, Machado de Oliveira, Pereira da Costa e outros revelaram o descuido, desmazelo e incúria com que se tratavam os papéis históricos naqueles depósitos. [...] o governo Imperial, [...], procurava obter, por intermédio de seus delegados nas províncias, originais ou cópias autênticas dos documentos importantes que existissem tanto nos arquivos das municipalidades como em quaisquer outras repartições ou estabelecimentos, [...]. A iniciativa de tanto interesse foi inteiramente abandonada pela República” (RODRIGUES 1952, p. 175-176).

<sup>27</sup> As críticas à separação entre história e tradição podem ser integralmente redimensionadas a partir das contribuições da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer (2004). No plano da teoria da história, ver: RÜSEN 2012.

Com base no que foi apresentado, pois pode-se abordar o pensamento de José Honório Rodrigues por outras bases,<sup>28</sup> permite perceber também que há um investimento estético e retórico nos seus textos (RÜSEN 2007, p. 29).

Estético, pois implica uma intenção claramente delineada, manifesta em termos de um efeito irônico que o autor almejava produzir sobre seus leitores, fruto do seu desejo de intervenção na sociedade da qual compartilhava não apenas como autor, mas um agente de transformação histórica. Seus textos visavam conceder ao leitor uma compreensão histórica “catártica”, ou seja, libertadora do “fardo do passado”, que servia ao impulso do presente para a ação consciente. Assim como também era retórico, pois se trata de um tipo específico de estratégia de convencimento, uma vez que determinada pelas intenções de seu autor, através da escrita de textos de história de e para historiadores. Essa intencionalidade de Rodrigues apresenta-se em sua escrita, dirige-se ao mundo do qual ele pertence e que deseja transformar; inscreve-se na vida prática, pois se relaciona como mediadora entre a experiência narrada e os horizontes perseguidos.

Para dizer como Koselleck, a história como singular coletivo (em seu formato moderno), permite que essa arquitetura seja planejada a partir de uma estrutura temporal bem organizada, na qual o presente se abre como o tempo da ação entre o passado e o futuro. O tempo histórico que Rodrigues organizava fazia de seu presente o instante para preparar a ação renovadora. Tempo no qual se engastava o desenvolvimento das pesquisas que contribuíram para a emergência da historiografia como um campo de especialistas responsáveis no Brasil. Historiografia que, para José Honório, significava algo muito específico. Era um horizonte para a escrita da história no Brasil, mais do que o somatório dos seus trabalhos e trabalhadores. Seu projeto para o IPH estava afinado à compreensão de que o historiador precisava triunfar sobre a tradição sob a pena de fracassar por causa dela. Assim, o que difere essa perspectiva de qualquer investimento simplesmente memorialístico, conservador ou de usos exemplares do passado, como na *historia magistra vitæ*, por exemplo, pode ser lido a seguir:

156

[...] não há nenhum passado ao qual se devesse querer voltar: há só um eterno novo que se forma dos elementos ampliados do passado e o desejo autêntico deve ser sempre produtivo, criar um novo melhor. [...] Não se pode querer nunca voltar ao passado, a certo passado que se idealizou por mero romantismo. Há, sim, valores tradicionais que podem e devem ser mantidos, mas sempre ao lado de uma tendência renovadora. Todo aquele que participa da criação do presente e do futuro sente dentro de si duas almas que se contrapõem e se interpenetram: vontade de conservar e vontade de subverter (RODRIGUES 1949, p. 22).

Rodrigues, contudo, não ignorava a contingência histórica, sabia que seus textos eram passíveis de aceitação ou rejeição argumentativa, pois abertos à crítica.<sup>29</sup> Mas, independentemente disso, essa organização não poderia jamais

<sup>28</sup> Guimarães (2005, p. 38) e Gontijo (2010, p. 282) destacam a dimensão teleológica da história da história de Rodrigues.

<sup>29</sup> Talvez pelo fato de não ter logrado sucesso com seu Instituto, assim como a tradição reivindicada por ele, Rodrigues posteriormente pode reconhecer que seu trabalho teve por fito apontar caminhos, sugerir alternativas. Como um “líder”, sem dúvida, mas como ele mesmo recordava: “Tudo isso, entretanto, não

estar fora dos horizontes de um intérprete, que, para José Honório, tinha de ser sempre um “verdadeiro” historiador.

O fio condutor de sua compreensão pode ser identificado em *Teoria da história do Brasil* e em *A pesquisa histórica no Brasil*, especialmente na sua configuração (narrativa) de um tempo histórico.<sup>30</sup> A trama na qual passado, presente e futuro se articulam nos textos de José Honório é a instância que configura o tempo especificamente histórico no qual o “novo” pode emergir como horizonte. Sua trama apresenta e configura o relacionamento dos eventos que constituem essa orientação no tempo, a partir de um eixo central. A reviravolta que pretendia implantar era parte de sua compreensão histórica. Rodrigues incorporava-se na história ali apresentada que, por sua vez, era entendida por ele como o resultado desse mesmo processo.

Por outro lado, José Honório não escondeu suas expectativas. Sua própria concepção de tradição,<sup>31</sup> define que a dimensão hermenêutica (a tarefa compreensiva da história) estava inscrita no próprio esforço crítico de interpretação histórica. O recurso ao conceito de tradição era fundamental, pois ele inscrevia-se como parte de um discurso histórico que visava superar uma crise da consciência histórica no Brasil, tal como ele mesmo diagnosticara. Assim, torna-se possível, também, identificar que a tradição que Rodrigues defendeu era profundamente crítica e histórica; uma tradição que se pode chamar de *reflexiva*.<sup>32</sup>

Sua tradição tinha também um horizonte de leitores no momento em que Rodrigues a organizou. Visava aos jovens estudantes das Faculdades de Filosofia do Brasil, como anunciou em *Teoria* (RODRIGUES 1949, p. 11). Suas críticas e, em grande medida, a crise da consciência histórica que ele diagnosticava no Brasil e no mundo pós-1945, identificavam na Universidade mais um sintoma do que uma possível solução.<sup>33</sup> Sua tradição orientava pela promessa de renovação neste cenário de crise, incitava seus leitores à reflexão crítica sobre o que estaria

---

nos pode levar jamais a rejeitar a ideia de liberdade e a desrespeitar a contingência histórica” (RODRIGUES 1978, p. 472). Ou seja, seguir o líder é deixar-se convencer pelo que foi dito. Este convencimento é e deveria permanecer sempre no âmbito da liberdade de escolha dos outros. Afinal, dizia ele, no limite, “o que cada um pode fazer é trabalhar com o melhor da sua habilidade para a vinha comum”. Contudo, alertava o próprio José Honório: “nenhum historiador, por mais ilustrado que seja, é uma autoridade que devemos seguir cegamente” (RODRIGUES 1978, p. 275).

<sup>30</sup> Pode-se seguir com Paul Ricœur que, em *Tempo e narrativa*, afirmou: “o tempo se torna tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa” (RICŒUR 2010a, p. 9).

<sup>31</sup> Décadas depois, a questão da tradição, ainda segundo os moldes alemães e historicistas, permanecia como elemento fundamental defendido por Rodrigues para a libertação do peso do passado e mobilização não só dos historiadores, como também de todo o povo brasileiro, para a ação no presente. Rodrigues dizia que “[...] os historicistas não preconizam qualquer forma de restauração do passado ou de regresso ao passado. Preconizam, pelo contrário, a vinda do passado até ao presente, o desenvolvimento do que nele se continha embrionariamente e a sua complementação com os produtos do discurso humano e da dialética da história” (RODRIGUES 1988, p. 192).

<sup>32</sup> Aproprio-me aqui da tipologia proposta por Jörn Rüsen. Na tentativa de formular alternativas aos abusos que muitas vezes são cometidos em nome da “tradição”, sem com isso definir claramente de que recurso à tradição se fala, Rüsen propõe distinguir três modos (ou tipos ideais) de tradição: 1. *funcional* – afirmação incontestada de todas as condições pré-estabelecidas da vida social como se conhece. Normalmente persegue e cultiva com grande estima as origens e as longas continuidades entre passado e presente; 2. *reflexiva* – pode ser observada quando o papel da tradição em uma cultura histórica se torna um elemento para redimensionamentos e reformulações analíticas, na qual a tradição assume a forma de parte de um discurso histórico, isto é, passível de aceitação argumentativa e aberto à crítica; 3. *latente* – são tradições que repousam fundo no inconsciente cultural das sociedades, parecendo esquecidas, mas na realidade estão dormentes e configuram importantes elementos prévios na constituição das culturas humanas, mesmo quando aparentemente esquecidos pelas mesmas (RÜSEN 2012, p. 59, traduções livres. Aspas e grifos como no original).

<sup>33</sup> Sobre a dinâmica do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, ver: MICELI 1989.

ao seu alcance neste universo no qual a própria validade da história estava em questão. O que poderia ser almejado, a renovação, somente se daria a partir de uma “responsabilidade”, para falar como Johan Huizinga, histórica (HUIZINGA 1980, p. 95).<sup>34</sup>

Mas, se provocava seus leitores a pensar sobre o seu presente, naquele momento específico, sua interpretação fazia-se também histórica. Ou seja, no pensamento de José Honório nada obrigaria que, em outros tempos, outros “presentes”, sua interpretação da tradição devesse ser recolhida como ainda válida. Pois cada geração deve interpretar a história à sua maneira, diante das questões próprias do seu tempo. Assim, seus textos, mesmo os de caráter teórico e historiográfico, abriam uma brecha no discurso histórico na qual o intelectual engajado se apresentava como voz ativa na articulação entre experiências e expectativas. Rodrigues explicitava sua indignação em suas críticas, expondo os problemas que identificava nos estudos históricos no Brasil. O efeito estético (ironia) que ele visava produzir sobre seus leitores estava atado a essa condição. Sua tradição reflexiva lançava um convite e uma provocação aos leitores: contrapor-se ao descaso frente à cultura histórica, ou “pecar pela omissão”, o que só agravaria o cenário atual se nada fosse feito. Rodrigues visava conscientizar seus leitores a partir deste recurso (quase) prognóstico. Despertar neles, a partir de sua própria reflexão crítica, o desejo de também indignarem-se frente aos problemas e necessidades que atrasavam a efetiva modernização da historiografia brasileira. No limite, seu projeto para o IPH acaba assumindo moldes redentores, como a única salvação diante do quadro de descaso apresentado. Talvez essa tenha sido sua maior ousadia.

158

### Referências bibliográficas

COLLINGWOOD, Robin G. **The idea of history**. Oxford: Clarendon, 1946.

CROCE, Benedetto. **La historia como hazaña de la libertad**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1942.

\_\_\_\_\_. **Orientações: ensaios de filosofia política**. s.l.: Athena Editora, s.d.

DARNTON, Robert. Discourse and diffusion. **Contributions to the history of concepts**, n. 1, v. 1, mar. 2005, p. 21-27.

DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1944.

\_\_\_\_\_. **El mundo histórico**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1944.

FRANZINI, Fabio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel [et al.]. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-59.

<sup>34</sup> A referência indicada por Rodrigues em *Teoria* (RODRIGUES 1949, p. 282) refere-se à tradução para o espanhol de *El concepto de historia y otros ensayos*, porém a partir da primeira edição, realizada pelo Fondo de Cultura Económica do México, publicada em 1946.

- FREIXO, Andre de Lemos. **A arquitetura do novo**: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2012.
- \_\_\_\_\_. Um "arquiteto" da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- GASSET, Jose Ortega y. Historia como Sistema. Revista de **Occidente**, Madrid, 1942.
- \_\_\_\_\_. Historiologia. In: \_\_\_\_\_. **Goethe desde dentro**. Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1940.
- GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1976 (2 vol.).
- GOETHE, Johann W. von. **Máximas e reflexões**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GOMES, Angela M. de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria B. P. das. [et al.]. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 276-290.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun., 2005, p. 31-47.
- HEGEL, George W. F. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1946.
- HUIZINGA, Johan. **El concepto de la historia y otros ensayos**. México: Fondo de Cultura Economica, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Im Bann der Geschichte**: Betrachtungen und Gestaltungen. Akademische Verlagsanstalt Pantheon, Schweizerische Lizenzausgabe: Burg-verlag, 1943.
- IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988, p. 55-78.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARQUES, Ana Luiza. **José Honório Rodrigues**: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.



- MELLO NETO, José Antonio Gonçalves de. Bibliografia do Domínio Holandês. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 jun., 1951.
- MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Vértice, 1989.
- MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.
- MORAES FILHO, Evaristo de. O Brasil e o perigo do historicismo. **Revista** (suplemento literário de **O Jornal**), Rio de Janeiro, domingo, 20 de maio de 1945, p. 1-2.
- RICKERT, Heinrich. **Ciencia cultural y ciencia natural**. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1937.
- RICCEUR, Paul. **Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa III: o tempo narrado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- \_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. História e atualidade. **Revista** (suplemento literário de **O Jornal**), Rio de Janeiro, 27 mai. 1945b.
- \_\_\_\_\_. Uma viagem de pesquisas históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 134-135: 14-29, jul.-set, 1945a [1946].
- \_\_\_\_\_. A historiografia brasileira em 1945. **Revista** (suplemento literário de **O Jornal**), Rio de Janeiro, 10 mar. 1946.
- \_\_\_\_\_. A historiografia brasileira em 1946 (I, II e III). **Revista** (suplemento literário de **O Jornal**), Rio de Janeiro, 12, 19 e 25 jan. 1947.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 4 ed. Revista e Ampliada. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional, 1978 (Coleção Brasiliana, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série Grande Formato, Vol. 11).
- \_\_\_\_\_. **As fontes da história do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- \_\_\_\_\_. **A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/INL, 1952.
- \_\_\_\_\_. Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira. **R. IHGB**, v. 221, out.-dez., 1953, p. 120-138.
- \_\_\_\_\_. **Historiografia del Brasil**. Siglo XVII. Tradução Antonio Alatorre. México: Instituto Panamericano de Geografía e História (Comisión de Historia), 1963.

- \_\_\_\_\_. **História da história do Brasil**. Vol. II – Tomo I. A historiografia conservadora. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.
- RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: ABL, 2004.
- \_\_\_\_\_; MELLO, José Octávio de Arruda. **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2001.
- \_\_\_\_\_. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UNB, 2007.
- \_\_\_\_\_. Tradition: a principle of historical sense-generation and its logic and effect in historical culture. **History and Theory**, Theme Issue 51 (Dec. 2012), p. 45-59.
- TREVELYAN, George Macaulay. **The recreations of an historian**. Londres: Nelson & Sons, 1919.
- TROELTSCH, Ernst. **Der Historismus und seine problem**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1928.
- WINDELBAND, Wilhelm. **Lehrbuch der Geschichte der Philosophie**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1903.

# O ensino superior da História em Portugal (1859-1911)

History in higher education in Portugal (1859-1911)

---

## João Couvaneiro

couvaneiro@gmail.com  
Professor Adjunto com Doutoramento  
Instituto Piaget  
Rua Ramiro Ferrão, 29/10ºD  
2805-346 - Almada  
Portugal

---

## Resumo

Com a realização deste artigo procurei reunir contributos para uma reflexão em torno do processo de surgimento do ensino superior da História em Portugal. Analisei o seu desenvolvimento como área do conhecimento autonomizada, aceite como saber relevante. Visei ampliar o entendimento sobre os mecanismos que conduziram à conquista desse estatuto, sem deixar de ter presente que a disciplinarização não obedece exclusivamente a questões de caráter científico ou acadêmico. Estudei de forma particular o Curso Superior de Letras, criado por D. Pedro V em 1858 e que foi o primeiro estabelecimento português consagrado especificamente ao ensino das ciências sociais e humanas. Com a implantação da República, essa instituição haveria de converter-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, criada em 1910.

## 162 Palavras-chave

Portugal; Historiografia portuguesa; Ensino de história.

## Abstract

With this article I sought to gather contributions for a reflection on the process of the emergence of History in higher education in Portugal. I studied its development as an autonomous area of knowledge that is accepted as relevant knowing. I wanted to broaden the understanding of the mechanisms that led to this status, while bearing in mind that this process did not follow scientific or academic matters exclusively. I focused on the Higher School of Letters, created by D. Pedro V in 1858, which was the first Portuguese institution specifically devoted to the teaching of social sciences and humanities. With the establishment of the Republic, this institution became the Faculty of Letters of the University of Lisbon, founded in 1910.

## Keywords

Portugal; Portuguese historiography; History education.

---

Enviado em: 14/11/2012  
Aprovado em: 29/1/2013

Os últimos duzentos anos foram marcados pela gradual ampliação do conhecimento histórico e por sua aproximação do grande público. Até às revoluções liberais, a história era reconhecida sobretudo por fornecer quadros morais e exemplos úteis, assentes em narrativas moralizantes, à luz de uma concepção em que essa área do saber surgia como *mestra da vida*. Com o advento do liberalismo, a percepção de novas necessidades associadas à difusão das memórias nacionais e à legitimação de outras formas de soberania e distintos modelos de organização do Estado reforçaram as exigências que eram impostas à historiografia. Acresce que a laicização da sociedade e a criação de novas elites contribuíram para a multiplicação dos públicos interessados pela cultura erudita, em todas as suas manifestações, e particularmente atentos à história (MARQUES 1988, p. 31). O reconhecimento alargado da sua utilidade social, conjugado com o desenvolvimento do seu quadro epistemológico, contribuiu para que se autonomizasse como disciplina e afirmasse a sua presença em todos os níveis de ensino.

Atento à tendência descrita, Adolfo Coelho afirmou que o século XIX foi sobretudo o século da história. Tal juízo resultava da percepção de que a abordagem historicista tinha dominado todo o espectro do saber, das ciências naturais à filosofia (COELHO 1900, p. 467-468). Porém, em 1900 lamentava que em Portugal o ensino superior da disciplina se encontrasse resumido ao Curso Superior de Letras, enquanto nas *nações da Europa culta* estava já amplamente representado em faculdades e *escolas especiais*.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra de 1772 consentiu que nas faculdades de Direito e Teologia fossem lecionados conteúdos históricos que, contudo, surgiam como alicerces propedêuticos para o ensino das áreas nucleares. A autonomização do ensino superior da história em Portugal deu-se apenas com a criação do Curso Superior de Letras, numa iniciativa que revelava algum atraso face a outros países europeus. A título de exemplo, pode referir-se que na Grã-Bretanha data do primeiro quartel do século XVIII a criação de cadeiras de História Moderna nas universidades de Cambridge e Oxford. Na França, foi criada a Faculdade de Letras de Paris em 1808, na qual se instituiu uma cadeira de História Antiga e Moderna. No reino vizinho, foram criadas cátedras de História Geral de Espanha em 1821 (MATOS 1998, p. 172).

O primeiro passo efetivo com vistas à criação do Curso Superior de Letras foi dado por José Maria de Abreu, quem, em abril de 1857, apresentou um Projeto de Lei em que propunha a criação de dois Cursos Superiores de Letras, um para Lisboa e outro para Coimbra. Entre as vantagens que resultariam dessa iniciativa, o proponente destacava o fato de permitir que o magistério da história e de outras ciências humanas não ficasse confinado aos *acanhados limites* do ensino liceal (ABREU 1857, p. 25).

Foi graças ao empenho de D. Pedro V, e por meio da afetação de verbas da sua dotação pessoal, que se viabilizou a criação do Curso Superior de Letras em Lisboa. Por implementar ficou o estabelecimento congênere proposto para Coimbra. Corria o ano de 1859 quando o monarca sancionou o decreto das Cortes que fundava a instituição e estabelecia o plano de estudos. O desenho

curricular, que vigorou nas duas décadas seguintes, era composto apenas por cinco cadeiras, dispostas em dois anos: História Pátria e Universal; Literatura Grega e Latina e Introdução às suas origens; Literatura Moderna e Especialmente a Portuguesa; Filosofia e História Universal Filosófica.

Regra geral, um novo ponto de vista, uma nova formulação do conhecimento ou uma nova ciência só são admitidos nos estabelecimentos de ensino depois de se terem afirmado fora deles. Nesse sentido, é natural que para a criação da primeira cadeira autónoma de História no ensino superior português, o nome de Alexandre Herculano figurasse como inquestionável, visto que, como afirmou Borges de Macedo, a sua obra representava a conquista em Portugal da maturidade que “os conhecimentos históricos precisavam de ter para serem aceites, tanto pela cultura do seu tempo como pelas instituições responsáveis” (MACEDO 1980, p. 15).

D. Pedro V teria sondado Herculano, no sentido de o fazer aceitar o lugar. Porém, afirmou recear que se fosse ele a assumir a cadeira, «se entretivesse a criar, [...] uma ninhada de municipalistas sem emprego possível» (D. PEDRO V 1930, p. 258). Nesse sentido, o convite pode ter sido apenas circunstancial (COELHO 1910, p. 38; FIGUEIREDO 1910, p. 5; VILHENA 1921, p. 350-353). É até possível que o soberano tivesse, desde o início, a intenção de atribuir a cadeira ao jovem historiador Luís Augusto Rebelo da Silva, que, com méritos reconhecidos, viu nesse mesmo ano ser-lhe atribuída a responsabilidade de produzir a *História de Portugal dos séculos XVII e XVIII* (SILVA 1860-1871).

164

Tendo tomado posse como professor da cadeira de História Pátria e Universal ainda em 1859, pouco mais de uma década durou o vínculo de Rebelo da Silva ao Curso, situação que resultou do seu precoce falecimento (1871), quando contava apenas 49 anos. Não obstante, enquanto integrou o corpo docente, foi a principal referência da instituição. As suas aulas eram autênticos eventos culturais na Lisboa de então, atraindo, para além dos alunos, um público numeroso, fato que obrigou à utilização de instalações da Escola Politécnica, de forma a acomodar confortavelmente todos os ouvintes. No magistério dessa cadeira seguiram-se outros dois nomes assinaláveis no campo intelectual português dos Oitocentos: Augusto Soromenho (1871-1878) e Consiglieri Pedroso (1878-1902).

Em 1901, o Curso Superior de Letras foi reformado, tendo-lhe sido incutida uma vocação mais profissionalizante. Ampliada a oferta formativa, foram então criados quatro planos de estudos: Geral; Bibliotecário-arquivista; Diplomático; e de Habilitação para o Magistério Liceal. Essa alteração curricular fez aumentar o número de cadeiras de sete para catorze. Aquela em que eram abordados conjuntamente os conteúdos de história universal e de Portugal foi extinta. Em seu lugar, presentes em todos os planos de estudos, foram criadas as cadeiras de História Antiga (1º ano); História da Idade Média e Moderna (2º ano); História Pátria (3º ano). Para os que frequentavam a vertente profissionalizante de ensino existiam ainda: uma cadeira de História da Pedagogia (3º ano) e uma seção especial de História e Geografia (4º ano).

As cadeiras de História Antiga e de História da Idade Média e Moderna tiveram como docentes Consiglieri Pedroso (1902-1904), Oliveira Ramos (1904-

1911) e Agostinho José Fortes (1910-1911). Já a de História Pátria teve como docentes Consiglieri Pedroso (1903-1910) e Oliveira Ramos (1910-1911).

Do plano de estudos promulgado por D. Pedro V em 1859 fazia parte a cadeira de História Universal Filosófica. O seu magistério coube, inicial e provisoriamente, a Levy Maria Jordão, até que em 1863 se realizou o concurso que levou ao recrutamento de Jaime Moniz. Apesar de, naquela altura, ter se manifestado um *espírito prometededor de obras de fôlego*, posteriormente, Moniz não as veio a escrever, talvez por ter se deixado absorver pela vida pública, tendo-se tornado uma figura de referência na definição de políticas educativas e na estruturação do sistema de ensino (PEREIRA 1922, p. 6). Não obstante, foi um dos mais proeminentes professores da instituição, com um desempenho particularmente assinalável no exercício de funções executivas e na reflexão sobre a vocação da instituição.

A cadeira de História Universal Filosófica era herdeira de uma tradição consolidada no século XVIII, marcada por orientações nem sempre coincidentes, que passavam pela tentativa de identificação dos princípios da evolução histórica; pela determinação do papel desempenhado por cada povo no suposto progresso da humanidade; pela pretensão da descoberta de leis gerais do desenvolvimento histórico; e, de alguma forma, pela previsão do destino do homem. Tinha o nome de Voltaire inscrito no assento de paternidade. Porém, para o iluminista, essa área do saber não representaria mais do que a adoção de um processo crítico de construção do conhecimento histórico que, pondo de lado quaisquer constrangimentos, de autoridade ou tradição, erguer-se-ia livre como um produto apenas do labor do historiador.

Apropriando-se da expressão "Filosofia da História", mas não do significado que lhe estava associado, Hegel considerava-a como uma resenha da história universal. Destilando algumas concepções presentes em trabalhos de filósofos alemães que o precederam, com destaque para Herder, Kant, Schiller e Fichte, em 1822-1823, proferiu uma série de conferências que estiveram na base da publicação da sua obra *Filosofia da História* (HEGEL 1995). Ela consistia numa história universal da humanidade, imbuída de uma crença de progresso que se distendia desde os momentos mais remotos até ao período contemporâneo.

Já em pleno século XIX, com o positivismo, corrente de pensamento teorizada por Auguste Comte, procurou aplicar-se ao processo histórico a mesma metodologia de trabalho e de interpretação que se aplicava aos processos naturais. Nesse sentido, vários positivistas conferiram à Filosofia da História ou à História Universal Filosófica a intenção da descoberta de leis gerais que regessem o curso dos acontecimentos. R.G. Collingwood sintetiza essa evolução: "em cada um destes exemplos, há uma concepção filosófica que orienta a concepção de filosofia da história: para Voltaire, filosofia significava um pensamento crítico e independente; para Hegel, significa um pensamento acerca do mundo, na sua totalidade; para o positivismo do século XIX, significa a descoberta de leis uniformes" (COLLINGWOOD 1989, p. 7). Talvez o mais destacado apóstolo do positivismo em Portugal tenha sido Teófilo Braga, quem, em 1872, ingressou no corpo docente do Curso Superior de Letras, onde fez escola e criou discípulos, entre os quais importa destacar Consiglieri Pedroso.

O programa que Levy Maria Jordão apresentou para a cadeira de História Universal Filosófica para o ano letivo de 1862-1863 tinha como título "Curso de Filosofia da História". Concebendo a história como a "ciência dos fatos" e a filosofia como a "ciência das ideias", entendia que a disciplina que lecionava era a síntese desses dois elementos. Revelando influências hegelianas e comtianas, considerava, tal como o filósofo alemão, a existência de três gêneros históricos: primitivo, reflexivo e filosófico. Por outro lado, tal como o francês, admitia a existência de leis que presidiam o desenvolvimento da humanidade.

Já o programa de História Universal Filosófica do ano letivo de 1865-1866 foi da autoria de Jaime Moniz, que revelou uma concepção distinta da apresentada pelo seu predecessor. Com efeito, numa abordagem que tinha por base uma ideia de história da civilização, o programa começava por incidir sobre as noções e princípios elementares da ciência e o estado em que na época se encontrava o conhecimento sobre o Antigo Egito, contemplando conteúdos apenas desse período da história, pela alegada impossibilidade de, apenas num ano letivo, percorrer conjuntamente todas as civilizações (MONIZ 1865, p. 11). Incidia depois na origem dos egípcios e sua relação com os povos e territórios que os circundavam. Seguiam-se três pontos extensos relativos aos diversos períodos da História do Egito Antigo. Por último, surgia um capítulo no qual era feita uma abordagem temática das suas instituições e costumes; da literatura, filosofia e conhecimento científico; da arte, arquitetura, escultura; e da religião. É provável que noutros anos letivos o programa da cadeira de Jaime Moniz tenha incidido sobre períodos distintos da história da civilização ou que até tenha sido abordada de forma sintética a história de várias civilizações. A ausência da larguíssima maioria dos programas e sumários das cadeiras dificulta a elaboração de uma leitura aprofundada sobre a evolução dos conteúdos ministrados.

166

Com eloquência e graça, Francisco Lopes Vieira de Almeida afirmou que um programa é "uma tabuleta de um estabelecimento de ensino. E não pode atribuir-se-lhe muito maior valor. Por ele vagamente se conhece o que lá dentro existe. Revela certo, o intuito do legislador, o espírito que a ele presidiu. Mais nada" (ALMEIDA 1911, p. 75-76). Acresce que, tal como uma prescrição ou uma declaração de intenções, esse tipo de documentos nada diz sobre o que efetivamente aconteceu. A existência de séries sistemáticas com outros registos sobre as aulas, como apontamentos dos alunos ou sumários feitos pelos professores, contribuiria para ampliar o conhecimento sobre o que efetivamente era lecionado. Uma portaria de 30 de setembro de 1865 determinava o envio dos sumários das cadeiras para o Ministério do Reino, mas essa obrigação parece não ter sido cumprida (AGUILAR 1939, p. 299).

Em Paris foi criada em 1853 uma cadeira denominada História de França, na Escola Normal Superior, que, em 1862, seria transformada numa cadeira com a designação mais geral de História. Tal como em Portugal, na Dinamarca, na Finlândia, na Noruega, na Suíça, na Bielorrússia, na Escócia, na Hungria e em Chipre, as cadeiras de história tinham agregada uma explícita denominação nacional (PORCIANI 2006, p. 47-48).

Os três programas conhecidos para a cadeira de História Pátria e Universal que foram elaborados por Rebelo da Silva (1860-1861, 1865-1866 e 1870-1871), foram sendo sucessivamente alargados, no quadro de uma concepção de história liberal na qual os conceitos de nação e civilização europeia ocupavam um lugar destacado. Estruturalmente nacionalistas, apresentam-se como exercícios de história da civilização, privilegiando numas ocasiões uma perspectiva geral da evolução histórica da Europa Ocidental e procurando noutras integrar a história de Portugal no todo europeu (MATOS 1998, p. 178). O programa do ano letivo de 1860-1861 era centrado na história de Portugal, recorrendo à história universal apenas de forma preambular para enquadrar alguns acontecimentos específicos do percurso pátrio. Explorando as origens da nacionalidade, exaltava a ação política de D. Afonso Henriques, dando depois relevo a momentos cruciais, como 1383-1385 ou 1640. Esse programa parece ter sido forjado como uma arma para os combates a travar no presente, como antídoto para a ameaça iberista que se fazia sentir no início da segunda metade dos Oitocentos e contra a qual militava ativamente o professor (FREITAS 1999, p. 12). Já o programa de 1865-1866, que recebeu a designação de «A civilização na Europa nos séculos XVII e XVIII», dividia-se em quatro partes, consagrando apenas a última à história de Portugal. Com uma abordagem sociopolítica, em que se traçavam quadros sincrônicos, procurava comparar a marcha da humanidade em diferentes regiões do globo. O programa de 1870-1871 apresentava-se muito mais detalhado, mas se centrava na história de Portugal. Sob uma perspectiva cronológica, assente na sequência dos vários reinados, procedia a uma abordagem em que a história universal fornecia pistas de interpretação para a história de Portugal.

167

Augusto Soromenho lecionou a cadeira de História Pátria e Universal entre 1871 e 1878, desconhecendo-se a existência dos programas elaborados por ele. Coube posteriormente ao positivista Consiglieri Pedroso o magistério da cadeira. Na enumeração das matérias que haveria de ensinar no ano letivo de 1885-1886, ostentava uma concisão excessiva, plasmando-se apenas em meia página manuscrita um programa vago, no qual predominavam temas gerais, referentes a grandes épocas da história da civilização. Com uma apresentação descuidada, contrastava na extensão, na organização, no detalhe e na clareza com os programas anteriormente apresentados por Rebelo da Silva. Contrastava igualmente com programas de cadeiras análogas que, na mesma época, eram ministradas em estabelecimentos de ensino superior da Espanha.

Ingressando no corpo docente em 1872, Teófilo Braga integrou o contingente de professores que em 1910 transitaram para o quadro da Faculdade de Letras. Não obstante o fato de ter lecionado essencialmente cadeiras de Literatura, o papel que desempenhou na historiografia portuguesa não deve ser descurado. Sem entender a história como instrumento de propaganda, via no conhecimento do passado um recurso indispensável para o progresso do país, que passaria pela instauração de um regime republicano. Militante de primeira linha nessa causa, produzia naturalmente uma leitura antimonárquica e anticlerical dos acontecimentos. No seu heterodoxo positivismo, justificava a manutenção da independência fundamentando-a num determinismo étnico, que lhe permitia



sustentar a teoria de uma nacionalidade natural (MATOS 1998, p. 109-110, 321-325). Invocava ainda o testemunho dos grandes vultos do passado e colocava-o ao serviço do reforço de novos consensos nacionais e sociais (HOMEM 1989).

Em 1881, dois anos depois de ter iniciado funções como professor, Consiglieri Pedroso publicou o seu *Compêndio de História Universal*. Nessa obra, definia a história como a “ciência que descreve os factos, que se passam no seio das sociedades humanas civilizadas, no tempo e no espaço, e estuda, tanto quanto possível, as leis que as regem” (PEDROSO 1884, p. 9). O livro continha uma concepção teórica positivista, evolucionista e eurocêntrica, que deveria pautar também as suas aulas, visto que, apesar de se destinar ao ensino liceal, a sua leitura também era recomendada aos alunos do Curso Superior de Letras.

Pela análise dos conteúdos curriculares das restantes cadeiras verifica-se a prevalência de abordagens eminentemente historicistas nas primeiras duas décadas de funcionamento da instituição. O ensino ministrado consistia, quase exclusivamente, numa introdução às temáticas que em pouco transcenderia a resenha dos momentos mais marcantes da evolução das respectivas áreas do saber. No entanto, a partir do final da década de setenta, com a criação das cadeiras de Língua e Literatura Sânscrita e Filologia Comparada, a cargo, respectivamente, de Vasconcelos de Abreu e Adolfo Coelho, verificou-se o reforço dos conteúdos relacionados com as línguas e literaturas, assistindo-se, paralelamente, à diluição da preponderância da história nos conteúdos programáticos das outras disciplinas.

168

Como constatou Vitorino Magalhães Godinho, o *crocitante drama* do ensino superior em Portugal, no século XIX, foi o divórcio entre ele e a investigação historiográfica, que era produzida essencialmente fora dos seus estabelecimentos, muitas vezes por autodidatas, como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Alberto Sampaio, Gama Barros, entre outros (GODINHO 1971, p. 244). Como corroboração dessa afirmação, registe-se que o Curso não teve qualquer centro organizado de investigação; a utilização da sua limitada biblioteca esteve vedada aos alunos; nenhum livro ou periódico foi publicado sob a sua chancela. Sem meios para acolher ou desenvolver trabalhos de investigação, foi sobretudo um estabelecimento vocacionado para a divulgação. Os seus docentes e discentes que se dedicaram à produção historiográfica, fizeram-no noutros contextos.

Entre os alunos que se vieram a impor como nomes representativos da historiografia portuguesa deve referir-se o de António Enes, autor de uma *História de Portugal* que contou, entre outras, com as colaborações do seu condiscípulo Luciano Cordeiro. Também Damião Peres, que veio a ser professor das Faculdades de Letras das Universidades do Porto (1919-1928) e de Coimbra (1931-1959), viria a dirigir uma *História de Portugal*. Na redação dessa obra colaboraram Queirós Veloso, Oliveira Ramos, David Lopes e Newton de Macedo, que também passaram pelas cadeiras do Curso. No domínio das obras coletivas tem ainda interesse a *História da colonização portuguesa do Brasil* dirigida por Carlos Malheiro Dias, por ocasião da celebração do centenário da independência do Brasil, e que teve como colaborador o seu companheiro de escola Esteves Pereira.

Para além dos autores das sumas históricas já mencionados, importa referir outros que, tendo sido igualmente alunos da instituição, produziram trabalhos historiográficos que versaram sobre aspectos particulares. No ramo da cultura, devem assinalar-se as obras de José Maria da Silva Pessanha e Guilherme Joaquim Moniz Barreto, que se debruçaram sobre a história da arte e da literatura, respectivamente. No âmbito da historiografia da expansão distinguiram-se Luciano Cordeiro, David Lopes e Henrique Lopes de Mendonça. No domínio da história militar surgem os esforços de Cristóvão Aires, classificados por Oliveira Marques como "indigestos" e "caóticos" (MARQUES 1988, p. 39). Na esfera da história local, cumpre lembrar o trabalho paradigmaticamente pitoresco de Júlio Castilho: *Lisboa antiga*.

Em seu amplo polimorfismo intelectual, Fidelino de Figueiredo foi, para além de historiador, filósofo e crítico literário. Coube-lhe o mérito de ter sido o grande impulsionador da criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, que contou entre os seus promotores com Cristóvão Aires e David Lopes. Dirigiu ainda a *Revista de História* (1912-1928), na qual colaboraram os seus condiscípulos Diogo do Prado Coelho, Pedro Azevedo, David Lopes e Francisco Lopes Vieira de Almeida.

Nos domínios da "construção e da problematização em história, renunciando, em certa medida a história-problema que viria a ser pedra de toque com a História Nova" (MENDES 1998, p. 196), como refere Amado Mendes, não pode deixar de mencionar-se o nome de Vieira de Almeida. A sua dissertação, que foi das últimas a ser defendidas antes de o Curso se transmutar em Faculdade de Letras, intitulava-se *História - significado e função* (ALMEIDA 1911). Nela, o autor fez uma riquíssima reflexão sobre a disciplina, o seu objecto e o seu método. Categorizou os diversos tipos de documentos, clarificou a diferença entre eles e os fatos, avaliando ainda a importância dos acontecimentos singulares e o papel das individualidades no curso da história.

O legado do Curso Superior de Letras consistiu principalmente no alargamento e autonomização daquilo que Pierre Bourdieu classificou como o campo científico. Com efeito, a sua existência impôs-se como referencial para as instituições apostadas na divulgação historiográfica. Acresce que a formação ministrada reforçou legitimidades, caucionou méritos e outorgou poder simbólico, por via da credenciação que conferia; isso num período em que se consolidou a tendência de segregação do mérito intelectual como algo que estava cada vez mais dependente da obtenção de um título académico. (BOURDIEU 2003, p. 20-21).

O pensamento historiográfico, como qualquer forma de pensamento, é o produto de uma evolução histórica. Também o desenvolvimento do sistema de ensino resulta de um percurso, nem sempre claro, no qual se confrontam disciplinas, se debatem concepções de ciência e, ainda que de forma não consciente, projetos de sociedade. Sujeitos a condicionalismos de ordem política, ideológica, cultural, social e económica, a produção científica e o ensino veem os seus resultados depender dessa série de estrangimentos. Ajustando-se em cada momento às circunstâncias, construindo-se nesse exercício, o Curso Superior de Letras, por mais acanhados que tenham sido os recursos à sua disposição e por mais

limitada que tenha sido a sua ação, desempenhou uma função significativa no domínio da vulgarização histórica, contribuiu para reforçar o seu reconhecimento social como disciplina autônoma e concorreu para a gradual profissionalização dos historiadores, ofício que se legitimava por via das exigências, que iam se impondo gradualmente, de rigor heurístico e hermenêutico.

### Referências bibliográficas

ABREU, J. M. de. Projeto de Lei. Apresentado às Cortes pelo senhor deputado Dr. José Maria de Abreu, na sessão de 18 de Abril de 1857. **O Instituto**, vol. VI, nº 3, p. 25, 1º de Maio de 1857.

AGUILAR, M. B. de A. **O Curso Superior de Letras (1858-1911)**, Lisboa: s.n., 1939.

ALMEIDA, F. L. V. de. **História (significado e função)**. Tese para o 4º ano do Curso Superior de Letras - Secção de Geografia e História - 1910. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1911.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

CASTILHO, J. de. **Lisboa Antiga**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884-1890.

COELHO, A. **Alexandre Herculano e o ensino público**, Lisboa: J. A. Rodrigues e Cª, 1910.

170

\_\_\_\_\_. O ensino Histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858, Coimbra. **O Instituto**, vol. XLVII, nº 8, p. 467-468, agosto de 1900.

COLLINGWOOD, R. G.. **A ideia de História**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

ENES, A. *et. al.* **História de Portugal**. Lisboa: Empresa Literária de Lisboa, 1876-1877.

DIAS, C. M. (dir.). **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Ferreira Pinto, 1921-1924.

FIGUEIREDO, F. de. **O espírito histórico**. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1910.

FREITAS, P. M. L. de. Rebelo da Silva, discípulo de Herculano e professor do Curso Superior de Letras de Lisboa. **Alexandre Herculano. Liberalismo e Romantismo**. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, p. 123-134, 1999.

GODINHO, V.M. **Ensaios III. Sobre Teoria da História e Historiografia**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

HOMEM, Amadeu Carvalho. **A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga**. Coimbra: Minerva, 1989.

- MACEDO, J. B. de. **Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem.** Lisboa: Bertrand, 1980.
- MARQUES, A. H. de O. **Ensaios de historiografia portuguesa.** Lisboa: Palas, 1988.
- MATOS, S. C. **Historiografia e memória nacional. 1846-1898.** Lisboa: Colibri, 1998.
- MENDES, J. A. Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa, *História da História em Portugal*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, v.I - **A História através da História.** Lisboa: Temas e Debates, 1998, Vol. I.
- MONIZ, Jaime. Quinta cadeira. História Universal Filosófica. **Programa das cadeiras do Curso Superior de Letras para o ano lectivo de 1865-1866.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.
- PEDRO V D. **Escritos de El-Rei D. Pedro V. Coligidos e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
- PEDROSO, Zófimo Consiglieri. **Compêndio de História Universal.** Lisboa: Magalhães e Moniz Editora, 1884.
- PEREIRA, F. M. E. Elogio histórico de Jaime Constantino de Freitas Moniz, **Memórias da Academia das Ciências.** Nova série T. XIV, p. 6, 1922.
- PERES, Damião (dir.). **História de Portugal.** Barcelos: Portucalense Editora, 1928-1954.
- PORCIANI, I., Mapping Institutions, Comparing Historiographies: the Making of an European atlas Atlas. **Storia della Storiografia.** nº 50, p. 27-58, 2006.
- SILVA, L. A. R. da. **História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1871, Vol. VI.
- VALE, MI M del. **Programa de História Universal.** Madrid, 1882.
- VALÊNCIA, M. P. **Programa de la asignatura de Historia de España.** Madrid, 1877.
- VILHENA, J. **D. Pedro V e o seu reinado.** Coimbra: Imprensa Universitária, 1921, Vol. II.

Artigos  
articles

# Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?\*

Reason or Reasoning? Clio or Siva?

---

## Sanjay Seth

s.seth@gold.ac.uk  
Professor  
University of London  
Lewisham Way, New Cross  
SE14 6NW - London  
United Kingdom

---

## Resumo

Nós, modernos, estamos acostumados a acreditar que somente o Ocidente desenvolveu uma tradição de historiografia, enquanto que a maioria das culturas teria mitos, épicos e lendas no lugar da escrita da história. Assim, a despeito do fato de que cada pessoa tem uma história, essa história poderia ser narrada nos termos de uma historiografia racional capaz de redescrever o passado em termos alheios àqueles que estiveram presentes nesse passado, tratando as suas próprias formas mitológicas e épicas de registrar e de se relacionar com ele como, na melhor das hipóteses, matérias-primas não confiáveis na sua reconstrução. O presente ensaio desafia essas presunções. Ele argumenta que a história é um código, e que esse código é incapaz de codificar passados não ocidentais. Enquanto continuaremos, é claro, escrevendo história, precisamos reconceber aquilo que estamos fazendo ao reescrevermos os passados dos outros em termos diferentes dos seus próprios; precisamos pensar a escrita da história não com uma atitude imperial, como a aplicação da Razão ao passado, e sim como um diálogo entre diferentes tradições de raciocínio.

173

## Palavras-chave

Historiografia; Pós-colonialismo; Racionalidade.

## Abstract

We moderns are accustomed to believing that only the West developed a tradition of historiography, with most cultures having myths and epics and legends in place of history-writing. Because everyone nevertheless had a history, that history could be narrated in the terms of a rational historiography that would redescribe this past in terms alien to those whose past it was, treating their own mythological and epic forms of recording and relating to that past as, at best, rather unreliable raw materials in the reconstruction of that past. This essay challenges these presumptions. It argues that history is a code, and it is one incapable of coding non-Western pasts. While we will of course go on writing history, we need to reconceive what it is that we are doing when we rewrite the pasts of others in terms different from their own; we need to think of history-writing not in an imperial vein, as the application of Reason to the past, but rather as a dialogue between different traditions of reasoning.

## Keywords

Historiography; Postcolonialism; Rationality.

---

Enviado em: 19/3/2012

Autor convidado

---

\* Publicado originalmente em: *Social Text* 78, Vol. 22, No. 1, Spring 2004. Copyright © 2004, Duke University Press. Agradeço a Dipesh Chakrabarty, Brian Fay, Barry Hindess, e Vanita Seth por seus comentários à versão anterior deste escrito.

Nós, modernos, acreditamos que cada pessoa tem uma história, ainda que nem todas as pessoas tenham uma historiografia. O Ocidente desenvolveu uma tradição de escrita da história; à sua vez, admite-se que o mundo muçulmano e o mundo chinês tenham tido tal tradição, ainda que de maneira subdesenvolvida; mas a maioria das culturas teve mitos e épicos religiosos, ao invés de uma escrita da história, ainda que essas culturas tenham, vez por outra, confundido as duas coisas. Ainda assim, como todos tiveram uma história, essa história pôde ser narrada nos termos de uma historiografia racional capaz de descrever o passado em termos diferentes dos termos usados pelas pessoas cujo passado foi retratado. As suas próprias formas de registrar e de se relacionar com o passado – seja por meio de mitos, lendas, épicos religiosos, ou outros – podiam servir, na melhor das hipóteses, como matérias-primas (pouco confiáveis) na reconstrução desse passado. Isso não chegou a provocar qualquer desconforto, pois considerava-se que essas tradições intelectuais originárias tinham demonstrado que eram desiguais na tarefa de registrar e narrar a sua história, ao misturarem mito e realidade, desejos e fatos, deuses e homens. E os compromissos epistêmicos que sugeriram que essas eram pessoas incapazes de representar o seu próprio passado foram os mesmos compromissos epistêmicos que sugeriram, mais adiante, que essas pessoas eram atrasadas. Ou vice-versa: que essas pessoas ainda pertencessem ao passado era algo indicado, entre outras coisas, pela sua incapacidade de representar o seu passado apropriadamente.

174

Chamemos de *Razão* a esse complexo conjunto de atitudes, ou, mais precisamente, ao comprometimento com uma ideia ou com uma Razão que seja singular e universal. Notemos que, apesar de essa Razão não ter sido destronada, sob as investidas combinadas porém variegadas do feminismo, da teoria *queer*, do pós-modernismo, do pós-colonialismo e de outras correntes intelectuais, ela está (para mudar as metáforas), de fato, cambaleando sobre o seu pedestal. Mas a natureza dos desafios suscitados por essas correntes e os movimentos que frequentemente propiciaram as condições para que elas pudessem emergir são duas coisas distintas. É um importante argumento (ainda que, na atualidade, já seja um lugar-comum) que a própria ideia de Razão se constituiu, em parte, por meio de uma série de exclusões – da loucura, das mulheres, e assim por diante. Uma estratégia para problematizar a Razão é, portanto, a de demonstrar as contingências e as exclusões adotadas na sua criação.

O caso do mundo não-ocidental é de certo modo distinto, pois, diferentemente da Mulher, digamos, o selvagem e o oriental não eram tanto o Outro excluído da Razão como alguém incapaz de estar à sua altura. O historicismo, ou seja, a ideia de que o selvagem e o oriental eram atrasados e pertenciam a um tempo passado, apesar de habitarem o presente, era o principal modo pelo qual e através do qual a razão do não-ocidente foi declarado como algo inferior. Suponhamos que “nós” viéssemos a rejeitar tal historicismo (o “nós” em questão, deve-se notar, não é um “nós” essencialista, e certamente não se refere a uma raça em particular, ou a povos em particular; este ensaio foi escrito por um indiano que ensina aspectos dessa tradição na Austrália, para

estudantes de origem majoritariamente europeia): que rejeitássemos a noção de que diferentes tradições intelectuais e os modos de ser que as sustentam podem ser espremidos em uma mesma grade, de modo que as tradições intelectuais não-ocidentais se revelassem como aproximações inadequadas da Razão, ou meros degraus na escada que conduz à Razão. Isso acarretaria em duas implicações. Em primeiro lugar, a própria Razão já não apareceria mais como algo singular – ela seria claramente a razão de *alguém*.<sup>1</sup> E em segundo lugar, assim que a Razão tivesse se pluralizado, já não haveria uma maneira fácil de comparar tradições intelectuais, e, muito menos, de declarar que uma seria superior a todas as outras. Isto, não a serviço de uma frouxa tolerância liberal que declara que tudo é igual, e que nada seria passível de críticas, e sim porque não haveria um ponto arquimédico, ou seja, um ponto exterior a qualquer tradição, a partir do qual seria possível sentenciar quais tradições são melhores e mais verdadeiras.

Se precisássemos aprender a não pensar na Razão como algo que está por cima, e sim em termos de tradições de raciocínio, isso teria grandes implicações para a escrita da história. O restante deste escrito explora e constrói a sua argumentação em favor de algumas dessas implicações. Na primeira parte, delinheio aquilo que vejo como as circunstâncias nas quais se tornou necessário considerar a possibilidade de incluir os entendimentos daqueles cujas histórias escrevemos naquelas histórias; de encontrar uma maneira de reconciliar Clio e Shiva. A segunda parte argumenta que onde o historicismo parece estar atento às diferenças, ele só consegue fazê-lo ao recuperar isso em meio a uma similaridade mais ampla. Argumento que a história é um código; e que ela é incapaz de codificar os passados não-ocidentais. A seção da conclusão sugere que enquanto continuaremos, é claro, escrevendo história, precisamos re-conceber o que, exatamente, estamos fazendo quando escrevemos o passado dos outros em termos muito distintos dos seus próprios; precisamos pensar na história não por um veio imperialista, como a aplicação da Razão ao passado, e sim como o diálogo entre diferentes tradições de raciocínio.

175

### Clio e Shiva

Dipesh Chakrabarty nos lembrou recentemente que o historicismo “é o que fez com que a modernidade ou o capitalismo não pareça algo simplesmente global, e sim algo que se tornou global *ao longo do tempo*, originando-se em um lugar (Europa) e então propagando-se para fora. E assim como a modernidade europeia se consagrou como o futuro de todos, também as tradições intelectuais não-europeias se tornaram antecipações inferiores da Razão universal que poderia, algum dia, tornar-se delas. Mas como ela ainda não era delas, tais povos ainda não estariam prontos para provar os frutos da democracia e do autogoverno; pois, como também nos lembra Chakrabarty, “o historicismo

<sup>1</sup> Para fazer a mesma ponderação em referência a debates sobre moralidade e formas de vida: a *Moralität* kantiana apareceria agora não como um universal sem lugar, e sim como a *Sittlichkeit* da Europa ocidental no início da era moderna, uma moralidade específica (e, nesse sentido, paroquial) tentando se afirmar como se fosse derivada da própria Razão.



[...] chegou aos povos não-europeus no século dezenove como a maneira que alguém tinha de dizer 'ainda não' a outrem" (CHAKRABARTY 2000, p. 7–8). O historicismo foi o que permitiu que um liberal como John Stuart Mill afirmasse – no meio de uma argumentação defendendo a liberdade e o governo representativo – que muitos povos ainda não estavam aptos para a democracia e requeriam um prolongado período de domínio britânico com os seus efeitos civilizatórios antes que pudessem alcançar essa capacidade (MILL 1964, p. 178–79).

Os processos que foram uma refutação política direta de tal historicismo – a insistência anticolonial no *para já*, que em última análise venceu o "ainda não" do colonizador – deveriam ter levado tal historicismo a uma crise. Com o nacionalismo e a descolonização, o Terceiro Mundo, aquele repositório de atraso e anacronismo, agora é parte do nosso presente; e dentro daquele Terceiro Mundo, o camponês e o elemento tribal se tornou (algumas vezes) um cidadão, tornou-se uma parte da modernidade política. Aquilo que foi anteriormente *historicizado* como algo pré-moderno, como a sobrevivência, como o fragmento de um passado que continuou presente adentro (incluindo, às vezes, sociedades inteiras), agora participa também dos rituais e das práticas do moderno – as noções de pertencimento ao Estado e à nação, a cidadania, e assim por diante. Aquela "negação da coetaneidade",<sup>2</sup> que a antropologia e o historicismo pressupunham e autorizavam, agora é, ou deveria ser, algo profundamente problemático. O mundo não-ocidental, e, dentro dele, o elemento camponês, agora se tornou nosso contemporâneo.

176

Mas houve sempre muitos, e muito possivelmente uma maioria da população mundial, cujo mundo é povoado por deuses que agem no mundo e acima do mundo, e cuja atividade deve ser registrada em qualquer relato do mundo, assim como existem pessoas cuja temporalidade, assim como é vivida, permite que os seus ancestrais mortos intervenham diretamente nos seus afazeres. É certamente o caso na Índia, que o mundo do camponês é povoado não apenas por humanos, mas também por deuses e espíritos. Se já não podemos mais relegar o tempo do camponês a um tempo passado, isso não requer que também procuremos encontrar um lugar na história para os camponeses e os seus deuses?

Mas como podemos fazer isso? Como podemos encontrar um lugar para deuses e espíritos na consciência histórica e na escrita da história moderna? Um método possível é um método nominalista, e aqui podemos buscar os precedentes na lei. Um exemplo interessante é o exemplo de como a lei britânica encontrou um lugar para o deus indiano Shiva. Richard Davis narra essa estória em sua obra *Lives of Indian Images* (DAVIS 1997, cap. 7). Em 1976, um trabalhador sem terra no estado de Tamil Nadu, ao sul da Índia, descobriu um conjunto de ícones enterrados. Um deles era um Nataraja – uma imagem do deus Shiva em sua pose de Senhor da Dança, representando o ciclo da criação do cosmos à sua destruição – de bronze do século doze. O descobridor vendeu a estátua, que, através das operações do mercado internacional de "objetos de arte", terminou

<sup>2</sup> A expressão foi retirada de FABIAN 1983.

no Museu Britânico em Londres. Preocupado com o grande número de objetos semelhantes contrabandeados para fora da Índia, o governo indiano fez desse caso um caso de teste, engajando-se em uma longa e cara batalha judicial nas cortes britânicas, que eventualmente resultou no repatriamento da estátua para a Índia. O governo indiano financiou o caso (*India v. Bumper*), mas, por motivos técnicos, ele não se enquadrou como um demandante. O lado indiano, então, nomeou como demandantes o estado de Tamil Nadu, o templo Visvanathasvami onde a estátua de Shiva estava antes colocada, o representante executivo do templo, e, mais adiante, adicionou um quarto demandante – o próprio deus Shiva, que reivindicou a posse do ícone que havia residido originalmente em seu templo. O juiz britânico aceitou a reivindicação justificando que na condição de uma “pessoa jurídica”, o deus Shiva era uma parte envolvida no caso (a defesa entrou com um recurso, argumentando que o Reino Unido era um reino cristão, e que, portanto isso deveria ser um impedimento à possibilidade de deuses estrangeiros iniciarem processos). Shiva e os outros demandantes venceram o caso, causando alguma consternação nos mercados internacionais de arte, e um negociante de arte começou a alertar os potenciais compradores a considerarem o risco de um “mandado geral de Shiva”. O deus retornou à Índia, onde pôde ser restituído ao seu templo e reassumir a sua vida como uma imagem de adoração.<sup>3</sup>

É claro: é verdade que reconhecer Shiva como uma pessoa jurídica não é exatamente a mesma coisa que tratá-lo como um ator histórico. Também é verdade que a lei proporciona apenas paralelos limitados com, e por isso orientação para, a escrita da história – a despeito do fato de que a escrita da história empresta tanto das suas metáforas de orientação da lei. Mas talvez esse pequeno episódio seja instrutivo, em todo caso? Talvez a opção nominalista seja uma opção viável – se uma corte britânica pôde abrir espaço para Shiva como uma pessoa jurídica, nós não poderíamos encontrar um lugar para ele no tribunal da história? Não seria possível que Clio dançasse com Shiva?

Essa é uma possibilidade intrigante, mas a resposta deve ser um franco não. Pois a escrita da história moderna, e a consciência histórica que ela produz e que, por outro lado, também a produz, está conectada a alguns fenômenos – a emergência do Estado-Nação moderno, o progresso, a separação clara entre o passado e o presente, a racionalidade científica – e não a outros, tais como a magia e os deuses, contra os quais ela foi de fato definida. A escrita da história nasceu a partir de certas separações fundamentais que a constituíram como uma prática racional, e essas separações desabonam a possibilidade de escrever a história incluindo o papel ativo de deuses e deusas. Ao escrever a história, o(a) historiador(a) pode registrar o fato de que as pessoas creem na existência dos deuses e na sua participação ativa no mundo (note-se que colocar a questão em termos de uma “crença” já é situá-la como parte da consciência

<sup>3</sup> Post scriptum: Infelizmente, o templo estava desmoronando, não teve condições de recebê-lo, e os planos de reconstrução e re-consagração nunca se materializaram; o Nataraja terminou indo parar em um Centro de Ícones mantido pelo governo em Tiruvarur, a salvo dos ladrões de arte, porém indisponível para adoração, e “correndo o risco de sufocamento e insolação” (DAVIS 1997, p. 259).

humana, e já é, assim, o ato de efetivamente exorcizar o mundo dos deuses e espíritos), mas o(a) historiador(a) não pode escrever a história como se esses deuses e espíritos fossem atores históricos reais. Produzir uma história que incluísse Shiva seria algo incoerente; não corresponderia à tradição de alguém, tampouco apelaria à sensibilidade de alguém.

Uma objeção óbvia ao argumento desenvolvido acima é que se a crença nos deuses e na sua atividade for tomada como um marco do que não pode ser codificado na história, isso não serve para distinguir o ocidente do que não é ocidental. Deus pode já ter sido privatizado no ocidente, mas ali, também, já foi caminhado sobre o palco do mundo, realizando milagres e intervindo na realidade que criou. E assim, a escrita da história do mundo cristão anterior, digamos, ao século dezessete, também pode ser problemática dentro do código racional e secular da história.<sup>4</sup> Michel de Certeau acredita que aconteceu justamente isso, que a própria tentativa de representar a religião dentro do código racional(ista) da história é uma tentativa curiosa.<sup>5</sup> Procurando compreender os fenômenos religiosos historicamente, ele escreve, “é de suma importância para pedir repetidamente algo deles do que eles quiseram dizer... tomar como uma *representação* da sociedade aquilo que, pelo ponto de vista *deles*, foi o que *fundou* aquela mesma sociedade” (CERTEAU 1988, p. 138).<sup>6</sup>

178

De acordo com Certeau, esse paradoxo é apenas um caso extremo daquilo que a escrita da história envolve necessariamente. Constituir um objeto como um objeto de investigação histórica envolve dividi-lo do nosso presente, marcá-lo como algo distinto, definitivamente separado do presente; e as práticas e os protocolos do presente são (às vezes) conectados ao passado que está sendo objetivado. Quando os historiadores ocidentais escrevem sobre o “seu” próprio passado, eles encontram as pessoas que acreditavam em bruxas, e às vezes até mesmo queimavam-nas, e aqueles que acreditavam em um Deus que intervia diretamente nas questões humanas. Mas essa parte inegável do passado é (vista como) parte do mesmo passado que, em seguida, deixou de acreditar em bruxas, e que retirou de Deus a sua atividade na história. Em outras palavras, isso foi parte do mesmo passado que subsequentemente se desencantou, dessacralizou o mundo (note-se que isso não é a mesma coisa que a secularização), e engajou-se em práticas racionais, por exemplo escrever história. E assim o passado do(a) historiador(a) incluiu tanto o fato das bruxas e de Deus(es), quanto o seu declínio. Nas palavras de Certeau, “Assim como o ‘modelo’ de sociologia religiosa implica, entre outras coisas, no novo status da prática ou do conhecimento no século dezessete, também os atuais métodos

<sup>4</sup> A própria *Religião* já é um exemplo de categoria histórica e cultural específica, que foi universalizada e usada para classificar e analisar fenômenos que não se encaixam facilmente sob o seu escopo. Talal Asad aponta que o entendimento que os antropólogos têm da religião “é na verdade uma visão que tem uma história cristã específica” (ASAD 1993, p. 42).

<sup>5</sup> “A história religiosa do século dezessete [...] implica em uma distinção entre dois sistemas de interpretação, um *social* (por assim dizer) e o outro *religioso*; ou seja, entre dois períodos de consciência, ou entre dois tipos de inteligibilidade histórica, o nosso e o deles. [...] precisamos nos perguntar qual poderia ser o significado de um empreendimento que consiste em *entender* um tempo organizado em função de um padrão de compreensão diferente do nosso” (CERTEAU 1988, p. 138).

<sup>6</sup> E enquanto um indivíduo pode escrever sobre história religiosa porque é cristão, já não poderá escrevê-la *como* um cristão.

– apagados como eventos e transformados em códigos ou em problemas de pesquisa – evidenciam estruturações anteriores e histórias esquecidas. Fundamentada, assim, sobre a ruptura entre um passado que é o seu objeto, e um presente que é o lugar da sua prática, a história incessantemente encontra o presente no seu objeto e o passado na sua prática” (CERTEAU 1988, p. 36). Mas isso é precisamente o que ela não pode fazer no caso do mundo não-ocidental. Aqui, a história continua “encontrando o presente no seu objeto”, mas não encontra “o passado na sua prática”, pois *o passado dos países não-ocidentais não é o passado da história*.

Estamos, então, de volta onde começamos. A rejeição do historicismo que é implicada pela descolonização e pela entrada dos camponeses na vida política requer que pelo menos consideremos a possibilidade de levar as suas próprias visões do seu mundo em consideração ao descrevermos a sua história. Porém, a tentativa de fazer isso naufraga, pois a história é constituída por uma rejeição da atividade dos deuses; ela pode registrar a crença neles como um fato, e pode procurar fazer sentido dessa crença, mas ela não pode incluir os deuses. É verdade que esse é também o caso da história europeia, antes do ponto após o qual Deus foi despido de uma atuação histórica. A transformação do século dezessete, de uma oposição entre o espiritual e o temporal em uma separação (bastante distinta) entre o político e o religioso é o que torna possível para o(a) historiador(a) da Europa escrever sobre religião com o código racionalista da história, objetivando-a, tratando como representações ou crenças tudo aquilo que os cristãos consideravam como fatos a respeito do mundo. Frequentemente, isso significará que o(a) historiador(a) projetará no passado uma categoria que é inadequada a esse passado; mas o fato de que essa categoria é ela mesma um produto de tal passado (constituindo, assim, uma evidência de “estruturações anteriores e histórias esquecidas”) já garante de alguma maneira esse anacronismo. E assim, a escrita da história pode cumprir uma das suas mais importantes funções sociais: a função de representar ou desempenhar a continuidade de uma sociedade, “afirmando a nossa consciência de uma experiência compartilhada ao longo de gerações sobre um mundo externo e real” (PARTNER 1998, p. 75).

O mesmo não é válido para o subcontinente indiano; os seus habitantes humanos compartilharam essa parte do mundo, e muitos continuam compartilhando-a, com o seu Deus ou com os seus numerosos deuses e deusas. Se a escrita da história não pode encontrar um lugar para esses atores no seu roteiro, então isso é um marco da distância entre práticas racionais, tais como a escrita da história, e este mundo com os seus passados; aqui, a história não garante a continuidade de uma sociedade com o seu passado, mas registra, por outro lado, uma profunda quebra nessa continuidade.

Mas já posso antecipar o seguinte. Implícita nessas observações, está a presunção de que a história não é um fato do mundo que esteja representado de modo mais (na historiografia racional) ou menos (no mito e no épico) preciso, e sim de que ela é apenas uma maneira que a sociedade tem de constituir o passado e estabelecer uma relação com ele. A problematização da Razão, que é parte do

nosso atual clima intelectual, possibilita levantar esses questionamentos, mas ainda não afirmo que há um bom motivo para considerar a escrita da história como apenas uma maneira possível de representar o passado. É o que buscarei fazer na próxima seção.

### **O Historicismo e a sua Crítica**

Frequentemente, aponta-se que a *história* é algo incomum, na medida em que o termo para a disciplina designa simultaneamente o seu objeto.<sup>7</sup> Na base dessa feliz coincidência – isso também já foi apontado – está uma ingenuidade epistemológica, pela qual a história, diferentemente de outras disciplinas, não precisa pensar o seu objeto, pois o seu objeto simplesmente é. A história-como-fato simplesmente acontece, e a história-como-disciplina seria a tentativa de recriar esse acontecimento tanto quanto os seus documentos nos permitem fazê-lo. O resultado, como aponta Louis Althusser, é que a disciplina da história faz da metodologia a sua teoria, e os debates historiográficos são mais frequentemente debates metodológicos, ou seja, debates sobre o ofício de fazer história (ALTHUSSER; BALIBAR 1970, p. 109).

Mas na verdade, essa ingenuidade não pode obscurecer o fato de que a história como uma disciplina não é tão inocente em termos de pré-condições. O passado não está para sempre disponível ao presente como uma entidade emudecida, esperando que o(a) historiador(a) lhe dê uma voz. A escrita da história não é simplesmente um “ofício” que se aplica a um objeto pré-existente, natural; ao contrário, e como qualquer disciplina, a escrita da história concebe e constrói o seu objeto. Essa maneira de constituir o seu objeto é rotulada de “código” por Claude Lévi-Strauss, que argumenta que “as características distintivas do conhecimento histórico não se devem à ausência de um código, e sim à sua natureza específica: o código consiste em uma cronologia” (LÉVI-STRAUSS 1972, p. 258). As datas são o código da história, ou ainda, classes de datas; pois essas datas não são naturais, ou dadas, não são parte de um inevitável fluxo do tempo; elas são selecionadas pelo(a) historiador(a) que as agrupa e classifica em séries, às vezes como cronologias curtas ou “quentes” (nas quais as classes relevantes de datas são anos, ou mesmo datas de um mesmo ano), ou, às vezes, como cronologias “frias” (nas quais as classes relevantes de datas são séculos, ou até mesmo milênios). O ponto importante é que essas datas não estão dadas antecipadamente, como poderia parecer ao historiador irrefletido, de modo que a tarefa é “definir relações (de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismo, de expressão): entre fatos ou eventos datados: a série, sendo conhecida... [é] simplesmente uma questão de definir a posição de cada elemento em relação aos outros elementos na série” (FOUCAULT 1976, p. 7). Ao contrário: a série *não* é conhecida; é a história como código que constitui a série. Os tempos da história são descontínuos e múltiplos, ao invés de contínuos e singulares; eles são constituídos pela história como um

180

<sup>7</sup> Na Alemanha, isso ocorreu quando a *Geschichte* passou a substituir a *Historie*, em um deslocamento semântico que, de acordo com Reinhart Koselleck, sinalizou com “um novo espaço de experiência e um novo horizonte de expectativas” (KOSELLECK 1985, p. 201).

código, e não estão dados de maneira antecipada para serem simplesmente desmembrados em segmentos mais curtos pelos historiadores por alguma questão de conveniência na prática do seu ofício.

Se esse ponto geral é verdadeiro – ou seja, se a história-como-fato não é uma categoria natural que a história-como-disciplina simplesmente encontra, para então fazer suas perguntas, e sim algo que chega aos historiadores já trabalhado, já constituído (não é preciso concordar com Lévi-Strauss sobre os detalhes do que constitui o código da história;<sup>8</sup> e tampouco é meu argumento que os historiadores são sempre despercebidos em relação a isso<sup>9</sup>) –, então por que a disciplina normalmente continua posicionando o seu objeto como se ele sempre tivesse estado ali? Há mais de uma resposta para isso, mas no centro de todas as respostas, está a noção de que o que a escrita da história naturaliza não é primariamente a própria história, e sim o objeto *do qual* a história trata, o objeto de toda a escrita da história – o Homem, a humanidade.<sup>10</sup> A ficção de que a história-como-disciplina é o estudo de uma história-como-objeto que está dada serve para tornar a consciência humana o sujeito e a fonte de tudo o que acontece: a história é onde um “humanismo transcendental” (LÉVI-STRAUSS 1972, p. 262). é instituído, é onde um “narcisismo transcendental” encontra a sua morada (FOUCAULT 1976, p. 203). Esse “humanismo” (Althusser) ou “antropologia” (Foucault) ou “metafísica” (Derrida) é o que está na base do(s) código(s) da história, e é o motivo pelo qual se tem resistido tão vigorosamente à crítica do historicismo. Incapaz de sustentar a ficção de que os homens fazem a língua, de que o texto incorpora a intenção autoral, e assim por diante, a própria história é “o último local de descanso do pensamento antropológico” (FOUCAULT 1976, p. 14), a fortaleza na qual o sujeito soberano e a sua consciência se refugiam.

Em outras palavras, não é que existe o Homem, que possibilita e autoriza a História; ao contrário, a ideia de história ajuda a produzir e a garantir o humanismo. Se isso é assim – se o historicismo gera uma ilusão na qual o efeito é erroneamente tomado como causa, de modo que o Homem é tido como o motivo da história, quando ele na verdade é um efeito de práticas representacionistas,

181

<sup>8</sup> Por exemplo, a caracterização de Michael Oakeshott sobre o que constitui a história como disciplina é muito diferente da caracterização de Lévi-Strauss. O que ambos têm em comum é não uma resposta, e sim o fato de que ambos pensam que é importante fazer a pergunta, “De que modo a disciplina da história constitui o seu objeto?” Eles fazem essa pergunta porque não aceitam que o objeto da história esteja simplesmente “dado”, esperando para ser encontrado e descrito. Assim, Oakeshott inicia sua exploração do que constitui um “modo de entendimento” histórico específico observando que “um modo de entendimento não pode ser especificado em termos de uma assim-chamada questão temática; aqui, como sempre, as condições de entendimento especificam o que está para ser entendido” (OAKESHOTT 1983, p. 5).

<sup>9</sup> Veja, por exemplo, o texto do programa de Lucien Febvre de 1949, onde ele declara que a história “organiza [fatos] em uma série” e que o faz “de acordo com as necessidades do presente” (FEBVRE 1973, p. 41). No caso da escola dos Annales, esse reconhecimento moldou sua prática histórica.

<sup>10</sup> Assim Febvre, citado acima, também defende a substituição da palavra *história*, sugerindo como alternativas as palavras *antropocronologia* ou *etnocronologia* (FEBVRE 1973, p. 35). A insatisfação com a palavra *história* surge porque ela teria “esgotado” o seu significado, e porque seria uma palavra equivocada, significando tanto o evento e a ciência daquele evento. As alternativas, como se deve notar, embutem esse reconhecimento (antecipando Lévi-Strauss) de que a história é um código, tendo a cronologia no seu centro, enquanto continuam abraçando a ideia de que o tema desse código é o Homem. Poderia parecer mais fácil reconhecer a natureza construída do código (o historiador criativo pode reverter isso em seu favor, escrevendo histórias diferentes e melhoradas, tais como as histórias da *longue duree*, e assim por diante) do que problematizar a antropologia filosófica humanista, que proporciona a esse código o seu tema.

incluindo a escrita da história – então o Homem do humanismo deve ser de fato um homem específico, e a escrita da história, o código de *alguém*. E assim é: o *Homem* é esse humanismo, e essa antropologia, é o homem branco, ou ocidental, do qual deriva a descrição de Derrida sobre a metafísica (e a história que ela sustenta) como “mitologia branca” – “o homem branco toma a sua própria mitologia [...] o seu próprio *logos*, isto é, o *mythos* do seu idioma como a forma universal daquilo que ele ainda deseja chamar de Razão” (DERRIDA 1982, p. 213).

Frequentemente se diz que o exato oposto é verdadeiro: diferentemente da Razão abstrata do Iluminismo, o historicismo está atento às particularidades, àquilo que é único, ao diferente. O fundador da “escola histórica do direito” afirmou que, ao invés das categorias invariantes e universais do direito natural e do Iluminismo, “o espírito histórico [...] é a única proteção contra um tipo de autoilusão [...] a saber, o apego àquilo que é peculiar a nós mesmos como se fosse comum à natureza humana em geral [...] ver os nossos pensamentos sob uma falsa luz de universalidade. [...] Tudo o que existe é o sentido histórico para nos proteger contra isso” (F.C. von Savigny, citado em OLDROYD 1979, p. 193). Porém, à luz dos argumentos acima, podemos nos perguntar se a afirmação de que todos têm a sua história, ainda que diferente, não é atender as diferenças, e sim universalizar uma maneira em particular de conceber, de se relacionar e de registrar o passado. Seria possível que quando se trata de reconhecer e representar a diferença, o historicismo seja parte do problema, e não da solução?

182

Baudrillard oferece uma crítica reveladora de um dos mais potentes historicismos da nossa era, o de Marx. Em uma leitura possível da sua obra, Marx historicizou categorias que a economia política burguesa tratava como eternas. Assim, por exemplo, por trás das formas de produção características da sociedade capitalista, Marx encontra o homem produzindo diferentemente em diferentes eras, incluindo até mesmo a produção de si mesmo como “homem”, diferentemente, em diferentes eras. De fato, trata-se de um historicismo radical, mas que, como argumenta Baudrillard, ao historicizar as categorias da economia política (trabalho e produção), também e inadvertidamente transformá-las em postulados antropológicos universais. De fato, “a produtividade não é primariamente uma dimensão genérica, um miolo humano e social de toda a riqueza a ser extraído da casca das relações de produção capitalistas”; ao invés disso, “o desenvolvimento abstrato e generalizado da produtividade [na sociedade burguesa] é o que faz com que o próprio *conceito de produção* apareça como o movimento e o fim genérico do homem. [...] em outras palavras, o sistema da economia política [...] produz a própria concepção de força de trabalho como o potencial humano fundamental” (BAUDRILLARD 1975, p. 30–31). Assim, criticar a economia política a partir de um ponto de vista tão historicista é ao mesmo tempo generalizá-la.<sup>11</sup> E uma vez que iniciemos supondo a existência e a

<sup>11</sup> Que é a conclusão de Baudrillard —“tendo falhado em subverter as fundações da economia política, o materialismo histórico resulta apenas na reativação do seu modelo em um nível mundial” (BAUDRILLARD 1975, p. 91).

importância da produção, outras sociedades são “iluminadas apenas em termos desse modelo, e não de suas especificidades, ou sequer como [...] no caso das sociedade produtivas, *em sua irreduzibilidade à produção*” (BAUDRILLARD 1975, p. 86-87). O ponto final é o ponto crucial; não é que o trabalho e a produção em algumas sociedades sejam historicamente diferentes, mesmo se eles estiverem “misturados” com a religião e o dom; e sim que as próprias categorias de trabalho e produção podem ser inadequadas ao seu objeto.

Darei outro exemplo, a partir do meu trabalho atual. Estou escrevendo um livro sobre pedagogia e subjetividade na Índia colonial, um livro que é em parte uma história, mas que também confluiu para um momento reflexivo, que pergunta o que significa escrever uma “história” daqueles que nem sempre viveram *na* história. Tenho diante de mim a versão preliminar de um capítulo sobre o fenômeno do “abarroamento”. Nele, documento uma queixa que já dura um século, de que os estudantes indianos *abarrotaram*, o que significou não que eles deixaram para estudar no último minuto, e sim que eles aprenderam na base da simples memorização, indiferentes ao significado daquilo que estavam aprendendo. Nesse capítulo, eu pergunto a que tipo de ansiedade essa queixa presta testemunho, e também pergunto que suposições uma pessoa deve ter para ver o abarroamento como uma “falha” na educação. Minha resposta (para resumir cruamente) é sugerir que o abarroamento somente é uma falha se adotamos como nossa norma uma concepção histórica específica de conhecimento, ligada a uma concepção histórica específica da questão. Esse ideal moderno é o ideal do sujeito como agente autônomo e autodeterminado, a fonte de significados e valores, que habita (e confronta-se) em um mundo sem propósito que, em si, é desprovido de significados e valores. A revolução social que cria esse sujeito desloca o centro de gravidade do mundo, como uma ordem significativa passível de conhecimento pela leitura, como um texto, e harmonizando-se com a sua ordem subjacente, para o sujeito que o confronta como um conjunto de leis e regularidades mecânicas, e que para entendê-lo, deve *internalizá-lo*. Existe uma inflexão adicional, romântica ou expressionista, a respeito disso, pela qual o aprendizado está ligado à autenticidade; somente conta como conhecimento realmente adquirido aquele conhecimento que aflora a partir de dentro do sujeito, e que está conectado com a personalidade singular daquele sujeito, articulando-a de alguma forma. A ansiedade sobre o abarroamento expressa o receio de que na Índia colonial a educação ocidental moderna estava falhando em criar esse tipo de sujeito, com essa relação com o conhecimento; de fato, aconteceu que estudantes indianos tenham dobrado o novo sistema educacional em favor de seus próprios pontos fortes, utilizando métodos “tradicionais” de memorização para guardar o novo conhecimento na memória, subvertendo assim o seu intento.

Esse é um argumento tipicamente historicista, que deriva a sua carga intelectual da demonstração da historicidade de uma categoria central de análise, e, ao desnaturalizá-la, abre também os nossos olhos para outras possibilidades (neste caso, a possibilidade de outro tipo de sujeito, cuja relação com o conhecimento e com o mundo pode ser radicalmente distinta). Os ganhos



intelectuais desses movimentos historicizantes não são insubstanciais, mas eles também têm um custo (menos óbvio e aparente). Creio que o argumento que desenvolvo na versão preliminar do meu capítulo, e que resumi rapidamente, alcança um ponto valioso, mas agora também estou incomodado pelo fato de que enquanto recusa a identificação do “sujeito” com a Europa moderna, minha jogada historicista realizou isso *precisamente por universalizar a categoria de “sujeito”*. Ao que parece, o historicismo registra sim uma diferença, mas apenas (em uma maneira que parece resolutamente hegeliana – o Hegel que, nas palavras de admiração de Merleau-Ponty, “iniciou uma tentativa de explicar o irracional e integrá-lo a uma razão aumentada”)<sup>12</sup> pela ampliação da sua rede, de modo que a diferença assim reconhecida seja recuperada dentro de uma similitude mais ampla.

184

Lembremos que algo desse tipo é a acusação levantada por Derrida contra *Madness and Civilization*:<sup>13</sup> que Foucault não tenha tido (e que não tenha sido possível obter) sucesso em escrever “uma história da loucura *em si*, ou seja, da loucura falando a partir de sua própria experiência e sob sua própria autoridade” (DERRIDA 1978, p. 34). Escrever uma arqueologia da loucura, restaurar a uma loucura silenciada a sua fala, mesmo que essa “fala” seja de fato um silêncio, já é situar o indivíduo dentro da Razão, e portanto reiterar aquele momento fundacional (da fala e da sua historicidade) quando a loucura foi expulsa e internada. Derrida pergunta, “Não seria uma arqueologia, mesmo que do silêncio, uma lógica, ou seja, uma linguagem organizada, um projeto, uma ordem, uma sentença, uma sintaxe, um trabalho? Não seria a arqueologia do silêncio a mais eficaz e sutil restauração, a *repetição* [...] do ato perpetrado contra a loucura – e não o seria no exato momento em que esse ato é denunciado?” (DERRIDA 1978, p. 35).<sup>14</sup> Em um raciocínio semelhante, seria o caso de pensarmos que historicizar é dar ao diferente o seu quinhão apenas ao emaranhá-lo ainda mais firmemente na História, e, assim, na Razão? De maneira tal que até mesmo a forma em que reconhecemos o provincianismo de nossas próprias categorias-mestras é a de reconhecer que a historicidade tem uma história, e escrever frases como “a atitude medieval em relação à história é, em si, um fenômeno histórico que requer explicação” (FRANKLIN 1963, p. 18)? Até mesmo Nietzsche, cujas reflexões e reprimendas sobre a história são um ponto de partida para qualquer tentativa de problematizá-la, pode formular a peculiaridade da consciência histórica apenas em termos históricos: “Quando vejo *esta era* com os olhos de *uma era distante*, não encontro nada mais incomum no homem dos dias atuais do que sua peculiar virtude e doença chamada de ‘sentido da história’ (NIETZSCHE 2001, p. 190, ênfase adicionada)”. Será que, uma vez que estamos na história, o máximo que podemos fazer é reconhecer que viver na

<sup>12</sup> Citado em ROTH 1988, p. 48. Merleau-Ponty também declara que “essa permanece sendo a tarefa do nosso século”.

<sup>13</sup> Agradeço ao(à) leitor(a) anônimo(a) de *Social Text* que trouxe esse ponto à minha atenção.

<sup>14</sup> Para deixar bem claro o ponto em questão: “O infortúnio dos loucos é que os seus melhores porta-vozes são aqueles que mais os traem; o que significa dizer que quando uma pessoa tenta transmitir o seu silêncio *em si*, já passou para o lado do inimigo, o lado da ordem, mesmo se a pessoa estiver lutando contra a ordem a partir de dentro. [...] nesse sentido, sinto-me tentado [!] a considerar o livro de Foucault como um poderoso gesto de proteção e internação” (DERRIDA 1978, p. 36 e p. 55).

história não é inevitável ou universal – o que não nos equipa necessariamente para conhecermos melhor aqueles que percebemos como não colocados de maneira semelhante, quanto mais permitir que saíamos da história?

É claro, as mesmas restrições se aplicam ao meu próprio argumento. Buscar problematizar a história e a escrita da história não é encontrar o lado constitutivo exterior da Razão, e assim equipar-se melhor para conhecer o Outro. Em todo caso, como deve estar claro, o objetivo deste escrito não tem sido tornar o código da história mais adequado a passados não-ocidentais, ou provocar e promover uma melhor escrita da história. Ao invés disso, tem sido o de mostrar os limites da escrita da história e, nesse sentido, o de fazer uma crítica da Razão histórica: não se trata de demonstrar o que podemos e o que não podemos esperar razoavelmente de uma Razão singular, e sim de pluralizar a Razão.

### **Razão ou Raciocínio?**

Não estou afirmando, ao contrário do que frequentemente imaginam os historiadores, e do que é comumente ensinado nos departamentos de história das universidades, que o “fato” da história leva (em sociedades suficientemente alfabetizadas e “desenvolvidas”) à escrita da história e ao historicismo. Viver na história, e desejar escrevê-la, não é um postulado antropológico universal (e, de modo muito mais enfático, não se enraíza em uma experiência existencial de tempo);<sup>15</sup> ao invés disso, é uma maneira específica de conceber o mundo e estar nele, ao mesmo tempo uma tradição de raciocínio, um jeito de ser, e uma prática específica da subjetividade. A emergência dessa orientação rumo ao passado e à essência do ser é específica de certos povos (sociedades, classes), e não de outros. Está conectada a alguns fenômenos – a emergência do Estado-Nação moderno, “progresso”, racionalidade científica – e não a outros, contra os quais ela pode até mesmo se definir (magia, deuses). O fato de que ela é um código, e que portanto outros códigos são possíveis, é obscurecido pelo fato de que a ideia da história presume e ajuda a garantir a ideia de Homem. Esse humanismo ancora a noção de que há um único Homem, mas há muitas histórias a seu respeito. Trazer esse humanismo ao exame e reconhecer que é a escrita da história que produz a história, ao invés de ser o *fato* da história que produz a escrita da história, é abrir o pensamento para novas possibilidades, incluindo a possibilidade de que o que temos é não o Homem, o Sujeito da história, que se torna então pluralizado na forma de tantas histórias diferentes sobre os homens, e sim que desde o início temos os homens, temos diferentes sociedades humanas que concebem e se relacionam com o passado de múltiplas maneiras, passados que não estão acessíveis a eles (ou a nós) fora dos códigos e formas representacionais que usamos para representá-los.

185

<sup>15</sup> O tempo, assim como as pessoas o vivenciam e experimentam, tem muitas formas, e as mais comuns dessas formas não são históricas (p.ex., o ano em que meu filho nasceu [...] a hora em que as plantações falharam [...]). Paul Veyne marca bem esse ponto: “A história é uma noção livresca, e não existencial; ela é a organização feita por uma inteligência, dos dados relacionados a uma temporalidade que não é a do Dasein” (VEYNE 1984, p. 72).

Se fosse realmente um fato ontológico que existe um tempo secular, desprovido de deuses e habitado por todos, no qual a causalidade opera de determinadas maneiras, então é claro que o “nosso” modo de representar esse passado, como uma “história” constituída por meio de protocolos racionais na escrita da história, seria de longe o melhor. Mas se esses não são fatos, e sim efeitos de práticas representacionais, e se os passados não estão acessíveis a nós por fora dos códigos e práticas representacionais que usamos para representá-los, então as coisas começam a aparecer de maneira muito diferente. Se abandonarmos a ideia de que o passado existe independentemente de nossas representações a seu respeito, então a pergunta deixa de ser ‘que maneira de representar o passado é ou não verdadeira’, para ser ‘como os povos constituem diferentes relações com a noção de passado?’ O mito e o épico já não aparecem como instâncias de deturpação da própria história, ou como precursores primitivos de uma consciência história adequada, e sim como outras maneiras de construir o próprio passado e a própria relação atual com o passado.

186

É claro, é verdade que a escrita da história é crescentemente imperial em suas pretensões de representar todos os passados, e que isso não é apenas uma questão de arrogância, e sim uma consequência real das transformações do mundo. Também é verdade que a insistência em supor que todo mundo tem uma história não só veio do ocidente, mas talvez e acima de tudo dos povos que temeram ser categorizados como “povos sem história”, e que clamorosamente negaram essa possibilidade, insistindo que também tinham uma história, representável no código da escrita da história. Na Índia, a demanda de que os indianos deveriam escrever a sua própria história foi feita por Bankimchandra Chatterjee no século dezenove,<sup>16</sup> e essa demanda foi ecoada – e cumprida – nas décadas seguintes. O nacionalismo indiano foi um dos principais veículos disso – ele conseguiu produzir tanto uma nação quanto uma história dessa nação.<sup>17</sup>

Quanto mais os processos de transformação social cumprem o seu papel, e quanto mais as elites indianas continuam nos dando uma história – para seguir com o nosso exemplo principal, quanto mais os deuses forem expulsos do mundo em direção às consciências das pessoas –, mais a escrita da história se torna capaz de codificar esses passados e presentes. Mas esse processo é, em si, irregular,<sup>18</sup> e devemos ser cautelosos em pressupor que ele é um processo que avança rapidamente e que está próximo da sua finalização. Alguns indianos

<sup>16</sup> A esse respeito, veja CLARK 1961; KAVIRAJ 1998, cap. 4; CHATTERJEE 1995, cap. 4; GUHA 1988.

<sup>17</sup> Ao fazê-lo, o nacionalismo produziu uma historiografia racional, um modo de relacionar o passado que é totalmente distinto do modo expresso nas tradições originárias, incluindo o que Guha denominou como os “passados vernaculares” das classes subalternas. Na inimitável interpretação de Guha, “os subalternos em termos de casta, classe e gênero ainda continuariam por um longo tempo [ou seja, após a ascensão da historiografia nacionalista] falando sobre os seus próprios passados [...] em dialetos que eram notáveis por sua indiferença em relação à língua franca de um nacionalismo monista. Os escritos desses passados transitavam em meio a jurisdições estritamente locais, além da palidez do Raj e do suposto real porvir nacionalista. Os sotaques, idiomas e imaginários que os caracterizavam eram estranhos ao léxico de uma Razão pós-Iluminismo que fornecia uma boa parte do vocabulário distintivo da historiografia e do nacionalismo. Eles desafiaram a incorporação genérica ao discurso histórico e foram convertidos em palavras por meio dos genealogistas, baladistas, contadores de estórias e velhos sábios – ou seja, pelos depositários da memória comunitária – e não por historiadores” (GUHA 1992).

<sup>18</sup> Um dos argumentos importantes dos primeiros volumes de *Subaltern Studies* foi o de que havia dois domínios de política e consciência na Índia colonial, um domínio da elite e um domínio subalterno. Veja GUHA 1982; e CHAKRABARTY 1985. Em um sentido um pouco diferente, veja SETH 1999, p. 111–12.

têm aprendido (por exemplo) a considerar o Lal Qila (Forte Vermelho) em Déli como um monumento histórico, uma parte valiosa do passado nacional, e até mesmo um símbolo do sincretismo que participou da construção de uma nação diversificada, porém unida. Outros o tratam como mais uma muralha de cidade na qual podem se aliviar. Que o primeiro grupo se desespera com a falta de consciência cívica, de orgulho nacional, etc., do segundo, serve para mostrar que muito está em questão. A história e a consciência histórica são valorizadas porque são vistas como ligadas à cidadania, ao patriotismo, ao secularismo, a certas narrativas de justiça social, e assim por diante. Pode ser que por esses motivos se torne desejável que todos nós venhamos a viver na história; ou pode ser, como, por exemplo, argumentou eloquentemente Ashis Nandy, que a eventualidade de todos habitarem o mundo da história constituiria uma calamidade política e ética.<sup>19</sup> De qualquer forma, no momento, esse processo está longe de se completar, e a não ser que, e até, que ele se torne completo, a escrita da história como código continuará sendo inadequada para os passados não-ocidentais.

É claro, isso não significa dizer que devemos deixar de escrever histórias da Índia. Não estou propondo aqui que os historiadores abracem uma determinação autoanuladora. E menos ainda que abandonemos a argumentação e o exercício da crítica. Pluralizar a razão não significa abandonar o raciocínio; negar que existe um ponto arquimédico, a partir do qual é possível exercer a crítica, não é defender o fim da crítica. Mas é, sim, defender uma reconsideração daquilo que pensamos estar fazendo quando redescrevemos o(s) passado(s) dos povos em termos que lhes são alheios. Se o que existe é não a Razão, e sim tradições de raciocínio; não a História e suas representações na escrita da história, e sim muitos passados re-presentados de muitas formas, então não podemos escrever com qualquer presunção de privilégio epistêmico. Precisamos conceber a escrita da história do modo ocidental e moderno não com um veio imperialista (não estamos corrigindo as percepções errôneas dos outros acerca dos seus passados), e sim como um exercício de tradução (estamos traduzindo as suas autodescrições em termos que fazem sentido dentro das nossas tradições intelectuais). Não se trata de recuar em nossas tradições – pois elas são o ponto de partida do nosso exercício de razão, se quisermos mesmo exercitar a razão. Só não atribuímos a elas um privilégio epistêmico a priori.

Estou bem consciente de que, como descrição, isso é selvagememente utópico. O motivo pelo qual o modo de história moderno e ocidental assume um privilégio epistêmico está conectado ao imperialismo; os bosquímanos do Calaari não fazem antropologias do homem branco, assim como os pandits indianos certamente não escrevem “histórias” purânicas contando a estória do colonialismo.<sup>20</sup> Mas se o adotamos como um ideal regulatório – não um ideal

<sup>19</sup> NANDY 1995; também NANDY 2001. Veja também os diversos escritos de Vinay Lal, incluindo LAL 1996.

<sup>20</sup> Apesar de eles já o terem feito em um momento, como no caso da obra de Mrityunjay Vidyalkar, *Rajabali* (1808), que cobre um período de tempo desde os reis do *Mahabharata* até os tempos coloniais recentes. Eventualmente, esses relatos deixaram de ser escritos; a história “originária” terminou tendo um significado de história nacionalista, talvez anticolonial, mas ainda assim escrita de acordo com os protocolos da historiografia racionalista.

regulatório da razão singular, no sentido kantiano, e sim um ideal regulatório de como dar razões ao se confrontar com outros modos de raciocínio –, isso pode servir para fazer com que a escrita da história deixe de ser uma prática imperialista e se torne uma prática ética.

### Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. **Reading "Capital"**. London: New Left, 1970.
- ASAD, Talal. **Genealogies of Religion**. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. **The Mirror of Production**. Trans. Mark Poster. St. Louis: Telos, 1975.
- CERTEAU, Michel de. **The Writing of History**. Trans. Tom Conley. New York: Columbia University Press, 1988.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Invitation to a Dialogue. In GUHA, Ranajit (Ed.). **Subaltern Studies 4**. Delhi: Oxford University Press, 1985.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, Partha. **The Nation and Its Fragments**. Delhi: Oxford University Press, 1995.
- 188 CLARK, T. W. The Role of Bankimchandra in the Development of Nationalism. In: PHILIPS, Cyril Henry (Ed.). **Historians of India, Pakistan, and Ceylon**. London: Oxford University Press, 1961.
- DAVIS, Richard H. **Lives of Indian Images**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997.
- DERRIDA, Jacques. Cogito and the History of Madness. In: \_\_\_\_\_. **Writing and Difference**. Trans. Alan Bass. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- DERRIDA, Jacques. White Mythology. In: \_\_\_\_\_. **Margins of Philosophy**. Trans. Alan Bass. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- FABIAN, Johannes, **Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object**. New York: Columbia University Press, 1983.
- FEBVRE, Lucien. A New Kind of History. In: BURKE, Peter (Ed.). **A New Kind of History and Other Essays: From the Writings of Febvre**. Trans. K. Folca. London: Routledge and Kegan Paul, 1973.
- FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge**. New York: Harper, 1976.
- FRANKLIN, Julian H. **Jean Bodin and the Sixteenth Century Revolution in the Methodology of Law and History**. New York: Columbia University Press, 1963.

- GUHA, Ranajit. On Some Aspects of the Historiography of Colonial India. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Subaltern Studies 1**. Delhi: Oxford University Press, 1982.
- GUHA, Ranajit. **An Indian Historiography of India: A Nineteenth-Century Agenda and Its Implications**. Calcutta: KP Bagchi and Co., 1988.
- GUHA, Ranajit. The Authority of Vernacular Past, **Meanjin**, v. 51, issue 2, Winter 1992, p. 299-302.
- KAVIRAJ, Sudipta. **The Unhappy Consciousness: Bankimchandra Chattopadhyay and the Formation of Nationalist Discourse in India**. Delhi: Oxford University Press, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. On the Disposability of History. In: \_\_\_\_\_. **Futures Past**. Trans. Keith Tribe. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1985.
- LAL, Vinay. History and the Possibilities of Emancipation: Some Lessons from India, **Journal of Indian Council of Philosophical Research**, Special Issue: Historiography of Civilizations, June 1996, p. 95-137.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **The Savage Mind**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1972.
- MILL, J.S. Considerations on Representative Government, in **Utilitarianism, Liberty, and Representative Government**. London: Dent, 1964.
- NANDY, Ashis. History's Forgotten Doubles, **History and Theory**, Vol. 34, No. 2, Theme Issue 34: World Historians and Their Critics, May 1995, p. 44-66.
- NANDY, Ashis. A Report on the Present State of Health of the Gods and Goddesses in South Asia, **Postcolonial Studies 4.2**, 2001, p. 125-141.
- NIETZSCHE, Friedrich. **The Gay Science**. Trans. Josephine Nauckhoff. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- OAKESHOTT, Michael. On History. In: \_\_\_\_\_. **On History and Other Essays**. Oxford: Blackwell, 1983.
- OLDROYD, D. R. Historicism and the Rise of Historical Geology, Part I, **History of Science**, n. 17, 1979.
- PARTNER, Nancy. Writing on the Writing of History. In: FAY, Brian; POMPER, Philip; VANN, Richard T. (Eds.). **History and Theory: Contemporary Readings**. Oxford: Blackwell, 1998.
- ROTH, Michael. **Knowing and History: Appropriations of Hegel in Twentieth-Century France**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1988.
- SETH, Sanjay. Rewriting Histories of Nationalism: The Politics of 'Moderate Nationalism' in India, 1870 -1905, **American Historical Review**, 104.1, February 1999.
- VEYNE, Paul. **Writing History**. Trans. Mina Moore-Rinvoueri. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1984.

# A tese de Williams e o Antigo Sistema Colonial: notas sobre um debate clássico\*

Williams's thesis and the Old Colonial System: notes on a classical debate

---

**Carlos Leonardo Kelmer Mathias**

clkmathias@uol.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rua Francisco Couri, n. 31 (sobrado) - Bom Clima

6046-450 - Juiz de Fora - MG

Brasil

---

## Resumo

O presente artigo examina a influência da chamada tese de Williams no clássico livro de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. Mais de perto, o texto analisa os principais argumentos do trabalho de Eric Williams *Capitalismo e escravidão* à luz da historiografia acerca do tema e os correlacionam com algumas das noções norteadoras do estudo de Novais. Em linhas gerais, os pontos mais relevantes da tese de Williams consistem no delineamento da contribuição das Índias Ocidentais britânicas para o enriquecimento inglês e para a Revolução Industrial. Nesse sentido, Williams trouxe à baila o debate acerca da importância do tráfico de escravos e da escravidão nesse processo. Inserido no comércio triangular Inglaterra-África-Caribe, o sistema escravista teria concorrido diretamente para o acúmulo de riquezas na pátria mãe. Quando o sistema se mostrou inoportuno para os rumos naturais do capitalismo, iniciaram-se as discussões abolicionistas. O artigo situa o debate em questão e mapeia os ecos de *Capitalismo e escravidão* no livro base de Fernando Novais. O texto termina por concluir que, no nível da historiografia brasileira, malgrado os recentes avanços, muito ainda há por ser dito acerca desse campo de estudos.

190

## Palavras-chave

Historiografia comparada; Historiografia brasileira; Escravidão.

## Abstract

This article examines the influence of Williams' thesis on the classic book by Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. More closely, the paper analyzes the main arguments of the work of Eric Williams (*Capitalism and Slavery*) in the context of the historiography on the subject, and correlates these arguments with the major concepts of Fernando Novais' study. In general, the most relevant point of Williams' thesis is to emphasize the contribution of the British West Indies both for the enrichment of England and for financing the industrial revolution. In this sense, Williams has brought out the debate on the importance of the slave trade and of slavery in this process. Inserted in the triangular trade England-Africa-Caribbean, the slave system is reputed to have contributed directly to the accumulation of wealth in the mother country. When the system became a problem for the natural course of capitalism, the abolitionist discussions were initiated. The article analyzes this debate and the influence of *Capitalism and Slavery* in Fernando Novais' book, and it concludes that at the level of Brazilian historiography, despite recent advances, much remains to be said about this field of study.

## Keywords

Historiography compared; Brazilian historiography; Slavery.

---

Enviado em: 6/5/2012

Aprovado em: 11/6/2012

---

\* Esta pesquisa é financiada pelo CNPq e pela FAPERJ.

### **Capitalismo e escravidão, a tese de Williams**

Publicado originalmente em 1944, *Capitalismo e escravidão* de Eric Williams logo se tornou um dos livros referência nos estudos acerca do papel dos escravos africanos no processo de enriquecimento do império britânico da época moderna. Nas palavras do autor, trata-se de um “estudo do papel da escravidão negra e do tráfico de escravos no fornecimento do capital que financiou a Revolução Industrial e da maturidade do capitalismo industrial em destruir o sistema escravista” (WILLIAMS 1994, p. IX). Segundo Colin Palmer – autor da introdução da edição em inglês de 1994 –, o trabalho de Williams teria inaugurado uma nova fase nos estudos concernentes à relação entre o poder colonial e suas colônias, trazendo à baila o debate sobre a importância da escravidão africana e do tráfico de escravos para a economia inglesa da época. Dessa forma, sua obra contribuiu para mudar a “visão tradicional de que as colônias eram mais recipientes da benevolência metropolitana e menos agentes principais na construção da prosperidade do poder imperial” (PALMER; WILLIAMS 1994, p. XXI).

No Brasil, *Capitalismo e escravidão* foi primeiro publicado em 1975 pela editora Americana. Passados 37 anos, o livro ganhou nova edição, dessa feita pela editora Companhia das Letras e prefaciado por Rafael de Bivar Marquese. Em linhas gerais, Marquese aborda o caminho percorrido por Williams desde seu ingresso na universidade de Oxford<sup>1</sup> até a publicação de seu trabalho,<sup>2</sup> pontua os primeiros textos brasileiros influenciados pela abordagem de Williams e realiza uma exposição acerca, notadamente, das críticas realizadas por Ciro Cardoso a *Capitalismo e escravidão* (MARQUESE; WILLIAMS 2012, p. 9-23). Nesses termos, embora sirva ao propósito para o qual fora escrito, o prefácio de Marquese não aborda o debate internacional originado com a publicação de *Capitalismo e escravidão*. Assim, salvo aqueles mais versados na matéria, o leitor da obra resta alheio a essa importante discussão que em muito favorece na compreensão do tema abordado. Rafael Marquese não tece maiores considerações sobre a influência de Eric Williams no clássico livro de Fernando Novais *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, assunto do presente artigo. Na medida em que a obra de Novais é uma das referências para o pesquisador do Brasil Colônia, estabelecer as influências de Williams em seu texto à luz do debate internacional da época<sup>3</sup> fornece outras ferramentas para a compreensão de *Capitalismo e escravidão* além de situar os estudiosos que dialogam com o livro de Novais. Em essência, esse é o objetivo do corrente artigo.

Voltando ao livro em si, Williams argumenta que a riqueza da Europa se deveu à exploração do trabalho africano através do tráfico de escravos e da

<sup>1</sup> Foi onde Williams cursou o doutorado, cujo produto final é o livro ora discutido.

<sup>2</sup> A propósito de uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver ANSTEY 1968; HENRY 1997; BECKLES 1997, além da introdução de Colin Palmer anteriormente citada.

<sup>3</sup> Na medida em que o artigo trata do debate em questão, a maior parte da bibliografia utilizada foi produzida entre as décadas de 1950 e 1980, malgrado alguns textos fujam a tal recorte cronológico. O artigo não aprofunda na discussão de temas aqui apenas tangenciados como, por exemplo, o Tratado de Methuen. Isso ocorre por que, além de não ser o objetivo de o artigo estudar o assunto (e sim estabelecer as influências de Williams em Novais), tal tema mereceria, por si mesmo, um artigo para ser tratado de forma adequada.



escravidão caribenha. Em sua compreensão, a produção das Índias Ocidentais britânicas atuou sobremaneira na formação do capital inglês, lançando as fundações para a Revolução Industrial, através do comércio triangular Inglaterra-África-Caribe. Com que então as ilhas caribenhas passaram a desempenhar um papel central no sistema econômico atlântico. Por fim, e aqui repousa uma das principais contribuições do livro, para Williams a abolição do tráfico, assim como a posterior emancipação dos escravos, se deveu não tanto à atuação dos abolicionistas, mas ao arrefecimento da economia açucareira da região no final do século XVIII. Com a independência dos Estados Unidos e a publicação de *A riqueza das nações*,<sup>4</sup> teve vez uma forte crença de que o trabalho escravo era ineficiente, não lucrativo e um atraso ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, a abolição da escravidão encerraria um dos principais entraves no progresso econômico ocidental.<sup>5</sup>

Richard Sheridan assegura que fatores de ordem econômica estavam não somente por detrás do movimento abolicionista, mas também responderam pela própria adoção da mão de obra africana no Caribe. Em detalhe, à medida que o trabalho camponês livre foi se tornando mais oneroso, os *planters* orientaram seus esforços para a escravidão negra. Em seu entendimento, embora o capital inicial para a aquisição de africanos fosse superior aos salários pagos aos camponeses, os cativos possuíam a prerrogativa de se autorreproduzirem, eram menos custosos para alimentar e vestir, possuíam superioridade física e maior resistência às doenças quando em comparação com os brancos e os índios (SHERIDAN 1972, p. 16).<sup>6</sup> Tais fatores concorreram diretamente para que os escravos estivessem aptos a suportar o ônus da produção em um contexto mercantilista profundamente marcado pela busca de riqueza e lucro. Segundo Robin Blackburn, um dos fatores responsáveis por acelerar o ritmo da industrialização capitalista inglesa consistiu precisamente na “superexploração dos escravos nas Américas”. Conforme o autor, “as trocas com as *plantations* escravistas ajudaram o capitalismo britânico a avançar para o industrialismo e a hegemonia global à frente de seus rivais” (BLACKBURN 2003, p. 693).

Todavia, *Capitalismo e escravidão* também suscitou vários questionamentos e críticas. Joseph Inikori sugere que Williams não obteve sucesso na comprovação de sua hipótese segundo a qual o sistema escravista teria contribuído de forma decisiva para a Revolução Industrial. Conforme o autor, isso se deveu tanto ao fato de não

192

<sup>4</sup> Vale sublinhar que para Adam Smith as colônias britânicas consistiam “um projeto que tem custado, que continua a custar e que, continuando da mesma maneira como tem sido até agora, deverá custar uma imensa despesa, sem que pareça dar qualquer lucro” (SMITH 2010, p. 420).

<sup>5</sup> Em tempo, Selwyn Carrington considera *Capitalism and slavery* mais do que um trabalho acadêmico, um instrumento desafiador do colonialismo coevo à sua publicação e do duradouro controle do Caribe pelos poderes imperiais. À vista disso, muitos afrodescendentes enxergaram o livro de Williams como ferramenta que os possibilitavam se orgulharem de seus antepassados, pois passaram a ser vistos como agentes do processo de engrandecimento do império inglês – malgrado as condições de exploração às quais haviam sido submetidos (CARRINGTON 2003, p. 304-305). Não obstante a tímida repercussão da obra em função da 2ª Guerra Mundial, ao término do conflito o livro alcançou a comunidade acadêmica. Entre os intelectuais africanos, *Capitalism and slavery* foi celebrado como uma declaração contrária ao imperialismo britânico. Nota-se que muito dessa recepção foi caudatária do contexto avesso ao colonialismo que vigorou na segunda metade do século passado (ANSTEY 1968, p. 307-308).

<sup>6</sup> Tal argumentação pode ser previamente encontrada em *Casa-grande e senzala*, cuja primeira edição data de 1933.

haver, na época da elaboração do livro, instrumentos metodológicos e empíricos disponíveis para o intento, como por não ser aquele o foco principal de Williams. Para Inikori, o principal propósito do livro seria estudar a relação entre a abolição e a Revolução Industrial, leia-se capitalismo industrial (INIKORI 2002, p. 3-7). Por seu turno, D. A. Farnie, seguindo de perto a linha smithiana, aponta que as *plantations* caribenhas inglesas dependiam do poder metropolitano para obtenção de mão de obra, capital, mercado, manufatura e proteção naval. Logo, a produção local açucareira não possuía condições de financiar sequer uma aristocracia fundiária, quanto mais a industrialização inglesa (FARNIE 1962, p. 206-210).<sup>7</sup>

Para David Richardson, a despeito de algumas argumentações terem demonstrado que o tráfico de escravos e seu papel no financiamento da industrialização foram menos representativos do que Williams alegou, *Capitalismo e escravidão* continua a ter grande influência na historiografia que advoga em prol da importância do comércio triangular (notadamente o tráfico) no processo de gestão/financiamento da Revolução Industrial. Afirma que tal influência é devedora do fato de Williams ter apresentado seus argumentos de maneira muito ampla e genérica, não indicando claramente se ele estava a se referir aos lucros do tráfico de escravos isoladamente ou à combinação quer do comércio colonial triangular, quer do bilateral. De resto, o autor não determinou, em termos geográficos e cronológicos, as ligações que ele acreditava terem existido entre tráfico de escravos, comércio agrícola e desenvolvimento industrial (RICHARDSON 1987, p. 104).

De forma geral, e no que concerne às proposições de Williams, discute-se a importância e o papel do tráfico e da escravidão no processo de industrialização britânica, as origens da implantação do escravismo nas Índias Ocidentais inglesas, o porquê de sua abolição, o funcionamento do chamado comércio triangular etc. No Brasil, o trabalho que mais se valeu das ideias apresentadas pelo clássico *Capitalismo e escravidão* foi o hoje também clássico *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* de Fernando Antônio Novais.

193

### **A tese de Williams e o Antigo Sistema Colonial**

Consoante Eric Williams, o comércio triangular forneceu um estímulo triplo para a Revolução Industrial. Primeiro, os escravos eram permutados na África por produtos manufaturados ingleses, o que contribuía para fomentar a produção doméstica britânica. Posteriormente, uma vez tendo cruzado Atlântico, os negros eram deslocados para as *plantations*, onde produziam açúcar, algodão, anil e outros produtos tropicais que serviam de matéria-prima ou estimulavam a criação de novas atividades industriais na Inglaterra. Nesse cenário, a manutenção do sistema estimulava um mercado ultramarino para produtos industrializados ingleses. Essa operação era extremamente lucrativa para os negociantes e industriais nela atuantes (WILLIAMS 1994, p. 51-52).

<sup>7</sup> Para uma visão contrária cf. T. G. Burnard, que defende ter sido a Jamaica, a mais rica colônia britânica na América por volta de 1775, perfeitamente capaz de gerar riqueza e, em certa medida, sustentar a si mesma. Conforme Burnard, a "Jamaica era rica por que os brancos lucravam com os 92% da população que eles tinham como propriedade" (BURNARD 2001, p. 507-508).

Porém, todo esse arcabouço somente atingiria sua máxima eficiência mediante o emprego de uma política econômica garantidora da primazia metropolitana sobre o mercado colonial. Noutras palavras, tratou-se da implantação do sistema mercantilista de exclusivismo comercial. Em linhas gerais, as colônias se viam obrigadas a remeter seus produtos somente para a Inglaterra e por meio de seus navios. Podiam apenas adquirir produtos de comerciantes ingleses ou por eles reexportados. Segundo Williams, “assim, como uma criança obediente que trabalhava para a maior glória de seus pais, elas [as colônias] eram reduzidas a um estado de vassalagem permanente e confinadas somente à exploração de seus recursos agrícolas”. Nada poderia ser manufaturado em território americano e/ou caribenho. Em contrapartida, “a Inglaterra fez apenas uma concessão – aos produtos coloniais foi dado um monopólio do mercado doméstico” (WILLIAMS 1994, p. 56).

Tal argumento aponta a intrincada correlação entre tráfico de escravos, mão de obra africana, exclusivo comercial, mercantilismo, acumulação e Revolução Industrial. Esses pensamentos marcaram a proposta central de Novais, para quem o mercantilismo instituiu a montagem do sistema de acumulação cuja resultante foi a Revolução Industrial, donde era o “sistema colonial mercantilista sua peça fundamental, a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno [...]; a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial” (NOVAIS 1995, p. 69-70). Ademais, o chamado Antigo Sistema Colonial do mercantilismo era devedor do exclusivo metropolitano. No que toca ao autor:

194

Reservando-se a exclusividade do comércio com o Ultramar, as metrópoles europeias na realidade organizavam um quadro institucional de relações tendentes a promover necessariamente um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana a expensas das economias periféricas coloniais. O chamado ‘monopólio colonial’, ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime do ‘*exclusivo metropolitano*’ constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral (NOVAIS 1995, p. 72, grifos no original).<sup>8</sup>

Em 1929, Earl Hamilton defendeu que durante os séculos XVI e XVII o ouro e a prata produzidos em território americano, assim como o mercado oferecido pelo Estado da Índia, teriam exercido sua maior influência sobre o progresso do capitalismo,<sup>9</sup> notadamente na Inglaterra, na França e nos Países Baixos. Conforme o autor, tal progresso teria, de fato, preparado o caminho para a Revolução Industrial. O progresso em questão seria fruto de quatro pontos, a saber: a) a introdução de novos produtos agrícolas provenientes da América e de novas mercadorias oriundas da Ásia (especiarias e artigos de luxo) ajudou a

<sup>8</sup> Recentemente, André Villela questionou a proposta do Antigo Sistema Colonial de que o exclusivo comercial geraria considerável excedente financeiro para a metrópole que, em última instância, financiaria a Revolução Industrial. Para o autor, isso não ocorreu. Cf. VILLELA 2011, p. 4-29.

<sup>9</sup> Para esse período, Hamilton chama de capitalismo o “sistema no qual uma riqueza outra que não a terra é usada para o definido propósito de assegurar uma renda” (HAMILTON 1929, p. 339).

estimular as atividades industriais na Europa e a gerar meios de pagar por tais produtos e mercadorias; b) a emigração diminuiu a pressão populacional na Europa, contribuindo para suscitar um excedente alimentício; c) a abertura de mercados ultramarinos e a disponibilidade de matérias-primas desempenharam papel fundamental na transferência do controle da atividade manufatureira e do comércio das guildas para os capitalistas; d) e esse é o fator mais decisivo, o influxo de metais preciosos ofertou um aumento de capital disponível na Europa. Segundo Hamilton, os enormes lucros aferidos a partir da concatenação desses fatores contribuíram para o progresso do capitalismo por intermédio do fomento da Revolução Industrial (HAMILTON 1929, p. 338-357).

À semelhança da tese de Williams, Hamilton observou a importância do ultramar no financiamento da Revolução Industrial inglesa, destacando não apenas o comércio atlântico, mas também o exclusivo metropolitano no acesso, por exemplo, à prata da América espanhola e ao ouro dos domínios portugueses. A principal diferença entre os autores repousa no fato de que Hamilton não teceu maiores considerações acerca da contribuição do tráfico de escravos e da mão de obra africana no progresso do capitalismo em geral, e da Revolução Industrial em particular. Fernando Novais promoveu a junção de ambos os fatores, na medida em que o autor concatena o exclusivo metropolitano e o emprego da escravidão como os principais fatores contribuintes da acumulação primitiva de capital. Nas palavras do autor:

*O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este o mecanismo fundamental gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais anclares (NOVAIS 1995, p. 88-89, grifos no original).*

195

Consoante Novais, o objetivo do emprego do escravismo consistia em dar a forma necessária à produção colonial de modo que a tornasse capaz de viabilizar estímulos à acumulação capitalista burguesa (NOVAIS 1995, p. 97-98). Segundo o autor:

*Nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de formas compulsórias de trabalho decorria fundamentalmente da necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia europeia (NOVAIS 1995, p. 102).*

Ainda acerca da temática do exclusivo metropolitano, Fisher ressaltou, em 1963, que a partir da última década do Seiscentos, e em função das descobertas auríferas na região de Minas Gerais, as exportações inglesas para Portugal apresentaram um considerável crescimento. Nessa esteira, Portugal se tornou um dos ramos mais importantes do comércio externo inglês, revelando uma balança comercial extremamente favorável à Inglaterra. Fatores como o comércio de bacalhau, o uso que os portugueses faziam dos navios britânicos

no trato ultramarino, o crédito ofertado por mercadores britânicos aos lusos para o comércio de tecidos, o estreito relacionamento entre ingleses e membros diretores de companhias de comércio portuguesas contribuíram para que a balança de pagamentos entre os dois países pendesse positivamente para a Inglaterra. Toda essa situação era devedora do fato de a Inglaterra ser a nação mais favorecida no comércio com Portugal e suas colônias, notadamente o Brasil. Conforme Fisher, as relações mercantis firmadas entre Inglaterra e Brasil excediam o combinado das trocas comerciais da Inglaterra com a França e os Países Baixos. Nesse sentido, os tratados comerciais anglo-lusos de 1642, 1654, 1661 e 1703 “que regularam seu mútuo comércio tiveram muito efeito nessa conexão” (FISHER 1963, p. 220-229).<sup>10</sup>

Segundo Fernando Novais, o tratado de Methuen serviu a dois propósitos. De um lado, garantiu ao trono português uma posição confortável frente ao beligerante contexto europeu no século XVIII. Por outro, postando-se sob o abrigo da potência britânica, os lusos uniram seus mercados americanos aos ingleses. Tal entendimento é formulado nas passagens a seguir: “a diplomacia portuguesa tentou, é certo, manter-se à margem [...], mas acabou por ceder aos imperativos da situação, apertando-se ainda mais os liames com a Inglaterra. Os tratos de Methuen consolidaram afinal esta situação”. Em outro ponto se lê: “o segundo tratado de Methuen, abrindo o mercado português aos tecidos ingleses criava também a possibilidade de a indústria inglesa, através de Portugal, alcançar o mercado da América portuguesa” (NOVAIS 1995, p. 24; 43).

196

Conforme avançado, Eric Williams advoga em prol da forte contribuição do comércio triangular no enriquecimento britânico ao longo do século XVIII; donde a grande importância da escravidão africana no processo. Tal assertiva influenciou consideravelmente Fernando Novais. Isso pode ser percebido quando o autor afirma que

produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendente a promover a acumulação primitiva de capital nas economias europeias exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se se imaginasse uma produção exportadora por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colonial, e pois a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (NOVAIS 1995, p. 102-103).

Desnecessário dizer que o autor percebe o Antigo Sistema Colonial como “uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu” (NOVAIS 1995, p. 92). Malgrado as críticas de Ciro Cardoso à tese de Williams,<sup>11</sup> autores ainda corroboram a essência das ideias acima alocadas. Para José Arruda:

<sup>10</sup> Para Jacob Price, muito do sucesso dos mercadores britânicos no comércio ultramarino se deveu à sua exclusividade no acesso a determinados mercados (PRICE 1989, p. 274).

<sup>11</sup> Cf., por exemplo, CARDOSO 1980, p. 109-132; 2004, p. 7-29 e o prefácio de Rafael Marquese citado anteriormente.

É inegável, portanto, a decisiva importância do impacto do mercado mundial e, sobretudo, colonial, na transformação da estrutura técnica da produção industrial inglesa, até então assentada no binômio ferramenta/energia humana. Isto demonstra que o mundo colonial cumpriu um papel, desempenhando funções precípuas de elo alimentador do processo de acumulação primitiva de capitais, promovendo a transferência de riquezas das colônias para as metrópoles que se digladiavam em torno da apropriação do excedente colonial (ARRUDA 2002, p. 220).

Noutro trabalho, o autor novamente demonstra sua concordância com a perspectiva de exclusivo comercial:

A função precípua da colônia era, portanto, a de acelerar a acumulação primitiva de capitais, produzir excedentes por meio da comercialização dos produtos coloniais nos mercados europeus, lucros estes que beneficiaram diretamente a burguesia mercantil do Reino e a elite aristocrática, incrustada no aparelho de Estrado. Eram lucros de monopólio. Não quaisquer lucros. Expressavam a exclusividade da compra dos produtos coloniais a preços rebaixados e a certeza de altos lucros na revenda. O abastecimento das necessidades coloniais com produtos produzidos na metrópole ou adquiridos nos mercados continentais, igualmente garantidores de vantagens excepcionais, completavam o circuito (ARRUDA 2000, p. 246).

Recentemente, desenvolvendo a noção de "capital escravista-mercantil" Iraci Costa e Julio Pires defenderam a importância do ultramar, por intermédio do braço escravo, para a acumulação originária de capital. Conforme os autores:

A articulação produtiva entre o mundo colonial e a economia central europeia, bem como a acumulação de capital proporcionada pelo capital escravista-mercantil mostraram-se altamente relevantes no processo de acumulação do capital, ao mesmo tempo em que suas condições de existência estavam intimamente relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo em nível mundial (COSTA; PIRES 2010, p. 7-8).

Restam claros os ecos de Eric Williams em Fernando Novais e, por intermédio dele, em determinados setores da historiografia brasileira. É interessante reparar a marcada influência de uma tentativa de explicar as razões do subdesenvolvimento brasileiro à luz das considerações cepalinas a partir de meados do século passado. Fruto da exploração metropolitana ávida por drenar riquezas coloniais, o Brasil teria sempre se mostrado dependente do setor externo para obter razoáveis condições de desenvolvimento socioeconômico. Nessa esteira, um considerável número de pensadores intentou encontrar no passado colonial brasileiro as explicações de nosso precário desenvolvimento. Servir de base ao enriquecimento europeu por intermédio do direito comercial exclusivo e assentado em mão de obra escrava certamente era uma explicação sedutora, pois, tacitamente, a responsabilidade pelas condições econômicas e sociais do país acabava sendo transferida para o sicário colonizador.

### **A contribuição do tráfico e da escravidão para a economia britânica**

Dentre os inúmeros aspectos de *Capitalismo e escravidão* que rederam calorosas discussões, sem dúvida alguma a questão da efetiva contribuição do ultramar para o enriquecimento britânico anterior à Revolução Industrial ocupa lugar de destaque na historiografia.<sup>12</sup> Richard Sheridan observou que a montagem do sistema produtivo da região jamaicana – conquistada pelos ingleses junto aos espanhóis em 1655 – teria incorporado capital em várias frentes, quais sejam: junto a habitantes locais espanhóis e a imigrantes provenientes da Inglaterra e do Caribe Oriental; através do comércio com as Antilhas Menores; e, essa sim a principal fonte, por intermédio de mercadores londrinos que haviam encorajado Cromwell a conquistar a região. Nesses termos, o rendimento obtido na praça mercantil jamaicana rumava, necessariamente, em duas direções. Ou bem permanecia em território local, ou bem singrava os mares e aportava em terras inglesas. Malgrado a posição relativamente conciliadora do autor – o ultramar favoreceu a acumulação britânica, mas também o fez frente a uma elite mercantil local –, Sheridan reconhece a primazia inglesa na região. Segundo o autor:

é evidente que a economia de *plantation* da Jamaica veio a ser controlada e dirigida por um grupo de mercadores de Londres e de *planters* ausentes, e que grandes fortunas familiares eram mais estreitamente ligadas ao comércio e à finança do que à agricultura tropical (SHERIDAN 1965, p. 294-310).

198

Três anos após a publicação de Sheridan, Robert Thomas afirmou que seus dados, longe de demonstrarem que as Índias Ocidentais contribuíram para o desenvolvimento da Inglaterra, apontaram, na verdade, para o fato de que tais domínios ultramarinos retardaram esse desenvolvimento. Sheridan se equivocara tanto em sua metodologia de mensuração da riqueza jamaicana, como no aceite do rendimento gerado por essa riqueza. De resto, e aqui reside o problema mais grave, o autor implicitamente teria considerado o extensivo crescimento das colônias de açúcar como a medida de sua contribuição para o desenvolvimento econômico inglês. Consoante Thomas, o único caminho capaz de aferir a suposta ajuda das colônias para o avanço inglês reside em verificar a diferença entre os lucros obtidos pelos investimentos no ultramar – notadamente no Caribe – e os possíveis rendimentos provenientes do emprego desses mesmos recursos em outro setor/lugar (THOMAS 1968, p. 30-31). Richard Sheridan refutou tais críticas apontando não ser possível aventar conclusões com base em uma hipótese impossível de ser testada, uma vez que não há possibilidade de verificar a diferença entre os lucros alcançados no ultramar e os prováveis rendimentos do emprego desses recursos em outra esfera de investimento (SHERIDAN 1968, p. 48).

Paul Bairoch sublinhou a importância de averiguar se os lucros provenientes do comércio ultramarino responderam por uma parte significativa do total dos investimentos realizados na Revolução Industrial. Trabalhando com um cálculo

<sup>12</sup> Para uma discussão bastante detalhada do debate em questão cf. BLACKBURN 2003, capítulo XII.

superestimado, o autor detectou uma participação percentual do capital comercial na formação bruta de capital da ordem de 11% a 14%. Uma valoração mínima indicaria grandezas de 1,6% a 2,0% e a média, mais provável, entre 6% e 8%. Assim, o autor defendeu a pequena participação do ultramar na formação do capital que financiou a Revolução Industrial. Conforme Bairoch, esse capital proveio de fontes internas da Inglaterra como agricultura, artesanato e comércio local. Ao mercado exterior coube somente o fornecimento de matéria-prima, sendo que de 1790 em diante tal mercado favoreceu consideravelmente a expansão da Revolução Industrial inglesa (BAIROCH 1973, p. 545-548; 570-571).

Patrick O'Brien igualmente se posiciona contrário às ideias de Eric Williams acerca da contribuição do ultramar para a Revolução Industrial. Conforme o autor, entre 1450 e 1750 o comércio centro/periferia ocorreu em escala reduzida, não podendo, de forma alguma, "ser classificado como decisivo para o crescimento econômico da Europa Ocidental". Embora a formação de capital tenha desempenhado um importante papel nesse crescimento nos anos de 1760 até 1850, não pode ser definida como o motor do desenvolvimento econômico britânico, cuja prosperidade proveio, sobremaneira, do progresso tecnológico e da eficiência organizacional. Aliás, mais importante do que o papel do capital nesse processo é determinar qual comércio com a periferia realmente auxiliou no financiamento da acumulação primeira para a Revolução Industrial. Assim, o principal erro dos defensores da importância do ultramar na acumulação primitiva de capitais consiste no fato de eles "não considerarem o papel do comércio [notadamente o ultramarino] em relação à totalidade da atividade econômica", convencendo-se de "que o comércio com a periferia (baseado na exploração, troca desigual e pilhagem) deve ter sido um campo de lucro sem igual da empresa" (O'BRIEN 1982, p. 3-7). Por fim, o autor, sem negar algum nível de contribuição do setor ultramarino para o crescimento econômico europeu, questiona a relevância desse setor no processo com um todo. Em suas palavras:

Europeus sem dúvida investiram uma parte de seus ganhos do comércio com a África, Ásia e as Américas em capital fixo e circulante e, por isso, adicionaram *alguma coisa* à aceleração da agricultura e à produção industrial doméstica observadas durante o aceleração da Revolução Industrial. Mas quão importante foi a formação do capital para o crescimento econômico da Europa Ocidental? Os lucros advindos do comércio com a periferia suprimam uma porcentagem significativa dos fundos utilizados para financiar os investimentos requeridos pelo crescimento econômico depois de 1750? (O'BRIEN 1982, p. 5, grifos no original).

De certa forma, David Richardson inverteu determinadas propostas de Williams, defendendo que foi a Revolução Industrial que acelerou o comércio triangular, não o inverso. Conforme Richardson, durante o terceiro quarto do século XVIII houve simultaneamente um substancial aumento das atividades do tráfico de escravos britânico, da fabricação de açúcar em suas colônias e das taxas de crescimento da produção industrial. Nesse processo, o tráfico de escravos e a escravidão deveriam ser tomados não como promotores peculiares do desenvolvimento industrial inglês, mas sim como integrantes, embora subordinados, da ampliação da economia



do Atlântico Norte. Tratar-se-ia de uma expansão ditada por forças internas da sociedade britânica, notadamente o aumento da demanda por produtos coloniais (por exemplo, o açúcar). De fato, essa maior procura pelo produto-rei caribenho viabilizou um incremento das oportunidades de exportação para as mercadorias manufaturadas inglesas nos mercados ultramarinos, de forma a contribuir significativamente para a aceleração nas taxas de crescimento da produção industrial britânica (RICHARDSON 1987, p. 105).

Por fim, David Eltis e Stantey Engerman focaram suas críticas a *Capitalismo e escravidão* pelo viés do tráfico de escravos. Conforme os autores, o sistema escravista atlântico poderia ter contribuído para o florescimento da economia inglesa de quatro formas: a) oferecendo um mercado para seus produtos manufaturados; b) facultando lucros para financiar a Revolução Industrial em seu alvorecer; c) suprimindo as indústrias com matérias-primas baratas; d) aumentando o consumo na Inglaterra com a produção de alimentos por intermédio da mão de obra escrava. Dito de outra forma, além de fornecer matérias-primas mais baratas para setores industriais emergentes, o sistema escravista poderia significar: maiores mercados para os produtos britânicos, lucros para os investidores e incentivos para os consumidores. Porém, "o tráfico atlântico de escravos representou uma pequena parte do comércio atlântico de qualquer potência europeia. Sua contribuição direta para o crescimento econômico de qualquer nação foi trivial". O período composto dos anos de 1798 até 1802 registrou o maior número de escravos embarcados no que tange ao império britânico, momento em que as mudanças estruturais que resultaram na Revolução Industrial já tinham iniciado havia muito tempo. Para os autores, "o tráfico de escravos foi mais importante em termos relativos no terceiro quarto do século XVIII do que no último. Entretanto, em nenhum dos períodos essa atividade pareceu mais relevante quando comparada com outros ramos do comércio de longa distância". Logo, se o tráfico fosse determinante para a Revolução Industrial, ela deveria ter ocorrido antes em Portugal do que na Inglaterra (ELTIS; ENGERMAN 2000, p. 125-130).

200

Barbara Solow é, seguramente, um dos nomes de maior destaque na defesa da tese de Williams. Para a autora, o argumento segundo o qual a escravidão e o tráfico de escravos favoreceram enormemente o enriquecimento e o crescimento da Inglaterra permanece não afetado pelas críticas a ele direcionadas. Endossa a noção de que o capital aplicado nas Índias Ocidentais britânicas poderia ter sido investido em qualquer outro lugar do império, mas teria facultado uma taxa de retorno menor. A alta taxa proporcionada pelo Caribe era devedora da existência de uma oferta elástica e de uma mão de obra barata, a escrava. Rebatendo as considerações de Engerman, Solow afirmou que suas conclusões não se fiam em suas próprias estatísticas. A incidência dos lucros do tráfico de escravos sobre a formação de capital não teria sido insignificante para o período do início do aceleração do crescimento britânico. Conforme a autora, "a razão do total dos lucros do tráfico de escravos mais os lucros totais em investimentos das Índias Ocidentais para a formação do capital britânico, contrariamente às estimativas de Engerman, é tão grande que é quase inacreditável" (SOLOW 1985, p. 102-105).

Para Solow, 37 milhões de libras aplicadas nas Índias Ocidentais originariam um ganho quatro a sete vezes maior do que um investimento da mesma monta na Grã-Bretanha. Assim, os lucros adicionais sobre o capital gerados pelo trabalho escravo no Caribe se revelaram fonte de significativa poupança (aplicada no setor industrial inglês) (SOLOW 1985, p. 111). Em trabalho posterior, a autora novamente voltou à carga na defesa das ideias de Williams, asseverando que a escravidão resultou em grandes lucros para a Europa e para o comércio. Isso em função de ela introduzir suprimento elástico de um gênero produtivo para a economia, possibilitar altas taxas de reservas econômicas e habilitar tais reservas a serem investidas produtivamente. Embora tenha matizado a relação escravidão/Revolução Industrial ao sustentar que a primeira não causou a segunda (mas desempenhou papel importante), Solow sublinhou que tal sistema introduziu uma oferta mais elástica de trabalho no mundo colonial, tornando o investimento consideravelmente produtivo e viabilizando constantes retornos aos proprietários de capital (SOLOW 1987, p. 56-72).

Ainda em âmbito internacional, outros autores foram influenciados pelas ideias de Eric Williams. Franklin Knight, por exemplo, ao discorrer sobre o sistema escravista e o capitalismo arcaico nos impérios espanhol e português entre 1492 e 1713, afirmou que a escravidão ofereceu duas vantagens ao advento do capitalismo. A primeira consiste no fato de os cativos servirem ao propósito produtivo, uma vez que eram mão de obra para produção cuja finalidade repousava em ofertar produtos nos mercados consumidores metropolitanos. Tratando-se de uma força de trabalho não remunerada, a escravidão gerava produtos mais baratos incitando o consumo, proporcionando lucros consideráveis aos produtores e, dessa forma, fomentando as relações mercantis que acabaram originando investimentos industriais. Em um segundo momento, o sistema escravista, tornando os escravos mercadorias, impulsionava sua movimentação de mercado para mercado onde eram vendidos ou trocados facilmente, gerando, por isso, riqueza. Nas palavras do autor, “a escravidão forneceu ligações multifacetadas que promoveram o surgimento do capitalismo”. Nesse sentido, o tráfico teria operado em sintonia com outros ramos comerciais, demandando uma variedade de produtos para troca no mercado atlântico. Tanto na África como na América o incremento comercial do tráfico acelerou os mecanismos de produção e de troca (KNIGHT 1991 p. 65-66).

Por seu turno, Joseph Inikori argumenta que o vigor do setor ultramarino nos séculos XVII e XVIII dependeu inteiramente do crescimento do sistema atlântico baseado no comércio escravo e na escravidão africana nas Américas, de modo que esses dois pontos foram cruciais para as transformações capitalistas da Inglaterra. Prescindindo das oportunidades oferecidas pela expansão da escravidão e do tráfico no sistema atlântico, muito provavelmente as principais economias da Europa ocidental decairiam (INIKORI 1987, p. 91-92). Eugene Genovese também atrelou a escravidão à ascensão da sociedade industrial. Conforme o autor, a próspera agricultura do interior escravista do sul dos Estados Unidos serviu de base para o desenvolvimento industrial, provendo um mercado para manufaturas e uma fonte de acumulação de capital. De resto, a riqueza

dos agricultores dependeu do crescimento de centros industriais para seus produtos. Ao abordar o tema da independência do sul escravista estadunidense da Inglaterra industrial, Genovese não perdeu de vista a importância da escravidão. Conforme o autor:

A sociedade de *plantation* que começou como um apêndice do capitalismo britânico terminou como uma poderosa e amplamente autônoma civilização com pretensões e possibilidades aristocráticas, ainda que tenha permanecido ligada ao mundo capitalista através de vínculos de produção de *commodities*. O elemento essencial nessa civilização distinta foram os senhores de escravos (GENOVESE 1989, p. 14-16).

Observa-se que a premissa básica de Williams de que o tráfico de escravos e a escravidão africana concorreram diretamente para o enriquecimento britânico – com o que Fernando Novais está em sintonia – não é um consenso em termos historiográficos. De um lado, põe-se em perspectiva a relevância desses dois fatores no desenvolvimento econômico inglês questionando, inclusive, sua rentabilidade. De outro, esses pontos são tomados como a principal causa do progresso britânico em função não apenas dos lucros que viabilizavam, mas também devido ao fato de fomentarem a produção manufatureira na Inglaterra. Certo é que, ao contrário da historiografia internacional, a historiografia brasileira, acordando que o tráfico era uma atividade extremamente lucrativa, vem negligenciando o debate relativo ao papel da escravidão nas terras americanas de domínio luso no enriquecimento europeu.

202

### **O progresso do capitalismo e o fim da escravidão**

Outro aspecto de *Capitalismo e escravidão* que suscitou um forte debate é o papel desempenhado pelo capitalismo industrial na crise do sistema escravista. De acordo com Eric Williams, no final do século XVII o foco da política econômica britânica migrou da acumulação de metais preciosos para o desenvolvimento industrial, com o aumento de empregos e o encorajamento das exportações. Na lógica de funcionamento mercantilista, o melhor caminho para reduzir custos e, logo, competir com outros países englobava pagar baixos salários, para o que uma população numerosa era fundamental. Dessa forma, a condição básica da colonização – a emigração da metrópole para a colônia – inviabilizaria o projeto econômico britânico. Assim, a Inglaterra, via Companhia Africana Real, voltou-se para o tráfico de escravos no sentido de facultar tanto a colonização em si como os baixos salários necessários ao desenvolvimento econômico inglês. Todavia, quando tal prática levou à maturidade a expansão das forças produtivas metropolitanas, automaticamente tornou-se um freio ao progresso britânico – um freio de difícil remoção. Na medida em que a ascensão industrial avançava a níveis realmente elevados, o sistema operante nas Índias Ocidentais passou a ser duramente atacado no âmbito da escravidão e do monopólio comercial. Advogou-se que tal sistema não era lucrativo, razão mais do que suficiente para destruí-lo. Com o declínio do mercantilismo, a Inglaterra pôde agir contra o tráfico de escravos (proibido

em 1807) e a escravidão (abolida em 1833). O monopólio do açúcar findou em 1846 (WILLIAMS 1994, p. 15-16; p. 126-136).

Para Fernando Novais, o fim da escravidão surge como condição do avanço do capitalismo. Nas palavras do autor: "a ultrapassagem do último e decisivo passo na instauração da ordem capitalista pressupunha, de um lado, ampla acumulação de capital por parte da camada empresária, e de outro, expansão crescente do mercado consumidor de produtos manufaturados" (NOVAIS 1995, p. 70). Desse modo, em um momento a escravidão serviu à acumulação de capitais, noutra atuou como um entrave para o livre desenvolvimento do sistema capitalista. Acerca do primeiro ponto:

Nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de *formas compulsórias de trabalho* decorria fundamentalmente da *necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial*, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia europeia (NOVAIS 1995, p. 102, grifos no original).

No que respeita ao segundo ponto:

*No contexto do sistema colonial e da economia mercantil-escravista*, parte do pagamento do fator trabalho no processo produtivo era feito fora do parque produtor (referimo-nos ao pagamento do preço dos escravos aos seus mercadores); a outra parte (ou seja, manutenção do escravo) processava-se através da produção de subsistência, não dando pois lugar a operações mercantis, pelo menos em larga escala. Logo, nenhuma das parcelas em que, na economia colonial, se dividia a remuneração do trabalho se constituía em procura interna, que estimulasse autonomamente o desenvolvimento econômico. Em suma: a economia colonial mercantil escravista tem necessariamente um mercado interno reduzidíssimo (NOVAIS 1995, p. 110, grifos no original).

203

Prossegue o autor:

O mecanismo fundamental portanto mantém-se. O universo das relações mercantis é função dos senhores e, digamos, agregados. A massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis, e isso trava a constituição de um mercado interno. No conjunto, tal configuração do mundo colonial responde ao funcionamento do sistema, enquanto as economias centrais se desenvolvem apenas no nível da acumulação primitiva de capitais, e a produção se expande no nível artesanal, ou mesmo manufatureiro. Quando porém essa etapa é ultrapassada, e a mecanização da produção com a Revolução Industrial, potenciando a produtividade de uma forma rápida e intensa, leva a um crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que passam a exigir no ultramar mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade como um todo, o que se torna imprescindível é a generalização das relações mercantis. Então o *sistema* se compromete, e entra *em crise* (NOVAIS 1995, p. 112, grifos no original).

Na esteira de Williams, Novais percebe a escravidão ora fomentando o crescimento econômico/acúmulo de capital na Inglaterra, ora amainando o progresso natural do capitalismo inglês. Em ambos os autores, uma vez percebida a então anomalia representada pelo sistema escravista, tratou-se de instigar

sua supressão. Em termos da historiografia internacional, Dale Tomich notou precisamente o problema com esse tipo de raciocínio. Para o autor, estudar a abolição do tráfico e da escravidão como “produto de uma transição de arcaicas para modernas formas de economia e política” denota uma “oposição hierárquica entre escravidão e capitalismo” e implica em uma “concepção linear de tempo que elimina a complexidade do processo histórico e obscurece aspectos cruciais tanto da escravidão como do desenvolvimento do capitalismo moderno”. Frisa que o argumento que opõe escravidão e mudanças tecnológicas cria determinismos em favor de sua incompatibilidade.<sup>13</sup> Em essência, tal concepção traz consigo o risco de análises justapostas e teleológicas. De resto, o autor demonstra como as transformações no padrão de consumo dos crescentes centros urbanos europeus fruto da Revolução Industrial aumentou sua demanda por produtos subtropicais e tropicais, sendo o açúcar um dos principais. Esse contexto gerou uma profunda correlação entre o crescimento da escravidão e da produção açucareira cubanas em pleno século XIX. Conforme Tomich: “o mesmo processo que contribuiu para a destruição da escravidão dentro do império britânico resultou na intensificação da produção escrava em outras partes do hemisfério” – incluindo Cuba, Brasil e Estados Unidos – como parte da divisão internacional do trabalho (TOMICH 1991, p. 297-302).

204

Em 1976, Eugene Genovese e Elizabeth Genovese apontaram a complexidade desse paradoxo do sistema escravista. Discorrendo sobre a noção de que frente a um declínio nas condições históricas de produção os *planters* naturalmente redirecionariam a mão de obra escrava para a assalariada caso essa última fosse mais lucrativa, os autores sublinharam que dificilmente a classe dos senhores, cuja vida havia sido forjada por relações de (teoricamente) poder absoluto sobre outro ser humano, estaria apta a negar, tranquilamente, os fundamentos de sua existência social e psicológica apenas em resposta a um balanço de ganhos e perdas (GENOVESE; GENOVESE 1976, p. 9).

Mais de dez anos após a publicação desse artigo, Eugene Genovese repisou algumas de suas considerações e aprofundou outras. Segundo o autor, por um lado a região sul dos Estados Unidos necessitava que o regime escravista findasse para poder se industrializar, por outro, os interesses pessoais dos industriais do sul impediam tal término. O antagonismo entre interesse de grupo e interesse individual refletiu o paradoxo de que o domínio rural dos senhores de escravos requereu algum nível de expansão industrial para sustentar sua economia de *plantation* e seu poder político, mas não podiam suportar (economicamente) ou tolerar (politicamente) uma ampla industrialização (GENOVESE 1989, p. 181).

Observa-se que a derrocada do Antigo Sistema Colonial fruto dos empecilhos legados pela escravidão não necessariamente resiste a uma crítica mais apurada. De passagem, Jorge Pedreira oferta uma explicação alternativa para essa crise. Segundo o autor, o colapso do antigo sistema colonial teve sua origem nos seguintes fatores: a) o cenário político militar, que vinha contribuindo para o

<sup>13</sup> Consoante Novais, “a própria estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas”, sendo que o escravo não estava “apto a assimilar processos tecnológicos mais adiantados” (NOVAIS 1995, p. 108).

favorecimento do comércio português, passou, a partir do final do século XVIII, a se mover contra ele, incidindo na suspensão do regime colonial em 1808 (a invasão espanhola ao território luso em 1801 acarretou altos custos para Portugal na assinatura do armistício); b) as guerras napoleônicas, com nova invasão em 1807, culminaram com a abertura dos portos às nações amigas (o que, precisamente, pôs fim ao Antigo Sistema Colonial). Nos anos seguintes, em função do bloqueio britânico e das calamidades da guerra, a economia lusa entrou em crise. Nesse cenário, a produção industrial e a agrícola foram bastante afetadas, paralisando quase completamente o comércio internacional – retomado apenas em 1841 com uma contínua tendência de queda no que tocava ao Brasil (PEDREIRA 2000, p. 839-865).

## Conclusão

O artigo buscou apontar as influências de *Capitalismo e escravidão* no trabalho de Fernando Novais *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. Para tanto, primeiro o texto apresentou, em linhas gerais, as principais ideias de Williams e alguns dos pontos em que a historiografia internacional discorda das mesmas, principalmente acerca de um dos aspectos básico do livro: a contribuição do ultramar para o enriquecimento britânico por meio da escravidão e do tráfico de escravos. Posteriormente, o artigo demonstrou como a proposta de Williams segundo a qual a lógica de funcionamento do comércio triangular somente atingira a máxima eficiência dentro do sistema mercantilista de exclusivo comercial foi aplicada por Novais para entender de que forma esse sistema favoreceu a acumulação primitiva de capital da Revolução Industrial. O artigo também apontou a leitura de Novais acerca da importância que Williams atribuiu especificamente à escravidão no processo de enriquecimento britânico. Nessa matéria, Novais entendeu que a produção colonial orientada para o mercado europeu e para a acumulação primitiva de capital necessariamente demandava mão de obra escrava.

A seguir, o texto realizou o debate de um dos pressupostos centrais presente tanto em Eric Williams como em Fernando Novais: a efetiva contribuição da escravidão e do tráfico de escravos para o enriquecimento inglês. Tal debate se fez necessário na medida em que ambos os autores atribuíram relevo a esses dois pontos no processo em questão. Nesses termos, o artigo demonstrou que não há um consenso acerca desse tema e sublinhou que na historiografia brasileira tal discussão vem sendo negligenciada.<sup>14</sup> Por fim, o texto abordou o papel do

<sup>14</sup> Nas últimas décadas, em geral a historiografia brasileira tratou de estudar a escravidão com vistas à melhor compreensão de sua dinâmica interna, dispensando pouca atenção ao seu papel no processo de enriquecimento de nações estrangeiras. A título de exemplo, vários pesquisadores abordaram os esforços da Coroa portuguesa no recrudescimento dos impostos cobrados na capitania de Minas Gerais. Porém, pouco se falou sobre o fato de terem sido os escravos que concorreram mais diretamente para a extração aurífera. Ou seja, eles contribuíram de uma forma ou de outra para o enriquecimento quer luso, quer inglês (sem contar que a maioria desses cativos ingressou na morada do ouro via tráfico atlântico de escravos, atividade em que vários países tomaram parte). Por outro lado, muito se sabe acerca da dinâmica de funcionamento do sistema escravista em Minas Gerais, do papel desempenhado pelas negras de tabuleiro nessa sociedade, da grande quantidade de alforrias registradas ao longo de todo o século XVIII, do peso dos escravos no sistema de crédito etc. De resto, cumpre registrar que as influências provenientes da micro-história italiana têm orientado muitas pesquisas a observar trajetórias de vida, estratégias de ação, relações sociais etc., perdendo-se de vista a perspectiva macro, espaço privilegiado para o estudo da contribuição da escravidão e do tráfico de escravos no enriquecimento europeu e no engendrar da Revolução Industrial.

capitalismo industrial no fim do sistema escravista. Da mesma forma que Williams, Novais percebeu a escravidão atuando em dois estágios do desenvolvimento capitalista: primeiro concorrendo para facultar tal desenvolvimento, depois se tornando entrave para o mesmo, sendo necessária sua eliminação.

Do posto, faz-se necessário sublinhar que o presente artigo não intenta dar números finais ao debate sobre o Antigo Sistema Colonial. Pelo contrário, seu objetivo consiste exatamente em trazer à baila a importância desse debate ao apontar as influências de Eric Williams em Fernando Novais. Na ocasião em que *Capitalismo e escravidão* acaba de ser relançado em língua portuguesa, rediscutir a tese sobre o Antigo Sistema Colonial à luz do clássico livro de Williams talvez favoreça o avanço da historiografia própria ao tema. Atualmente, a historiografia relativa à sociedade colonial brasileira cuidou de demonstrar aspectos que à época da escrita da tese de Fernando Novais permaneciam ocultos, ou parcialmente compreendidos, para a maioria dos pesquisadores. A título de exemplo, hoje conhecemos mais detidamente a lógica de funcionamento do mercado interno colonial e das intrincadas redes comerciais operantes na bacia atlântica, em geral, e no Império Ultramarino Português, em particular. De igual maneira, os estudos acerca do sistema escravista da América lusa apontaram para o dinamismo das relações perpetradas entre senhores e escravos, para as possibilidades de enriquecimento dos forros etc. Hoje sabemos que parte da riqueza produzida nessa sociedade permaneceu nas mãos não apenas de sua elite econômica, mas também nas mãos de uma variada gama de indivíduos que compunham o tecido social do Brasil Colônia. Nesse sentido, a retomada das discussões sobre a tese de Williams poderiam melhor elucidar a real contribuição da sociedade colonial brasileira não apenas para o enriquecimento dessa ou daquela nação, mas para o desenvolvimento do próprio sistema pré-capitalista na época moderna.

206

### Referências bibliográficas

- ANSTEY, Roger. Capitalism and slavery: a critique, **The economic history review**, vol. 21, n. 2, 1968, p. 307-320.
- ARRUDA, José. Exploração colonial e capital mercantil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002 [1996], p. 217-223.
- \_\_\_\_\_. O sentido da Colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2000, p. 245-263.
- BAIROCH, Paul. Commerce international et genèse de la révolution industrielle anglaise, **Annales: économies, sociétés, civilisation**. 28<sup>e</sup> année, n. 2, 1973, p. 541-571.
- BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo, 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BECKLES, Hilary. Capitalism, slavery and Caribbean modernity, **Callaloo**, vol. 20, n. 4, 1997, p. 777-789.

- BURNARD, T. G. 'Prodigious riches': the wealth of Jamaica before the American Revolution, **The economic history review**, vol. 54, n. 3, 2001, p. 506-524.
- CARDOSO, Ciro. As concepções acerca do 'sistema econômico mundial' e do 'antigo sistema colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração de excedente'. In: LAPA, José Roberto (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109-132.
- \_\_\_\_\_. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].
- CARRINGTON, Selwyn. Capitalism and slavery and Caribbean historiography: an evaluation, **The journal of African history**, vol. 88, n. 3, 2003, p. 304-312.
- COSTA, Iraci del Nero; PIRES, Julio Manuel (orgs.). **O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2010.
- ELTIS, David; ENGERMAN, Stanley. The importance of slavery and the slave trade to industrializing Britain, **The journal of economic history**, vol. 60, n. 1, 2000, p. 123-144.
- FARNIE, D. A. The commercial empire of the Atlantic, 1607-1783, **The economic history review**, vol. 15, n. 2, 1962, p. 205-218.
- FISHER, H. E. S. Anglo-Portuguese trade, 1700-1770, **The economic history review**, vol. 16, n. 2, 1963, p. 219-233.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992].
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 35ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GENOVESE, Eugene; GENOVESE, Elizabeth. The slave economies in political perspective, **The journal of American history**, vol. 66, n. 1, 1976, p. 7-23.
- \_\_\_\_\_. **The political economy of slavery**: studies in the economy and society of the slave south. Wesleyan University Press, 1989.
- HAMILTON, Earl. American treasure and the rise of capitalism (1500-1700), **Economica**, n. 27, 1929, p. 338-357.
- HENRY, Ralph. Eric Williams and the Reversal of the Unequal Legacy of *Capitalism and Slavery*, **Callaloo**, vol. 20, n. 4, 1997, p. 829-848.
- INIKORI, Joseph. **Africans and the industrial revolution in England**: a study in international trade and economic development. Cambridge University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. Slavery and development of industrial capitalism in England. In: SOLOW, Barbara; ENGERMAN, Stantely (orgs.). **British capitalism and caribbean slavery**. Cambridge University Press, 1987, p. 79-101.



- KNIGHT, Franklin. Slavery and lagging capitalism in the Spanish and Portuguese American empires, 1492-1713. In: SOLOW, Barbara (org.). **Slavery and the rise of the atlantic system**. Cambridge University Press, 1991, p. 62-74.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. Ed. 6ª. São Paulo: HUCITEC, 1995 [1979].
- O'BRIEN, Patrick. European economic development: the contribution of the periphery, **The economic history review**, vol. 35, n. 1, 1982, p. 1-18.
- PEDREIRA, Jorge. From growth to collapse: the breakdown of the old colonial system: Portugal and Brazil (1750-1830), **The Hispanic American review**, vol. 80, n. 4, 2000, p. 839-865.
- PRICE, Jacob. What did merchant do? Reflections on British overseas trade, 1660-1790, **The journal of economic history**, vol. 49, n. 2, 1989, p. 267-284.
- RICHARDSON, David. The salve trade, sugar, and British economic growth. In: SOLOW, Barbara; ENGERMAN, Stanley (orgs.). **British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams**. Cambridge University Press, 1987, p. 103-133.
- SHERIDAN, Richard. Africa and the Caribbean in the Atlantic slave trade, **The American historical review**, vol. 77, n. 1, 1972, p. 15-35.
- \_\_\_\_\_. The wealth of Jamaica in the eighteenth century: a rejoinder, **The economic history review**, vol. 21, n. 1, 1968, p. 46-61.
- \_\_\_\_\_. The wealth of Jamaica in the eighteenth century, **The economic history review**, vol. 18, n. 2, 1965, p. 292-311.
- SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010 [ 1776].
- SOLOW, Barbara. Capitalism and slavery in the exceedingly long run. In: SOLOW, Barbara; ENGERMAN, Stanley (orgs.). **British capitalism and caribbean slavery: the legacy of Eric Williams**. Cambridge University Press, 1987, p. 51-77.
- \_\_\_\_\_. Caribbean slavery and British growth: the Eric Williams hypothesis, **Journal of development economics**, 17, 1985, p. 99-115.
- SOLOW, Barbara; ENGERMAN, Stanley (orgs.). **British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams**. Cambridge University Press, 1987, p. 51-77.
- THOMAS, Robert. The sugar colonies of the Old Empire: profit or loss for Great Britain?, **The economic history review**, vol. 21, n. 1, 1968, p. 30-45.
- TOMICH, Dale. World slavery and Caribbean capitalism: the Cuban sugar industry, 1760-1868, **Theory and society**, vol. 20, n. 3, 1991, p. 297-319.

VILLELA, André Arruda. Exclusivo metropolitano, 'superlucros' e acumulação primitiva na Europa pré-industrial, **Topoi**, vol. 12, n. 23, jul-dez, 2011, p. 4-29.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery**. The University of North Carolina Press, 1994 [1944].

# La administración de la justicia eclesiástica en el Río de la Plata s. XVII-XVIII: un horizonte historiográfico\*

The management of ecclesiastical justice in Río de la Plata in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries: historiographical horizons

---

**Miriam Moriconi**

miriammoriconi@hotmail.com  
Profesora-Investigadora  
Universidad Nacional de Rosario  
Entre Ríos, 758  
2000 - Rosario - Santa Fe  
Argentina

---

## Resumen

El trabajo expone las diferentes formas de tratamiento que ha merecido la justicia eclesiástica ordinaria en la historiografía sobre el Río de la Plata en el período comprendido por los siglos XVII y XVIII. A partir del relevamiento bibliográfico, se comunican algunos trazos historiográficos resultantes de la indagación de los modos en que aparecen mencionadas fuentes de derecho, potestades de personas eclesiásticas y del uso que se ha dado a los documentos generados en la administración de justicia eclesiástica en diferentes ámbitos diocesanos. Se pretende una reflexión crítica orientada al diseño de una propuesta para el estudio de los jueces eclesiásticos y el abordaje de la administración de justicia eclesiástica en el ámbito parroquial.

210

## Palabras clave

Historiografía; Eclesiología; Argentina.

## Abstract

This paper explains the different forms of treatment that have been dedicated to ordinary ecclesiastical justice in the historiography on Río de la Plata in the seventeenth and eighteenth centuries. From the literature survey, it communicates some historiographical lines resulting from the investigation of the ways in which the sources of law and the power of the clergy are mentioned, as well as of the use that has been made of the documents generated in the ecclesiastical administration of justice in different dioceses. It intends to make a critical reflection that may lead to the design of a proposal for the study of ecclesiastical judges and an approach for the administration of justice at the parish level.

## Keywords

Historiography; Ecclesiology; Argentina.

---

Enviado el: 25/6/2012

Aprobado el: 14/8/2012

---

\* El presente trabajo se realiza en el marco del Proyecto de Investigación Plurianual PIP 0318, CONICET, "Relaciones de poder y construcción de liderazgos locales. Gobierno, justicias y milicias en el espacio fronterizo de Buenos Aires y Santa Fe entre 1720 y 1830". Vigencia: 2010-2012. Agradezco la lectura atenta y contribuciones que han hecho de este artículo Darío Barrera, María Elena Barral y Elisa Caselli, así como la de los referís anónimos de esta Revista.

La prédica del clero sobre la sumisión y obediencia a Dios y al Rey ha sido interpretada como baluarte del dominio español en América. Sin embargo, el clero no solamente ha obrado en el plano de la persuasión discursiva con la poderosa arma del púlpito (DI STEFANO 2004), con su potestad divina de salvación de las almas y la administración del sacramento de la penitencia, sino que, además, detentó capacidades jurisdiccionales. Así como otras instancias de gobierno indiano se fundaron en una administración investida de poderes judiciales (GARRIGA 2006), también la administración diocesana cristalizó una forma de gobierno en torno a los tribunales eclesiásticos.

La producción de conocimiento de esa faceta de la historia eclesiástica exhibe un desequilibrio muy pronunciado entre las diferentes regiones del territorio americano cuya nota común es el predominio de los análisis sobre justicia inquisitorial (TRASLOSHEROS 2010a; GUIBOVICH PÉREZ 2003). Recién en las últimas décadas, los historiadores han dirigido la atención al campo menos explorado de los tribunales eclesiásticos ordinarios y una renovación de las perspectivas de análisis procede del cruce de la dimensión institucional y cultural de los mismos.

La mayor parte de los estudios se ha concentrado prioritariamente en la relación de la administración de justicia eclesiástica con los indios (AGUIRRE 2008; TRASLOSHEROS 2010b; LARA CISNEROS 2010). Algunos lograron demostrar el frecuente uso que los indios hicieron de los tribunales eclesiásticos poniendo en cuestión el extendido presupuesto de que los pobladores nativos eran sujetos pasivos perseguidos por la justicia (ZABALLA BEASCOECHEA 2011). No obstante, es obvio que en los tribunales diocesanos indianos no solamente estuvo involucrado el segmento indígena de la población; ya sea como litigantes, reos u oficiales, también lo estuvieron los peninsulares, hispanocriollos, mestizos y castas. Y, como permiten entrever las líneas de investigación iniciadas en la última década, tal vez el aspecto más interesante de la indagación de la práctica judicial sea que en esos ámbitos se tomaban decisiones vinculantes no solo para los actores involucrados directamente en los pleitos, sino también para todo el conjunto social.

La diócesis del Río de la Plata, fundada en el año de 1620 a partir de la segregación de una parte del territorio diocesano de Asunción del Paraguay, estuvo a cargo de autoridades con potestades judiciales eclesiásticas ordinarias que se ocuparon de administrar justicia en sus sedes catedralicias. Además, obispos o provisores en las sedes vacantes, delegaron su potestad judicial en jueces vicarios que se desempeñaron en lugares alejados de la sede diocesana. Estos últimos conocían en los pleitos dentro del término que les era asignado adquiriendo gran relevancia en la vida de las pequeñas comunidades. Las causas más conocidas son las interpuestas por materia de esponsales o nulidad matrimonial (RÍPODAS ARDANAZ 1977; MOLINA 1991; CAULA 2001; GHIRARDI 2003; 2004; LÓPEZ 2008). Sin embargo, sorprende el amplio radio de materias que se dirimieron en esos foros: testimonios de autos obrados por herencia, reclamos por retención o pagos para liberación de esclavos, robos de ganado, joyas y esclavos, verificaciones de parroquialidad,

desalojos, fianzas y excarcelaciones, certificaciones de bautismo, matrimonio y entierro o huida de esclavos.

Advertida la potencialidad de los archivos judiciales para abordar múltiples aspectos sociales y políticos (FOUCAULT 1996; FARGE 1991), queda por demostrar la importancia que en sí mismo comporta el conocimiento de la administración de la justicia eclesiástica ordinaria, ya que ese es uno de los aspectos menos conocidos del clero colonial.

Actualmente, comienzan a ser mejor conocidas sus fuentes de derecho y han sido indagados los expedientes tramitados en algunas curias diocesanas americanas (DELLAFERRERA 2002; TRASLOSHEROS 2004; FLEITER 2011; MENDONÇA 2011) o aquellos otros en los que el clero tuvo algún tipo de intervención, como son los recursos de fuerza interpuestos en la justicia regia. Pero puede observarse que aún no se ha procedido con el mismo énfasis al estudio de la organización de la justicia eclesiástica en el ámbito parroquial, ni de las formas de reclutamiento, perfil competitivo y prácticas procedimentales de esos jueces.

### **Los estudios sobre justicia eclesiástica en el Río de la Plata**

212

Al tratar de diseñar un programa de investigación sobre los referidos tribunales a partir de la bibliografía existente sobre la historia del Río de la Plata bajo el dominio de la monarquía hispánica en cualquiera de sus vertientes historiográficas, sorprende que, hasta hace pocos años, ni los tribunales eclesiásticos ni las formas de administración de dicha justicia ni los propios jueces eclesiásticos, acreditados en una amplia gama de estudios históricos, hayan devenido objeto de análisis. Eso es más sorprendente considerando la emergencia, en las últimas décadas, de líneas de investigación sobre la historia de la justicia trazadas en la encrucijada de la nueva antropología jurídica y la historia crítica del derecho (BARRIERA; DALLA CORTE 2001).

Los avances en este campo en Argentina registran zonas muy sólidas y otras áreas grises o de vacancia (PALACIO; CANDIOTI 2007; CANDIOTI 2009; BARRIERA 2010), una de las cuales es la relativa a la justicia eclesiástica colonial. No solamente no se dispone de estudios medulosos que hayan tratado el tema desde perspectivas analíticas renovadas o a partir de bases teóricas metodológicamente exigentes, sino que tampoco se cuenta con registros analíticos elementales que permitan responder preguntas tales como: ¿Desde cuándo se administró justicia eclesiástica en este territorio? ¿Quién o quiénes designaban a los jueces? ¿Qué perfil debían tener? ¿Quiénes efectivamente desempeñaron el oficio? ¿Durante qué período? ¿Con qué potestades?

Con relación a las fuentes de derecho de la justicia eclesiástica, la historiografía colonial puede abreviar en un valioso legado constituido por un conjunto de trabajos producidos desde la historia del derecho indiano, que, en las últimas décadas, habilitaron articulaciones cada vez más sensibles al abordaje de la historia de un derecho canónico indiano (BRUNO 1967; GARCÍA BELSUNCE 1994; DELLAFERRERA; MARTINI 2002; DELLAFERRERA 2004; 2006; DUVE 2007). En ese segmento, el avance en el conocimiento de desarrollos

doctrinarios y normativos que exceden el derecho canónico y que regularon el desempeño de los jueces eclesiásticos parece haber alcanzado en gran medida la esfera de los tribunales diocesanos superiores y cualquier indagación acerca de los jueces eclesiásticos parroquiales no podrá realizarse sin el dominio de su conocimiento.

Por otra parte, desde la historia social o la etnohistoria, aunque ni la administración de justicia eclesiástica ni los jueces eclesiásticos hayan constituido su objeto, los desarrollos temáticos de dichas áreas no han podido sustraerse a las actuaciones de esos agentes ni a la documentación por ellos elaborada. En la mayor parte de esos trabajos, mientras se indaga con mayor atención a otros actores sociales, es recurrente la mención de clérigos con potestades judiciales.

Así, en la proyección de un programa de investigación sobre el tema planteado, consideré indagar las perspectivas, los conceptos o categorías analíticas utilizados para el tratamiento de todas aquellas acciones e intervenciones cuyos resultados o efectos conciernen a la calidad de juez eclesiástico, ya sea que los autores en cuestión hayan o no advertido esa condición de los agentes.

Por último, una indagación bibliográfica sobre trabajos más directamente conectados con temas de la historia de la justicia colonial está orientada a examinar el lugar que le cupo a esa otra vara de justicia y a recuperar sus contribuciones para el estudio de la problemática específica planteada.

### **Visiones y abordajes de la justicia eclesiástica desde la historia del derecho**

Ricardo Levene, uno de los puntales del cambio de valoración del pasado legal colonial que se sitúa en las primeras décadas del siglo XX (DALLA CORTE 1999), reafirmó la necesidad de estudiar la historia del "derecho patrio" argentino demarcando los rasgos particulares del "derecho de Indias". En el segundo tomo de su voluminosa obra *Historia del derecho argentino*, introdujo la problemática de un *Corpus Iuris Indiarum* a partir de la incorporación de elementos de múltiples fuentes de derecho –derecho natural, derecho romano, derecho de Castilla– incluyendo acertadamente el derecho canónico. En ese programa, aunque brevemente, pues solo dedicó doce páginas al tema, dio cuenta de la importancia del derecho eclesiástico escapando del corsé de las normas legales e insinuando un clima de jurisprudencia y condiciones materiales precisas en las que pudo desenvolverse la actividad judicial eclesiástica. Se trata de condiciones que actualmente podemos remitir al análisis más aquilatado realizado por Tau Anzoátegui para todo el sistema jurídico indiano (TAU ANZOÁTEGUI 1992), pero que, en verdad, tenían un referente más inmediato. Levene introdujo esa materia a partir de Dalmacio Vélez Sarsfield, autor de *Derecho público eclesiástico. Relaciones del Estado con la iglesia en la antigua América española*. Publicada en 1871, la obra se inscribía como novedad en un tiempo en el que se esperaba:

que la enseñanza del Derecho Canónico salga del terreno eclesiástico para pasar a ser un estudio de legislación comparada, entre el derecho de la iglesia y el de la sociedad civil: haciendo ver los puntos de contacto que los une, la mutua influencia de uno sobre el otro, el auxilio que

ambos se prestan y el rol eminentemente civilizador que la legislación eclesiástica ha desempeñado en las modernas sociedades (VÉLEZ SANSFIELD 1871, p. 11-12).<sup>1</sup>

El protagonista del proceso codificador argentino fue también artífice de esa obra, que, por primera vez, se dedicó a tratar de la relación entre la "Iglesia colonial, el derecho y el Estado". A pesar del álgido debate de sus coetáneos acerca de la utilidad de su contenido y de su trascendencia en la opinión pública, la obra no ha merecido consideración para la historiografía que en este apartado estamos tratando. El libro de Vélez Sarsfield, con la excepción de Abelardo Levaggi, que lo escogió como objeto de su tesis (LEVAGGI 1969), no aparece recurrentemente citado como otras producciones; ni su autor, indefectiblemente vinculado al núcleo intelectual creador del nuevo ordenamiento legal y al proyecto del Código Civil, compone la lista de esa porción del campo académico que se denomina Historia del Derecho Canónico Indiano. Sin embargo, si se presta atención a una advertencia que lanzaba desde el prólogo original, también puede reivindicárselo en ese sentido, ya que, allí, Vélez Sarsfield introdujo la cuña receptiva de dicha fuente de derecho al expresar el punto de partida para su tratado:

Las obras de derecho público eclesiástico escritas para Europa, las leyes mismas con las que se gobiernan aquellas Iglesias, nada pueden enseñarnos porque ninguna semejanza tienen con el derecho Pontificio, ó con el derecho administrativo que ha gobernado las Iglesias de América (VÉLEZ SANSFIELD 1871).

214

No obstante primar el encapsulamiento de las interpretaciones a un corpus documental que privilegiaba como fuente los corpus legales, su propuesta contempló el aspecto receptivo y amplió el abanico de indagación al resto de producciones jurídicas eclesiásticas aplicadas en América.

En ese sentido, operó el desarrollo de la historiografía del derecho canónico indiano, la cual se nutrió con la incorporación de fuentes producidas a partir de las experiencias americanas, aunque parece haber tenido dificultades para encontrar coordenadas con el resto de la historia del pasado colonial, ya sea en la vertiente de la historia del derecho, como pretendió Vélez Sarsfield, o en la historia política institucional. Siguiendo su curso, el conocimiento de la justicia eclesiástica y sus fuentes jurídicas tuvo base en los aportes realizados por eclesiásticos devenidos historiadores, como lo fueron Cayetano Bruno y Nelson Dellaferrera. Este último, en un análisis que, hasta hoy, en un panorama de estudios sobre los tribunales diocesanos rioplatenses resulta casi excepcional, concluyó que para estudiar la justicia eclesiástica no bastaba leer textos legales ni consultar a los grandes tratadistas de la época, sin indagar las actas procesales (DELLAFERRERA 2002, p. 408). Ese interés y su labor lo convirtieron

---

<sup>1</sup> Carta del Dr. Carlos José Álvarez —catedrático de Derecho Público Eclesiástico en la Universidad de Buenos Aires— al Dr. Luis V. Varela —editor de la obra— en respuesta a su consulta sobre la utilidad de la obra para los estudiantes de Derecho, 28 de julio de 1871.

en protagonista de la consolidación institucional de dicha especialidad dentro del campo de la historia del derecho indiano, ya que fue miembro fundador del Instituto de Historia del Derecho Canónico Indiano, erigido en el año de 2006 en la Facultad de Derecho Canónico de la Pontificia Universidad Católica Argentina en Buenos Aires. Otros miembros de ese Instituto, partícipes de una red de relaciones interdisciplinarias e interinstitucionales,<sup>2</sup> han consolidado espacios para la investigación histórico-jurídica en esa área,<sup>3</sup> dinamizando, así, el estado del respectivo campo de estudios.

A esa labor puede adjudicarse la recuperación y puesta en valor de normativa local – constituciones sinodales, decretos conciliares, reglas consuetas – (ARANCIABIA; DELLAFERRERA 1979; MARTÍNEZ DE SÁNCHEZ 2003; PEÑA 2003) que propiciaron la ampliación de la base documental considerada de importancia para la historia del derecho canónico indiano. Su divulgación comienza a estimular nuevos enfoques y articulaciones con otras áreas de investigación que auspician un conocimiento más integral sobre las culturas jurídicas y la administración de justicia del período estudiado.

En esta senda pueden reivindicarse aquellos análisis que, aunque se concentren en otros espacios americanos, más que en la letra de la norma han puesto el foco en el *hacerse* de las normativas, en los modos de apropiación, ajustes o innovación respecto de fuentes jurídicas europeas (Concilio de Trento, concilios peninsulares como el de Granada o Toledo); en la aparición de disposiciones normativas acerca de determinadas materias comunes a las preocupaciones jurídicas y judiciales europeas en las cuales el componte indio o mestizo de la población americana o incluso la misma población negra esclava se presentaban como novedades (DELLAFERRERA 2008; DUVE 2011; DANWERTH 2010). Así, por ejemplo, se han explorado el estatus jurídico de *misserabilis personae* (DUVE 2007) y la práctica de la administración de sacramentos (MARTINI 1995), lo que resultó en un material de base de consulta obligada al tiempo de analizar la adscripción social de los litigantes en los foros, los procedimientos judiciales o los laberínticos desarrollos de las causas.

215

### **La justicia eclesiástica desde la historia social y la etnohistoria**

La indagación acerca de las formas del disciplinamiento social, de las moralidades e imaginarios religiosos acerca de la salud y la curación, así como los desarrollos analíticos sobre el parentesco, el mestizaje y otras temáticas comunes al campo de la historia de la familia, la historia de las mujeres o de la etnohistoria se han realizado basados en documentos elaborados por jueces eclesiásticos; sin embargo, no siempre ha sido advertida o indagada esa condición de la fuente.

<sup>2</sup> En el ámbito nacional, el Instituto de Historia del Derecho de Buenos Aires. Además, los distintos institutos europeos de Historia del Derecho y el Colegio de Michoacán, Facultad de Derecho de la UNAM (México). Merece citarse particularmente el Instituto Max-Panck de Historia del Derecho Europeo (Frankfurt - Alemania), que, desde el año de 2011, desarrolla una nueva línea de investigación sobre la historia del derecho canónico en América.

<sup>3</sup> Valgan como ejemplo las mesas sobre el tema que ocurrieron dentro de la organización de las sucesivas sesiones del Congreso Internacional de Derecho Indiano y las más recientes del Seminario Internacional "Nuevos campos de investigación en la historia de las instituciones eclesiásticas y del derecho canónico indiano", celebrado en 2011 en México y en 2012 en Lima.



Ya sea cuando se apuntó al análisis de la relación entre valores sobre el matrimonio y la sexualidad (LAVRIN 1982; SUÁREZ 1993), o cuando se buscó establecer una tipificación de delitos y pecados examinando las modalidades de persecución, condena y castigo dirigidos a modelar determinadas prácticas sociales vinculadas a la problemática de la conyugalidad y el comportamiento femenino (ASPELL 2006a; VASSALLO 2006), los investigadores no escaparon de los registros parroquiales, de los expedientes eclesiásticos, ni de la consideración de la matriz católica en la cual el matrimonio es un sacramento esencial de la vida cristiana. Sin embargo, antes que en los procedimientos y configuraciones judiciales eclesiásticas necesarios para la constitución familiar y la inserción social en una comunidad cristiana, esos historiadores se han concentrado preferentemente en la condición punitiva y performativa de los discursos e intervención de los agentes eclesiásticos (MALLO 1992; 2004; DELLAFERRERA 1991; GHIRARDI 2004; 2005; FERREYRA 2005; KLUGER 2005; ASPELL 2006a).

Los jueces eclesiásticos tenían potestad para tomar las amonestaciones pertinentes al otorgamiento de licencias de matrimonio, incluida una función de vital importancia: la de certificar la condición socioétnica de los contrayentes o la de cualquier parroquiano o parroquiana que la requiriera. En una sociedad estamental y *pigmentocrática* como la colonial (LAVALLÉ 1999; ARES QUEIJA 1997), no debe soslayarse esa poderosa herramienta en sus manos; pues, si bien los jueces eclesiásticos debían ajustarse al derecho canónico, en el término parroquial, determinaban quiénes eran feligreses y quiénes no lo eran, quiénes eran españoles, negros o indios y quiénes eran mestizos, pardos, zambos o mulatos; quiénes eran hábiles para contraer bautismo y matrimonio y quiénes no (MORICONI 2011).

216

En un estudio acerca de las relaciones entre la descendencia legítima y la bastardía, Roxana Boixadós reconstruyó un caso de efectiva incorporación de hijos ilegítimos mestizos a la sociedad hispanocriolla por medio de la relación con una rama legítima de una familia reconocida en la ciudad de La Rioja. La autora suscribe tangencialmente la implicancia de los agentes judiciales en las tramas sociopolíticas, ya que también advirtió algunas complicaciones experimentadas por uno de los miembros de dicha familia que “tenía cuentas pendientes con la justicia eclesiástica y capitular; entre ellas una excomunión que pesaba sobre él por haber agredido de palabra y acción (violencia manifiesta) al cura vicario y juez eclesiástico del valle de Famatina” (BOIXADÓS 2005, p. 107).

Otros dos ejemplos que, desde concepciones divergentes, se han detenido en una reflexión crítica acerca de la intervención de los jueces eclesiásticos son los aportados por María Elena Barral y Elsa Caula. Barral ha apreciado que “a través de este tipo de mediaciones se convirtieron en piezas clave del funcionamiento burocrático de la monarquía y de su sostén ideológico” (BARRAL 2007, p. 15). Caula, analizando un caso de disenso matrimonial, aunque interpretó a los oficiales de justicia regia como “autoridades judiciales estatales” y, consecuentemente, escindidos y diferenciados de las “autoridades eclesiásticas”, alertó sobre la incidencia que las redes vinculares entre jueces y pleiteantes podían tener en ese tipo de determinaciones (CAULA 2001, p. 131-132).

Esas decisiones de peso en las tramas familiares y sociales por parte de quienes, por su estado clerical y, en la mayor parte de las veces, por su pertenencia familiar, eran miembros de las élites locales no debieron pasar por alto a quienes pretendían mover los resortes políticos de la comunidad. La reconstrucción de las políticas matrimoniales para explicar la constitución de las élites no debería omitir el rol de los jueces eclesiásticos. Los registros de licencias matrimoniales, así como las dispensas, además de reservorio de datos, pueden indagarse como dispositivos utilizados por dichos agentes, que fueron mediadores imprescindibles para la concreción de las referidas políticas matrimoniales y para dirimir posiciones en las competencias intra o inter elites.

En otra línea de trabajos que exploran las formas de persecución y castigo de las prácticas de brujería, hechicería o adivinación, se ofrece un conocimiento de los procesos inquisitoriales mucho más exhaustivo si se lo compara con las informaciones disponibles sobre los procedimientos y los recursos de la justicia eclesiástica ordinaria (FOGELMAN 2006; ASPELL 2006b; 2007). La comprensión cada vez más sensible a las singularidades de esos proceder permite realizar relaciones más ajustadas en los complejos ámbitos judiciales, tal como lo ha demostrado Judith Farberman al reconocer la apropiación de los métodos inquisitoriales del Santo Oficio de parte de los alcaldes ordinarios del cabildo de Santiago del Estero, quienes, basándose en unos "rudimentarios" conocimientos de derecho y demonología católica, juzgaron prácticas de hechicería como delitos gravosos contra la fe (FARBERMAN 2005).

De ese modo, orientados hacia otras temáticas, en el horizonte trazado por diferentes intereses, los trabajos referidos abren sendas propicias para indagar a la justicia eclesiástica ordinaria. Lo que asoma de esas lecturas es que, dentro de las reglas del juego del campo de la justicia local, había un amplio margen de maniobra y que esas condiciones también deben haber atravesado a los jueces eclesiásticos. Los miembros de las instituciones eclesiásticas, antes que estar ajenos a los antagonismos de su medio social, estaban permeados por ellos y su condición clerical no es óbice para excluirlos de la consideración de proyectos, estrategias y motivaciones de otros actores que se realizaban en otros ámbitos con proyecciones en un espacio a veces mucho más vasto que la escena local (MOUTOUKIAS 2002, p. 81).<sup>4</sup>

217

### **La historia social de la administración de la justicia**

La dificultad de partida para comprender la significación histórica de la justicia eclesiástica deviene de las exiguas e incorrectas interpretaciones de lo que dicha justicia implicaba en el universo heterojurisdiccional del Antiguo Régimen. Son innumerables las aserciones acerca de la condición disciplinaria y punitiva de las instituciones eclesiásticas que confunden la cualidad disuasiva de los discursos eclesiásticos y la administración del sacramento de la penitencia con la justicia penal eclesiástica. Consecuentemente, son muy pocos los estudios que pueden trazar claramente la diferencia entre el factor sacramental de la

<sup>4</sup> Ver la aplicación de esta perspectiva a un caso concreto en BARRIERA 2010.

administración del perdón, la administración legal de las penas canónicas, entre las cuales la más mencionada es la excomunión, y las acciones penales devenidas de las sentencias de esos tribunales eclesiásticos. Ha sido recurrentemente citada la advertencia de Bartolomé Clavero en cuanto a las comunidades del Antiguo Régimen en el sentido de que:

Lo que no hay es una religión por una parte respecto a la que se definen los pecados y un derecho por otra en cuya relación se determinen los delitos. Tampoco existe una potestad eclesiástica de un lado estableciendo los pecados y una política de otro haciendo lo propio con los delitos (CLAVERO 1990, p. 65).

Pero, como surge de la mayor parte de la bibliografía consultada, esa indeterminación parece haberse trasladado a las explicaciones acerca de las potestades jurisdiccionales y la composición de ese escenario judicial no quedó tan clara como, por ejemplo, en la exposición de Andrés-Gallego. En efecto, el autor expresó perfectamente, y de un modo que en la historiografía americanista sobre el Río de la Plata es difícil hallar, que "aparte de la justicia civil, estaba la de la Inquisición, híbrida de Iglesia y Corona [...]. Y, aparte, estaba la jurisdicción propiamente eclesiástica" (ANDRÉS-GALLEGO 2000, p. 152).

218

Juan Carlos Garavaglia se ha referido al poder eclesiástico para describir la trama de poder desde un pueblo de la campaña bonaerense, admitiendo que "con frecuencia, alcaldes de la hermandad y párroco actuaban de consuno" (GARAVAGLIA 2009, p. 168). Sin embargo, omitió precisiones acerca de si el rol fundamental de los curas en la comunidad de Areco solo se debía a las tareas anexas a su ministerio o si, además, esa mirada vigilante del párroco estaba ligada al ejercicio de sus funciones netamente judiciales en virtud de la acumulación en su persona del oficio de juez eclesiástico.

Es una práctica extendida entre quienes han estudiado la administración de justicia colonial que inicien sus mapeos de las varas de justicia considerando únicamente la justicia real y omitiendo la justicia eclesiástica. Podría adjudicarse esa omisión a aquellas líneas interpretativas desarrolladas bajo el gran paraguas del paradigma estatalista, cuyos presupuestos genealógicos del Estado de derecho condujeron a un abordaje anacrónico de la realidad jurídico-política de los siglos XV-XVIII a partir del cual resulta dificultoso operar analíticamente fuera del binomio Iglesia/Estado. Sin embargo, como demostraremos, eso no siempre es así, ya que dicha omisión atraviesa también estudios basados en los lineamientos de la antropología jurisdiccionalista.

Darío Barrera ha llamado la atención sobre la rigidez y precariedad de los análisis que sólo consideran la normativa y un único oficio a escala local (el alcalde de primer voto) y, consecuentemente, ha incluido en su reflexión las demás varas y justicias administradas en la ciudad. Ha reconocido el "imperio de la Iglesia", "la incardinación entre religión y política" y la raigambre teológica y cristiana de la idea de justicia, pero, aun así, ha omitido el tema de la justicia eclesiástica al punto de interpretar que la expresión de Covarrubias "los ministros de justicia" solo refiere a "los ministros de la justicia regia" (BARRIERA 2003, p. 77).

En su libro sobre la justicia penal en Córdoba, Alejandro Agüero afirma:

con respecto al perfil de las instituciones que ejercieron la jurisdicción ordinaria a lo largo de la época colonial, esta no sería otra que la rotunda afirmación de que el poder de hacer justicia en primera instancia estuvo vinculado, a lo largo de todo el período y de forma casi excluyente, a los vecinos del lugar a través de la institución capitular y de su expresión jurisdiccional: los alcaldes ordinarios (AGÜERO 2008, p. 29).

Puede constatar que el autor no desconoce la importancia y significado de la religión como "la principal fuente de disciplina social" en el orden de las representaciones, en la estructuración de la vida de la comunidad y en los lenguajes jurídico-normativos, aunque, de hecho, se ciña a la mención de influencias doctrinarias o de tipo ontológico. Asimismo, subrayó el uso del derecho canónico, de los textos bíblicos y de "algunos elementos propios del campo espiritual en el ejercicio de la jurisdicción criminal secular" (AGÜERO 2007), pero ignoró el rol que les cupo a las agencias eclesiásticas y a sus atribuciones jurisdiccionales.

Si bien es cierto que desde esas miradas se ha otorgado un mayor protagonismo a los actores y a las prácticas y se acentuó el interés sobre los usos de la ley y las estrategias diseñadas de parte de legos o letrados, inaugurándose, así, una nueva relación cognitiva entre la política y la justicia durante el Antiguo Régimen, resta incorporar al análisis el segmento eclesiástico del campo judicial.

Adoptando otra perspectiva analítica, Jaqueline Vassallo comunicó, en una síntesis explicativa acerca del funcionamiento de la justicia en Córdoba:

todos los juicios relativos a cuestiones criminales o de índole matrimonial, patrimonial o sucesorias – entre otras – debían ser tramitados por los alcaldes de primer y segundo voto del cabildo de Córdoba. En caso de que hubiera acontecido un hecho criminal en alguno de los curatos [...] la sumaria debía ser iniciada por el alcalde de la santa hermandad, el juez pedáneo o el comisionado, y una vez concluida, debía ser enviada a los juzgados de Córdoba – junto al "reo" o "rea", si los había – para concluir el juicio (VASSALLO 2007, p. 238).

No sorprende que quien, sondeando otros temas, utilizó como base documental las causas judiciales del Arzobispado de Córdoba (GHIRARDI; VASSALLO 2008) haya omitido aspectos sustanciales de la justicia eclesiástica, ya que es muy poco lo que se conoce acerca de sus formas procesales y su articulación con la justicia secular.

En particular, merecería profundizarse la pesquisa sobre el ambivalente rol de mediación y de expresión del poder político local que suponía el ejercicio de la justicia impartida por los clérigos en ciudades que no fueron sede de tribunales diocesanos, pero que, aun así, tuvieron juzgados eclesiásticos.

De todos modos, Buenos Aires sigue siendo uno de los pocos espacios estudiados desde una perspectiva que contempló el funcionamiento de "las justicias" –militar, eclesiástica y civil – (FRADKIN 2007). Aun así, el tratamiento

de la jurisdicción eclesiástica se ciñe prácticamente a las últimas tres gestiones borbónicas, posiblemente debido a la mayor abundancia de documentos,<sup>5</sup> pero, curiosamente, coincidiendo con el período en el cual comienzan las embestidas contra las potestades judiciales de los curas y las quejas sobre la supresión del fuero eclesiástico, que concedía al clero inmunidad frente a la jurisdicción real. Ese es el contexto en el que explotan las doctrinas sobre los recursos de fuerza, que fueron cada vez más requeridos a medida que avanzaba la centuria (LEVAGGI 1995) y, de ahí, la publicación de instrucciones sobre su uso (ACEDO RICO 1794) y la abundancia de los expedientes generados por dichas apelaciones en las audiencias indianas.

Los tramitados ante la Audiencia de Buenos Aires constituyeron la fuente primordial de los trabajos de Silvia Mallo, quien abrió una de las ventanas posibles para asomarse a la justicia eclesiástica en el Río de la Plata. La autora apuntó hacia las actitudes del clero rioplatense en un clima de fuerte disciplinamiento, de reforma de las costumbres (MALLO 2000-2001), y advirtió la recurrencia de los enfrentamientos entre las instituciones clericales tanto como las tensiones entre las jurisdicciones eclesiásticas y reales. Con el objeto de comprobar que ambas administraciones afectaron el comportamiento de los "individuos" e incidieron en determinados "valores" sociales, examinó la utilización de los recursos de fuerza en ese período de cambios. Por eso, no soslayó la existencia de tribunales eclesiásticos y tribunales reales y, pese a que su interés estaba focalizado en esos discursos modeladores de las conciencias y prácticas sociales, tales como la conyugalidad, la vida maridable, la conducta de los clérigos y religiosos, vislumbró el rol que le cupo en ese proceso a la administración de la justicia en los tribunales eclesiásticos y a la apelación al derecho canónico (MALLO 1998). Frente a una imagen estereotipada de una administración borbónica pretenciosa de intervenir en todas las cuestiones religiosas, sus artículos exhiben dictámenes diferenciados del tribunal real y distinguen la cautela de los mismos frente a causas que la autora comprendió como "cuestiones internas de la Iglesia"; y, por el contrario, apuntan a una decidida intervención en aquellas otras que relacionaba con "la vida privada de los súbditos laicos" (MALLO 2000-2001, p. 8). Condicionada teórica y metodológicamente por los conceptos y categorías analíticas utilizadas – Estado, Iglesia, poder, control social –, como se observa también en otras producciones historiográficas, la de Mallo no inquirió sobre aspectos centrales para comprender el funcionamiento de esos canales judiciales y extrajudiciales habilitados por los jueces eclesiásticos. Tampoco profundizó en el aspecto recursivo de la justicia eclesiástica parroquial de parte de los miembros beneméritos ni de parte de aquellos otros a quienes la legislación indiana asignó la condición de *rústico*, *persona miserable* o *menor* y que eran parte de las comunidades que la autora estudiaba. Aun así, nos lega esa imagen impresionista del vastísimo universo documental que constituyen los recursos de fuerza y por medio del cual es posible indagar una parte de la justicia eclesiástica

220

<sup>5</sup> En gran medida, la investigación viene condicionada por la desaparición de una gran masa documental en consecuencia del incendio del archivo de la curia en Buenos Aires.

que es aquella que escapó del propio fuero y fue resistida, cuestionada, por momentos, avasallada, pero coetáneamente buscada por algunos pleiteantes, consentida y protegida por los oficiales reales.

En el tema específico de nuestra búsqueda, los trabajos de María Elena Barral (BARRAL 2003; 2009) siguen marcando los trazos inaugurales y solo excepcionalmente han encontrado diálogo en otros trabajos sobre la región (CITTERIO 2009). Sus aportes sobre la inserción del clero, en calidad de mediador, en esas pequeñas comunidades, a partir del análisis de las funciones judiciales de los párrocos rurales, anticiparon para el Río de la Plata una inquietud que deviene una propuesta en plena vigencia:

Que los párrocos hayan desempeñado las funciones judiciales propias de sus cargos; que además intervinieran informalmente en la resolución de conflictos locales y que estas mediaciones engendraran enfrentamientos con alcaldes y jueces civiles, hacen que el estudio del ejercicio de la justicia eclesiástica cobre relevancia al pensar el tema más amplio de la construcción del poder en estas sociedades (BARRAL 2003, p. 12).

Por último, quiero referir a otro giro de la historiografía americanista que nos acerca una posibilidad de abordar la justicia eclesiástica. A partir de finales de la década de 1980, la teoría de las redes sociales comenzó a utilizarse también para explicar las relaciones de los jueces y su impacto en la administración de justicia (MOUTOUKIAS 2002; AMADORI 2008; DALLA CORTE 2000). La reconstrucción y observación de redes en esta materia supuso un importante revulsivo y, en muchos casos, permitió apreciar cuestiones que hasta ese momento habían pasado inadvertidas. Así, la historia política fue ampliando ese reducido nivel de problematización restringido solo a un número acotado de actores, puesto que se centraba en la órbita de la administración central y de sus instituciones, y que coartaba, así, el conocimiento histórico acerca de las dimensiones sociales y de los múltiples condicionantes de las agencias políticas (AMADORI 2008, p. 11).

Como hemos expresado, en el ámbito de esos tribunales eclesiásticos y en la decisión de los vicarios eclesiásticos residía el poder de evitar, propender y/o consolidar vínculos y relaciones de diversa naturaleza (matrimoniales, filiales, compadrazgo y otros lazos como el de clientelismo, amistad, paisanaje o de negocios) mediante los cuales se canalizaba la construcción de las élites y sus relaciones de subyugación y explotación sin necesitar inexorablemente prebendas o cargo reales. Así, las conexiones familiares que unen linajes, grupos de poder locales, con titulares de los tribunales eclesiásticos parroquiales, diocesanos o arquidiocesanos devienen cuestiones de gran importancia que apenas han sido exploradas. Quienes han trabajado con expedientes judiciales habrán comprobado que por momentos es muy difícil saber las motivaciones de los oficiales de justicia que, ante los mismos delitos, actuaban de formas muy distintas. La apuesta a ese abordaje relacional de las agencias eclesiásticas en el ámbito de la justicia diocesana apunta a esa cuestión. Se sabe de la existencia de tales redes, pero lo que se plantea es tanto un nuevo ámbito de acción como la potencialidad para establecer procedencia estamental de sus

agentes, frecuencias, intermitencias y duraciones de los flujos relacionales de la misma. Las redes no funcionaban sin tiempo histórico, que, por lo demás, podía ser estrictamente coyuntural, ni tampoco fueron siempre efectivas, pero es viable la reconstrucción de algunos de sus tramos que permitan asignar significados a algunas motivaciones en los fallos de los jueces eclesiásticos independientemente de la efectividad de los mismos.

Desde la historiografía novohispana, Traslosheros ha propuesto que, para el abordaje de esos tribunales, no debiera restringirse exclusivamente al expediente judicial, a la práctica foral ni a la legislación vigente, sino abarcar toda “acción social judicialmente orientada”, es decir aquellas acciones que transcurren en un ámbito institucional que dispone de un cuerpo normativo y habilita específicas tramas relacionales, las cuales insuflan capacidad de permanencia, cambio y adaptación a ese cuerpo normativo en el que está incluida la costumbre como fuente de derecho y que, en el período estudiado, está condicionado por una “racionalidad claramente religiosa” (TRASLOSHEROS 2010; 2011).

### **Conclusiones**

Desde registros de análisis tan distintos se pueden verificar las confluencias entre sociedad, religión, política y justicia. Dos condiciones del ámbito que proponemos indagar son ineludibles: las potestades de algunos eclesiásticos para administrar justicia y la superposición de las jurisdicciones eclesiásticas y civiles.

222

Ofrecimos señales historiográficas que muestran la potencialidad de ese ámbito judicial para completar y complejizar el panorama más amplio de la historia de la justicia en el Río de la Plata. Su estudio tendrá réditos —tanto para operaciones de historia comparada de las experiencias en los diferentes territorios diocesanos, como para una historia integral de la administración de justicia— si atendemos a las directrices que van trazándose en los balances historiográficos sobre lo que, denominado con diferentes expresiones —cuestión criminal, justicia penal—, compone dicha área de estudios. Como se sigue del aparato erudito de esta comunicación, hay líneas analíticas que ostentan sólidos resultados, están disponibles y se precian como promisorias para iniciar la tarea que representa la aproximación a fondos documentales judiciales eclesiásticos.

Si bien los pleitos constituyen la expresión práctica de la administración de justicia eclesiástica, los expedientes judiciales no constituyen la totalidad del corpus documental. Como lo han demostrado los historiadores del derecho y aquellos que cultivan la historia social de la justicia, es preciso someter a análisis los documentos relativos a los oficios actuantes en este foro, la bibliografía jurídica y la normativa vigente. El cruce de las diferentes fuentes bajo la luz de esas perspectivas permitirá abrir el espectro de indagación, generalmente circunscrito a la dimensión sociocultural de las materias llevadas a dicha instancia judicial, incorporando la dimensión política que la administración de justicia eclesiástica tuvo en las comunidades referidas.

## Referencias bibliográficas

- ACEDO-RICO, Juan (Conde de la Cañada). **Observaciones prácticas sobre los recursos de fuerza**. 2ª Edición. Madrid: Imprenta de Benito Cano, 1794.
- AGÜERO, A. Las penas impuestas por el Divino y Supremo Juez. Religión y justicia secular en Córdoba del Tucumán (Siglos XVII y XVIII). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Köln: Böhlau, nº 46, p. 203-230, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Castigar y perdonar cuando conviene a la República**. La justicia penal de Córdoba del Tucumán, siglos XVII y XVIII. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.
- AGUIRRE, R. El establecimiento de jueces eclesiásticos en las doctrinas de indios. El arzobispado de México en la primera mitad del siglo XVIII. **Historia Crítica**, Bogotá, nº 36, p. 14-35, julio-diciembre 2008.
- AMADORI, Arrigo. Los análisis de redes sociales y el ejercicio del poder: América Hispana. **Épocas**, USAL, nº 2, p. 35-59, 2008.
- ANDRÉS-GALLEGO, J. **Derecho y justicia en la España y la América prerrevolucionarias**. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.
- ARANCIABIA, J. M.; DELLAFERRERA, N. El Sínodo del obispo Mercadillo: Córdoba, 1700. **Teología**, nº 34, p.101-130, 1979.
- ARES QUEIJA, B. El papel de mediadores y la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestizos peruanos (siglo XVI). In: ARES QUEIJA, B.; GRUZINSKI, S. (coord.) **Entre dos mundos. Fronteras culturales y agentes mediadores**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1997. p. 37-59.
- ASPELL, M. **¿Qué mandas hacer de mí?** Córdoba: Mónica Figueroa Editora, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Las denuncias por brujería, hechicería, magia y adivinación presentadas ante el Santo Oficio de la Inquisición de Córdoba del Tucumán. Siglo XVIII. **Cuadernos de Historia**, Córdoba: Instituto de Historia del Derecho y de las Ideas Políticas Roberto I. Peña, nº XVI, p. 23-52, 2006b.
- \_\_\_\_\_. El trabajo cotidiano de los Comisarios Inquisitoriales del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en Córdoba del Tucumán. Siglo XVIII. In: CÓRDOBA, Junta Provincial de Historia de. **Córdoba, entre campanas y chimeneas**. Córdoba: JPHC, 2007. p. 27-66.
- BARRAL, M. E. Fuera y dentro del confesionario. Los párrocos rurales de Buenos Aires como jueces eclesiásticos a fines del período colonial. **Quinto Sol**, nº 7, p. 11-36, 2003.
- \_\_\_\_\_. **De sotana por la Pampa**: religión y sociedad en el Buenos Aires rural tardocolonial. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Los párrocos como mediadores en las fronteras del mundo colonial. Buenos Aires rural en el siglo XVIII. In: BARRIERA, Darío (coord.).



- Justicias y Fronteras.** Estudios sobre historia de la Justicia en el Río de la Plata (Siglos XVI-XIX). Murcia: Editum, 2009. p. 65-117.
- BARRIERA, D. La ciudad y las varas: justicia, justicias y jurisdicciones (Ss. XVI-XVII). **Revista de Historia del Derecho.** Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, V. XXXI, p. 69-95, 2003.
- \_\_\_\_\_. Justicias, jueces y culturas jurídicas en el siglo XIX rioplatense. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos.** Debates, 2010. Disponible en: <http://nuevomundo.revues.org/59252>. Acceso el: 26 de mayo 2010.
- \_\_\_\_\_. El execrable libro de sus hechos. Cultura jurídica, retórica y deslegitimación de la autoridad en un proceso contra el alcalde del Rosario (1810-1811). **Anuario del Instituto de Historia Argentina,** FAHCE, UNLP, nº 10, 2010. Disponible en: [www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4699/pr.4699.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4699/pr.4699.pdf). Acceso el: 8 de mar. 2011.
- BARRIERA, D.; DALLA CORTE, G. La ventana indiscreta. La historia y la antropología jurídicas a través de la emoción de sus textos. **Prohistoria,** Rosario, nº 5, p. 11-14, 2001.
- BOIXADÓS, R. No ha tenido hijo que más se le parezca así en la cara como en su buen proceder. Una aproximación al problema del mestizaje y la bastardía en La Rioja colonial. **Memoria Americana,** nº 13, 2005.
- BRUNO, C. **El derecho público de la Iglesia en Indias.** Salamanca: Publicaciones del Instituto San Raimundo de Peñafort, 1967.
- CANDIOTI, M. Historia y Cuestión Criminal. Notas sobre el despliegue de una curiosidad. In: SOZZO, M. (coord.). **Historias de la Cuestión Criminal en la Argentina.** Buenos Aires: Ediciones del Puerto, 2009. p. 7-30.
- CAULA, E. Jurisdicciones en tensión. Poder patriarcal, legalidad monárquica y libertad eclesiástica en las dispensas matrimoniales del Buenos Aires virreinal. **Prohistoria,** Rosario, nº 5, p.123-142, 2001.
- CITTERIO, D. Clero y Justicia en la campaña de Buenos Aires a fines del siglo XVIII. Los casos de los sacerdotes de Chascomús y San Vicente. In: **Actas Segundas Jornadas Nacionales de Historia Social.** Córdoba: CEH Carlos Segretti —CEHAC—UNLP, 13, 14 y 15 de mayo de 2009. Disponible en: [http://www.kehsegreti.com.ar/historia-social-2/mesas\\_ponencias/MESA\\_4/Ponencia\\_CiterioDiego.pdf](http://www.kehsegreti.com.ar/historia-social-2/mesas_ponencias/MESA_4/Ponencia_CiterioDiego.pdf)
- CLAVERO, B. Delito y pecado. Noción y escala de transgresiones. En TOMÁS; VALIENTE, F. *et al.* **Sexo barroco y otras transgresiones premodernas.** Madrid: Alianza, 1990. p. 57-89.
- DALLA CORTE, G. La historia del derecho en la Argentina o la Historia Jurídica como proceso. **Prohistoria,** Rosario, nº 3, 1999, p. 133-157.
- \_\_\_\_\_. La red social frente a la crisis del orden colonial: compensación judicial y vínculos de parentesco entre Buenos Aires y Cataluña. **Colonial Latin**

**American Historical Review**, Albuquerque: Spanish Colonial Research Center, University of New Mexico, nº 9, 2000.

DANWERTH, O. Perfiles de la muerte andina. Ritos funerarios indígenas en concilios y sínodos del Perú colonial (1549-1684). In: SCHMIDT-RIESE, Roland (ed.). **Catequesis y derecho en la América colonial. Fronteras borrosas**. Frankfurt-Madrid, Verveurt 2010. p. 41-71.

DELLAFERRERA, N.; MARTINI, M. **Temática de las constituciones sinodales indianas (s. XVI - XVIII)**. Arquidiócesis de la Plata. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2002.

DELLAFERRERA, N. Un caso de nulidad matrimonial en el siglo XVIII. **Teología**, Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, nº 57, p. 97-110, 1991.

\_\_\_\_\_. La justicia penal eclesiástica en Córdoba del Tucumán durante el siglo XVIII. In: BARRIOS PINTADO, F. **Derecho y administración pública en las Indias hispánicas**: actas del XII Congreso Internacional de Historia del Derecho Indiano. Toledo, 19 a 21 de octubre de 1998. V. 1, Toledo: Cortes de Castilla-La Mancha - Universidad de Castilla-La Mancha 2002. p. 405-428.

\_\_\_\_\_. Fuentes del derecho canónico indiano en los siglos XVI-XVII: los confesonarios. **Cuadernos de historia**, Instituto del Derecho y de las Ideas Políticas, nº 14, p. 49-66, 2004.

\_\_\_\_\_. Apuntes para la Historia del Derecho Canónico Indiano. **Cuadernos de Historia**, V. XVI, 2006.

\_\_\_\_\_. El sínodo de Buenos Aires y la lengua de la predicación. **Revista de Historia del Derecho**, Buenos Aires: INHIDE, nº 36, p. 325-363, 2008.

DI STEFANO, R. **El púlpito y la plaza**. Clero, sociedad y política de la Monarquía católica a la República rosista. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

DUVE, T. Algunas observaciones acerca del *modus operandi* y la prudencia del juez en el derecho canónico indiano. **Revista de Historia del Derecho**, Buenos Aires: INHIDE, nº 35, p. 195-226, 2007.

\_\_\_\_\_. La jurisdicción eclesiástica sobre los indígenas y el trasfondo del Derecho Canónico universal. In: ZABALLA BEASCOECHEA, A. (ed.) **Los indios el Derecho Canónico y la justicia eclesiástica en la América virreinal**. Madrid: Iberoamericana, 2011. p. 29-44.

FARBERMAN, J. **Las salamanca de Lorenza**: magia, hechicería y curanderismo en el Tucumán colonial. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

FARGE, A. **La atracción del archivo**. Valencia: Institutio Alfons El Magnanim, 1991.

FERREYRA, M. C. Matrimonios de españoles con esclavos durante el siglo XVIII en Córdoba. In: GHIRARDI, M. (comp.). **Cuestiones de familia a través de las fuentes**. Córdoba: UNC, 2005. p. 91-139.

- FEITLER, B. Poder Episcopal e Inquisição no Brasil: o Juízo Eclesiástico da Bahia nos tempos de D. Sebastião Monteiro da Vide. En: FLEITER, B.; SALES SOUZA, E. (org.). **A Igreja no Brasil**. Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: UNIFESP, 2011. p. 85-110.
- FOGELMAN, P. Los enemigos de la fe en el Río de la Plata colonial. En: FORTE, R.; SILVA PRADA, N. (coord.). **Cultura política en América**. Variaciones regionales y temporales. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, GEHPA, 2006. p. 45-69.
- FOUCAULT, M. **La vida de los hombres infames**. La Plata: Altamira, 1996.
- FRADKIN, R. (comp.). **El poder y la vara**: estudios sobre la justicia y la construcción del Estado en el Buenos Aires rural. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- GARAVAGLIA, J. C. San Antonio de Areco, 1680-1880: un pueblo de la campaña, del Antiguo Régimen a la modernidad argentina. **Prohistoria**, Rosario, 2009.
- GARCÍA BELSUNCE, C. Los clérigos como agentes de la Administración en el Derecho Indiano y Patrio. In: \_\_\_\_\_. **Una ventana al pasado**. Rosario: Instituto de Historia Política Argentina, 1994. p. 17-42.
- GARRIGA, C. Sobre el gobierno de la justicia en Indias (siglo XVI-XVII). **Revista de Historia del Derecho**, Buenos Aires: INHIDE, nº 34, p. 67-160, 2006.
- GHIRARDI, M.; VASSALLO, J. El encierro femenino como práctica. Notas para el ejemplo de Córdoba, Argentina, en el contexto de Iberoamérica en los siglos XVIII y XIX. **III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**. Córdoba: ALAP, 2008. Disponible en: <http://www.alapop.org>. Acceso el: 11 de abr. 2010.
- GHIRARDI, M. Historias íntimas de hombres y mujeres en el orden finicolonial cordobés. **Colonial Latin American Historical Review**, México: Albuquerque, Spanish Colonial Research Center, University of New Mexico, V. 12, nº 4, p. 373-414, Fall 2003.
- \_\_\_\_\_. **Matrimonios y familias en Córdoba, 1700-1850**: prácticas y representaciones. Córdoba: UNC - Ferreyra Editor, 2004.
- GUIBOVICH PÉREZ, P. **Censura, libros e inquisición en el Perú colonial, 1570-1754**. Sevilla: CSIC, Universidad de Sevilla, Diputación de Sevilla, 2003.
- KLUGER, V. Disciplinamiento familiar y social en el Río de la Plata, Tucumán y Cuyo. Amancebados, casados ausentes e hijos fugitivos en la mira de los Bandos de buen Gobierno. **Revista de Historia del Derecho**, Buenos Aires: INHIDE, nº 33, p. 131-158, 2005.
- LARA CISNEROS, G. La justicia eclesiástica ordinaria y los indios en la Nueva España borbónica: balance historiográfico y prospección. In: TRASLOSHEROS,

- J.; ZABALLA BEASCOECHEA, A. (coord.) **Los indios ante los foros de justicia religiosa en la Hispanoamérica virreinal**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2010. p. 127-156.
- LAVALLÉ, B. (dir.). **Transgressions et stratégies du métissage en Amérique coloniale**. Paris: Centre de recherche sur l'Amérique espagnole coloniale, Presses Sorbonne Nouvelle, 1999.
- LAVRIN, A. La mujer en la sociedad colonial hispanoamericana. In: BETHELL, L. **Historia de América Latina**. Tomo IV. Barcelona: Cambridge University Press, 1993. p. 109-137.
- LEVAGGI, A. **Dalmacio Vélez Sársfield y el derecho eclesiástico**. Buenos Aires: Perrot, 1969.
- \_\_\_\_\_. Los recursos de fuerza en el derecho indiano. Con especial referencia a las doctrinas del oidor Manuel Silvestre Martínez y del obispo Manuel Azamor y Ramírez. **Revista de Historia del Derecho**, Buenos Aires: INHIDE, nº 31, p. 75-126, 1995.
- LÓPEZ, G. Juicios de disenso por diversidad étnica y por diferencia de linaje en Mendoza a fines del siglo XVIII: Francisco Martínez de Virgala contra Solana Riveros y los Videla. In: SIEGRIST, Nora; GHIRARDI, Mónica (coords.). **Mestizaje, sangre y matrimonio en territorios de la actual argentina y Uruguay: siglos XVII-XX**. Buenos Aires: Dunken, 2008. p. 101-124.
- MALLO, S. Justicia, divorcio, alimentos y malos tratos en el Río de la Plata, 1766-1857. **Investigaciones y Ensayos**, Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, nº 42, p. 373-400, 1992.
- \_\_\_\_\_. Justicia Eclesiástica y Justicia Real. Los recursos de fuerza en el Río de la Plata. 1785-1857. **Trabajos y comunicaciones** (2ª Época), La Plata: FAHCE, UNLP, nº 25, p. 267-292, 1998.
- \_\_\_\_\_. Iglesia, valores cristianos y comportamientos: el Río de la Plata a fines del período colonial. **Trabajos y comunicaciones** (2ª Época), La Plata: FAHCE, UNLP, nº 26-27, p. 93-113, 2000-2001.
- \_\_\_\_\_. **La sociedad rioplatense ante la justicia. La transición del siglo XVIII al XIX**. La Plata: Asociación de Amigos del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2004.
- MARTÍNEZ DE SÁNCHEZ, A. M. Las consuetas de las catedrales de Santiago del Estero y de Córdoba en los siglos XVII y XVIII. In: GONZÁLEZ VALE, L. (coord.). **Actas de Derecho Indiano**, XIII Congreso Instituto Internacional de Historia de Derecho Indiano, Tomo II. San Juan de Puerto Rico: Academia Portorriqueña de la Historia, 2003. p. 41-68.
- MARTINI, M. La legislación canónica y real en torno a los indios y la muerte en Hispanoamérica colonial. **Memoria del X Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano**. México: UNAM, 1995.

- MENDONÇA, P. G. O tribunal episcopal do obispado do Maranhão: dinâmica processual e jurisdição eclesiástica no século XVIII. In: FLEITER, B.; SALES SOUZA, E. (org.). **A igreja no Brasil**. Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: UNIFESP, 2011. p. 481-506.
- MOLINA, R. **La familia porteña en los siglos XVII y XVIII**. Historia de los divorcios en el periodo hispano. Buenos Aires: Fuentes históricas y genealógicas argentinas, 1991.
- MORICONI, M. El curato de naturales en Santa Fe del Río de la Plata. Siglos XVII-XVIII. **Hispania Sacra**, Madrid: CSIC, LXIII, nº 128, p. 423-432, 2011.
- MOUTOUKIAS, Z. Las formas complejas de la acción política: justicia corporativa, faccionalismo y redes sociales (Buenos Aires, 1750-1760). **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**, Köln: Böhlau, nº 39, p. 69-102, 2002.
- PALACIO, J. M.; CANDIOTI, M. Justicia, política y derechos en América Latina. Apuntes para un diálogo interdisciplinario. In: PALACIO, J. M.; CANDIOTI, M. (comp.). **Justicia, política y derechos en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo, 2007. p. 11-24.
- PEÑA, G. Las ordenanzas capitulares de la provincia dominicana de San Agustín (República Argentina): 1724-1824. In: GONZÁLEZ VALE, L. (coord.) **Actas y estudios de Derecho Indiano**. XIII Congreso Instituto Internacional de Historia de Derecho Indiano, Tomo I. San Juan de Puerto Rico: Academia Portorriqueña de la Historia, 2003. p. 119-124.
- RÍPODAS ARDANAZ, D. **El matrimonio en Indias**. Realidad social y regulación jurídica. Buenos Aires: Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1977.
- SUÁREZ, T. **Sexualidad y Sociedad en la Colonia Marginal. Santa Fe 1680-1780**. Tesis doctoral. La Plata: UNLP, 1993.
- TAU ANZOÁTEGUI, V. **Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho Indiano**. Buenos Aires: IHD, 1992.
- TRASLOSHEROS, J. **Iglesia, justicia y sociedad en la Nueva España. La audiencia del arzobispado de México**. México: Universidad Iberoamericana-Porrúa, 2004.
- \_\_\_\_\_. Invitación a la historia judicial. Los tribunales en materia religiosa y los indios de la Nueva España: problemas, objeto de estudio y fuentes. In: MARTÍNEZ LÓPEZ-CANO, M. P. **La Iglesia en Nueva España**. Problemas y perspectivas de investigación. México: UNAM, 2010<sup>a</sup>. p. 129-149.
- \_\_\_\_\_. Los indios, la Inquisición y los tribunales eclesiásticos ordinarios en Nueva España. Definición jurisdiccional y justo proceso, 1571-c.1750. In: TRASLOSHEROS, J.; ZABALLA BEASCOECHEA, A. (coord.), **Los indios**

**ante los foros de justicia religiosa en la Hispanoamérica virreinal.**

México: UNAM, 2010b. p. 17-46.

VASSALLO, J. Delincuentes y pecadoras en la Córdoba tardo colonial. **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilla, nº 63, p. 97-116, 2006.

VÉLEZ SANSFIELD, D. **Derecho público eclesiástico**. Relaciones del Estado con la iglesia en la antigua América española. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna, 1871.

ZABALLA BEASCOECHEA, A. (edit.) **Los indios el Derecho Canónico y la justicia eclesiástica en la América virreinal**. Madrid: Iberoamericana, 2011.

# Continuidade e ruptura em *O Antigo Regime e a revolução*: o problema da centralização administrativa

Continuity and rupture in the *Ancien Régime and the French Revolution*: the problem of administrative centralization

---

**Josemar Machado de Oliveira**

josemarmachado@yahoo.com.br

Professor adjunto

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras

29075-910 - Vitória - ES

Brasil

---

## Resumo

Trata o presente artigo de uma análise da obra de Alexis de Tocqueville, centrada em sua visão da Revolução Francesa. Dividimos o artigo em duas partes. Na primeira parte, intitulada "Tocqueville e a história da Revolução: algumas questões de método", procuramos abordar sua metodologia inovadora, sua abordagem de longa duração do processo histórico, sendo o papel da Revolução Francesa nesse processo mais de continuidade do que de ruptura. Na segunda parte, intitulada "Centralização e Revolução: continuidade e ruptura", abordamos o elemento essencial desse processo estrutural que foi a centralização administrativa do estado francês.

230

## Palavras-chave

Antigo Regime; Historiografia francesa; Revolução.

## Abstract

The purpose of this article is to analyze the works of Alexis de Tocqueville on the French Revolution. The text is presented in two parts. The first part, entitled "Tocqueville and the history of the Revolution: some questions of method", is dedicated to his groundbreaking methodology based on a long-term view of the historical process, which tended to stress the structural continuities instead of ruptures in the Revolution. The second part, entitled "Centralization and revolution: continuity and rupture", analyses the issue of the administrative centralization of the French State as the essential mechanism of this structural process.

## Keywords

Ancien Régime; French historiography; Revolution.

---

Recebido em: 13/6/2012

Aprovado em: 21/9/2012

Dentre todos os autores que escreveram sobre a Revolução Francesa, talvez Tocqueville possua o destino mais curioso. Basta atentarmos para o repertório de citações sobre suas obras feito naquele que é um verdadeiro balanço do bicentenário da Revolução Francesa: o livro *Adieu 1789*, de Steven Kaplan (KAPLAN 1993, p. 27). Nele ficamos sabendo que a obra de Tocqueville foi incensada pela maioria dos intelectuais e políticos, sem falar dos historiadores profissionais das mais diversas correntes que se pronunciaram à época do bicentenário. Isso chega até a tomar ares anedóticos, pois membros de confrarias tão diversas, como Bernard Pascal (jornalista conservador do *Le Figaro*) e Mona Ozouf (coautora com François Furet do *Dicionário da Revolução*), de um lado, e Georges Marchais (histórico chefe do PC francês), do outro, reivindicavam a autoridade do autor de *O Antigo Regime e a Revolução* para corroborarem suas ideias. Os motivos para a ampla aceitação desse autor ainda são mais curiosos. Ele é considerado tanto o grande campeão dos acontecimentos de novembro de 1989, suposto vencedor contra Marx,<sup>1</sup> como o grande iniciador de uma história ancorada no social.

Deixando de lado o aspecto anedótico que pode haver no prestígio de Tocqueville, o fato é que suas conclusões acabaram passando quase incólumes nas polêmicas trazidas à tona pelos autores chamados de “revisionistas” por Albert Soboul (SOBOUL 1988, p. 27-40). Dessa forma, tanto a *galáxia furetiana* quanto a *sobouliana* se comprazem em reivindicar como fundamento de suas reflexões alguns aspectos das análises de Tocqueville. Qual a razão para tanta aceitação? É o que tentaremos responder a seguir.

231

### **Tocqueville e a história da Revolução: algumas questões de método**

Um estudante de história que iniciasse seu contato com a obra de Tocqueville à época do bicentenário da Revolução Francesa, quase certamente o faria por meio dos escritos de François Furet e de seus discípulos. Seria natural que assim fosse dado o sucesso midiático e editorial desses historiadores e, mais especificamente, a ligação de Furet com o Instituto Raymond Aron e o seu trabalho de resgate da obra tocquevilliana no âmbito da historiografia.

Caso esse estudante fosse um leitor desavisado, sentir-se-ia, no mínimo, confuso. A *galáxia furetiana*, que privilegia uma interpretação do passado calcada nos valores da obra braudeliana e, portanto, na longa duração e numa história conceitual, fez de Tocqueville um dos seus santos padroeiros. Abordando

<sup>1</sup> “A recente decomposição do comunismo, a partir de 1989, de resto realçou mais ainda o lustre de Tocqueville lhe conferindo uma vitória sobre Marx, que se proclama definitiva” (MELONIO 1993, p. 278). Sobre esse balanço das obras desses dois gigantes, vale retomar a ironia de Cornelius Castoriadis, o qual afirmava que tal balanço era bizarro, na medida em que “[¼] se jogava por cima da borda Marx, mas ao mesmo tempo, com a água suja da banheira, se jogava não somente o bebê, mas a banheira, o próprio banheiro e, finalmente, a casa inteira. Isto é, sob o falacioso pretexto de que Marx teria cometido o erro de opor a realidade dos funcionamentos sociais ao que estava escrito nos códigos, apaga-se pura e simplesmente a realidade social-histórica na qual banha o regime político” (CASTORIADIS 1999, p. 177). O historiador Modesto Florenzano também parece partilhar dessa visão de “uma vitória sobre Marx” de Tocqueville. Contudo, em seu caso, essa vitória diria respeito mais à atualidade da concepção tocquevilliana da história e da política em comparação com a de Marx (FLORENZANO 2006, p. 3-4). Florenzano também abordou o tema da comparação entre Marx e Tocqueville em sua resenha do livro de Jasmin (FLORENZANO 1998, p. 147-152). Mas, como a polêmica em torno desses dois autores nunca acaba, há especialistas em Tocqueville que viram importantes semelhanças entre ele e Marx (Cf. BOESCHE 2009).



a Revolução mais como continuidade do que como ruptura, mais como acontecimento de natureza cultural e ideológica do que como uma revolução social, Furet foi buscar em Tocqueville, dentre outros, o respaldo para sua conceitualização da Revolução. Justo Tocqueville, que numa passagem célebre afirmou: “podem opor-me os indivíduos; eu falo em classes, pois somente elas devem ocupar a História” (TOCQUEVILLE 1982, p. 123-124).

De qualquer forma, é inegável que a obra de Tocqueville se presta a muitas interpretações. Tanto a historiografia universitária da Revolução Francesa e seus partidários quanto a revisionista reclamaram seu legado. Tanto Furet pôde afirmar, a partir dos escritos de Tocqueville, a continuidade entre o Antigo Regime e a Revolução, quanto Eric Hobsbawm colocar que “os escritos de Tocqueville sobre a Revolução Francesa foram mal lidos, como se fossem declarações de que ela não era necessária e afirmações a favor da continuidade histórica da evolução francesa” (HOBSBAWM 1996, p. 45).

Mesmo aquele que foi o ponto central das preocupações de Tocqueville, a democracia, está sujeito a interpretações diametralmente opostas, ao menos quanto ao que finalmente pretendia Tocqueville com a sua concepção de democracia, isto é, se a defesa de um regime democrático republicano, no qual era valorizada mesmo a *liberdade positiva*, como parece entender Justine Lacroix (LACROIX 2011), ou se, na verdade, Tocqueville seria “apresentado hoje como um teórico da democracia, quando, ao contrário, deve ser incluído claramente entre seus críticos”, como pensa Domenico Losurdo (LOSURDO 2004, p. 17).

232

Como quer que seja, o clássico de Tocqueville tem encontrado mais aceitação do que outros clássicos sobre a Revolução há muito tempo, sendo que sua aceitação quase unânime durante o bicentenário foi apenas o exemplo mais recente.<sup>2</sup> Várias são as razões para isso. Suas inovações metodológicas explicam em grande parte a recepção positiva de sua obra. Mas essas inovações não seriam compreensíveis sem o olhar particular que a biografia de Tocqueville lhe permitiu lançar sobre a Revolução. As pistas para entendermos esse olhar começam por sua relação pessoal com o grande evento revolucionário. Segundo Jean Claude Lamberti, durante sua vida, “Tocqueville permaneceu fascinado e horrorizado pela Revolução” (LAMBERTI 1983, p. 254). Essa fascinação pela Revolução em Tocqueville é um fato marcante. Sua própria biografia explica, em parte, esse fascínio e também seu horror.

Ele descendia de uma das mais tradicionais famílias da nobreza francesa, seus ancestrais mais longínquos foram à Inglaterra com Guilherme, o

<sup>2</sup> A história da recepção da obra de Tocqueville tem um lugar todo especial, e polêmico, nos estudos tocquevillianos. Aqui seguimos a visão de Françoise Melonio de que essa obra ficou fora de moda no período entre 1870-1950 e retornou com força após essa última data. Portanto, é desse segundo período que estamos tratando quando mencionamos a aceitação quase unânime de *O Antigo Regime e a Revolução* durante a comemoração do bicentenário do 14 de julho. Emblematicamente podemos pinçar duas apreciações dessa obra que demonstram essa aceitação. No começo da década de 1950, temos a afirmação daquele que muitos consideram como o mais importante historiador da Revolução, Georges Lefebvre, de que o *Antigo Regime e a Revolução* “era o mais belo livro até então escrito sobre a Revolução” (LEFEBVRE 1952, p. 19), e, no ano do bicentenário de nascimento de nosso autor, foi a vez de Krishan Kumar fazer uma afirmação que não deixa dúvidas a respeito da importância que ele atribui a *O Antigo Regime e a Revolução*. Para esse historiador, a obra de Tocqueville é o melhor “[...] book, not just on the French Revolution, but on revolution in general” (KUMAR 2005, p. 2121).

conquistador; os mais próximos de sua época se ancoravam na mais fina nobreza togada. Assim, Tocqueville poderia ter seguido o mesmo caminho de grande parte dos nobres franceses da Restauração e tornar-se politicamente uma figura ressentida. Pessoalmente, possuía muitas razões para isso. Tocqueville teve seu pai preso durante o Terror e seu bisavô, o célebre Malesherbes, guilhotinado. Com essa trajetória pessoal, ninguém que tivesse nascido em 1805, como é o caso de nosso autor, passaria incólume pela Revolução de 1789. Que atitude tomar diante desse acontecimento? Se lembrarmos que, por parte de sua mãe, Louise-Madeleine, uma Le Peletier Rosambo, ele tinha como ancestrais jacobinos da primeira hora – nada mais nada menos que Michel Le Peletier de Saint-Fargeau, primeiro mártir jacobino, e seu meio-irmão Félix Le Peletier, jacobino por toda a vida e que cuidou dos filhos de Babeuf – responder a essa questão fica ainda mais difícil.<sup>3</sup>

O fato de Tocqueville ter ancestrais de ambos os lados da Revolução talvez tenha feito com que tanto sua fascinação quanto o seu horror por ela nunca significassem falta de lucidez. Assim, sua história da Revolução não é cheia de acrimônia, nem mesmo superestima o papel da aristocracia, muito menos dá um enfoque que privilegie as virtudes e sofrimentos da nobreza do Antigo Regime. Ao contrário, Tocqueville faz a história da sociedade do Antigo Regime pensando-a como a história nacional da França de sua época, fato aceito e até certo ponto acabado. Daí que expressões como “nossos pais” ponteiem recorrentemente seu texto sobre o Antigo Regime quando se refere aos homens que fizeram a história da França revolucionária.

Sua lucidez permitiu que sua obra introduzisse na historiografia não só novas interpretações do Antigo Regime e da Revolução, como também inovações metodológicas. A historiografia de Tocqueville nos incita a olhar para a história de uma maneira diferente: somos convidados a deixar de lado a narrativa dos acontecimentos e a psicologia dos personagens principais e mergulharmos numa história nova, uma história de longa duração.<sup>4</sup>

Como os homens de seu tempo, Tocqueville não separava a história da ciência política (MELONIO 1993, p. 123). Conforme Melonio, ele não só não distingue a história da ciência política, como compartilha com seus contemporâneos a convicção de que “o saber histórico não é separável de sua utilidade moral e que a história tem por vocação dar ao presente seu sentido político” (MELONIO 1993, p. 132-133). Usando outro jargão, Marcelo Gantus Jasmin parece chegar à mesma conclusão de Melonio: para Tocqueville, a historiografia atuava como

<sup>3</sup> O próprio Tocqueville nos indica outra razão para essa falta de ressentimentos: “sendo membro da aristocracia de minha pátria, não tinha o menor ódio nem inveja contra a aristocracia, mas, tendo sido destruída, carecia também de amor por ela, porque só se ama solidamente o que vive. Estava suficientemente perto dela para conhecê-la e suficientemente longe para julgá-la sem paixão. E o mesmo tenho que dizer do sistema democrático. Nenhuma lembrança de família, nenhum interesse pessoal me inclinava natural e necessariamente para ele. Não tinha recebido dele nenhuma injúria; não tinha nenhum motivo particular para amá-lo ou para odiá-lo, só os que me subministrava minha razão. Numa palavra, estava natural e instintivamente atraído por um ou por outro, e não tenho tido necessidade de grandes esforços para olhar tranquilamente para ambos os lados” (TOCQUEVILLE *apud* FLORENZANO 1999, p. 38).

<sup>4</sup> Émile Faguet (1847-1916), um comentarista do fim do século XIX, chegou a analisar a obra de Tocqueville com tons que fazem dele um precursor de Fernand Braudel. Segundo esse autor, Tocqueville teria nos convidado a deixar uma história acidental por uma história que estudasse a fisiologia dos povos, seu fundo permanente e suas regiões profundas (Cf. MELONIO 1993, p. 149-150; FAGUET 1900, p. 75-76).

problema político central para a elaboração política (JASMIN 2005, p. 29). História e política eram assim coisas inseparáveis, ainda mais que, no caso de Tocqueville, isso implicava numa atuação política.<sup>5</sup> Não admitindo uma história presa a determinismos e supondo como fundamental o papel moral tanto dos historiadores quanto dos políticos, a relação estabelecida por Tocqueville entre história e política é análoga à que existe entre processo e ação (JASMIN 2005, p. 195).

A partir dessa simbiose história/política, podemos concluir que a obra *O Antigo Regime e a Revolução* pode ser lida tanto como um clássico do pensamento político quanto da história. É por meio desse último aspecto que desenvolveremos as considerações que se seguem.

Refletindo sobre o trabalho que pretendia realizar, Tocqueville afirmava que queria fazer uma história diferente da que se fizera até sua época. Não pretendia mostrar "le dessus de l'objet" (TOCQUEVILLE *apud* MELONIO 1993, p. 131), mas sim voltá-lo para cima e mostrar o que estava embaixo dele. Seu desejo era colocar em prática aquilo que considerava sua verdadeira vocação: julgar os fatos mais do que contá-los, realizar uma "busca das origens" mais do que uma "narrativa dos acontecimentos". Nesse sentido, sua tarefa se coadunava com a busca das estruturas profundas da história, o que, por sua vez, implicava não se contentar com os discursos oficiais (MELONIO 1993, p. 232).

Tendo em mente esses objetivos, a interpretação de Tocqueville se diferencia de outras contemporâneas a ela, como as de Lamartine, Louis Blanc e Jules Michelet. Para levar adiante uma história do Antigo Regime que privilegiasse a interpretação em detrimento da narrativa,<sup>6</sup> uma história que buscasse as estruturas profundas da sociedade francesa, seu trabalho implicou uma "fusão dos fatos com as ideias, da narração com o julgamento, da 'história propriamente dita' com a 'filosofia da história'" (JASMIN 2005, p. 198); em resumo, a junção entre a reflexão filosófica e a história.

Assim concebido, *O Antigo Regime e a Revolução* originou uma importante mudança de perspectiva metodológica no fazer histórico. Nas palavras de Françoise Melonio: "o *Antigo Regime* abre a via de uma história nova, explicando pela longa duração as mentalidades, as práticas e as paixões" (MELONIO 1993, p. 133).<sup>7</sup> Esse recurso às causas longínquas do presente pode ser explicado, em parte, pelo fato de Tocqueville encarar a revolução democrática como uma realidade providencial. A vontade providencial só pode ser compreendida na análise de longo curso da história, ou, em outras palavras, a Providência se confunde com a história multissecular: só essa seria capaz de permitir a apreensão do sentido da história, o que, por sua vez, nada mais é do que a Providência.

Ao mesmo tempo, o recurso à Providência tem a função de aplacar a consciência de seus contemporâneos, dos nobres ressentidos – e por que não

<sup>5</sup> Tocqueville foi deputado durante a Monarquia de Julho (1830-1848) e foi eleito também para o Parlamento da II República (1848-1851).

<sup>6</sup> Nesse aspecto é tocante sua diferença com a monumental história de Michelet que, sendo também uma interpretação dos acontecimentos, é sobretudo uma brilhante narrativa dos mesmos.

<sup>7</sup> O caráter inovador de Tocqueville também é sublinhado por Albert Soboul (SOBOUL 1988, p. 28).

dizer, do próprio Tocqueville – apresentando o processo de equalização das condições sociais como um fato inelutável, algo que se inscreve na história, mas que tem a chancela do incognoscível, do extra-humano. Nesse sentido, o recurso à Providência como “causa primeira” é um pressuposto irrecorrível.

Contudo, como afirmamos acima, Tocqueville não separava o saber histórico da prática política: a história implicava necessariamente nessa última. Assim, constatada a fatalidade da democracia revelada no processo histórico, cabia à ação do homem um amplo espaço de atuação para impedir aquilo que Tocqueville considerava a praga que assolava a época democrática: o despotismo democrático. Ligado ao processo de centralização e a seu tipo antropológico correspondente – o indivíduo moderno –, o despotismo democrático é fruto da privatização e da passividade política que lhe é correspondente. Ao constatar a dimensão providencial da época democrática, o autor de *O Antigo Regime* afirmava a necessidade da ação humana na tarefa hercúlea de evitar que a democracia descambasse para o despotismo, lutando para fazer com que ela se mantivesse nos quadros de um regime liberal. Segundo Marcelo Jasmin, esse é o problema tocquevilliano, o qual “se elabora justamente pela necessidade de oferecer perspectivas alternativas ao fatalismo, o que só poderia acontecer pela reatualização da noção aristocrática de que o homem pode comandar a si mesmo, condição da autonomia e da liberdade políticas” (JASMIN 2005, p. 239).

Antes de enveredar pelo passado da França, Tocqueville já tinha se tornado famoso por sua obra sobre a democracia norte-americana, na qual demonstrava a fatalidade dessa democracia (TOCQUEVILLE 1987). Em *O Antigo Regime*, ele parte de uma outra perspectiva: a continuidade que se pode encontrar nas origens (MELONIO 1993, p. 124). Essa busca, pano de fundo permanente da mentalidade tocquevilliana, é original, mas também conforma um conjunto de ideias que se ancora na historiografia liberal da Restauração.

Durante o fim da década de 1820, Tocqueville frequentou os cursos de Guizot na Sorbonne. Aí continuou a expandir seu aprendizado dos chamados autores doutrinários,<sup>8</sup> que tinha começado com outro membro desse grupo de pensadores: Royer-Collard (JARDIN 1988, p. 71). Tanto os doutrinários quanto os historiadores liberais como Mignet ou Thierry, desenvolveram uma história da Revolução Francesa que privilegiava o aspecto social do acontecimento. Era unânime para esses dois grupos a concepção originalmente desenvolvida por Antoine de Barnave à época da Revolução que dizia que a história moderna da França era norteadada pela ascensão das classes médias produtoras (BARNAVE 1960). Esses historiadores utilizavam-se do modelo ternário aristocracia-rei-Terceiro Estado para darem um sentido ao acontecimento centrado na ascensão da burguesia.

Tocqueville muda essa perspectiva. Ele privilegia a relação monarquia-aristocracia, centrando sua análise na progressiva perda de poder da nobreza ao longo do Antigo Regime. Seu trabalho parte de uma questão central: como

<sup>8</sup> Políticos franceses da Restauração (1815-1830) cujo pensamento político era uma mescla de ideias liberais e conservadoras e que buscavam dar a elas uma condição mais doutrinária. François Guizot foi o doutrinário mais conhecido. No dizer de André Jardin, esses políticos tinham uma “missão comum: trabalhar pela reconciliação da antiga monarquia com a França nova” (JARDIN 1998, p. 280).

explicar a vontade de mutação radical dos franceses? A resposta contém uma análise do Antigo Regime a partir de uma nova perspectiva interpretativa e uma concepção teórica da história de largo fôlego. Sua história não busca uma possível conspiração filosófica e maçônica, como fez a do abade Augustin Barruel, ou a loucura sangrenta dos revolucionários, na esteira do pensamento de Burke (MELONIO 1993, p. 132). Foi no absolutismo que ele encontrou a chave para essa questão. Dessa análise brotou sua hipótese fundamental sobre a centralização, que, como afirma Jean Claude Lamberti, buscava “[...] distinguir a centralização administrativa da centralização governamental” (LAMBERTI 1983, p. 272). Tocqueville considerava a centralização administrativa como o elemento que teria tido a função de rearranjar toda a estrutura da sociedade francesa pré-revolucionária. Portanto, seu trabalho privilegia o aspecto político – a centralização – em detrimento da explicação social – a ascensão da burguesia.

### **Centralização e Revolução: continuidade e ruptura**

Se existe uma hipótese interpretativa inovadora em *O Antigo Regime e a Revolução* é a que nega o discurso dos revolucionários sobre si mesmos, discurso que identificava a Revolução como um ponto de partida. Segundo essa visão, a Revolução fez tábua rasa do passado e se caracterizou como uma ruptura. Esse pensamento foi retomado mais tarde pelos historiadores que atribuíram à Revolução uma série de inovações, sobretudo a ideia de que o governo jacobino, lutando contra poderosos inimigos internos e externos, tinha feito da unidade nacional e da centralização administrativa suas bandeiras principais. Dessa forma, o governo revolucionário teria sido o implementador histórico dessa centralização. Entre ruptura e continuidade, esses historiadores reafirmavam a interpretação da Revolução como um momento de ruptura.

Tocqueville fez um percurso inverso a esse em sua história da Revolução. Nela, ele afirmava que “por mais radical que tenha sido a Revolução, inovou muito menos do que se supõe geralmente” (TOCQUEVILLE 1982, p. 67). Pode-se perceber isso justamente na sua visão da centralização administrativa creditada aos revolucionários, a qual considerava como um processo anterior à Revolução e o acontecimento que teve a função de ser a matriz geradora do processo revolucionário. Tocqueville introduz essa perspectiva inovadora sobre a centralização administrativa no capítulo II do livro segundo de *O Antigo Regime e a Revolução*. Já na abertura desse capítulo, ele comentava, de forma irônica, que

outrora, no tempo em que tínhamos assembleias políticas na França, ouvi um orador falar na centralização administrativa, “esta bela conquista da Revolução que a Europa nos inveja”. Admito que a centralização é uma bela coisa, consinto que a Europa nos inveje, mas sustento que não é uma conquista da Revolução. É, ao contrário, uma conquista do Antigo Regime, aliás a única parte da constituição política do Antigo Regime que sobreviveu à Revolução porque era a única que podia encaixar-se no novo estado social criado por esta revolução (TOCQUEVILLE 1982, p. 77).

Na verdade, para Tocqueville, a Revolução nada mais foi “[...] que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma

obra à qual dez gerações tinham trabalhado” (TOCQUEVILLE 1982, p. 67). Assim, ele estabeleceu uma interpretação da Revolução na qual o processo revolucionário continuava a obra iniciada pelo Estado absolutista. Portanto, subverteu a relação entre continuidade e ruptura, localizando a ruptura no longo processo histórico e a Revolução como continuidade desse processo.

Ao estabelecer um novo problema para a relação continuidade-ruptura, Tocqueville redimensionou o papel da Revolução. O que até então era considerado “o acontecimento mais importante da história ocidental moderna ganha o estatuto de supérfluo quando inscrito no contexto mais abrangente da revolução democrática universal” (JASMIN 2005, p. 219). Dessa forma, Tocqueville diminuiu a dimensão do que ocorreu em 1789, situando a Revolução num contexto mais amplo. Essa interpretação seria mais tarde, em parte, retomada por historiadores como Robert R. Palmer (1959, 1964) e Jacques Godechot (1983),<sup>9</sup> que também redimensionariam o papel da Revolução, situando-a no contexto de uma revolução atlântica.

Se compararmos o ofício de Tocqueville como historiador com o de outros historiadores, como por exemplo, Michelet, veremos que, ao contrário desses, Tocqueville não se propõe estudar o acontecimento revolucionário e retirar, a partir daí, sua dimensão histórica. Como já afirmamos, seu estudo é mais político do que social, e sua história política baseia-se numa longa duração, buscando mais as estruturas profundas da sociedade francesa do que a história do acontecimento.

Dessa forma, em *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville se propôs analisar o processo multissecular da revolução democrática universal. Esse processo foi fruto de todas as condições que levaram ao nivelamento social, e esse nivelamento era dependente de como, ao longo do tempo, modificou-se a relação entre a monarquia e as classes sociais feudais, em particular a nobreza. Nessa relação, a centralização possuía o papel principal, já que funcionava como o verdadeiro solvente das antigas relações feudais.

Esse processo de centralização<sup>10</sup> desencadeado pelos monarcas franceses implicou numa série de modificações na geografia política francesa, como, por exemplo, a preponderância de Paris sobre o resto do reino. Porém, seu resultado mais importante, aquele que de fato levaria à decomposição de toda a estrutura feudal francesa, seria a eliminação da função política da nobreza e sua paulatina transformação em casta. Esse processo foi paralelo ao da promoção social do Terceiro Estado pela monarquia.

Assim, o Estado absolutista, no seu processo evolutivo, esmagou os direitos realengos da nobreza francesa, principalmente seus poderes locais. Tocqueville acreditava que nos primórdios da história francesa houvesse algo semelhante ao *self-government*, que ele analisara em *A democracia na América*. As comunas e

<sup>9</sup> Para um comentário sobre essa questão, ver BETOURNÉ; HARDIG 1989, p. 116-124.

<sup>10</sup> Processo no qual Tocqueville parece isentar a monarquia de culpa ao afirmar que o processo centralizador é um processo instintivo: “nada indica que para realizar este trabalho difícil o governo do Antigo Regime tenha seguido um plano profundamente estudado de antemão: contentou-se em seguir o instinto que leva qualquer governo a querer dirigir sozinho seus negócios [...]” (TOCQUEVILLE 1982, p. 88).

os parlamentos exerceriam um poder semelhante aos poderes locais existentes na sociedade norte-americana da década de 1830.

Nesse ambiente no qual se formou o Estado moderno, cada vez mais se formava uma relação nova entre os diversos grupos sociais existentes na sociedade feudal, na qual um conjunto de poderes locais e intermediários contrabalançava o poder da monarquia; era isso que, para Tocqueville, constituía a liberdade da nobreza francesa. No contexto do absolutismo, esses poderes desapareceram e, com eles, essa liberdade. Em seu lugar, estabeleceu-se uma relação cada vez mais polarizada e dominante: num polo, o Estado, no outro, o indivíduo. Os papéis sociais dos diversos estamentos foram substituídos por um processo de equalização social que fez os indivíduos semelhantes entre si de uma maneira nunca antes vista.

É esse processo que Tocqueville chama de democracia, contrariando a tradição criada desde Aristóteles de classificar a democracia como uma forma de governo. À primeira vista, dar à democracia esse significado poderia confundir os estudiosos mais atentos da história francesa do período – pois é bastante questionável se as imensas diferenças sociais do Antigo Regime poderiam ser confundidas com a igualdade de condições. No entanto, o que Tocqueville, na verdade, queria dizer com democracia e seu significado de equalização social era algo mais amplo do que a generalização da propriedade camponesa e a cada vez maior proximidade do Terceiro Estado com a nobreza. Não se tratava somente da igualdade em relação aos bens materiais,<sup>11</sup> mas fundamentalmente uma igualdade multifacetada, que se produz na mentalidade, nos hábitos culturais, nos objetivos sociais, entre outros. Segundo Melonio, “o que retém Tocqueville é, pois, menos a igualdade como fato do que a igualdade como norma da existência social: ‘fé’ nova, ‘igualdade imaginária’ que aproxima os homens ao nível comum ‘a despeito da desigualdade real das condições’” (MELONIO 1993, p. 105).<sup>12</sup> Portanto, os homens se tornaram cada vez mais semelhantes entre si na sociedade pré-revolucionária, pelo menos os que estavam acima do povo.

238

Tocqueville chegou a afirmar que, outrora, os homens do Terceiro Estado e os nobres pertenciam a duas raças distintas, mas que, no século XVIII, nada mais os separava a não ser o privilégio, por essa razão, ainda mais odioso. Tocqueville exemplificou essa situação citando o caso dos nobres de uma confraria do Franco-Condado que só admitiam entre eles nobres de quatro costados, mas que voltavam para casa a pé de suas reuniões (TOCQUEVILLE 1982, p. 106).

Como afirmamos, para nosso autor, o resultado mais importante do processo de centralização foi a eliminação dos poderes da nobreza feudal. Nesse sentido, a centralização significou o fim da liberdade e da autonomia municipal, levando a um contínuo processo de formação do individualismo e

<sup>11</sup> A maneira como Tocqueville encarava a ideia de igualdade parece dever bastante a Benjamin Constant. Este último, longe de ver nessa ideia apenas uma noção que teria provocado a explosão revolucionária de 1789, acreditava que ela era o objetivo central de sua época e o fim último a ser atingido pela história do homem (CONSTANT 2002, p. 224). É também o que pensa Marcel Gauchet (GAUCHET 1997, p. 42).

<sup>12</sup> Já para Claude Nicolet, a democracia a que se refere Tocqueville, tinha pouco a ver com o governo, pois era “simplesmente ‘a igualdade de condições’, isto é, não aquela das fortunas ou das funções, mas a igualdade jurídica e, poder-se-ia dizer, social – no sentido *behaviourist* da palavra” (NICOLET 1994, p. 19).

à tendência a uma crescente privatização e indiferença cívica. Ao ser relegada pela monarquia absolutista, não restou outra coisa à nobreza do Antigo Regime a não ser transferir toda sua força política para o Estado,<sup>13</sup> que, todo-poderoso, tomou o lugar da Providência.

O Estado aparece, assim, aos homens do Antigo Regime como “o agente único e indispensável da vida pública” (TOCQUEVILLE 1982, p. 98). A partir dessa constatação, Tocqueville enuncia a ideia de que na sociedade pré-revolucionária as pessoas responsabilizavam o governo até pelas situações mais banais, “mesmo as mais inevitáveis como as intempéries das estações” (TOCQUEVILLE 1982, p. 100). Na década de 1940, Ernest Labrousse conceituou essa mentalidade do Antigo Regime com a ideia de “imputação ao político” (LABROUSSE 1973).

Ao deslocar a nobreza feudal, a consequência mais grave para o processo histórico francês foi submeter todo o poder político à monarquia por meio da centralização administrativa. Ao mesmo tempo, isso provocou o aparecimento da indiferença cívica. Por sua vez, isso gerou a inexperiência política por parte dos homens do Antigo Regime, a qual Tocqueville responsabilizava pelo desenvolvimento do espírito revolucionário. Sem conhecimento da prática política, os franceses só encontraram espaço para sua vocação política na esfera intelectual. Isso provocou um descompasso entre os intelectuais da Era das Luzes e o ambiente político, o que produziu “um espírito literário que trata as coisas da política como as da matemática ou da especulação pura” (JASMIN 2005, p. 231). Conforme Tocqueville, os homens de letras franceses

239

eram ouvidos discorrendo todos os dias sobre a origem das sociedades e suas formas primitivas, sobre os direitos primordiais dos cidadãos e das autoridades, sobre as relações naturais e artificiais dos homens, sobre os erros e a legitimidade dos costumes e sobre os próprios princípios das leis (TOCQUEVILLE 1982, p. 143).

Eles eram, assim, muito propensos a criar sistemas políticos racionais que pretendiam reverter toda a realidade social. A intelectualidade influenciou profundamente a mentalidade francesa, chegando a penetrar os espíritos dos ociosos, dos camponeses e das mulheres, os quais em seus cadernos de queixas pediam – o que Tocqueville leu com terror – “a abolição sistemática e simultânea de todas as leis e de todas as práticas em uso no país” (TOCQUEVILLE 1982, p. 146).

Com o desenvolvimento do processo de centralização, a nobreza francesa produziu uma defesa que não tentou reconquistar seus direitos políticos perdidos, mas sim manter o apego aos privilégios de precedência, fiscais e outros. Nessa dinâmica, a nobreza francesa transformou-se em casta. Nesse ponto de sua história, Tocqueville tratou da notória comparação entre a nobreza francesa e a nobreza inglesa: esta última, ao contrário da francesa, transformou-se com o tempo numa aristocracia. Ao longo desse processo, a nobreza francesa do Antigo

<sup>13</sup> Tocqueville passa a impressão de que os nobres franceses entregaram a sua tão decantada liberdade sem reagir, o que é um equívoco. É certo que os Bourbons conseguiram eliminar a força política da nobreza francesa. No entanto, essa classe não entregou o poder sem lutar. Basta lembrarmos a Fronda.



Regime perdeu sua função, detendo apenas seus privilégios. Esses, não tendo mais nenhuma reciprocidade política, tornaram-se mais odiosos. Num século de prosperidade, como foi o século XVIII, a sobrevivência desses privilégios, segundo Tocqueville, tornaram-se mais e mais detestados à medida que seu peso diminuía com o tempo. Para ele, esse é um dos pontos capitais. Ao passo que, para a maioria dos historiadores, a regra era considerar que uma sociedade só desembocava numa revolução quando estava indo de mal a pior, nosso autor afirmava que o regime que uma revolução destrói é quase sempre melhor do que aquele que o precedeu (TOCQUEVILLE 1982, p. 166). Nesse aspecto, ele antecipava Jean Jaurès ao afirmar que a Revolução era fruto da prosperidade (BETOURNÉ; HARDIG 1989, p. 30).

### **Considerações finais**

Fascinado e ao mesmo tempo horrorizado com o espetáculo revolucionário, Tocqueville produziu uma interpretação que buscou entender o passado francês e a modernidade como um todo como um espaço de atuação de dois elementos opostos: a liberdade e a servidão. Olhando para o passado, ele discerniu na história europeia uma época em que a nobreza feudal foi capaz de comandar a si própria e a seus dependentes. Foi a era de ouro da liberdade dessa nobreza, suprimida com a emergência do Estado moderno. Este era fruto da centralização administrativa, e sua implantação foi paralela a um processo de equalização das condições sociais. Ambos, centralização administrativa e equalização das condições sociais, que tiveram sua origem numa época muito recuada no passado, tinham, na visão de Tocqueville, uma causa que se confundia com a fatalidade histórica e cuja razão de ser só a Providência poderia revelar.

240

Dessa forma, o Estado moderno francês forjou-se nos escombros das liberdades comunais e dos contrapesos políticos que caracterizaram a formação social feudal. Substituindo o "nobre pelo intendente", a monarquia absoluta francesa remodelou toda a estrutura administrativa herdada da feudalidade a tal ponto que, na arena política, só sobraram dois elementos: suas próprias estruturas e o indivíduo. Figura antropológica nova na paisagem, o indivíduo moderno nasceu junto com uma mentalidade social que resvalava para a privatização e a indiferença cívica.

Nesse ambiente, no qual, de um lado, vemos a presença maciça do Estado e, do outro, a figura isolada do homem, sem ligações corporativas ou tribais com seus semelhantes, o Estado passou a ser o depositário exclusivo de todo o interesse político. Presença obsedante para o indivíduo moderno, chamado a solucionar todos os dramas sociais, o Estado "naturalmente" tomou o caminho do despotismo, ainda mais que as novas classes sociais modernas, voltadas para suas satisfações hedonistas e preocupadas unicamente com seus desejos de segurança para gozarem tranquilamente seus prazeres materiais, entregaram confortavelmente ao Estado toda sua preocupação política.

O despotismo, centro das preocupações de Tocqueville, caracterizou-se pela incapacidade de o indivíduo moderno de interagir decisivamente com as estruturas públicas. Antes de ser um Estado orwelliano, como poderia parecer à

primeira vista, o despotismo democrático é característico de uma formação social na qual a passividade política é a tônica e o indivíduo está predominantemente preocupado com seus ganhos materiais.

Assim sendo, nessa formação social raramente o Estado precisa usar a força; antes, facilmente ele faz os indivíduos obedecerem pelos benefícios materiais que pode lhes proporcionar. Por conseguinte, esse é um despotismo diferente daquele concebido por Montesquieu. O autor de *O espírito das leis* afirmava que a cada forma de governo correspondia um princípio: à democracia correspondia a virtude, à aristocracia, a honra, e ao despotismo, o medo (MONTESQUIEU 2000, p. 31-40). Contudo, como afirma Boesche, no despotismo concebido por Tocqueville, o medo foi substituído pelo suborno (BOESCHE 1987, p. 250).

Diante desse quadro, Tocqueville produziu uma interpretação cujo centro é a relação entre a história e a política. Descobrir os principais elementos causais da história moderna europeia – os quais, na verdade, confundem-se com a emergência fatal da democracia –, assim como analisar os passos que permitiram o surgimento do processo de equalização social, sempre foi uma das preocupações principais de Tocqueville na medida em que ambos os processos colocavam ao homem contemporâneo a escolha entre a servidão e a liberdade. Daí que a história de Tocqueville possua um viés “história mestra da vida”, pois ela implicava num conhecimento e compromisso moral possível dentro de um processo histórico em relação ao qual pouco se poderia fazer. Para o autor, tratava-se de um conhecimento histórico que deveria compreender a razão de ser da época democrática e de um compromisso moral no sentido de evitar sua tendência para o despotismo, para a servidão, pelo emprego da ação política no aqui e agora. Assim, história e política estavam inextricavelmente ligadas, o que significava para Tocqueville a possibilidade de usar o conhecimento do passado para impedir que a democracia caísse no despotismo.

241

### Referências bibliográficas

- BARNAVE, Antoine Pierre Joseph Marie. **Introduction à la Révolution Française**. Paris: Armand Colin, 1960.
- BETOURNÉ, Olivier; HARDIG, Aglaia I. **Penser l'histoire de la Révolution**. Paris: Éditions la Découverte, 1989.
- BOESCHE, Roger. **The strange liberalism of Alexis de Tocqueville**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Tocqueville and Marx: not opposites**. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1448947](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1448947). Acesso em: 18/11/2009.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Figures du pensable: les carrefours du labyrinthe 6**. Paris: Seuil, 1999.
- CONSTANT, Benjamin. Da força do governo atual da França e da necessidade de apoiá-lo. Tradução Josemar Machado de Oliveira. **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 145, p. 139-174, 2º semestre de 2002.

- FAGUET, Émile. **Politiques et moralistes du XIXe siècle**: Stendhal, Tocqueville, Proudhon, Sainte-Beuve, H. Taine, E. Renan. Paris: Lecène/Oudin, 1900.
- FLORENZANO, Modesto. Tocqueville e história política: seu (encobrimento) e (re)descobrimto pela historiografia francesa do século XX. **Rascunhos de história**. Rio de Janeiro, nº 12, p. 1-29, 2006.
- \_\_\_\_\_. Tocqueville diante da democracia e da Revolução. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, Vol. XCV, p. 25-55, 1999.
- \_\_\_\_\_. Resenha do livro Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política de Marcelo Gantus Jasmin. **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 138, p. 147-152, 1998.
- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Traduzido por Luiz Marques e Martha Gambini. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GAUCHET, Marcel. Préface. In: CONSTANT, Benjamin. **Écrits politiques**. Paris: Gallimard (Folio), 1997.
- GODECHOT, Jacques. **La Grande Nation**. Paris: Aubier-Montaigne, 1983.
- HOBSBAWM, Erich J. **Ecos da marselesa**. Traduzido por Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- JARDIN, André. **Alexis de Tocqueville 1805-1859**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- 242 \_\_\_\_\_ **Historia del liberalismo político**: de la crisis del absolutismo a la constitución de 1875. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KAPLAN, Steven I. **Adieu 1989**. Paris: Fayard, 1993.
- KUMAR, Krishan. Revolution. In: HOROWITZ, Maryanne Cline (Ed.). **New dictionary of the history of ideas**. Detroit: Thomson Gale, 2005.
- LABROUSSE, Ernest. **Fluctuaciones económicas e historia social**. Madrid: Editorial Tecnos, 1973.
- LACROIX, Justine. **Du suffrage universel à la participation universelle**: pour une obligation libérale de se rendre aux urnes. Disponível em: [http://dev.ulb.ac.be/sciencespo/dossiers\\_membres/lacroix-justine/fichiers/lacroix-justine-publication231.pdf](http://dev.ulb.ac.be/sciencespo/dossiers_membres/lacroix-justine/fichiers/lacroix-justine-publication231.pdf). Acesso em: 07/11/2011.
- LAMBERTI, Jean Claude. **Tocqueville et les deux démocraties**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- LEFEBVRE, Georges. Introduction. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1952.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal. Traduzido por Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004.

- MELONIO, Françoise. **Tocqueville et les Français**. Paris: Aubier, 1993.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de. **O espírito das leis**. Traduzido por Cristina Murachco. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NICOLET, Claude. **L'idée républicaine en France (1789-1924)**. Paris: Gallimard, 1994.
- PALMER, Robert R. **The age of the Democratic Revolution (1770-1792)**. Princeton: Princeton University Press, 1959.
- \_\_\_\_\_. **The age of the Democratic Revolution (1792-1799)**. Princeton: Princeton University Press, 1964.
- SOBOUL, Albert. **La civilization et la Révolution Française**. Paris: Arthaud, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Traduzido por Yvonne Jean. 2ª ed. Brasília: Editora da Unb, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1987.

# The Nordic Countries as a Historical and Historiographical Region: Towards a Critical Writing of Translocal History

---

**Marja Jalava**

marja.jalava@helsinki.fi

Academy Research Fellow

University of Helsinki

Department of Philosophy, History, Culture and Art Studies

P. O. Box 4 (Porthania)

Finland

---

## Abstract

This article focuses on the recently increased interest in transnational and translocal regions and regionalism in the context of a general "spatial turn" in the social sciences and the humanities. Using the historical conceptualizations of "the North" and "the Nordic region" (*Norden*, *Pohjola*) as an example, the article analyzes the processes of region-building in general and the case of the Nordic countries (Scandinavia) as a historical and historiographical region in particular. On the one hand, the constructed character of *Norden* will be acknowledged; on the other, it is also argued that the regional constructions may have a certain degree of construct validity and a historical continuity, based on common historical experiences and the inherent spatiality of history. Finally, the article concludes that the acknowledgement of the transnational framework is important when rethinking the history of historiography, albeit it is not necessarily a more "enlightened" alternative to methodological nationalism.

244

## Keywords

History of historiography; Regionalism; Space.

---

Received in: 6/29/2012

Approved in: 10/31/2012

### “The Nation Is Dead, Long Live the Region”?

In an article published in 1984, entitled “Die Nation ist tot: Es lebe die Region,” the German historian Hans Mommsen questioned the self-evident position of the nation-state at the hub of historical research (MOMMSEN 1984). Such an interest in a transnational or regional framework was by no means new. In the early nineteenth century, the establishment of geography as an academic discipline encouraged scholars within cultural sciences to elaborate wide-ranging theories about the relationship between human history and physical environment, transcending the present state borders. Although the growth of historicism in academic historical research diminished the interest in the concept of space, which was mainly considered a neutral and passive stage for historical actors, the turn of the century saw the “return of space”. Broadly speaking, this rehabilitation of the concept of space was boosted by the colonial globality of high imperialism which resulted in the invention of new spatially oriented academic disciplines such as anthropogeography and geopolitics as well as new transnational concepts such as *Lebensraum* (‘living space’). At the same time, pan-Asiatic and pan-Islamic movements developed outside Europe to oppose the Eurocentric conception of the global space (SMITH 1991, p. 56–59, 219–231; CONRAD 2010, p. 60–66).

Nevertheless, both in Europe and elsewhere in the world, the late nineteenth-century process of globalization was accompanied by the creation of new nation-states. Thus, to cite the German historian Sebastian Conrad, “global interconnectedness did not so much contribute to the dissolution of nation-states, as some contemporary commentators believed, but rather was instrumental in constituting them and making them permanent” (CONRAD 2010, p. 67). The position of the nation-state as the self-evident spatial unit of history-writing was further consolidated by the fact that post-WWII social theories were particularly interested in modernization, development, and change – in other words, in temporality at the expense of spatiality. Indeed, in the German-speaking academe, even the very word *Raum* (space) became politically and ethically dubious, since geopolitics and the idea of *Lebensraum* had been used during the interwar period as a “scientific” justification for imperialism and Nazism with disastrous consequences (SOJA 1989, p. 34–38; SMITH 1991, p. 232–233). Although regional and transnational perspectives continued to exist in the margins of methodological nationalism (for instance, the *Annales* School and Marxist-inspired world-system analyses), there is no doubt that, at least in European historiography, the vast majority of historical studies until today has firmly resided within the parameters of nation-states. Even when history-writing has been conducted under the label of world history, in many cases “the world” has still been studied as a mere backdrop for national and civilizational histories to understand their formations and dynamics (DIRLIK 2005, p. 395).

This state of affairs has notably altered only from the 1980s onwards. On the one hand, boosted by postmodernism and what is known as the linguistic turn, the “Orientalist” critique of Edward Said, postcolonialism, and the Subaltern studies have posed a profound challenge to European historical methods

and analytical categories as well as the alleged “Western idea of history” as a whole (e.g. NANDY 1995, p. 44–46, 53–54, 63). On the other hand, the practitioners of world history or global history<sup>1</sup> have emphasized the entangled and interconnected history of “the West and the rest”. For instance, the historian Sanjay Subrahmanyam has used historiographical examples from Mexico, the Mughal empire, and the Ottoman domains to show that there is no such thing as a “European” or “Western” historical consciousness, since the past traditions of history-writing have developed within diverse processes of engagement and supralocal connections at least since the early modern period. Accordingly, he also questions the boundaries defined retrospectively by post-WWII Area Studies, arguing that they have blinded us to the possibilities of connection (SUBRAHMANYAM 1997, p. 742–748, 759–761; 2005, p. 26–30, 35–36). In a similar manner, the world historian Arif Dirlik suggests that we should actually supplant the term “transnational” by “translocal”. The latter carries us from the conceptual realm of nations to that of places and spaces which have preceded in their existence the emergence of nations and are quite likely to outlast the nation as we have known it (DIRLIK 2005, p. 397).

246

In the case of Europe, the post-Communist, post-Maastricht Treaty era is manifest in slogans such as “Europe of the regions,” emphasizing its diversity. For instance, the fall of the Cold War dichotomy between the Eastern Bloc and the Western Bloc has generated the notion of “three historical Europes”: a western Europe, a central eastern Europe, and a southeastern Europe, which are argued to have their distinctive civilizational heritages and, thus, different routes to modernity (BLOKKER 2005; DELANTY 2007; TROEBST 2003, p. 183–185). At the same time, however, the intensified European integration and the development of European Union (EU) institutions have fostered the idea of a deep-rooted unity of European culture, hoping to establish a shared post-national “European” identity. Since both the diversity and unity doctrines have received their share of criticism, a third alternative has also emerged, promoting “unity in diversity,” in which different layers of allegiance constitute “the multiple identity of the contemporary subjects” (e.g. SASSATELLI 2002, p. 435–440).

Moreover, a resurgent, renewed, reinvented, or rediscovered regionality has manifested as an interest in sub-national regions within a nation-state or crossing national boundaries, such as the lands of the Sámi people, the northernmost indigenous people in Europe, which are today divided between four different countries (Finland, Norway, Russia, and Sweden). There the regionalist emancipation has resulted in the emergence of resistant regional identifications and the accusations of “internal colonialism” against “the oppressive center,” that is, the nation-states that have advocated the forced integration of the Sámi people in the name of “national unity”. The integration process of the European Union has accelerated the disintegration of the nation-states through various EU

<sup>1</sup> A conceptual distinction is sometimes made between “world history” and new “global history.” For instance, according to the historian Bruce Mazlish, the former is mainly focused on civilizations and historical phenomena that arise on a world scale, whereas the latter deals with the processes that transcend the nation-state framework, thus entering upon the history of globalization (see e.g. MAZLISH 1998, p. 387, 393).

programs that support such sub-national regionalism (See e.g. WINGE 2001, p. 48; TOIVANEN 2003, p. 206–207, 213–215).

In all cases, the underlying skepticism about national history arguably indicates that the development of strong nation-states has reached its zenith after 500 years of almost continuous growth, and the past, the present, and the future of “Europe” are reconsidered in the regional framework, which does not necessarily correspond with the present-day nation-states. Quite often the emphasis on a transnational or translocal space has been considered an enlightened alternative to “impoverished provincial thinking” and methodological nationalism; a moral and intellectual imperative in the suppression of destructive (neo-) nationalism and xenophobic tendencies of present-day Europe. As the advocates of comparative and transnational histories argue, these approaches clearly show that national cases cannot be isolated from others in glorious solitude, which raises the question of whether any “national uniqueness” exists at all (APPLEGATE 1999, p. 1164; STENIUS 2003, p. 20; BALDWIN 2004, p. 4–5). The boldest statements argue that the nation-state paradigm has now ended once and for all, and the historians should therefore abandon nation-states as outdated sites of historical inquiry (APPLEGATE 1999, p. 1157–1165; ARONSSON 2001, p. 14; GREEN 2004, p. 45–46).

As a whole, the rising interest in regionalism seems to be related to the new phase of globalization, which, somewhat analogously to the situation of one hundred years ago, has been accompanied by a “return of space.” This has resulted in a spatial turn in the social sciences and the humanities, which lends new importance to the inherent spatiality – or, as some scholars rather prefer to say, *placiality*<sup>2</sup> – of human activities. To simplify things slightly, while historians have tended to consider history an account of “change over time,” it has been argued that they should focus at least equally on “change through space,” that is, on the embodied and emplaced nature of our being-in-the-world, which leads us to rethink human history as place-bound and place-making. Theoretically, the spatial turn is indebted to the critical human geographers such as David Harvey, Doreen Massey, and Edward Soja, who have drawn upon a variety of philosophers and sociologists from the pragmatic-hermeneutic tradition and phenomenology to the Frankfurt School, French poststructuralism, and postcolonial studies. The honor of being a path-breaker is often assigned to the Marxist theorist Henri Lefebvre, who in his *La Production de l'espace* (1974) convincingly articulated the notion of space as socially produced (ETHINGTON 2007, p. 466–467, 478–479, 482–483; CASEY 2007, p. 510; ARIAS 2010, p. 29–31).

Because of the significant influence of various “post-isms” on the spatial turn (e.g. poststructuralism, postmodernism, postcolonialism), this approach has challenged such historicist views that regard places, such as nations, regions, and territories, as pre-given entities that can be treated in purely empirical, and empiricist, terms. On the contrary, it argues that places should be considered to

<sup>2</sup> The philosopher Edward S. Casey, among others, has presumed the importance of the distinction between space and place, taking “‘space’ to be the encompassing volumetric void in which things (including human beings) are positioned and ‘place’ to be the immediate environment of my lived body” (CASEY 2001, p. 683).



be in the constant state of “becoming,” produced and reproduced in interaction with their surroundings. New spatial conceptualizations may emerge, the old ones may acquire new meanings over a period of time, and some may become marginal to people’s lives and disappear. In other words, places are not essences but processes, rooted in social practices, disciplinary power, and ideology (GUSTAFSON 2001, p. 6; ARIAS 2010, p. 30–31; JONES 2011, p. 317–319).

Consequently, there is no reason to postulate that the transnational or translocal regions and region-building would be somehow more “natural” or “disinterested” than the nations and nation-building. To cite the critical geographer David Harvey, “Place, in whatever guise, is like space and time, a social construct [...] The only interesting question that can then be asked is: by what social process(es) is place constructed?” (HARVEY 1996, p. 261). Indeed, both in the era of empires and in the era of modern nation-states, the construction of diverse meso-regions has been an inseparable part of state-building, which indicates that regionalist, imperial(ist), and nationalist projects have been closely interwoven, and these distinctions often collapse when actual examples are looked at (APPLEGATE 1999, p. 1164–1165). Thus, a strong case can be made for approaching both nations and transnational regions as “imagined communities,” the existence of which is preceded by the existence of nation-builders and region-builders (NEUMANN 1994, p. 58).

248

However, while very few historians today would claim that a region or a place has a steadfast essence, it is open to debate whether it is possible to construct a region as if it was an *ex nihilo* creation. Radical constructivists argue that it is always possible to find some link or pre-history which can be used to justify any region-building project, whereas structuralist approaches emphasize that a region is seldom a totally arbitrary product. In other words, both approaches agree that social, economic, cultural, and political structures and traditions in a given transnational or translocal area do not automatically and naturally result in the emergence of a supranational regional entity and a regional identification. However, the structuralists still argue that some regional conceptions may have a certain degree of construct validity and a historical continuity, based on common historical experiences, historical memory, or – to use Reinhart Koselleck’s concept – a common *Erfahrungsraum* in the sense that the societies that form a region have been founded on similar principles, practices, and institutions (GÖTZ 2003a, p. 324–326; STENIUS 2003, p. 21; cf. NEUMANN 1994, p. 73).

In this article, I want to argue the case for a moderate region-building approach, which acknowledges the “imagined” character of translocal regions, yet does not regard them as spatial units that can be constructed on a fully arbitrary basis. A prime example of an unsuccessful attempt to construct a translocal region is the Finnish interwar interest in an “in-between” Europe (*Zwischeneuropa*; *Väli-Eurooppa*), composed of the new independent small-states after the collapse of the Habsburg, Hohenzollern, Romanov, and Ottoman empires. Although some influential politicians and foreign policy experts did their best to promote this transnational entity, the attempt soon came to grief

due to the lack of trade relations, common geopolitical interests as well as associations and informal networks on the level of civil society (see SAARIKOSKI 1993, p. 116–120; VARES 2003, p. 248–250, 254–262). As the sociologist Anthony Giddens has argued in his theory of structuration, social structures do not do anything by themselves; they depend on the actions of human subjects in everyday life. Without people who make and remake a certain region on a daily basis it will not gain a socio-spatial significance that is necessary for it to become institutionalized – no matter how eagerly the regionalist ideas would be cherished by some politicians or other elite groups (GIDDENS 1984, p. 2–28; see also CRESSWELL 2004, p. 34–39). In other words, there arguably has to be a double process of both “social spatialization” and “spatial socialization” before a certain population considers themselves to be members of a common spatial unit (see PAASI 1996, p. 7–9; MACLEOD 1998, p. 838–839).

A useful theoretical concept in the discussion on a “Europe of the regions” is the German term *Geschichtsregion* (‘history region’ or ‘historical region’), which has its origins in the interwar debate on what “Eastern Europe” is. To cite the historian Stefan Troebst, in the German sense of the *Geschichtsregion*, the term “stands for the construction of a meso-region which over a long period of time is characterized by an individual cluster of social, economic, cultural and political structures and which is larger than a single state yet smaller than a continent.” Accordingly, a historical region differs from intra-state and inter-state micro-regions (e.g. Bavaria, Bessarabia) as well as from macro-regions such as continents, world-systems, civilizations, or hemispheres (e.g. Europe, sub-Saharan Africa). As Troebst emphasizes, it is above all a heuristic concept for comparative analysis in order to identify transnational or translocal structures and features common to a constructed meta-region which is in general not congruent with geographical or political boundaries. Thus, it is definitely not to be perceived in an essentialist or even geodeterminist way (TROEBST 2003, p. 173, 177). In my view, this concept is highly useful in the sense that it allows us to recognize the constructed character of places and regions, yet without treating them as purely imaginary, free-floating signifiers that would appear and exist out of nothing.

### **Norden as a Historical Region**

In the discussion on European regions, *Norden* (the North) or the Nordic region – often used as a synonym for Scandinavia in anglophone countries – has been presented as a classic example of the *Geschichtsregion* (TROEBST 2003, p. 173; see also HILSON 2008, p. 15). To cite the sociologist Amitai Etzioni, “There is no region in Europe and few exist in the world where culture, tradition, language, ethnic origin, political structure, and religion – all ‘background’ and identitive elements – are as similar as they are in the Nordic region” (ETZIONI 1965, p. 220–221). By “the Nordic region,” these authors commonly mean the five independent states of present-day Northern Europe: Denmark (including Greenland and the Faroe Islands as the autonomous parts of the Danish state), Finland, Iceland, Norway, and Sweden.

Indeed, one may certainly claim that *Norden* has been produced and reproduced during the centuries through the dynamics of everyday life, routine interactions, and constant encounters. As archeological and historical sources testify, the present-day Nordic region was gradually interwoven into a tight network of economical, social, cultural, and political exchange ever since the Early Middle Ages. The most long-lasting political constellation was the Kalmar Union (1397–1523) that united Denmark (including present-day Norway, Iceland, the Faroe Islands, and Greenland) and Sweden (including the southwestern parts of present-day Finland). In a more recent era, common historical structures and institutions such as a uniform Lutheran state-church, the highly centralized state, the agrarian, pragmatic character of “Nordic Enlightenment,” and the relative freedom and early political participation of the land-owning peasants have been emphasized as elements that have left their strong imprint on Nordic people’s everyday experiences and mentalities (See e.g. GÖTZ 2003a, p. 328–331; STENIUS 2003, p. 21–23; HILSON 2008, p. 11–17).

However, on a closer look, the concept of *Norden* has referred to anything but a clear-cut geographical entity. Instead, it has been in the constant state of becoming. Until the turn of the eighteenth century, in addition to the present-day Nordic countries, “the North” of Europe also included northern Poland, northern Germany, north-western parts of Russia, the islands of Orkney and Shetland as well as the present-day Baltic countries. This broad conception started to shrink only during the Age of Enlightenment. As a consequence of the Great Northern War (1700–1721), the power balance of Northern Europe had been completely shaken: Sweden and Denmark lost their positions as the dominant players in the Baltic Sea region to Russia and Prussia. The defeat of Sweden against Russia was sealed during the Napoleonic Wars, when Sweden lost the eastern third of its remaining realm. This area was incorporated into the Russian Empire as the autonomous Grand Duchy of Finland in 1809. The ideological process of “othering” Russia was accelerated by the breakthrough of political liberalism and the West-European support for Polish autonomy in the 1830s, which degraded Russia to a reactionary regime belonging to “retarded” Eastern Europe or “barbarian” Asia. As a result, a more restricted conceptualization of *Norden* was established, separating the present-day Nordic countries both from the Slavic Eastern Europe and the Germanic Central Europe (See e.g. HENNINGSEN 1997, p. 105–107; ENGMAN; SANDSTRÖM 2004, p. 16–18; on a more general level, see also WOLFF 1994.)

Indeed, despite the common Lutheran, agrarian, social, and political structures, practices, and traditions, it is fair to say that until the early nineteenth century, Denmark and Sweden had been bitter political rivals. Only with the Romantic mytho-cultural pan-Scandinavianism, which developed into a political pan-Scandinavianism in the early 1830s, the idea of an age-old Nordic unity truly made a breakthrough. On the one hand, this transnationalist alternative to the nation-state was based on the argument that *Norden* actually constituted

one nation (*Vol/k*) united by the common linguistic-cultural heritage,<sup>3</sup> values, and a shared destiny. On the other hand, pan-Scandinavianism was spurred by the attempts to unify the threats of the Danes in the South (Prussia) and the Swedes in the East (Russia) into one figure of thought. Only at this point a common Nordic past from the Viking Age and the Kalmar Union was constructed and elevated to a central position as an evidence for an age-old Nordic (Old Norse) identity (ØSTERGÅRD 1997, p. 34–39; STRÅTH 2012, p. 26). As noted by the historian Else Roesdahl, even the very terms “Vikings” and the “Viking Age” did not exist in their present meaning before the beginning of the nineteenth century (ROESDAHL 1998, p. 9–11).

After the failure of political pan-Scandinavianism in 1864, when Sweden-Norway refused to give military aid to Denmark in the Second War of Schleswig against Prussia-Austria, pan-Scandinavian visions were replaced by practical Scandinavianism or “Nordism”. The idea of a common Nordic identity and past remained, but it was now constructed on the basis of the separate nation-states. In other words, Nordicity as a meso-regional identity was now built into what it meant to be a Dane, Swede, Norwegian, Finn, or Icelander, instead of being an addition to the (primary) national identifications. Consequently, the nation-states became the configurations through which *Norden* manifests itself to the point that the present-day nation-states have come to appear as natural entities, anachronistically projected onto the older historical periods (STRÅTH 1993, p. 59; ØSTERGÅRD 1997, p. 42–46, 58–62; JOENNIEMI; LEHTI 2003, p. 133).

The “Golden Age” of this Nordic cross-national identification was arguably the postwar era until the collapse of the Soviet Bloc in 1989–1991. During that time, the Nordic countries in general and Sweden in particular were perceived as the avant-garde of modernity. In the Nordic welfare state ideology, *Norden* functioned as a demarcation from Europe: a democratic, Protestant, progressive, and egalitarian North against a Catholic, conservative, and capitalist Europe as well as the communist Eastern Bloc (SØRENSEN; STRÅTH 1997, p. 22; MUSIAŁ 1998, p. 1–9). In the Cold War environment, the cooperative image of *Norden* was not only a favorite subject of bombastic political speeches. The Nordic region was institutionalized, for instance, by the 1952 establishment of the Nordic Council as an inter-parliamentary body and the realization of the Nordic passport union. These were followed by the joint labor market in 1954 and the harmonization of laws, such as the Nordic Convention on Social Security in 1955. As a result, the Nordic region was not only a socio-spatial unit into which its inhabitants were socialized as a part of societal reproduction, but it was also a place that provided a geographically specific set of structures that influenced the everyday lives of ordinary citizens in very concrete ways. Hence, *Norden* became a “place” in the sense that it also referred to personal experiences

<sup>3</sup> Danish, Icelandic, Norwegian, and Swedish languages all belong to the North German language group. The three mainland Nordic languages (Danish, Norwegian, and Swedish) are more or less mutually intelligible. Finnish, instead, belongs to the Uralic family of languages, which sets the Finnish-speaking majority of Finland linguistically apart from other Nordic countries. However, during the peak of pan-Scandinavianism, the educated classes in Finland were still mostly Swedish-speaking or bilingual, so the historical role of different languages should not be exaggerated during that period.

and meanings contained in individual life-histories (On a theoretical level, see MACLEOD 1998, p. 838–839). At this point, at the latest, *Norden* redeemed its status both as a “native concept” rooted in everyday language and an analytic tool developed by the scholars.

Nevertheless, even during the heyday of sovereign nation-states, *Norden* continued to be a contested and oscillating space. To begin with, since the days of pan-Scandinavianism, there had been a terminological tension between ‘Scandinavia’ and *Norden*. In this context, ‘Scandinavia’ means a Nordic unification and/or cooperation entity without Finland, whereas *Norden* includes Finland (STRÅTH 2005). In Iceland, by contrast, the term ‘Scandinavia’ is often used only to denote the Scandinavian Peninsula, that is, Norway and Sweden (ÁRNASON; WITTROCK 2012, p. 21–22). Moreover, some scholars have distinguished the Atlantic sea-facing *Norden* (Denmark, Iceland, and Norway) from the land-based Baltic *Norden* (Finland and Sweden). For instance, during the Cold War, the former three countries became founding members of the North Atlantic Treaty Organization (NATO), whereas Sweden and Finland emphasized their neutrality and “the Nordic balance” which anchored *Norden* between the two Blocs – although the Treaty of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance between Finland and the Soviet Union (1948–1992) certainly had its effects on Finnish politics (NEUMANN 1994, p. 62–63; ØSTERGÅRD 1997, p. 70). To some extent, these divisions are visible even today, since Norway and Iceland have decided to stay outside the European Union, whereas Finland is the only Nordic country that is the member of the European Monetary Union (Eurozone).

252

Furthermore, the late nineteenth century also saw the emergence of a more sinister kind of Nordism. In the academic circles, disciplines such as physical anthropology, race biology, and comparative anatomy produced sweeping racial classifications and typologies, which were further combined with archeological and philological findings. When this “scientific” racism was mixed with Old Norse mythologies, Social Darwinism, and pan-Germanic ideas of the true, unspoiled Germanic peoples of *Norden*, the result was the idea of a common Aryan/Germanic/Nordic blood, “the Nordic race,” and its racial superiority. During the Nazi regime, this ideological mishmash culminated in “the Nordic idea” (*allnordischen Gedanken*) as the basis of a German-Scandinavian rapprochement (MUSIAŁ 1998, p. 6–7; WERTHER 2010, p. 70–71). Although the number of convinced Nazis was relatively small in the Nordic countries, the amount of Germanophiles and Nazi sympathizers was much larger, and after 1933, it was often difficult to distinguish these groups from each other (see e.g. HANSSON 2003, p. 191–194). Thus, it is safe to say that all Nordic countries had significant, mostly academic and military communities that supported close German-Scandinavian cooperation on the basis of racial brotherhood. Given the different outcome of the WWII, the Aryan/Germanic/Nordic meso-region might have been institutionalized as the new transnational identification of *Norden* (MUSIAŁ 1998, p. 6–7).

Finally, the post-1989 era resulted in at least in two different kinds of region-building projects the Nordic countries, both of which challenged, to some extent, the axiomatic position of the nation-states. On the one hand, we can perceive a

conceptual enlargement of *Norden*, promoted above all by the Nordic scholars of international relations and geopolitics as the shift “from Nordism to Baltism” and “the return of Northernness”. As these slogans indicate, the Nordic countries oriented themselves in the 1990s towards the Baltic countries and Northwest Russia. A notable element of this reorientation was the restructuring of the Nordic Council to advance cooperation with these areas (See e.g. WÆVER 1992, p. 101; JOENNIEMI; LEHTI 2003, p. 136–137; BROWNING 2007, p. 41). On the other hand, the old idea of the Nordic Federation (*Förbundsstaten Norden*) has been reinvented in order to increase the Nordic influence on the European Union as well as to defend the position of the Nordic region in an intensified territorial competition that stretches across the whole hierarchy of spatial locales, from the smallest locality to the scale of the world economy (WETTERBERG 2010; on a general level, see also SOJA 1989, p. 172–173). Although the suggestion of “the new Kalmar Union” has been labelled by most Nordic politicians as highly unrealistic, it highlights the fact that regional identifications are complex processes, and even if the meaning of “the North” might seem to have expanded recently, the old idea of *Norden* as a demarcation from the rest of Europe and, especially, from Russia is still lurking in the background (see also BROWNING 2003, p. 48, 52–57).

### **Norden as a Historiographical Region**

For contemporary historians, it is certainly no news that the academization, professionalization, and institutionalization of history as an academic discipline proceeded in the nineteenth century hand in hand with the rise of modern nationalism. Consequently, it is no news either that the history of *Norden* or the Nordic region has been largely written from the perspective of the separate nation-states. This has been the state of art even in research focusing on the periods preceding the emergence of the nation-states. For instance, in Swedish historiography the idea of a “Sweden proper” emerged after the Napoleonic Wars as the core meaning of all Swedish history from the dawn of time, largely ignoring the fact that the southwestern part of present-day Finland had been an integral part of “original” Sweden ever since its consolidation in the fourteenth century – and vice versa, since Finnish historiography has also been eager to emphasize the long and glorious past of the Finnish nation (*folk*) before “the Swedish conquest” (ENGMAN 1994; ØSTERGÅRD 1997, p. 58–59). Similarly, Norwegian historians have been busy demonstrating the unbroken continuity of the history of Norway from the Viking era to the nineteenth century, thereby downplaying the significance of “the 400-year-night” during which the country had been a part of the Danish Realm. In this connection, it is perhaps needless to add that their Danish colleagues, for their part, have only been happy to leave Norway to the Norwegians (KIRBY 1991, p. 10–11; ARONSSON et al. 2008, p. 262). In general, the number of those Nordic historians who have specialized in the history of one of their Nordic neighbours has been very small, and in many cases, these territorial crossings have been met with harsh criticism by the “native” historians (ENGMAN 1991, p. 50–51; TORSTENDAHL 2000, p. 16–17).

While the tendency to nationalize the past is a common feature in modern historiography, in the Nordic case it has been accompanied by a general consensus among the professional historians that the present-day Nordic countries compose a distinctive historical region (*Geschichtsregion*) with common social, political, economic, and cultural structures and traditions, and thus, Nordic joint activities within historical research are justifiable and necessary. As early as 1905, this conviction resulted in the first Nordic Meeting of Historians (*Nordiske historikermöte*), which during the interwar period developed into a truly inter-Nordic event participated by historians from all five Nordic countries (TORBACKE 2005, p. 52–56). In Sweden, the interwar period also saw the foundation of the historical journal *Scandia* in 1929. As the founders of *Scandia* boldly stated, “national, political, and religious viewpoints are in contravention of scientific principles”. Hence, they looked forward to smoothing the way to a better understanding of a common Scandinavian-Nordic heritage; in this case, via a rigorous process of source criticism and demand for objectivity (KIRBY 1991, p. 9; TORSTENDAHL 2000, p. 4).

254

As I already mentioned in the previous chapter, the postwar era until the collapse of the Soviet Bloc was in many ways “the Golden Age” of Nordic cross-national identification and cooperation. Consequently, the cooperation between Nordic historians also flourished in an unparalleled way during this period, resulting in new inter-Nordic publications, conferences, and research projects. Firstly, the common Nordic historiographical public space was reasserted by the foundation of *Scandinavian Economic History Review* in 1953 and *Scandinavian Journal of History* in 1976. When laying out their guidelines, both journals emphasized the international nature of their topics, which, in principle, made them favourable to comparisons presented in an internationally accessible language. As the names of these publications already indicated, this new lingua franca was English, contrary to the previous decades when German had been the most widely used foreign language of the Nordic historians. However, this tendency toward “anglophonizing” the common Nordic historiographical space was not always positively received. Although it arguably made the Nordic discussion and cooperation easier also for those Finnish-speaking Finns and Icelanders to whom Danish, Swedish, and Norwegian were practically foreign languages, it was also criticized for isolating academic history-writing from the broader Nordic community and weakening the common feeling of Nordicity based on the distinctively Nordic linguistic-cultural heritage (ENGMAN 1991, p. 52–53).

Secondly, the increased cooperation was manifested by new inter-Nordic seminars and workshops. From 1965 to 1993, Nordic historians gathered around the regular meetings of the Nordic Historians’ Conference on Historical Method (*Nordiska historiska metodkonferenserna*), specialized in questions on method and theory. Broadly speaking, the initiative to this new forum stemmed from the emergence of the post-WWII welfare states and the increasing importance of the social sciences, which threatened the traditional position of history as the leading academic discipline of the nation-state. Thus, Nordic historians joined forces to protect the integrity and importance of history as a discipline, eager

to clarify the relation between history and the social sciences (SIMENSEN; HELLAND 1984; ENGMAN 1991, p. 49; TORSTENDAHL 2000, p. 5–9). Moreover, other specialized forms of cooperation sprang up in various subfields. For instance, the Nordic Women's and Gender Historians' Conference (*Nordiska Kvinnohistorikermötet*) was launched in 1983. Initially, as the original Swedish title reveals, these conferences aimed at making women and their activities more visible in academic history-writing. In the late-1980s, this rather empirical mission was widened by critical self-reflection and a more theoretical approach on gender issues, whereas the novelty of the new millennium has been men's history, inspired by critical studies on masculinities (HAAVET 2009).

Finally, closer cooperation among Nordic historians was encouraged by using research funding as an incentive. Although there had been some funds available for inter-Nordic research ever since the heyday of pan-Scandinavianism, the funding options for these purposes became firmly institutionalized after the establishment of the Nordic Council in 1952. A landmark in this respect was an agreement on the Nordic Cultural Fund, signed in 1966 to support cultural projects (including research) involving a minimum of three Nordic countries. The Nordic Cultural Fund was complemented by about a dozen bilateral funds in the Nordic region. In 1982, a great leap forward was taken by the Nordic Council as it decided to establish the Nordic Science Policy Council for enhancing co-operation among its member countries, soon followed by the establishment of the Nordic Academy of Advanced Study (NorFA). In the field of the humanities and the social sciences, the Joint Committee for Nordic Research Councils (NOS-HS) started its work in 2004, launching its first call for Nordic collaborative research projects (NORDCORP) in 2008. In addition, NOS-HS has supported series of Nordic Exploratory Workshops to promote the development of new research areas and programs. In 2005, yet another Nordic research institution, the Nordic Research Board (NordForsk) was established, and the Nordic Science Policy Council as well as the Nordic Academy of Advanced Study were integrated into it. While the original programs of the latter had been reserved for researchers coming from the Nordic countries alone, the post-1989 conceptual enlargement of *Norden* was manifested in the fact that the current provisions of NordForsk were opened also to researchers and PhD students in the Baltic countries and Northwest Russia (MUSIAŁ 2009, p. 296–297).<sup>4</sup>

Despite all this toing and froing of historians across the Nordic region, those in favour of truly comparative or transnational research projects and publications have been left with a thing or two to desire. As several participants complained in the 21<sup>st</sup> Nordic Historians' Conference on Historical Method (1989), the excellent opportunities for going beyond the national framework "were not used to the full extent possible." More often than not, the regionalization of the present-day Nordic countries was taken for granted, which resulted in a plethora of projects, publications, and presentations merely listing the distinctive features

<sup>4</sup> For information on the Joint Committee for Nordic Research Councils for the Humanities and the Social Sciences (NOS-HS), see [http://www.nos-hs.org/prognett-nos-nop/Home\\_page/1253964310884](http://www.nos-hs.org/prognett-nos-nop/Home_page/1253964310884).



of various nationally-based case studies. Indeed, even today attempts to write a Scandinavian or Nordic history are often organized as “anthology comparisons,” where scholars from the national academies contribute from their distinctively nationalist perspectives, and the actual comparisons are left to the readers. Consequently, the attempts to write a Nordic history from a comparative or transnational perspective have mostly been made by scholars from outside the region (ENGMAN 1991, p. 48–52; KIRBY 1991, p. 10–11; see also HILSON 2008, p. 13–14). In some Nordic countries, particularly in Norway and Finland, the academic alternative to the national framework has rather been local history, and regional approaches have thus mostly been limited to the studies of intra-state micro-regions (see e.g. ARONSSON et al. 2008, p. 272; FORSKNINGSRÅDET 2008, p. 114–121, 152–157).

Looking at the critical assessments of the Nordic historians’ conferences, the above notions are repeated. According to the historian Jarl Torbacke, well until the postwar era the participants of the Nordic Meetings of Historians generally expressed strong opposition even to common conference themes, not to mention cross- or trans-Nordic research projects that started to gain support no earlier than the late-1960s. Hence, the main function of the Nordic Meeting of Historians was to offer the historians a common platform where each of them could give a talk on his/her own separate national case-study (TORBACKE 2005, p. 57–58). The same can be said about the Nordic Historians’ Conferences on Historical Method. In addition to the general Nordic tendency for preferring empirical research to theoretical analysis, neither method nor theory united historians in one country or in the Nordic region as a whole. Instead, the methodological and theoretical choices mostly reflected the general international trends in the field of history without the emergence of a distinctive “Nordic school” of interpretation (KIRBY 1991, p. 11; TORSTENDAHL 2000, p. 25).

256

To sum up, in addition to being a historical region, *Norden* certainly composes a historiographical region with long, well-established traditions of academic cooperation, but this sense of regional community is chiefly based on the assumption of the distinctiveness of each Nordic nation-state. As mentioned above, since the idea of a common Nordic identity has become to be built into what it means to be a Dane, Swede, Norwegian, Finn, or Icelander, much promoted “Nordicity” seems to reveal itself only through the nation-states.

In a defense of the nation-centered Nordic historians, it can be acknowledged that the nation-states, however “imagined” and provisional they may be, do not fade away with a sheer effort of will of the historians. In the everyday realities of politics and culture of the twentieth century, they have played a central role – and still do, despite various globalization processes. This is especially true in the Nordic countries, where the post-WWII welfare regimes have been emphatically welfare *states*; in other words, based on the strong public sector with little room for the private sector, for philanthropic or voluntary provision, or for the family (see e.g. HILSON 2008, p. 90). Thus, instead of dismissing the nation-states as a nightmare from which we have only recently awoken, what is arguably needed is a critical, comparative approach to a history of national

historiographies, which also regards the interaction of national history-writing with national narratives of other countries as well as with the parallel processes of translocal connections, cultural transfers, and cross-fertilization.

In the history of Nordic historiography, genuinely comparative and transnational approaches are still relatively new phenomena. A pioneering study is the article "Nordic National Histories" (ARONSSON et al. 2008), which was written as a part of the five-year research program "Representations of the Past: The Writing of National Histories in 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Century Europe" funded by the European Science Foundation. Here, four Nordic historians joined forces to offer one of the first overall views on Nordic nationalist history-writing. Another publication worth mentioning is *The Cultural Construction of Norden*, published already in 1997 as a product of cooperation between two research projects. In this volume, the focus was on the Nordic region-building and the parallel development of nationalism and Nordism in the Nordic countries (See SØRENSEN; STRÅTH 1997).

The research done so far indicates that behind the seemingly endless amount of national peculiarities, variations, and differences, there is also a number of important similarities and common basic assumptions. To some extent, we can thus outline a common view of the past, which has influenced the way the past is conceptualized in the Nordic countries in the present. For instance, in all Nordic countries the myth of a golden age of peasant freedom and equality plays a crucial role in national historiographies, tending to exclude the nobility from the people (*folk*), while simultaneously emphasizing the Lutheran clergy as an essential part of it (ARONSSON et al. 2008, p. 260, 263–264; see also STENIUS 1997, p. 168–169). On the basis of this "grand narrative," it has been argued in the sociological analysis of the Nordic welfare state that there exists a distinct Scandinavian route – a Nordic *Sonderweg* – to modern democracy, based on the system of peasant proprietorship and family farms (ALESTALO; KUHNLE 1987, p. 8–13, 37; GÖTZ 2003a, p. 331). Within women's and gender history, a related Nordic theme has been the idea of the "strong, hard-working, and independent Nordic woman," which operates with the distinction between "our" welfare states that foster gender equality and the patriarchal systems of other European regions that oppress women (see e.g. MARKKOLA 1997; GORDON 2007).

To be sure, "the free Nordic peasant" and "the strong Nordic woman" are not entirely mythical creatures. In most parts of the Nordic region, except the continental Denmark, there were, indeed, comparatively speaking far fewer feudal traits than in much of the rest of Europe. Thus, there existed a degree of local self-governance by free-holding peasants who were also entitled to send their representatives to the assembly of four estates (in Swedish, *Ståndsriksdagen* or *Rikets ständer*) (See e.g. ÁRNASON; WITTROCK 2012, p. 10). In the case of women, it has been stated that due to the persistent agrarian character of Nordic societies, the spheres of men and women were largely overlapping until the 20<sup>th</sup> century, which restricted the modern bourgeois/urban division of the feminine private sphere and the masculine public sphere. This relatively undifferentiated state of affairs arguably paved the way for Nordic women to participate early on

in politics and working life (E.g. SULKUNEN 1987; HIILAMO 2006). Nevertheless, by highlighting different historical evidences, a different narrative is also possible. In an alternative version, the lack of feudal traits in *Norden* is mostly explained by the fact that the actual conditions of the Nordic peasants were so poor that a “feudal system proper” was unnecessary. In other words, there was no need to bind the peasants to the soil, since there was no place for them to escape (YLIKANGAS 1986, p. 52–57). In a similar vein, it has been argued that the social order placed – and still places – women in such a variety of positions in society that it is pointless to discuss a history of “the Nordic woman” in singular form, which calls into question not only a universal male subject, but also a universal female subject (SULKUNEN 1987; MARKKOLA 1997).

In the scope of this article, it is not possible to go into the details of the Nordic myths of “the free peasant” and “the strong woman.” Instead, the point I wish to make is that there is no path dependency between the past and the present and, therefore, no unbroken chain of events leading from the pre-modern agrarian monarchies to the post-WWII welfare states (see also HILSON 2008, p. 16; STRÅTH 2012, p. 31). Thus, when the Nordic historians prefer to detect continuity between the past and the present, it is always a matter of choosing some historical facts and leaving something else out of the story. Similarly, when they start discussing region-building, some subjects, phenomena, and epochs are privileged over others. In this sense, as Arif Dirlik puts it, the past is not just a legacy but also a project, and it is our duty as historians to ask ourselves what our project might be (DIRLIK 2005, p. 410).

258

### Concluding Remarks

Whoever enters the domain of historical and historiographical regions should be aware of venturing into a vague and oscillating space, which offers no steady ground under one’s feet. As the “allnordisch” region-building of the Nazi regime poignantly shows, transnational or translocal regional conceptualizations are not necessarily more “enlightened” alternatives to national(ist) ones. More often than not, they are politically and ideologically loaded constructions that are inseparably interwoven into expansive, imperial, or nationalist projects. Thus, a transnational Nordic perspective on history and the history of historiography is not an alternative to methodological nationalism, but rather another dimension in the critical analysis of constructed and “imagined” identifications and communities. If we assume – as I recommend that we should do – that national and regional conceptualizations are, to a large extent, phenomena of discourse, there is very little room left for anything inherently “Nordic”. Instead, the emphasis then shifts to the construction and reproduction of *Norden* and Nordicity at distinctive junctures in time and place and the diverse purposes it serves.

However, similar to the case of nation-states, the acknowledgement of historical regions as constructions does not mean that these constructions are not based on or do not work in “reality” in a material sense. As common historical experiences are based on the fact that the societies forming a historical region share certain principles, practices, and institutions, they may contribute

significantly to a common mentality and social relations. In the Nordic case, they contribute to a close interconnection of a strong civil society with a strong state, which has been manifested in a close cooperation between the state and the popular movements. Thus, in the similar manner as the geographers Kirsten Simonsen and Jan Öhman argue for a “Nordic” human geography (SIMONSEN; ÖHMAN 2003, p. 3–4), the analysis of *Norden* – or any other spatial unit – as a historical and historiographical region should try to combine social constructionism and the critique of essentialism with some kind of ontological realism that does not deny a certain construct validity, historical continuity, and concrete material influences of regional conceptualizations. The result would be a more self-reflective, self-critical awareness of how our own historical research relates to territorial demarcations and regional identifications that have often been taken for granted, instead of acknowledging them as made and in a state of continuous becoming.

## Bibliography

- ALESTALO, Matti; KUHNLE, Stein. The Scandinavian Route: Economic, Social, and Political Developments in Denmark, Finland, Norway, and Sweden. In: ERIKSON, Robert (Ed.). **The Scandinavian Model: Welfare States and Welfare Research**. Sharpe: Armork, p. 3–38, 1987.
- APPLEGATE, Celia. A Europe of Regions: Reflections on the Historiography of Sub-National Places in Modern Times, **American Historical Review**, Oct. 99, Vol. 104, Issue 4, p. 1157–1182, 1999.
- ARIAS, Santa. Rethinking Space: An Outsider’s View of the Spatial Turn, **GeoJournal**, 75, p. 29–41, 2010.
- ÁRNASON, Jóhann; WITTROCK, Björn. Introduction. In: ÁRNASON, Jóhann Páll; WITTROCK, Björn (Eds.). **Nordic Paths to Modernity**. New York: Berghahn Books, p. 1–24, 2012.
- ARONSSON, Peter. The Nature of States and Regions. Reflections on Territory in Swedish Historiography. In: ELIASSEN, Finn-Einar; MIKKELSEN, Jørgen; POULSEN, Bjørn (Eds.). **Regional Interaction in Early Modern Scandinavia**. Odense: Odense University Press, p. 14–40, 2001.
- ARONSSON, Peter; FULSÅS, Narve; HAAPALA, Pertti; JENSEN, Bernard Eric. Nordic National Histories. In: BERGER, Stefan; LORENZ, Chris (Eds.). **The Contested Nation: Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories**. New York; London: Palgrave Macmillan, p. 256–282, 2008.
- BALDWIN, Peter. Comparing and Generalizing: Why All History Is Comparative, Yet No History Is Sociology. In: COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura (Eds.). **Comparison and History: Europe in Cross-national Perspective**. New York; London: Routledge, p. 1–22, 2004.
- BLOKKER, Paul. Post-Communist Modernization, Transition Studies, and Diversity in Europe, **European Journal of Social Theory**, 8 (4), p. 503–525, 2005.

- BROWNING, Christopher S. The Region-Building Approach Revisited: The Continued Othering of Russia in Discourses of Region-Building in the European North, **Geopolitics**, Vol. 8, No. 1, p. 45–71, 2003.
- \_\_\_\_\_. Branding Nordicity: Models, Identity and the Decline of Exceptionalism, **Cooperation and Conflict**, 42 (1), p. 27–51, 2007.
- CASEY, Edward B. Between Geography and Philosophy: What Does It Mean to Be in the Place-World?, **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 91, No 4, p. 683–693, 2001.
- \_\_\_\_\_. Boundary, Place, and Event in the Spatiality of History, **Rethinking History**, Vol. 11, No. 4, p. 507–512, 2007.
- CONRAD, Sebastian. **Globalisation and the Nation in Imperial Germany**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CRESSWELL, Tim. **Place: A Short Introduction**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.
- DELANTY, Gerard. Peripheries and Borders in a Post-Western Europe, **Eurozine**, August 29, 2007. Available at: [www.eurozine.com/articles/2007-08-29-delanty-en.html](http://www.eurozine.com/articles/2007-08-29-delanty-en.html) (accessed on March 30, 2012).
- DIRLIK, Alif. Performing the World: Reality and Representation in the Making of World Histor(ies), **Journal of World History**, Vol. 16, No. 4, p. 391–410, 2005.
- 260 ENGMAN, Max. Historikerna och nationalstaten. In: KVIUM, Christian (Ed.), **Historien og historikerne i Norden efter 1965**. Oplæg fra den 21. Nordiske fagkonference i historisk metodelære, Åland, 27.–31. maj 1989. Studier i historisk metode XXI. Århus: Aarhus Universitetsforlag, p. 41–63, 1991.
- \_\_\_\_\_. National Conceptions of History in Finland. In: LÖNNROTH, Erik; MOLIN, Karl; BJÖRK, Ragnar (Eds.). **Conceptions of National History**. Berlin; New York: Walter de Gruyter, p. 49–63, 1994.
- ENGMAN, Max; SANDSTRÖM, Åke. Det nya Norden. In: ENGMAN, Max; SANDSTRÖM, Åke (Eds.). **Det nya Norden efter Napoleon**. Acta Universitatis Stockholmiensis 73. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, p. 9–18, 2004.
- ETHINGTON, Philip J. Placing the Past: 'Groundwork' for a Spatial Theory of History, **Rethinking History**, Vol. 11, No. 4, p. 465–493, 2007.
- ETZIONI, Amitai. **Political Unification: A Comparative Study of Leaders and Forces**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965.
- FORSKNINGSRÅDET. **Evaluering av norsk historiefaglig forskning**. Oslo: Norges forskningsråd, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

- GORDON, Tuula. **The Nordic Approach to the Promotion of Equality**. Paper presented in the ESRC funded seminar series "Public policy, equality and diversity in the context of devolution," 2007. Available at: [http://www.docs.hss.ed.ac.uk/education/creid/Projects/07xvi\\_ESRC\\_Seminar2\\_PaperTGordon.pdf](http://www.docs.hss.ed.ac.uk/education/creid/Projects/07xvi_ESRC_Seminar2_PaperTGordon.pdf) (accessed on June 26, 2012).
- GÖTZ, Norbert. Norden: Structures That Do Not Make a Region, **European Review of History – Revue européenne d’Histoire**, Vol. 10, No. 2, p. 323–341, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Century of Corporatism or Century of Civil Society? The Northern European Experience. In: GÖTZ, Norbert; HACKMANN, Jörg (Eds.). **Civil Society in the Baltic Sea Region**. Aldershot: Ashgate, p. 37–48, 2003b.
- GREEN, Nancy L. Forms of Comparison. In: COHEN, Deborah; O’CONNOR, Maura (Eds.). **Comparison and History: Europe in Cross-national Perspective**. New York; London: Routledge, p. 41–56, 2004.
- GUSTAFSON, Per. Meanings of Place: Everyday Experience and Theoretical Conceptualizations, **Journal of Environmental Psychology**, 21, p. 5–16, 2001.
- HAAVET, Elisabeth. Nyskapning og fellesskap – kjønnshistoriens historie sett gjennom de nordiske kvinnehistorikermøtene, **Tidsskrift for kjønnsforskning**, no. 1–2, p. 110–123, 2009.
- HANSSON, Jonas. Sweden and Nazism. In: EKMAN, Stig; ÅMARK, Klas (Eds.). **Sweden’s Relations with Nazism, Nazi Germany and the Holocaust: A Survey of Research**. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, p. 137–196, 2003.
- HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HENNINGSEN, Bernd. The Swedish Construction of Nordic Identity. In: SØRENSEN, Øystein; STRÅTH, Bo (Eds.). **The Cultural Construction of Norden**. Oslo; Stockholm; Copenhagen; Oxford; Boston: Scandinavian University Press, p. 91–120, 1997.
- HIILAMO, Heikki. Ovatko Pohjoismaat enää "pohjoismaisia"?, **Janus**, No. 3, p. 343–347, 2006.
- HILSON, Mary. **The Nordic Model. Scandinavia since 1945**. London: Reaktion Books, 2008.
- JOENNIEMI, Pertti; LEHTI, Marko. The Encounter between the Nordic and the Northern: Torn Apart but Meeting Again? In: LEHTI, Marko; SMITH, David J. (Eds.). **Post-Cold War Identity Politics: Northern and Baltic Experiences**. London; Portland: Frank Cass, p. 128–156, 2003.
- JONES, Rhys. Anssi Paasi. In: HUBBARD, Phil; KITCHIN, Rob (Eds.). **Key Thinkers on Space and Place**. Second Edition. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore; Washington DC: SAGE, p. 315–320, 2011.

- KIRBY, David. Nordic Historiography since 1965. In: KVIUM, Christian (Ed.), **Historien og historikerne i Norden efter 1965**. Oplæg fra den 21. Nordiske fagkonference i historisk metodelære, Åland, 27.–31. maj 1989. Studier i historisk metode XXI. Århus: Aarhus Universitetsforlag, p. 7–15, 1991.
- MACLEOD, Gordon. In What Sense a Region? Place Hybridity, Symbolic Shape, and Institutional Formation in (Post-) Modern Scotland, **Political Geography**, Vol. 17, No. 7, p. 833–863, 1998.
- MARKKOLA, Pirjo. Constructing and Deconstructing the 'Strong Finnish Woman': Women's History and Gender History, **Historiallinen Aikakauskirja**, Vol. 95, No. 2, p. 153–160, 1997.
- MAZLISH, Bruce. Comparing Global History to World History, **Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 28, No. 3, p. 385–395, 1998.
- MOMMSEN, Hans. Die Nation ist tot: Es lebe die Region. In: KNOPP, Guido; QUANDT, Siegfried; SCHEFFLER, Herbert (Eds.). **Nation Deutschland?** München: Ferdinand Schöningh, p. 35–38, 1984.
- MUSIAŁ, Kazimierz. **Tracing Roots of the Scandinavian Model. Image of Progress in the Era of Modernisation**. Working papers "Gemenskaper Gemeinschaften", Volume 17. Florence: European University Institute, 1998. Available at: [http://www2.hu-berlin.de/skan/gemenskap/inhalt/publikationen/arbeitspapiere/ahe\\_17.html](http://www2.hu-berlin.de/skan/gemenskap/inhalt/publikationen/arbeitspapiere/ahe_17.html) (accessed on March 15, 2012).
- 262 ———. Reconstructing Nordic Significance in Europe on the Threshold of the 21st Century, **Scandinavian Journal of History**, Vol. 34, No. 3, p. 286–306, 2009.
- NANDY, Ashis. History's Forgotten Doubles, **History and Theory**, Vol. 34, No. 2, p. 44–66, 1995.
- NEUMANN, Iver B. A Region-building Approach to Northern Europe, **Review of International Studies**, Vol. 20, Issue 01, p. 53–74, 1994.
- ØSTERGÅRD, Uffe. The Geopolitics of Nordic Identity – From Composite States to Nation-states. In: SØRENSEN, Øystein; STRÅTH, Bo (Eds.). **The Cultural Construction of Norden**. Oslo; Stockholm; Copenhagen; Oxford; Boston: Scandinavian University Press, p. 25–71, 1997.
- PAASI, Anssi. **Territories, Boundaries and Consciousness: The Changing Geographies of the Finnish-Russian Border**. Chichester: John Wiley & Sons, 1996.
- ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Second Edition. London: Penguin Books, 1998.
- SAARIKOSKI, Vesa. Suomen Väli-Euroopan politiikka ja suhteet 1900-luvulla. In: HURU, Jouko (Ed.). **Uuden ulkopoliitiikan haasteet. Kekkosien ajasta Koiviston kautta 2000-luvulle**. Rauhan- ja konfliktintutkimuslaitoksen Tutkimuksia No 53. Tampere: Rauhan- ja konfliktintutkimuslaitos, p. 111–143, 1993.

- SASSATELLI, Monica. Imagined Europe. The Shaping of a European Cultural Identity through EU Cultural Policy, **European Journal of Social Theory**, Vol. 5, No. 4, p. 435–451, 2002.
- SIMENSEN, Jarle; HELLAND, Sten. The Nordic Historians' Conferences on Historical Method, 1965–1983, **Scandinavian Journal of History**, Vol. 9, No 3, p. 239–253, 1984.
- SIMONSEN, Kirsten; ÖHMAN, Jan. Introduction: Is There a 'Nordic' Human Geography? In: ÖHMAN, Jan; SIMONSEN, Kirsten (Eds.). **Voices from the North: New Trends in Nordic Human Geography**. Aldershot: Ashgate, p. 1–8, 2003.
- SMITH, Woodruff D. **Politics and the Sciences of Culture in Germany, 1840–1920**. New York; Oxford: Oxford University Press, 1991.
- SOJA, Edward W. **Postmodern Geographies: The Reassertation of Space in Critical Social Theory**. London; New York: Verso, 1989.
- SØRENSEN, Øystein; STRÅTH, Bo. Introduction: The Cultural Construction of Norden. In: SØRENSEN, Øystein; STRÅTH, Bo (Eds.). **The Cultural Construction of Norden**. Oslo; Stockholm; Copenhagen; Oxford; Boston: Scandinavian University Press, p. 1–24, 1997.
- STENIUS, Henrik. The Good Life Is a Life of Conformity: The Impact of the Lutheran Tradition on Nordic Political Culture. In: SØRENSEN, Øystein; STRÅTH, Bo (Eds.). **The Cultural Construction of Norden**. Oslo; Stockholm; Copenhagen; Oxford; Boston: Scandinavian University Press, p. 161–171, 1997.
- \_\_\_\_\_. State, Citizenship and Civil Society. In: GÖTZ, Norbert; HACKMANN, Jörg (Eds.). **Civil Society in the Baltic Sea Region**. Aldershot: Ashgate, p. 17–25, 2003.
- STRÅTH, Bo. Den nordiska modellen. **Nordisk Tidskrift**, 69: 1, p. 55–61, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Union och demokrati: De Förenade rikena Sverige-Norge 1814–1904**. Nya Doxa: Nora, 2005.
- \_\_\_\_\_. Nordic Modernity: Origins, Trajectories, Perspectives. In: ÁRNASON, Jóhann Páll; WITTRÖCK, Björn (Eds.). **Nordic Paths to Modernity**. New York: Berghahn Books, p. 25–48, 2012.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia, **Modern Asian Studies**, Vo. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400–1800, p. 735–762, 1997.
- \_\_\_\_\_. On World Historians in the Sixteenth Century, **Representations**, Vol. 91, No. 1, p. 26–57, 2005.
- SULKUNEN, Irma. Naisten järjestäytyminen ja kaksijakoinen kansalaisuus. In: ALAPURO, Risto; LIIKANEN, Ilkka; SMEDS, Kerstin; STENIUS, Henrik (Eds.). **Kansa liikkeessä**. Helsinki: Kirjayhtymä, p. 157–172, 1987.



- TOIVANEN, Reetta. The Saami People and Nordic Civil Society. In: GÖTZ, Norbert; HACKMANN, Jörg (Eds.). **Civil Society in the Baltic Sea Region**. Aldershot: Ashgate, p. 205–216, 2003.
- TORBACKE, Jarl. Hundra år av vetenskaplig gemenskap. 25 nordiska historikermöten, **Nordisk Tidskrift** 1, p. 52–59, 2005.
- TORSTENDAHL, Rolf. Thirty-Five Years of Theories in History: Social Science Theories and Philosophy of History in the Scandinavian Debate, **Scandinavian Journal of History**, Vol. 25, No. 1–2, p. 1–26, 2000.
- TROEBST, Stefan. Introduction: What's in a Historical Region? A Teutonic Perspective, **European Review of History – Revue européenne d'Histoire**, Vol. 10, No. 2, p. 173–188, 2003.
- VARES, Vesa. Rajankäyntiä sivistyksen nimissä. Suomalaiset ja Väli-Eurooppa maailmansotien välillä, **Historiallinen Aikakauskirja**, Vol. 101, No. 2, p. 248–262, 2003.
- WÆVER, Ole. Nordic Nostalgia: Northern Europe after the Cold War, **International Affairs** 68: 1, p. 77–102, 1992.
- WERTHER, Steffen. Nazi, German and Danish Identities in Danish North Schleswig, 1932–38. In: HURD, Madeleine (Ed.). **Bordering the Baltic: Scandinavian Boundary-Drawing Processes 1900–2000**. Berlin; Münster: Lit, p. 69–104, 2010.
- 264 WETTERBERG, Gunnar. För egen räkning. Förbundsstaten Norden, **Nordisk Tidskrift** 4, p. 365–370, 2010.
- WINGE, Harald. Regions and Regional History in Norway. In: ELIASSEN, Finn-Einar; MIKKELSEN, Jørgen; POULSEN, Bjørn (Eds.). **Regional Interaction in Early Modern Scandinavia**. Odense: Odense University Press, p. 41–55, 2001.
- WITHERS, Charles W. J. Place and the “Spatial Turn” in Geography and History, **Journal of the History of Ideas**, Vol. 70, Number 4, p. 637–658, 2009.
- WOLFF, Larry. **Inventing Eastern Europe: The Map of Civilization on the Mind of the Enlightenment**. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- YLIKANGAS, Heikki. **Käännekohdat Suomen historiassa**. Helsinki: WSOY, 1986.

# Resenhas

review essays

## Vidas: modo de usar...

Lives: how to use...

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 232 p.

---

### Mary del Priore

marydelpriore@terra.com.br  
Professora  
Universidade Salgado de Oliveira  
Rua Marechal Deodoro, 211 - Centro  
24030-060 - Niterói - RJ  
Brasil

---

### Palavras-chave

Biografia; Escrita da História; Historiografia.

### Keywords

Biography; History writing; Historiography.

266

---

Recebido em: 18/9/2012  
Aprovado em: 23/10/2012

A biografia, uma das primeiras formas de história – depois das dos deuses e de homens célebres – retém cada vez mais a atenção dos historiadores. Todavia, a moda da biografia histórica é recente. Com efeito, até a metade do século XX, sem ser de todo abandonada, ela era vista como um gênero velhusco, convencional e ultrapassado por uma geração devotada a abordagens quantitativas e economicistas. Exemplo disso é um artigo de Marc Ferro, datado de abril de 1989, em que o grande historiador francês denomina a biografia de “o aleijão” da história – “*le handicapée de l’histoire*”. Ferro debitava esse desinteresse a duas matrizes: a da valorização do papel das massas – “*sans culotte*”, camponeses e operários. E a diminuição do papel dos “heróis” inspirada no determinismo ou no funcionalismo, das análises marxistas e estruturalistas que marcaram a produção europeia dos anos 1960.<sup>1</sup>

A biografia mudou ao longo dos tempos. No início era o verbo e o verbo, a narrativa. E a narrativa era história em Heródoto, mas, também, retórica, em Tucídides. Em um quanto em outro, a preocupação com o efeito literário era maior do que com a exatidão das informações. Pois o discurso, nesses casos, não tinha função de prova explicativa. Era, sim, um procedimento retórico ligado a um acontecimento histórico mais amplo. A seguir, a hagiografia encarregou-se de demonstrar a exemplaridade humana. A vida dos santos deveria incentivar modelos aos leitores. As encarnações do sagrado se tornavam modelares no percurso realizado por mártires, doutores e confessores. A partir do século XII e XIII, os santos deixaram o mundo fechado dos mosteiros. A santidade passou a ser imitada no cotidiano e a narrativa sobre a vida de cavaleiros invadiu a Idade Média. Era o início de um período de heróis. Heróis, ao mesmo tempo, objetos de transferência do sagrado, atores de intrigas e portadores de valores positivos.

Com o Renascimento emergiu uma nova maneira de viver e de conceber o destino do homem no mundo. O indivíduo começou a se liberar de tutelas tradicionais que pesavam sobre o seu destino. Das leis superiores impostas por Deus, pelo Estado ou a família, tal centro voltou-se para o culto de si. O indivíduo tornou-se meta e norma de todas as coisas.<sup>2</sup> Nos séculos seguintes, o individualismo não cessou de se afirmar. Por isso mesmo, “escrever sua vida” tornou-se moda: Marguerite de Valois, Retz, Saint-Simon entre outros memorialistas do Antigo Regime, construía a memória do mundo e a memória de si.<sup>3</sup> No século XVIII, o herói medieval foi substituído pelos “*grands hommes*” dos quais Voltaire diria: “são aqueles que se destacaram no útil ou no agradável”. Contrariamente ao herói, o “grande homem” tinha que ter uma função: ser proveitoso à sociedade.

No século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares, etc. Esta concepção foi retomada pela corrente

<sup>1</sup> Ver FERRO (1987).

<sup>2</sup> Vários autores trataram deste momento charneira na história ocidental. Vejam-se, por exemplo, ELIAS (1991); FOUCAULT (1987); TAYLOR (1979); TODOROV (2001); KAUFMANN (2001).

<sup>3</sup> Sobre o tema ver BRIOT (1994); FUMAROLI (1971); GUSDORF (1991a; 1991b; 1991c; 1991d).

positivista. A biografia assimilou-se a exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. Foi a época de ouro de historiadores renomados como Taine, Fustel de Coulanges e Michelet. E também de Dilthey, Humboldt e Carlyle, autores anglo-saxônicos e menos conhecidos do público latino.

Pouco a pouco, na mesma época, história e literatura se divorciaram. A história tornou-se uma disciplina e monopólio de acadêmicos. Foi o momento do eclipse da narrativa, enterrada junto com a história factual. Nos anos 1960, a Nova História, nascida dos *Annales*, optou por privilegiar o “fato social total” em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, demográficas e geográficas. E minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e fato.

Não por acaso, na primeira metade do século, escritores como Stefan Zweig tomaram o lugar deixado vago por historiadores e investiram com entusiasmo nas biografias históricas – *Maria-Antonieta*, *Fouché*, *Erasmus* usando os mesmos princípios do historiador romântico Michelet, ou seja, a preocupação em recuperar “a vida total”, o “drama da vida”.<sup>4</sup>

Enquanto os historiadores preferiram rejeitar os ídolos individuais e os recortes cronológicos dados pelo tempo de uma existência, escritores se tornaram, então, os grandes biógrafos: Guy de Pourtalés. Gide, Michel de Leiris, André Maurois, no mundo literário francês. Lytton Strachey e Antonia Fraser, no anglo-saxão, entre outros. Convite à viagem artificial no passado, fortemente ligada aos fatos, a maior parte das biografias era acrítica e lançava suas raízes no terreno das paixões coletivas. Elas correspondiam a um público ávido de fatos históricos, de acontecimentos sensacionais ou de enigmas insolúveis: na França, por exemplo, o caso do Colar da Rainha ou a desaparecimento do tesouro dos templários.

Foi, contudo, preciso esperar os anos 1970 e 1980 para assistir ao fim da rejeição à biografia histórica. O epistemólogo François Dosse anunciou, então, a chegada de uma “idade hermenêutica” na qual o objetivo seria capturar “a unidade pelo singular”. Até que enfim, o indivíduo encontrava a história. O fenecimento das análises marxistas e deterministas que engessaram por décadas a produção historiográfica permitiu dar espaço aos atores e suas contingências novamente. Foi uma verdadeira mudança de paradigmas. A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas. O indivíduo e suas ações situavam-se em sua relação com o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional, pertença étnica ou religiosa, etc.

O historiador deveria focar naquilo que os condicionava a fim de fazer reviver um mundo perdido e longínquo. Esta história, “vista de baixo”, dava as costas à história dos grandes homens, motores das decisões, analisadas de

<sup>4</sup> Em entrevista à revista *Nouvelles Littéraires*, Zweig dizia que, para ele, a literatura “era um meio de exaltação da existência, um meio de tornar mais claro e inteligível o drama da vida”.

acordo com suas conseqüências e resultados, como a que se fazia no século XIX.<sup>5</sup> A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, e com a ajuda da micro-história ofereceu aos diferentes atores históricos, uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico, - quase uma vida de santo, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. E também tensões e conflitos entre eles e seus contemporâneos.

A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas é a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas tornava mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.<sup>6</sup> Segundo Marc Ferro, a biografia deve muito aos estudos sobre a vida privada dos indivíduos, estudos que permitiram dessacralizar, segundo ele, os papéis estritamente públicos que esses exerceram, revelando as complexas relações entre sua vida privada e pública. Le Goff sublinha que a introdução do gênero biográfico na história atual é um instrumento útil e suplementar usado pela história cultural. É uma maneira "de continuar a fazer história por outros meios", como explicou o historiador reiteradas vezes quando interpelado sobre suas pesquisas para os estudos de São Francisco de Assis e depois, de São Luiz Rei de França.<sup>7</sup>

269

O estudo de muitas destas transformações da biografia, sobretudo as ocorridas no século XIX, encontramos no livro de Sabina Loriga, pesquisadora e diretora de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris. A obra nasce no quadro de um seminário na mesma Escola e no caldo de inúmeros debates sobre o retorno do gênero. Sobretudo, do duelo com os pós-modernistas que insistem em dizer que a história é um gênero de ficção.

Eis porque traçar as fronteiras entre a biografia e a história, a ficção e a verdade dos fatos, por meio de obras de historiadores que buscaram a dimensão individual na história, foi o objetivo que Loriga se deu neste *Pequeno x....* Carlyle, Wilhem Von Humboldt, Meinecke, Burckhardt, Dilthey e um escritor, Tolstói foram seus objetos de reflexão. Mas do que trata o título? A fórmula é do historiador Droysen que, em 1863, escreveu: o que denominamos de "gênio individual", ou seja, o que qualquer um é, possui e faz, deve somar-se às circunstâncias exteriores que o cercam. O "x" resultaria do talento individual para lidar com elas.

Daí o interesse de Loriga pelos autores oitocentistas, que se esforçaram por salvaguardar pioneiramente uma dimensão histórica para o sujeito. O período, ela explica, deu lugar a uma reflexão complexa sobre as relações entre indivíduo e história. Muitos autores alemães não cessaram de se perguntar: o que é o

<sup>5</sup> Ver DOSSE (2005).

<sup>6</sup> Ver LE GOFF (1989).

<sup>7</sup> Ver LE GOFF (1996).

indivíduo? Como nos tornamos um? Qual a sua relação com os fatos históricos? Nada a ver com o heroísmo propalado pelo romantismo alemão, mas um estudo dos processos de individuação. Na época, no plano político, a iniciativa de tais estudos esteve associada ao sentimento de nacionalismo emergente.

Mas o que faz Tólstoi, um romancista russo, neste livro? No seu clássico *Guerra e paz*, tanto a estrutura quanto a abordagem narrativa refletem opiniões pessoais do autor sobre o tempo e a história. Mais, ele propõem uma infinidade de personagens “comuns”, uma instabilidade interpretativa dos fatos, a análise de subjetividades e de ínfimos acontecimentos, enfim, de elementos que resultam num romance que se lê como uma narrativa historiográfica. Loriga o utiliza para refletir sobre as relações tensas entre história e literatura, sublinhando que é impossível ao historiador, renunciar à ambição de representar “a verdade histórica”. O discurso histórico deve ser assertivo – ela explica. Deve funcionar como um chicote ou “uma fêrula”, fornecendo não só informações sobre uma realidade que lhe é exterior, mas, ministrando, igualmente, os mecanismos para sua verificação. E discurso que valorize sempre, sempre, métodos e fontes. Confundir história e literatura pode dar errado, sobretudo, no plano estético – ela cita Virginia Woolf. Porém a literatura pode nos ensinar a pluralidade que tem os significados dos fatos para os diferentes atores históricos, dependendo de sua classe social, pertença religiosa ou gênero.

270

Num trabalho denso que se lê como uma tese, a autora se vale de inumeráveis citações e referências às teorias em curso nas academias e escolas historiográficas. Analisa com cuidados de anatomista o que pensamos ser “literatura” para nos permitir compreendê-la diferentemente e mostrar como os historiadores trabalham com ela. A literatura é uma fonte ou um documento? Um modelo de escrita da história? Tais questões colocam a historicidade da literatura, seu valor de testemunho, seus contextos. Loriga esclarece o que fazem os historiadores quando a literatura se torna ela mesma objeto de seus estudos, demonstrando que, a cada análise, ela emerge numa relação mais densa com o social ou o político.

Apesar de cuidadosa para não tornar a linguagem hermética, Loriga não deixa de fazer um trabalho extremamente penetrante, bem demonstrativo e bem documentado sobre a literatura do século XIX, usando os estudos sociológicos de história da literatura para focar a questão da verdade do discurso histórico e suas diversas modalidades. E dessa verdade nas biografias e em seus avatares.

Para concluir, vale acrescentar que tais preocupações emergem num momento em que os intelectuais franceses se perguntam se ainda sabem pensar... Depois do desaparecimento de “*maîtres à penser*” como Lévi-Strauss, Foucault, Barthes e Bourdieu entre outros, que impunham temas e métodos à Universidade, as ciências humanas perderam o centro. Desidrataram-se. As pesquisas de história se verticalizaram para atender às especificidades das pós-graduações. Muitas – já criticou Ronaldo Vainfas – acabam por interessar, apenas a seus próprios autores.

Na contramão desta tendência, as biografias históricas explodiram no mundo todo, mostrando que, na forma de literatura, jornalismo ou história, o assunto

continua a interessar. Não é a toa que Sabina Loriga se sentiu interpelada por tal voga de publicações. Afinal, uma boa história, bem contada, não serve para consolar... Mas, sim, para incomodar. Longe dos efeitos inibidores de totens e tabus universitários, as histórias de vidas convidam o "maior número" a pensar sua identidade, seu passado, e a memória que se tem dele.

*O pequeno x...* é ainda mais uma publicação da editora Autêntica que vem colaborando para que cheguem ao Brasil as melhores traduções da área de ciências humanas.

### Referências bibliográficas

- BRIOY, Frédéric. **Usage du monde, usage de soi**: enquêtes sur les mémorialistes d' Ancien Regime. Paris : Seuil, 1994.
- DOSSE, François. **Le pari biographique**: écrire une vie. Paris : La Découverte, 2005.
- ELIAS, Norbert. **La société des individus**. Paris: Fayard, 1991.
- FERRO, Marc. La biographie, cette handicapée de l'histoire. **Magazine Littéraire**, n. 264, avril, 1987, p.85-86.
- FOUCAULT, Michel. Le souci de soi. In:\_\_\_\_\_. **Histoire de la Sexualité**. 3<sup>o</sup> volume. Paris : Gallimard, 1987.
- FUMAROLI, Marc. Les Mémoires du XVIIe siècle au Carrefour des Genres en Prose. **XVII Siècle**, ns. 94-95, 1971.
- GUSDORF, Georges **Lignes de vie I**. Paris: Odile Jacob, 1991a.
- \_\_\_\_\_. **Les écritures du moi**. Paris: Odile Jacob, 1991b.
- \_\_\_\_\_. **Lignes de vie II**. Paris: Odile Jacob, 1991c.
- \_\_\_\_\_. **Auto-biographie**. Paris: Odile Jacob, 1991d.
- KAUFMANN, Jean-Claude. **Ego**: pour une sociologie de l'individu. Paris: Nathan, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui. **Le Débat**, 54, p. 48-53, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Saint Louis**. Paris: Gallimard, 1996.
- TAYLOR, Charles. **Sources du moi**: la formation de l'identité moderne. Paris: Cerf, 1979.
- TODOROV, Tzvetan. **Éloge de l'individu**: essai sur la peinture flamande de la Renaissance. Bruxelles: Adam Biro, 2001.



# Para além do giro linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White

Beyond the Linguistic Turn: an Existentialist Approach to Hayden White's Work

PAUL, Herman. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011, 204 p.

---

## **Pedro Spinola Pereira Caldas**

pedro.caldas@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 458 - Urca

22290-240 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Palavras-chave

Hayden White; Ética; Narrativa.

272

## Keywords

Hayden White; Ethics; Narrative.

---

Recebido em: 12/8/2012

Aprovado em: 30/9/2012

É pouco usual um livro ser capaz de aprofundar um tema considerado por muitos já suficientemente discutido e até mesmo esgotado e, ainda por cima, fazê-lo com uma linguagem acessível. É justamente o caso de *Hayden White: The Historical Imagination*, de Herman Paul (1978-).

Uma reelaboração de sua tese de doutorado, defendida em 2006 na Universidade de Groeningen, na Holanda, e na qual Paul identificava no existencialismo um sólido pressuposto para a interpretação de toda a obra de White, o livro é, porém, mais do que um comentário especializado extremamente sagaz e bem feito – embora também possa ser lido dessa forma. Quem ler o impressionante artigo de Herman Paul publicado no mais recente dossiê da revista *History and Theory* verá que a preocupação com a importância da ética para a produção metódica do conhecimento histórico não se reduz aos seus estudos sobre Hayden White. Nesse texto (PAUL 2011), o autor demonstra que na obra de historiadores do final do século XIX o conhecimento verdadeiro era inseparável de uma postura moral decidida, na qual o distanciamento de si mesmo e a contenção seriam valores sem os quais o conhecimento histórico seria insustentável.

Esse interesse do autor talvez seja a principal razão pela qual ele não tenha, nem de longe, a pretensão de fornecer uma interpretação definitiva (o que seria até uma contradição nos termos) da obra de Hayden White. Nesse sentido, o livro resenhado aqui é uma introdução (e não uma conclusão) de altíssimo nível, pois apresenta as principais questões que perpassam a obra de White ao invés de tratá-lo como uma estátua inacessível e impenetrável da qual o autor se apresentaria como fiel guardião; ao invés de adotar essa postura, apresenta White como um autor capaz de provocar reflexões não somente sobre teoria da história e história da historiografia, mas sobre as humanidades. E isso merece uma acolhida das mais generosas, sobretudo quando se trata da análise de um autor cujos perfis facilmente se apresentam como esboços de caricaturas.

Herman Paul vai além da “reputação” de White como “narrativista”, ainda que sua obra, por ser ensaística, tematicamente eclética e multifacetada (PAUL 2011, p. 6-7), de fato ofereça dificuldades para aquele que desejar reduzi-la a um campo do conhecimento. De acordo com Paul, a pergunta fundamental levantada pela obra de White trataria do “[...] que significa viver em um mundo histórico, orientar-se no presente e como vislumbrar um futuro moralmente responsável” e, assim, como, a partir da ideia do existencialismo humanista, torna-se possível “[...] desafiar a imaginação histórica de seus contemporâneos, partindo de suas visões políticas e morais” (PAUL 2011, p. 11).

A estrutura do livro é cronológica e acompanha o desenvolvimento das questões de H. White. A opção por tal recorte, se aparentemente não apresenta grandes riscos, por outro lado, permite a H. Paul mostrar o quanto é arbitrário e insuficiente começar a falar de White somente a partir da década de 1970 – quando *Meta-história* é publicado – ou, na melhor das hipóteses, a partir de “O fardo da história”, texto publicado na revista *History and Theory* na década de 1960.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Para conhecer os argumentos de Herman Paul favoráveis a uma abordagem da obra de Hayden White que contemple as vantagens de estudá-la antes da fama obtida com “O fardo da história” e *Meta-história*, bem como os equívocos em que incorrem aqueles que deixam de lado esse período da década de 50 e 60, no qual

A leitura de Herman Paul nos permite ver textos como “O fardo da história” como uma guinada, como um ponto de maturidade capaz de relacionar a tese (não publicada) de doutorado de White sobre o cisma papal de 1130 com seus artigos mais recentes e bastante lidos. Segundo Paul (2011, p. 19-28), a preocupação de um jovem de 27 anos ao tratar de conflitos da Igreja Católica já era existencialista: o interesse pelos valores, entendidos como impulso para a ação histórica, levou White, desde cedo, a definir o conceito de ideologia para além de uma norma inatingível (como quer Karl Mannheim) ou de uma falsa consciência capaz de levar o homem a “investir na própria infelicidade”, para usar os termos de Terry Eagleton. Pelo contrário, para White, a ideologia se estruturaria como um conjunto de valores que induz o homem à ação – e aqui já se sente a importância de Max Weber nos anos de formação de Hayden White.

Mas não seria somente como fonte de ferramentas metodológicas que Weber seria decisivo para o futuro autor de *Meta-história*. De fato, estava já em desenvolvimento um tema que estaria presente, segundo Paul, em toda a trajetória de White: o compromisso moral. É importante compreender cuidadosamente esse sentido moral, para que ele não seja reduzido a um dogmatismo mofado e intransigente. Ele, na verdade, adquire direito de existência quando pensado a partir de uma avaliação weberiana de “desencantamento do mundo” no qual a vida humana passa a ser um problema técnico: do mundo esperamos soluções, e não problemas e indagações (PAUL 2011, p. 15). Vista como problema, a vida humana não se deixaria reduzir a fórmulas abstratas e metafísicas. Por outro lado e já embebido em existencialismo, White, ao retornar à Itália na década de 1960, passaria a admirar a obra de Benedetto Croce (autor a quem dedicaria parte de *Meta-história*) e sua noção de que caberia ao indivíduo tentar, por conta própria, repensar o seu passado e criar o seu futuro, ao invés de se deixar seduzir por políticas redentoras (PAUL 2011, p. 31). Graças a Croce, portanto, White, simpático à crítica marxista da sociedade capitalista, rejeita sua solução como filosofia da história (PAUL 2011, p. 29-32).

É neste momento do livro que uma espécie de genealogia do pensamento de White se justifica plenamente, na medida em que Herman Paul oferece uma resposta para o debate entre Dirk A. Moses e o próprio White, impresso nas páginas da revista *History and Theory* em um fórum publicado em 2005 e no qual Moses propõe uma alternativa weberiana às consequências políticas de White. A indução à clareza, segundo Moses (2005, p. 328), seria preferencial à questão que White gostaria de ver sempre presente no texto do historiador, isto é, “como devemos construir um futuro melhor”?

Sim, Paul faz questão de ressaltar as tendências para a esquerda do pensamento de White: mais do que “escolher valores”, o fundamental é ver como tal escolha permite “[...] liberar aqueles cujas condições sociais não permitem que se pense ou se aja em seu próprio favor” (PAUL 2011, p. 36), sendo esse o tema do segundo capítulo: a possibilidade de uma “historiografia da libertação” (*liberation historiography*).

---

se torna visível a influência do existencialismo na obra de White, ver seu trabalho publicado na coletânea comemorativa dos 80 anos de Hayden White. Cf. PAUL 2009.

Teríamos, portanto, que conceder razão a Moses? Seria, antes, necessário perguntar: o que deverá ser libertado? Curiosamente, é tentador pensar que os primeiros laços a serem desatados seriam os que prendem os historiadores em sua zona de conforto. Assim que retorna de sua segunda temporada italiana, White publica dois trabalhos nos quais discute a irrelevância pública dos historiadores do século XX, que, ao contrário de autores como Tocqueville e Michelet, simplesmente teriam deixado de ser “mediadores entre o passado e o futuro” (PAUL 2011, p. 37). A questão de White, segundo Paul, é importante: “o que os historiadores têm a oferecer para ajudar as pessoas a darem sentido à sua passagem pela história?” (PAUL 2011, p. 37). Pouco, sobretudo quando os historiadores, segundo White, ainda acreditariam viver em um século cujo paradigma de ciência seria o de Herbert Spencer (e não o da física quântica pós-Einstein) e cujo modelo de artista seria Walter Scott (e não Virginia Woolf, Joseph Beuys ou Jean-Luc Godard). Novas formas de representação se fariam necessárias, não para se consagrar a arte pela arte, mas para fazer com que as pessoas pudessem dar maior sentido à sua trajetória.

Aqui, creio eu, Herman Paul poderia ter confrontado um pouco mais Hayden White: se a estratégia de White é política, se partir dessa relação entre representação e atribuição de sentido à história de fato for relevante, seria necessário pensar a diferença entre o público do século XX e do século XXI, que é razoavelmente distinto da burguesia culta europeia do século XIX. Se, de fato, o historiador passar a se inspirar formalmente em Kafka e Proust, ou em Godard, deverá pressupor que o público a se educar com essas novas maneiras de se situar no tempo dificilmente atingirá a relevância política do público leitor de *A democracia na América*. Creio que valeria a pena, sem dúvida, refletirmos nas questões levantadas por White, mas adaptando-as a uma realidade de cultura industrial de massa, fortemente marcada pelo audiovisual,<sup>2</sup> e que deveria saber articular conquistas de vanguarda com uma linguagem igualmente complexa e acessível.

Segundo Paul – e aqui imagino haver uma boa resposta a Dirk Moses –, o caminho de White seria a postura de revolta de um Albert Camus; ou seja, a de um rebelde que se apresentaria como “[...] defensor da humanidade em toda a sua variedade e imperfeição” (PAUL 2011, p. 47). Nesse sentido, “os únicos deuses e pais que o rebelde reconhece são aqueles compromissados [...] com a capacidade dos indivíduos em viver uma vida própria, de acordo com valores escolhidos por eles mesmos” (PAUL 2011, p. 47).

Este é outro ponto destacado e constantemente retomado por Herman Paul, e que deveria ser motivo para debates contínuos: qual o significado dessa “escolha”? Não pode ser, como diz Frank Ankersmit em ensaio bastante interessante, uma opção totalmente livre de determinações e constrangimentos; se, por um lado, como bem lembra Paul em outro artigo sobre White, o convite para uma historiografia humanista significaria “pegar a sua vida com as próprias mãos, sem projetar em um nível transcendental qualquer autoridade ou

<sup>2</sup> Neste sentido, é interessante, mas talvez ainda sem o aprofundamento necessário, o trabalho de Robert Rosenstone sobre as tentativas de se pensar, com e a partir do cinema, as questões levantadas por Hayden White. Cf. ROSENSTONE 2010.

responsabilidade moral” (PAUL 2009, p. 60), é necessário levar em consideração que esse gesto (de pegar a vida com as próprias mãos) se dá dentro de uma prefiguração (Cf. ANKERSMIT 2009, p. 37-40).

Paul mostrará, ao longo de seu livro, como a tensão da obra de White – e aqui entendo “tensão” justamente como sinônimo de “fecundidade” – reside na relação entre a prefiguração e o ato de narrar. E é nessa chave que, segundo a interpretação de Herman Paul, *Meta-história*, às vésperas de completar quarenta anos, torna-se uma leitura cada vez mais rica. Aqui o leitor deveria prestar atenção redobrada no terceiro capítulo de Paul: *Meta-história* é um livro sobre prefigurações e não simplesmente sobre narrativas (PAUL 2011, p. 59). As prefigurações não são meramente estéticas: o que White tenta mostrar é como diferentes formas de realismo historiográfico no século XIX não se distinguiriam exclusivamente pela pertinência empírica das fontes consultadas, mas pelas implicações ideológicas e éticas. E era justamente essa interconexão que dava a historiadores como Tocqueville, Michelet, Carlyle e outros sua relevância pública. Mas o problema, claro, permanece: se é o caso de recuperarmos a vivacidade da historiografia, como fazê-lo se White nos mostra que ela se faz mediante o uso ou a mobilização de estruturas das quais talvez não tenhamos consciência e manejo absolutos? Paul formula muito bem o problema: “Mas como esta nova história poderia ser ensinada se a imaginação humana é sempre limitada pelas modalidades da linguagem poética? Esta última não se tornaria incongruente com a liberdade e criatividade enfatizadas por White?” (PAUL 2011, p. 77). A aposta, claro, não seria em uma liberdade “adolescente”, mas em uma “responsabilidade cognitiva” (saber que se é prefigurado) e, sobretudo, na recusa das imposições obscurantistas e dogmáticas, recusa essa que despe o rei e mostra que há mais de uma maneira de se fazer história (PAUL 2011, p. 79-81).

276

Ainda assim, o problema retorna, quase como um *Leitmotiv*, no capítulo seguinte (“The Power of Discourse”): “até que ponto uma análise estruturalista da linguagem do historiador era compatível com uma compreensão humanista da individualidade (*selfhood*) humana?” (PAUL 2011, p. 91). É uma questão que sempre gira em torno da tropologia. Como lembra Richard T. Vann, nomes como Frederic Jameson e Dominick La Capra sempre se perguntaram o quão profundas – digamos, inconscientes – seriam as estruturas tropológicas dos discursos (VANN 1998, p. 150). Mas Paul tenazmente elabora a questão, sugerindo que os autores abordados em *Meta-história* – como Michelet e Tocqueville – escreviam de forma menos “profissional”, decodificada, especializada, e, por isso, mais comunicativa com seu público.

Poderia lembrar que o problema parecerá insolúvel somente para quem partir de uma inconciliável dicotomia entre consciência e inconsciência, estrutura e evento. A questão me parece ser antes dialética, mais precisamente expressa na dialética entre o estranhamento do familiar e a familiarização do estranho – e me parece digno de discussão como podemos pensar em uma orientação da vida prática pode depender de um e de outro. Será que a elaboração dessa dialética, desse pêndulo, não ajudaria a aprofundar as ponderações tão bem levantadas por Paul e, para citar só um caso, Andrew Baird (Cf. BAIRD 2009),

cujo excelente artigo sobre o significado da ironia em Hayden White nos convida a pensar como se pode agir historicamente sabendo, de antemão, que a estrutura desse conhecimento é essencialmente irônica?

Talvez um caminho possível para pensar o problema – e, assim, talvez contornar tal aporia – resida no questionamento da ênfase na escolha, ou, para ser mais exato, no pragmatismo que não põe em dúvida a questão: “que uso fazer do passado”? Questionamos tanto nossa capacidade subjetiva de compreensão como questionamos a objetividade do passado, mas não questionamos a ideia de usá-lo. E se invertêssemos a pergunta, sem, todavia, sucumbir a um (des)interesse antiquário? E se perguntássemos: o que ocorre quando nos damos conta de sermos assaltados pelo passado, quando o surpreendemos em nós mesmos, antes de nossa escolha de e como usá-lo? Poderíamos continuar a optar pela resposta obscurantista – “prefiro não saber” –, ou, antes, apostaríamos por que o conhecimento está acima das suas consequências práticas imediatas, e, assim, a história se somaria à psicanálise e nos ajudaria a ver que não somos senhores de nossa própria casa?

Pensado dessa forma, creio que podemos escapar da aporia obsessivamente destacada por Herman Paul – um grande mérito de seu livro – e, dessa forma, fugir também da gasta crítica a White de que, posto que tudo poderia ser “escolhido” estética e moralmente, os negacionistas do Holocausto ficariam à vontade para montar seus covardes enredos. Esse é um tema já apresentado no capítulo “Masks of Meaning: Facing the Sublime”, cuja preocupação central é a seguinte: “poderia o argumento de White em favor de tal produção de sentido ser sequestrado por pessoas com pouca inclinação humanista?” (PAUL 2011, p. 122).

277

Creio que Paul nos ajuda bastante a colocar o problema em outros termos, mais precisamente nos termos do conceito de “evento modernista”, de White. Esse seria o evento que, por mais que não gere nenhuma forma de identificação, precisa ser reconhecido como uma possibilidade real do mundo contemporâneo.

É na chave do que gostaria de chamar de incontornável engajamento que poderíamos compreender a interpretação de White sobre *Maus*, de Art Spiegelmann, assim como o destaque dado por Paul à importância da escrita intransitiva – conceito de Roland Barthes. Não se trata de falar simplesmente sobre a escrita, em um processo romântico e narcísico, mas, sim, de articular de forma inseparável o conteúdo da forma. O evento modernista conduz ao engajamento ao mostrar que contar histórias é uma forma de vivê-las.

Para concluir, portanto, fica a indicação da leitura do formidável livro de Herman Paul; é raro encontrar uma introdução que já apresente questões capazes de renovar o debate sobre uma obra indispensável como a de Hayden White.

### Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. White’s “New Neo-Kantism”. In: \_\_\_\_\_; DOMAŃSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

- BAIRD, Andrew. Metahistory as Anabasis. In: ANKERSMIT, Frank; DOMAŃSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- MOSES, Dirk. Hayden White, Traumatic Nationalism and the Public Role of History. **History and Theory**, Middletown, Vol. 44, Outubro 2005.
- PAUL, Herman. Hayden White and the Crisis of Historicism. In: ANKERSMIT, Frank; DOMAŃSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. Distance and Self-Distanciation: Intellectual Virtue and Historical Method around 1900. **History and Theory**, Middletown, Vol. 50, nº 4, Dezembro 2011.
- \_\_\_\_\_. **Hayden White**: The Historical Imagination. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.
- ROSENSTONE, Robert A. **A História nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- VANN, Richard T. The Reception of Hayden White. **History and Theory**, Middletown, Vol. 37, nº 2, 1998.

## A velha Nova História

The old New History

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). *Nova história em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, 552 p.

---

### Jurandir Malerba

jurandir.malerba@puccrs.br

Professor adjunto

Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul

Av. Ipiranga, 668 - Partenon

90619-900 - Porto Alegre - RS

Brasil

---

### Palavras-chave

Historiografia; Annales; Nova história cultural.

### Keywords

Historiography; Annales School; New cultural history.

279

---

Enviado em: 18/9/2012

Aprovado em: 25/11/2012



Vem a público mais um belo livro, numa edição como sempre primorosa da editora Cosac Naify: *Nova história em perspectiva*, organizado por Fernando A. Novais e Rogério F. da Silva, respectivamente mestre decano e discípulo da Universidade de São Paulo. Os autores indicam tratar-se de um primeiro volume, "Propostas e desdobramentos", ao qual prometem que seguirá um segundo, "Debates". Este primeiro, de que ora nos ocupamos, divide-se em duas partes. Sob o rótulo de "propostas", reúnem-se quatro ensaios clássicos das primeiras três gerações da famosa "escola" francesa dos *Annales*: o manifesto "Face au vent – manifest des *Annales Nouvelles*", de 1952, quase que uma *mea culpa* de Lucien Febvre por ter se sujeitado às interdições nazistas de retirar os judeus do conselho editorial da revista, opção oposta ao do outro mentor da famosa revista, Marc Bloch (essa diferença de opiniões levou à ruptura entre ambos na primavera de 1942); em segundo lugar, o também célebre "História e Ciências Sociais: a longa duração", publicado na *Annales ESC* por Fernand Braudel em 1958, no contexto da contenda contra Claude Lévi-Strauss e o estruturalismo; e outros dois textos-manifestos assinados, o primeiro, por Jacques Le Goff e Pierre Nora (a apresentação a *Faire L'Histoire*, de 1974) e, o segundo, por Le Goff, solo, "L'Histoire Nouvelle" (1978), panfleto pró-terceira geração dos *Annales*, ditos "das mentalidades" ou antropologia histórica. Seguem-se outros quinze textos muito conhecidos, a maioria com um viés de "bandeira de geração", como os dois de Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Chaunu, Maurice Aymard, Philippe Ariès, André Burguière, Michel Vovelle e Paul Veyne, cujos eixos temáticos são a história econômica e a longa duração e/ou as mentalidades e a antropologia histórica. Destoam do conjunto os dois ensaios do historiador italiano Massimo Mastrogregori – que é um estudioso crítico da "escola" francesa, mas, à diferença dos outros referidos, não um "discípulo" dela –, o do crítico literário Hayden White (que não tem absolutamente nada a ver com essa história) e o clássico ensaio-manifesto do historiador americano James Harvey Robinson, "The New History", de 1912, que tem muito menos relação ainda e que comentarei a seguir.<sup>1</sup>

Precede à antologia propriamente dita uma longa introdução, assinada a duas mãos pelos organizadores, "Para a história da historiografia da Nova História". Foi em vão que procurei neste ensaio a apresentação da justificativa e do planejamento da obra, ou seja, os critérios de inclusão dos textos escolhidos e não de outros também relacionados à "nova história" francesa. Nada se explicita, mas é facilmente perceptível a valorização de uma linhagem dos *Annales*, aquela da geografia humana do primeiro Lucien Febvre de *La terre et l'évolution humaine*, sintomaticamente o orientador da clássica tese de Fernand Braudel, o mentor da geo-história, chegando à história econômica de Chaunu e Aymard. Inexplicavelmente, o legado de Marc Bloch parece não fazer parte dessa história dos *Annales* restaurada na e pela antologia em apreço. Ao que tudo indica, os autores estão presos à avaliação daquela corrente feita durante

<sup>1</sup> A bibliografia sobre os *Annales* é maior que os próprios. As observações a seguir apoiam-se nos trabalhos clássicos de François Dosse (especialmente 1992), todos traduzidos, e mais em GRINBERG; TRABUT 1991; GRÉARD; GRINBERG; TRABUT 1995; AGUIRRE ROJAS 2000; CARRARD 1995; COUTAU-BÉGARIE 1989; STOIANOVICH 1976; BOURDE; MARTIN 1997.

os anos 1970 e 1980, quando o espólio de Bloch ficou eclipsado.<sup>2</sup> Grandes nomes da segunda geração, como Georges Lefebvre, Ernest Labrousse, Pierre Goubert, Robert Mandrou e Charles Mozaré, que também ficaram à sombra de Braudel, não participam na obra nem como figurantes.<sup>3</sup>

Outro ponto que chama a atenção do especialista é o endosso tranquilo da história das mentalidades, que promoveu uma ruptura radical com o legado anterior, ao negar os pilares em que se assentava a proposta dos *Annales* das duas primeiras gerações: a noção de história-problema, o diálogo com o marxismo, a história como ciência em construção, o interesse na história econômica e social e, sobretudo, a noção de totalidade. Essa terceira geração, que viveu o paradoxo do apogeu do poder econômico e midiático (seus autores viraram *best-sellers*) e da implosão de um projeto historiográfico que naufragou nos editoriais de 1989 da revista, foi bombardeada por todos os lados.<sup>4</sup> O primeiro a romper com ela foi o próprio Braudel, ao sentenciar que:

Se meus sucessores preferem estudar as mentalidades em detrimento da vida econômica, pior para eles! De minha parte, não estudaria as mentalidades sem considerar o restante. [...] Eu, que sou promotor da história globalizante, não posso estar de acordo com isso. Abandonei os *Annales* a meus sucessores (BRAUDEL 1978).

Depois de Braudel, críticas pulularam dentro da própria revista por expoentes como Guis Bois e Pierre Vilar, dentro da França, com o grupo do *Le Debat*, fora dela, com os marxistas britânicos, e tantos outros autores. Críticos como Hervé Coutau-Bégarie, Carlos Antonio Aguirre Rojas, François Dosse, Lutz Raphael, Traian Stoianovich, Immanuel Wallerstein, Josep Fontana, Georg Iggers, Lucette Valensi e tantos outros definitivamente sepultaram aquela história das mentalidades. Sem outra prevenção ou referência à longa crítica já acumulada pela história das mentalidades, pode-se entender o livro em tela como uma reabilitação ou endosso – um tanto ou quanto extemporâneos! – daquela história das mentalidades ou antropologia histórica.<sup>5</sup>

A mesma postura de obliteração – como mencionado em relação à linhagem blochiana dos *Annales*, aos autores da órbita da revista que ficaram à margem do projeto da geo-história à época de Braudel, a toda a crítica existente à história das mentalidades – presente na composição da antologia também perpassa as 63 páginas de sua introdução. Ao concluir-se sua leitura, tem-se a impressão de que a obra em análise inaugura o estudo e a pesquisa da história da historiografia

<sup>2</sup> Olivier Dumoulin mostra em números esse menor interesse por Bloch nos anos de vigência da história das mentalidades, nas décadas de 1970 e 1980, *grosso modo*, em favor da sacralização do legado de Febvre na historiografia francesa desse período. As causas prováveis seriam o avanço da história das mentalidades, o diálogo com o estruturalismo e a longa duração. Cf. DUMOULIN 2000.

<sup>3</sup> Para abordagens críticas do "arquiteto Braudel", além de *A história em migalhas*, de Dosse (1992), Cf. CEDRONIO 1989; DUBY 1991; FONTANA 1974; GOBERNA FALQUE 1994; VAYSSIÈRE; BIZIÈRE 1995. Sobre o impacto do estruturalismo de Lévi-Strauss nos *Annales* de Braudel, Cf. MALERBA 2007; 2008 (reunidos em MALERBA 2011).

<sup>4</sup> Para um entendimento profundo do "giro crítico", Cf. REIS 2009. Para uma abordagem crítica, Cf. DELACROIX 1995.

<sup>5</sup> No Brasil, José Carlos Reis (1994) talvez tenha sido o primeiro historiador entre nós a propor uma sólida interpretação crítica, não colonizada, da trajetória dos *Annales*. Além dos autores citados na Nota 2, ver também AGUIRRE ROJAS 2004; BOUREAU 1989; LLOYD 1993.

dos *Annales*, quiçá o próprio campo da história da historiografia entre nós, como se rios de tinta já não tivessem sido vertidos por historiadores da mais alta competência no assunto. Já se vão alguns lustros desde que importantes historiadores brasileiros começaram a escrever boa história da historiografia teoricamente orientada.<sup>6</sup> Para não nomear individualmente, basta lembrar o grupo que mantém esta revista, *História da historiografia*, e que promove anualmente, desde 2005, o seminário da área, que cresceu tão vertiginosamente a ponto de demandar a organização dessa especialidade em torno de uma associação. Atitude aristocrática e sectária aquela, pois, que desdenha da contribuição alheia e se volta para o próprio espelho, típica de uma época em que os *Annales* eram o único polo exportador de historiografia mundial e a historiografia brasileira, prerrogativa de dois ou três *loci*. No entanto, com a profissionalização da área acentuada nas duas últimas décadas, assim já não é mais.

Em perspectiva global,<sup>7</sup> a historiografia ocidental superou o colonialismo francês e pulverizou-se em várias matrizes produtoras importantes. A Alemanha retomou lugar de destaque como matriz inspiradora com sua história social, sua história conceitual e o debate teórico de fundo. Assim também da Inglaterra saiu uma matriz de história social, tributária dos meios marxistas, que inspirou e até hoje inspira muito do que melhor se produz no Brasil. A Itália, com a micro-história, e os estudos culturais norte-americanos também nos influenciaram extensamente. A historiografia de gênero grassa sem fronteiras. A historiografia latino-americana (com o Brasil incluído) se beneficiou de tudo isso e, em vários países, obras-primas têm sido produzidas.<sup>8</sup> Para além de Greenwich, vale o registro, da Escandinávia ao Japão, da Rússia à Índia, o modo como se pratica o ofício de historiador beneficia-se de tradições culturais (orais e escritas) de fundo normativo milenares, que se confrontaram desde o século XIX com a racionalidade da matriz histórica ocidental, primeiramente germânica, resultando em riquíssimas historiografias nacionais que nós, por provincianismo ou despreparo, ativamente ignoramos.<sup>9</sup>

No Brasil, apesar dos vícios de origem que marcam nosso meio acadêmico e, por extensão, historiográfico, muito recentemente, em torno de uns vinte anos para cá, assiste-se, por força de um arremedo de "reforma pombalina" no seu sistema de pós-graduação, a uma saudável descentralização da produção histórica no país. Os velhos centros continuam sendo muito importantes e continuarão a sê-lo, mas já não estão sozinhos. Historiadores brasileiros romperam o pacto colonial e foram fazer seus doutoramentos e pós-doutoramentos diretamente em universidades estrangeiras (e não mais portuguesas ou francesas apenas). Tiveram contato direto com novos e distintos modos de prática do ofício, os trouxeram, amalgamaram, depuraram, e, antropofagicamente, canalizaram-nos

<sup>6</sup> Ver um tratamento sistemático do conceito em BLANKE 2006.

<sup>7</sup> Cf IGGERS; WANG; MUKHERJEE 2008, que resenhamos em *História da historiografia*, MALERBA 2009.

<sup>8</sup> A título de exemplo das referidas abordagens na historiografia brasileira: Cf. JASMIM 2005; JASMIM; FERES JUNIOR 2006; GERTZ; CORREA 2007; *História social* 1997-1998 (Dossiê História Social Inglesa); VAINFAS 2002; LIMA 2006. Para uma visão de conjunto das recentes tendências na historiografia americana, Cf. MALERBA 2010.

<sup>9</sup> Cf. MALERBA; AGUIRRE ROJAS 2007.

a favor da renovação operada gradual, mas inexoravelmente nestas duas últimas décadas, renovação que qualquer observador atento é capaz de identificar. Claro que não se podem menosprezar outros fatores que potencializaram esse estreitamento, como a revolução nos meios de comunicação, cujo impacto na estrutura acadêmica e em seus produtos merece uma investigação à parte.

Assim, alguma explicitação de premissas, critérios e orientações teóricas daria alguma luz ao leitor na compreensão das presenças e ausências na obra em apreço. Cada um dos textos individualmente ganharia em frescor e sentido com algum pequeno exórdio ou com notas acrescidas. No entanto, os textos foram apenas traduzidos e reunidos, sem outra linha de organização que não a introdução dos organizadores, lacônica para esse fim. Por um desses subterfúgios talvez fosse possível atingir algum entendimento do porquê da inclusão de um Robinson nesse conjunto. Essa presença extravagante em tal medida que me obriga a deter-me nela.

Quando se fala sobre uma “nova” história social, uma “nova” história econômica, uma “nova” história do trabalho, uma “nova” história política, ou qualquer outro tipo de história “nova” nos Estados Unidos, imediatamente se evoca a *New History* produzida na América na primeira década do século XX. Seja na docência na Universidade de Columbia e/ou em seus livros produzidos em parceria, Charles A. Beard e James Harvey Robinson pugnaram por rejeitar o formalismo e o foco político estreito de seus predecessores. Essa é uma história pouco falada no Brasil e vale a pena contá-la. Ambos trabalharam no sentido de estender o campo profissional da história, e Robinson deu um nome e um programa para o movimento em seu livro *The New History*, publicado um século atrás, no remoto ano de 1912. A nova história, como entendida por Beard e Robinson, era interdisciplinar, um estudo da civilização em si, e atingiu em cheio as preocupações do leitor educado da época. Aquele livro, realização mais famosa de Robinson, exerceu grande e duradoura influência sobre o pensamento e a escrita histórica americanos. Essa influência se deveu em parte à atenção que granjeou em função do título apropriado e apelativo, em parte pela apresentação conveniente da maioria das observações de Robinson sobre o que a “nova história” deveria ser. Mas o conteúdo do livro já não era “novo” nem para o próprio Robinson (Cf. GROSS 1974, p. 53-58; BENDER 1984, p. 612-622).

O primeiro capítulo, sobre os contrastes entre a nova história – cultural – e a velha – história política, episódica e biográfica –, apareceu pela primeira vez como um artigo em 1900, e os capítulos seguintes eram artigos e palestras publicados na primeira década do século XX. Aqui, dois pontos já gritam em relação à *nouvelle histoire*. Primeiro, que a americana precede a francesa em quase três décadas. Em segundo lugar, a renovação estaria, para os americanos, em confrontar à história política e factual uma história “cultural”, que foi como crismaram a então nascente história intelectual norte-americana, a qual ganharia todo seu prestígio uma geração mais tarde com nomes como Arthur Lovejoy, fundador do *Journal of the History of Ideas* em 1940 (Cf. HIGHAMM 1951, p. 453-471; KLOPPENBERG 1989, p. 1011-1030). Mais do que isso, como o próprio

Robinson era suficientemente bem formado na história da escrita histórica para saber, a nova história não era invenção exclusiva sua. Pouco influenciado por seus predecessores e contemporâneos europeus, ele conhecia muito bem livros como *A History of the Warfare of Science With Theology in Christendom* (1896), de Andrew D. White;<sup>10</sup> *Literary History of the American Revolution: 1763–1783* (1897), de Moses Coit Tyler;<sup>11</sup> *Mont-Saint-Michel and Chartres* (1904), de Henry Adams;<sup>12</sup> e o trabalho de Frederick Jackson Turner e seus alunos sobre o efeito da fronteira Oeste sobre a cultura e o pensamento americanos.<sup>13</sup> Esses são só alguns dos autores que já haviam abandonado a antiga história política e episódica. O que Robinson fez foi batizar os novos anseios e projetos da escrita e do pensamento históricos para fundar um movimento em torno de si e realmente escrever exemplarmente a história nos termos de sua concepção da disciplina. Tudo isso para dizer que, por mais que esgotemos nossos parcos conhecimentos de teoria e história da historiografia, somos incapazes de vislumbrar qual a razão de ser de Robinson numa coletânea sobre a *nouvelle histoire* senão pela simples coincidência dos nomes dos dois movimentos.

Num balanço final, acabei não encontrando muito sentido na produção de uma edição cara cuja quase totalidade dos textos, ademais, está disponível em espanhol ou mesmo em português e cuja introdução – que não define seus critérios de inclusão, omite a crítica e decreta a morte cívica dos que já escreveram sobre o assunto, além de descurar de todo o aparato teórico-metodológico do campo da história da historiografia, cada vez mais consolidado inclusive no Brasil – já surge obsoleta. Afinal, a partir de determinado momento que já vai longínquo, não dá para levar a sério uma abordagem de história da historiografia que não considere despropositado conceituar dois períodos de uma história qualquer a partir da clivagem “tradicional” *versus* “moderno”.

284

### Referências bibliográficas

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault**. Traduzido por Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Uma história dos Annales (1901-2001)**. Maringá: Eduem, 2004.
- BENDER, Thomas. The New History - Then and Now. **Reviews in American History**, v. 12, n. 4, p. 612-622, 1984.
- BLANKE, H. W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, J. (org.). **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://archive.org/details/cu31924022599322>. Acesso em: 10/4/2012.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://archive.org/details/literaryhistoryo01tyleiala>. Acesso em: 10/4/2012.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/4584>. Acesso em: 10/4/2012.

<sup>13</sup> Turner é base do movimento da *New History*. Dentre seus principais trabalhos, destacam-se: TURNER 1921 (disponível em: <http://archive.org/details/frontierinameric010200mbp>.); *Rise of the New West, 1819-1829* (disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/3826>); e o discurso presidencial na AHA intitulado “Social Forces in American History” (disponível em: [http://www.historians.org/info/AHA\\_History/fjturner.htm](http://www.historians.org/info/AHA_History/fjturner.htm)) Acessos em: 12/4/2012.

- BOURDE, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1997.
- BOUREAU, Alain. Propositions pour une histoire restreinte des mentalités. **Annales. E.S.C.**, Paris, ano 44, n. 6, p. 1491-1504, 1989.
- BRAUDEL, F. En guise de conclusion, **Review**, I, 3/4, p. 243-253, Winter/Spring, 1978.
- CARRARD, Philippe. **Poetics of the New History**. French Historical Discourse from Braudel to Chartier. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.
- CEDRONIO, Marina. Introduzione: Labrousse nella storiografia della Rivoluzione. In: LABROUSSE, Ernest. **Come nascono le Rivoluzione**. Turin: Bollati Boringhieri, 1989.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Le phénomène nouvelle histoire**. Grandeur et décadence de l'école des Annales. Paris: Economica, 1989.
- DELACROIX, Christian. La falaise et le rivage: histoire du 'tournant critique'. **EspacesTemps**, Paris, n° 59/60/61, 1995. Disponível em [http://www.ihtp.cnrs.fr/historiographie/sites/historiographie/IMG/pdf/DelacroixTC\\_DEF\\_pour\\_site\\_IHTP.pdf](http://www.ihtp.cnrs.fr/historiographie/sites/historiographie/IMG/pdf/DelacroixTC_DEF_pour_site_IHTP.pdf). Acesso em: 10/1/2013.
- DUMOULIN, Oliver. **Marc Bloch**. Paris: Presses de Sciences Po, 2000.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DUBY, Georges. **L'histoire continue**. Paris: Odile Jacob, 1991.
- FONTANA, Josep. Ascens i decadencia del'escola dels Annales. **Recerques**, Barcelona, n. 4, p. 283-298, 1974.
- GERTZ, René E.; CORREA, Silvio Marcus de S. (orgs.). **Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas**. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF Editora/EDUNISC, 2007.
- GOBERNA FALQUE, Juan Ramon. La cofradía de los historiadores. Estudio de los mecanismos institucionales de la Escuela de los Annales durante la era Braudel. **Historia y crítica**, Santiago de Compostela, n. IV, p. 85-120, 1994.
- GRÉARD, Catherine; GRINBERG, Martine; TRABUT, Ivette. **Table analytique des Annales**. Economies. Sociétés. Civilisations. 1989-1993. Paris: Armand Colin, 1995.
- GRINBERG, Martine; TRABUT, Ivette. **Vingt années d'histoire et des sciences humaines: table analytique des Annales (1969-1988)**. Paris: Armand Colin, 1991.
- GROSS, David. The "New History": A Note of Reappraisal. **History & Theory**, v. 13, n. 1, p. 53-58, Feb. 1974.
- HIGHAM, John. The Rise of American Intellectual History. **The American Historical Review**, v. 56, n. 3, p. 453-471, 1951.
- HISTÓRIA social** (Revista da pós-graduação em história da Unicamp), Dossiê História Social Inglesa, n. 4/5, p. 1-241, 1997-1998.

- IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. **A Global History of Modern Historiography**. London: Pearson-Longman, 2008.
- JASMIM, Marcelo G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **RBCS**, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: editora da PUC-RJ/Loyola, 2006.
- KLOPPENBERG, James T. Objectivity and Historicism: A Century of American Historical Writing. **The American Historical Review**, v. 94, n. 4, p. 1011-1030, 1989.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LLOYD, Geoffrey. **Pour finir avec les mentalites**. Paris: La Découverte, 1993.
- MALERBA, Jurandir. A História e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, p. 41-78, 2007.
- \_\_\_\_\_. Estrutura, Estruturalismo e História Estrutural. **Diálogos**, Maringá, Vol. 12, p. 19-55, 2008.
- \_\_\_\_\_. Historiografia moderna em perspectiva global. **História da historiografia**, n. 3, p. 167-173, 2009.
- \_\_\_\_\_. **La historia en América Latina: ensayo de crítica historiográfica**. Rosario (Argentina): Prohistoria, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio**: teoria, história & ciências sociais. Londrina: EDUEL, 2011.
- MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos (org.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: EDUSC, 2007.
- REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. **História, a ciência dos homens no tempo**. 2ª ed. Londrina: Eduel, 2009.
- STOIANOVICH, Traian. **French Historical Method: the Annales paradigm**. Ithaca-Londres: Cornell University Press, 1976.
- TURNER, Frederick Jackson. Social Forces in American History. **American historical Review**, n. 16, p. 217-33. Disponível em [http://www.historians.org/info/AHA\\_History/fjturner.htm](http://www.historians.org/info/AHA_History/fjturner.htm). Acesso em: 16/4/2012.
- TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in the American History**. New York: Holt, 1921.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: microhistória**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VAYSSIERE, Pierre; BIZIERE, Jean-Marie. **Histoire et historiens**. Paris: Hachette, 1995.

## **Entre a história da historiografia e a história da educação: o Colégio Pedro II e a resistência aos estudos sociais na década de 1970**

Between history of historiography and history of education: Colégio Pedro II and the resistance to the social studies during the 1970s

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011, 336 p.

---

### **Patrícia Santos Hansen**

hansenwagner@gmail.com

Investigadora auxiliar - Marie Curie Fellow

Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1649-013 - Lisboa

Portugal

---

### **Palavras-chave**

Colégio Pedro II; Ensino de história; História da educação.

287

### **Keywords**

Colégio Pedro II; History teaching; History of education.

---

Recebido em: 16/8/2012

Aprovado em: 10/1/2013



Há determinados temas da história da história no Brasil que a despeito de sua óbvia relevância não têm ainda suscitado suficientes esforços de investigação por parte dos historiadores brasileiros. Um bom exemplo é a supressão da disciplina história dos currículos escolares durante os anos 1970 quando, ao lado da geografia, foi “substituída” pelos estudos sociais por efeito da Lei 5.692 de 1971.<sup>1</sup>

Este é o pano de fundo do livro de Beatriz Boclin Marques dos Santos que ao dedicar-se ao caso do Colégio Pedro II e investigar as razões que motivaram a resistência à implementação da lei naquela instituição, acaba por iluminar um processo bem mais complexo do que se poderia imaginar.

Os protestos de caráter corporativo e associados a uma identidade profissional como as manifestações da ANPUH, por exemplo, ou as resistências cotidianas e individuais de professores que não separaram prática e o engajamento político, são as faces mais conhecidas da resistência aos estudos sociais pelos professores de história.

A novidade da tese de Santos, contudo, é procurar demonstrar um outro tipo de resistência, resultante de longa tradição institucional e de um modelo organizacional específico, os quais fizeram do Colégio Pedro II uma “instituição *sui generis*”. Isso é possível somente porque a autora opera com um referencial teórico proveniente dos estudos sócio-históricos do currículo, remetendo-se principalmente aos trabalhos de Ivor Goodson. É este o instrumental que serve de esteio à estratégia de utilizar um caso singular - a resistência edificada em um colégio *sui generis* - para compreender o quadro mais amplo das dificuldades de implementação de uma alteração curricular profunda - a supressão de uma disciplina muito sensível ao contexto político como é o caso da história - por imposição legal.

288

O livro consiste na tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2009 e baseia-se em pesquisa realizada no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Nudom) ao qual Santos está ligada profissionalmente. Além das fontes ali depositadas, a autora também recorre a entrevistas de história oral realizadas com ex-professores da instituição e com um dos membros do Conselho Federal de Educação à época do debate em torno da Lei 5692.

Infelizmente, e a despeito do interesse da tese, o livro tem problemas que merecem reflexão.

O maior deles é que a tese precisaria ter sido minuciosamente revista antes de sua publicação em livro. Uma revisão de texto e, principalmente, uma revisão de conteúdo pois os erros presentes nos capítulos 2 e 3 comprometem a credibilidade da autora e do argumento desenvolvido nos capítulos seguintes, melhor desenvolvidos.

A maioria dos erros diz respeito à história da historiografia e percebe-se claramente uma lacuna que é confirmada pela lista de referências bibliográficas.

<sup>1</sup> Alguns trabalhos se ocuparam do tema como a dissertação de mestrado de Selva Guimarães Fonseca publicada pela primeira vez em 1993, em sua 10ª edição em 2008 e outros trabalhos mais recentes como as teses de doutorado de Helenice Ciampi e Maria do Carmo Martins publicadas respectivamente em 2000 e 2002.

A quase totalidade dos textos utilizados pela autora para tratar das concepções de história vigentes, desde a fundação do Colégio Pedro II em 1837 a qual coincide com a própria constituição da história como disciplina escolar no Brasil, pertencem a um único livro: *Estudos sobre a escrita da história* (GUIMARÃES 2006). A esta lacuna podem ser atribuídos deslizos como, por exemplo, a associação da fórmula ciceroniana "história mestra da vida" à historiografia de fundo iluminista dos séculos XVIII e XIX (SANTOS 2011, p. 70-71).

Entretanto, provocam pior impressão os erros decorrentes da má leitura das fontes e da bibliografia ou do uso de informações de segunda e terceira mão que resultam em frases e parágrafos como:

Na elaboração dos livros didáticos, os catedráticos [do Pedro II] demonstravam a intenção de transformar a história estudada nas universidades, pesquisada pelos grandes historiadores, em uma história ensinada, cuja característica principal era justamente o aval da academia (SANTOS 2011, p. 68).

Referindo-se à década de 1880 quando ainda não havia universidades no Brasil, o grande historiador do período, Capistrano de Abreu, estava ligado ao Colégio e o que poderia ser tido muito imprecisamente como "aval da academia" ficava entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o próprio Colégio Pedro II.

Ou ainda: "Quanto ao enfoque na história interna, João Ribeiro afirmava que von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas..." em seu livro *Como se deve escrever a história do Brasil*, porém foi ele o "primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese". Logo em seguida afirma que os livros de João Ribeiro "retratam uma história serial e cronológica" (SANTOS 2011, p. 102). Note-se que a autora transforma em livro a tese de Martius publicada na Revista do IHGB, se contradiz sobre a principal inovação de João Ribeiro<sup>2</sup> e demonstra não saber do que se trata uma "história serial".

Também no que diz respeito à historiografia da educação há ausências significativas na bibliografia utilizada, embora não comprometam tanto o resultado.

Como já foi dito, a principal referência teórica da autora é o trabalho de Ivor Goodson, a quem dedica todo o primeiro capítulo: "As contribuições de Ivor Goodson para as pesquisas sócio-históricas do currículo". É esta escolha que ancora a demonstração de que o Colégio Pedro II não acatou o que a Lei 5.692/71 determinava, o que é amparado pela comprovação da permanência de programas de história e geografia separados e sustentado por depoimentos de professores. É também com base nos estudos curriculares que a autora argumenta que a

<sup>2</sup> Contraste-se com o trecho do autor ao qual Santos remete suas afirmações: "Do sentido em que se deve tratar a história interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território; sem embargo da contestação de alguma crítica menos bem informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores e cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos" (RIBEIRO 1957, p. 22-23).

congregação do Colégio não o fez devido a uma forte tradição institucional que conferia aos seus professores uma posição muito particular, em especial aqueles que ocupavam as cátedras que também seriam extintas com a Lei.

Ao ampliar a concepção de currículo, entendido como produto de negociações que começam na formulação dos conteúdos prescritos e passam pelo que deles é feito no espaço escolar, em particular na sala de aula,<sup>3</sup> o trabalho de Goodson embasa a estratégia de análise que toma por eixo o encontro de dois processos com tempos diferentes: o que começa com as discussões sobre a introdução dos Estudos Sociais no currículo escolar brasileiro durante a década de 1920 no âmbito da divulgação das ideias pedagógicas da educação nova e culmina com a prescrição dos Estudos Sociais pela política educacional dos militares; e aquele que corresponde a uma "tradição" (ou "cultura escolar") fortemente enraizada numa instituição que era até então um dos lugares privilegiados de produção e prescrição da história como disciplina escolar. Daí a caracterização de um confronto "entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica", conforme o subtítulo do livro.

O conceito de "cultura escolar"<sup>4</sup> merece aqui alguma atenção justamente por destacar a relativa autonomia dos espaços escolares em relação a fatores externos e a sua capacidade para gerar, segundo Antonio Viñao-Frago, "produtos culturais próprios" entre os quais as disciplinas escolares.

Nas palavras desse autor:

290

Ya sea que las disciplinas sean vistas como tradiciones o construcciones históricamente inventadas, como espacios de poder social y académico, como transmutaciones didácticas de saberes producidos fuera del mundo escolar, como saberes generados en el interior del mismo sin relación alguna o mínima con el exterior, o como organismos vivos que nacen, evolucionan y se transforman o desaparecen, el hecho es que llevan en sí mismas las marcas características de la cultura escolar. Son productos de ella (VIÑAO FRAGO 2008, p. 26).

É curioso que embora esteja de certa forma subjacente a todo o argumento desenvolvido, a autora não utilize explicitamente o conceito de cultura escolar que poderia ter sido útil e complementar a abordagem centrada na noção de currículo.

As poucas referências à cultura escolar (SANTOS 2011, p. 30) aparecem sem qualquer destaque e remetem aos desdobramentos de trabalhos que circularam no Brasil durante a década de 1980, os quais permitiram aos historiadores da educação brasileiros melhor "compreender os problemas da escolaridade com o olhar voltado para os mecanismos internos que compõem a organização escolar" (SANTOS 2010, p. 28).

<sup>3</sup> A historiografia da educação costuma utilizar a metáfora da "caixa preta" para referir-se à dificuldade de investigar o que ocorre nas salas de aula.

<sup>4</sup> O conceito foi desenvolvido por autores como André Chervel, Jean-Claude Forquim, Antonio Viñao-Frago e Dominique Julia. É a versão deste último, contudo, cujo texto foi traduzido para o primeiro número da *Revista brasileira de história da educação*, que tem tido maior circulação no Brasil. A respeito das disciplinas escolares, diz Julia (2001): "não são nem uma vulgarização nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da escola, que põe em vidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar". Sobre a fortuna do conceito de "cultura escolar" no campo da história da educação no Brasil conferir FARIA FILHO; GONÇALVES; VIDAL; PAULILO (2004).

Nesse sentido, diz Santos, estes autores destacam que “no cotidiano da prática escolar, ocorre uma apropriação do currículo oficial pelos professores, por meio de processos de seleção de conteúdos que refletem a preponderância de determinados grupos no contexto escolar. Dessa forma, o currículo resultante de políticas públicas oficiais, ao ser implementado na escola, passa por uma recontextualização como resultado das especificidades da cultura escolar” (SANTOS 2010, p. 30).

Considerando o interesse do tema e da abordagem utilizada na tese, assim como os problemas identificados, permanece uma questão: Seria possível compreender a manutenção da disciplina história no currículo do Colégio Pedro II após sua extinção legal sem mobilizar o referencial teórico próprio à história da educação? Haveria como reconhecer os fatores-chave que permitiram uma tomada de posição institucional, para além das lealdades e interesses políticos dos vários agentes individuais que influem sobre os currículos entendidos como produtos de variados processos e negociações que só terminam na sala de aula?

Por outro lado, se esta é uma perspectiva possível para pensar o tema mais amplo das lutas em torno da manutenção da história como disciplina escolar frente aos estudos sociais nos anos 1970, há que identificar e compreender também outras forças e motivações.<sup>5</sup> Porque se a história do ensino de história ou da história como disciplina escolar não prescinde do referencial da história da educação, em particular dos estudos sobre a história das disciplinas escolares, da formação docente,<sup>6</sup> dos currículos e dos manuais, também é verdade que não pode prescindir da análise das relações que mantém com a disciplina de referência.

Portanto, o problema principal e mais frequente das investigações sobre a história ensinada (que não é exclusivo do trabalho aqui resenhado e afeta tanto os trabalhos provenientes dos programas de pós-graduação em história como em educação), parece estar afinal no escasso diálogo entre a história da historiografia e a história da educação no Brasil.

O quadro reflete a progressiva autonomia dos dois campos e o crescente distanciamento da historiografia da educação e da maioria dos seus pesquisadores das instituições formadoras de historiadores.<sup>7</sup> Refletir sobre as razões disso é fundamental para poder construir uma ponte entre esses dois campos do conhecimento histórico e, conseqüentemente, para o avanço dos estudos sobre a história ensinada, ou seja, sobre seus currículos, sobre a formação de historiadores, sobre livros escolares, sobre práticas educativas.

Entretanto pergunto: não seriam estes estudos também essenciais para a compreensão das culturas e da consciência histórica? A resposta será positiva se tivermos em conta que a história ensinada é por princípio objeto da história da história e da história da educação.

<sup>5</sup> Vale dizer que a autora se refere de passagem ao posicionamento da ANPUH no período para o que remete a outra tese de doutorado em educação publicada em livro: *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* (MARTINS 2002). Uma fonte interessantíssima sobre o assunto é o texto de Raquel Glezer publicado na *RBH* em 1982: “Estudos sociais: um problema contínuo”.

<sup>6</sup> Sobre o impacto da Lei 5.692 na formação de historiadores cf. CIAMPI 2000.

<sup>7</sup> Deve-se ressaltar nesse sentido o notável crescimento do campo da história da educação nas últimas décadas, além de uma certa tendência à circunscrição de sua produção aos centros de pesquisa e programas de pós-graduação em educação e aos seus próprios congressos, associações e publicações.

O posicionamento da ANPUH contra a retirada da história dos currículos escolares e introdução dos estudos sociais na década de 1970 representou uma significativa resistência científica e política aquelas medidas que tinham grande repercussão sobre a formação de professores e, conseqüentemente, abalavam a identidade dos profissionais de história, implicando toda uma reorganização dos cursos universitários.

Em relação a isso, aliás, vale a pena ter em mente a importância de pensar as mudanças de paradigma na formação docente decorrentes da introdução de diferentes teorias e ideias pedagógicas ao longo do século XX, as quais alteraram radicalmente a formação de professores, incluindo obviamente a dos professores de história. Tais mudanças, tendendo para a valorização do saber pedagógico em detrimento dos conhecimentos da disciplina de referência, contribuíram para a construção de identidades profissionais específicas, distanciando o professor e o pesquisador de história.

Para complicar ainda mais, é fato que os historiadores “*de métier*” não têm, nunca tiveram e, muito provavelmente, nunca terão o monopólio da história. Nem por isso, contudo, o profissional de história pode abrir mão de compreender outros usos do passado.

No âmbito desta resenha essa observação serve para lembrar que naquilo que diz respeito à história da história ensinada, para além de considerar necessariamente outros aspectos que nela influem e respectivos pesos, cumpre não perder de vista as relações que sempre mantém com a disciplina de referência. Todas estas questões complexificam o quadro da história da história. Porém, de maneira pertinente e saudável, em tempos de regulamentação da profissão de historiador, podem também estimular questionamentos muito atuais e uma reflexão fértil sobre identidades profissionais e fronteiras inter – mas, principalmente, intradisciplinares.

292

### Referências bibliográficas

- CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada**: da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2000.
- DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (orgs.). **Historiographies**: I. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010.
- FARIA FILHO, L.; GONÇALVES, I.; VIDAL, D.; PAULILO, A. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.
- GLEZER, Raquel. Estudos Sociais: um problema contínuo. Noticiário. **Revista Brasileira de História**, v. 2, n. 3, São Paulo, março de 1982, p. 117-149. Disponível em: [http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=37](http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=37)
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objecto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares**: quem legitima esses saberes? São Paulo: EDUSF, 2002.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**: curso Superior. 16ª edição. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II** – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

VINÃO FRAGO, Antonio. La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia de la educación. **História da educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

## **Brasileiros Ilustres: letras, armas, virtudes**

Illustrious Brazilians: letters, weapons, virtues

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 212 p.

---

### **Marcia Regina Capelari Naxara**

mrnaxara@uol.com.br

Docente Departamento de História - Pesquisadora CNPq 2

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Rua Fernão Dias, 8/72

05427-000 - São Paulo - SP

Brasil

---

### **Palavras-chave**

Brasil; Biografia; Historiografia do século XIX.

### **Keywords**

Brazil, Biography; 19<sup>th</sup> century historiography.

294

---

Recebido em: 16/8/2012

Aprovado em: 10/1/2013

São várias as perspectivas pelas quais a historiografia produzida no e sobre o Brasil no século XIX tem sido revisitada. Em *Escrever vidas, narrar a história*, Maria da Glória de Oliveira elabora, de forma perspicaz, indagações sobre o gênero biográfico, objeto complexo e suscetível a armadilhas, em especial se encarado de forma linear. Complexidade que só faz crescer quando a associação estabelecida a partir do título, qual seja a de “narrar a história” ao “escrever vidas”, é também enviada à história da nação e da nacionalidade, estreitamente vinculadas a questões identitárias e de pertencimento que, no registro do político, esbarram no plano das sensibilidades. Questões que, como o seu trabalho bem demonstra – vidas narrando a história, “a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista” –, podem parecer simples quando vislumbrados somente em termos aparentes.

A mobilização bibliográfica e a arquitetura do texto, elaborado com rigor conceitual, conduzem o leitor pelos meandros da construção do campo historiográfico no século XIX, ou melhor, pelas diversas formas de apreensão do histórico, pensado em termos de temporalidade e de representação “do curso dos acontecimentos como totalidade dotada de sentido” (OLIVEIRA 2011, p. 16), para o que ressalto a referência a Humboldt e ao regime de historicidade “em que o futuro passaria a ser a categoria preponderante” (OLIVEIRA 2011, p. 17), tal como formulado por Hartog. Forma de temporalidade que, como trabalhado pela autora a partir de Catroga, deixava em aberto o “problema acerca do papel dos indivíduos” na história, por sua vez, “concebida como agente do destino humano e do progresso social” (OLIVEIRA 2011, p. 17).

Se consideramos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – foco central da análise da autora – como lugar privilegiado da construção de um passado para o Brasil, efetivado tanto pela concepção de um projeto de escrita da sua história, como da produção literária por que transitava grande parte de seus associados, pode-se inferir essa abertura e permanência nas relações indivíduo/sociedade. A procura e o estabelecimento de mitos de origem eram largamente compartilhados em termos da busca do estabelecimento de caracteres identitários comuns; procura realizada como viagem ao passado para a elaboração de origens e desenrolar da história, tanto em termos políticos para o presente, como lançada para um futuro distante de consolidação numa ideia que somasse o país/paisagem Brasil que se projetava. Nesse sentido, o trabalho de Oliveira acompanha a constituição do “*problema historiográfico*” na forma como elaborado pelo Instituto, bem como as formas como a biografia e a escrita da história se relacionavam, ou seja, o lugar que tiveram em termos do estabelecimento do que poderia ser “verdade” com relação à, nem sempre clara, proposição de alcançar precisão e veracidade sobre o passado, a ser, paulatinamente, esclarecido com a formação do panteão daqueles que marcaram presença ativa na construção da nação.

Pode-se lembrar que a escolha que recaiu sobre a proposta de Karl Friedrich Phillip von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”, em sua relação com a de Henrique Julio de Wallenstein, “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil segundo a proposição



do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, não é despida de significado, já que Wallenstein estipulava a organização da história da nação a partir da sua cronologia dividida em décadas, enquanto que Martius apontava para a procura e estabelecimento de uma gênese, seguida da formação do país pela colaboração das três raças que aqui se estabeleceram: indígenas autóctones, portugueses colonizadores e negros introduzidos na condição de escravos, bem como a defesa da ordem monárquica. Procura não somente de inícios, mas de caminhos percorridos, pela organização documental capaz de estabelecer “verdades” que esclarecessem as linhas mestras de formação e afirmação do Brasil pelas características identitárias de sua natureza e de seu povo.

Ao colocar, na Introdução, a problemática central que orientou suas reflexões, Oliveira apresenta a organização do texto em quatro capítulos: o primeiro, “O presente do passado nos exemplos da história”, é dedicado ao estudo do “lugar” da biografia no projeto da escrita de uma história do Brasil no âmbito do IHGB, ou seja, de como a formação de uma galeria de notáveis poderia colaborar na apreensão e compreensão do passado e, simultaneamente, na construção do futuro do país/nação Brasil; o segundo está voltado para os intentos realizados para a busca de “verdades” do passado, pela depuração dos escritos e documentos que o informam, pela correção de inexatidões e pela definição de critérios “de eleição das vidas memoráveis” (OLIVEIRA 2011, p. 32). Na continuidade, ao explorar a elaboração do “panteão de papel do IHGB”, elabora a relação história e história literária do ponto de vista do Instituto, formado, ao menos em parte, por escritores simultaneamente interessados na literatura e na história e em como ambos os gêneros podiam ser aproximados quando se tratava de escrever a história pátria. No quarto e último capítulo aborda as “articulações entre passado, presente e futuro”, no que a exemplaridade da vida passada pudesse constituir força moralizadora em termos do futuro, na perspectiva de temporalidade então adotada. Há que se levar em conta, neste caso, como acentua a autora, a dinâmica do Instituto ao longo de sua existência e os debates que tiveram lugar a propósito da exemplaridade fornecida pelos grandes vultos, ou seja, a consideração de sua suficiência ou não quando se tratava de conhecer a sociedade brasileira, em que, nas palavras do sócio Alfredo do Nascimento, despontava “enorme legião de ‘filhos da pobreza’ e ‘náufragos do mundo’” (OLIVEIRA 2011, p. 33), pouco ou nada contemplados nesse vínculo de vidas biografadas, história e nação.

Assinalo a presença, no final do volume, do anexo “Quadro de biografias da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”, que inclui, “além dos textos publicados na seção de Biografias de brasileiros ilustres, todos os artigos identificados pelo título, ou contendo as expressões ‘biografia’, ‘apontamentos biográficos’ ou ‘apontamentos sobre a vida e obras [...]’” (OLIVEIRA 2011, p. 197-209), perfazendo 165 itens, elaborado pela autora e oferecido ao leitor.

Chamo a atenção para alguns pontos que contribuem para abalizar a importância deste estudo que explora e esquadrinha, de forma exemplar, a documentação do IHGB na sua relação com a bibliografia sobre o Instituto e as reflexões sobre a história do período e sobre o período: construção de uma

memória para o país; persuasão pela exemplaridade; erudição como elemento fundamental da produção do conhecimento histórico; crítica das fontes; letras, armas e virtudes como elementos de distinção; aproximações entre história e história literária; o lugar da história no século XIX entre biografia, memória e experiência da história.

Oliveira inicia pela recuperação do debate que marcou a criação do IHGB, tanto em termos de uma aproximação da intelectualidade à monarquia, como da construção de um lugar de fala e elaboração do discurso sobre a pátria Brasil, que se sobrepusesse àquele que vinha sendo divulgado por estrangeiros. Valendo-se dos ensinamentos e herança dos antigos, objetivava-se narrar a vida dos grandes homens e construir, sobre bases fidedignas e com exatidão, uma memória para as gerações vindouras – caráter primordial, portanto, de testemunho e instrução. A autora recupera, sempre com atenção às ambivalências e ambiguidades que atravessam os diferentes discursos, a presença dos antigos na formulação do nascimento da história como *rito de recordação* e interdito ao esquecimento e apagamento pelo tempo, tal como formulado por Heródoto – além da projeção futura do ajuizamento da equidade que então se procurava.

Oliveira demonstra, ao longo do segundo capítulo, que “expurgar os erros e preencher as lacunas da nossa história” (OLIVEIRA 2011, p. 77), ou seja, buscar métodos críticos que orientassem a elaboração do discurso histórico foi lema entre os integrantes e fizeram parte de amplo debate dentro do IHGB – a prova documental, a definição de seu estatuto de autenticidade e veracidade, a depuração da fábula e das verdades sobre ela estabelecidas, assim como com relação à ficção, já que se objetivava a obtenção de um conhecimento com a chancela de ciência. É exemplar, nesse sentido, a discussão ocorrida em torno da “veracidade da viagem do português Diogo Álvares Corrêa e da Índia Paraguaçu ao reino da França, onde teriam se casado sob as bênçãos de Henrique II e de Catarina de Médicis” (OLIVEIRA 2011, p. 90), sobre o qual Varnhagen escreveu a dissertação “O Caramuru perante a história”.

A virtude foi instituída critério fundamental para a escolha dos possíveis biografados; distinção a que se junta o domínio das letras e das armas – três qualidades essenciais. Elementos colocados, em conjunto, na construção e defesa da nação, que podia incluir “varões ilustres”, ainda que não fossem brasileiros por nascimento, mas que tivessem aqui passado grande parte de suas vidas, e contassem com o feito de “ações gloriosas” (OLIVEIRA 2011, p. 100). Para a autora, com base na bibliografia compulsada, a fórmula utilizada evidencia sua natureza política, de forma a predominar no quadro de biografados distintos, os “funcionários de carreira do Estado e os religiosos”, constituindo uma “espécie de galeria de espelhos que refletia e se confundia com o próprio quadro de fundadores e membros do IHGB”, uma vez que, na sua maior parte, eram “servidores e dignitários do Império, a maioria com formação em Coimbra, nos cursos de preparação para a carreira jurídica ou das armas” (OLIVEIRA 2011 p. 107).

Constituíram desdobramentos dessa demarcação de homens ilustres, os projetos assentados na compilação de antologias poéticas acompanhadas dos

dados biográficos dos poetas. Nas palavras da autora, colocava-se a necessidade de “inventariar o passado literário da nação”, ensaiado por Cunha Barbosa, no seu *Parnaso brasileiro* (1829-1832), que teve continuidade com o *Parnaso brasileiro* (1843-1848) de Pereira da Silva e com o *Florilégio da poesia brasileira* (1846-1872), de Varnhagen. Movimento que teria encontrado na *História da literatura brasileira* (1888), de Silvio Romero, uma primeira sistematização. A fundação de uma historiografia literária conteria elementos indicativos de brasilidade e, para trabalhar esses primeiros empreendimentos de escrita e narrativa das coisas do Brasil – na forma de antologias e/ou coleções – a autora mobiliza bibliografia significativa, relativa tanto às relações das manifestações poéticas com a história, já que se tratava de colecionar os primeiros escritos sobre o Brasil e lhes conferir organicidade, como aos embates que tiveram lugar para a definição dos mercedores de presença no inventário do passado literário da nação, pela busca do esclarecimento de suas histórias de vida. Tarefa difícil, tendo em vista o intento em diferenciar e destacar as manifestações literárias do Brasil em relação às de Portugal, e em encontrar documentos e informações biográficas de tempos remotos.

A problemática é trabalhada em termos da historicização do próprio conceito de nação à época, do projeto romântico, do conceito moderno de literatura e, também, pela perspectiva de que a história, no século XIX, definiu o lugar do empírico. Operação que transita entre história e esquecimento, na formação do panteão que historiaria a nação – a literatura é testemunho de existência e a escolha ocorre entre os melhores ou, muitas vezes, os simplesmente existentes. Ainda uma vez Varnhagen e o seu *Florilégio da poesia brasileira* constituíram material importante para a discussão dos pressupostos que presidiram os caminhos de definição de singularidades que pudessem dizer do Brasil em suas características históricas essenciais e genealógicas, além de trazer à luz debates e controvérsias que tiveram lugar na *Revista* do Instituto.

298

Ao abordar as relações entre biografia, memória e experiência da história, Oliveira recupera a intenção do IHGB quanto ao lugar declarado de guardião e crítico dos testemunhos do passado. Intenção problemática, dada a dupla colocação: estabelecimento fidedigno dos acontecimentos do passado e produção de sentido na sua narrativa. Tarefa avaliada pelos contemporâneos como crescentemente complexa: como lidar com a pluralidade de perspectivas, testemunhos e certificações, para pensar o ponto de vista do historiador e, mais do que isso, definir a verdade em história. Mais complexas, ainda, quando se aproxima a história do sentimento patriótico e, simultaneamente, se a arvora em estabelecadora da(s) verdade(s) do passado.

Finalizo por realçar o diálogo, por afinidades de interesse e interpretação, com autores que têm buscado a compreensão da complexidade abrigada no IHGB, em termos da produção intelectual sobre o Brasil no século XIX e os modos objetivados para a apreensão da sua história. Verifica-se, entre outras, a presença das pesquisas desenvolvidas por Lucia Paschoal Guimarães e, em especial, as de seus orientadores: Temístocles César (mestrado), que prefacia o volume com texto que merece atenção, e Manoel Luiz Salgado Guimarães

(doutorado), lembrado em dedicatória. Com os mesmos, Maria da Glória de Oliveira estabelece diálogo de aprendizado que revela, sem dúvida, a herança do rigor profissional de ambos, e, também, a autonomia adquirida no privilégio da convivência e troca intelectual.

## História vivida, história pensada

History lived, thought-out history

FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. Volume I: teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011, 206 p.

---

### Marcia Mansor D'Alessio

mardalessio@uol.com.br  
Professora livre-docente  
Universidade Federal de São Paulo  
Av. Higienópolis, 794/122  
01238-000 - São Paulo - SP  
Brasil

---

### Palavras-chave

Conhecimento histórico; Historiador; Historiografia.

### Keywords

Historic knowledge; Historian; Historiography.

300

---

Enviado em: 14/11/2012

Aprovado em: 26/11/2012

O professor Francisco José Calazans Falcon, referência do pensamento historiográfico e mestre de muitas gerações, apresenta uma coletânea de textos de sua autoria que, certamente, fará parte da história da historiografia brasileira, uma vez que, nela, mostra o desenrolar de seu pensamento sobre alguns dos vários temas por ele pesquisados e refletidos em sua prática no ofício de historiador.

Resulta difícil sintetizar os inúmeros temas trabalhados no espaço de uma resenha, dada a sua variedade. Nesse sentido, a opção foi destacar questões que sintetizam alguns dos problemas do conhecimento histórico que são, ao mesmo tempo, algumas das inquietações do autor. Trata-se de problemáticas que permeiam todos os textos, dando interessante organicidade ao trabalho como um todo. São elas: 1) o duplo significado da palavra "história"; 2) a crise da história; 3) o realismo histórico; 4) a pós-modernidade/totalidade-fragmentação; 5) a identidade da disciplina e de seu artífice na contemporaneidade.

Anunciada no primeiro texto exposto, esta é uma das assertivas estruturantes das reflexões: a aceleração do tempo, evidência assinalada pelos historiadores contemporâneos, complexifica a reflexão histórica e a construção do discurso historiográfico. Um saber que se dedica a observar o que já aconteceu defronta-se com a rapidez do acontecido, que dá a sensação de um presente eterno e torna fugidio tanto o próprio presente, quanto o pretendido passado. Daí a inquietação: qual o (tempo?) "regime de historicidade" do historiador contemporâneo? A esse impasse, acrescentar-se-á a ambiguidade, na expressão do autor, da palavra "história":

Entre a História concebida como processo ou acontecer real, espécie de devir geral das sociedades, ou seja, realidade imanente, ou transcendente, e a História entendida como um processo de conhecimento, ao mesmo tempo atividade cognoscitiva e produto dessa mesma atividade que se materializa geralmente em "textos" [...] (FALCON 2011, p. 15).

301

Essa preocupação, que é compartilhada por Falcon com Pierre Vilar, bastante citado nos textos, aparece em, praticamente, todas as reflexões do autor nesta coletânea. O reconhecimento dos dois significados da palavra "história" ganha ênfase com a introdução da noção de "representação" no vocabulário historiográfico. Essa introdução levanta uma indagação a respeito do lugar do "real" no conhecimento histórico, uma vez que o uso indiscriminado da noção de representação pode obscurecer o estatuto ontológico do passado. O recurso a essa ameaça está na busca da concretude dos acontecimentos, ou seja, na busca da realidade extradiscursiva.

O ponto de partida da análise da mencionada crise é a expressão "vazio de ideias", trazida pelo intelectual português Eduardo Prado Coelho para explicar a situação da cultura atual. A fórmula incita a polêmica em torno da objetividade/verdade no conhecimento histórico, já que alude a uma indefinição dos fundamentos que referenciam verdades, o que compromete o conhecimento histórico, ameaçando sua utilidade.

A ideia de "fim da história" é mais uma das manifestações do que seria a crise do saber histórico. Citando de maneira recorrente essa polêmica, Falcon

sugere sua posição por meio de uma instigante pergunta, formulada nestas bases: quando se fala em crise da história, de que história está se falando, da história-matéria ou da História-disciplina? A partir daí, o autor nega o fim da história, atribuindo essa sensação aos impasses encontrados pelo historiador atual a respeito da construção de seu próprio conhecimento em função da passagem de um tempo de certezas para um tempo de indefinições:

[...] como bem sentimos e sabemos, a História não chegou ao fim, se é que ela o possui. A História continua, pois os homens e suas sociedades continuam a existir. Não devemos misturar as coisas; não atribuímos à História problemas e perplexidades, insuficiências, sobretudo, que são exclusivamente nossos [...] Em termos mais claros: os obstáculos que enfrentamos em relação à História derivam quase que exclusivamente dos problemas e indefinições ora existentes dentro da Oficina do Historiador (FALCON 2011, p. 28).

Há movimentos na história produtores de fenômenos que marcam épocas, delimitam espaços, nominam situações vividas. Às profundas transformações dos séculos XVIII e XIX, situadas em uma região que abrigou países econômica e politicamente dominantes, os pensadores chamaram "modernidade", denominação emprestada de uma época anterior, classificada pela historiografia como Idade Moderna.

302

As práticas ou experiências históricas reconheceram o conceito e aceitaram o significado. Algumas pessoas enxergaram, por exemplo, a industrialização como um fenômeno produtor de situações "modernas". Assim, justifica-se o uso dessa datação – modernidade – pelo autor para discutir o que considera como contexto gerador de, pelo menos, duas possibilidades de abordagem disponíveis ao historiador: a analítico-explicativa e a hermenêutico-compreensiva.

A primeira constrói uma narrativa que obedece à lógica da temporalidade cronológica, ao investigar os componentes da modernidade a partir de seus "começos ou [...] origens na época que imediatamente a precede historicamente" (FALCON 2011, p. 40). A segunda "inverte a posição da primeira", o que é explicado como sendo metodologicamente a busca, pelo historiador, do reconhecimento, identificação e vivência da modernidade "pelos próprios atores históricos (indivíduos ou grupos sociais) nela e por ela envolvidos" (FALCON 2011, p. 40). E Falcon infere que: "Neste caso, torna-se fundamental investigar a semântica histórica, a produção literária e artística, o discurso político e o discurso historiográfico propriamente dito" (FALCON 2011, p. 40). Isso explica a fórmula por ele aplicada da abordagem "hermenêutico-compreensiva", o que abre a possibilidade de pensar a hermenêutica como um dos fatores responsáveis pela introdução da subjetividade e da sensibilidade no discurso historiográfico, uma das conquistas metodológicas do saber histórico do fim do século XX. Pode-se dizer, ainda, que é a perspectiva hermenêutica a que possibilita a historicização do fenômeno "modernidade", porque ela privilegia a existência e a consciência dos agentes históricos do fenômeno, os quais percebem a diferença e/ou a especificidade do momento histórico vivido. Ao estudar a modernidade, o autor estuda as metamorfoses na vivência da temporalidade, na relação dos agentes

históricos com o tempo (“regime de historicidade”) e no conceito de tempo no período situado no fim do século XVIII e no começo do século XIX.

Pode-se dizer que o “realismo histórico” é uma das grandes preocupações manifestadas, de uma forma ou de outra, nos textos aqui apresentados. Essa fórmula pode ser compreendida como uma aceitação, se não uma defesa, do estatuto ontológico da história-vivida (ou história-objeto, na expressão de Pierre Vilar). Está contemplada nessa discussão a questão da “verdade” (que já foi tratada, como visto, em outros momentos do texto) nos estudos históricos, negada por algumas tendências historiográficas sob o argumento da impossibilidade de atingi-la em função do objeto analisado não existir mais, porém seguidamente reafirmada pela maioria que a defende:

A escrita da história, produto de fatores múltiplos e complexos, como bem o sublinhou M. de Certeau, ao analisar a “operação historiográfica”, não renunciou, até agora, à antiga intenção de ser um conhecimento verdadeiro, de “dizer a verdade sobre aquilo que foi”, ou seja, ainda que se lhe possa questionar o caráter “científico”, a história (disciplina) não parece disposta a renunciar à sua diferença em face do discurso ficcional (FALCON 2011, p. 167).

Isso não implica a crença de uma verdade absoluta e/ou a-histórica; pelo contrário, o conceito de verdade, como todo fato cultural, foi sendo historicizado pelas reflexões epistemológicas.

Uma vez aceita a premissa de que o historiador busca a verdade da história, ficou cada vez mais estabelecido pela historiografia que o instrumento para atingi-la são as fontes documentais. Falcon historiciza a relação do historiador com as fontes e seu uso nos diferentes procedimentos metodológicos adotados, situando, inclusive, o realismo histórico na tendência historiográfica que ele chama de “modernista”.

Se a “historiografia moderna”, para usar a noção do autor, acreditou na correspondência entre discurso e elementos extradiscursivos, ou seja, na relação entre história-pensada e história-vivida, a visão pós-moderna trabalha em sentido contrário. Para os pós-modernos, a representação historiográfica não pode referenciar-se em algo fora dela, porque o passado é sempre imaginado, uma existência ausente, ele próprio uma representação. Poder-se-ia dizer que, nesse sentido, portanto, o discurso historiográfico é uma metarrepresentação. Assim, deixa de ter sentido a inquietação em torno do binômio real/representação, dada a impossibilidade de acesso ao que seria o real, o que leva à renúncia da busca da verdade histórica por ser considerada desnecessária e inútil.

A linguística vem sendo apontada como um dos principais fatores dessas metamorfoses na epistemologia da história. A expressão “giro linguístico” é indicativa do surgimento de um verdadeiro campo de reflexão, dada a importância das questões colocadas pela surpreendente relação da história com a linguística.

Não é mera coincidência a simultaneidade entre o surgimento de posturas pós-modernas e a fragmentação do discurso historiográfico. Pelo contrário, este conjunto de transformações ontológicas e epistemológicas que se entende como pós-modernidade incide sobre a escrita da história.



Duas questões chamam a atenção, dentre os muitos fatores analisados por Falcon para explicar a fragmentação da historiografia: a rejeição da ideia de totalidade, fechando, neste aspecto, a era do iluminismo e o retorno do sujeito, agora observado cuidadosamente na realidade e descrito detalhadamente no discurso. Ainda há, segundo o autor, nessa volta do sujeito como agente histórico, a revalorização do papel do historiador na composição de seu discurso, o que reforça a mencionada fragmentação:

A hipertrofia do sujeito-historiador torna-o a única instância de decisão a respeito da validade de um tema de pesquisa e do tipo de discurso mais adequado: problemas, métodos e resultados são sempre da exclusiva alçada do historiador: logo a fragmentação é inevitável (FALCON 2011, p. 177).

Francisco Falcon considera que não foi a diversidade de objetos investigados o que comprometeu a identidade do saber histórico, mas a grande especialização dos campos construídos para investigação. O resultado foi que cada temática busca sua própria legitimação no universo da pesquisa. Poder-se-ia acrescentar que essa busca se faz, dentre outras formas, pelas diferentes parcerias da história com outros saberes, o que resulta na multiplicação de procedimentos metodológicos. Essas múltiplas articulações provocam tensões e disputas, trazendo uma dupla hesitação: em relação ao fazer histórico e em relação à identidade do historiador:

304

Em face de tantas variações sobre o mesmo tema – a História – os conflitos são de certa maneira inevitáveis uma vez que cada tendência constitui um microcosmo cuja visão do ofício do historiador raramente se ajusta às demais. Logo, é a própria identidade do historiador que se fragmentou (FALCON 2011, p. 68).

Pelos limites de uma resenha, este levantamento de questões visou apenas a apresentar algumas das reflexões de um autor cuja obra sempre revela o “estado da arte” nos estudos históricos e que, há muito, orienta os caminhos da historiografia brasileira. A importância das questões analisadas e a plenitude das reflexões sobre elas são um convite à leitura deste livro, que aparece para enriquecer o estudo da escrita da história.

# O passado irrevogável na justiça de transição

The irrevocable past in transitional justice

BEVERNAGE, Berber. *History, memory and state-sponsored violence: time and justice*. New York/London: Routledge, 2011, 250 p.

---

**José Antonio Vasconcelos**

vasconcelos@usp.br

Professor

Universidade de São Paulo

Rua Geremia Lunardelli, 401 - Jd. Peri Peri

05537-100 - São Paulo - SP

Brasil

---

## Palavras-chave

História do tempo presente; Memória coletiva; Tempo histórico.

## Keywords

History of present time; Collective memory; Historical time.

305

---

Recebido em: 9/10/2012

Aprovado em: 10/1/2013

Berber Bevernage é atualmente pesquisador pós-doutorando na Universidade de Ghent, na Bélgica. Nesta mesma universidade defendeu uma tese de doutorado que foi publicada com o título de *History, memory and state-sponsored violence*. Numa passada rápida de olhos pelo sumário, e a julgar pelo título da obra, poderíamos ser levados a crer que é antes de tudo um livro sobre a justiça de transição e o estabelecimento de “comissões da verdade”. A atualidade e importância dessa discussão são particularmente evidentes no cenário político brasileiro atual, já que um órgão dessa natureza foi oficialmente instalado em maio de 2012 e encontra-se assim em plena atividade. Porém, embora o livro descreva e comente com certo nível de profundidade três contextos de justiça de transição – as *Madres de Plaza de Mayo*, na Argentina, o legado do *Apartheid* na África do Sul, e os dilemas do período pós-revolucionário em Serra Leoa – estes não constituem o foco da obra, mas são tomados como instâncias a partir das quais Bevernage desenvolve algo mais fundamental: uma teoria da história fundada no conceito de passado irrevogável (*irrevocable past*).

306

Esse conceito, na verdade, remete à obra do filósofo francês Vladimir Jankélévitch acerca da temporalidade e de nossa relação com o passado. À irreversibilidade do passado, isto é, a uma experiência do passado como algo que não pode ser reatualizado e tampouco alterado, Jankélévitch opõe o passado irrevogável, um passado que de alguma forma permanece no presente e do qual não podemos nos desvencilhar por um simples ato da vontade. Bevernage relaciona o primeiro tipo de experiência à história, enquanto o segundo seria pressuposto pelo direito.

Exemplo de irrevogabilidade do passado seria a responsabilidade imputada a criminosos: um crime ainda não prescrito constitui uma ação que tomou lugar no passado, mas dele decorre uma culpa que permanece no presente, e que só pode se tornar pretérita sob a condição de que seu autor seja trazido à justiça e cumpra a pena devida. Trata-se, é claro, de uma concepção de justiça como um sistema de trocas, alvo de inúmeras e consistentes críticas, mas que, não obstante, serve a Bevernage como uma maneira possível de se pensar a questão do tempo em relação à jurisprudência. Esse é o caso de levantes revolucionários que, quando vitoriosos, estabelecem tribunais para julgar e punir os responsáveis por abusos do regime que foi derrubado. Trata-se de ações no presente que visam estabelecer um corte temporal que possa eliminar ou ao menos reduzir uma perturbadora presença do passado no presente.

Porém, lembra Bevernage, na maioria das vezes, nas nações que se tornaram democráticas depois de um período de governo autoritário, a democracia foi conquistada em grande parte a partir de processos de negociação. Nesses casos as instituições democráticas se estabelecem geralmente com a ressalva de que os que ocupavam posição de mando no regime anterior não sofram represálias, que seus crimes sejam perdoados e esquecidos. Anistia e amnésia social seriam as duas faces da mesma moeda. Essa fórmula, contudo, não se dá sem um flagrante paradoxo:

Porque esses dois imperativos [justiça e reconciliação] frequentemente parecem opostos, os comentadores têm falado de uma “escolha do diabo” ou um “dilema da justiça transicional”: reparar a injustiça histórica e assim assumir o risco da discórdia social, desestabilização e retorno da violência; ou almejar um presente e futuro democráticos e pacíficos para a “desvantagem” das vítimas de um passado sombrio? (BEVERNAGE 2012, p. 7).

Nem mesmo a passagem do tempo, necessária para o trabalho do luto e superação das memórias traumáticas, seria suficiente, segundo Bevernage, para dar conta desse paradoxo. Para justificar essa afirmação, ele se remete a Michael Ignatieff, historiador e político canadense, segundo o qual “os crimes jamais podem ser seguramente fixados no passado: eles permanecem num presente eterno clamando por vingança” (IGNATIEFF *apud* BEVERNAGE 2012, p. 13). Evidência disso, de acordo com Ignatieff, seriam as referências que a Guerra Civil Iugoslava teria feito a conflitos anteriores, que datariam de 1841, 1841 ou mesmo 1441. Acrescentando outros exemplos, Bevernage argumenta que estaríamos vivendo num novo *regime d’historicité*, para usar o conhecido conceito de François Hartog, e que uma nova consciência histórica estaria promovendo cada vez mais a permanência de memórias traumáticas.

Diante do impasse entre justiça e reconciliação, e convicto de que a mera passagem do tempo não é capaz de solucionar esse dilema, Bevernage considera o estabelecimento de comissões de verdade como uma terceira via: seu papel seria o de fazer com que a sociedade assumisse um compromisso de que os crimes do passado não fossem esquecidos, sem que isso resultasse necessariamente na punição dos criminosos. Trata-se da possibilidade de uma anistia “anamnestética”, isto é, de uma reconciliação que reconheça as injustiças praticadas no passado, mas que ao mesmo tempo opere um corte entre o presente e o passado, de modo essas injustiças pretéritas não permaneçam “assombrando” (*haunting*) o presente e comprometendo o futuro. Em outras palavras, trata-se de substituir o passado irrevogável da jurisprudência pelo passado irreversível da história. “Essa perspectiva”, afirma Bevernage,

nos permite apreender uma dimensão da história que excede sua função tradicional de representar o passado, procurar a verdade ou gerar significado. Em relação a uma modernidade ameaçada pelo irrevogável, a história é útil por uma propriedade [...] que é frequentemente negligenciada: a de regular a distância temporal (BEVERNAGE 2012, p. 15).

Contudo, se em tese as comissões de verdade se apresentam em princípio como uma alternativa viável para a aporia justiça/reconciliação, na prática a superação de um passado irrevogável revela ser um empreendimento por vezes irrealizável. É esse o caso, por exemplo, da resistência ao luto, e conseqüentemente à perlaboração dele decorrente, manifestada no movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, com seu *slogan* “*Aparición con vida*”. Nesse sentido as Madres repudiam não somente a relativa impunidade das juntas militares, como também os trabalhos da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de*

*Personas*, especialmente pelo propósito desta em dar um “fechamento” à questão. Disso Bevernage conclui que a

a recusa das *Madres* em desempenhar o trabalho de luto, sua resistência ao fechamento, e sua alegação de que *desaparecidos* fantasmagóricos jamais serão um assunto do passado constitui um ataque frontal às concepções modernas predominantes de tempo e história (BEVERNAGE 2012, p. 45).

Essa dicotomia entre a tese de um papel “redentor” da verdade histórica e a persistência do passado irrevogável na memória coletiva é ainda mais evidente no contexto da *Truth and Reconciliation Commission* (TRC), a comissão da verdade estabelecida na África do Sul entre 1996 e 2006. A TRC repercutiu no cenário internacional tanto como “uma inovação legal quanto uma solução para os duros dilemas envolvidos no trato com o passado doloroso de situações pós-guerra” (BEVERNAGE 2012, p. 46). Mas essa aparente “história de sucesso” no cenário internacional é também alvo de inúmeras críticas, especialmente em âmbito doméstico. Em primeiro lugar, os trabalhos da comissão enfrentaram constrangimentos legais e políticos que tornaram a publicação dos resultados muito menos reveladora do que o esperado. Na prática, efetuou-se apenas o reconhecimento oficial daquilo que já havia sido bastante explorado pela mídia e que àquela altura havia se tornado quase senso-comum. Em segundo lugar, o TRC “usava de um lado uma linguagem estritamente positivista, e de outro às vezes alargava seu conceito de verdade de modo a incluir verdades pessoais, sociais, curativas e restaurativas, que geralmente são estranhas aos historiadores profissionais” (BEVERNAGE 2012, p. 55). Aliás, é sintomática a ausência de historiadores entre os membros da Comissão da Verdade e Reconciliação sul-africana. Além disso, há questionamentos acerca da legitimidade de uma comissão que “perdoa” criminosos sem incorporar nesse processo a participação de sobreviventes da violência e de familiares das vítimas.

Em seguida Bevernage apresenta o caso de Serra Leoa. Ali o estabelecimento de uma comissão da verdade, após um período de guerra civil que se estendeu de 1991 a 2002, apresenta dificuldades e paradoxos ainda maiores em comparação com as comissões homólogas na Argentina e na África do Sul, tendo em vista a realização de um projeto de justiça de transição e da superação de um passado irrevogável.

Em primeiro lugar há de se considerar a fragilidade do acordo de paz de Lomé, assinado em julho de 1999, que já previa a criação de uma comissão da verdade. Como ainda persistiam tensões que podiam reacender o conflito, os trabalhos da comissão eram vistos com suspeita pela população de Serra Leoa, pois se temia que a lembrança das atrocidades cometidas, mesmo sob a forma de um “passado irreversível da história”, despertasse animosidades latentes. Em segundo lugar, a atuação conjunta de uma instância jurídica com poder punitivo, o Tribunal Especial para Serra Leoa, criava um contexto no qual, em determinadas situações, a Comissão de Verdade e Reconciliação passava ser vista como uma paródia do primeiro, isso sem mencionar o fato de que muitas

testemunhas tinham o receio de que seus depoimentos na comissão fossem utilizados para incriminá-los no tribunal. Em terceiro lugar, as atividades da Comissão de Verdade e Reconciliação de Serra Leoa envolviam em diversas ocasiões uma relação bastante direta com rituais religiosos de inspiração animista, de modo que a proposta de superação do passado irrevogável se fazia de forma bastante ambígua, a meio caminho entre o mito e a história. É importante notar que, tal como a comissão sul-africana, a comissão de Serra Leoa não tinha historiadores entre seus integrantes. E finalmente, e talvez o mais importante, é que a Comissão de Verdade e Reconciliação de Serra Leoa desenvolvia seus trabalhos sem estar em sintonia com as expectativas das vítimas e sobreviventes. De acordo com Bevernage:

A necessidade de ajuda financeira ou compensação material obviamente era a razão para que muitas vítimas e sobreviventes se dirigissem à comissão. Ao fim de quase todos os testemunhos perguntava-se aos membros da comissão o que eles planejavam fazer para mudar o estado de contínua escassez das vítimas. Geralmente os membros da comissão reagiam a estas questões argumentando que o ganho do testemunho é psicológico, que a comissão ajuda a assegurar que o passado nunca retorne, que sua missão é ajudar as comunidades mais que os indivíduos, e que o progresso da nação é o mais importante (BEVERNAGE 2012, p. 78).

Além utilizar um tom paternalista, ao final dos trabalhos, os membros da comissão solicitavam às vítimas que “esquecessem o passado”, um grande paradoxo, considerando que o objetivo primordial de um órgão dessa natureza seria exatamente o da reconciliação por meio do reconhecimento da verdade e da criação de um registro histórico. Afinal, não seriam tarefas da comissão reverter e/ou prevenir a injustiça ocasionada pela anistia associada à amnésia social?

O trabalho de Bevernage traz uma contribuição significativa não só aos debates sobre teoria da história, como também aos estudos sociológicos da memória, em especial por sua problematização do tempo e da relação entre o passado e o presente na historiografia e na memória social. No campo da teoria da história é possível associar a obra de Bevernage a estudos como os de François Hartog, que problematiza a questão do tempo histórico, ou de Henry Rousso, que tematiza a história do tempo presente. Mas Bevernage estabelece estreitos laços também com a sociologia, remetendo-se, como seria de esperar, ao conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, mas também a autores mais recentes, como Yosef Yerushalmi, que trata da tensão entre história e memória na representação judaica do passado, ou Jeff Olick, que evidencia a emergência de uma política do arrependimento, enfatizando a atual importância do reconhecimento coletivo dos erros pretéritos como condição para um “acerto de contas” com o passado.

A originalidade de Bevernage em relação às demais obras que tratam do entrecruzamento entre tempo, história e memória reside em seu uso do conceito de passado irrevogável para entender os contextos de justiça de transição. Nesse sentido, *History, memory and state-sponsored violence* constitui um importante modelo de investigação, pois articula permanentemente

os conceitos que apresenta e desenvolve a situações históricas particulares. Assim, a argumentação teórica se torna mais didática e, ao mesmo tempo, mais consistente. Esse modo de argumentação traz a vantagem adicional de ser mais atraente a historiadores que reclamam do caráter excessivamente abstrato de muitas das pesquisas no campo da teoria da história.

A despeito de seus méritos, que não são poucos nem pequenos, a obra de Bevernage apresenta, senão insuficiências, ao menos alguns aspectos incongruentes com a proposta geral de sua tese. Até aproximadamente metade do livro o autor desenvolve uma reflexão sobre a relação entre os conceitos de “passado irrevogável” e “passado irreversível” a partir da análise dos trabalhos de comissões da verdade em diferentes países. Mas, numa segunda parte, o livro assume um tom mais didático, elucidando conceitos – historicismo, modernismo e secularismo – e discutindo autores – Braudel, Collingwood, Ernst Bloch, Althusser, Freud, Gennep e Derrida –, tudo isso de forma bastante esquemática, para ao fim justificar sua preferência teórica pela abordagem desconstrucionista e pós-estruturalista de Derrida. Mas, se é assim, porque as ideias de Derrida não foram incorporadas à discussão sobre os contextos de justiça de transição e comissões da verdade? Ou por que, após argumentar em favor da desconstrução derridiana, Bevernage não remete o leitor novamente às *Madres* da Argentina ou às comissões da verdade e reconciliação da África do Sul e de Serra Leoa, relendo essas instâncias de justiça de transição à luz de *Spectres de Marx* ou *Mémoires – pour Paul de Man*?

310

Bevernage salienta que os contextos de justiça de transição possibilitam pensar a história de modo muito pouco convencional, pois, enquanto os historiadores acadêmicos em geral estudam o passado para salvá-lo do esquecimento, as comissões da verdade produziram conhecimento histórico como uma forma de estabelecer um corte ou distanciamento em relação a um passado lembrado em demasia.

Mas será mesmo que a representação do passado realizada ou pelo menos almejada pelas comissões da verdade pode ser chamada de história? Sem ambiguidade? Se é sensato afirmar que “a memória manifesta uma estrutura temporal radicalmente diferente daquela da historiografia acadêmica” (BEVERNAGE 2012, p. 14), isso não torna necessária a tese de que toda representação que pretenda um corte ou distanciamento em relação ao passado seja historiográfica. A pesquisa acadêmica demanda, além de determinada estrutura temporal, uma série de pressupostos teóricos e metodológicos de modo que as questões possam ser partilhadas e debatidas no âmbito de uma argumentação lógico-conceitual, e só nesse sentido é pertinente chamá-la de História como categoria distinta da memória. Os resultados dos trabalhos das comissões da verdade, priorizando aspectos éticos e políticos em detrimento do rigor conceitual e, como no caso de Serra Leoa, invocando “espíritos dos mortos”, pertencem ao domínio da memória social, mas não da história propriamente dita.

Uma última questão, que se coloca não tanto como crítica às ideias de Bevernage, mas como sugestão de avanço sobre suas reflexões, tem a ver com a tese da “permanência” do passado irrevogável. Se é inegável que

eventos traumáticos permaneçam na memória social por um período difícil de determinar, deve-se levar também em consideração que as lembranças desses eventos podem ser continuamente reatualizadas e até mesmo reinventadas em função de fatores atuando no presente. Em outras palavras, o trauma associado à representação de uma experiência de violência no passado pode, como pensa Bevernage, se remeter a um passado irrevogável que se estende continuamente da experiência passada ao presente vivido. Mas pode se tratar também de uma representação traumática inventada no presente e que toma como referente um acontecimento passado, ainda que não exista uma continuidade entre ambos. Para utilizar um exemplo do próprio Bevernage, será que a referência da Guerra Civil Iugoslava às campanhas militares de 1441 implica na permanência de uma memória coletiva ou na ressignificação de um contexto histórico do passado à luz das experiências vividas no presente? E essa insistência do passado em não passar, essa resistência à perlaboração que Bevernage identifica no mundo contemporâneo, será que não se trata aí também de uma contínua reinvenção e ressignificação do passado a cada novo presente, muito mais do que a permanência de um passado irrevogável?

De um modo geral o livro de Bevernage é resultado de uma pesquisa extensa e competente, que se apresenta na forma de uma argumentação inteligente e estimulante. Nesse sentido, se há na obra aspectos incongruentes ou insuficientemente desenvolvidos, como os esboçados acima, isso se dá principalmente em função do amplo escopo da pesquisa. Sem dúvida se trata de uma contribuição importante para os atuais estudos em teoria da história, se afastando dos temas mais frequentemente explorados, como objetividade, cientificidade ou narrativa, mas ao mesmo tempo criando e/ou problematizando novos conceitos, articulando-os a contextos históricos específicos e remetendo-se a autores e ideias fundamentais na área.



# Texto e documento historiográfico

historiographical text  
and document

# Um verbete jamais publicado na Enciclopédia: “História”, de Marmontel

A Never Published Entry in the Encyclopédie: Marmontel’s “History”

---

## **Daniela Kern**

daniela.kern@ufrgs.br

Professora adjunta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Senhor dos Passos, 248

90020-180 - Porto Alegre - RS

Brasil

---

## Palavras-chave

História da historiografia; História da França; Historiografia francesa.

## Keywords

History of historiography; France history; French historiography.

Enciclopedista, dramaturgo, poeta, contista, romancista, historiador e filósofo que obteve grande reconhecimento na Europa do Século das Luzes, Jean-François Marmontel (1723-1799),<sup>1</sup> em meados da década de 1750, era um dos frequentadores do célebre Salão Holbach, ponto de encontro de intelectuais iluministas como Diderot, Rousseau, Melchior Grimm, Helvetius, Buffon e Morellet. De Diderot, em especial, tornou-se amigo. A pedido dele e de outro amigo ainda mais próximo, d'Alembert, passou a colaborar com artigos sobre literatura para a *Encyclopédia*. O projeto da *Encyclopédia* enfrentou uma série de obstáculos, e a colaboração teve de ser interrompida. No entanto, conforme destaca Cardy (1978), Marmontel continuaria contribuindo com outros projetos de enciclopédia, como o *Supplément de l'Encyclopédie* (1776-1780) e a *Encyclopédie Méthodique* (1782-1832). Sua colaboração na área da literatura se justificava, entre outros motivos, pelo respeito de que então gozava como dramaturgo. O grande sucesso da estreia, obtido com a peça *Denys le Tiran* (1748), seria repetido anos mais tarde, com *Bélisaire* (1767). Ao explorar o drama do guerreiro bizantino que, sob as ordens do imperador Justiniano (483-565), fora supliciado e ficara cego, Marmontel pretendia combater a intolerância religiosa, como ele mesmo deixou claro mais tarde, em suas *Memórias*: "É aos negros fantasmas da superstição, é aos monstruosos horrores do fanatismo que Belisário recusa sua crença" (MARMONTEL; TOURNEAUX 1891, p. 290). Tal projeto de combate à intolerância seria retomado com a publicação, em 1778, da novela *Les incas*, na qual corroborou o ponto de vista de Las Casas ao condenar veementemente a perseguição dos índios da América pelos colonizadores europeus.

314

Paralelamente à carreira literária, Marmontel galgou diversas posições no *Ancien Régime*, que demandavam sua atuação, seja como homem de letras, seja como historiador: foi nomeado *Secrétaire des Bâtiments du Roi* em 1753, membro da *Académie Française* em 1763, historiógrafo da França em 1771, secretário perpétuo da *Académie Française* em 1783, *Historiographe des Bâtiments* em 1785 e, por último, catedrático de História no recém-criado *Lycée*, em 1786.

No ano de 1787, com uma carreira polivalente nas áreas de Literatura e História já estabilizada, Marmontel reúne, em *Éléments de Littérature*,<sup>2</sup> o conjunto de verbetes sobre literatura que havia publicado nos vários projetos de enciclopédia dos quais participara. A esses acrescenta mais alguns novos, caso de "História". Que um verbete sobre história figure entre outros tantos sobre literatura é fato digno de nota, e essas aproximações disciplinares se

<sup>1</sup> Tendo em vista que a fortuna crítica de Marmontel não é muito extensa, continuam sendo de grande valia os seguintes levantamentos bibliográficos, publicados na década de sessenta: VALETTE 1964; RENWICK 1965. Na última década, a partir da comemoração do bicentenário da morte de Marmontel, estudos sobre ele ganharam novo impulso. Cf. especialmente JOURDAN; MEERHOFF 1999; RENWICK 2001; WEGNER 2003.

<sup>2</sup> A obra foi muito apreciada em sua época e mesmo ao longo do século XIX. Morellet não poupou elogios: "Os *Elementos de literatura* são nesse gênero o mais bem feito livro que existe em qualquer língua". Saint-Beuve reforça o coro quando escreve que "Não há nada de melhor do que seus artigos na *Encyclopédia* que foram recolhidos sob o título de *Elementos de literatura*". Cf. MORELLET 1822, p. 499; SAINT-BEUVE s. d., p. 536. Saint-Beuve, Brunetière e Riballier, deixando clara a marcada mudança de gosto ocorrida após a Revolução, irão defender, aliás, que, de toda a obra de Marmontel, apenas as *Memórias* continuariam a merecer leitura. Cf. SAINT-BEUVE s. d., p. 515; BRUNETIÈRE 1911, p. 247; RIBALLIER 1920, p. 512. Análises contemporâneas da atuação de Marmontel como teórico da literatura podem ser encontradas em SAINT VICTOR 1971; CARDY 1982.

confirmam em outros verbetes da obra, como no caso daquele sobre a arenga histórica no qual Marmontel discute, retomando um tópico já bastante trabalhado por historiadores anteriores (Cf. GRAFTON 2007), a conveniência ou não de o historiador “ceder a palavra a seus personagens” (MARMONTEL 1825a, p. 1),<sup>3</sup> isto é, imaginar como teriam sido os diálogos entabulados por eles em acontecimentos históricos cruciais.

No verbete “História”, Marmontel, aproveitando as leituras de Horácio, Cícero e Tito Lívio (Cf. MARMONTEL; TOURNEAUX 1891, p. 19) que realizara na juventude, quando ainda estudava com os jesuítas, ocupa-se principalmente com questões de estilo de escrita histórica e com o posicionamento ético do historiador perante os fatos narrados. Nesse sentido, sua abordagem difere bastante da empregada por Voltaire no verbete “História”, este último, sim, publicado na *Enciclopédia*. Enquanto Marmontel se detém com mais vagar em exemplos de estilo tirados de Tácito e Tito Lívio, apontando as fragilidades da escrita contemporânea da história, sem cogitar o uso de outras fontes pelo historiador que não as textuais, Voltaire se ocupa com a distinção entre história e mito (Cf. VOLTAIRE 1765, p. 220-221) e com a especulação sobre a utilidade ou não dos objetos de antiquário, dos monumentos, como fontes para a pesquisa histórica.<sup>4</sup> Também põe em xeque a expectativa de certeza na história: “Toda certeza que não é demonstração matemática não passa de uma extrema probabilidade. Não há outra certeza histórica” (VOLTAIRE 1765, p. 223). Marmontel reforça essa afirmação, pois compartilha com Voltaire a leitura atenta da obra de Pierre Bayle. Pelo menos mais um ponto Marmontel e Voltaire apresentam em comum em seus respectivos verbetes: a ideia de que a história é uma arte do espírito e de que, como tal, poucos são os artistas capazes de bem executá-la.

A concepção eminentemente textual de história proposta por Marmontel –, talvez um bom representante do que R. G. Collingwood (1994) chamava, em tom irônico, de historiador de cola e tesoura – apresenta, no entanto, algumas peculiaridades interessantes. Uma delas é a tentativa de definição das características específicas da escrita histórica. A tarefa do historiador, antes de mais nada, difere da do poeta. Aquele busca a verdade, enquanto este objetiva seduzir através da exploração do patético. O historiador ideal é cosmopolita, sem paixões, nem mesmo as nacionalistas (exceção aberta, talvez, à paixão pelo combate à tirania e à mistificação), pois apenas assim atingirá o seu objetivo, que é a elaboração de um relato o mais próximo possível da verdade pela escolha de eventos de interesse universal que, ao mesmo, tempo despertem a atenção e sirvam como exemplo, dentro do espírito da *historia magistra vitae* (Cf. KOSELLECK 2006, p. 42). O historiador é também escritor, e Marmontel recorre significativamente aos dois termos para se referir a ele. Como escritor,

315

<sup>3</sup> Todas as traduções de trechos de obras cujos títulos constam em francês nas “Referências” foram realizadas pela autora.

<sup>4</sup> Para Voltaire, um monumento se torna fonte confiável apenas quando um documento contemporâneo confirma as informações que ele contém. Ele indica ainda os três únicos conjuntos de “peças de antiquário” que julga conter informações fidedignas: os registros astronômicos da Babilônia (enviados à Grécia por Alexandre e consultados por Ptolomeu para o Almagesto); o eclipse central do Sol calculado na China; e os mármores de Arundel, particularmente as crônicas de Paros (c. 260 a.C.), que contam a história de Atenas entre 1582 e 354 a.C. Cf. VOLTAIRE 1765, p. 221.

o historiador precisa ainda ter consciência do grau de conhecimento histórico de seus leitores potenciais: o modelo de escrita de Tito Lívio, por exemplo, é recomendado àqueles com pouco conhecimento, e o de Tácito, aos já iniciados.

Tornou-se uma constante crítica afirmar que Marmontel apenas organizou as ideias sobre a história correntes em seu tempo.<sup>5</sup> Brunetière (1849-1906) chegou a escrever que “Quando se trata de Marmontel [...] nele não podemos levar a sério nem o filósofo, nem o político, nem o historiador” (BRUNETIÈRE 1911, p. 267). Saint-Beuve (1804-1869) definiu ainda, com alta dose de humor, uma característica narrativa de Marmontel que o tornaria pouco confiável como historiador: essa tendência a alterar o teor dos acontecimentos narrados, “o hábito de ver as coisas de um modo um pouco diferente do que são, de pintá-las com um certo colorido benevolente e amolecido que não é sua cor justa [...], essa disposição do autor a *Marmontelizar* a natureza” (SAINT-BEUVE s. d., p. 524). Nas últimas décadas, no entanto, tudo indica que a sorte de Marmontel, até então considerado um “escritor de segunda ordem” (CARDY 1978), começou a mudar. Após a chamada “virada linguística”, quando as discussões sobre o caráter literário e ficcional da escrita da história ganham fôlego, uma volta aos *Éléments de Littérature* de Marmontel e, especificamente, ao verbete “História” aqui apresentado pode, quem sabe, oferecer novos argumentos para o pensamento sobre os limites nem sempre claros entre a escrita da literatura e aquela da história.

## 316 Referências bibliográficas

- BRUNETIÈRE, Ferdinand. Les Mémoires d'un homme heureux. In: \_\_\_\_\_. **Études Critiques sur l'Histoire de la Littérature Française**. Sixième Série. 3<sup>a</sup> ed. Paris: Librairie Hachette, 1911, p. 247-268.
- CARDY, Michael. **The literary career of Jean-François Marmontel**. Oxford: Voltaire Foundation, 1982.
- \_\_\_\_\_. The Rehabilitation of a Second-rate Writer: Jean-François Marmontel. **University of Toronto Quarterly** 48, p. 163-171, 1978.
- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- GRAFTON, Anthony. **What Was History?** The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- JOURDAN, Annie; MEERHOFF, Kees. **Mémorable Marmontel: 1799-1999**. Amsterdam; Atlanta: Éditions Rodopi, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.
- LENEL, Scipion. **Un homme de lettre au XVIIIe siècle**: d'après des documents nouveaux & inédites. Paris: Librairie Hachette, 1902.

<sup>5</sup> Lenel, por exemplo, argumenta que o artigo de Marmontel, mesmo tendo pouco em comum com o de Voltaire, nada diz de novo. Cf. LENEL 1902, p. 403, n. 3.

MARMONTEL, Jean-François. Harangue historique. In: \_\_\_\_\_. **Éléments de Littérature**. T. III. Paris: Verdière Libraire, 1825a, p. 1-9.

\_\_\_\_\_. Histoire. In: \_\_\_\_\_. **Éléments de Littérature**. T. III. Paris: Verdière Libraire, 1825b, p. 42-82.

\_\_\_\_\_; TOURNEAUX, Maurice (Ed.). **Mémoires de Marmontel**. Paris: Librairie des Bibliophiles, 1891. T. I, II, III.

MORELLET, André. Sur Marmontel. In: **Mémoires sur le dixhuitième siècle et sur la Révolution Française**. 2<sup>a</sup> ed. Paris: Baudouin, 1822, p. 498-500. T. II.

RENWICK, John. **Jean-François Marmontel: 1723-1799: dix études**. Paris: H. Champion, 2001.

\_\_\_\_\_. Marmontel: A Bibliographical Addition 1900-1960. **MLN**, Baltimore, v. 80, n. 50, p. 623, dec. 1965.

RIBALLIER, L. Un adversaire des Encyclopédistes. La querelle de «Bélisaire». **Revue des Études Historiques**, Paris, Année 86, p. 505-527, oct. déc. 1920.

SAINT-BEUVE, C. A. Mémoires de Marmontel. In: \_\_\_\_\_. **Causeries du Lundi**. Tome quatrième. 4<sup>a</sup> ed. Paris: Garnier Frères, s. d., p. 515-538.

SAINT VICTOR, Pierre. Le concept de littérature dans l'Encyclopédie. **The French Review**, Carbondale, v. XLIV, n. 6, p. 1057-1066, may 1971.

VALETTE, Rebecca M. Marmontel: A Comprehensive Bibliography 1900-1960. **MLN**, Baltimore, v. 79, n. 50, p. 552-553, dec. 1964.

VOLTAIRE. Histoire. In: **Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres**. Neufchastel: Chez Samuel Faulche & Compagnie, Libraires & Imprimeurs, 1765, p. 220-225. Tome Huitième (H-IT).

WEGNER, Jacques. **Marmontel: une rhétorique de l'apaisement**. Louvain, Paris & Dudley: Éditions Peeters, 2003.

## História\*

Jean-François Marmontel

História. Cícero<sup>1</sup> a definiu: "O testemunho dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a escola da vida, a mensageira da Antiguidade" (De Or. I. 2). Temos aí nada mais do que o desenvolvimento da ideia que todos possuímos, ao menos confusamente, deste grande meio de ligar pela lembrança as gerações e as eras. Mas o quanto esta ideia se torna mais sensível a todos os espíritos, e de quanto reconhecimento não nos comovemos pelos serviços que as letras prestam ao gênero humano, quando passamos os olhos pelo quadro de sua existência?

Vemos inicialmente o mundo inteiro coberto de trevas impenetráveis, e as nações espalhadas pela superfície da terra, não apenas desconhecidas umas para as outras, mas desconhecidas para si próprias, a passar sem deixar vestígios, e a se precipitar sucessivamente de era em era, neste imenso abismo do esquecimento.

318

Vêm os tempos em que o Egito, a Fenícia, a Caldéia, inventam a arte de conservar de sua existência passada alguns traços de recordação. O pequeno povo da Palestina possui também, nos livros santos, os títulos de sua origem e o relato de suas aventuras. Mas esses primeiros luars da *história* iluminam aqui e ali apenas alguns pontos isolados do espaço. É somente quinhentos ou seiscentos anos depois de Moisés e Josué que, nos poemas de Homero, a *história* começa a propagar alguma claridade falha e duvidosa sobre a Grécia, sobre a Frígia,<sup>2</sup> e sobre as costas do Oriente; e ainda cinco séculos se passarão antes que a própria Grécia brilhe com mais fulgor.

É aí que ela aparece enfim como um astro cujos raios se estendem sobre regiões distantes. É através dos gregos que o Egito é conhecido; e ao mesmo tempo em que seus exércitos penetram na Ásia, a *história*, que os acompanha, revela ao mundo o segredo da existência dos impérios que, do Nilo ao fundo do Euxin,<sup>3</sup> sucederam-se um ao outro, sem que nem seu esplendor, nem o ruído de sua queda tenha ainda advertido a Europa dessas grandes revoluções. Mas enquanto os empreendimentos de Xerxes, a campanha de Xenofonte,<sup>4</sup> as

\* Publicado originalmente em MARMONTEL, Jean-François. Histoire. In: \_\_\_\_\_. *Éléments de Littérature*. Paris: Verdrière Libraire, 1787. Traduzido de MARMONTEL, Jean-François. Histoire. In: \_\_\_\_\_. *Éléments de Littérature*. T. III. Paris: Verdrière Libraire, 1825. p. 42-82. Tradução e notas de Daniela Kern.

<sup>1</sup> *Marcus Tullius Cicero* (103 a.C.-43 d.C.): advogado, filósofo e homem de estado romano, foi um grande orador e defendia o regime republicano. Entre suas obras, destacam-se as *Verrinas* (sete discursos contra Verres), as *Catilinárias* (discursos contra Catilina), os tratados filosóficos *Res Publica*, *De Legibus*, *De Natura*, e tratados sobre oratória como *De Oratore*. É especialmente admirado pelos Enciclopedistas.

<sup>2</sup> *Frígia*: antigo reino fundado no século VIII a.C. e situado no centro-oeste da Anatólia, atual Turquia. Após ser invadida e destruída por cimérios em 690 a.C., a Frígia foi dominada por vários povos, dos persas aos romanos.

<sup>3</sup> *Euxin*: o atual Mar Negro, situado entre o sudeste da Europa e a Ásia Menor.

<sup>4</sup> *Xerxes* (c. 519-c. 466 a.C.): filho de Dario, rei persa que havia perdido para os gregos, em 490 c.C., a

guerras de Alexandre, dão a conhecer a Pérsia e a Índia, o vasto continente do Norte resta coberto por uma profunda noite; e os Bretões, os Germanos, os Galeses, apenas sabem do passado o que lhes foi transmitido nas canções de seus poetas. “Carminibus antiquis”, diz Tácito,<sup>5</sup> “quod unum apud illos memoriae et annalium genus est” (De Morib. Germ.).<sup>6</sup>

As letras passam pela Itália. Os conquistadores do mundo aprendem a pintar os usos, os hábitos, a disciplina, o gênio das nações; e não somente a Itália, a sede de sua dominação, se torna ilustre em seus anais, mas tudo aquilo que por eles foi submetido tem pelo menos a triste vantagem de participar de sua celebridade. Eles devastam e eles descrevem; e à medida que os Cipiões derrubam Numância e Cartago, que Marius bate os Numidas, que Lucullus e Pompeu estendem as conquistas dos Romanos na Ásia, que César subjuga os Galeses, que os exércitos de Augusto reduzem a Dácia e Pártia e submetem a Germânia, que os de Tito, conduzidos por Agrícola,<sup>7</sup> forçam os Bretões em seus últimos asilos, a *história*, que parece marchar logo atrás dos exércitos, ilumina os campos de batalha e, entre os estragos e os escombros, observa os hábitos das nações vencidas, e recolhe os monumentos que atestam sua antiguidade.

Quando por sua vez Roma sucumbe e torna-se a presa dos bárbaros, a história experimenta um longo eclipse; e as trevas da ignorância, nas quais todo o globo é novamente lançado, parecem haver extinto todos os raios de sua luz. Mas no renascimento das letras encontramos sob as ruínas do Baixo Império as faíscas do fogo sagrado: os gregos conservaram a lembrança das revoluções

*Batalha de Maratona*, dá prosseguimento à guerra (*Guerras Médicas*). Venceu na *Batalha de Termópilas* em 480 a.C. o general espartano Leônidas e arrasou Atenas, destruindo os mais importantes santuários da Acrópole. *Xenofonte* (c. 431-355 a.C.): soldado e historiador, era grande admirador de Sócrates e compôs várias obras contendo diálogos socráticos (*Memorabilia*, *Simpósio*, *Apologia*). É autor ainda de grandes clássicos da historiografia antiga, como *Anabase* (expedição de Ciro contra seu irmão, o rei persa Artaxerxes II) e *Hellenica* (história da Grécia entre 411 e 362 a.C.).

<sup>5</sup> *Publius Cornelius Tacitus* (c. 55-c. 120): senador contrário aos tiranos do império e historiador romano, compôs duas obras fundamentais sobre a história de Roma, *Histórias* (da morte de Nero até a ascensão de Nerva – delas resta apenas os anos 69 e 70) e *Anais* (da morte de Augusto à queda de Nero).

<sup>6</sup> “Suas antigas canções, que eram o único tipo de tradição histórica entre eles”.

<sup>7</sup> *Cipiões*: Publius Cornelius Scipio Africanus (c. 235-183 a.C.), também conhecido como Cipião, o Africano, foi o general romano que pôs fim à II Guerra Púnica com a vitória de Zama (202), na África. Seu irmão, Lucius Cornelius Scipio Asiaticus (? -c. 184 a.C.) ou Cipião, o Asiático, acompanhou-o nas batalhas e venceu a guerra contra o rei selêucida Antíoco III Megas em 190. *Numância*: antiga cidade ibérica, fundada no século III a.C., situada às margens do rio Douro e destruída pelo general romano Cipião Emiliano em 133 a.C. *Cartago*: cidade do norte da África (atual Tunísia), fundada no século IX a.C., originária de colônia fenícia. Combateu Roma nas três Guerras Púnicas, sendo finalmente destruída em 146 a.C. *Gaius Marius* (157-86 a.C.): general que por sete vezes foi cônsul de Roma. Reformador do exército romano, travou guerra com a Numídia, que havia sido dividida em três reinos por Cipião Emiliano e reunificada por Jugurta, e, vitorioso, garantiu a nova divisão estabelecida pelos romanos. *Numidas*: nômades berberes habitantes da Numídia, antigo reino localizado entre as atuais Tunísia e Argélia. *Lucius Licinius Lucullus* (c. 118-57 a.C.): general romano tido como o grande conquistador de territórios orientais do Império. *Gnaeus Pompeius Magnus* (106-48 a.C.): general romano que lutou contra Mitridates VI e subjugou vários reinos asiáticos. Fez parte do Primeiro Triunvirato (60 a.C.), com César e Crasso. Passou a rivalizar com César. Em 49 a.C. foge de Roma. Um ano depois, perde a Batalha de Farsala e, novamente em fuga, é assassinado assim que chega ao Egito. *Dácia*: antigo reino da Europa Central, cujo território correspondia ao das atuais Romênia e Morávia. Assediado por Roma desde 112 a.C., foi finalmente anexado ao império em 106 d.C. *Pártia*: império que dominava o planalto iraniano entre o século III a.C. e 224 d.C., também conhecido como Império Parto ou Arsácida. Sob Mitridates, o Grande (171 a.C.-138 a.C.) o império se tornou uma potência na região, apresentando-se como grande obstáculo ao avanço romano no oriente. *Titus Flavius Vespasianus Augustus* (39-81): filho mais velho do imperador Vespasiano, combateu a rebelião dos Judeus na Judéia e destruiu Jerusalém. Em 80 inaugurou o ainda incompleto Coliseu de Roma, obra iniciada por seu pai. Durante o curto reinado de dois anos enfrentou grandes calamidades: a erupção do Vesúvio em 79, com a destruição de Pompéia e Herculano, e o incêndio de Roma, em 80. *Cnaeus Julius Agricola* (39-93): general romano, a ele é atribuída a conquista definitiva das tribos bretãs. Foi governador da Bretanha entre 78 e 84 d.C.



cujo teatro foi o Oriente; e ao mesmo tempo todos os povos do poente e do norte, menos embrutecidos e mais curiosos de saber o que foram, começam a se perguntar qual foi sua origem, por quais fortunas diversas passaram seus antepassados; e a procurar, nos arquivos de seus pactos e de suas leis, os traços de sua existência.

Desde então vemos a chama da *história* iluminar todo o nosso hemisfério e levar sua luz a um hemisfério desconhecido. A China e a Índia transmitem à Europa as provas dessa antigüidade atestada em seus anais, e que se perde na noite dos tempos.

Assim, a guerra e o comércio, as conquistas e as viagens, a ambição e a avareza, sucessivamente difundiram pelo globo as descobertas da *história*; e se pode dizer que foi com traços de sangue que ela traçou seu mapa-múndi. Mas esqueçamos o que isso custou a ela, e sonhemos apenas em tornar útil e salutar aos homens esta experiência hereditária que o presente deposita e lega aos séculos que virão.

Em todas as artes, a primeira regra é a de bem conhecer o objetivo; porque, uma vez bem decidida a intenção do artista, e dirigida diretamente para sua meta, ela será seu guia na escolha dos meios e no uso que deles deve fazer. O objetivo imediato da poesia é o de seduzir; o da eloquência é persuadir; o da filosofia é procurar a verdade na natureza e a essência das coisas; o da história é discernir os fatos dignos de memória e perpetuar sua lembrança no que têm de interessante.

320

De todos esses atributos, o mais essencial à *história* é então a verdade, e a verdade interessante. Mas a verdade supõe a instrução, o discernimento, a sinceridade, a equidade. Ora, a instrução é incerta, o discernimento difícil e a sinceridade rara; e esse desinteresse absoluto, essa liberdade de espírito e de alma, essa plena imparcialidade que caracteriza um testemunho fiel, quase jamais se encontra. Assim, vemos a história alterar tão frequentemente e tão diversamente a verdade de seus relatos, que somos tentados a defini-la como definimos a Fama:

“La messagère indifférente  
Des vérités et des erreus”.<sup>8</sup>

De tempos recuados e obscuros ela terá pouca coisa a dizer, se quiser ser digna de fé; mas seu recurso é o silêncio. De tempos menos distantes e mais conhecidos, do próprio presente, ela muitas vezes tem dificuldade em descobrir, seja nos fatos, seja nos homens, a verdade que lhe interessa; mas sua salvaguarda é a dúvida. É sempre tão decente parecer ignorar o que não se sabe?

No que diz respeito ao discernimento, seria injusto imputar à *história* os erros aos quais é induzida pela importante gravidade dos testemunhos e dos indícios: bem sabemos que no mais das vezes, seja no interior dos conselhos, seja no tumulto das armas, seja no labirinto das intrigas de corte, seja no fundo da alma dos homens, observando mesmo com cuidado os resultados

<sup>8</sup> “A mensageira indiferente/Das verdades e dos erros”. A Fama (*La Renoméé*, no original) é uma divindade alada, mensageira de Zeus junto aos gregos, especialmente cultuada pelos atenienses, que a ela dedicaram um templo.

dos eventos, ela nunca pode adquirir uma certeza infalível: se no cálculo das probabilidades, no exame da verossimilhança, ela escolheu pelo menos o mais crível dos possíveis, ela fez tudo o que se pode esperar da prudência humana em favor da verdade.

Mas há erros que nenhuma aparência de verdade desculpa, e que a história não deixa de recolher e de perpetuar. Tito Lívio podia ter de respeitar a opinião pública sobre os augúrios e os presságios, e sobre alguns velhos contos que ela consagrou, como o escudo caído do Céu, a aventura de Corvinus, a navalha de Tarquino, a cintura da Vestal; Tácito também tinha alguma razão para não desacreditar os milagres de Vespasiano e os oráculos de Serapis; mas o que obrigava, sob Nerva,<sup>9</sup> a acreditar no adivinho de Tibério, e nas lições que dele recebera sobre a arte de prever o futuro? O que obrigava Plutarco, sob Trajano,<sup>10</sup> a acreditar nos sonhos de Sila e no horóscopo de Pirro? Quem o obrigava a crer que as cabeças dos bois que Pirro acabara de imolar, após terem sido cortadas, haviam mostrado a língua e lambido o próprio sangue? Quem o obrigava a acreditar que os corvos caíram das nuvens, pela comoção do ar, devido às aclamações da Grécia reunida, no momento em que Flamininus<sup>11</sup> lhe anuncia a liberdade? Quem o obrigava a acreditar na coragem sobrenatural dessa criança de Esparta que deixou que seu ventre fosse roído por uma pequena raposa, sem a largar, nem soltar um único grito? etc., etc.

Nossos bons *historiadores* modernos tiveram pelo menos respeito pela crônica maravilhosa; e isso se deve ao fato de que as forças da natureza e seus limites são melhor conhecidos; isso se deve também ao fato de que a *história*, entre os antigos, era ao mesmo tempo religiosa e político; enquanto entre nós, mesmo que fanáticos ou loucos tenham pretendido associar as coisas santas e as profanas, implicar Deus em suas querelas, ligá-lo a suas facções, dele fazer um aliado, engajá-lo em suas guerras e cada um sob seus estandartes, em uma palavra, torná-lo cúmplice de suas paixões e de seus crimes, uma sã filosofia desembaraçou os interesses do Céu dos da terra; e a *história*, por assim dizer, justificou a Providência, reduzindo os homens a acusarem apenas a si mesmos pelos males que fizeram entre si.

Quanto à futilidade das origens fabulosas, dela a história moderna se curou; e é ainda uma de suas vantagens. Os italianos não tiveram necessidade de se dar antepassados quiméricos para tê-los ilustres; os outros povos isso dispensaram. Bastou aos Espanhóis e aos Ingleses saber que outrora a corajosa resistência dos Ibéricos e dos Bretões por longo tempo cansou os exércitos romanos; os

<sup>9</sup> *Marcus Cocceius Nerva* (30-98 d.C.): senador romano que se torna imperador após o assassinato de Domiciano (96 a.C.) e que adota como sucessor o futuro imperador Trajano.

<sup>10</sup> *Lucius Mestrius Plutarchus* (46-120): historiador e ensaísta grego, um dos últimos pensadores do helenismo, escreveu duas grandes obras, *Vidas Paralelas*, que biografava 23 figuras eminentes gregas e 23 romanas, comparando, aos pares, seus vícios e virtudes (Teseu e Rômulo, Licurgo e Numa, Sólon e Publícola, etc.), e *Moralia*, coleção dos 78 ensaios e discursos que restaram do autor. *Marcus Ulpius Nerva Traianus* (53-117): cônsul romano, em 98, com a morte de Nerva, torna-se imperador. Considerado bom administrador, foi responsável por grandes obras públicas como o Fórum e a Coluna de Trajano, e pelo programa dos *alimenta*, um auxílio aos pobres. Foi ainda o último imperador a conquistar novos territórios para o império romano, como a Arábia nabateana.

<sup>11</sup> *Titus Quinctius Flamininus* (228-174 a.C.): general romano e admirador da cultura grega, combate os macedônios e em 196 a.C. anuncia a libertação dos estados gregos.

Germanos contentaram-se com os títulos de honra e de glória que Tácito lhes conservou; os Franceses de modo algum recorreram ao testemunho de César: todos relegaram ao esquecimento o maravilhoso absurdo que receberam de seus ancestrais; todos reconheceram que haviam nascido no seio da barbárie, que não passavam de uma mistura de bandidos estrangeiros e de indígenas subjugados; e todos concordaram que até o tempo em que a disciplina tornou-os reciprocamente temíveis, até o tempo em que a política combinou e dividiu suas forças para igualá-las e para contê-las, todas as suas maiores revoluções tiveram a mesma causa: saber que, nos mais rudes climas, a natureza, tendo começado a endurecer os homens por meio da fadiga e dos perigos, para torná-los robustos, pacientes, corajosos, fez com que sentissem, depois, a vantagem de um céu mais doce e de uma terra mais fértil e para ali os empurrou em multidões e por torrentes. Assim o norte sempre pesou e transbordou sobre o mediterrâneo; assim os Dinamarqueses, os Saxões, os Normandos, os Cimbrios, os Godos, os Lombardos, os Vândalos, inundaram a Europa; assim os Citas inundaram a Ásia; assim os Tártaros inundaram a China. Tudo se reduziu, enfim, nos tempos mais afastados, ao mecanismo natural das causas morais e psíquicas; e não houve outros milagres a não ser aqueles do gênio e da virtude.

É bem verdade que esta parte recuada de nossa história é de extrema aridez, em comparação com a história fabulosa dos tempos antigos; mas não é nem para as crianças, nem para o povo que ela é escrita; e ao menos, no que dela nos resta, podemos crer sem corar.

322

Mas há, para a *história*, um outro gênero de superstição, nacional ou pessoal, do qual ela jamais eliminou inteiramente as ilusões. Um *historiador*, para ser imparcial e justo, não deveria ser, como se disse, de nenhum país, de nenhum sistema político, de nenhum partido religioso. Aquele que se apaixona, ou pelos interesses de sua seita ou de sua pátria, ou pela facção que abraça, ou pelo caráter do personagem que coloca em ação, aquele que se deixa deslumbrar pelos talentos, pelas façanhas, ou pelas qualidades brilhantes; aquele cuja admiração se alinha ao lado da boa fortuna e tudo perdoa ao sucesso; aquele que no fraco vê apenas o brinquedo do forte, e que nos acontecimentos esquece o justo e o honesto, para tudo conceder ao útil; aquele, enfim, que não tem o direito de escrever, como Tácito à frente de seus anais, "sine ira et studio",<sup>12</sup> não é digno da confiança da posteridade; e há poucos suficientemente livres de toda espécie de prevenção ou de afeições pessoais, para prestar esse testemunho. A política tem seus preconceitos, o espírito de partido seu delírio; os interesses da ambição, do orgulho, da falsa glória, a paixão de dominar e de invadir, enfim, o zelo do bem público, o amor pela cidade, o espírito de corporação, também têm seus preconceitos supersticiosos e suas máximas fanáticas, das quais o historiador deve se desembaraçar para ser imparcial e justo. E quem o é entre os modernos? Quem o foi entre os antigos?

Por toda a parte a história se prendeu aos hábitos e ao espírito do tempo. Um povo quis primar em seu país como os Atenienses, tornar-se unicamente

<sup>12</sup> "Sem cólera nem parcialidade".

guerreiro como os Espartanos, conquistador como os Romanos, mestre do mar e do comércio como os Cartagineses; a *história* julgou justo e grande tudo o que fez para atingir o objetivo de sua ambição. O sistema de seu governo, suas leis, sua política, sua própria moral, tudo foi submetido à razão de estado. Os crimes necessários ou somente úteis a sua grandeza, a seu poderio, foram transformados em virtude. A *história*, assim como as nações depredadoras e conquistadoras, parece ter tomado por regra de equidade a palavra de Brennus:<sup>13</sup> “*Vae victis*”.<sup>14</sup>

Com relação aos modernos, quero me proibir qualquer espécie de aplicação; mas falando livremente sobre os antigos, veja, na *história romana*, se alguma vez o direito de conquista e de rapina é colocado em dúvida; se aos devastadores do mundo repreende-se apenas o crime do peculato, isto é, o banditismo pessoal; e se não há nada mais honroso do que a pilhagem militar e os despojos das nações levados em triunfo ao Capitólio, e amontoados neste sorvedouro que chamamos de tesouro de Saturno,<sup>15</sup> para exprimir sem dúvida que ele devorava tudo como o tempo. Veja, quando se trata das dissensões do senado e do povo, veja, digo eu, de que lado se colocará o *historiador*. Ele confessará os erros dos grandes, o despotismo e a arrogância do senado, suas usuras, suas injustiças, sua insaciável avaréza, seu luxo, e seu fausto insolente, o estado de miséria e de opressão em que mantinha o povo, a má-fé das promessas que a ele fazia para acalmá-lo, seu ódio e seus ressentimentos contra aqueles que o protegem; mas ele virá sempre a louvar, neste mesmo senado, sua constância, sua dignidade, sua firmeza inabalável na manutenção daquilo que chamaria de sua grandeza e de sua majestade. Os verdadeiros Romanos serão para ele aqueles entre os patrícios que terão tido o mais eminente espírito de corporação, o despotismo aristocrático; e você o surpreenderá sem cessar a olhar como os defensores, os vingadores da liberdade, e os pais da pátria, aqueles que dela eram os tiranos.

Na *história grega* não se encontra a mesma deferência pela aristocracia; mas nas guerras intestinas que a miserável vaidade da precedência desperta entre essas repúblicas, vemos o *historiador*, completamente ocupado com sua conduta militar, suas conferências políticas, a eloquência de seus deputados, a habilidade de seus capitães, seus combates, seus diversos sucessos, esquecer a futilidade do ponto de honra que os divide e a eles atribuir a mesma importância que ao perigo do qual a Grécia foi ameaçada quando da invasão de Xerxes; sem mesmo achar insensato uma guerra de vinte e oito anos que, por loucos ciúmes entre duas cidades ambiciosas, acaba por esgotar o sangue de todas as veias da Grécia, e que vai entregá-la semi-vencida ao tirano da Macedônia, a esse Filipe que, melhor do que o homem de sociedade, sabia dividir para reduzir e corromper para sujeitar.

Desde que um escritor se encheu de admiração por um povo ou por uma

<sup>13</sup> *Brennus* (IV a.C.): chefe gaulês que, ao invadir Roma no século IV a.C., teria colocado sua espada na balança a fim de obter uma soma mais alta como resgate, ao mesmo tempo em que pronunciava as palavras citadas por Marmontel, “*Vae victis*”.

<sup>14</sup> “Grande infelicidade aos vencidos”, querendo dizer que a minoria não possui direitos.

<sup>15</sup> *Templo de Saturno*: o mais antigo dos templos de Roma, foi construído em torno de 497 a. C. e servia como um depósito para os tesouros do estado romano.

personagem ilustre, não há nada que não lhe conceda. O entusiasta de Alexandre, Quintus Curtius,<sup>16</sup> não queria tornar admirável até mesmo sua continência em meio às cem mulheres que levava consigo? Nada de mais consequente do que as leis de Licurgo,<sup>17</sup> relativamente ao projeto de manter seu povo livre. Mas tudo isso que é justo e louvável em seu objetivo, o é em seus meios? E não há o que a *história* não tenha louvado nas leis de Licurgo. Plutarco não elogia o pudor das filhas de Esparta, que dançavam nuas diante dos homens? Não chegou mesmo a dizer que Esparta era o trono do pudor? Não encontrou ali o adultério maravilhosamente estabelecido, para que se obtivessem belas crianças? E não acrescenta que seria impossível que tivesse havido adultérios em Esparta? Condena ele o costume inumano de jogar nos charcos as crianças delicadas e fracas? Não desculpa e não aprova o que há de mais infame nos hábitos, dizendo-nos que, “em seus amores, os rivais pensavam apenas em procurar, em comum, os meios de tornar a pessoa amada mais virtuosa e mais amável”? E se condenou a perfídia dos Esparciatas no massacre dos Iotas, teve o menor escrúpulo com relação à dura escravidão a que foram reduzidos? Em uma palavra, tudo o que Licurgo instituiu para desnaturar o homem, não lhe parece a obra-prima da sabedoria?

324

Quantas vezes não se repetiu que Alexandre, levando a guerra à Ásia, nada mais fez do que vingar a Grécia e colocá-la em segurança? Pudemos dizê-lo a respeito da Pérsia; mas a Índia, o que fez ela à Grécia? Mas os Citas, que fizeram a Alexandre, que direito ou que necessidade tinha ele de atacá-los? Pretendia reinar do Nilo ao Tânis,<sup>18</sup> do Tânis ao Ganges? E não é no mínimo uma ambição insensata, como dizia uma boa mulher a Filipe, a ambição de invadir o que não se pode governar? A história repreende Alexandre pela morte de seu favorito, mas o repreende por haver vertido o sangue de tantas nações aprazíveis que ele mandou degolar a bel-prazer, para se fazer louvar pelos sofistas de Atenas, e para fazer dizer na Lacedemônia,<sup>19</sup> “Uma vez que Alexandre quer ser Deus, que seja Deus”?

Concebemos, no entanto, como, em um homem extraordinário, o gênio das grandes coisas, a audácia, o valor, a constância nos trabalhos, em uma palavra, esta força de alma que justifica de algum modo a ambição de dominar, puderam impô-la a historiadores suscetíveis ao entusiasmo; e em Quintus Curcius perdoou-se a ilusão que criou acerca de seu herói; como ela era desinteressada, é isenta da suspeita de baixeza; ele carece de filosofia, e não de sinceridade. Mas quem condenaria Veleio Patérculo à mais covarde prostituição a que pudesse ser reduzido o mais vil dos escravos! Foi ele que nos disse “Semper magnae fortunae comes est adulatio”;<sup>20</sup> e parece tê-lo querido provar pelo próprio exemplo,

<sup>16</sup> *Quintus Curtius Rufus* (?-53d.C.): historiador romano cuja única obra restante é *Historiae Alexandri Magni*, biografia de Alexandre em dez volumes (os dois primeiros se perderam), voltada sobretudo para a análise do caráter do imperador. Nenhuma outra biografia de Alexandre escrita por historiador romano sobreviveu.

<sup>17</sup> *Licurgo* (séculos IX e VIII a.C.): legendário legislador espartano, a quem a tradição atribui a criação das leis de Esparta.

<sup>18</sup> *Tânis*: nome antigo do rio Don, localizado no território da moderna Rússia. Este rio era visto na Antiguidade como a fronteira entre Europa e Ásia. Na foz do rio os gregos fundaram uma cidade de mesmo nome.

<sup>19</sup> *Lacedemônia*: Esparta.

<sup>20</sup> “A adulação é sempre companheira do sucesso”.

rastejando aos pés de Tibério.<sup>21</sup> Ainda Tibério, esse monstruoso Proteu,<sup>22</sup> pela diversidade de seus hábitos e de sua conduta, e pela mistura imponente de algumas grandes qualidades entre os vícios detestáveis, dava oportunidade à adulação; mas qual pretexto pode ela ter quando quer encontrar o heroísmo em um orgulho sem coragem, e em uma arrogância ociosa e mole que nada faz além de ordenar o crime e a infelicidade? Deveria alguma vez um déspota indolente, que do seio de suas voluptuosidades envia a seus vizinhos o temor, a desolação, a devastação, ouvir a história dizer dele que domou nações, obteve vitórias? O valor de suas tropas, a habilidade de seus generais, alguns milhares de homens a mais, que, do lado do inimigo, pereceram em uma campanha, alguns campos devastados e inundados de sangue, do qual permaneceu possuidor até o primeiro revés, eis os títulos de sua glória; e guerras injustas, que arruinaram seus povos, obtiveram para ele o mesmo lugar do que se, arriscando a vida e desprezando o repouso, houvesse tomado e carregado as armas para a saúde de seu país.

Assim, sem se acreditar culpada de adulação, e somente seduzida e arrastada pela opinião dominante e pela embriaguez popular, a *história* quase jamais apreciou nem os fatos nem os homens em seu justo valor.

Há, no entanto, algo mais vil e mais covarde do que a adulação em um escritor: é a calúnia; e os *historiadores*, animados pelo espírito de partido, dela não são quase jamais isentos. Seja por paixão, seja por complacência, longe de demonstrar escrúpulo, vergonha de macular ou a seita ou a facção contrária, parecem fazer da calúnia um dever. Luís XIV teria podido merecer a aversão dos protestantes; mas os historiadores protestantes desonraram-se ao ultrajar Luís XIV. Surpreendo-me que nações generosas tenham aplaudido a baixeza dos escritores que, para lhes agradar, tornaram-se caluniadores. Perdoa-se a injúria nos infelizes em que a opressão e o sofrimento hajam exaltado os ódios e os ressentimentos; mas que os próprios opressores caluniem os oprimidos, que o despotismo, indignado com uma resistência legítima, dela se vingue ultrajando aqueles a que não pode sujeitar; é um gênero de indignidade que os antigos desconheciam. O fanatismo nacional entre o populacho é a desculpa para ele; nada pode desculpá-lo em um *historiador*. A situação de sua alma é a calma e a liberdade.

Apenas é, então, imparcial, aquele que, quando lemos, não nos permite imaginar quais seriam seu país, sua religião, seu estado; se ele era Grego, ou Romano, ou Samnita,<sup>23</sup> Francês, Inglês, ou Americano; se ele era da ordem dos senadores, ou do colégio dos pontífices, ou da classe dos plebeus; se ele defendia a oligarquia, ou o governo popular; aquele que, enfim, não deixando

<sup>21</sup> *Tiberius Julius Caesar* (c. 42 a.C.-37 d.C.): general e diplomata sob o império de Augusto, foi adotado pelo imperador, com cuja filha, Julia, se casou, e, por sua vez, adotou o sobrinho Germânico. Reinou de 14 a 37, e o final do império foi marcado por um regime de terror que atingiu a família real e o senado. É este último período que Marmontel destaca.

<sup>22</sup> *Proteu*: na mitologia grega, deus marinho capaz de prever o futuro e de mudar de forma, filho de Posêidon e de Anfítrite.

<sup>23</sup> *Samnita*: ou *Sabino*, membro da tribo indo-europeia que habitava a parte central da península italiana desde 1000 a.C. Entre 343 e 290 a.C. tiveram lugar as três Guerras Samnitas, contra Roma. Derrotados, os Samnitas foram escravizados e vários se tornaram gladiadores.

entrever o espírito e o interesse de nenhuma corporação ou seita, parece ter como partido apenas o partido da verdade.

Mas se exigimos da *história* um desprendimento absoluto, uma imparcialidade constante, de qual sentimento seria ela animada? Pediria ao escritor uma tranquila e fria indiferença entre o crime e a virtude, uma insensibilidade estúpida para as ações ou os acontecimentos que decidem a sorte dos povos? Não, certamente, e um *historiador* apático me parece um homem desnaturado; mas o interesse do qual ele deve estar imbuído não é nem aquele da vaidade de um senado ou de um soberano, nem aquele das prosperidades e da grandeza de um império, nem exclusivamente aquele de sua pátria; mas aquele da humanidade, da inocência, da fraqueza, da virtude na infelicidade, de seus semelhantes, quem quer que sejam eles e qualquer que seja o país em que habitem, uma vez que sofram males que de modo algum tenham merecido. Não é que eu quisesse ver nos historiadores as emoções, as paixões do orador ou do poeta; tudo, em seus sentimentos, assim como em sua linguagem, deve ser grave e moderado; mas há uma maneira de ser afetado que convém a seu caráter, que, ela própria, dele constitui a decência e a dignidade. Todo o leitor que de modo algum haja perdido o sentimento da retidão e da equidade não pode deixar de sofrer quando um *historiador* descreve friamente proscricões e massacres; ainda menos pode vê-lo, sem indignação, abjurar o nome de *homem* para ser apenas o que se chama *patriota* ou *republicano*. Não há nada que deva a seu país, exceto seu reconhecimento das ações injustas; e se ele tem vergonha de dar-lhes seu consentimento, com mais forte razão deve ter de prostituir-lhes elogios. O crime nacional, como o crime pessoal, deve ser crime sob a pluma assim como sob os olhos do homem de bem. Se ele carece de coragem, não pode escrever; mas se ele escreve, nenhum dever pode forçá-lo a trair a verdade, a natureza e sua alma; e isso que constitui a integridade, a sinceridade e a dignidade da *história*, contribui também naturalmente para tornar interessante a verdade que ela transmite.

326

Pode-se distinguir, na *história*, um interesse de instrução e um interesse de afeição. Quanto à instrução, não é difícil, seja nos fatos, seja nos homens, discernir o que a *história* deve tomar cuidado em recolher; basta que se pergunte quais são, entre os eventos e os exemplos do passado, aqueles que podem ser para o futuro avisos salutareos ou sábios conselhos.

O que, de um século a outro, pode instruir os homens, são a princípio as diversidades da própria espécie humana, tão bizarramente variada, em seu natural e nos acidentes que a modificaram: as primeiras agregações; a condição primitiva; os modos de vida, os meios de existência; a mistura das colônias com os povos aborígenes; a organização da sociedade; as diferenças de gênio e de caráter dos povos; os vícios e as vantagens das constituições e das formas que a sociedade assumiu, seus hábitos, seus costumes, suas leis, os progressos de sua indústria e de sua civilização, as fontes mais ou menos fecundas de sua força e de sua riqueza; o que mais contribuiu para seu crescimento e sua decadência; as causas dos acontecimentos que marcaram sua duração e as mudanças que sofreu; sobretudo o caráter, o gênio, os talentos, as virtudes, os vícios dos

homens que mais agiram e pesaram sobre seus destinos: tais serão, ao primeiro golpe de vista, os objetos de uma curiosidade séria, digna da posteridade.

Os pontos principais sobre os quais parece, em todos os tempos, haver rodado o mundo são a religião e a política: seus primeiros móveis foram a necessidade, a inquietude do mal-estar, e a esperança de uma melhor sorte; os frutos de sua civilização foram a agricultura, o comércio, a polícia, a disciplina, os hábitos, as leis, as artes, a abundância, e a segurança; as sementes de suas discórdias, a ambição, a avareza e a inveja; seus flagelos, a guerra e o luxo, a superstição e o fanatismo, as dissensões domésticas, os ciúmes nacionais, as rivalidades pessoais, os interesses e a ascendência de alguns homens extraordinários, e a docilidade estúpida, o ardor cego da multidão a servir as paixões ou de apenas um, ou de um pequeno número. Eis aí então, bem evidentemente, o que o presente e o futuro têm interesse em saber do passado, para dele tirar os frutos de uma experiência antecipada, e se tornarem, se for possível, melhores, mais sábios e mais felizes.

Reduzida a esses pontos principais, a *história* seria desembaraçada de uma infinidade de detalhes ociosos, estéreis e frívolos que apenas a vaidade ou de uma cidade, ou de uma província, ou de uma corporação, ou de uma família, torna importantes para ela, e que para o resto do mundo são dignos apenas do esquecimento.

Mas há nas causas dos acontecimentos memoráveis um interesse de afeição que é como a alma da história, e que aproxima e reúne todos os lugares, todos os tempos, todos os povos do mundo, porque os coloca em sociedade de perigos e de temores, e que no passado faz com que vejam a imagem do presente e do futuro. "Posterī, posterī, vestra res agitur"<sup>24</sup> é a divisa da história; é por essas relações e por essas semelhanças que ela nos torna, como se disse,

"Contemporains de tous les âges  
Et citoyens de tous les lieux".<sup>25</sup>

Ora, se esse interesse se atém essencialmente à natureza e aos fatos e aos homens, atém-se também à maneira pela qual os homens são pitados e os fatos contados. O mesmo acontecimento, retraçado por dois escritores igualmente instruídos, mas desigualmente dotados de sensibilidade, de calor, de eloquência, será estéril e frio sob a pluma de um, fecundo e comovente sobre a pluma do outro; e é aqui que se faz sentir a diferença que já aponte entre uma testemunha como Suetônio<sup>26</sup> e uma testemunha como Tácito. Um historiador, eu o repito, não é nem poeta, nem orador: seu estilo não será, portanto, nem tão colorido, nem tão veemente quanto o estilo oratório e o estilo poético; não

<sup>24</sup> "Posteridade, posteridade, este assunto lhe diz respeito".

<sup>25</sup> "Contemporâneos de todas as idades/E cidadãos de todos os lugares". Note-se que Marmontel apresenta os versos de Antoine Houdar de La Motte (1672-1731) ligeiramente modificados. Nos versos originais de La Motte lemos: "É pelo estudo que nós somos/contemporâneos de todos os homens,/ e cidadãos de todos os lugares" ["C'est par l'étude que nous sommes/contemporains de tous les hommes,/et citoyens de tous les lieux"] (Ode, XV, à l'Académie française).

<sup>26</sup> *Caius Suetonius Tranquillus* (c. 69-c. 126): historiador latino que se tornou arquivista do imperador Adriano. Em 122 cai em desgraça e passa a se dedicar à obra pela qual é mais conhecido, *Vida dos Césares*, doze biografias de imperadores romanos como César e Domiciano. Seu estilo de escrita histórica foi habitualmente considerado pouco hábil, impressão que Marmontel, em seus comentários, irá reforçar.



é nem a imaginação, nem a paixão que deve dominá-lo, é a verdade simples; mas a verdade simples tem a sua cor, assim como tem sua luz, e sua luz não é despida nem de força, nem de calor. Um historiador é uma testemunha fiel, grave, ingênua, mas sensível; e seu estilo é apenas mais sincero, uma vez que carrega a impressão que os objetos tiveram de deixar em seu espírito e em sua alma. Ora, essas impressões se fazem sentir ou a cada traço, como em Tácito, ou somente por traços fugazes, como neste exemplo citado por Montesquieu em louvor a Suetônio. Suetônio, após haver friamente descrito as atrocidades de Nero, muda de tom abruptamente, e diz: "O universo inteiro tendo suportado esse monstro durante quatorze anos, enfim o abandona". Essa mudança de estilo, essa repentina descoberta da maneira de pensar do escritor, esse modo de apresentar em tão poucas palavras uma tão grande revolução, excita sem dúvida na alma, como o observa Montesquieu, a emoção da surpresa.

Mas, por mais tocantes que sejam semelhantes traços difundidos na história, esse contraste entre uma frieza contínua e um movimento de sensibilidade repentino, rápido e passageiro, não pareceria muito natural, se fosse bastante frequente, e se fosse raro, pouca honra faria ao caráter do escritor que, de sangue frio, pudesse descrever um longo tecido de atrocidades sem nenhum sinal de emoção. Prefiro então a maneira ingênua e simples de Tácito, que, a cada traço de buril, nos faz sentir o que ele mesmo experimentou, como quando descreve o início insensível da dominação de Augusto: "Depondo o nome de triúviro, faz-se cônsul, e parece a princípio se contentar com a autoridade de tribuno, a fim de proteger o povo; mas uma vez tendo ganhado os soldados por meio de donativos, a multidão pela abundância, todos pelo atrativo de um doce repouso, vemo-lo se erguer insensivelmente, atraindo para si o poder do senado, dos magistrados, e das leis, sem que ninguém o impeça; aqueles mais ferozes morreram nos combates ou na multidão dos proscritos. O resto dos nobres via que as riquezas e as honrarias se mediam pela solicitude que cada um testemunhava em relação à servidão; e engrandecidos pelo novo estado de coisas, preferiam, à perigosa incerteza de sua situação passada, os bens garantidos e presentes. Essa mudança não desagradava nem mesmo às províncias, entre as quais as dissensões dos grandes e a avareza dos magistrados haviam tornado suspeita a dominação do senado e do povo, e que não esperavam mais nenhum amparo das leis, que a força, a intriga e a cupidez haviam anulado". Nessas poucas palavras, o caráter de um opressor hábil, de um povo aviltado, de um senado corrompido, e a impressão que esse estado de Roma faz sobre a alma do historiador manifesta-se ainda mais vivamente quando a energia da expressão dele representa apenas a pura verdade.

Do mesmo modo, que Tácito nos desvele a profunda escuridão da alma de Tibério, as turpitudes de Agripina,<sup>27</sup> a ferocidade de Nero; que nos represente a estúpida insensibilidade de Cláudio; que nos descreva a morte filosófica de

<sup>27</sup> *Agripina, a jovem* (15-59): filha de Germânico e Agripina, a antiga, e irmã de Calígula, com Domício Aenobarbo teve Nero. Depois casou-se com o próprio tio, o imperador Cláudio, que adotou Nero. Cláudio é envenenado por ordens de Agripina e Nero, após se tornar imperador (54), descontente com a pesada interferência da mãe, ordena que seja morta.

Sêneca, a morte heroica de Traséa, a morte mais heroica e mais filosófica de Oto, ou aquela de Petrônio,<sup>28</sup> tão singularmente mesclada de uma indolência epicuriana e de uma constância estoica; o vício, o crime, a virtude, sua mistura, tudo em seu estilo carrega o duplo caráter do objeto e do escritor. Ele parece ter um ferro em brasa para marcar o vício e o crime, e as mais suaves cores para representar a virtude. Veja em um mesmo quadro a pintura da alma de Domiciano<sup>29</sup> e daquela de Agrícola: “Nero pelo menos desviava os olhos. Ordenava o crime; não o olhava. Sob Domiciano, um acréscimo de suplício para aqueles que morriam era o de vê-lo e de por ele serem vistos. Ele tinha o registro de nossos suspiros; e para espreitar e notar tantos infelizes, bastava esse semblante atroz, cujo rubor protegia contra aquele do pudor. Você, Agrícola, foi feliz não tanto pelo brilho de sua vida, mas por uma morte que lhe poupou o espetáculo de tantos males. Se há um asilo para os Manes;<sup>30</sup> se, como dizem os sábios, as grandes almas não se extinguem no mesmo instante em que perecem os corpos, homem justo, repouse em paz; e nós, sua família, ensine-nos a lamentar sua perda sem fraqueza, e a cessar as vãs queixas contemplando essas raras virtudes que nos impedem de chorar por você. O que lhe devem hoje sua filha e sua esposa é conservar tão presente e reverenciar tão ternamente a memória de um pai e de um esposo de modo que estejam sem cessar ocupadas com suas ações e suas palavras; é abraçar antes a imagem de sua alma do que a de seu corpo. A alma é dotada de uma forma imortal que nenhum objeto material, nenhuma arte estrangeira pode oferecer; e a sua pôde somente se pintar em seus hábitos. Tudo o que amamos, tudo o que admiramos em Agrícola, nos resta, e reviverá sem cessar na eternidade dos tempos e na memória dos homens”.

329

Não foi sem lentos progressos que a *história antiga* chegou a esse grau de perfeição inimitável. Os primeiros anais dos Romanos eram apenas um registro público, em que estavam inscritos, sem nenhuma arte, os acontecimentos do ano. É a partir deste modelo que escrevem a história Fabius Pictor<sup>31</sup> e Pison. O

<sup>28</sup> *Tiberius Claudius Caesar Augustus Germanicus* (10 a.C.-54 d.C.): filho de Nero Clausius Drusus, irmão de Germânico e neto de Lívia Drusilla, foi afastado da vida pública pela família, que o considerava pouco apto para o governo. Com a morte de Calígula, no entanto, torna-se imperador. Bastante influenciado pelas esposas Messalina e Agripina e por conselheiros como Narciso, Pallas e Políbio, ainda assim realiza obras importantes em Roma (ampliação do direito de cidadania romana, novos aquedutos, etc.) e conquista novos territórios (Bretanha, Trácia, Mauritânia). *Lucius Annaeus Seneca* (c. 4 a.C.-65 d.C.): filósofo estoico, autor de *Consolações*, *Epístolas a Lucílio*, das tragédias *As troianas*, *Fedra*, *Medéia*, entre outras, opôs-se a Calígula e Cláudio e exilou-se na Córsega. Preceptor de Nero, cujos crimes desaprovava, planejou o assassinato do imperador. A conspiração foi descoberta e Nero ordenou que se matasse. Segundo Tácito, Sêneca cortou as veias e sangrou, imerso em uma banheira de água morna, até a morte. *Publius Clodius Thrasea Paetus*: filósofo estoico e senador romano, em 59 reprovou as justificativas de Nero para o assassinato da própria mãe. Em 62 retira-se do senado romano e vive frugalmente, de acordo com os princípios estoicos e em contraste com a ostentação de Nero. É condenado à morte pelo senado. Segundo a descrição de Tácito (*Anais*), após receber a notícia, Traséa decidiu cortar as veias dos dois braços e esperou pacientemente pela morte. *Marcus Silvius Otho* (32-69): imperador romano que ascendeu ao trono em 69, com o apoio dos pretorianos. Os exércitos da Germânia, no entanto, vencem os pretorianos em abril de 69 e Oto se suicida, apunhalando o coração com uma adaga. *Caius Petronius Arbiter* (? -66 d.C.): autor do *Satyricon* e um dos favoritos de Nero, aconselhava o imperador em questões de estilo e elegância. Envolveu-se na conspiração de Pisão e foi obrigado, por Nero, a cometer suicídio. Conforme Tácito, nos *Anais*, Petrônio cortou as veias, fechou-as, cortou-as novamente e esperou que o sangue escoasse enquanto conversava calmamente com os amigos, em meio a uma refeição.

<sup>29</sup> *Titus Flavius Domitianus* (51-96): filho de Vespasiano, assume o império romano em 81. Promoveu grandes obras públicas e muitas guerras nas fronteiras do império (Bretanha, Dabúbio). Passa a reinar de modo absolutista e acaba por instaurar um regime de terror que atinge cristãos, judeus e os próprios senadores romanos. É morto em uma conspiração, em 96.

<sup>30</sup> *Manes*: para os romanos, almas dos mortos.

<sup>31</sup> *Quintus Fabius Pictor* (c. 254 BC-?): um dos primeiros historiadores romanos, escrevia em grego e tratou,

mesmo se deu entre os Gregos; e foi assim que Ferecida, Helânico, Acustilau<sup>32</sup> escreveram. Mas enquanto em Roma, até o tempo de Salústio,<sup>33</sup> a *história* foi reduzida a esta secura, a esta nudez de expressão, em que o escritor, para toda a glória, buscava apenas a brevidade e a clareza; na Grécia, ela havia em boa hora formado seu gênio e seu estilo nas escolas de eloquência e nas de filosofia; foi de lá que saiu esse Heródoto, cuja elocução arrebatava o próprio Cícero; esse Tucídides,<sup>34</sup> que na arte de falar supera de longe, diz ele, todos os seus rivais; cujo estilo é tão pleno de coisas que o número de pensamentos nele iguala quase o número de palavras, e que reúne tanta precisão com tanta justeza, que não sabemos se é a expressão que adorna o pensamento, ou o pensamento a expressão. Da mesma escola saíram Éforo e Teopompo, dois homens de gênio, ambos discípulos de Isócrates.<sup>35</sup> Enfim aparece, acrescenta Cícero, o digno aluno de Sócrates, o príncipe dos historiadores, Xenofonte.

O primeiro dos Latinos que aplica a eloquência à *história* foi Salústio. Tito Lívio a desenvolve, e com tanta magnificência quanto os próprios Tucídides e Xenofonte, mas, como eles, com a reserva conveniente ao testemunho dos tempos. Em seus relatos, assim como em seus discursos, ele está sempre perto dos limites que devem separar o *historiador* do orador e do poeta, mas ele não os ultrapassa jamais; e para o charme e a dignidade do estilo da *história*, para o grau de elevação e cor que lhe convém, a amplitude, a pompa e a harmonia das quais é suscetível, não creio que haja modelo mais acabado do que Tito Lívio.

330

Mas não é tudo, não é nem mesmo o bastante para a *história* ser eloquente: a ela é, sobretudo, recomendado ser filosófica; e para esta última característica, que denominarei sua virtude, nada se compara a Tácito. Mais apressado, mais conciso, mas vigoroso do que Tito Lívio com respeito à expressão, ele é também, com respeito aos pensamentos, mais enérgico e mais profundo; e com respeito aos hábitos, mais grave e mais austero. Se um pintor, a partir de seu gênio, tentar figurá-lo e nos pintar sua imagem, dará a Tito Lívio um ar calmo e majestoso, mas a Tácito um ar melancólico, mesclado de sensibilidade, de severidade, de bondade.

“Que não comparemos, diz ele, nossos anais com essas antigas histórias da república romana. Nelas, guerras e trabalhos imensos, reis vencidos e cativos;

entre outros temas, da Segunda Guerra Púnica. Suas fontes eram as crônicas de famílias romanas.

<sup>32</sup> *Ferecida* (séc. VI a.C.): filósofo grego, autor de um dos primeiros textos literários em prosa da Grécia, a *Heptamychia*, que marca a transição entre a mitologia e o pensamento pré-socrático. *Helânico de Lesbos* (séc. V a.C.): historiador e logógrafo grego contemporâneo de Heródoto, é o primeiro a mencionar a lenda sobre a fundação de Roma pelos troianos. Alguns atribuem a ele o desenvolvimento das bases da cronologia. Entre suas obras, estão: *Atthis*, *Troica*, *Persica*. *Acusilau* (séc. IV a.C.): mitógrafo e logógrafo grego que escreveu um livro de genealogias, em boa parte uma adaptação em prosa de Hesíodo.

<sup>33</sup> *Caius Sallustius Crispus* (86-35 a.C.): político fracassado e muito rico, tornou-se historiador, sendo pioneiro nas monografias históricas (*Conspiração de Catilina*, *Guerra de Jugurta*). Autor ainda de *Histórias*, influenciou Tácito e foi muito admirado na Antiguidade.

<sup>34</sup> *Tucídides* (c. 465-395 a.C.): historiador grego. Estratega durante a Guerra do Peloponeso, foi derrotado. No exílio iniciou suas *Histórias da Guerra do Peloponeso* (431) e é tido como o primeiro historiador a se posicionar criticamente com relação aos acontecimentos que narra.

<sup>35</sup> *Éforo de Cime* (405-330 a.C.): historiador grego, fez dois cursos de retórica com Isócrates. Concebeu uma História universal em 29 volumes (primeiro historiador a projetar uma obra deste alcance), foi muito respeitado pelos historiadores antigos devido, segundo eles, à seriedade de suas pesquisas. *Teopompo* (380 a.C.-?): historiador e retórico grego, aluno de Isócrates, entre suas obras estão as *Helênicas* (história da Grécia entre 411 e 394 a.C., em doze volumes) e *História de Filipe* (abrangendo o reinado de Filipe da Macedônia, de 360 a 336 a.C.). *Isócrates* (436-338 a.C.): orador grego responsável por uma famosa escola de retórica, onde seguia as ideias dos sofistas e de Sócrates, e autor do *Panegírico de Atenas* e da *Panatenaica*.

e, no interior, dissensões dos cônsules com os tribunos, leis para partilhar as terras, ou para assegurar a abundância, os debates dos grandes e do povo, são descritos com liberdade. Aqui se trata de um trabalho obscuro e confinado em limites estreitos". E, no entanto, é essa obscuridade de uma paz triste e sombria, interiormente atormentada pela fermentação de todos os vícios e de todas as paixões de uma multidão de maus príncipes, cercados de uma corte depravada, aí está o grande interesse de Tácito. Sua própria *História*, em que anuncia tão trágicos acontecimentos, não é tão envolvente quanto seus *Anais*, pela razão de que nestes são os homens, mais do que as coisas, que ele investiga e aprofunda. Com que traços pinta a violência e a atrocidade de Metellus,<sup>36</sup> o acusador de Traséa, e que charme empresta à eloquência da filha de Seranus! Como ele é sempre o amigo ardente da virtude, o amigo terno da inocência na infelicidade, e o inimigo austero e inflexível do crime feliz!

Ora, é esse caráter de moralidade difundido na *História* e, sobretudo, nos *Anais* de Tácito que lhe conferem valor inestimável. Nenhum homem, desde que se pintou o sentimento e o pensamento, gravou mais profundamente em seus escritos a marca de sua alma. É, para mim, dele que devemos aprender a que grau de calor e de interesse o estilo da *história* pode ser levado, sem perder nada de sua imparcialidade, e sem nada retirar ao escritor de sua integridade de juiz. Em seus discursos, nenhuma ênfase; em seus retratos, nenhuma afetação; em suas descrições, nenhuma pompa; em suas reflexões, mesmo nas mais profundas, nenhuma ostentação de pensamento; em suas expressões mais duras e mais enérgicas, nenhuma contenção, nenhum esforço: por toda a parte a verdade sem fardo, e sempre o que uma testemunha atenta e severa, um observador sério e penetrante viu de mais escondido no fundo da alma dos homens, quando as situações e os acontecimentos revelaram-lhe o segredo. Leia o reino de Tibério, ou o de Nero; essas duas terríveis e longas tragédias, das quais Roma é o teatro, e onde Tácito levou tão longe a arte de comover: a eloquência artificial, o cuidado de ornar para engrandecer ali não entram por nada. Mas ao mesmo tempo em que ali é possível perceber um traço exagerado ou supérfluo, é impossível desejar um traço sensível e interessante que ele tenha omitido, ou que tenha enfraquecido.

Estou, no entanto, muito distante de desejar que a história tenha apenas um modelo, ou que o mesmo seja sempre preferível; e começo por distinguir duas hipóteses que demandam dois estilos muito diferentes: uma, em que o historiador supõe leitores que nada sabem sobre o que ele vai contar; e a outra, em que supõe leitores vagamente, confusamente instruídos acerca dos acontecimentos que se relatam. À primeira deve se aplicar o método que Cícero nos traça para a história desenvolvida; é o estilo de Tito Lívio; à segunda, convém estreitar o tecido dos acontecimentos, aprofundar ao invés de estender; é o estilo de Tácito. Se todos os historiadores romanos houvessem perecido em

<sup>36</sup> *Metellus*: provavelmente Marmontel se confundiu nesta referência. O principal acusador de Traséas descrito com dureza por Tácito nos *Anais* é Capito Cossutianus, político romano que havia anteriormente sido acusado por Traséas de extorsão e desejava se vingar. O último membro da importante família Caecilii Metelli a participar da vida pública de Roma faleceu ainda no início da era cristã.

um incêndio, e se apenas Tito Lívio houvesse sido conservado, teríamos sabido história romana. Mas se nos restasse um escritor como Tácito no lugar de Tito Lívio, esses fatos indicados em um único traço, esses detalhes tão rapidamente, tão brevemente acumulados, seriam a cada instante enigmas inexplicáveis.

O estilo, se ousar dizê-lo, substancial e condensado, que convém a fatos já conhecidos, e onde o pensamento ajuda a palavra, não é então o que convém a relatos em que o fundo, os detalhes, as circunstâncias, tudo é novo.

Dois outras hipóteses, relativas ao tempo, podem ainda exigir da história mais ou menos detalhes; são os pontos de perspectiva que os escritores se propõem. Quanto mais a posteridade para a qual se escreve é recuada, mais o interesse dos detalhes diminui; e se, a cada traço, o *historiador* se pergunta "o que importa ao futuro, a um futuro distante"? O volume de fatos que ele tiver recolhido se reduzirá muitas vezes a pouca coisa. Nada mais há além de povos célebres e de homens verdadeiramente ilustres, cujas particularidades domésticas são interessantes ainda a uma certa distância. Mas o que para uma posteridade distante nada tem de curioso, o tempo em que se vive, o país em que se está pode desejar saber. Está aí, para o discernimento e para a escolha do escritor, uma das grandes dificuldades. Ele está quase certo de ser prolixo aos olhos dos séculos vindouros, se concede ao seu os detalhes que tem direito de lhe demandar; e se ele negligencia esses detalhes, expõe-se à acusação de não haver cumprido seu papel; pois esses detalhes não são todos frívolos, e a proximidade dos tempos pode lhes conferir uma influência e relações de utilidade que os tornam indispensáveis.

332

O *historiador* ocupado apenas com a própria glória, evitará facilmente este perigo escolhendo entre os séculos decorridos aquele que lhe apresente o maior número de sumidades brilhantes e de acontecimentos suscetíveis de um interesse universal. A história das revoluções sempre terá esta vantagem. Mas se ele se limita, para ser útil, apenas a contar fielmente o que viu de perto, deve-se esperar que ao escrever a história de seu século, não tenha nem a precisão nem a rapidez de um escritor que, no distanciamento, procura apenas pontos eminentes a traçar, e grandes quadros a pintar.

Enfim, na hipótese mais comum, pode ocorrer que o uns aos outros, de distribuí-los, de mesclá-los sem os confundir, que a dificuldade ainda maior de dar a cada um número de objetos importantes dos quais a *história* está encarregada; que a dificuldade de ligá-los toda a sua extensão, sem retardar, suspender, inverter o curso e a ordem dos acontecimentos; em uma palavra, que a complicação da máquina política obrigue a *história* a se decompor, a se dividir em tantas partes quantos forem os seus diversos objetos; e é isso que ela fez frequentemente. Assim a guerra, as finanças, o comércio, as artes, as leis, as negociações, tiveram sua história distinta; e desta divisão nasce a diferença dos estilos convenientes a seu objeto.

A arte militar, a marinha, a economia, o comércio, as leis, têm uma língua severamente exata. A da política é mais afilada e mais sutil: nos negócios de gabinete ela é vaga, misteriosa e reservada, Montaigne diria cautelosa. A das intrigas de corte é mais refinada ainda e mais flexível. Mas quando nas facções,

problemas domésticos, revoluções, desastres, tem-se grandes personagens a desenvolver, grandes paixões a fazer agir, grandes cenas a descrever, a língua da *história* torna-se quase aquela da eloquência ou da poesia. Veja, em Tácito, o incêndio de Roma; em Tito Lívio, o combate dos Horácios e a conjuração dos Gracos; em Plutarco, o triunfo de Paulo Emílio; é alternadamente Homero ou Corneille<sup>37</sup> que acreditamos escutar.

Assim, no mesmo momento em que o escritor se impõe a penosa tarefa de abraçar de um só golpe de vista tudo o que um século lhe apresenta de interessante para o futuro, e em que considera o corpo político, cujas revoluções ele descreve, como uma máquina cujo movimento é o resultado de uma multidão de impulsões dadas por diferentes causas ligadas e combinadas juntas; é aí mesmo que não somente não é permitido a seu estilo ser uniforme, como ele precisa, mais do que nunca, ser flexível e variado. Uma negociação, uma campanha militar, uma intriga de corte, uma conspiração, um detalhe importante de regulamentação ou de disciplina, um código de legislação, demandam um espírito e uma pluma diferente; e o *historiador* cujo gênio tiver essa feliz facilidade de receber a marca dos objetos que se oferecerem à sua memória, será, talvez, de todos os escritores o mais raro e o mais maravilhoso em sua perfeição.

Para dele se aproximar o máximo possível, o verdadeiro meio, me parece, é não afetar nenhum estilo, jamais esmorecer e endurecer, e entregar seu espírito e sua alma à impressão dos objetos que devem sucessivamente agir sobre o pensamento, modificar o sentimento e se apropriar da expressão.

Assim a *história* difere-se dela mesma por seus tons, suas cores, seus diferentes caracteres, segundo os objetos que exprime. Alguém disse que para o historiador o melhor estilo seria aquele que se assemelhasse a uma água límpida. Mas se ele não possui nenhuma cor própria, naturalmente tomará aquela de seu assunto, como o regato toma a coloração da areia que forma seu leito. A história política e moral, a mais fecunda em reflexões; a história das cortes, a mais curiosa em seus detalhes; a das revoluções, a mais dramática de todas; a história geral, ou a de um país; a de um império, de um reino; anais ou memórias, demandam maior ou menor desenvolvimento ou precisão, amplitude ou rapidez, filosofia ou eloquência: e prescrever ao *historiador* que tenha sempre um mesmo estilo, seria como prescrever ao pintor que jamais tivesse mais do que um mesmo pincel.

Acrescentarei ainda uma observação que interessa aos escritores modernos. É que por vezes nos entendem mal quanto ao caráter de simplicidade e de

333

<sup>37</sup> *Horácios*: lenda romana segundo a qual, no reinado de Tulo Hostílio (séc. VII), três irmãos Horácios, de Roma, foram sorteados para lutar contra os três Curiácios, de Alva. Dois Horácios morreram e o terceiro, fingindo-se de morto, conseguiu matar os três Curiácios, um a um. *Gracos*: Tiberius Sempronius Gracchus (162-133 a.C.), tribuno da plebe, propôs a *rogatio Sempronia*, lei que restringiria a extensão de terras nos nobres romanos. A lei não foi aprovada e na revolta que se seguiu Tibério e 300 partidários foram massacrados. Seu irmão Gaius Sempronius Gracchus (154-121 a.C.) também propôs reformas que implicavam na diminuição de direitos dos nobres; abandonado pela plebe, morreu com três mil partidários na luta contra as tropas de Lúcio Opímio. *Lucius Aemilius Paulus Macedonicus* (229-160 a.C.): general romano, pai de Cipião, o Africano, lutou contra os lusitanos (191-189) e venceu a decisiva *batalha de Pydna* na Terceira Guerra Macedônica. Em 167 a.C. fez uma entrada triunfal em Roma, com a exibição do rei da Macedônia como prisioneiro. *Pierre Corneille* (1606-1684): poeta dramático, foi uma das figuras de proa do Classicismo francês, encenando grandes peças como *Medéia*, *O Cid*, *Cina*, *Horácio* e *Polieucto*.

gravidade que convém, com efeito, ao estilo da *história*. Neste sentido, *simples* e *grave* significa distante de toda a afetação na maneira, de todo o rebuscamento no modo de se apresentar. Mas como em pintura, em escultura, a expressão da força, da altivez, da majestade, pode ser simples, e o é realmente quando possui toda a sua beleza, o mesmo se dá na arte de escrever. A gravidade exclui apenas os movimentos apaixonados. É na sobrancelha de Júpiter, no olhar de Netuno que a cólera é expressa; é nos traços, não no gesto, que o artista fará sentir o caráter ou de Catão ou de Bruto,<sup>38</sup> e a situação de sua alma, seja no momento em que um decidiu sua morte, seja no momento em que o outro deliberou assassinar seu amigo, talvez seu pai. Tal é a expressão, quase imóvel, do estilo grave. Nenhum dos grandes movimentos oratórios lhe convém; mas em seu calor concentrada e preservada tem sua energia. Nenhuma ênfase, nenhuma figura, nenhum epíteto ambicioso; mas a palavra apropriada, a mais viva e a mais penetrante, comunica-lhe seu vigor.

O tribuno que acaba de apunhalar Messalina,<sup>39</sup> aparece diante de Cláudio no momento em que este se encontra à mesa, e lhe diz que ela está morta. Tácito, traçando o quadro desta cena, a ela nada acrescenta que marque a impressão que causa nele; e, sem a indicar, tudo a exprime: “Cláudio ainda estava à mesa quando lhe anunciam que Messalina estava morta, sem lhe dizer se havia morrido pela própria mão ou pela de um outro; e sobre isso ele não se informa de modo algum. Ele pede bebida; e termina, como de costume, sua refeição com seus convivas. Nos dias seguintes, não demonstra nenhum sinal de ódio, nem de alegria, nem de cólera, nem de aflição, nem de qualquer sentimento humano, seja ordenando que os acusadores de Messalina se divertissem, seja vendo a dor e as lágrimas de seus filhos”.

334

O mesmo historiador nos pinta o luto de Roma com a morte de Germânico; e sem que uma palavra de queixa ou de pesar indique a tristeza que o quadro lhe causa, vê-se que foi por ela penetrado: “Os cônsules, o senado, e a maior parte do povo, encheram o caminho por onde o comboio deveria passar, dispersos cá e lá sem ordem, e chorando todos em liberdade; porque não havia em sua dor nenhum tipo de adulação, todos estavam bem cientes de que a morte de Germânico agradava a Tibério. Tibério e Lívía<sup>40</sup> abstiveram-se de se mostrar, seja porque acreditassem indigno da majestade o lamentar-se em público, seja de

<sup>38</sup> *Marcus Porcius Catō Uticensis* (95 a.C.-46 a.C.): bisneto de Catão, o velho, Catão, o jovem era adepto do estoicismo e foi político no final da República Romana. Opositor de Júlio César, tentou continuar a guerra contra ele na África, após a morte de Pompeu, mas foi derrotado e se suicidou. Tornou-se famoso pela firmeza de caráter e pela integridade moral, e durante o Iluminismo foi eleito como um dos grandes modelos de conduta legados pela Antiguidade. *Marcus Junius Brutus* (85 a.C.-42 a.C.): sobrinho de Catão, o jovem, aproximou-se de César, obtendo a posição de pretor urbano (45 a.C.). Descontente com a aspiração de César à monarquia, une-se a Cássio em um complô para assassiná-lo (44. a.C.). Quando Bruto, juntamente com Cássio, perde a Batalha de Filipas para Antônio e Otaviano, sucessores de César, suicida-se.

<sup>39</sup> *Valeria Messalina* (c. 25-48 d.C.): imperatriz romana, casada com Cláudio, tiveram dois filhos, Britânico e Otávio. Famosa pela vida devassa, mesmo casada com Cláudio casou-se também com Sílio, e planejavam usurpar o poder. Ciente desses eventos através de duas de suas amantes, Cláudio ordena a morte da esposa.

<sup>40</sup> *Germanicus Julius Caesar Claudianus* (16 a.C.- 19 d.C.): filho do general Nero Claudius Drusus e sobrinho de Tibério, seria o herdeiro natural de Augusto caso sua avó, Lívía Drusilla, não houvesse interferido em favor de Tibério. Muito popular entre os romanos por suas vitórias militares, morreu misteriosamente em campanha na Antíóquia. Suspeitou-se, na época, que houvesse sido assassinado a mando de Tibério. *Livia Drusilla* (58 a.C.-29 d.C.): mulher de Augusto e mãe do imperador Tibério, filho de suas primeiras núpcias. Influente na política, usou todos os meios possíveis para que Tibério se tornasse imperador.

medo de tantos olhares penetrantes, observando suas faces, nelas descobrissem a falsidade de sua aflição... No dia em que os restos de Germânico foram conduzidos à tumba de Augusto, viu-se Roma tanto semelhante a uma solidão em que reinava um vasto silêncio, quanto repleta de tumulto e de gemidos. Todas as ruas da cidade estavam cheias; as chamas funerárias iluminavam o campo de Marte. Ali estavam os soldados sob as armas, os magistrados sob as marcas de sua dignidade, o povo dividido por tribos. Todos gritavam que a república estava perdida, que não restava mais esperança; e esses gritos ecoavam tão abertamente e tão livremente quanto se houvesse esquecido que se possuía senhores. Nada, no entanto, penetrava tão vivamente Tibério quanto o zelo inflamado que se testemunhava por Agripina: ele era chamado de o único resto do sangue de Augusto, o único exemplo dos hábitos antigos; e, os olhos erguidos ao céu, suplicava-se aos deuses que conservassem sua raça e que a fizessem sobreviver aos maus". Eis o modelo do estilo grave e, no entanto, de um estilo tão pitoresco e tão elevado em cor, que o poeta com suas ousadias e o orador com suas figuras dificilmente atingiriam esse grau de expressão. Ora, me parece que um número muito grande de *historiadores*, entre os modernos, foi negligente em se dar essa precisão numerosa, essa simplicidade enérgica, essa plenitude de pensamentos e de afeições profundas, essa gravidade mais distante ainda da frieza do que do arrebatamento. Escrevemos simplesmente a história; mas muitas vezes essa simplicidade foi negligente, inculta e sem nobreza. Quando se quis assumir um estilo desenvolvido, ele se mostrou falho, vagaroso e fraco; quando se quis um estilo conciso e fechado, ele se mostrou seco e duro; quando se quis um estilo abundante e pomposo, ele se mostrou empático, quando se quis um estilo familiar, ele se mostrou servil. Foi dito que a história não era a eloquência; foi um engano: é a própria eloquência, mas contida como um corcel feroso que o freio reduzisse ao passo, e que, em sua marcha, conservasse ainda seu vigor e sua beleza. É assim que, em Tucídides, Xenofonte, Tito Lívio, Tácito, e entre nós em Bossuet<sup>41</sup> e Voltaire, reconhece-se sempre uma abundância que se administra, um calor que se tempera, uma força que se contém e que regula seus movimentos; enquanto nos escritores a quem falta o nervo e o vigor da eloquência, o que chamam de sobriedade na expressão não passa de indigência; o que chamam de contenção não passa de moleza e languidez.

O verdadeiro mérito do estilo da *história* será então o de se acomodar a seu sujeito e a seu objeto. Esses detalhes interessantes das *Vidas* de Plutarco seriam insustentáveis em uma história geral da Grécia ou da Itália. Essa bela simplicidade dos *Comentários* de César teriam sido de grande aridez nas *Décadas* de Tito Lívio. A suntuosidade da linguagem de Tito Lívio teria sido faustosa nas *Memórias* de César. O Cardeal de Retz<sup>42</sup> soaria ridículo se houvesse assumido

<sup>41</sup> Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704): escritor e pregador francês, defendia a Igreja Católica francesa dos ataques protestantes. Famoso pela elevada qualidade estilística de seus sermões, escreveu também uma obra histórica, *Discurso sobre a história universal* (1681).

<sup>42</sup> Jean François Paul de Gondî, cardeal de Retz (1613 – 1679): diretamente envolvido com a Fronda e inimigo de Mazzarino, o cardeal de Retz é preso em 1652 e escapa em 1654, reconciliando-se com a corte francesa em 1662. Foi correspondente de Madame de Sévigné e escreveu nos últimos anos de vida suas *Memórias* – provavelmente é a esta obra que Marmontel se refere.



o tom grave e sentencioso do presidente de Thou,<sup>43</sup> ou se tivesse descrito a Fronda<sup>44</sup> no estilo que convinha às revoluções romanas.

Em uma palavra, em seu tecido, mesmo no mais unido, o estilo da história deve ser simples, com dignidade, e de um natural igualmente distanciado da afetação e da negligência, do empolamento e da baixeza; e ele tanto rejeita essas hipérboles de Florus<sup>45</sup> quando nos diz que os navios de Antônio fazem gemer o mar e fatigam os ventos; e de César, que o Oceano, mais tranquilo e mais favorável, havia deixado passar, da Inglaterra às margens da Gália,<sup>46</sup> como que reconhecendo que não podia lhe resistir; e de Lúculo, que parecia que, tendo feito aliança com o mar e com as tempestades, deu-lhes a frota de Mitrídates para combater e dispersar; e de Camilo,<sup>47</sup> que a inundação do sangue gaulês havia extinto em Roma todos os restos do incêndio; tanto, digo eu, a gravidade do estilo da história rejeita essas extravagâncias, quanto sua dignidade recusa a linguagem comum, o tom burguês, as frases proverbiais dos escritores, que, entre nós, parecem haver travestido a história com o intuito de degradá-la, como nessas expressões que Voltaire anotou: *O general perseguia a vanguarda de sua armada. Os inimigos foram completamente batidos. Eles fugiram desabaladamente. Ele se presta a proposições de paz, após haver cantado vitória. As legiões posicionaram-se diante de Drusus de modo displicente. Um soldado romano se vende a dez ases<sup>48</sup> por dia, corpo e alma.* Certamente não era assim que os antigos escreviam a história: não apenas nas coisas comuns eles se apresentavam com decência, mas muitas vezes nas grandes coisas, solicitados pela necessidade de exprimir vivamente um traço de caráter, um pensamento novo e ousado, seu estilo se elevava até o mais alto tom; é assim que Tácito pintou o susto de Calígula quando Tibério, que se acreditava morto, volta um momento à vida: “Caesar in silentio fixus a summa spe novissima expectabat”.<sup>49</sup> É assim que pintou o luto de Roma nos funerais de Germânico: “Dies modo per silentium vastus, modo ploratibus inquires”.<sup>50</sup> Plutarco do mesmo modo exprimiu como poeta o extremo a que foi reduzida Roma quando da

336

<sup>43</sup> Jacques Auguste de Thou (Thuanus) (1553 – 1617): historiador francês de intensa vida pública, foi conselheiro de estado, conheceu Michel de Montaigne e negociou com os protestantes o Édito de Nantes. Entre 1604 e 1608 publicou, em latim, a sua grande obra histórica, *Historia sui temporis*, em quatro partes, abrangendo a história da França entre 1545 e 1584. A segunda parte, que trata do massacre de São Bartolomeu, foi colocada pela Igreja no *Index Librorum Prohibitorum* em 1609, pois muitos julgavam que a simpatia do autor era direcionada aos protestantes.

<sup>44</sup> Fronda: revolta contra Ana da Áustria e Mazzarino que estourou em 1648, sob o reinado de Luís XIV.

<sup>45</sup> Publius Annius Florus (c. 70? – c. 140?): historiador romano que, em uma pequena obra, tratou do Império Romano sob Adriano (117-138).

<sup>46</sup> Gália: nome dado aos romanos aos territórios da Europa Ocidental ocupados pelos celtas, mais extensos do que o moderno estado francês.

<sup>47</sup> Mitrídates VI (134-63 a.C.): para refutar a divisão de poder imposta pelo pai, Mitrídates V, matou o irmão Cresto e a mãe Laódice em 112 a.C., conquistou a província romana da Ásia, massacrando os comerciantes romanos e dominou Atenas. Expulso dos Bálcãs pelos romanos em 82 a.C., resistiu ao general Lúculo, mas foi vencido por Pompeu em 66 a.C. Marcus Furius Camillus (c. 446 – 365 a.C.): soldado e homem de estado romano, considerado o “segundo fundador de Roma”, foi quatro vezes ditador de Roma e foi o responsável por grande aumento no poder e influência da cidade. Por algum tempo teve de se exilar de Roma, e Marmontel fará referência ao momento em que retorna do exílio.

<sup>48</sup> Claudius Drusus Germanicus (38 – 9 a.C.): filho da imperatriz romana Lúvia Drusilla com Tiberius Claudius Nero, irmão do imperador Tibério, casou-se com Antonia, filha de Marco Antônio e Otávia. Foi pai do imperador Cláudio e do general Germânico, avô de Calígula, e bisavô de Nero. Guerreiro muito popular entre os romanos, morreu jovem, em consequência de uma queda de cavalo. Ases: antigas moedas romanas, cunhadas em cobre.

<sup>49</sup> “César, em silêncio fixo, caído das alturas da esperança aguardava o pior”.

<sup>50</sup> “Tanto semelhante a uma solidão em que reinava um vasto silêncio, quanto repleta de tumulto e de gemidos”.

chegada de Camillus: "Roma estava na balança com a espada de Brennus"; e a revolução que opera seu retorno: "ele reconduz Roma a Roma".

Não deixo de modo algum de citar esses modelos por mais desesperantes que me pareçam; e a começar por mim mesmo, não cessarei de dizer àqueles que, ao escrever a história, querem se tornar interessantes para a posteridade, o que Horácio dizia aos poetas Latinos quando falava dos Gregos:

"Nocturna versate manu, versate diurna".<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> "Vire [as páginas] de noite, de dia". Isto é, estude sem parar.

# Entrevista

interview

# Jörn Rüsen: Theory of History as Aufklärung

---

## **Sérgio da Mata**

Professor

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brazil

## **Valdei Lopes de Araujo**

Professor

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brazil

---

## Keywords

Theory of history; Philosophical anthropology; Humanism.

Only a few authors have been as influential as Jörn Rüsen as regards the ongoing debate on history of historiography and, above all, theory of history in the Brazilian academic scene. In fact, since the 1970s there was a continuous flow of Brazilian scholars heading towards Bielefeld, Bochum and then Essen, in order to rejoin – through Rüsen’s conveyance – with a theoretical tradition from which we seemed to be since long torn apart. It was hence a matter of course when a larger Brazilian audiences, which during the 1990s began to approach Rüsen’s project of updating and expanding the German tradition of *Historik*, enthusiastically welcomed his lecture tour of Brazil that took place in the spring of 2010. In this occasion, Rüsen surprised his audience with a great willingness for dialoguing with Brazilian students and professors, as well as for traveling through the great distances that separate Mariana, Brasília, Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, and São Paulo.

While visiting the History Department of the Federal University of Ouro Preto, Prof. Rüsen was interviewed by Sérgio da Mata and Valdei Lopes de Araujo. In what follows, there is a transcribed and edited version of this talk, in which Rüsen addressed issues such as: old and new classics of metahistorical reflection, the concept of “unprethinkable”, the possibility of anthropological universals, and the demand for a refreshed idea of humanism.

340

*1. Valdei Lopes de Araujo: Maybe we could start by talking about your feelings about theory of history in Brazil. I know that you have been with Prof. Estevão Martins in Brasília and Goiânia. Perhaps you could tell us what you think of the future of theory of history in Brazil.*

**Jörn Rüsen:** The first thing I have to mention is my surprise when I found out that you in Brazil have a very strong discourse and work in theory of history. You have a network of experts, you have a discourse full of life and ideas, you have your own academic journal, and an association of scholars. That is astonishing, because in Europe we usually don’t find such an intensive work brought about by a rather big number of experts. An exception is the situation in the Netherlands, but even there you don’t have as many experts and people who are competent in doing theory of history as in Brazil. The problem I see is that this network is not known outside Brazil. You can call it a scandal, because the Brazilian colleagues do work on the highest level, so you’re marching in the front of the development. It’s of course a question of language: except for some specialists in Brazilian-Portuguese history, nobody reads and speaks Portuguese. It’s like German, and that’s the reason why it’s not known. I would very much like to recommend a new strategy for the theorists here in Brazil: Get your works known outside Brazil, send texts in English translations or originally written in English to the international journals, and do what you can to get a representative text, a collective book translated into English. This would be a worthwhile venture, because theory of history is not an established sub-discipline in historical studies, and Brazil has done theory for more than half a century. It’s a wonderful experience that it’s living here and it has a bright future in your country.

2. *Sérgio da Mata: How do you see the situation of theory of history in Germany today? Do you think the interest on the field has decreased?*

**Jörn Rüsen:** This question isn't easy to answer. There is a strong and a good tradition of metahistory in Germany. The most emblematic figure in this field was Johann Gustav Droysen. But, nevertheless, theory of history is not well established. In the past, there were some specific chairs and positions in theory of history. But most of them vanished, and I'm not so sure whether today there is even a single position that is exclusively dedicated to theory. Young people want to get a job, and if you're only specializing in historical theory your chances to get a good job are very small. Well, I made a career with my specialization in theory, in between historical studies and philosophy. But this was an exception: I'm an outsider. I could make my way only by chance. In your country, things are different. This is really astonishing, and, of course, I appreciate it very much.

Another reason for the weakening of theory of history on the international level are recent internal developments within the metahistorical debate. Lately, many historical theorists have been emphasizing rather the writing of history, the aesthetic and rhetorical elements in the procedures of sense generation, than the rational, methodical, scientific, academic character of doing history as a profession. Most historians are not competent regarding aesthetic and rhetorical matters, so they have to rely on scholars from literary studies and philosophy, like Hayden White. Actually, many good books about historiography have been written by experts in literary studies, who know a lot about what telling stories is about. But unfortunately, they don't know very much about the historical discipline itself. On the other hand, historians have problems to join the discourse about the literary structure of historiography, because professional historians consider themselves as researchers. They think of themselves as scientists (in the German and the Portuguese meaning of the word); they don't feel like poets or writers.

341

3. *VLA: In the 19th century, some Germans theorists frequently pointed to a connection between history as a science and history as a form of art, as a literary genre. Authors like Wilhelm von Humboldt stressed that historians were scientists, whose activity had close connections to imagination. Is this distance between theorists, on one side, and historians, on the other, a 20th century phenomenon?*

**Jörn Rüsen:** Yes, it is. Humboldt is, of course, a good example. But he is not representative for historical studies as an academic discipline. Nevertheless, you can find similar statements by Ranke, as well. Ranke said: history is at the same time science and art. In the course of the 19th century, the importance of both sides of the practice of history was not completely overlooked, but the emphasis was on the scientific side, because science had a very prestigious position within the general cultural framework. Of course, such a prestige didn't derive directly from the humanities as sciences, but rather from the natural sciences; and thus the humanities, and at the end of the 19th century the new social sciences, too,

tried to participate in the cultural prestige science had gained. Therefore, you can see why excellent historians like Droysen and others used to emphasize method in their reflections on the work of the historians. When they thought about method, they in the first place meant source-criticism as a strong methodical procedure. By stressing this procedure, they were aiming at coming close to the prestigious field of the natural sciences. On the other side, the art of writing was not forgotten. Gervinus for instance, a famous 19<sup>th</sup> century historian, wrote a *Historik* (a theory of historical studies) as a theory of history writing. A real synthesis of both sides or dimensions in the reflection on what historians do is rare, and sometimes I even think it has not yet been accomplished. Such a synthesis is difficult, because art follows a different logic of sense-generation than science by method. And those who emphasize the literary character of the work of historians are not interested in the methodical aspects of research – in fact they tend to flagrantly ignore them! This is a lack in the awareness of what history is about. And of course many professional historians do indeed recognize this gap, but they will rather spend time going into archives. They also prefer to teach students on how to learn about the past instead of how to write texts.

342

What the specialists who are interested in analyzing the writing of history haven't provided so far is an analysis of the special character of texts that are typical for scholars, history university professors, and historical researchers. As a matter of fact, they use to read works like *19<sup>th</sup> century German History*, or *The rise of this or that people*, and they analyze Leopold von Ranke and his great work, as well as some other famous English and French historians, of course. But do they read and analyze the specific academic texts, like articles in scholarly journals? These journals as they were founded during the 19<sup>th</sup> century in all western countries represent much more the new way of doing history, the professional, the scientific way. It would be worthwhile to read the first issues of these prestigious journals in order to see what they stated about history as an academic discipline. All these journals emphasized that objectivity has to be attained by solid archival research. It is also very interesting that all these different journals followed an anti-rhetorical intention: they used to say "we don't do rhetoric!". There is a very famous quote by Ranke polemicizing against rhetoric and claiming for "the naked truth". Ironically spoken: the most naked truth in historical writing is the footnote. I have missed in all this literature on historiography a clear analysis of the linguistic indications for truth claims and for rational argumentation. There is a very famous text – in a way it has become a classic – by Roland Barthes, *Le discours de l'histoire* (1967), which represents this lack of awareness. Barthes starts his paper with a radical criticism on historical studies' scientific claims. He calls these a scholarly "schizophrenia", i.e. he assumes that historians do not know what they are doing. Supposedly, they write texts as all older historians like Machiavelli and Thucydides did. This similarity is true. Barthes was able to show that modern professional historians used similar strategies in forming a historical representation. But he never asked the question "what makes the difference between the old and the new texts"? There is a difference, of course. Modern academic historiography is based on

research. If a professional historian does not refer to solid research, nobody will take him or her seriously, except the meta-historians who only look for narrative styles and overlook the implications that came out of the professionalization of historiography. Hayden White was very clear on this when he said that professionalism only brings about bad narratives.

4. *SM: There is a whole generation of 19<sup>th</sup> century authors that elaborated a theoretical foundation for historical science. In your lecture, you criticized authors like Rickert, Windelband and even Dilthey. What, in your opinion, was not achieved by them? What was "missing"?*

**Jörn Rüsen:** First of all, we have to correctly characterize the work of these people, including Max Weber and a lot of others: this kind of work is frequently called philosophy of history. But it is in fact an epistemology of historical thinking. They are less interested in history as a process of temporal change of the human world in the past, but rather in the way historians treat the past. Their main interest was to show what the distinctive nature of historical cognition is about, since it differs from physics and the natural sciences. History does not bring about a law of historical development – actually, Marxism tried to emphasize this last point, but that is a different story. History doesn't follow the logic of the natural scientific argumentation, but, nevertheless, modern historical thinking has some essentially rational or scientific elements. The thinkers you've mentioned emphasized a basic difference between history and natural sciences. The first one who did it was Johann Gustav Droysen, who distinguished understanding (*Verstehen*) and explanation (*Erklären*) as different modes of cognition. Understanding is the basic cognitive attitude of the humanities, while explaining is that of the natural sciences. Dilthey picked up this distinction and gave it an extended epistemological explanation and foundation. Weber followed Droysen as well (mainly influenced by Rickert); he combined the epistemological with a methodological argumentation. Rickert was not so much interested in hermeneutical methodology, but rather in the logical procedures of historical thinking. He characterized the difference between the two realms of cognition as individualization and generalization.

This distinction was very successful. But later on, it changed, when the distinctive nature of historical cognition was defined by pointing out to its narrative structure. The starting point for this new characterization was the question of rational explanation. C. G. Hempel described it by referring to the natural sciences: they explain by putting single cases into a general law. This model was applied to historical thinking, but it was difficult to identify historical laws. It was Arthur Danto who gave a much more plausible answer to the question on what a historical explanation is. He pointed to a very specific form of explaining things that is completely different from the rational explanation of the natural sciences: explaining by telling a story. That was an epistemological breakthrough; I have become convinced of it because of my close connexion to the German philosopher Hans Michael Baumgartner, who introduced Danto's



analytical philosophy of history into the German discussion on philosophy of history. Telling a story is a very specific form of explaining why things happened. With the discovery of the narrative structure of historical knowledge, metahistory as epistemology took a new direction, that of asking how historians come into view as writers. Analyzing historical texts as narratives brought the rationality of historical thinking out of view. With the discovery of the narrative structure of historical thinking, epistemology of history has dramatically changed. Metahistory no longer referred to Rickert or to Max Weber's methodology of ideal types, which is based on Rickert's arguments. This is a pity, since I believe that the epistemology and methodology of ideal types have something to do with the logic of narration. But this is an open question.

*5. VLA: Would you like to talk about your criticism on constructivism?*

344

**Jörn Rüsen:** Well, first of all, constructivism is not new. Droysen had already said that the past in itself is not history. It is only afterwards that we look at it as history. Today, constructivism is a dominant topic in metahistory, because it comes close to the idea of history as a form of art. Artists invent meaning. Artists are creators. It may be that historians are very happy to learn that they are creators of historical meaning, and in fact they are. But you can't deny that historians bring about an input of meaning and an importance of the past to the present, which you can already find in the past documents themselves. Furthermore: is the past not already effective before the historians give it a meaning? I mean: historians do their work in a context, under conditions and in special situations, which are pre-given determinants for their construction. In this context and under these conditions, the past is present as a result of developments which took place in the past leading into the present. I would like to say that before we start to construct history, history has already constructed us. Nobody can deny that there are pre-given conditions for sense generation without which we can't understand what historians do. What historians do depends upon their age and upon their place in the chain of the generations. I, with my 70 years, look at German history in a different way than a colleague who is now 30 years old. Historical sense generation is a complex mixture or mediation of being already constructed and constructing. Being constructed means that elements of sense generation are pre-given and belong to the hard facts of social life conditions. David Carr, a very important philosopher of history, has made clear that history is more than only a construction; that history is an element of social reality. This real pre-given factor of sense generation is overlooked in the constructivist theories. Instead of construction, we should speak of generating sense. By historical thinking, we refer to something in the past that has already features of meaning and sense. The past can be very powerful in the form of tradition. Do we invent the meaning of the human race? No. The meaning is already – at least partly – there; it has already been pre-given. And what about all these documents of the past that are documents of sense or meaning, do we construct them? Do the professors in literary studies construct the meaning of their subject matter, literature? They may believe it. I don't.

6. SM: At the end of your lecture, however, you used a quite original expression: "unprethinkable" (unvordenklich). Could you further explain this concept?

**Jörn Rüsen:** This is a very difficult metahistorical subject matter. The argument runs as follows: the process of historical sense generation is characterized by the simultaneity of being constructed and constructing. While doing history, we realize an inbuilt temporality and historicity of our own life. We are living in the moment when we do our work as historians and, by doing it, we are part of the process that is afterwards addressed as history. Maybe we make a big discovery that changes our cultural world. But while doing it, we can't say what the historical outcome will be. The process of working in the field of sense generation is only a part of the whole field of the human life practice. It is the most real and the most present form of our life we can think about. It is the absolute presence of the moment of our doing history. We could even say that this doing is the most historical event we can do. Because it is a realization of the temporality and historicity of our own life. By doing history, we pursue temporality in the cultural world, and history is the temporal occurrence, the temporal happening of our own life. By doing history, we don't know what it is as history (this knowledge can only be brought about afterwards). At the very moment when we start thinking what it would be as a piece of explicit history, we've already lost it in its presence, and its reality. Now it becomes an object of reflection. As such, it has lost its vitality and in a certain way it becomes dead, like the past is dead for the historians who go into the archives. But this death is not the original reality of the past. It is only a shadow of it. What we find in the archives is a shadow of reality. The most real reality of the past is the case when we do history. This is my argumentation. But we must be very careful not to dissolve the clear distinction between, on the one hand, the reflection we call history, which is dedicated to a subject matter, namely, the past, and on the other hand, the process of realizing one's own temporality and historicity by means of historical sense generation, which is performed in the context of practical human life, and that we may call history, as well. These are two different histories. The point is that the second one is the foundation of the first one. If we think about it, we have already lost it. Therefore, I use the word unprethinkable.

345

7. SM: If I may interrupt, is it not the same opposition that Husserl established between "natural attitude" and "theoretical attitude"?

**Jörn Rüsen:** I'd had to check the word *Einstellung*. I don't like it because it is already a relationship to something. But the relationship I think about is not a relationship but a *Vollzug*, a doing, a practice – and not a *Einstellung*. *Einstellung* means a kind of constellation, a mental constellation or something like that. No. What I mean is a mental dynamics: that is the point. *Vollzug* means something like *in doing, in doing time...*

8. SM - *Is it a Handeln (action)?*

**Jörn Rüsen:** Ja! It's *Handeln*, of course, but it is more than only a doing; it is a *Geschehen* (event/happening). There is more in *Geschehen* than in the simple doing. In all circumstances – and that is absolutely true – the outcome is different from what you thought you should bring about. If there is any law in history, it is a law that says that the outcome is always different from the intention of the people who are doing something.

9. VLA: *If you were to give some advice to younger researchers interested in theory of history today, what would you say to them? What are the main challenges to the field now after you gave us a huge work on systematic historical theory?*

**Jörn Rüsen:** Well, I think there are different unsolved problems of highest importance. One is the differences and similarities between interpretation and representation. Interpretation is a cognitive act that belongs to research. Representation is an aesthetic act of forming a narrative. Both are two sides of the same coin, but we don't know what that coin is. It is a text, of course, but what kind of text? That is an open question and it should be solved. A second issue is methodology. What is a historical concept? As I've already mentioned, I believe that we have to rethink the logic of building ideal types in respect to the narrative structure of historical knowledge. A third challenge for theory of history is the growing density of intercultural communication. We do what we do in the context of a western tradition – which is a tradition worthwhile to go on with. But it is a tradition in which "others" are different. It is a tradition besides other traditions. What we have to take much more into account while doing our work is the question "how do we come to terms with the fundamental difference between peoples, individuals, social units and whole cultures concerning their individuality and different identities?" We haven't addressed the issue of identity yet, but historical thinking is a necessary cultural medium to create, present and discuss one's own identity. We as westerners, namely me as a German and European westerner, do it in the framework of historical thinking which is the dominant medium for formulating my western identity. By doing so, I form the identity of others as well. And as long as I say I am a westerner and others are not westerners, I state a difference. Whether the others are happy about what I say about them, that is a completely different question. Edward Said said that he wasn't, but I am not so convinced whether that "no" is really a good one, but that is another question.

What I mean is that we have to widen the discourse on metahistory into a multi-dimensional intercultural discussion by bringing non-western scholars and intellectuals into our game, and by listening to them. We have to integrate what they experience as western, what they think about us, and what they think their own traditions are. Have you ever analyzed in your course on metahistory a text by Sima Qian? You did it! But it is not a standard issue. But you, as my young colleague, you are on the right track. That is exactly what we have to do. In

doing so, we have to confirm and to make clear, what universals are. We make use of them when we do our work as metahistorians. It would be nonsense to say that everything is culturally limited and that beyond these limits there would be nothing. No! There are universals. Of course, there are universals. But what do we really know about the inbuilt universality in modern scientific historical thinking? The Indians and the Chinese said there is a western historical thinking. And they tend to refuse the existence of universals. They speak of indigenous knowledge, for instance. But nevertheless, we can discuss with them, we can understand each other, so there must be more than only some western and some non-western concepts. Otherwise, how could we understand each other? We have to work with our non-western colleagues on the universals and at the same time on the differences on the basis of these universals. We have some paradigms for doing this. For me, for instance, the work of Max Weber is a very convincing western paradigm: how to come to terms with a variety of cultural manifestations of different human life forms? Max Weber's *Wirtschaft und Gesellschaft (Economy and Society)* is an impressive text in which different possibilities of human practical life were put on the table as a conceptual means to find out cultural differences on the basis of universals like *Zweckrationalität* (purportive rationality) and elements of *Sinnrationalität* (rationality of sense and meaning). This is a third field where you'll find a very interesting challenge. And I think of a great opportunity for you people, as Brazilians. You belong to a certain degree to the western tradition, but as Brazilians and Latin Americans you have in your culture a kind of relationship to traditions that we don't have in Europe. Because of the different context of your own history, there is a great chance for historians and philosophers in Brazil to start an intercultural discourse under better preconditions than those we have in Europe. You should take yourself as Brazilians and Latin Americans more seriously than you have been doing until today.

347

10. VLA: *We can say that your work is an attempt to recover some core concepts of the modern tradition of rationality in history as a meaning and as a process, which originated within the German tradition of historicism, and I think it is a very successful attempt to recover those concepts. But if you had to point some misleading paths in modern historiography or historical thought what would you mention?*

**Jörn Rüsen:** There is a very strong tradition in the western culture from the very beginning and onwards, which has become very strong in modern times. In *Science as a vocation* Max Weber called it *durch Berechnen beherrschen*. That means that by rational thinking you can become the master of the subject matter you are thinking about. So for instance through the natural sciences we can become the masters of nature. For sure, this can lead to catastrophic results, but we will never come out of technology. We need it. I'm talking about an attitude of mastering, the dream of mastering. This dream was present in the work of 19<sup>th</sup> century historians, too, even though in a hidden form. Today

we call 19<sup>th</sup> century historians the “priests of Clio”, and by doing so we mean they were in a way the masters of meaning. Such an attitude is very dangerous. Let me say it in a very old fashioned way: we need some humility and modesty while doing our work. The second mistake or limit of modern historical thinking is that it suppresses to a high degree the basic human experience of suffering. You can find very impressive words on suffering in Ranke or Herder. In one of the introductions to his Lectures, Ranke expressed of the misdeeds men did to other men and how the chain of these misdeeds had come to the present; and then he said that one tends to turn the back to one’s past in order to complain, and things like that. But then comes the big “but”: that we know it better, since at the core of all these changes is the divine force in history. And then you have this idealistic philosophy, and later on you have another one, a materialistic one.

But after the Holocaust and the crimes against humanity of the 20<sup>th</sup> century, we can’t go on with business as usual. Actually, my most convincing example of a fundamental misconception in historical studies is what historians did after the end of the First World War. What did they do? Business as usual. Hundreds of thousands of soldiers were killed in an industrial way. What about the reactions in the work of the historians against this explosion of inhumanity? Even when new forms of historical thinking did come about, in Germany as well in France, were they a convincing answer to the catastrophe of western culture and civilization in the Great War? I don’t think so. We still have to think about human inhumanity, about human suffering, about events of senselessness that afterwards cannot get sense and meaning. Can we give the Holocaust historical sense? It would be an intellectual suicide to think that we can’t. Here we have some basic fundamental dimensions of historical thinking we still have to explore. We have no alternative but doing it. And there is a consequence that is very important: there are dark elements in history. You know what I, as a German, am immediately thinking about. But even nations that did not commit genocide have some black spots in their self-awareness. The regular way of treating these black spots is either to suppress them or to put them out of the historical image of oneself or of one’s own people and insert them into the image of the others. Here we find a mental root of what is called the “clash of civilizations”. Normally it happens rather peacefully, but in certain circumstances it becomes bloody. What we have to bring about – and this comes close to what I’ve said about inhumanity and suffering – is a way to integrate the shadow of one’s past into the concepts of one’s own historical identity. The Germans were forced to do that by the circumstances of post-war Germany. Others were not forced, but they are doing it, too. The Holocaust is a paradigmatic example, but it’s not the only one. The second post-war generation of Dutch historians asked “why were the Germans able to bring so many Jews into the death camps?” There were very few Germans in the administration of the defeated Netherlands. The answer is clear: the Dutch bureaucracy helped them. And suddenly they discovered a shadow in their own history. Don’t misunderstand me: I don’t attempt to make the German guilt less burdening. My argument is a more structural one; it is a theoretical argument about the mental processes of forming historical identity.

This process is one of the core issues of metahistory. If we are able to integrate the shadows of our own history into our historical identity, we attain a new relationship to the others. For me that is one of the most important conditions under which mutual recognition of differences is possible.

11. VLA: *It seems that the tradition of theory of history as developed by historians did not fully integrate the contributions of a thinker as influential as Heidegger. I am thinking specifically in categories like historicity and temporality. Reinhart Koselleck stands as an exception, if one admits that his project of a history of concepts and his Historik can be regarded as a direct answer to that tradition. How you evaluate that absence?*

**Jörn Rüsen:** The problem of approaching Heideggerian concepts such as temporality is how do you get from such a theory to real history. I believe that it is true that history can only be conceptualized in the framework of concepts which are anthropologically fundamental in general. That is what Koselleck (1997) said in his text. And he proposed categories like old and young, master and servant and some others.

12. VLA: *Enemy and friend...*

**Jörn Rüsen:** And this one, *Freund und Feind*, which comes from Carl Schmitt is the most important for him. Killing and dying is another one. This is convincing; it is convincing that this is a form within which all human life practices take place. But they are a-temporal concepts: it is true for all times, for all spaces, for all societies. But how do you come from this general binary categorization to temporal processes? Whatever history is about, it is in any case based on the fundamental existential experience of change. You can even use Heidegger again: *Endlichkeit*, or *Werden* or *Vergehen* (finitude, becoming, vanishing). To grow, to become, to experience things coming and going: all this is elemental. You have to die, people are born. You can conceptualize these things in an anthropological way as something that is valid to every human being. What about the distinctive nature of this change, because it's a change of real things? A change in the form of domination, a change in the interrelation of people, a change in the attitude in organizing social life, a change in the way of appropriating nature through labor – these are most obvious things historians speak about. And this is the question: you must think in a way so that these real changes can be thought, conceptualized, perceived, as coming from that general transcendental existential categorization. Here is the point Koselleck stops on and says: "Well, *Historik* is the theory of the conditions of possibility for all possible histories". But how do you come from possibility to reality? And here I see the limit in Heidegger, as well. Heidegger's category of *Geschichtlichkeit* is empty. Every human life is *geschichtlich*, historical, but then it doesn't mean very much with respect to the basic historical experience that there is only a special change, a special temporal development, something concrete, something that has the character of an event.

All this is not addressed in Heidegger's *Geschichtlichkeit*. You can apply it to all places but you never come to principles of sense generation. *Geschichtlichkeit* as such has no sense. It is an empty idea. It can point to the sense of the eternity of values through all changes, and so on. But without the possibility of deriving sense criteria from the basic anthropological and existential categories, you can never come from *Geschichtlichkeit* to *Geschichte*.

Heidegger and this kind of philosophy can be understood – and now this comes to my mind, as I speak with you – as a consequence of the experience of the First World War. The experience of the First World War and of pre-war times can be brought into one sentence: it destroyed all pre-given sense structures, and ideas of sense that were very powerful during the 19th century. Let me give you an example. The most powerful category of sense that characterized 19<sup>th</sup> century historicism was the category of *development*. Development means that what is happening has something to do with current temporal processes. You derive from the experience of the past an idea of temporal development, and then you can place your own time in that development. That is what Ranke did. Historians love to quote that famous dictum by Ranke that “all epochs are immediate to God”.<sup>1</sup> Well, that is true, but Ranke's text goes on to say that an epoch “has consequences in the process of what comes out of it”. In Ranke, it's a very complex thing to understand an era according to its own understanding, that is, to understand it as immediate to God. It has value in itself and, at the same time, it has a value for us. This can only be thought within the context of a philosophy of history that comes close to Hegel's or to Droysen's, in which those values have a kind of continuity through time until they reach us. Classical historicism goes even a step forward. Historicism did not only speak of development as such, because that would be empty as well. The point was: “development of what?” And the answer was: the development of ideas. Ranke used the term *real Geistiges*. It means the human spirit as a form of social reality. Historicism conceptualized a whole hierarchy of ideas that work as forces of change, ideas that are moving human life forms in the change of time. Wilhelm von Humboldt published a short article on the moving forces of world history (HUMBOLDT 2010, p. 82-100). He would agree with Droysen and Hegel that in the deepest ground those moving forces have a spiritual character, that is, a character that defines humankind as being different from nature. *Geist* is an untranslatable German term, and therefore the humanities were called *Geisteswissenschaften*. And *Geist* makes sense. A rather simple but very powerful idea. The moving forces in reality constitute historical change by the power of ideas. For instance the idea of the State, *die Idee des Staates*, or the idea of civil society. It is the same spirit (*Geist*) that moves the mind of the historians in thinking of the past, or thinking about the past.

So, both the spirit of historical cognition and the spirit of history as a subject matter of cognition are one and the same. In this respect historians are

---

<sup>1</sup> “Jede Epoche ist unmittelbar zu Gott, und ihr Wert beruht gar nicht auf dem, was aus ihr hervorgeht, sondern in ihrer Existenz selbst, in ihrem eigenen Selbst” (RANKE 1906, p. 17).

the loudspeakers of historical reality. That comes close to what was meant by the expression “priests of Clio”. Historians were thought as the mouth of the spirit, who blows human life in reality. This was a very powerful concept of the educated middle classes all over Europe. This idealism has to be concretized as the spirit moving the minds of the people in their national identity, and therefore nationhood was conceived as a highly spiritual thing. In the 19th century, it got a quasi-religious feature. Droysen’s is a very fascinating, and a very frightening example of that kind of secular religion.

The plausibility of this concept of sense, which was governed by the idealistic notion of Geist, evaporated in the beginning of the 20<sup>th</sup> century. I mean, where is the moving spirit in the class struggle with the proletarians? And then you have the newly established power of industry and technology. One may say that is a manifestation of the spirit as well, but it’s not the kind of spirit you’ll find in a text, in historiography, for instance. It’s not the spirit you’ll find in the manifestations of human mind, in culture. The end of the First World War was the last step of this loss of sense. What remained? Only the form, but no longer a sense bearing content. That is *Geschichtlichkeit*. And in this respect, Heidegger can be understood as a reaction against a massive experience of the end of tradition – as well as Max Weber. Heidegger did not express it. Max Weber used to characterize the situation of his time as a lack of sense and meaning in our approach to social reality. He used the metaphor of darkness and night, and night means that the sun does not shine; and the sun is the usual symbol for meaning and sense. But keeping up this historicist structure gave the people the feeling that they were still going on in doing meaningful work. But they had a problem with sense and meaning and the question was what they could find out to replace the idealistic sense-generator of *Geist*. Max Weber said it is simply human subjectivity. In his famous article on *The Objectivity of Knowledge in the Social Sciences* he states that we are *Kulturmenschen*, that we are cultural beings, and have the ability to give a meaning to the world. Historicism said the world is already meaningful, and we have in ourselves that same spirit we perceive as operating in the outside world as the mover of history. Weber’s arguments came out of a context in which people were struggling against senselessness. Its most radical articulation is Nietzsche’s statement on the death of God – and here we should take God as the source and the most essential guaranty for sense and meaning. Intellectuals were asking themselves: “where do we now find the source for meaning”? Heidegger has a place in this intellectual search for a new meaning, and he was as radical as Nietzsche. He said that the whole meaning of western culture (he never thought about Asia), the whole intellectual perception of meaning in the western culture was over. It started with Plato, Socrates and Aristotle; it got its form in metaphysics and it ended with Nietzsche. It has its last climax in Hegel, and then this God died. Heidegger wouldn’t say that this god did die, but it turned out that God was no longer a reliable source for meaning. Because of this, Heidegger’s attitude was the following: let’s go back to a time before the beginning of western culture, before the polis, before democracy, before argumentation. And that is very typical for the intellectual



attitude of a conservative elite, who used to criticize not only modernity, but modernity as the latest outcome of traditional western civilization. There are a lot of other examples. For instance, Heidegger starts thinking about Anaximander and *andächtiges Denken*, and that comes close to myth. At the time after the First World War, we can observe a rehabilitation of myth against rationality. For instance in psychoanalysis, there was Jung and his archetypes. Into this context belongs also the Nazi movement. The Nazi movement as a cultural movement is based on a complete negation of the sense structure of modernity, and it accepted all the modernity and technology and all techniques of running systems, while completely refusing modernity as a concept of meaning and sense.

This is my comment, and I wouldn't say that I now can tell you where the real source of meaning is. My proposal is that we should follow the modern way of looking for meaning, by asking the famous question: what is a human being? This brings us into a fruitful interrelation to classical modern philosophy, and especially to Kant. But we have to rethink it after this development. We have to rethink our idea of what it is to be a human being vis-à-vis the burdening inhumanity of humans in the crimes against humanity. This is much more difficult to bring about than what is assumed by systems theory, or by Foucault's argument that we'd better "forget about humans". But we are humans and not systems. Or take the example of Heidegger who said, that we are the shepherds of the being and that we have to listen to its commands. This is a typical attempt to relate humans to some super-human authority, and this is extremely dangerous if you take that politically. Because - to put it simply - in the name of this super-human sphere, in the name of this higher meaning, in the name of *das Sein des Seienden*, you can treat humans in an inhumane way. This may end up by justifying inhumanity for the sake of a higher value than humanity. We know how that works. It can be done in the name of a classless society, ending in the killing of the *Kulaks*, the small land owners, in Russia. It was a mass murder, a social genocide. The Nazi killed the Jews in the name of "purifying humanity". For them the Jews were like an "illness" for humankind, and the idea was that if we kill all of them, we'll gain back real humanity. Here we may find an insight we have to gain about what it means to be a human being. It is rather easy to give the human beings an orientation, a cultural orientation within which they are willing and able to kill others without any bad consciousness. In the name of a higher value, they can do it. That is the reason why I think we should think again of what it means to be a human being. This is also the reason why we should return to that classical idea (Kant, Humboldt, Herder) that every human is an individual, and represents humankind in a unique way. Here I find the content of *Geschichtlichkeit*: human beings live meaning in *Geschichtlichkeit* because they are as humans, as cultural beings, meaning and sense. Not only in language, but in everything that they do, and this has to be reflected, temporalized. By this reflection the temporality and historicity of the human life get a direction, and historical thinking gets a vision and an idea of temporal change as a meaningful history. With this idea we can now go on and do the work of the historian.

## **Bibliography**

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (Tradução: Pedro Pereira Caldas). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 82-100.

KOSELLECK, Reinhart. **Historia y hermeneutica**. Barcelona: Paidós, 1997.

RANKE, Leopold von. **Über die Epochen der neueren Geschichte**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1906.

# Pareceristas deste número

reviewers of this issue

## Pareceristas deste número

André Pereira Leme Lopes (UnB)  
Adriana Pereira Campos (UFES)  
Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)  
André Gustavo de Melo Araújo (UnB)  
Arno Wehling (Universidade Gama Filho)  
Arthur Alfaix Assis (UnB)  
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Carlos Augusto Ribeiro Machado (UNIFESP)  
Carlos Mauro de Oliveira Júnior (UERJ)  
Carolina Vianna Dantas (Fundação Oswaldo Cruz)  
Daniela Buono Calainho (UERJ)  
Décio Gatti Júnior (UFU)  
Douglas Attila Marcelino (UFMG)  
Estevão C. de Rezende Martins (UnB)  
Fábio Franzini (UNIFESP)  
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS)  
Gilvan Ventura da Silva (UFES)  
Hanna Enefalk (Uppsala University)  
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)  
Hugo Hruby (PUC-RS)  
Itamar Freitas de Oliveira (UFS)  
Jacy Alves de Seixas (UFU)  
João Antonio de Paula (UFMG)  
João Marcelo Ehlert Maia (Fundação Getúlio Vargas)  
Johnni Langer (UFMA)  
Juliana Bastos Marques (UNIRIO)  
Julio Bentivoglio (UFES)  
Júnia Sales Pereira (UFMG)  
Keila Grinberg (UNIRIO)  
Luciana Mendes Gandelman (UFRRJ)  
Marcelo Jasmin (PUC-Rio)  
Marcelo Magalhães (UNIRIO)  
Marcos Antônio Lopes (UEL)  
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)  
Mateus Henrique Pereira (UFOP)  
Norma Côrtes (UFRJ)  
Paulo Knauss de Mendonça (UFF)  
Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz (UFMA)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ)  
Ricardo Salles (UNIRIO)  
Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)

Rodrigo Turin (UNIRIO)  
Rogerio Forastieri da Silva (Colégio Etapa)  
Rolf Torstendahl (Uppsala University)  
Sérgio da Mata (UFOP)  
Taise T. Quadros da Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)  
Tania Regina de Luca (NESP-Assis)  
Teresa Malatian (UNESP-Franca)  
Thiago Lima Nicodemo (Instituto de Estudos Brasileiros – USP)  
Vania Moreira (UFRRJ)

# Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido



banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

18) Desde o seu terceiro número a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

360

19) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores.

20) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: [www.ichs.ufop.br/rhh](http://www.ichs.ufop.br/rhh).

# Diretrizes para autores

guidelines for authors

## 1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

### *1.1. Detalhamento das partes do resumo:*

**Introdução:** a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

**Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

**Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

### *1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:*

362

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

## 2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.